ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 191

Brasília - DF, quarta-feira, 3 de outubro de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 8
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 11
Ministério da Cultura 13
Ministério da Defesa 16
Ministério da Educação 17
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 35
Ministério da Integração Nacional 67
Ministério da Justiça 68
Ministério da Saúde 70
Ministério da Segurança Pública 133
Ministério das Cidades 134
Ministério de Minas e Energia 135
Ministério do Desenvolvimento Social 144
Ministério do Meio Ambiente 144
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 146
Ministério do Trabalho 174
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 181
Ministério Público da União 182
Poder Judiciário 183
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 186

Total de páginas desta edição: 194

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.080 (1)
ORIGEM : ADI - 15900 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. MENEZES DIREITO
REDATORA
DO ACÓRDÃO : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Menezes Direito (Relator), conhecendo da ação e julgando-a procedente, pediu vista dos autos a Senhora Ministra Ellen Gracie. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Cezar Peluso, em representação do Tribunal no exterior, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 29.04.2009.

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Ministro Menezes Direito (Relator), julgou prejudicada a ação, nos termos do voto da Ministra Rosa Weber, redatora para o acórdão. Não votou o Ministro Dias Toffoli, sucessor do Ministro Menezes Direito. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, e, neste julgamento, o Ministro Luiz Fux. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 5.4.2018.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. QUESTÃO DE ORDEM. ALTERAÇÃO, POR EMENDA, DO TEXTO CONSTITUCIONAL ESTADUAL IMPUGNADO. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO TEXTO NORMATIVO ANTERIOR. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. AUSÊNCIA DE REVOGAÇÃO ESTRATÉGICA COM O FIM DE IMPEDIR OU OBSTACULIZAR O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. PREJUÍZO DA AÇÃO.

1. Questão de ordem apresentada no sentido da perda superveniente de objeto da ação direta de inconstitucionalidade, a ensejar-lhe a declaração de prejuízo, haja vista a revogação, por reforma constitucional posterior a seu ajuizamento, do ato normativo impugnado.

2. A jurisprudência formada nesse Supremo Tribunal Federal e confirmada nas decisões posteriores ao julgamento da ADI 709, Rel Min. Moreira Alves, é no sentido da prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade, por perda superveniente de objeto, quando sobrevém revogação ou alteração substancial da norma questionada.

3. A alteração do texto legal impugnado não se resume a mera redução do âmbito de incidência do ato normativo anterior, consubstanciando alteração substancial, uma vez excluídos os Poderes Legislativo e Judiciário da regra de impedimento de realização de prova oral nos concursos públicos. Cumpre registrar, conquanto não vincule a causa de pedir, que circunscritos os fundamentos jurídicos determinantes da iniciativa de ajuizamento da presente ação direta à violação da autonomia e independência do Poder Judiciário.

4. Não há falar, na espécie, em revogação estratégica do ato normativo inquinado de inconstitucional, com o intuito deliberado e ilegítimo de impedir o exercício da jurisdição constitucional abstrata. A nova disposição normativa, consistente na Emenda à Constituição do Estado do Paraná de nº 07/2000, que alterou o §11º do art. 27, não configura réplica idêntica daquele ato, presente alteração substancial do texto normativo.

5. Reafirmação da atual jurisprudência desta Suprema Corte, ante a inexistência de motivos para sua superação.

6. Perda superveniente de objeto da ação direta de inconstitucionalidade, motivo pelo qual configurado o prejuízo (**art. 21, IX, do RISTF**) ensejador da extinção do processo sem resolução do mérito.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.721, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

Art. 2º O art. 158 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 158. .....

Parágrafo único. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva:

I - violência doméstica e familiar contra mulher;

II - violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Gustavo do Vale Rocha
Raul Jungmann

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.519, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social da Rio Bravo Investimentos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

D E C R E T A :

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira de até cem por cento no capital social da Rio Bravo Investimentos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sediada em São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências necessárias para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo Refinetti Guardia
Ilan Goldfajn

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 543, de 2 de outubro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 4.152.020,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 544, de 2 de outubro de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão.

Nº 545, de 2 de outubro de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal da Programação Monetária destinada à Comissão de Assuntos Econômicos referente ao 4º trimestre de 2018.

Nº 546, de 2 de outubro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.721, de 2 de outubro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 283, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre normas para publicação e pagamento de atos no Diário Oficial da União.

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 e 20 do Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, resolve:

Âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria estabelece as normas para publicação e pagamento de atos oficiais no Diário Oficial da União.

Normas para publicação do Diário Oficial da União

Art. 2º O Diário Oficial da União será publicado em três seções.

Atos da Seção 1

Art. 3º São publicados na Seção 1 do Diário Oficial da União:

I - decisões relativas ao controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal;

II - os atos com conteúdo normativo da União, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, exceto os atos de aplicação exclusivamente interna que não afetem interesses de terceiros;

III - os pareceres do Advogado-Geral da União de que trata o art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - atos do Tribunal de Contas da União, de interesse geral;

V - atos normativos do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, excetuando-se os de caráter interno; e

VI - atas dos órgãos dos Poderes da União com publicidade exigida por legislação específica.

Atos da Seção 2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Art. 4º São publicados na Seção 2 do Diário Oficial da União os atos relativos a pessoal da União, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, cuja publicação decorra de disposição legal.

Atos da Seção 3

Art. 5º São publicados na Seção 3 do Diário Oficial da União os extratos de instrumentos contratuais e congêneres, de convênios, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, de distrato, de registro de preços, de rescisão; os editais de citação, intimação, notificação e concursos públicos; os comunicados, avisos de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, de registro de preços, de anulação, de revogação, resultados de julgamentos, entre outros atos da administração pública, cuja publicação seja exigida por determinação legal ou normativa.

Art. 6º São publicados na Subseção Ineditoriais da Seção 3 do Diário Oficial da União os atos de pessoas jurídicas de direito privado em geral e de pessoas físicas que tenham como objetivo atender às exigências de publicidade constantes da legislação.

Parágrafo único. As atas de reunião somente serão publicadas quando houver determinação legal ou normativa.

Atos publicados em extrato

Art. 7º São publicados em extrato no Diário Oficial da União:

I - atas e decisões dos órgãos dos Poderes da União;

II - deliberações e acórdãos;

III - editais, exceto de concurso público;

IV - avisos e comunicados;

VI - acordos, ajustes, autorizações de compra, cartas-contrato, contratos, convênios, dispensas e inexigibilidades de licitação, distratos, notas de empenho, ordens de execução de serviços, protocolos, registros de preços, rescisões contratuais, termos aditivos e outros instrumentos contratuais; e

VII - atos oficiais que autorizem a exploração de serviços por terceiros.

§ 1º As deliberações e acórdãos serão restritos às suas conclusões e ementas.

§ 2º O extrato incluirá os elementos essenciais à identificação, vigência e eficácia do ato, bem como o nome e o cargo do signatário nos casos de editais, avisos e comunicados.

§ 3º Excetuam-se do disposto neste artigo os atos cuja publicação na íntegra decorra de determinação legal ou normativa.

Vedação

Art. 8º É vedada a publicação no Diário Oficial da União de:

I - atos de caráter interno ou que não sejam de interesse geral;

II - atos concernentes à vida funcional dos servidores dos Poderes da União, que não se enquadrem nos termos do art. 4º desta portaria, incluindo-se:

a) apostilas de correção a inexatidões materiais que não afetem a substância dos atos singulares de caráter pessoal;

b) concessão de medalhas, condecorações, comendas e títulos honoríficos, com exceção daqueles cuja publicação seja exigida por determinação legal ou normativa;

c) elogios, homenagens, agradecimentos, concessão de vantagens, direitos, indenizações ou gratificações;

d) concessão de férias, exceto aquelas autorizadas por despacho presidencial;

e) lista de antiguidade e avaliação de desempenho;

f) substituição para função de confiança, exceto para funções com nível equivalente a cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores;

g) designação para viagem dentro do País;

h) atos de movimentação interna e progressão horizontal e vertical;

i) designação de grupos de trabalho, salvo se interpoderes, interministerial, entre ministérios e órgãos vinculados, entre ministérios e suas extensões regionais, ou se composto por membros sem vínculo com a Administração Pública;

j) designação de comissões de constituição ou atuação interna;

k) aprovação em estágio probatório; e

l) atos que contenham mera reprodução de expedientes emitidos e recebidos ou de norma já publicada em órgão oficial, inclusive boletins de serviço e pessoal.

III - atos de caráter judicial;

IV - atos de posse e de entrada em exercício.;

V - endereço e horário de funcionamento de órgãos;

VI - índices e sumários de atos;

VII - gabarito de provas de concurso público;

VIII - logotipos, brasões, emblemas, símbolos, imagens ou fotografias;

IX - modelos de documento, de formulário ou de requerimento;

X - partituras e letras musicais;

XI - organogramas e fluxogramas;

XII - discursos, elogios, homenagens, agradecimentos e explanações;

XIII - atos de particulares com linguagem ou formato que possam induzir o entendimento de se tratar de ato de autoridade pública; e

XIV - atos de outros entes federativos ou de pessoas jurídicas de direito público externo com linguagem ou formato que possam induzir ao entendimento de se tratar de ato de autoridade pública federal.

Parágrafo único. As vedações previstas nos incisos VIII, IX, X e XI do caput não se aplicam na hipótese de se tratar de parte integrante de ato normativo.

Devolução

Art. 9º Os atos encaminhados em desconformidade com os termos desta Portaria serão devolvidos ao seu emitente por meio eletrônico.

Alteração, revogação ou anulação

Art. 10. A alteração, revogação ou anulação de ato oficial já publicado deve fazer referência às disposições emendadas ou invalidadas, com expressa menção da data da publicação anterior.

Republicação

Art. 11. O ato publicado no Diário Oficial da União com incorreção em relação ao original será objeto de republicação.

§ 1º A republicação poderá abranger somente o trecho do ato que contenha a incorreção.

§ 2º A Imprensa Nacional providenciará a republicação, de ofício ou mediante pedido, nos atos em que deu causa à incorreção em relação ao original.

§ 3º A republicação por incorreção em relação ao original decorrente de ato do emissor somente será realizada mediante requerimento e está sujeita à cobrança segundo as mesmas regras aplicáveis para o ato original.

Retificação

Art. 12. O ato publicado no Diário Oficial da União com lapso manifesto será objeto de retificação, que:

I - abrangerá apenas o trecho que contenha o lapso manifesto; e

II - estará sujeita a cobrança segundo as mesmas regras aplicáveis ao ato original.

Parágrafo único. A Imprensa Nacional providenciará a retificação, de ofício ou mediante pedido, nos atos em que deu causa à incorreção em relação ao original.

Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCom

Art. 13. É obrigatório o encaminhamento dos atos para publicação no Diário Oficial da União por meio do Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCom.

§ 1º Poderá ser admitida a transmissão de atos para o INCom a partir de sistemas informatizados de órgãos e entidades da administração pública federal mediante solicitação formal à Imprensa Nacional e desde que atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade.

§ 2º Em caso de impedimento de ordem técnica, mediante autorização da autoridade responsável pelo Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SIDEC, no âmbito do MPDG, os atos poderão ser encaminhados por meio de mídia digital.

Horário de recebimento

Art. 14. Os atos a serem publicados no Diário Oficial da União deverão ser remetidos até as 19 horas do dia útil anterior à sua publicação.

§ 1º O disposto no caput não se aplica:

I - aos atos subscritos pelo Presidente da República; e

II - aos casos autorizados pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil.

§ 2º Os atos remetidos após o prazo do caput serão inseridos, automaticamente, na edição subsequente.

Cancelamento

Art. 15. O cancelamento de ato a ser publicado deve ser feito diretamente pelo Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCom ou, em caso de indisponibilidade do serviço, por mensagem eletrônica à Imprensa Nacional.

Art. 16. Somente serão aceitos os pedidos de cancelamento e alteração formulados até as 19 horas do dia útil anterior à data prevista para publicação.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do art. 11, § 2º, a Imprensa Nacional não tem competência para cancelar, anular, alterar, republicar, retificar ou tornar sem efeito ato publicado.

Disponibilização das edições

Art. 17. O Diário Oficial da União será publicado de segunda-feira a sexta-feira, uma vez por dia, exceto nos feriados nacionais e nos pontos facultativos da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República poderá autorizar a publicação de edições extras do Diário Oficial da União.

Pagamento da publicação

Art. 18. São objetos de pagamento no Diário Oficial da União:

Na Seção 1

I - atos originários de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - atos originários dos Poderes da União que envolvam interesses econômicos de terceiros, cujo custo da publicação seja de responsabilidade do beneficiário direto;

Na Seção 2

III - atos originários de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista;

IV - editais, comunicados e avisos; e

Na Seção 3

V - todos os atos inseridos na Seção 3 do Diário Oficial da União.

Forma de pagamento

Art. 19. O pagamento das faturas relativas às publicações de atos será de responsabilidade da unidade gestora do órgão ou entidade que as solicitar.

§ 1º Em caso de entidade não integrante do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI a cobrança será direcionada ao CNPJ do emitente dos atos.

§ 2º É responsabilidade dos órgãos ou entidades cadastrar e manter os dados de suas origens permanentemente atualizados no sistema INCom, para fins de faturamento e cobrança.

§ 3º A responsabilidade pelo pagamento da publicação, inclusive dos atos transmitidos pelo SIDEC, para inserção na Seção 3 do Diário Oficial da União, será da Unidade Administrativa de Serviços Gerais do órgão de origem, não sendo admitida a substituição ou alteração de devedor nas faturas, a exceção de erros formais devidamente justificados.

Art. 20. Órgãos e entidades públicas estaduais e municipais deverão efetuar o pagamento por meio de boleto bancário contendo o código de barras, correspondente à fatura emitida.

Art. 21. Entidades integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI deverão efetuar o pagamento por meio de Guia de Recolhimento da União.

Art. 22. Todos os pagamentos deverão ser realizados no valor integral das faturas, boletos, guias ou quaisquer outros documentos de cobrança apresentados.

Pagamento quanto à Subseção Ineditoriais

Art. 23. Os atos provenientes de pessoas físicas e jurídicas de direito privado somente serão liberados para publicação após compensação do respectivo boleto bancário ou antecipação do pagamento, por meio da aquisição de créditos de publicação.

Ressarcimento de valores

Art. 24. Em caso de devolução ou sustação de atos, pagamento em duplicidade e cobrança indevida, o cliente solicitará formalmente à Imprensa Nacional o ressarcimento do valor efetivamente pago, mencionando:

I - número do ofício do ato devolvido;

II - UG/CNPJ/CPF e endereço do cliente; e

III - banco, agência e conta corrente do respectivo cliente.

§ 1º A Imprensa Nacional efetuará a devolução no prazo de até sessenta dias, a contar do fornecimento, pelo interessado, dos dados mencionados no caput deste artigo.

§ 2º Nos casos de devolução ou sustação de atos, poderá ser utilizado o crédito gerado no Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCom para pagamento de publicação futura.

Preço da publicação

Art. 25. O preço da publicação de atos no Diário Oficial da União é definido em portaria do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

Gratuidade da publicação

Art. 26. São publicados gratuitamente:

I - os atos oficiais normativos e de pessoal oriundos:

a) da Presidência da República e dos órgãos que a integram, dos ministérios e órgãos diretamente subordinados; e

b) do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Ministério Público da União, da Defensoria Publica da União, da Advocacia-Geral da União, do Tribunal de Contas da União e dos órgãos do Poder Judiciário.

II - os despachos e as atas das sessões dos tribunais.

Art. 27. São publicados gratuitamente os editais dos beneficiários da assistência judiciária, cuja situação deverá estar expressamente declarada pelo juízo competente, sob pena de devolução do ato ou emissão de fatura de cobrança ao órgão emissor.

Cadastramento no INCom

Art. 28. Os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, bem como os particulares, que necessitam efetuar publicações de atos no Diário Oficial da União, deverão integrar o Sistema INCom, mediante cadastramento de seu gerente, conforme instruções e formulário disponíveis no portal da Imprensa Nacional.

Art. 29. Compete ao gerente do INCom junto à Imprensa Nacional o cadastramento de usuários e novos gerentes no referido sistema.

Certificação digital

Art. 30. Será emitido pela Imprensa Nacional, após a efetivação do cadastramento, certificado digital individual para cada usuário e gerente.

Parágrafo único. Em caso de interoperabilidade entre sistemas, prevista no § 1º do art. 13, será emitido pela Imprensa Nacional certificado digital para o equipamento a ser utilizado na transmissão de atos.

Art. 31. A partir de 1º de janeiro de 2020, o certificado de que trata o art. 30 deverá obedecer ao padrão ICP-Brasil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será regulado em ato específico.

Art. 32. As contas criadas para o órgão cadastrado somente serão ativadas após a emissão do certificado de que trata o art. 30.

Atualização de Cadastro

Art. 33. É de inteira responsabilidade dos gerentes do INCom a atualização do cadastro de usuários de sua área de competência.

Intermedição junto à Imprensa Nacional

Art. 34. Pessoas jurídicas interessadas em atuar na intermediação para transmissão de atos pelo INCom deverão realizar prévio credenciamento, conforme instruções e formulário disponíveis no portal da Imprensa Nacional, e mediante autorização do órgão ou entidade emitente dos atos a ser concedida diretamente por meio do INCom.

Parágrafo único. A ocorrência comprovada de irregularidade na intermediação de que trata este artigo, que venha ensejar publicação não autorizada pela origem ou prejuízo para qualquer uma das partes envolvidas ou a terceiros, sujeitará a pessoa jurídica responsável à penalidade de descredenciamento do Sistema INCom pelo período de 24 meses, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cíveis ou penais cabíveis.

Procedimentos para utilização do INCom

Art. 35. As orientações gerais para cadastramento e envio de atos são as contidas no Portal da Imprensa Nacional na internet.

Padrões técnicos para publicação

Art. 36. Os atos para publicação no Diário Oficial da União deverão ser remetidos em arquivos no padrão RTF (*Rich Text Format*).

Parágrafo único. No caso de transmissão de atos na forma prevista no § 1º do art. 13, os arquivos poderão ser remetidos nos formatos RTF ou, se provenientes do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no formato HTML.

Art. 37. Os atos deverão ser encaminhados para publicação em arquivos individuais.

Formatação de texto

Art. 38. Na formatação de textos deverá ser utilizada codificação própria, com os caracteres de controle a seguir especificados:

I - ##ATO Tipo de ato;

II - ##EME Ementa (somente na Seção 1);

III - ##TEX Texto do ato;

IV - ##ASS Nome da autoridade signatária (todos os atos, exceto extratos e retificações);

V - ##CAR Função da autoridade signatária (todos os atos, exceto extratos e retificações);

VI - ##DAT Data (todos os atos, exceto extratos e retificações); e

VII - ##ANE Anexo (somente quando houver).

Art. 39. Os atos a serem publicados no Diário Oficial da União obedecerão aos seguintes princípios de formatação:

I - fonte: Calibri;

II - corpo: 9;

III - alinhamento de duas ou mais colunas: utilizar recurso de tabelas; e

IV - entrelinhamento: utilizar espaço simples.

Art. 40. Não deverão ser utilizados recursos como:

I - marcação de mala direta;

II - alinhamento por espaços ou marcas de tabulação;

III - campos com equações e fórmulas, observado o § 2º deste artigo;

IV - cabeçalho e rodapé;

V - controle de alterações;

VI - estilos de textos diferentes de Normal; e

VII - texto na posição vertical.

§ 1º Quando da necessidade de utilização de marcadores de texto, recorrer ao hífen.

§ 2º As equações, fórmulas, formulários, mapas e ilustrações deverão ser tratados como imagens e salvas em arquivos separados, com indicação, no texto, do local onde serão inseridas.

§ 3º Caracteres especiais não contidos na fonte Calibri deverão ser gerados pelas fontes Symbol e Wingdings.

§ 4º Somente serão aceitos marcadores automáticos de parágrafos que estejam formatados nas fontes Calibri, Wingdings e Symbol.

§ 5º Os conteúdos acessíveis por meio de *hyperlink* publicado no Diário Oficial da União são de responsabilidade do órgão ou da entidade de origem.

§ 6º O *hyperlink* publicado não caracteriza o conteúdo a ele relacionado como publicação no Diário Oficial da União.

Formatação de tabela

Art. 41. As tabelas deverão ser formatadas obedecendo aos seguintes padrões:

I - largura de 12 ou 25 centímetros;

II - cada célula de tabela com, no máximo, cinco linhas de texto; e

III - bordas simples.

Parágrafo único. Não serão aceitas tabelas com recuo negativo ou mescla vertical.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Formatação de imagem

Art. 42. No tratamento de imagens deverão ser aplicados os parâmetros a seguir:

I - largura de 12 ou 25 centímetros;

II - altura máxima de 37 centímetros;

III - resolução mínima de 200 dpi; e

IV - arquivo em formato PDF, TIFF ou JPG.

§ 1º Textos e imagens deverão ser salvos em arquivos distintos e devidamente nomeados.

§ 2º No arquivo de texto deverá estar indicada a posição exata de inserção dos arquivos de imagem.

§ 3º Consideram-se imagens, para os fins desta Portaria, os gráficos, quadros, formulários, equações, fórmulas, requerimentos, balanços, mapas, ilustrações e peças informativas institucionais.

§ 4º Os balanços podem ser encaminhados como imagens e devem estar contornados por borda simples de 0,2 a 0,5 milímetro ou de 0,5 a 1,5 ponto e a formatação do texto deverá obedecer ao disposto no art. 39.

§ 5º Não serão aceitas imagens sem um arquivo de texto remetido conjuntamente.

Titulação

Art. 43. A titulação dos atos dos órgãos do Poder Executivo federal será automática, obedecendo à estrutura hierárquica disponibilizada pelo Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG.

Disposições finais

Art. 44. A publicação de atos que não estejam amparados por esta Portaria só ocorrerá mediante apresentação de sua fundamentação legal.

Art. 45. A Imprensa Nacional possui autonomia técnica para a edição e disponibilização eletrônica do Diário Oficial da União, obedecido ao princípio da fidelidade ao original.

Art. 46. A Imprensa Nacional, quando necessário, poderá promover ajustes na formatação de textos, tabelas e imagens recebidas, de forma a melhor adequar a diagramação de página.

Art. 47. As reclamações decorrentes de falhas no processo de produção editorial poderão ser formalizadas à Imprensa Nacional, dentro do prazo máximo de sete dias úteis, a contar da data de encaminhamento dos atos.

Art. 48. Dúvidas e omissões de ordem técnica, administrativa e financeira, para fins de publicação, serão dirimidas pela administração da Imprensa Nacional, sem prejuízo dos recursos cabíveis.

Revogações

Art. 49. Ficam revogadas:

I - Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009;

II - Portaria nº 188, de 7 de julho de 2011;

III - Portaria nº 205, de 14 de setembro de 2015;

IV - Portaria nº 228, de 19 de outubro de 2015;

V - Portaria nº 84, de 17 de abril de 2017; e

VI - Portaria nº 11, de 24 de janeiro de 2018.

Vigência

Art. 50. Esta Portaria entra em vigor em 1° de novembro de 2018.

PEDRO BERTONE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

NORMA DE EXECUÇÃO Nº 121, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional, regulamentados pelo Decreto nº 9.424/2018.

O DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - SUBSTITUTO (DD), DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 8.955/2017, que aprovou a Estrutura Regimental da Autarquia, especificamente ao contido no Inciso III do art. 15, da referida Estrutura Regimental.

Considerando a definição de uma política de financiamento da reforma agrária com vistas a garantir moradia digna aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA; e

Considerando a necessidade de apoiar os assentados do PNRA quanto à construção e reforma de habitações rurais, por meio de concessão de financiamento voltado à aquisição de materiais de construção e serviços para essa finalidade. resolve:

CAPÍTULO I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 1° Estabelecer a regulamentação quanto aos procedimentos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional para projetos criados ou reconhecidos pelo Incra, fundamentados nos seguintes atos:

I - Constituição Federal (Art. 189);

II - Lei n° 4.504/1964 (Estatuto da Terra);

III - Lei n° 8.629/1993;

IV - Lei n° 9.784/1999;

V - Lei n° 11.888/2008;

VI - Lei nº 13.001/2014;

VII - Decreto nº 8.738/2016

VIII - Decreto n° 8.955/2017

IX - Lei nº 13.465/2017; e

X - Decreto nº 9.424/2018.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º O Crédito Habitacional visa a construção de moradia na área da parcela rural recebida pelo beneficiário junto ao PNRA, sendo os recursos direcionados a aquisição de materiais de construção e pagamentos de serviços para essa finalidade, no valor de até R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Art. 3° O Crédito Reforma Habitacional visa o reparo na moradia existente na parcela rural onde o beneficiário fora assentado, sendo os recursos direcionados a aquisição de materiais de construção e pagamentos de serviços no sentido de recuperar e/ou ampliar a referida moradia, no valor de até R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

CAPÍTULO III

DOS PRERREQUISITOS GERAIS DO CRÉDITO INSTALAÇÃO

Art. 4º Os beneficiários do Crédito de Instalação deverão constar na Relação de Beneficiários (RB) do Sipra ou outro sistema que o Incra adote, e estar em situação de regularidade nesse sistema.

Art. 5º Para acessar essas modalidades, o beneficiário deverá ter o Contrato de Concessão de Uso - CCU, ou Concessão de Direito Real do Uso - CDRU, ou ainda, o Título de Domínio, emitido pelo Incra.

CAPÍTULO IV

DOS PRERREQUISITOS ESPECÍFICOS DAS MODALIDADES HABITACIONAL E REFORMA HABITACIONAL

Art. 6º Para fazer jus à modalidade habitacional ou reforma habitacional de que tratam os incisos VIII e IX do caput do art. 2º do Decreto 9.424/2018 os beneficiários deverão, cumulativamente:

I - terem seus dados atualizados junto ao Incra, nos termos previstos no art. 12 do Decreto 9.424/2018;

II - não terem recebido anteriormente o crédito de instalação nas modalidades de Habitação, Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação / Materiais de Construção, cujo somatório do valor concedido não exceda ao montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais), seja de concessão efetuada diretamente pelo Incra, seja porventura realizada por meio de parcerias com a Caixa Econômica Federal - CEF;

III - não terem sido contemplados anteriormente pelo Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, sem prejuízo quanto ao atendimento dos beneficiários atendidos através de convênios firmados pelo Incra com a Caixa Econômica Federal nos exercícios de 2000 e 2001;

IV - serem atendidos por técnico habilitado e credenciado pelo Incra, o qual se responsabilizará, no caso de construção, pelo projeto completo de engenharia, e em caso de reforma, pelo laudo técnico indicando sua necessidade, bem como, também, pelo relatório técnico de acompanhamento e fiscalização da execução das obras nas modalidades Habitacional e Reforma Habitacional;

V - Serem atendidos por técnico habilitado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das obras, podendo este ser servidor do Incra, de suas prestadoras de assistência técnica ou de órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, ou de entidades que representem os beneficiários que estabeleçam acordo de cooperação, convênio ou outro instrumento congênere;

VI - estarem inscritos no CadÚnico;

VII - não estarem inscritos em Dívida Ativa da União;

VIII - estarem com parcela do assentamento demarcada ou com pré-projeto de parcelamento aprovado ou área individual reconhecida pelo Incra;

IX - não sejam proprietários, cessionários ou promitentes compradores de imóvel residencial em qualquer localidade do país, que poderá ser comprovado por todos os meios disponíveis, a exemplo de certidão cartorial da comarca de localização do Projeto de Assentamento, ou declaração do beneficiário; e

X - terem o acesso que possibilite a entrega de materiais de construção quanto ao Crédito objetivado;

Art. 7º Para a operacionalização da modalidade de Crédito Reforma Habitacional, além do atendimento aos critérios estabelecidos nos Artigo 6º desta Norma, o beneficiário deve, cumulativamente:

I - ser detentor de moradia existente no Projeto de Assentamento, recebida pelo PNRA, e que esteja em condição de precariedade ou com dimensões insuficientes para abrigar sua família;

CAPÍTULO V

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 8º A utilização do Crédito de Instalação, nas Modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional será definida pelas famílias beneficiadas, com orientação de técnico habilitado, podendo ser servidor do Incra, ou de órgãos da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal ou de entidades que representem os beneficiários que estabeleçam acordo de cooperação, convênios ou outro instrumento congênere.

§ 1º A disponibilização do técnico habilitado se dará através de acordo de cooperação, convênios ou outro instrumento congênere e deverá ter a anuência das famílias beneficiárias, através de ata.

§ 2º As ações voltadas à concessão das modalidades em referência, em especial as relativas às parcerias, devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de se evitar sobreposições e otimizar os resultados a serem obtidos.

§ 3º A priorização dos projetos de assentamento e dos beneficiários que podem acessar as modalidades de que trata este regulamento, será de responsabilidade das Superintendências Regionais do Incra;

§ 4º A liberação do crédito habitação deverá ser através de grupos de no mínimo 5 (cinco) beneficiários, sendo a sua execução coletiva.

Art. 9º Serão disponibilizados pelo Incra, modelos de projetos arquitetônicos para construção de moradias, facultado aos beneficiários apresentação de outros modelos.

Art. 10º Nos termos de parceria deverão constar a disponibilização, por parte do parceiro, de profissionais habilitados, sem prejuízo da fiscalização por parte do Incra.

§ 1º Uma vez firmada a parceria, a convenente deverá indicar os nomes e qualificação dos profissionais, os quais deverão ser credenciados junto ao Incra.

§ 2º Referidos profissionais deverão ser orientados pelo Incra quanto aos objetivos a serem alcançados, assim como sobre as normas que regem a concessão dos créditos.

§ 3º O técnico habilitado orientará e gerenciará a execução das obras quanto ao modelo escolhido.

§ 4º Em qualquer das modalidades deverá ser exigida a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de elaboração de projeto, orçamento e execução.

Art. 11º O Incra não se responsabilizará por pagamentos de serviços ao técnico habilitado, previstos nesta norma.

Art. 12º Caberá ao técnico habilitado a divulgação e as informações sobre o programa às famílias beneficiárias, esclarecendo o papel de cada agente envolvido, seus direitos e deveres e o planejamento, em conjunto com as famílias, das etapas de execução das obras, definindo método, prazos e custos, bem como a forma de transferência dos recursos para pagamento de fornecedores de materiais e serviços.

Art. 13º A modalidade de Crédito Habitacional será dividida em três operações distintas, cada qual contemplando uma das fases da construção objetivada, sendo os percentuais aproximadamente iguais a:

a) Primeira fase - 40 % do valor da construção;

b) Segunda fase - 40 % do valor da construção;

c) Terceira fase - 20 % do valor da construção.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 14º O recurso inerente à primeira fase será precedido da identificação e qualificação da demanda, escolha do modelo de moradia pelo beneficiário, definição quanto ao técnico habilitado, bem como gestão necessária junto ao Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI quanto ao pedido do Crédito, emissão e assinatura de contrato.

Art. 15º As liberações da segunda e terceira parcelas se darão após a verificação da conclusão da parcela anterior, por meio de laudos individualizados de acompanhamento realizado por técnico habilitado que ateste a fase da construção; declaração do beneficiário em relação à conclusão da fase anterior e aprovação por parte do Incra, o qual deverá ser anexado no SNCCI para fins de controle e prestação de contas.

Art. 16º O Incra fiscalizará a conclusão de cada fase por meio de amostragem obtida através de sorteio aleatório, realizado no âmbito do SNCCI ou outro Sistema, o qual recairá sobre o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos créditos concedidos, oportunidade em que será verificado se a execução do objeto indicado nessa etapa, corresponde ao projeto aprovado.

Art. 17º A modalidade de Crédito Reforma Habitacional será dividida em três operações distintas, cada qual contemplando uma das fases da construção objetivada, sendo os percentuais aproximadamente iguais a:

a) Primeira fase - 40 % do valor da construção;

b) Segunda fase - 40 % do valor da construção;

c) Terceira fase - 20 % do valor da construção.

Art. 18º O recurso inerente à primeira fase será precedido da identificação e qualificação da demanda; definição quanto ao técnico habilitado que acompanhará o desenvolvimento da reforma; elaboração de laudo indicando a necessidade da reforma; laudo técnico individual e planilha orçamentária, que indicarão a necessidade e os valores a serem investidos na reforma e/ou ampliação da moradia, bem como gestão necessária junto ao SNCCI quanto ao pedido do Crédito, emissão e assinatura de contrato.

Art. 19º As liberações da segunda e terceira parcelas se darão após a verificação da conclusão da parcela anterior, por meio de laudos individualizados de acompanhamento realizado por técnico habilitado que ateste a fase da construção; declaração do beneficiário em relação à conclusão da fase anterior e aprovação por parte do Incra, o qual deverá ser anexado no SNCCI para fins de controle e prestação de contas.

Art. 20º O Incra fiscalizará a conclusão de cada fase por meio de amostragem obtida através de sorteio aleatório, realizado no âmbito do SNCCI ou outro Sistema, o qual recairá sobre o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos créditos concedidos, oportunidade em que será verificado se a execução do objeto indicado nessa etapa, corresponde ao projeto aprovado.

Art. 21º A responsabilidade civil e penal quanto ao acompanhamento e execução da concessão das modalidades serão de inteira responsabilidade do profissional habilitado.

§ 1º. Constatada qualquer irregularidade na conduta do profissional habilitado durante a aplicação do credito, a Superintendência Regional, conforme a natureza e gravidade do fato, adotará as medidas necessárias à responsabilização penal, cível ou administrativa, quando for o caso.

§ 2º. Qualquer contestação da execução do projeto oriunda de órgãos da administração municipal, estadual, federal ou distrital, assim como de entidades representativas dos beneficiários, sujeitará em suspensão imediata do credenciamento e habilitação do profissional, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e penal.

CAPÍTULO VI
DO ACOLHIMENTO DOS PROJETOS E LAUDOS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇAO

Art. 22º Os projetos e laudos de acompanhamento elaborados pelos técnicos deverão ser entregues no protocolo da Superintendência Regional, onde serão digitalizados individualmente e encaminhados à Divisão de Desenvolvimento.

Art. 23º A Divisão de Desenvolvimento, ao recepcionar o projeto ou laudo técnico de acompanhamento de execução, deve verificar se os mesmos atendem aos requisitos mínimos exigidos:

I - se todos os itens do projeto ou laudo de acompanhamento da aplicação do crédito estão preenchidos;

II - se o projeto ou laudo está acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, paga e assinada pelo profissional habilitado;

III - existência de declaração do beneficiário em relação à conclusão da fase anterior;

IV - se o profissional que assina o projeto está credenciado e habilitado no Incra;

Art. 24º No caso de apresentação de projeto ou laudo que não atenda aos requisitos mínimos, a Divisão de Desenvolvimento deve comunicar a entidade ou órgão parceiro das inconsistências encontradas e solicitar as devidas correções, sem prejuízo de comunicar o beneficiário e o profissional.

Art. 25º No âmbito da Divisão de Desenvolvimento, os projetos ou laudos deverão ser vinculados aos processos individuais dos beneficiários.

Art. 26º Após a verificação dos requisitos mínimos exigidos quanto a projetos e laudos elaborados pelos técnicos, a Superintendência Regional dará seguimento à operacionalização do crédito via SNCCI - Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito de Instalação.

CAPITULO VII
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 27º São atribuições do Incra Sede:

I - Contratar o agente financeiro e gerenciar o contrato estabelecido com o mesmo para a concessão do Crédito de Instalação;

II - Enviar ao Agente Financeiro arquivo de dados cadastrais e de pagamento de créditos das demandas cadastradas e qualificadas, no SNCCI, pelas Superintendências Regionais;

III - Cadastrar no SNCCI as agências bancárias indicadas pelas Superintendências Regionais para a retirada dos cartões magnéticos pelos beneficiários;

IV - Supervisionar e acompanhar o Crédito de Instalação junto às Superintendências Regionais; e

V - Gerenciar o SNCCI.

Art. 28º São atribuições das Superintendências Regionais:

I - Designar, por Ordem de Serviço - OS, específica, os servidores responsáveis pela operacionalização e acompanhamento da aplicação do Crédito de Instalação, os quais ficarão sob a coordenação da Divisão de Desenvolvimento;

II - Solicitar à Coordenação Geral de Implantação - DTI, da Diretoria de Obtenção - DT, a senha para acesso ao CadÚnico;

III - Identificar e qualificar as demandas de acordo com os pré-requisitos de cada modalidade;

Art. 29º É imprescindível a atualização cadastral prevista no Decreto nº 9.424/2018, a qual o Incra realizará ações de ofício, cruzamentos de bancos de dados oficiais e chamamentos para participação ativa dos beneficiários do PNRA.

IV - Efetuar o cadastramento no SNCCI dos beneficiários qualificados;

V - Buscar parcerias junto aos municípios e outros órgãos públicos, no sentido de obter técnico habilitado para a elaboração de projetos e laudos necessários à construção e reforma de moradias, bem como de orientação, acompanhamento e fiscalização das obras para a concessão das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional;

VI - Divulgar e orientar os beneficiários e as prestadoras de ATER, quando for o caso, quanto aos critérios estabelecidos no Decreto nº 9.424/2018 e os preceitos fixados nesta Norma de Execução.

VII - Credenciar e orientar os profissionais habilitados, engajados no processo via parceria mediante acordo de cooperação técnica ou outro instrumento do gênero, os quais prestarão assessoria técnica quanto ao acompanhamento e na execução das obras quanto à concessão das modalidades Habitacional e Reforma habitacional.

VIII - Informar aos beneficiários o valor do crédito, o percentual do rebate, o prazo de carência de cada modalidade, contados a partir da data do Arquivo Retorno Crédito, constante no Relatório de Interação com Agente Financeiro - Riafi.

IX - Acompanhar junto ao SNCCI a gestão realizada pela Sede, quanto à emissão dos cartões e disponibilização de recursos.

X - Alertar os beneficiários quanto às consequências relativas ao atraso no pagamento do Crédito de Instalação, bem como quanto ao desvio de finalidade.

XI - Esclarecer os beneficiários quanto aos seguintes prazos:

a) Noventa dias a contar da data do recebimento dos cartões nas agências bancárias, indicadas pelo Incra, para retirada do cartão pelo próprio beneficiário;

XII - Esclarecer os beneficiários que em caso de perda, extravio, ou de não retirada do cartão no prazo de noventa dias, acarretará destruição automática deste e o beneficiário terá apenas a opção de pagar a segunda via do cartão ou efetuar saques no caixa.

XIII - Instruir processo dos beneficiários com as informações do Crédito de Instalação conforme Art. 36º do capítulo da instrução processual;

XIV - Emitir os contratos de Crédito de Instalação, via SNCCI, e colher as devidas assinaturas;

XV - Lançar no SNCCI a data de assinatura do contrato e anexá-lo, em sua íntegra, no Sistema;

XVI - Lançar no SNCCI o projeto arquitetônico escolhido pelo beneficiário para construção de sua moradia, ou em caso de reforma, a planta baixa da edificação existente, constando as demolições ou acréscimos pretendidos, assim como laudos de acompanhamento da execução da concessão dessas modalidades;

XVII - Coordenar e operacionalizar a aplicação do Crédito de Instalação no âmbito de sua jurisdição; e

XVIII - Realizar a prestação de contas, de acordo com a especificidade de cada modalidade em conformidade com os procedimentos definidos nos Arts. 45º e 46º desta Norma de Execução.

Art. 30º São atribuições das famílias beneficiárias:

I - Construir a casa em conjunto com o Incra, órgãos parceiros ou entidades representativas dos beneficiários e acompanhar a execução da obra;

II - Respeitar o projeto arquitetônico aprovado inicialmente;

III - Respeitar as decisões tomadas de forma coletiva, pela maioria das famílias.

Parágrafo único: O beneficiário que interromper ou não concluir a obra será responsabilizado e penalizado pelo Incra.

Art. 31º São atribuições dos Órgãos da Administração Pública ou Entidades representativas dos beneficiários que estabeleçam acordo de cooperação técnica:

I - Apresentar um Plano de Trabalho com as etapas da obra; o cronograma físico e financeiro construído de acordo com a realidade do assentamento e também um modelo de auto construção assistida, com regras claras de participação do beneficiário na construção de sua casa;

II - Realização de reuniões periódicas para discussão sobre o andamento da obra com envolvimento das famílias no processo;

III - Apresentar ata das famílias concordando com a parceria;

CAPÍTULO VIII
DO CREDENCIAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS

Art. 32º Os profissionais habilitados constantes em termos de parceria, deverão ser credenciados pelo Incra.

§ 1º. O credenciamento desses profissionais se dará da seguinte forma:

I - A Superintendência Regional firmará parceria com municípios ou outros órgãos públicos, tendo por finalidade o acompanhamento e fiscalização da execução de obras voltadas às concessões das modalidades de Crédito habitacional e Reforma Habitacional.

II - A responsabilidade pelo processo de credenciamento ficará a cargo das Divisões de Desenvolvimento das Superintendências Regionais.

III - Os profissionais habilitados deverão dirigir-se ao protocolo, nas Superintendências Regionais ou Unidades Avançadas, para preencher Formulário de Inscrição, devendo portar original e cópia da Carteira de Identidade Profissional ou a Certidão do Órgão de Classe, juntamente com documento de identificação pessoal.

IV - O serviço de protocolo deverá encaminhar o formulário de inscrição para a Divisão de Desenvolvimento da Superintendência Regional via Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

§ 2º. O controle e monitoramento dos profissionais participantes à habilitação, dar-se-á via "Planilha Eletrônica de Controle do Credenciamento de Profissionais", para preenchimento dos campos: N° do Processo, Nome, CPF, Formação, N° de Registro Profissional, Telefone, E-mail, Nome da Entidade/Empresa, CNPJ, Data de Inscrição, Data de Participação em Encontro de Capacitação.

Art. 33º O Incra deverá orientar os profissionais quanto aos objetivos do crédito de instalação e as normas aplicadas quanto à operacionalização, em encontro presencial, com caráter informativo e de capacitação em relação às Leis e Normativos referentes ao tema.

Art. 34º A Superintendência Regional deverá emitir um Certificado de Credenciamento, o qual valerá para habilitação do profissional em todo o território nacional pelo período de dois anos.

Parágrafo Único. A critério do Incra, havendo alteração normativa quanto ao Crédito de Instalação, a validade do Certificado de Credenciamento citado no *caput* poderá ser reduzida, bem como os técnicos já credenciados e habilitados, chamados para participação em encontro de capacitação complementar.

Art. 35º Ao final de cada encontro de orientação e capacitação, a Divisão de Desenvolvimento deverá lançar na planilha de monitoramento a data de participação do profissional no curso de credenciamento e enviá-la para a Diretoria de Desenvolvimento - DD, para publicação no site do Incra dos nomes dos profissionais habilitados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO IX
DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Art. 36º O Processo Administrativo Individual do Beneficiário, para efeito de concessão das modalidades Habitacional e Reforma Habitacional, deverá ser acrescido dos documentos abaixo relacionados:

I - Contrato de Concessão de Uso - CCU, ou Contrato de Direito Real do Uso - CDRU, ou ainda, Título de Domínio, relativo ao beneficiário assentado pelo Incra.

II - Contrato de concessão de Crédito de Instalação, de cada modalidade disponibilizada, devidamente assinado pelo Superintendente Regional, beneficiário e técnico responsável pela coleta da assinatura, devendo no referido contrato constar a data de assinatura;

III - Espelho de Crédito emitido pelo SNCCI da concessão do Crédito de Instalação, no qual constará o valor da modalidade recebido e o efetivamente utilizado pelo beneficiário;

IV - O projeto de moradia escolhido pelo beneficiário na concessão do Crédito Habitacional, o projeto de reforma no caso do Crédito Reforma Habitacional, bem como os laudos de acompanhamento da execução das obras, emitido pelo profissional habilitado, que ateste a fase de sua execução, até o término desejado.

V - declaração de Quitação emitida pelo SNCCI.

VI - Relatório da Fiscalização por amostragem realizada por servidor do Incra no sentido de averiguar o laudo emitido pelo técnico habilitado e credenciado pelo Incra sobre o desenvolvimento da construção ou a reforma realizada com a concessão do Crédito.

CAPÍTULO X
DO FLUXO OPERACIONAL E PROCEDIMENTOS NO SNCCI

Art. 37º Obedecidos os critérios e procedimentos quanto a identificação e qualificação da demanda, a Superintendência Regional faz a solicitação, no SNCCI, da modalidade de crédito pretendido para os respectivos beneficiários, obedecendo os seguintes procedimentos:

I - A Superintendência Regional deverá informar ao Incra Sede o número da agência bancária e o nome do município, para cada projeto de assentamento ou área reconhecida. Mais de uma agência bancária poderá ser cadastrada para o mesmo Projeto de Assentamento, quando se fizer necessário.

II - A Superintendência Regional cadastra os beneficiários e solicita o crédito no SNCCI para a modalidade demandada;

III - O Incra Sede gera arquivo cadastro e envia os dados cadastrais dos beneficiários ao agente financeiro para emissão de cartão magnético;

IV - O Incra Sede recepciona o "arquivo cadastro retorno" do agente financeiro e registra no Relatório de Interação com o Agente Financeiro - RIAFI;

V - A Superintendência Regional verifica no RIAFI se o cartão magnético foi gerado e emite via SNCCI o contrato de crédito em duas vias;

VI - A Superintendência Regional deverá comunicar os beneficiários para retirada do cartão magnético na agência cadastrada no SNCCI, o qual deverá ser retirado em até 90 dias;

VII - Assinados os contratos pelo Superintendente Regional, pelos beneficiários e pelas testemunhas, bem como escolhido o modelo de moradia no caso da concessão do Crédito Habitacional, o responsável pela coleta das assinaturas deverá preencher seus dados pessoais no campo específico do contrato;

VIII - A Superintendência Regional entrega 1 (uma) via do contrato e do modelo de moradia escolhido - no caso da concessão do Crédito Habitacional, ao beneficiário e junta cópia desses ao processo individual do beneficiário e no SNCCI;

IX - No caso da concessão do Crédito Reforma Habitacional, deverá ser avaliada por técnico habilitado a necessidade de reforma e/ou ampliação e apresentado um laudo com a pretensão dessa, o qual será entregue ao beneficiário juntamente com o contrato da modalidade, para celebração;

X - Uma vez assinados, a Superintendência Regional registra no SNCCI a data da assinatura do contrato, digitalizando e anexando, o laudo indicando a reforma e/ou ampliação, bem como os laudos de acompanhamento junto ao SNCCI;

XI - O Incra Sede gera "arquivo envio crédito" para os beneficiários e remete ao agente financeiro para a liberação dos recursos financeiros nos cartões magnéticos;

XII - O Incra Sede recepciona o "arquivo retorno crédito" do agente financeiro e registra no RIAFI;

XIII - O Incra Sede recepciona os demais "arquivos retorno crédito" do agente financeiro e registra no RIAFI, para fins de prestação de contas.

Art. 38º Para a concessão das modalidades supracitadas é imprescindível que a Superintendência Regional registre e anexe no campo específico do SNCCI as informações inerentes ao projeto e ao acompanhamento da execução da obra realizada por técnico habilitado.

CAPÍTULO XI
DO ACOMPANHAMENTO, SUPERVISÃO E CONTROLE

Art. 39º O acompanhamento e o controle de todas as modalidades dar-se-á por meio do SNCCI, através do RIAFI.

Art. 40º A supervisão da concessão dessas modalidades dar-se-á por amostragem, obtida através de sorteio aleatório realizado no âmbito do SNCCI ou outro Sistema, a qual recairá sobre o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos créditos concedidos, onde será verificado não só a construção, mas se houve seguimento quanto ao objeto indicado no modelo ou laudo de reforma e/ou ampliação, apresentado anteriormente.

Art. 41º A verificação do cumprimento do objeto por parte do Incra dar-se-á verificando apenas se houve a construção da moradia - no caso do Crédito Habitacional; e se houve a reforma e/ou ampliação, no caso do Crédito Reforma Habitacional, na parcela rural do beneficiário.

Art. 42º Em caso de comprovado desvio de finalidade da modalidade concedida, esta informação deverá ser registrada no SNCCI.

Art. 43º Havendo modificação na situação de regularidade do beneficiário no decorrer do fluxo de concessão do Crédito de Instalação, a Superintendência Regional deverá imediatamente comunicar o caso ao Incra Sede, de forma a evitar emissão de cartão e pagamentos indevidos.

Art. 44º Todo apontamento de desvio de finalidade ou qualquer outra ocorrência que implique em prejuízo ao alcance da finalidade do Crédito deverá ser registrado no processo individual do beneficiário e no módulo cobrança do SNCCI, de forma que a Divisão de Administração, no ato de cobrança, considere a devolução integral dos Créditos concedidos.

CAPÍTULO XII
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 45º Para as modalidades em foco a prestação de contas dar-se-á por meio do Espelho de Crédito emitido pelo SNCCI e do Laudo de Acompanhamento da Execução da obra.

Art. 46º Ao final da quitação das modalidades a Superintendência Regional deverá anexar ao processo individual do beneficiário a declaração de Quitação a ser extraído do SNCCI.

CAPÍTULO XIII
DA COBRANÇA

Art. 47º Para o Crédito de Instalação será cobrado à taxa efetiva de juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, contados da data da concessão, observadas as seguintes condições específicas:

a) reembolso - em parcela única, com vencimento no prazo de três anos, contado da data de liberação do crédito de instalação; e

b) rebate para liquidação - noventa e seis por cento sobre o saldo devedor atualizado na forma prevista no caput para as liquidações efetuadas até o prazo de vencimento ou outro prazo estabelecido em ato do dirigente máximo do Incra, caso o pagamento não seja efetuado até a data de vencimento por situação não imputável aos beneficiários.

Art. 48º Em caso de pagamento não efetuado até a data de vencimento por situação não imputável aos beneficiários devidamente reconhecida pela Superintendência, a qual deverá realizar gestão afetas à Divisão de Desenvolvimento e Divisão de Administração no sentido fixar nova data para pagamento.

Art. 49º Em caso de inadimplência, será cobrado o valor total do crédito concedido sem desconto e com acréscimo de multa e juros de mora, calculados nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais, conforme previsto no Art. 37-A da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 50º Em caso de atraso onde o beneficiário pretenda questionar a responsabilidade quanto a perda do desconto de pontualidade, a Superintendência Regional deverá adotar os seguintes procedimentos:

I) O beneficiário deverá requerer pessoalmente na Sala de Cidadania da Superintendência Regional, novo prazo para pagamento com o rebate previsto para a modalidade. No requerimento deverá ser apresentada as evidências de que o atraso não foi imputável a ele e este deverá ser enviado a Divisão de Administração Regional que fará a análise prévia da solicitação.

II) A Divisão de Administração da Regional, deverá analisar o caso apresentar posicionamento quanto ao deferimento ou não do Requerimento e providenciar abertura de Processo Administrativo específico para o assunto.

III) A Divisão de Administração da Regional, após a abertura do processo, deverá remeter o processo para a Procuradoria Federal Especializada da Regional para análise e manifestação acerca da legalidade e pertinência da solicitação.

IV) Após parecer conclusivo da Procuradoria Federal Especializada da Regional, o processo deverá retornar a Divisão de Administração Regional que instruirá o processo com vistas ao Superintendente para deferimento ou indeferimento da solicitação. Em seguida, retornar a Divisão de Administração da Regional para efetivar via SNCCI a nova data de pagamento com o rebate, ou para arquivo no caso de indeferimento.

a) A GRU contendo a nova data para pagamento será disponibilizada no SNCCI via funcionalidade "Atualizar Valor de Crédito" sempre no primeiro dia útil do mês subsequente ao recebimento do processo na Divisão de Administração da Regional, e a data para pagamento será até o último dia útil do mês.

b) Se mais de um beneficiário, do mesmo Projeto de Assentamento perderem o prazo para pagamento, pelo mesmo motivo, os requerimentos poderão ser agrupados e aberto um único processo administrativo.

Art. 51º A cobrança será de exclusiva responsabilidade da Diretoria de Administração e suas correlatas nas Superintendências Regionais e dar-se-á por meio do módulo cobrança do SNCCI, devendo essas efetuarem a juntada do comprovante no processo individual do beneficiário.

Art. 52º Após o pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, o setor responsável pela cobrança, deverá juntar no processo individual do beneficiário a Certidão de Quitação.

Art. 53º O boleto não deverá ser emitido antes de decorrido 120 (cento e vinte) dias da concessão do crédito.

CAPÍTULO XIV
DO DESVIO DE FINALIDADE E APLICAÇÃO IRREGULAR DO CRÉDITO INSTALAÇÃO

Art. 54º Qualquer irregularidade na aplicação dos recursos do crédito de instalação acarretará, independentemente de outras medidas legais, na tomada das seguintes providências:

I - Se praticada pelo servidor do Incra, o Superintendente Regional, sob pena de responsabilidade, determinará a instauração imediata de processo disciplinar, sem prejuízo de ação penal e cível cabíveis;

II - Se praticada pelo beneficiário da Reforma Agrária, a Superintendência Regional adotará as medidas administrativas visando responsabilizá-lo pelo ato praticado, suspender a concessão de outros Créditos de Instalação enquanto durar o processo, com consequente juntada da documentação ao processo individual do beneficiário. Uma vez confirmada a irregularidade, o beneficiário deverá efetuar o ressarcimento da importância recebida, no prazo máximo de sessenta dias, contado da sua notificação atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e calculado a partir da data de liberação do recurso.

III - se praticada por terceiros ou instituição financeira, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a) comunicação do fato à Superintendência da Polícia Federal;

b) representação perante o Ministério Público Federal;

c) adoção de medidas legais, visando reparação do dano causado ao erário;

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55º Para efeito de contagem de tempo para validação do recadastramento do beneficiário, nos termos do art. 9º do Decreto nº 9.424 /2018, será considerado o início do ano civil.

Art. 56º Será emitido um único cartão magnético para cada beneficiário do crédito habitação.

§ 1º - Para qualquer movimentação dos recursos financeiros, o uso do cartão magnético é exclusivo do beneficiário, sendo vedado a utilização por terceiros;

§ 2º - No caso de extravio ou inutilização, por danos no cartão magnético, por parte do beneficiário, o eventual custo da emissão de uma segunda via será assumido pelo mesmo;

Art. 57º Deverão ser incluídos no processo do beneficiário qualquer documento de situação relevante referente a operacionalização do crédito - desvios, possíveis denúncias de irregularidades, entre outros.

Art. 58º As modalidades do Crédito de Instalação poderão ser concedidas ao sucessor, nos casos de transferência de titularidade da área ou parcela proveniente de retomada, sendo observada os pré-requisitos para concessão do Crédito de Instalação, bem como as condições porventura existentes quanto a moradia já existente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 59º O beneficiário contemplado com título de domínio ou a CDRU relativos às áreas em que ocorreram desmembramentos ou remembramentos após a concessão de uso, não fará jus aos créditos de instalação nos termos do parágrafo 1º do art. 18-A da Lei nº 8.629/93.

Art. 60º A concessão do Crédito de Instalação fica limitada às disponibilidades orçamentárias e financeiras do Orçamento Geral da União destinadas para essa finalidade.

Art. 61º A apresentação dos projetos de reforma e/ou ampliação, e os laudos previstos para as modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional exigirão do técnico habilitação nos órgãos de classe da categoria bem como ART, quando esse for o caso.

§ 1º. Os projetos previstos no *caput* deverão ser assinados pelos beneficiários, no sentido de comprovar sua concordância.

Art. 62º Os casos omissos na presente Norma de Execução são dirimidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

DOUGLAS SOUZA DE JESUS

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.012670/2018-88
Interessado: AR COSTA ARAUJO CERTIFICACAO E SOLUCOES
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro COSTA ARAÚJO CERTIFICAÇÃO E SOLUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 29.457.735/0001-20, sob denominação AR COSTA ARAUJO CERTIFICACAO E SOLUCOES, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: RUA ITAPERUNA Nº 39, SALA A, BAIRRO JAPUIBA (CUNHAMBEBE), CEP 23.934-165 - ANGRA DOS REIS / RJ.

Processo nº 00100.012007/2018-83
Interessado: AR ACIB
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BASTOS, CNPJ 51.507.580/0001-49, sob denominação AR ACIB, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Rua Vereador Shigueru Shida, nº 145 - Jardim Hiraki - CEP: 17.690-000 - Bastos/SP.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Processo nº 00100.012436/2018-51
Interessado: AR APOIOTOTAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro VALTER NEVES FILHO INFORMÁTICA & CIA LTDA, CNPJ 25.345.918/0001-01, sob denominação AR APOIOTOTAL, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Avenida Marechal Deodoro Nº 646, 1º Andar - sala 03, Centro, CEP 19.806-140 - Assis/SP.

Processo nº 00100.012443/2018-52
Interessado: AR CERTIFICADO CAMPINAS
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro C. CAMP CERTIFICADO DIGITAL EIRELI - ME, CNPJ 24.398.727/0001-37, sob denominação AR CERTIFICADO CAMPINAS, vinculada à AC CNDL RFB, com funcionamento no endereço: AV. JOAO ERBOLATO Nº 364, BAIRRO: JARDIM CHAPADAO, SALA 02, CEP: 13.070-070 - CAMPINAS / SP.

Processo nº 00100.012457/2018-76
Interessado: AR ASJ SOLUCOES
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro ASJ SOLUCOES, SERVICOS EMPRESARIAIS E NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - ME, CNPJ 28.421.338/0001-36, sob denominação AR ASJ SOLUCOES, vinculada à AC VALID BRASIL e AC VALID RFB, com funcionamento no endereço: R PRIMEIRO DE MAIO, Nº 138, SALA 03, BAIRRO: PARQUE FRANCISCO RIZZO, CEP 06.803-272 - EMBU DAS ARTES / SP.

Processo nº 00100.012431/2018-28
Interessado: AR Sem Fronteiras
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro SEM FRONTEIRAS CONSULTORIA VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 05.142.520/0001-52, sob denominação AR SEM FRONTEIRAS, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 792, andar 11, Sala 1102, Edifício Ícone Tower, Centro, Feira de Santana/BA, CEP 44.001-496.

Processo nº 00100.012793/2018-19
Interessado: AR Associacao Comercial e Industrial de Garça
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GARÇA, CNPJ 49.887.805/0001-98, sob denominação AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GARÇA, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Av. Dr. Rafael Paes de Barros, nº 347, Bairro Williams, Garça/SP, CEP 17.400-000.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Processo nº 00100.012802/2018-71
Interessado: AR Hudston Certificados
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro HUDSTON CERTIFICADOS LTDA - ME, CNPJ 29.007.716/0001-00, sob denominação AR HUDSTON CERTIFICADOS, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 105, Conjunto 1603, Bairro Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04.571-010.

Processo nº 00100.012810/2018-18
Interessado: AR Associação Comercial e Industrial de Novo Horizonte
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVO HORIZONTE, CNPJ 51.346.930/0001-32, sob denominação AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVO HORIZONTE, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Rua 28 de outubro, nº 426, Bairro Centro, Novo Horizonte/SP, CEP 14.960-000.

Processo nº 00100.012790/2018-85
Interessado: AR ATENA TECNOLOGIA
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro ATENA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI, CNPJ 15.074.920/0002-02, sob denominação AR ATENA TECNOLOGIA, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: AV. BARÃO DO RIO BRANCO Nº 104, Andar 5, Sala 501, Edif. Prime Office, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.600-000 - JOAÇABA / SC.

Processo nº 00100.012821/2018-06
Interessado: AR LEMONID
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro LEMON PIE - CONSULTORIA EM INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 10.607.512/0001-74, sob denominação AR LEMONID, vinculada à AC VALID BRASIL e à AC VALID RFB, com funcionamento no endereço: AVENIDA: CALCADAS DAS MARGARIDAS Nº 154, ANDAR 2, CONDOMINIO CENTRO COMERCIAL ALPHAVILLE, CEP 06.453-038 - BARUERI / SP.

Processo nº 00100.012047/2018-25
Interessado: AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ATIBAIA
DEFIRO o pedido de credenciamento da Autoridade de Registro ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ATIBAIA, CNPJ 51.867.521/0001-81, sob denominação AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ATIBAIA, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com funcionamento no endereço: Rua José Pires, nº 239 - Centro - CEP: 12.940-650 - Atibaia/SP.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 19, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Subdelega competências no âmbito da Secretaria de Administração do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, no art. 7º do Decreto nº 9.410, de 13 de junho de 2018, nos art. 7º, §§ 1º e 2º, inciso I, art. 39, art. 43, **caput**, inciso VI, e art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos art. 3º, **caput**, incisos I e IV, e art. 4º, **caput**, inciso XXI, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no art. 4º do Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, nos art. 4º, § 1º, arts. 8º a 10 e art. 29 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, nos art. 2º, § 3º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Ficam subdelegadas ao Ordenador de Despesas da Secretaria de Administração do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro as competências para:

I - realizar a gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados no Gabinete de Intervenção Federal;

II - autorizar a celebração e a prorrogação de contratos administrativos relativos a atividades de custeio, em contratos com valor até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

III - aprovar o projeto básico, o projeto executivo e o termo de referência para a realização de licitação e pregão e para a celebração de contratos administrativos com valor até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

IV - autorizar audiência pública nas hipóteses de licitação de grande vulto e de licitações simultâneas ou sucessivas, a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

V - dispor sobre a exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras;

VI - homologar os resultados dos certames licitatórios;

VII - aprovar planos de trabalho e termos de referência de convênios e de contratos de repasse com entidades públicas;

VIII - analisar e aprovar os aspectos físico e financeiro das prestações de contas de convênios, termos de execução descentralizada e acordos de cooperação técnica, inclusive com organismos internacionais; e

IX - analisar e aprovar a execução física dos contratos de repasse com entidades públicas e termos de compromisso para transferências obrigatórias referentes às ações de custeio.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de Administração do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro compreendidos nas matérias de que trata a presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAELIO SOARES DE ANDRADE

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a lista de autopeças constante dos Anexos I e II da Resolução CAMEX nº 116, de 18 de dezembro de 2014.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista a deliberação de sua 160ª reunião, ocorrida em 25 de setembro de 2018, e o disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, no Decreto nº 8.278, de 27 de junho de 2014, e no Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016, e a Resolução nº 61, de 23 de junho de 2015, da Câmara de Comércio Exterior, resolveu, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º A quota para o Ex 033 - Motor bicombustível ou gasolina, 2,0l, 16V, 4 cilindros em linha, 1998cm³ com turbo, comando de válvulas variável, injeção direta, potência entre 135 a 250 kW e torque entre 250 a 500Nm para automóveis e comerciais leves, classificado no código 8407.34.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, prevista no art. 2º da Resolução nº 50, de 03 de agosto de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, passa a ser de 3.025 (três mil e vinte e cinco) unidades.

Art. 2º A quota para o Ex 034 - Motor longitudinal bicombustível ou E0, 2,0l, 16V, 4 cilindros em linha, 1997cm³ com turbo, comando de válvulas variável, injeção direta, potência entre 135 a 180kW e torque entre 270 a 350Nm para automóveis e comerciais leves, classificado no código 8407.34.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, prevista no art. 2º da Resolução nº 50, de 03 de agosto de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, passa a ser de 1.625 (mil seiscentos e vinte e cinco) unidades.

Art. 3º A quota para o Ex 035 - Motor bicombustível ou gasolina, 1,5l, 4 válvulas por cilindro, 3 cilindros em linha, 1499cm³ com turbo, comando de válvulas variável, injeção direta, potência entre 75 a 105 kW e torque entre 180 a 220 Nm para automóveis e comerciais leves, classificado no código 8407.34.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, prevista no art. 2º da Resolução nº 50, de 03 de agosto de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, passa a ser de 100 (cem) unidades.

Art. 4º Fica excluído da lista de autopeças constante do Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior o Ex-Tarifário descrito abaixo:

NCM (SH 2012)	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA
7007.21.00	Ex 002 - Conjunto para-brisa completo, composto de lâminas de vidro e camada PVB, protetor contra raios UV, tolerância máxima de +-2mm, com ou sem sensor de chuva integrado, para uso em automóveis.	2%

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro as Resoluções nºs 24/18 e 29/18 do Grupo Mercado Comum do Mercosul, que efetuam modificações na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) e na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 4º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, tendo em vista a deliberação de sua 160ª reunião, ocorrida em 25 de setembro de 2018, e com fundamento no inciso XIV e XIX do art. 2º do mesmo diploma, considerando Resoluções nºs 24/18 e 29/18, do Grupo Mercado Comum do Mercosul - GMC, e a Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016, resolveu, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º A Nomenclatura Comum do Mercosul e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum - TEC, de que trata o Anexo I da Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, ficam alteradas na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Fica excluído o código 2909.19.90 da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum de que trata o Anexo II da Resolução nº 125, de 2016.

Art. 3º Fica excluído o ex-tarifário 021 do código 3004.90.99 da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum de que trata o Anexo II da Resolução nº 125, de 2016.

Art. 4º Fica excluída a linha do anexo da Resolução nº 64, de 10 de setembro de 2018, referente ao código 5403.31.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

Art. 5º No Anexo I da Resolução nº 125, de 2016:

I - a alíquota correspondente ao código 2909.19.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul deixa de ser assinalada com o sinal gráfico "#".

II - a alíquota correspondente ao código 5403.31.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul deixa de ser assinalada com o sinal gráfico "**".

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2019.

MARCOS JORGE
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL			MODIFICAÇÃO APROVADA		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC %	NCM	DESCRIÇÃO	TEC %
2909.19.90	Outros	2	2909.19.20	Sevoflurano	14
			2909.19.90	Outros	2
3003.90.99	Outros	8	3003.90.97	Sevoflurano	14
			3003.90.99	Outros	8
3004.90.99	Outros	8	3004.90.97	Sevoflurano	14
			3004.90.99	Outros	8
5403.31.00	-- De raiom viscose, sem torção ou com torção não superior a 120 voltas por metro	18	5403.31	-- De raiom viscose, sem torção ou com torção não superior a 120 voltas por metro	
			5403.31.10	Crus ou branqueados	2
			5403.31.90	Outros	18

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa nº 2, de 27 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial no dia 28 de setembro de 2018, Seção 1, página 15.

Onde se lê: O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REP BLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e no Decreto nº 9.330, de 5 de abril de 2018,

Leia-se: O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REP BLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e no Decreto nº 9.330, de 5 de abril de 2018,

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a constituição de grupo técnico para dinamizar a pesquisa e a lavra de minérios, voltadas para o setor nuclear brasileiro.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), no uso da atribuição que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal de 1988 e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto de 2 de julho de 2008, alterado pelo Decreto de 22 de junho de 2017, cumulado com os artigos 12 e 25 do Regimento Interno do CDPNB, e considerando a conclusão do relatório final do grupo técnico constituído por meio da Resolução nº 3 de 11 de janeiro de 2018, torna público que o CDPNB, na 2ª Reunião Plenária realizada em 5 de julho de 2018, resolveu:

Art. 1º Constituir grupo técnico com o propósito de dinamizar a pesquisa e a lavra de minérios, voltadas para o setor nuclear brasileiro.

Art. 2º O grupo técnico será integrado por representantes dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministério das Relações Exteriores;

III - Ministério da Fazenda;

IV - Ministério de Minas e Energia;

V - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

VI - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

VII - Ministério do Meio Ambiente;

VIII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IX - Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha;

X - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo;

XI - Agência Nacional de Mineração;

XII - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - Serviço Geológico do Brasil;

XIII - Comissão Nacional de Energia Nuclear;

XIV - Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear; e

XV - Indústrias Nucleares do Brasil.

§ 1º O grupo técnico será coordenado por representante do Ministério de Minas e Energia.

§ 2º O grupo técnico poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades cuja participação seja considerada indispensável ao estrito cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 3º O grupo técnico terá duração de cento e oitenta dias corridos, contados a partir da data da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. Por solicitação do coordenador do grupo técnico, o prazo para a conclusão dos seus trabalhos poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Art. 4º O produto final do grupo técnico será um relatório, contendo estratégia que atenda ao propósito definido no art. 1º desta Resolução, bem como propostas de alteração dos atos normativos que venham a ser impactados por essa estratégia, conclusos ao Coordenador do CDPNB.

Art. 5º O grupo técnico poderá estabelecer entregas de produtos intermediários que estejam dentro do seu escopo de trabalho e atendam ao propósito definido no art. 1º desta Resolução.

Art. 6º As orientações específicas e complementares ao Regimento Interno do CDPNB, quanto ao funcionamento desse grupo técnico, serão publicadas em Portaria do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 116, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul, observando o disposto nas Portarias Ministeriais MAPA nº 561 e nº 562, de 11 de abril de 2018, considerando o Memorando-Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018, e embasado na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE - resolve:

Art. 1° HABILITAR o Médico Veterinário MARCELO MODESTO AMARAL, CRMV-MS 4797, para realizar colheita e remessa de material para diagnóstico de Mormo no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovado pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, e demais normas e dispositivos complementares:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO DE SOUZA MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 104, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere os arts. 18 e 53, do Anexo I, do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, no inciso III, do Art. 219, da Portaria MAPA nº 562, de 11 de abril de 2018, e o que consta do Processo SEI nº 21000.036786/2018-19, resolve:

Art. 1º - Ficam instituídos, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, os responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações necessárias à execução dos Projetos Estratégicos desta Secretaria.

Art. 2º - É atribuição dos responsáveis instituídos no Artigo 1º: I - providenciar estudos e elaborar documentos técnicos para subsidiar implementação das ações necessárias à elaboração e execução dos Projetos Estratégicos da Secretaria de Defesa Agropecuária; II - apresentar propostas de normas e de medidas de referentes à implementação dos Projetos Estratégicos da Secretaria de Defesa Agropecuária; III - gerenciar a equipe de trabalho designada para a execução dos Projetos Estratégicos da Secretaria de Defesa Agropecuária; IV - realizar reuniões de acompanhamento da execução do projeto e prestar informações tempestivas sobre o andamento das atividades, incluindo a atualização do cronograma de entregas, alterações de escopo e de resultados; V - efetuar a avaliação final do projeto e a elaboração do seu respectivo Termo de Encerramento, informando as partes interessadas; e, VI - Todas as atividades relacionadas à gestão do projeto devem estar de acordo com o Método de Gestão de Projetos do Mapa.

Art. 3º Os Responsáveis e seus Suplentes na gestão dos Projetos Estratégicos listados nesta portaria estão indicados abaixo:

Unidade Administrativa responsável pelo projeto	Nome do Projeto	Responsável e Suplente	Siape
DFIP/SDA/MAPA	Implementar o Programa Nacional de Prevenção da Resistência aos Antimicrobianos em Animais	Suzana Bresslau, Responsável	1630150
		Gabriela Bicca da Silveira, Suplente	1573290
DARAN/SDA/MAPA	Desenvolver e Implementar o Programa e Melhoria da Qualidade Regulatório na Secreatria de Defesa agropecuária PMQR	Carlos Roberto de Carvalho Fonseca, Responsável	1571887
		Karina Fontes Coelho Leandro, Suplente	1358648
CGOP/SDA/MAPA	Implementar Modelo de Gestão Integrada da Defesa Agropecuária - MGDA	Paulo Sérgio Vilches Fresneda, Responsável	1256357
		Estela Alves de Medeiros, Suplente	1439383
CGVIGIAGRO/SDA/ MAPA	Construção do Centro Nacional de Cães de Detecção	Romero Serrão Teixeira, Responsável	1465617
		Angelo de Queiroz Mauricio, Suplente	1358640

Art. 4º - O Responsável pelo projeto e seu Suplente poderão convidar a participar dos projetos representantes de sua Unidade Administrativa ou de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, além de pesquisadores e especialistas, quando necessário para o cumprimento das suas finalidades.

Art. 5º - Os produtos resultantes das atividades desenvolvidas no âmbito dos Projetos Estratégicos da Secretaria de Defesa Agropecuária serão consolidados e comporão relatório final que será apresentado ao chefe da Unidade Administrativa, ao Secretário de Defesa Agropecuária e aos membros do Comitê Estratégico de Gestão da SDA - CEG/SDA.

Art. 6º - Projetos Estratégicos da Secretaria de Defesa Agropecuária terão prazo máximo para conclusão em 4 anos, podendo ser prorrogados por até igual período.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 79, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Zhejiang Jiahua Group Co. Ltd. - 1 Binhai Road, Hangzhou Bay Bridge New Zone, Haiyan Economic Development Zone - 314305 Zhejiang - China; Aimco Pesticides Limited - B1/1, M.I.D.C. Industrial Area, Lote Parshuram, Dist. Ratnagiri, Village Awashi - 415707 Maharashtra, Índia; Changshu Pesticide Factory CO. Ltd. - South Mocheng Town - Changshu City, Jiangsu China; no produto Acefato Fersol 750 SP, registro nº 458294, conforme processo nº 21000.014498/2018-03.

2.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores UPL Limited - Unit 11 - Plot nº 3210/3201-A, G.I.D.C., Dist. Bharuch 393002 Ankleshwar, Gujarat, Índia; UPL Jiangsu Ltd. - Shilian Avenue, Salinization New Material Industrial Park - Huaian City, 223112, Jiangsu Province, China; Uniphos Colombia Plant Limited - Via 40, nº 85-85 Barranquilla, Colômbia; Cerexagri B.V. Tankhoofd - 10, 3196 KE Vondelingenplaat, Roterdã, Holanda; no produto Triziman, registro nº 23517, conforme processo nº 21000.007386/2018-98.

3. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Vanon do Brasil Comércio e Importação de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 24.209.824/0001-34 - São Paulo/SP, a importar os produtos Dessicash 200 SL, registro nº 3515; Diquash 200 SL, registro nº 3516; de acordo com processo nº 21000.035768/2018-10.

4. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Prentiss Química Ltda. - CNPJ nº 00.729.422/0001-00 - Campo Largo/PR, a importar os produtos Shyper 250 EC, registro nº 39617; Fate 750 SP, registro nº 20917; Trishul 750 SP, registro nº 20817; Dessicash, registro nº 3515; Dessicash 200 SL, registro nº 25216; conforme processo nº 21000.035767/2018-67.

5. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiania/GO, a importar os produtos Dessicash, registro nº 3515; Markab 350 FS, registro nº 22717; Trishul 750 SP, registro nº 20817; conforme processo nº 21000.035766/2018-12.

6. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Diflubenzuron 240 SC Helm, registro nº 16207, para a marca comercial Diflumax, conforme processo nº 21000.037310/2018-97.

7. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o registro do produto Uzat, registro nº 26618, conforme processo nº 21000.037385/2018-78.

8. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o pleito de registro dos produtos Galgoper, registro nº 05699; e Permetrina Técnica Chemotécnica, registro nº 5299; conforme processo nº 21000.037471/2018-81.

9. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agroimport do Brasil Ltda. - CNPJ nº05.625.220/0009-81 - Carazinho/RS, a importar os produtos Shyper 250 EC, registro nº 39617; Acrux 750 SP, registro nº 12317; Fate 750 SP, registro nº 20917; Markab 350 FS, registro nº 22717; Diquash 200 SL, registro nº 3516; conforme processo nº 21000.035762/2018-34.

10. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 18.858.234/0001-30 - São Miguel do Iguaçu/PR, Filial: CNPJ nº 18.858.234/0003-00 - Campo Novo do Parecis/MT, CNPJ nº 18.858.234/0004-82 - Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ nº 18.858.234/0005-63 - Balsas/MA, CNPJ nº 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiânia/GO, a importar o produto Shyper 250 EC, registro nº 39617, conforme processo nº 21000.035750/2018-18.

11. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o registro do produto Kelpak, registro nº 0512, conforme processo nº 21000.038014/2018-11.

12. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Gran Protect, registro nº 11617, para a marca comercial Silicon Protect, conforme processo nº 21000.037958/2018-63.

13. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Jiangsu Good Harvest-Weien Agrochemical Co., Ltd. - Laogang, 226221, Qidong, Jiangsu - China; Sichuan Leshan Fuhua Tongda Agro-Chemical Technology Co., Ltd. - Qiaogou Town, Wutongqiao District, 614800 Leshan, Sichuan, China; Zhejiang Xinan Chemical Industrial Group Co. Ltd. - Xinanjiang, 311600 Jiande, Zhejiang, China; Zhejiang Jiangnan Chemicals Co. Ltd. - International Chemical Industry Park, Zhejiang New area, 212152, Jiangsu, China; Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Binhai Economic Development Area, 262737, Weifang, Shandong - China; no produto Glifosato Alta 480 SL, registro nº 0318, conforme processo nº 21000.012010/2018-03.

14. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. - North Area of Dongsha Chem-Zone, 215600, Zhangjiagang, Jiangsu, China; Rudong Zhongyi Chemical Co., Ltd. - The Second Haibin Road, Coastal Economic Development Zone, 226407, Rudong, Jiangsu, China; no produto Seven, registro nº 40117, conforme processo nº 21000.004860/2018-20.

15. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CCAB Agro S.A. - CNPJ nº 08.938.255/0001-01 - São Paulo/SP, a importar o produto Krost 806 SL, registro nº 30417, conforme processo nº 21000.038020/2018-61.

16. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CCAB Agro S.A. - CNPJ nº 08.938.255/0001-01 - São Paulo/SP, a importar o produto Panga 900 WG, registro nº 33217, conforme processo nº 21000.038021/2018-13.

17. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CCAB Agro S.A. - CNPJ nº 08.938.255/0001-01 - São Paulo/SP, a importar o produto Flak 200 SL, registro nº 11415, conforme processo nº 21000.038023/2018-02.

18. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Prentiss Química Ltda. - CNPJ nº 00.729.422/0001-00 - Campo Largo/PR, a importar o produto Soyaclean Xtra, registro nº 14518, conforme processo nº 21000.037671/2018-33.

19. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Prentiss Química Ltda - CNPJ nº 00.729.422/0001-00 - Campo Largo/PR, a importar o produto Cleaner Xtra, registro nº 36817, conforme processo nº 21000.037670/2018-99.

20. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos registros 2,4-D Técnico Agrisor, registro nº 20418; Clorotalonil Técnico Agrisor, registro nº 24116; dos registros especiais temporários dos produtos 2,4-D Técnico, RET nº 110012; Picloran TC, RET nº 123413; Clorotalonil 720 g;L SC BG, RET nº 151/2016; 2,4-D 806 SL CAC, RET nº 842/2017; 2,4-D-Picloran SL CAC, RET nº 843/2017; pleitos de registros dos produtos Picloram Técnico Agrisor, processo nº 21000.005828/2014-38; 2,4-D Técnico TJX, processo nº 21000.027240/2016-05; Guardanil 720 SC, processo nº 21000.021200/2017-22; da empresa AllierBrasil Agro Ltda. - sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504, sala 123, CEP 01307-013, São Paulo/SP, para a empresa CAC Química do Brasil Ltda. - sito à Avenida Antonio Carlos Couto de Barros, 2278, Conj. 11, Bairro Jardim Conceição, CEP:13.105-000 - Campinas/SP, conforme processo nº 21000.037622/2018-09.

21. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos registros especiais temporários dos produtos AHJ Técnico, RET nº 151514; CHJ Técnico, RET nº 151714; FLHJ Técnico, RET nº 151814; GHJ Técnico, RET nº 151914; MHJ Técnico, RET nº 152014; PRHJ Técnico, RET nº 152114; 2HJ Técnico, RET nº 152214; PYHJ Técnico, RET nº 159514; Prothioconazole Technical, RET nº 767/2018; Chlorothalonil Technical BGCAC, RET nº 1054/2016; da empresa Bioagri Laboratórios Ltda. - sito à Rod. Rio Claro/SP - Piracicaba/SP (SP 127) - km 24, CEP 13.412-000, Piracicaba/SP, para a empresa CAC Química do Brasil Ltda. - sito à Avenida Antonio Carlos Couto de Barros, 2278, Conj. 11, Bairro Jardim Conceição, CEP:13.105-000 - Campinas/SP, conforme processo nº 21000.037622/2018-09.

22. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Yongnong Biosciences Co. Ltd. - Nº 3, Weiqi Rd (East) - Hangzhou Gulf Economy and Techonology Development Zone, Shangyn, 312369, Zhejiang, China no produto Paraquate Alta 200 SL, registro nº 5616, conforme processo nº 21000.021784/2018-17.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

23.De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Spot registro nº 13616, para a marca comercial Pallex, conforme processo nº 21000.038718/2018-86.

24.De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Rizoflora Biotecnologia S.A. para a empresa Rizoflora Biotecnologia Ltda, permanecendo o mesmo endereço, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.038362/2018-81.

25. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda - CNPJ nº 18.858.234/0001-30 - São Miguel do Iguaçu/PR, Filial: CNPJ nº 18.858.234/0003-00 - Campo Novo do Parecis/MT, CNPJ nº 18.858.234/0004-82 - Luiz Eduardo Magalhães/BA, CNPJ nº 18.858.234/0005-63 - Balsas/MA, CNPJ nº 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiânia/GO, no produto Glifosato Fersol 480 registro nº 00204 conforme processo nº 21000.038918/2018-39.

26.De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda - CNPJ nº 18.858.234/0001-30 - São Miguel do Iguaçu/PR, Filial: CNPJ nº 18.858.234/0003-00 - Campo Novo do Parecis/MT, CNPJ nº 18.858.234/0004-82 - Luiz Eduardo Magalhães/BA, CNPJ nº 18.858.234/0005-63 - Balsas/MA, CNPJ nº 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiânia/GO, no produto 2,4-D Fersol registro nº 1228803 conforme processo nº 21000.038921/2018-52.

27.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Lufenurom Técnico SN Cropchem registro nº 4418, Lufenurom Técnico SI Cropchem registro nº 9418, no produto formulado Kraton 100 EC registro nº 17618, conforme processo nº 21000.023486/2018-61.

28.De acordo com o Artigo 22§ 2° Inciso I, do Decreto n°4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da formulação do FLEX registro n° 838590, conforme processo n° 21000.035387/2017-41.

JOSE CORIOLANO LEITE DE LACERDA
Coordenador Geral
Substituto

RETIFICAÇÕES

No DOU de 06 de abril de 2018, em Ato nº 24, Seção 1, item 17, pág. 104, onde se lê: ... exclusão do produto técnico Permetrina Fersol 384 EC, registro nº 4197, leia-se: ... exclusão do fabricante Helm AG - P.O. Box 10 30 60, Hamburg, Alemanha no produto Permetrina Técnica Fersol, registro nº 4197.

No DOU de 09 de agosto de 2018, em Ato nº 64, Seção 1, item 13, pág. 07, onde se lê: ... nome comum: Fluindapir, leia-se: ... nome comum: Fluindapyr e Tetraconazol; onde se lê: ... nome químico: (RS)-3-(difluorometil)-N-(7-fluoro-2,3-dihidro-1,1,3-trimetil-1H-4-il)-1-metil-1H-pirazol-4-carboxamida; leia-se:...nome químico: Fluindapyr - (RS)-3-(difluoromethyl)-N-(7-fluoro-2,3-dihydro-1,1,3-trimethyl-1H-inden-4-yl)-1-methyl-1H-pyrazole-4-carboxamida, Tetraconazol - (RS)-2-(2,4-dichlorophenykl)-3-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)propyl 1,1,2,2-tetrafluoroethyl ether, conforme processo nº 21000.038706/2018-51.

No DOU de 19 de junho de 2018, em Ato nº 48, Seção 1, item 18, pág. 55, onde se lê: ... empresa: CHDS Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda, leia-se: ... empresa: CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda, conforme processo nº 21000.038097/2018-31.

No DOU de 19 de setembro de 2018, em Ato nº 75, Seção 1, item 12, pág. 04, onde se lê: ... marca comercial: Orquestra SC, leia-se: ... marca comercial: Orkestra SC conforme processo nº 21000.038161/2018-83.

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 74, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no art. 24, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, DEFERE o pedido de alteração de titularidade das cultivares relacionadas, cuja propriedade foi transferida da empresa SYNGENTA SEEDS LTDA., para a empresa SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA., ambas do Brasil.

ESPÉCIE	CULTIVAR	Nº PROCESSO	Nº CERTIFICADO DE PROTEÇÃO
Melão	Rutenio	21806.000267/2014	20160048
Soja	NK 1586	21806.000750/2004	715
Soja	NK 2555	21806.000499/2005	900
Soja	NK 2561	21806.000500/2005	901
Soja	NK 3363	21806.000501/2005	902
Soja	NK 7059 RR	21806.000055/2007	1123
Soja	NK 7054 RR	21806.000056/2007	1122
Soja	NK 7074 RR	21806.000057/2007	1121
Soja	SYN3358 RR	21806.000155/2008	20100047
Soja	SYN9074 RR	21806.000156/2008	20100049
Soja	SYN9078 RR	21806.000157/2008	20100050
Soja	SYN9053 RR	21806.000158/2008	20100048
Soja	SYN1049 RR	21806.000154/2009	20110030
Soja	SYN9070 RR	21806.000155/2009	20100166
Soja	Syn1060ap	21806.000153/2010	20140182
Soja	SYN1059 RR	21806.000013/2011	20130216
Soja	SYN1080 RR	21806.000317/2011	20130085
Soja	SYN1152 RR	21806.000002/2012	20140157
Soja	SYN1157 RR	21806.000003/2012	20140158
Soja	SYN1158 RR	21806.000004/2012	20140159
Soja	SYN1161 RR	21806.000005/2012	20130248
Soja	SYN1163 RR	21806.000006/2012	20130237
Soja	SYN1257 RR	21806.000270/2014	20160248
Soja	SYN1263 RR	21806.000283/2014	20170136

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DECISÃO Nº 75, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	Nº PROTOCOLO
Oryza sativa L.	APR62	21806.000139/2017
Glycine max (L.) Merr.	DS6017IPRO	21806.000199/2017
Glycine max (L.) Merr.	BTS 7206 RR	21806.000325/2017
Allium cepa L.	BRS Carrancas	21806.000022/2018
Allium cepa L.	BRS Riovale	21806.000023/2018
Glycine max (L.) Merr.	ADV4766 IPRO	21806.000059/2018
Glycine max (L.) Merr.	RK7518 IPRO	21806.000060/2018
Glycine max (L.) Merr.	82MS00 IPRO	21806.000064/2018
Glycine max (L.) Merr.	98Y21IPRO	21806.000065/2018
Glycine max (L.) Merr.	ADV4779 IPRO	21806.000066/2018
xTriticosecale Wittm. ex A. Camus	BRS Surubim	21806.000094/2018

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.973 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.037612/2016-46, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO TAPURAHENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, com CNPJ nº 24.758.897/0001-85 e sede à Rua Romualdo Allievi, nº 936, Centro, na localidade de Tapurah/MT, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz (Canal 200).

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.178 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.001273/2016-60, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE LAGOA GRANDE, com CNPJ nº 14.013.698/0001-94 e sede à Avenida Nilo Coelho, nº 462 - Centro, na localidade de Lagoa Grande / PE, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.181 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000918/1998 e nº 53900.050381/2015-85, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14 de agosto de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PORTO UNIÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Porto União/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.182 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000444/2002 e nº 53900.048226/2015-07, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de maio de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PAROQUIAL SENHOR BOM JESUS DE AMPARO SOCIAL E CRISTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Irineópolis/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.183 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53820.000697/1998 e nº 53900.027712/2014-01, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Celso Ramos/SC.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.184 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.001270/2016-26, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Vila Rajada, com CNPJ nº 10.910.558/0001-68 e sede à BR 407, nº 185, Bairro Rajada, na localidade de Petrolina/PE, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9MHz (Canal 285).

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.187 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.071371/2013-65, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA JARDIM VIEL E ADJACÊNCIA, com sede à Rua Francisco de Paula nº 275 - B. Jardim Viel, na localidade de SUMARÉ / SP, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 91,1 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.188 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53690.000063/1999 e nº 53900.011448/2014-85, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Nova Canaã do Norte/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.189 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000765/1999-19 e nº 53900.044560/2015-83, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de Dezembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística Amigos de Tamarana, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tamarana / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.190 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000666/2002 e nº 53900.034520/2015-23, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de setembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUARANIAÇU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Guaraniaçu/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.191 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000033/2001 e nº 53900.024692/2014-16, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Chupinguaia/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.192 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.023570/2016-66, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Estiva, com CNPJ nº 18.392.966/0001-87 e sede à Rua do Mangueirão, nº 377, Bairro Estiva, na localidade de São Luís/MA, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 106,3MHz (Canal 292).

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.693 - SEI, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro e 1963, com nova redação dada pelo Decreto n 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria n.º 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 7.382, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53516.013692/2018-40, Expede à FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA, CNPJ nº 77.737.831/0001-75 autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 7.333, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Outorga autorização à MUNICIPIO DE PERUIBE, CNPJ nº 46.578.514/0001-20 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.360 - MUNICIPIO DE ARARAQUARA , CNPJ nº 45.276.128/0001-10;

Nº 7.369 - MECANICA CAPELA LTDA - ME, CNPJ nº 67.503.490/0001-10

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.273 - FERRARI AGROINDUSTRIA S/A, CNPJ nº 54.846.951/0001-05;

Nº 7.284 - VOA SP SPE S.A., CNPJ nº 28.102.118/0001-40

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Outorga autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 7.295 - ASSOCIACAO AMIGOS DO KURUMIN, CNPJ nº 08.872.672/0001-07;

Nº 7.306 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ nº 59.952.259/0001-85;

Nº 7.311 - GARCIA AVIACAO AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 00.928.376/0001-60

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.164 - AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZENS GERAIS S.A, CNPJ nº 04.272.637/0001-98;

Nº 7.189 - AGFA GEVAERT DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 00.980.360/0001-05

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 7.281, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Expede autorização à RADIO CURRAIS NOVOS LTDA, CNPJ nº 08.386.575/0001-04 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 7.125, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53569.002432/2018-23. Expede autorização à BOXER SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 13155084000184, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.267 - Processo nº 53569.002494/2018-35. TAPAJÓS VIGILÂNCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 28902654000200.

Nº 7.268 - Processo nº 53569.002421/2018-43. Expede autorização ao ESTALEIRO RIO MAGUARI S/A, CNPJ nº 03024422000195.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 7.358, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à IMERYS RIO CAPIM CAULIM SA, CNPJ nº 16.532.798/0003-14 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7389 Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 01/10/2018 a 31/10/2018.

Nº 7.390 Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 01/10/2018 a 20/10/2018.

Nº 7.391 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 30/09/2018 a 03/10/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSULTA PÚBLICA Nº 33, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submeter a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.044483/2018-17, a proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Retransmissão de TV - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, de Radiodifusão Sonora em Onda Média - PBOM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadCom. O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 24 horas do dia 14 de outubro de 2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 4.500 - SEI, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.000224/2014-48, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE TROPICAL DE COMUNICAÇÕES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RORAINÓPOLIS/RR, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.791 - SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.048914/2018-18, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO TAROBA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Matelândia/PR, o canal 36 (trinta e seis), correspondente à faixa de frequência de 602 a 608 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.808 - SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.052106/2018-47, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Itaperuna/RJ, o canal 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.821 - SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049247/2018-82, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Medianeira/PR, o canal 36 (trinta e seis), correspondente à faixa de frequência de 602 a 608 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.822 - SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049286/2018-80, resolve:

Art. 1º Consignar à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Santa Teresinha de Itaipu/PR, o canal 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.008 - SEI, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.042687/2018-17, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Taquarituba, estado de São Paulo, por meio do canal 24 (vinte e quatro), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.529 - SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.048752/2018-18, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 18857/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 16 de agosto de 2018, da frequência 820 KHz, outorgada à RÁDIO BOM SUCESSO LTDA., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Minas Novas, estado de Minas Gerais.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.655 - SEI, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.031325/2018-92, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, utilizando o canal n.º 242 (duzentos e quarenta e dois), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 20796/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.708 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.054781/2018-19, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO RIBEIRÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Demerval Lobão-PI, utilizando o canal n.º 233 (duzentos e trinta e três), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 21459/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.752 - SEI, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 53000.000877/2014-71, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 21948/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de AVEIRO, estado do PARÁ, mediante utilização do canal n.º 203 (duzentos e três), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL

PORTARIA Nº 4.994, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades previstas na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS - SEPOD, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.057077/2018-18, de 20/09/2018, resolve:

Art. 1º Cadastrar a empresa ou firma de auditoria independente VERDUS AUDITORES INDEPENDENTES inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.865.597/0001-16 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 12009, para fins de realização das atividades de elaboração de relatório consolidado e emissão de parecer conclusivo acerca de relatórios apresentados pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados (RDAs), conforme o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da referida Lei.

Art. 2º A empresa ou firma de auditoria cadastrada nos termos do art. 1º deverá atender a todas as condições estabelecidas na Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, bem como atuar conforme nela disposto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA Nº 5.140, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades previstas na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS - SEPOD, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.058413/2018-31, de 26/09/2018, resolve:

Art. 1º Cadastrar a empresa ou firma de auditoria independente MAP AUDITORES INDEPENDENTES - inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.878.522/0001-16 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 10197, para fins de realização das atividades de elaboração de relatório consolidado e emissão de parecer conclusivo acerca de relatórios apresentados pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados (RDAs), conforme o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da referida Lei.

Art. 2º A empresa ou firma de auditoria cadastrada nos termos do art. 1º deverá atender a todas as condições estabelecidas na Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, bem como atuar conforme nela disposto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2908-E, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18-0549 ALMAS
Processo: 01416.009300/2018-72
Proponente: PIGMENTO DIGITAL EIRELI - ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 24.415.349/0001-52
Valor total aprovado: R$ 2.801.505,60
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.900.000,00
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 27367-8
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 761.430,32
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 27365-1
18-0552 FAUSTO FAWCETT NA CABEÇA
Processo: 01416.009531/2018-86
Proponente: TV ZERO CINEMA LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.360.320/0001-40
Valor total aprovado: R$ 1.090.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24383-3
18-0572 O QUE NOS DEFINE
Processo: 01416.009611/2018-31
Proponente: RODRIGO GOULART MULLER ME.
Cidade/UF: Florianópolis / SC
CNPJ: 25.532.721/0001-73
Valor total aprovado: R$ 737.304,00 Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.438,80
Banco: 001 - agência: 5255-8 conta corrente: 14296-4
18-0599 O MENINO DA MOEDA
Processo: 01416.009354/2018-38
Proponente: PRODUTORA EQUILIBRIO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 30.345.783/0001-06
Valor total aprovado: R$ 263.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 249.850,00
Banco: 001 - agência: 1558-x conta corrente: 39688-5
18-0648 HAPPY HOUR
Processo: 01416.010251/2018-11
Proponente PIGMENTO DIGITAL EIRELI - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 24.415.349/0001-52
Valor total aprovado: R$ 1.029.810,90
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 576.549,06
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 27369-4
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 399.654,00
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 27366-x
18-0725 O SEQUESTRO
Processo: 01416.010584/2018-40
Proponente: WRITE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.627.467/0001-05
Valor total aprovado: R$ 10.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25977-2
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25976-4
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25978-0
18-0728 "PEDRAS", UMA IMERSÃO NA CRACOLÂNDIA
Processo: 01416.010727/2018-13
Proponente: EDUARDO FELISTOQUE FILMES - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 19.027.444/0001-49
Valor total aprovado: R$ 1.053.450,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.450,00
Banco: 001 - agência: 3417-7 conta corrente: 28802-0
18-0729 A GAROTA DE ADÔNIS
Processo: 01416.010092/2018-54
Proponente: HYPE STUDIO COMPUTAÇÃO GRÁFICA LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 10.730.207/0001-75
Valor total aprovado: R$ 210.527,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 3537-8 conta corrente: 29069-6
18-0731 JOGADA DE MÚSICA
Processo: 01416.010129/2018-44
Proponente: MURIQUI CULTURAL LTDA. - ME.
Cidade/UF: NITERÓI / RJ
CNPJ: 19.208.393/0001-51
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 570.000,00
Banco: 001 - agência: 2315-9 conta corrente: 25996-9
18-0732 TEMPO MEIO AZUL PISCINA.
Processo: 01416.010949/2018-36
Proponente: BENDITAS PROJETOS CRIATIVOS LTDA - ME.
Cidade/UF: SALVADOR / BA
CNPJ: 19.223.689/0001-41
Valor total aprovado: R$ 2.484.218,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3454-1 conta corrente: 38525-5
18-0733 CHICO REI.
Processo: 01416.010925/2018-87
Proponente: ABROLHOS PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 03.908.494/0001-03
Valor total aprovado: R$ 403.975,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 127.976,25
Banco: 001 - agência: 6806-3 conta corrente: 10988-6
18-0734 AS OITO DICAS FUNDAMENTAIS PARA UMA NOVA VIDA.
Processo: 01416.011011/2018-33
Proponente: TITÂNIO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 08.103.457/0001-33
Valor total aprovado: R$ 5.109.306,99
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 3254-9 conta corrente: 15647-7
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 310.000,00
Banco: 001 - agência: 3254-9 conta corrente: 15649-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 343.841,65
Banco: 001 - agência: 3254-9 conta corrente: 15648-5
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3254-9 conta corrente: 15650-7
18-0735 SAMBADORES.
Processo: 01416.010959/2018-71
Proponente: TEM DENDE PRODUCOES LTDA - ME.
Cidade/UF: SALVADOR / BA
CNPJ: 15.128.758/0001-87
Valor total aprovado: R$ 750.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 712.500,00
Banco: 001 - agência: 3158-5 conta corrente: 212720-2
18-0736 A VIDA DO PAPAI NOEL.
Processo: 01416.009782/2018-61
Proponente: OKNA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Cidade/UF: PORTO ALEGRE / RS
CNPJ: 08.267.476/0001-03
Valor total aprovado: R$ 5.031.300,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3537-8 conta corrente: 29070-X
18-0737 LADRÃO DE LIVROS.
Processo: 01416.010855/2018-67
Proponente: BOUTIQUE FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 16.729.130/0001-08
Valor total aprovado: R$ 6.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 175.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3272-7
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3270-0
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3273-5
18-0739 ASSALTIMBANCOS.
Processo: 01416.011061/2018-11
Proponente: MAGNO & MAGNO LTDA - ME.
Cidade/UF: TERESINA / PI
CNPJ: 13.827.942/0001-90
Valor total aprovado: R$ 2.105.300,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4249-8 conta corrente: 18991-X
18-0740 MUTUM, A FÊNIX ALAGOANA.
Processo: 01416.011032/2018-59
Proponente: FJ PRODUCOES LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 01.894.553/0001-06
Valor total aprovado: R$ 764.568,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 726.339,60
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 18574-4
18-0741 IT'S ALL TRUE EM OURO PRETO.
Processo: 01416.010108/2018-29
Proponente: VENTURA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: BELO HORIZONTE / MG
CNPJ: 15.340.915/0001-13
Valor total aprovado: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 3493-2 conta corrente: 37470-9
18-0742 LUIZA - O FILME.
Processo: 01416.011108/2018-46
Proponente: FORMATA PRODUCOES E CONTEUDO LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 18.082.113/0001-49
Valor total aprovado: R$ 8.421.052,63
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 23184-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 23183-5
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 23185-1
18-0743 LIXO?.
Processo: 01416.011240/2018-58
Proponente: SENHORA FILMES LTDA - ME.
Cidade/UF: VITÓRIA / ES
CNPJ: 16.595.181/0001-86
Valor total aprovado: R$ 876.500,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Banco: 001 - agência: 1240-8 conta corrente: 71923-4
18-0747 FUTEBOL COM AS ESTRELAS.
Processo: 01416.010559/2018-66
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total aprovado: R$ 2.180.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.071.000,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 42668-7
18-0749 PLANTA BAIXA.
Processo: 01416.011192/2018-06
Proponente: PLANO SEIS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 17.382.344/0001-05
Valor total aprovado: R$ 528.110,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 501.704,50
Banco: 001 - agência: 0087-6 conta corrente: 47999-3
18-0750 EUCLIDES PINTO MARTINS - O HERÓI ESQUECIDO.
Processo: 01416.010746/2018-40
Proponente: VIRALATA PRODUÇÕES LTDA ME.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 11.721.296/0001-56
Valor total aprovado: R$ 499.895,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 474.900,25
Banco: 001 - agência: 1826-0 conta corrente: 27577-8

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.

18-0724 BELEZA EXPRESS
Processo: 01416.010824/2018-14
Proponente: SANTA RITA FILMES EIRELI - ME.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 15.479.865/0001-50
Valor total aprovado: R$ 2.209.418,57
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 441.883,71
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3271-9

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2.916-E, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a substituição do título dos projetos audiovisuais relacionados abaixo.

14-0356 - de 'PLANO DE NEGÓCIOS' para 'DO MEU JEITO'
Processo: 01580.035898/2011-87
Proponente: BLEND TO CONTENT PRODUCOES EIRELI EPP
Cidade/UF: Curitiba/PR
CNPJ: 11.562.441/0001-01
15-0506 UM CASO DE REENCARNAÇÃO
Processo: 01580.054742/2015-29
Proponente: MAPA FILMES DO BRASIL LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 33.139.692/0001-02
17-0825 - de 'DPA 2 - DETETIVES DO PRÉDIO AZUL' para 'DETETIVES DO PRÉDIO AZUL 2 - O MISTÉRIO ITALIANO'
Processo: 01416.029458/2017-88
Proponente: PARIS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 12.580.503/0001-62

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL HALFELD DUTRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 175, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º. Tornar pública a aprovação, por unanimidade, na 49ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, realizada em 28 de setembro de 2018, da suplementação de recursos, no montante de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para a Chamada Pública BRDE/FSA - FLUXO CONTÍNUO PRODUÇÃO PARA CINEMA 2018 - MODALIDADE C, sendo os recursos advindos do remanejamento das fontes orçamentárias descritas a seguir:

a)R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) oriundos da Chamada encerrada PRODECINE 04/2013 e R$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) oriundos da Chamada encerrada PRODECINE 02/2016, conforme Resolução CGSFA N º 130 de 07 de março de 2018;

b)R$ 17.200.000.00 (dezessete milhões e duzentos mil reais) correspondentes a valores do saldo de recursos reservados às cotas regionais da Chamada Pública encerrada PRODAV 01/2013.

CHRISTIAN DE CASTRO

RESOLUÇÃO 176, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º. Tornar pública a aprovação, por unanimidade, na 49ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, realizada em 28 de setembro de 2018, da suplementação de recursos no montante de R$ 43.600.000,00 (quarenta e três milhões e seiscentos mil reais) para a Chamada Pública ANCINE/FSA N º 01/2018 - COINVESTIMENTOS REGIONAIS, sendo os recursos advindos do remanejamento das fontes orçamentárias descritas a seguir:

a)R$ 16.600.000,00 (dezesseis milhões e seiscentos mil reais) oriundos de recursos reservados para estados componentes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, Sul e para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, remanescentes da Chamada encerrada PRODAV 01/2013;

b)R$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) correspondentes a valores de rendimentos de operações financeiras;

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA

DEPARTAMENTO DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS

PORTARIA Nº 3, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a divulgação da lista das inscrições habilitadas e inabilitadas no Edital de Seleção Pública nº 3, de 5 de julho de 2018 - PRÊMIO DE INCENTIVO À PUBLICAÇÃO LITERÁRIA, 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA - 2018.

O Diretor do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - DLLLB da Secretaria da Economia Criativa - SEC, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 17 do Decreto Nº 9.411, de 18 de junho de 2018 resolve:

Art. 1º Ratificar as decisões da Comissão Técnica de Habilitação designada pela Portaria nº 2, publicada no Boletim Administrativo do Ministério da Cultura, de 18 de setembro de 2018, que procedeu a análise documental das inscrições enviadas por via postal, em conformidade com o item 6 e seus subitens.

Art. 2º Divulgar, com base no item 8 do Edital, a relação das inscrições habilitadas e inabilitadas.

Art. 3º Aos candidatos inabilitados caberá pedido de reconsideração à Comissão Técnica de Habilitação, no prazo de 02 (dois) dias corridos contados a partir da publicação do resultado desta fase, por meio de formulário (anexo VI) que disponibilizado no portal eletrônico http://www.cultura.gov.br/editais-audiovisual-gera-futuro.

Parágrafo único - O Pedido de Reconsideração que tenha por finalidade exclusiva encaminhar documentação do item 6.10, ou acrescentar ou modificar informações não entregues no prazo de inscrição previsto no item 6.6, será indeferido.

I - Inscrições Habilitadas:

Nº	Nome da Proposta	Candidato	UF	Fase de Habilitação
1	Um Era, um Museu	Aline Cântia	MG	Habilitado
2	O brasil de Todos	Ana Claudia Dias	RJ	Habilitado
3	Terra na vista	Lúbia Cardoso Martins Pessanha	SP	Habilitado
4	De repente independente	Leôni Cristina dos Santos Dias	DF	Habilitado
5	Uns contos bicentenários	Wagner Freitas Silva	BA	Habilitado
6	Acorda Brasil, um Manifesto Para a Liberdade	Marsailhe Alvim Milward de Azevedo	RJ	Habilitado
7	Breves Inconfidências ao imperador	Conceição de Maria Sousa Santos	RJ	Habilitado
8	O Sonho da Independência Segundo Xiripa	Mirene Mota Santos Teixeira	MG	Habilitado
9	Independência ou corre	César Augusto Cougo Camargo	RS	Habilitado
10	Vozes da Liberdade	Jussan Silva e Silva	ES	Habilitado
11	A História do Nosso Povo	Nicoli Piazza Matias	SC	Habilitado
12	Autonomia Em Brado	Laís de Goís Becher Costa	SC	Habilitado
13	Meu pai	Guilherme Semionato Silva Alves	RJ	Habilitado
14	O ladrão e o Jurista	Larri Antunes Costa	RJ	Habilitado
15	O Grito Do Ipiranga- O Despertar De Ubiratã	André Luiz Raphael	SP	Habilitado
16	B.R.A.S.I.L.,2022	Olga Everan Carvalho Nenevê Martins	PR	Habilitado
17	Pedro Américo e o Espelho do Tempo	Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio	PB	Habilitado
18	Memórias póstumas do burro da Independência,	Marcelo Duarte,	SP	Habilitado
19	Três Mulheres e um Coração na Independência do Brasil	Karina Almeida e Cristiano Gouveia	SP	Habilitado
20	"200 anos de Juventude por Francisco C. A. Machado"	Guilherme Caetano da Silva	SC	Habilitado
21	Crônica da Independência-o Brasil em 200 Anos	Fernando Figueredo Milfont	RJ	Habilitado
22	O Brasil Bicentenário	Igor Rodrigues Brito	BA	Habilitado
23	Mãos Abençoadas: As Histórias das Mulheres e dos Homens de fé	Priscila de Paula Gorzoni	SP	Habilitado
24	Uma Vírgula no Tempo	Danilo Estael Conceição do Santos	BA	Habilitado
25	Os sete Homens da Independência	Gustavo Penna	SP	Habilitado
26	Mulherenga da Cabocla	Adelice dos Santos Souza	BA	Habilitado
27	Penitentes da Paixão	Aluizio Azevedo Júnior	RN	Habilitado
28	O Soldado Mouco	Ivan José de Azevedo Fontes	RJ	Habilitado
29	Escolhas e Conseqüências	Elisa Vignolo Silva	MG	Habilitado
30	As Dez Marias	Viviane Ferreira Santiago	SP	Habilitado
31	O castiçal, a escrivaninha, a cadeira e o rascunho	Marcelo Lettieri Siqueira, Ana May Vieira Santos Brasil, Angela Teresa Nogueira Vasconcelos, ClarissePereira da Cunha llgenfritz, Dauana Vale Cavalcante, José Cupertino de Freitas Júnior e Stênio Gardel Maia.	RJ	Habilitado
32	Dicionário da Independência - 200 anos em Verbetes	Eduardo Romulo Bueno	RS	Habilitado
33	O Arraial do Tijuco como p(l)ano de fundo - Um pouquinho de Brasil	Deliane Betania Lopes	MG	Habilitado
34	Brigue Como um Morto	Bruno Ribeiro Pereira	DF	Habilitado
35	"Maria, Maria - A história de um encontro nada casual entre uma feminista inglesa e uma guerreira baiana, duas mulheres à frente de seu Tempo em meio à Independência do Brasil"	Patricia Santos Villalba	RJ	Habilitado
36	Nossa pátria independente: poesias a um Brasil diverso	Justino Nunes do Nascimento, Edisvânio do Nascimento Pereira	BA	Habilitado
37	Heroína e o Mestre	Ingra Danielle Português Oliveira	BA	Habilitado
38	O rio que corta a vida	Fabiane Cristina Guimarães	DF	Habilitado
39	ABC da Liberdade	Luís Cunha Pimentel	RJ	Habilitado
40	A Animalesca História da Independência	Gustavo Henrique Magnani Ferreira	PR	Habilitado
41	Pedrito e os 200 anos da Independência do Brasil	Roselandi Espindola Moennich	SC	Habilitado
42	Duzentos Gritos por Liberdade	Valéria Barbosa da Silva	RJ	Habilitado
43	Da Independência ao cinema hoje: uma genealogia do sujeito das imagens	Fábio de Goody Del Picchia Zanoni	SP	Habilitado
44	O Amanhecer da Independência e o cavaleiro do Riacho Vermelho	VALDIR SOARES FERNANDO	PE	Habilitado
45	Independência do Brasil: A vontade de um povo	Francisco Cazuza da Silva Sobrinho	PB	Habilitado
46	Duas formações, uma história - ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio: um modelo para uma nova história de literatura brasileira	Luís Augusto Ficher	RS	Habilitado
47	Emília e os 200 anos da Independência do Brasil	Mônica Teixeira Peixoto Martins	RJ	Habilitado
48	Poema da Independência	Ana Beatriz de Paiva Costa Barroso	DF	Habilitado
49	O Chamado da Floresta	Vanessa Santos Gonçalves	SC	Habilitado
50	Horizonte: a ascensão do reino	Edier William Medeiros da Silva	RO	Habilitado
51	Poemas Independentes: Uma Expressão Bicentenária	Joselma Alves De Arruda Santos	BA	Habilitado
52	O Grito que Mudou a História	Raul Marques da Silva	SP	Habilitado
53	De repente, independente	Homero Thiago Esteves	SP	Habilitado
54	Chronica da Independencia do Brasil (em seus 200 anos)	Ovídio Poli Junior	RJ	Habilitado
55	Reflexos da Independência	Wesley Ribeiro Dias	CE	Habilitado
56	A Invenção da Independência	Sivaldo Venerando do Nascimento	PE	Habilitado
57	Em um dia Qualquer - Contos do Acaso	Wender Barbosa Guilherme	MG	Habilitado

II - Inscrições Inabilitadas:

Nº	Nome da Proposta	Candidato	UF	Fase de Habilitação	Motivo da Inabilitação
1	Finalmente a Independência	Lúcio Mário Eduardo dos Santos	PE	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 do Edital
2	200 anos do Gigante Menino	João Ângelo de Castro Gonçalves	ES	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 do Edital
3	Faíscas	Driane Marques Machado	SC	Inabilitado	Em desacordo com o item 8.6 do Edital

GUILHERME RELVAS D'OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE DIFUSÃO E INFRAESTRUTURA CULTURAL

PORTARIA Nº 2, DE 29 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DIFUSÃO E INFRAESTRUTURA CULTURAL, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 21 do Anexo I do Decreto nº 9.411, de 18 de junho de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º. Tornar público, conforme item 9.11 do Edital de Seleção Pública nº 01, SEINFRA/MINC, de 23 de julho de 2018 - Chamamento e Seleção para Premiação de Iniciativas Socioculturais nos Centros de Artes e Esportes Unificados - Praças CEUs, o resultado final da etapa de habilitação.

Art. 2º. A íntegra do resultado final da etapa de Habilitação poderá ser conferida no endereço ceus.cultura.gov.br , juntamente com a lista de membros da Comissão Técnica de Habilitação, conforme item 9.3 do Edital.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EDY NAKAMURA

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 187/DGCEA, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Atualiza a relação dos países que o Brasil oferece isenção do pagamento das Tarifas de Navegação Aérea em atendimento à reciprocidade de tratamento.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, tendo em vista o disposto no inciso IV do artigo 10 da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria nº 932/GC-5, de 23 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Atualizar, nos termos do Anexo I desta Portaria, a relação dos países que o Brasil oferece isenção do pagamento das Tarifas de Navegação Aérea em atendimento à reciprocidade de tratamento.

Art. 2º Não se aplica às Tarifas de Navegação Aérea o contido na IAC 160-1003, aprovada pela Portaria DAC nº 1.305/DGAC, de 19 de dezembro de 2005.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria DECEA nº 124/DGCEA, de 13 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 171, de 5 de setembro de 2014, seção 1, páginas 6 e 7.

Ten Brig Ar JEFERSON DOMINGUES DE FREITAS

ANEXO I

(Portaria DECEA nº 187 /DGCEA, de 1º de outubro de 2018)

RELAÇÃO DOS PAISES QUE O BRASIL OFERECE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TARIFAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA EM ATENDIMENTO À RECIPROCIDADE DE TRATAMENTO

Art. 1º De acordo com o previsto no inciso IV do artigo 10 da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, ficam isentas do pagamento das Tarifas de Navegação Aérea, em atendimento à reciprocidade de tratamento:

I. as Aeronaves Civis Públicas Estrangeiras pertencentes aos seguintes Países: Angola, Argentina, Barbados, Bélgica, Belize, Bolívia, Bulgária, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa do Marfim, Dinamarca, Dominica, Egito, Equador, Eslováquia, Estados Unidos da América, França, Gana, Granada, Haiti, Honduras, Jamaica, Japão, Jordânia, Kuaite, Libano, Macedônia, Mali, México, Myanmar, Nepal, Noruega, Paraguai, Peru, Portugal, República Democrática do Congo, República Tcheca, São Vicente e Granadinas, Síria, Suécia, Suriname, Trinidad e Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela e Vietnã.

II. com restrições, as Aeronaves Civis Públicas Estrangeiras pertencentes aos seguintes Estados:

a) Alemanha - quando transportando Chefe de Estado ou de Governo, Ministros de Estado e membros de famílias reais

b) Chipre - quando transportando Chefe de Estado.

c) Irã - quando em missão oficial a convite do Governo brasileiro e em caso de voos de teste e de busca e resgate.

d) Países Baixos - quando transportando Chefe de Estado ou de Governo, Ministros de Estado e membros de famílias reais.

e) República Togolesa (Togo) - quando transportando Chefe de Estado em missão oficial.

f) Suíça - quando em missão oficial.

g) Ucrânia - quando transportando Chefe de Estado ou de Governo e membros de famílias reais.

h) Zimbábue - quando transportando Chefe de Estado ou de Governo.

III. as Aeronaves Militares Estrangeiras pertencentes aos seguintes Países: Angola, Argentina, Barbados, Bélgica, Belize, Bolívia, Bulgária, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa do Marfim, Dinamarca, Dominica, Egito, Equador, Eslováquia, Estados Unidos da América, França, Gana, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Japão, Jordânia, Kuaite, Líbano, Macedônia, Mali, México, Myanmar, Nepal, Noruega, Paraguai, Peru, Portugal, República Democrática do Congo, República Tcheca, São Vicente e Granadinas, Síria, Suécia, Suriname, Trinidad e Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela e Vietnã.

IV. com restrições, as Aeronaves Militares Estrangeiras pertencentes aos seguintes Estados:

a) Alemanha - quando transportando Chefe de Estado ou de Governo, Ministros de Estado e membros de famílias reais.

b) Chipre - quando transportando Chefe de Estado.

c) Irã - quando em missão oficial a convite do Governo brasileiro e em caso de voos de teste ou cooperação militar e de busca e resgate.

d) Países Baixos - quando transportando Chefe de Estado ou de Governo, Ministros de Estado e membros de famílias reais, bem como em voo militar ou humanitário.

e) República Togolesa (Togo) - quando transportando Chefe de Estado em missão oficial.

f) Romênia - quando em voos militares.

g) Suíça - quando em missão oficial.

h) Ucrânia - quando transportando Chefe de Estado ou de Governo e membros de famílias reais.

i) Zimbábue - quando transportando Chefe de Estado ou de Governo.

COMANDO DA MARINHA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO Nº 34/EMA, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº: 61074.007223/2018-66
Interessado: Embaixada da França no Brasil.
Objetivo: Visita da Fragata de Vigilância "VENTÔSE", pertencente à Marinha Nacional Francesa, ao porto de Belém-PA, no período de 8 a 12 de outubro de 2018.
Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018, deste Estado-Maior.

Vice-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES
Vice-Chefe

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

DESPACHO Nº 182, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Devolução de bens imóveis próprios nacionais situados em JI-Paraná-RO à Secretaria de Patrimônio da União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia por não subsistir interesse nas suas utilizações para que foram adquiridos, serviço público vocacionados para atividades militares (construção de Vila Militar e Batalhão de Infantaria de Selva).

1. Processo originário do Estado-Maior do Exército (EME), propondo a devolução à Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia (SPU-RO), de bens imóveis próprios nacionais abaixo identificados:

a. lote de terra rural denominado Sítio Santo Antonio B, da Gleba Pyrineos com área de 100.059,00 m² (cem mil e cinquenta e nove metros quadrados), matriculado sob nº 32748, Lv 02, fls 169/170, no cartório 1º Ofício de Registro de Imóveis de JI-Paraná, de RIP Utilização 000500140500-5, com a finalidade de nele construir Vila Militar;

b. lote de terra rural nº 08, Seção A, da Gleba Pyrineos, com área de 664.400,00 m² (seiscentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos metros quadrados), matriculado sob nº 12751, Lv 02, fls 61/60, no Cartório 1º Ofício de Registro de Imóveis de JI-Paraná, de RIP Utilização 0005001385004, com a finalidade de nele construir 01 (um) Batalhão de Infantaria de Selva; e

c. lote de terra rural nº 09, Seção A, da Gleba Pyrineos, com área de 387.000,00 m² (trezentos e oitenta e sete mil metros quadrados), matriculado sob nº 3490, Lv 02, fls 01, no Cartório 1º Ofício de Registro de Imóveis de JI-Paraná, de RIP Utilização 0005001425006, com a finalidade de nele construir 01 (um) Batalhão de Infantaria de Selva.

2. Considerando que:

a. os referidos bens imóveis não mais atendem as necessidades precípuas de utilização da Força Terrestre, aliado a isso, a escassez de recursos orçamentários para dar cumprimento à finalidade prevista;

b. a nova reestruturação da Força Terrestre, onde não mais se vislumbram suas utilizações, ensejando, assim, a cessação de suas aplicações e finalmente; e

c. o contido art. 14, das Instruções Gerais Sobre Desincorporação de Bens Imóveis do Acervo Imobiliário sob Jurisdição do Exército (IG 50-02), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 468, de 30 de agosto de 2000, dou o seguinte

DESPACHO

AUTORIZO, com fundamento no art. 79, § 4º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, a devolução dos imóveis acima identificados à SPU, por não subsistir interesse em sua utilização na finalidade a que fora entregue, serviço público vocacionado para atividades militares, pelos motivos acima expostos. Em conseqüência:

1) encaminhe-se o presente despacho ao DEC para conhecimento e encaminhamento ao Cmdo 12ª RM a fim de seu cumprimento;

2) o Comando da 12ª Região Militar instrua o processo desincorporativo do bem ora devolvido com este instrumento, o Termo de Devolução e o Laudo de Vistoria, Nota de Lançamento do SPIUNet e o encaminhe à SPU-RO, informando-a da devolução realizada, solicitando os atos administrativos subsequentes visando ao cancelamento do termo de afetação correspondente; e

3) o EME, e o Comando Militar da Amazônia tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

DESPACHO Nº 183, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Devolução de bens imóveis próprios nacionais situados na Praia de Itapebussus, Rio das Ostras, município de Cassimiro de Abreu-RJ à Secretaria de Patrimônio da União, por não subsistir interesse nas suas utilizações para que foram adquiridos, serviço público, vocacionados para atividades militares (Área de Instrução Militar).

1. Processo originário do Comando Militar do Leste (CML), propondo a devolução à Superintendência de Patrimônio da União (SPU), dos bens imóveis próprios nacionais sob administração do Comando do Exército, cadastrados como RJ 01-0424 (terreno de marinha) e RJ 01-0425 (terreno acrescido de marinha) com áreas de 57.025,70 m² (cinquenta e sete mil, vinte e cinco metros quadrados e setenta decímetros quadrados), e 85.858,10 m² (oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito metros quadrados e dez decímetros quadrados), respectivamente, situados na Praia de Itapebussus, Rio das Ostra, município de Cassimiro de Abreu-RJ, com RIP de Utilização sob nº 582500005500-3 e 582500016500-3 correspondentemente.

2. Considerando não subsistir interesse na utilização dos referidos bens imóveis para que foram adquiridos e por já terem cessados os motivos de suas aplicações no serviço público.

3. Considerando os pareceres favoráveis do Estado-Maior do Exército (EME), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do CML e do Comando da 1ª Região Militar (Cmdo da 1ª RM); e

4. Considerando ainda o contido art. 14, das Instruções Gerais Sobre Desincorporação de Bens Imóveis do Acervo Imobiliário sob Jurisdição do Exército (IG 50-02), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 468, de 30 de agosto de 2000, dou o seguinte

DESPACHO

AUTORIZO com fundamento no art. 79, § 4º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, a devolução dos imóveis identificados no item 1. supra à SPU, pelos motivos expostos. Em conseqüência:

a. encaminhe-se o presente despacho ao DEC para conhecimento e encaminhamento ao Cmdo 1ª RM a fim de seu cumprimento;

b. o Cmdo 1ª RM instrua o processo desincorporativo dos bens ora devolvidos com este instrumento, o termo de devolução, o laudo de vistoria, a nota de lançamento no SPIUNet e o encaminhe à SPU-RJ, informando-a da devolução realizada e solicitando os atos administrativos subseqüente visando ao cancelamento dos termos de afetação correspondentes; e

c. o EME, e o CML tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

DESPACHO Nº 184, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Devolução de frações de bens imóveis próprios nacionais situados em Vilhena-RO à Secretaria de Patrimônio da União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia por não subsistir interesse nas suas utilizações para que foram adquiridos, serviço público vocacionados para atividades militares (construção do 78º Batalhão de Infantaria de Selva).

1. Processo originário do Comando Militar da Amazônia (CMA), propondo a devolução à Superintendência do Patrimônio da União (SPU), de frações dos bens imóveis próprios nacionais identificados como Lotes 50-B e 02, Setor 12, das Glebas Corumbiara e Iquê, situadas no município de Vilhena-RO, que somadas abrangem área total de 1.050,0394 ha, matriculado o

primeiro sob nº 1.062, Lv 2-D, fl 01, em 20 de outubro de 1976 e o segundo sob nº 3.910, Lv nº 2-O, fl 116, em 28 de julho de 1976, ambas no cartório de registro de Imóveis da comarca de Porto Velho, afetados ao Comando do Exército mediante o termo de entrega lavrado em 14 de março de 1994, com a finalidade de neles ocorrer a construção do 78º Batalhão de Infantaria de Selva, cadastrados como imóvel único sob nº RO 12-0057, com RIP de utilização 0003001615003.

2. Considerando:

a. que os referidos bens imóveis não mais atendem as necessidades precípuas de utilização da Força Terrestre, aliado a isso, a escassez de recursos orçamentários para dar cumprimento à finalidade prevista;

b. a nova reestruturação da Força Terrestre, onde não mais se vislumbram suas utilizações, ensejando, assim, a cessação de suas aplicações e finalmente; e

c. o contido no art. 14, das Instruções Gerais sobre Desincorporação de Bens Imóveis do Acervo Imobiliário sob Jurisdição do Exército (IG 50-02), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 468, de 30 de agosto de 2000, dou o seguinte

DESPACHO

AUTORIZO com fundamento no art. 79, § 4º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, a devolução à SPU do imóvel RO 12-0057, constituído pelos Lotes 50-B e 02, Setor 12, das Glebas Corumbiara e Iquê, por não mais subsistir interesse em sua utilização na finalidade a que fora entregue, serviço público vocacionado para atividades militares, pelos motivos acima expostos. Em conseqüência:

1) encaminhe-se o presente despacho ao Departamento de Engenharia e Construção (DEC) para conhecimento, e ao Comando do 2º Grupamento de Engenharia (Cmdo 2º Gpt E) para seu cumprimento;

2) o Cmdo 2º Gpt E instrua o processo desincorporativo do bem ora devolvido com este instrumento, o Termo de Devolução e o Laudo de Vistoria, Nota de Lançamento do SPIUnet e o encaminhe à SPU-RO, informando-a da devolução realizada e solicitando os atos administrativos subseqüente visando ao cancelamento do termo de afetação correspondente; e

3) o Estado-Maior do Exército, o CMA e o Cmdo 2º Gpt E tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

COMANDO LOGÍSTICO

PORTARIA Nº 124 -COLOG, DE 1º DE OUTUBRO 2018

EB: 64474.009316/2018-19 Dispõe sobre a aquisição de armas de fogo e de munições de uso restrito, na indústria, por integrantes de categorias profissionais

O COMANDANTE LOGÍSTICO, no uso das atribuições previstas no inciso X do art. 15 do Regulamento do Comando Logístico, aprovado pela Portaria nº 395, do Comandante do Exército, de 2 de maio 2017; alínea "g" do inciso VIII do art. 1º da Portaria nº 1.700, do Comandante do Exército, de 8 de dezembro de 2017; e de acordo com as Portarias nº 209, de 14 de março de 2014; nº 302, de 31 de março de 2016; e Portarias nº 966, 967, 968 e 969, de 8 de agosto de 2017; todas do Comandante do Exército, resolve:

CAPÍTULO I

DA AQUISIÇÃO DE ARMA DE FOGO

Art. 1º Estão autorizadas a adquirir arma de fogo de uso restrito, de porte e de qualquer modelo, na indústria nacional, as categorias profissionais:

I - até duas armas, nos calibres .357 Magnum; 9x19 mm; .40 S&W ou .45 ACP:

a) policiais federais; policiais rodoviários federais; policiais ferroviários federais e policiais civis;

b) policiais e bombeiros militares;

c) policiais legislativos do Congresso Nacional; e

d) membros da Magistratura e do Ministério Público da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios.

II - até duas armas, nos calibres 9x19 mm; .40 S&W ou .45 ACP: agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);

III - até duas armas, nos calibres 9x19 mm ou .40 S&W: auditores-fiscais e analistas-tributários da Receita Federal do Brasil, diretamente envolvidos no combate e repressão aos crimes de contrabando e descaminho.

IV - até uma arma, nos calibres .357 Magnum; .40 S&W ou .45 ACP, desde que se enquadrem nas condições previstas no §1º -B do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003: agentes e guardas prisionais.

Art. 2º A quantidade de armas de fogo de uso restrito, adquiridas na indústria ou por transferência, não deve exceder ao previsto no art. 1º.

Art. 3º As armas de fogo de que tratam o art. 1º desta portaria não devem ser brasonadas nem marcadas com o nome ou distintivo da instituição.

Art. 4º A aquisição de arma de fogo na indústria dar-se-á da seguinte forma:

I - autorização para a aquisição e tratativas da compra;

II - registro da arma de fogo;

III - cadastro no SIGMA/SINARM e emissão do CRAF (Certificado de Registro de Arma de Fogo); e

IV - entrega da arma.

Art. 5º A autorização para a aquisição de arma de fogo está condicionada ao atendimento do prescrito nos art. 1º e 2º e será formalizada pelo despacho da Região Militar no próprio requerimento do adquirente (Anexo A) e pelo pagamento da taxa correspondente e consiste em:

I - apresentação do requerimento do adquirente ao seu órgão de vinculação;

II - encaminhamento do(s) requerimento(s) pelo órgão de vinculação à Região Militar em cuja área de responsabilidade esteja sediado o órgão de vinculação do adquirente; e

III - remessa das autorizações para aquisição de arma de fogo pelas RM aos órgãos de vinculação do adquirente e tratativas da compra da arma.

§1º O requerimento deverá ser instruído com a documentação prescrita no anexo B.

§2º No requerimento deverá constar o parecer do órgão de vinculação do adquirente sobre a favorabilidade da aquisição da arma de fogo pelo seu integrante.

§3º O(s) requerimento(s) poderá(ão) ser encaminhado(s) por meio eletrônico, conforme estabelecido pela Região Militar.

§4º As tratativas da compra, o envio da autorização para aquisição de arma ao fornecedor e a emissão da nota fiscal devem ser realizados diretamente entre o adquirente e o fornecedor.

§5º O fornecedor da arma deverá lançar os dados da arma de fogo no Sistema de Controle Fabril de Armas (SICOFA).

Art. 6º Os dados da arma e do adquirente prescritos no art. 15 do Decreto nº 5.123/04 devem ser publicados em documento oficial de caráter permanente dos órgãos de vinculação do adquirente.

Art. 7º Serão cadastradas no SIGMA as armas dos integrantes das categorias citadas nas alíneas b); c) e d) do inciso I e inciso II do art. 1º.

§1º O requerimento para cadastro de armas no SIGMA deverá ser instruído com os documentos previstos nos anexos B e C.

§2º O envio dos dados previstos no anexo C (ficha para cadastro de arma de fogo no SIGMA) poderá ser feito por meio eletrônico conforme orientação da Região Militar, por intermédio do SFPC.

§3º O cadastro de arma de fogo de agentes operacionais da ABIN e de policiais legislativos no SIGMA são encargos da 11ª Região Militar (Brasília-DF).

Art. 8º Serão cadastradas no SINARM, conforme normas administrativas da Polícia Federal, as armas dos integrantes das categorias citadas na alínea a) do inciso I e incisos IIII e IV do art. 1º.

Art. 9º Somente depois de cadastrada no SIGMA ou no SINARM a arma de fogo poderá ser entregue ao adquirente, com a guia de tráfego expedida pelo fornecedor.

§1º O fornecedor deve entregar a arma no local indicado pelo adquirente.

§2º O recebimento do CRAF e da arma de fogo pelo adquirente caracterizam a conclusão do processo de aquisição.

Art. 10. No caso de indeferimento do registro da arma, caberá ao adquirente e ao fornecedor as medidas administrativas para a execução do distrato da compra.

Art. 11. O CRAF será expedido pelo SIGMA ou pelo SINARM, conforme o caso.

Parágrafo único. No caso de policiais e bombeiros militares o CRAF será emitido pela respectiva corporação depois de receber os dados do cadastramento da arma de fogo pela Região Militar.

CAPÍTULO II

DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

E ARMA DE FOGO

Art. 12. As armas de fogo de uso restrito adquiridas conforme a presente portaria podem ser transferidas para pessoas físicas autorizadas a adquiri-las, respeitadas as prescrições da norma cogente sobre o assunto.

Art. 13. A transferência de propriedade da arma de fogo de que trata esta portaria está sujeita à prévia autorização do SIGMA ou do SINARM, conforme o cadastro realizado.

Parágrafo único. No caso de transferência de arma de fogo do SIGMA para o SINARM, e vice-versa, será obrigatória a autorização do sistema de destino e a anuência do sistema de origem.

Art. 14. A transferência de propriedade de arma cadastrada no SIGMA será processada pela Região Militar em cuja área de responsabilidade esteja sediado o órgão de vinculação do adquirente, mediante requerimento, conforme anexo D, instruído com a documentação conforme o anexo D1.

Art. 15. A arma objeto de transferência será entregue ao adquirente após a expedição do CRAF.

Art. 16. Os dados referentes à transferência da arma de fogo, do alienante e do adquirente devem ser publicados em documento oficial de caráter permanente e ser atualizados no SIGMA ou no SINARM.

Art. 17. No caso de falecimento ou interdição do proprietário de arma de fogo de uso restrito de que trata esta portaria, poderá ocorrer a transferência da arma para pessoa autorizada a adquiri-la ou a sua entrega à Polícia Federal, conforme a Campanha Nacional de Desarmamento.

Parágrafo único. A transferência de propriedade da arma de fogo deve seguir o prescrito no art. 67 do Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004, no que couber.

CAPÍTULO III

DA AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO

Art. 18. A quantidade anual de munição de uso restrito será de até cinquenta cartuchos, por calibre e por arma de fogo registrada, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1.811, de 18 de dezembro de 2006, do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. Os integrantes dos órgãos citados nos incisos I a V do caput do art. 144 da Constituição Federal/1988, poderão adquirir, ainda, para fins de aprimoramento e qualificação técnica, exclusivamente na indústria, até seiscentos cartuchos, por ano, na forma do art. 4º da Portaria nº 012 - COLOG, de 26 de agosto de 2009.

Art. 19. Compete à Região Militar autorizar a aquisição de munição de uso restrito na indústria.

Parágrafo único. O requerimento deve seguir o anexo E e ser instruído com a cópia da identidade e com o comprovante da taxa de aquisição correspondente.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. O proprietário que tiver sua arma de fogo extraviada, furtada, roubada ou perdida, somente poderá adquirir outra arma de uso restrito depois de ter sido comprovado, junto ao seu órgão de vinculação, que não houve, de sua parte, imperícia, imprudência ou negligência, bem como de indício de cometimento de crime.

Parágrafo único. A informação do sinistro ocorrido deverá ser feita a Organização Militar do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados mediante cópia do boletim da ocorrência.

Art. 21. O proprietário de arma de fogo que falecer, for demitido, exonerado ou que tiver o seu porte de arma cassado, deve ter a sua arma recolhida e ser estabelecido prazo de noventa dias, a contar da data da certidão de óbito, da demissão, exoneração ou da cassação do porte, para a transferência da arma para quem esteja autorizado a adquirir ou para recolhimento à Polícia Federal, nos termos do art. 31 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

§1º Na hipótese de falecimento do proprietário, cabe ao responsável legal pela arma tomar as providências citadas no caput.

§2º Cabe ao órgão de vinculação do proprietário da arma estabelecer processos de controle e fiscalização da execução do previsto no caput.

Art. 22. Fica a DFPC autorizada a expedir instrução técnico-administrativa para regulamentar os procedimentos administrativos para recebimento e expedição de autorização para aquisição de armas e munições por meio de processos automatizados.

Art. 23. Revogar as portarias nº 03-DMB, de 28 de outubro de 1992; nº 20-DLog, de 23 de novembro de 2005; nº 05-COLOG, de 8 de maio de 2009; nº 02-COLOG, de 10 de fevereiro de 2014; nº16-COLOG, de 31 de março de 2015; nº 88-COLOG, de 11 de dezembro de 2015; nº 25-COLOG, de 19 de abril de 2016 e nº 47-COLOG, de 4 de julho de 2016.

Art. 24. Determinar que esta Portaria entre em vigor trinta dias após a sua publicação.

Anexos:

A - REQUERIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO NA INDÚSTRIA

B - DOCUMENTAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ARMA DE FOGO E CADASTRO NO SIGMA

C - FICHA PARA CADASTRO DE ARMA DE FOGO NO SIGMA

D - REQUERIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMA DE FOGO (uso restrito)

D1 - DOCUMENTAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO

E - REQUERIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO NA INDÚSTRIA

OBS: Os anexos estão disponíveis na página da DFPC na internet

Gen Ex CARLOS ALBERTO NEIVA BARCELLOS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O Despacho do Ministro, de 17 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 137, de 18 de julho de 2018, Seção 1, página 19, que homologou o Parecer CNE/CES nº 267/2018, passa a vigorar com as seguintes alterações, permanecendo inalteradas as demais disposições, conforme Memorando nº 104/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, de 26 de julho de 2018:

Onde se lê:

"o qual esclarece que devem ser revogados, por não encontrarem respaldo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Pareceres CFE nº 19/1987 e CNE/CES nº 96/2008, que estabeleceram currículo mínimo para os cursos de especialização lato sensu em Engenharia e Segurança do Trabalho, conforme consta do Processo nº 23000.043503/2017-21.",

Leia-se:

"o qual esclarece que deve ser revogado, por não encontrar respaldo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer CNE/CES nº 96/2008, que aprova o currículo básico do curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, conforme consta do Processo nº 23000.043503/2017-21.".

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CP nº 07/2018, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, propõe a alteração do art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, nos termos da proposta de Resolução a ele anexo, conforme consta do Processo nº 23001.000018/2006-09.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 1.046, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, considerando o que consta do Processo 009104/2017, resolve:

Aplicar à empresa FABRÍCIO DE ALMEIDA BAESSO GARCIA, CNPJ no 27.532.873/0001-00, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 1 (um) ano e 10 (dez) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho no 2017NE802226, bem como com sua rescisão, com fincas no art. 7o da Lei no 10.520/2002 e nos subitens 15.1, 15.1.6, 15.2 e 15.2.3 do Edital de Pregão Eletrônico no 215/2017, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao Sicaf, nos termos do subitem 15.6.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 2.370, DE 2 DE OUTUBRO 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, designado pela Portaria MEC nº 750, de 08/08/2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 09/08/2018, considerando o disposto nos artigos 11 a 14, da Lei nº 9.784/1999, e no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Delegar competência à Diretora-Geral do Polo de Inovação para, em matérias de competência da sua área de atuação, constituir grupos de trabalhos e comissões necessários aos planejamento, execução, acompanhamento, fiscalização e prestações de contas das ações e projetos sob a responsabilidade do referido Polo de Inovação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 1.536, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23068.053562/2018-12, resolve:

Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 17/10/2018, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 93/2016-R, publicado no DOU de 07/06/2016, homologado conforme Edital nº 159/2016-R, publicado no DOU de 17/10/2016, na parte referente à Área/Subárea: Antropologia/Etnologia Indígena.

REINALDO CENTODUCATTE

Ministério da Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO Nº 51, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Divulga a relação de portos, terminais aquaviários e terminais do operador dutoviário não interligados fisicamente ao sistema dutoviário para os quais se estende o tratamento diferenciado na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário, previstos no Protocolo ICMS 02/14 e no Protocolo ICMS 05/14.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 173ª reunião ordinária, realizada nos dias 11 a 13 de setembro de 2018, em Brasília, DF, nos termos do § 5º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 02/14, de 17 de fevereiro de 2014 e no § 5º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 05/14, de 21 de março de 2014, resolveu:

Art. 1º Divulgar, na forma dos Anexos I e II, deste ato, a relação de portos, terminais aquaviários e terminais do operador dutoviário não interligados fisicamente ao sistema dutoviário para os quais se estende o tratamento diferenciado na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário previstos no Protocolo ICMS 02/14 e no Protocolo ICMS 05/14.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATA LARISSA SILVESTRE

ANEXO I

Relação dos portos e terminais aquaviários de entrada no sistema aquaviário.

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL (EAC ou EHC)	INSTALAÇÃO PORTUÁRIA	NOME DO TERMINAL	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
1	RJ	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ILHA D´ÁGUA	TRANSPETRO ALMIRANTE TAMANDARE (ILHA D´ÁGUA - TABG)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0005-82	77.120.637
2	RJ	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE CAMPOS ELISIOS	TRANSPETRO CAMPOS ELÍSIOS	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0002-30	77.120.610
3	SP	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE SANTOS	TRANSPETRO ALEMOA (SANTOS)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0031-74	633.567.088.119
4	SP	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO	TRANSPETRO ALMIRANTE BARROSO (SÃO SEBASTIÃO)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0040-65	654.093.387.110
5	SP	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE SANTOS	TEQUIMAR SANTOS	TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A TEQUIMAR	14.688.220/0011-36	633.613.025.117

ANEXO II

Relação dos portos e terminais aquaviários de saída do sistema aquaviário.

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL (EAC ou EHC)	INSTALAÇÃO PORTUÁRIA	NOME DO TERMINAL	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
1	BA	EAC e EHC	PORTO DE ARATU	TRANSPETRO CANDEIAS	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0007-44	054.515.811
2	BA	EAC e EHC	PORTO DE ARATU	VOPAK ARATU	VOPAK BRASIL S/A	44.167.450/0007-34	002.270.432
3	BA	EAC e EHC	PORTO DE ARATU	TEQUIMAR CANDEIAS	TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A TEQUIMAR	14.688.220/0001-64	071.896.390
4	BA	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE MADRE DE DEUS	TRANSPETRO MADRE DE DEUS	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0008-25	054.515.811
5	BA	EAC e EHC	PORTO DE ITABUNA	TRANSPETRO ITABUNA	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0015-54	054.515.811
6	BA	EAC e EHC	PORTO DE JEQUIE	TRANSPETRO JEQUIÉ	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0013-92	054.515.811
7	MA	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ITAQUI	TRANSPETRO SÃO LUIS	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO	02.709.449/0045-70	12.179700-7
8	MA	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ITAQUI	GRANEL QUÍMICA ITAQUI	GRANEL QUÍMICA LTDA.	44.983.435/0003-30	12.095653-5
9	MA	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ITAQUI	GRANEL QUÍMICA ITAQUI 2	GRANEL QUÍMICA LTDA.	44.983.435/0010-60	12.371771-0
10	MA	EAC e EHC	TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ITAQUI	TEQUIMAR ITAQUI	TERMINAL QUÍMICO DE ARATU S/A TEQUIMAR	14.688.220/0017-21	12.421191-7

DESPACHO Nº 123, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas depositaram nesta Secretaria Executiva os laudos de análise funcional, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

I - Não constatado "não conformidade":

a) Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Bematech S.A Av. Rui Barbosa, 2.529, Módulos 06, 07 e 08, Ipê São José dos Pinhais/PR CEP: 83.055-320	82.373.077/0001-71	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: POL0572018 Nome: BEMATECH VAREJO Versão: 2018-09 Código MD5: 9788099FB7B7C1B9B3EBE20A1539043C *IPDVLIB Data do término da análise: 13/09/2018

Bematech S.A Av. Rui Barbosa, 2.529, Módulos 06, 07 e 08, Ipê São José dos Pinhais/PR CEP: 83.055-320	82.373.077/0001-71	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: POL0582018 Nome: Bematech Varejo 32 Bits Versão: 2018-09 Código MD5: 9788099FB7B7C1B9B3EBE20A1539043C *IPDVLIB Data do término da análise: 13/09/2018

b) Instituto Filadélfia de Londrina - UNIFIL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Precisa Informática Desenvolvimento de Sistemas Integrados Ltda Prudente de Moraes, 1190, São Francisco de Assis Dois Vizinhos/PR CEP: 85.660-000	97.334.189/0001-90	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: IFL0202018 Nome: MarketBox Versão: 7.5.45.8 Código MD5: 0E014E2AF7586924EE6979C68BACE84C Data do término da análise: 10/09/2018
SS Comp Sistemas de Informática Ltda Rua Sete de Setembro, 70, Centro Norte Dois Vizinhos/PR CEP: 85.660-000	05.410.136/0001-93	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: IFL0212018 Nome: SS PLUS Versão: 10.0 Código MD5: e99b50e5be45d04a6566a6ef29e04078 Data do término da análise: 12/09/2018

c) Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Lojas de Departamentos Milium Ltda Avenida Santos Dumont, 4221, Zona Industrial Norte Joinville/SC CEP: 89.219-730	83.240.333/0001-15	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0402018 Nome: MiliumPDV Versão: 7.0 Código MD5: b615bdbbc026586589a52913a7903176 MiliumPDV Data do término da análise: 24/09/2018
Nacional Automoção e Serviços Eireli Dib Cherem, 2965, Capoeiras Florianópolis/SC CEP: 88.090-000	01.816.199/0001-93	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0412018 Nome: NACIONAL SISTEMAS Versão: 4.00 Código MD5: eaa5a575931b73939ec0825d7d0b819d PDV Data do término da análise: 26/09/2018

d) Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
AMMO Varejo Ltda Av. Paulista, 1754, Sobreloja 2, Sala B, Bela Vista São Paulo/SP CEP: 01.310-920	03.494.776/0001-01	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: INA0122018 Nome: SGV Sistema Gerenciador de Vendas Versão: 4.0 Código MD5: E6BE93BAE9BD89622DCB7D107AB8AB18 Data do término da análise: 30/08/2018

e) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Questor Sistemas Ltda Rua Marechal Deodoro Da Fonseca, 1167-D, Maria Goretti Chapecó/SC CEP: 89.801-061	79.011.862/0001-70	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO2972018 Nome: QUESTOR EMPRESARIAL PDV Versão: 18.9.0.0 Código MD5: 980384560DB73379E4CCD4F987FB05CC Data do término da análise: 26/09/2018

RENATA LARISSA SILVESTRE

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 102, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Anula certidão de regularidade fiscal.

O PROCURADOR-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76/79/81 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, (DOU de 25/06/2009), e considerando o despacho proferido no processo administrativo nº 10080.002468/0918-44, resolve:

Art. 1º Anular a Certidão Conjunta expedida sob o Código de Controle nº 2E93.EFC3.F23D.02AB, em favor de CLUBE GINASTICO E DESPORTIVO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ: 34.042.648/0001-42, datada de 17 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VINICIUS BRANDÃO DE QUEIROZ

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Cancela as inscrições no registro especial para operações com papel imune dos estabelecimentos das pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, no exercício da atribuição conferida art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, declara:

Art. 1º CANCELADAS as inscrições no Registro Especial de Papel Imune instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, dos estabelecimentos relacionados no Anexo Único.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

Nº DO REGISTRO ESPECIAL CANCELADO	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	CAPITULAÇÃO LEGAL Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018
DP-01101/00027	38.046.322/0001-44	MIL COMERCIAL E SERVICOS LTDA	Art. 11, inciso III
DP-01201/00143	02.896.009/0001-58	GRAFICA TYM LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-01201/00150	08.813.622/0001-40	EXATA - PAPEIS E MATERIAIS GRAFICOS E SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-01201/00159	03.250.143/0001-40	G PEL PAPEIS EIRELI	Art. 11, inciso III
DP-01201/00180	03.682.209/0001-70	CELIO PINTO FIGUEIREDO	Art. 11, inciso III
DP-01201/00195	03.564.438/0001-90	DGP - DISTRIBUIDORA GOIANA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso III
DP-01201/00211	05.963.198/0001-22	MAXPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-01201/00255	13.808.409/0001-80	MILENA IVERSEN TUCHAPSCKI BARCELOS	Art. 11, inciso IV
DP-01201/00261	18.324.904/0001-38	ARAPEL COMERCIO DE PAPEIS EIRELI	Art. 11, inciso IV
DP-01201/00271	16.816.491/0001-83	M-10 TRANSPORTADORA E LOGISTICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-01201/00279	20.771.494/0001-15	RCL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-01301/00123	11.380.141/0001-01	RIOBRAVO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-03101/00003	07.228.042/0001-23	ABC DISTRIBUIDORA S A	Art. 11, inciso III
DP-03101/00053	23.570.369/0001-35	SPI DISTRIBUIDORA DE MATERIAL PARA ESCRITORIO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-03101/00054	01.015.273/0001-72	BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-03101/00055	50.596.790/0018-36	RIO BRANCO COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso II
DP-03101/00058	16.404.287/0303-05	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
DP-03101/56000	16.404.287/0151-87	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso II
DP-04201/00081	00.933.186/0001-31	MARLI MARIA DE ARAUJO	Art. 11, inciso IV
DP-04201/00090	07.228.042/0005-57	ABC DISTRIBUIDORA S A	Art. 11, inciso III
DP-05102/00053	01.180.750/0001-55	ROBERTO CERQUEIRA NONATO	Art. 11, incisos III e IV
DP-05201/00003	05.963.198/0003-94	MAXPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-06109/00071	10.727.181/0001-06	GOMES & GOMES MATERIAIS GRAFICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-06109/00077	03.145.102/0001-93	UNIPEL INDUSTRIAL E COMERCIAL EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
DP-06113/00003	26.280.198/0001-06	VEGESILKS COMERCIO E IMPORTACAO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-07102/00101	04.950.534/0001-30	REAL SOLUCOES COMERCIALIZACAO DE PROD DE INF COM VAREJISTA DE PAPEL MOVEIS E UTENS EQUIP AUDIO E SOM CHAPAS MAT DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-07102/00106	04.177.571/0001-57	EXCEL 3000 - MATERIAIS E SERVICOS LTDA.	Art. 11, inciso III
DP-07102/00124	03.753.048/0001-69	DOBATI COMERCIO DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	Art. 11, inciso III
DP-07102/00127	03.141.602/0001-57	REAL GRAPHICS IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
DP-07103/00065	08.379.705/0001-73	UNIVERSO DIGITAL COMERCIO E SERVICOS DE PAINEIS PUBLICITARIO LTDA	Art. 11, inciso III
DP-07103/00078	60.452.752/0029-16	INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, inciso III
DP-07103/00116	00.935.453/0001-00	EDIOURO PUBLICACOES LTDA	Art. 11, inciso III
DP-07104/00025	02.117.227/0001-47	CHANSPORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Art. 11, inciso III
DP-07108/00005	04.160.920/0001-28	EDIOURO GRAFICA E EDITORA PARTICIPACOES S.A	Art. 11, inciso III
DP-07108/00036	04.218.430/0001-35	EDIGRAFICA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
DP-07108/00040	01.183.613/0001-74	EDIOURO PUBLICACOES DE PASSATEMPOS E MULTIMIDIA LTDA	Art. 11, inciso III
DP-07108/00050	01.183.614/0001-19	EDIOURO PUBLICACOES DE LAZER E CULTURA LTDA	Art. 11, inciso III
DP-07108/00173	06.923.123/0001-80	GOLDPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA.	Art. 11, inciso IV
DP-07108/00175	11.055.261/0001-25	SAGA - COMERCIO E IMPORTACAO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-07108/00297	07.213.926/0001-04	EDITORA HR LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-07108/00328	39.056.627/0001-08	CONVENCAO BATISTA BRASILEIRA	Art. 11, incisos III e IV
DP-07108/00335	13.566.564/0001-38	WGRIO COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-07108/00338	11.089.365/0001-50	GOLDEN COMERCIO DE PAPEIS EIRELI	Art. 11, inciso IV
DP-07108/00370	17.132.987/0001-09	NEWCOMEX DO BRASIL TEXTEIS E BAZAR COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
DP-07109/00035	32.071.243/0001-07	PAPEL E FILTRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-07185/00004	60.452.752/0001-15	INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, inciso III
DP-08103/00091	17.335.702/0001-29	CESAR TAKATO KOBAYASHI	Art. 11, inciso IV
DP-08104/00212	00.969.545/0002-91	CENTRAL ADVANCE DE DISTRIBUICAO LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-08104/00213	43.999.630/0001-24	AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso III
DP-08105/00041	06.132.307/0001-22	MESKA COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-08106/00001	11.697.843/0001-05	LC BARALLE GESTAO DE CONTRATOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-08106/32011	03.789.808/0001-98	KEYWORLD COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EMBALAGENS EIRELI	Art. 11, inciso III
DP-08109/00006	62.489.224/0001-66	RIPEL RIBEIRAO PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso II
DP-08109/00016	16.404.287/0048-19	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso II
DP-08110/00179	08.239.755/0001-55	COALA PAPERS INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-08111/00038	57.690.711/0001-52	ARTES GRAFICAS E EDITORA SESIL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-08111/00051	74.362.021/0001-93	PELKOTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-08111/00116	16.404.287/0047-38	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
DP-08111/00119	05.337.055/0001-05	GUARUFORM APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
DP-08111/00128	00.028.879/0001-80	JOSE PAULO RODRIGUES SANCHEZ	Art. 11, inciso II
DP-08111/00137	16.404.287/0343-00	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
DP-08112/00005	09.117.926/0001-36	VLOG IMPORTACAO DE PAPEIS E LOGISTICA LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-08113/00262	07.305.586/0001-41	ANTALIS DO BRASIL PRODUTOS PARA A INDUSTRIA GRAFICA LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
DP-08113/00282	02.635.041/0001-80	TRANS EDITORIAL EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
DP-08120/00094	04.780.336/0001-75	MARCOS DE TOLEDO PIZA PREMAZZI	Art. 11, incisos III e IV
DP-08124/00080	61.192.522/0001-27	BIGNARDI - INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS E ARTEFATOS LTDA.	Art. 11, inciso III
DP-08190/00001	71.796.536/0001-03	VIVOX COMERCIO,IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-08190/00031	64.700.487/0001-06	CATALISE EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
DP-08190/00040	61.466.983/0001-40	FORNECEDORA DE PAPEL FORPAL S A	Art. 11, inciso IV
DP-08190/00074	07.906.004/0001-82	VERDE BRASIL EDITORIAL LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
DP-08190/00082	04.834.527/0001-72	INTERAGIL COMERCIO DE PAPEIS E SERVICOS LTDA.	Art. 11, inciso III
DP-08190/00098	39.828.926/0002-96	TERRA NOVA TRADING LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-08190/00108	10.555.337/0001-19	ARX MERCANTIL EIRELI	Art. 11, inciso IV
DP-08190/00122	10.683.196/0001-10	PUBLICO ALVO COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-08190/00125	10.884.412/0001-95	XAPURI DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-08190/00129	10.219.138/0001-30	ANTONIO DEMETRIUS PECCIA	Art. 11, inciso IV
DP-08190/00133	05.074.395/0001-90	P R ABUD SILVA	Art. 11, inciso III
DP-08190/00140	10.945.225/0001-74	CONTEMP COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-08190/00141	04.998.393/0001-25	EDITORA LAFONTE LTDA.	Art. 11, inciso III
DP-08190/00158	00.813.559/0001-30	PLASTIX TRADING INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-08190/00159	14.314.614/0001-52	BRC PAPER DISTRIBUIDORA E REPRESENTACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-08190/00185	26.435.312/0001-11	LUIPAPER COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PAPEIS E DERIVADOS LTDA	Art. 11, inciso III
DP-09101/00025	11.250.621/0001-40	ALPHA COMERCIO DE PAPEIS E INFORMATICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-09101/00028	13.557.279/0001-50	D B R COMERCIAL LTDA.	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00029	04.485.323/0001-73	UNICOPIAS - LIVROS E PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-09101/00030	09.594.075/0001-12	CARTONE PRODUTOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-09101/00033	09.240.869/0001-88	KAK DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00034	10.187.900/0001-43	MZM PAPER DO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00035	09.047.851/0001-64	NOVA CURITIBA COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00036	07.408.880/0001-89	GRUPONCINI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-09101/00037	00.650.618/0001-05	PREMMIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, inciso II
DP-09101/00038	02.637.265/0001-20	REVEPAPER DO BRASIL IMPORTACAO & EXPORTACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00039	02.488.000/0001-08	REVEPAPER REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00041	16.404.287/0150-04	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
DP-09101/00046	07.865.759/0001-86	NEW CARD GRAFICA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00050	16.838.561/0001-02	NOVA VISAO EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00051	17.294.458/0001-01	G. A. J. JUNIOR	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00052	12.029.727/0002-61	COMERCIAL ZEEV LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-09101/00053	21.604.670/0001-97	UTILIPAPER COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
DP-09102/00194	10.929.306/0001-80	DISPAPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
DP-09102/00203	08.422.188/0001-78	ANDERGRAF PRODUCAO GRAFICA E MULTIMIDIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-09103/00003	11.109.788/0001-95	NOVA BRESCIA COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso II
DP-09103/00004	05.549.970/0001-64	PAPERTECH SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
DP-09103/00005	08.611.322/0001-89	SOPELSA - COMERCIO DE ENVELOPES LTDA.	Art. 11, inciso II
DP-09103/00006	81.164.691/0001-60	KGEPEL PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso III
DP-10101/00326	09.455.471/0001-69	SADI MARCOLIN	Art. 11, incisos III e IV
DP-10101/00333	01.728.909/0001-23	MAXIPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso III
DP-10101/00334	93.826.360/0001-28	SULPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, incisos III e IV
DP-10101/00407	89.962.823/0001-01	DISTRIBUIDORA DE PAPEIS BRAILE LTDA	Art. 11, inciso III
DP-10101/00436	00.112.914/0001-44	VENCE PAPEIS - EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
DP-10101/00445	06.882.246/0001-10	ROBERTO PEREIRA BRAGA EIRELI	Art. 11, inciso IV
DP-10101/00494	07.654.629/0001-02	CIANO GRAFICA E EDITORA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, incisos III e IV
DP-10101/00499	71.796.536/0003-75	VIVOX COMERCIO,IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
FP-05105/00023	16.404.287/0013-99	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
FP-07102/00142	11.159.305/0001-67	INTERPAPER INDUSTRIA DE PRODUTOS DE PAPEL LTDA	Art. 11, inciso II
FP-08104/00020	43.999.630/0001-24	AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso III
FP-08111/00110	16.404.287/0047-38	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
FP-08111/00136	16.404.287/0343-00	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
FP-08124/00056	61.192.522/0001-27	BIGNARDI - INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS E ARTEFATOS LTDA.	Art. 11, inciso III
FP-09101/00003	16.404.287/0150-04	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
FP-09103/00002	80.228.885/0006-24	IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL	Art. 11, inciso II
FP-09104/00016	80.228.885/0001-10	IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL	Art. 11, incisos III e IV
FP-10101/00392	92.788.009/0001-27	CELUPA INDUSTRIAL CELULOSE E PAPEL GUAIBA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01101/00170	00.360.388/0001-31	EDITORA GRAFICA IPIRANGA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01101/00172	04.573.995/0001-30	EDITORA GRAFICA ROQUETE LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01101/00190	07.444.803/0001-84	GUTEMBERG IMPRESSOES E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01101/00192	09.592.029/0001-84	MAIS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01101/00195	03.128.677/0001-06	NEW LEX GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01101/00210	00.530.279/0005-49	SENADO FEDERAL	Art. 11, incisos III e IV
GP-01101/00218	00.771.249/0001-09	EDITORA OTIMISMO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01101/00222	09.386.576/0001-03	EVOLUTION-IMPORTACAO E COMERCIO DE INSUMOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01101/00231	13.845.636/0001-86	MAIS SOLUCOES GRAFICAS EIRELI	Art. 11, inciso III

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GP-01101/00232	14.311.015/0001-85	TIGRA - TECNOLOGIA DA INFORMACAO E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01101/00237	11.114.463/0001-09	GRAFICA EDITORA FORMULARIOS CONTINUOS E ETIQUETAS F & F LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01101/00239	13.192.699/0001-80	L R ARTES GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01101/00240	13.923.105/0001-64	GRAFLOG - SERVICOS DIGITAIS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01101/00245	13.380.016/0001-19	SAO JORGE GRAFICA E TECNOLOGIA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01101/00250	20.619.709/0001-87	AB GRAFICA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00134	01.537.363/0001-23	JGM GRAFICA & EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00135	06.282.425/0001-17	NACIONAL AGENDAS GRAFICA EDITORA INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00136	01.708.759/0001-96	GRAFICA E EDITORA CONCEPT LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00138	10.610.216/0001-22	PRONTO EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01201/00141	10.989.182/0001-29	TALLENTO SOLUCOES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01201/00144	02.896.009/0001-58	GRAFICA TYM LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00148	05.448.355/0001-61	EUROGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00164	00.100.727/0001-40	GRAFICA E EDITORA UNICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00167	04.891.424/0001-44	JOSE ROBERTO CESAR - EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-01201/00174	02.234.227/0001-27	POLIGRAFICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01201/00176	00.839.444/0001-15	MULT-GRAFF GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00177	03.136.791/0001-70	GRAFSET GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00178	05.692.554/0001-10	GRD GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00182	02.299.919/0001-53	CLONNE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00184	03.390.424/0001-06	GRAFICA E EDITORA BANDEIRANTE LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01201/00193	26.953.547/0001-03	SAFRA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00203	37.655.784/0001-04	FORMULARIOS PILOTO EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00204	09.179.627/0001-26	GRAFICA E EDITORA HILDA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00212	08.004.528/0001-40	G H GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00216	10.264.039/0001-70	GRAFICA E EDITORA GONCALVES CAMPOS EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00220	03.682.411/0001-00	DIGITAL IMPRESSOS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00227	11.175.281/0001-30	EDITORA GRAFICA ALICIA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00230	10.925.913/0001-72	GRAFICA E EDITORA NOVA PAGINA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00234	03.520.902/0001-47	AGENCIA BRASIL CENTRAL	Art. 11, inciso III
GP-01201/00240	37.353.141/0001-06	GRAFICA E EDITORA ANTUNES LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00243	26.669.002/0001-61	GRAFICA E EDITORA RAMOS EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-01201/00244	14.044.324/0001-36	FW GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00250	04.902.627/0001-99	MOMENTO PRODUCOES LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00251	15.465.095/0001-96	N. P. DE MOURA SERVICOS GRAFICOS EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-01201/00254	07.353.128/0001-88	GVM GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01201/00258	33.218.942/0001-08	ANTONIO PAULINO DA COSTA	Art. 11, inciso III
GP-01201/00263	18.020.877/0001-00	HELLA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01201/00268	01.648.931/0001-63	GRAFICA E EDITORA JATAI LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00272	14.984.494/0001-09	O X DA CULTURA - EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00280	00.823.003/0001-25	GRAFICA E EDITORA RENASCER LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01201/00281	14.424.580/0001-59	WJC GRAFICA & EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00286	01.567.601/0001-43	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	Art. 11, incisos III e IV
GP-01201/00289	07.039.903/0001-25	OFF SET E DIGITAL GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-01202/00025	02.542.359/0001-16	M & R GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01202/00026	01.680.924/0001-49	PORTAL PRINT GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-01301/00128	73.897.068/0001-99	GRAFICA E EDITORA FREITAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-01301/00133	36.882.777/0001-74	DEFANTI INDUSTRIA, COMERCIO, GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-01402/00006	10.296.628/0001-30	MARINDRESS EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-01402/00007	07.901.149/0001-90	MARINTEL EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-02101/00076	04.929.683/0001-17	DELTA PUBLICIDADE S A	Art. 11, inciso III
GP-02101/00083	07.375.290/0001-05	GUTEMBERG GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-02101/00087	03.858.411/0001-00	EDITORA E GRAFICA MEGA MESTRE LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-02101/00091	07.200.889/0001-08	VIEITAS E CARDOSO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-02102/00020	02.374.584/0001-90	GRAFORMULA - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-02501/00001	07.835.363/0001-96	IZABEL BATISTA MASCARENHAS DE SOUZA	Art. 11, inciso IV
GP-02502/00011	03.064.692/0007-15	LEONORA COMERCIO INTERNACIONAL LTDA	Art. 11, inciso IV
GP03101	13.858.335/0001-97	S&L GRAFICA E EDITORA COMERCIO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/00005	03.675.607/0001-60	WJ GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00014	10.507.648/0001-02	PAPELARIA E GRAFICA DESTAK LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/00019	02.265.186/0001-36	RDS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-03101/00031	00.540.097/0001-25	GRAFICA E EDITORA ICTHUS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-03101/00039	01.560.437/0001-42	JDG-GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00042	00.713.846/0001-79	GRAFICA E EDITORA FORTALEZA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00046	06.796.973/0001-65	RAIMUNDO FERNANDES FILHO	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00073	07.228.042/0001-23	ABC DISTRIBUIDORA S A	Art. 11, incisos III
GP-03101/00100	35.006.089/0001-88	GRAFICA E EDITORA IMPRECE - IMPRESSORA DO CEARA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/00105	06.969.699/0001-89	REGINA CELIA CASSIANO BARBOSA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00113	05.678.602/0001-16	GRAFICA SERGIO EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00115	07.355.678/0001-36	IMAGEM GRAFICA EDITORA SERVICOS E COMERCIO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00116	08.849.840/0001-35	EDITORA INTERNACIONAL LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/00117	08.374.260/0001-39	EDITORA CONVIVER DE MATERIAL DIDATICO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00120	34.957.332/0001-80	EDITORA GRAFICA CEARA AGORA COMUNICACAO LTDA.	Art. 11, inciso III
GP-03101/00124	07.342.343/0001-83	NOGUEIRA & CORDEIRO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/00129	07.669.164/0001-55	ART & CORES GRAFICA E EDITORA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00131	09.200.165/0001-81	LITTERE EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/00153	07.272.636/0001-31	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00156	07.153.886/0001-52	FRANCISCO VANILSON DA SILVA MAIA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00160	07.955.842/0001-46	EDITORA FORT GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/00162	07.885.809/0001-97	FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA FUNECE	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00163	14.230.045/0001-67	AMERICA ARTES GRAFICAS CEARA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/00166	02.958.519/0001-02	APEX GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/13500	09.355.675/0001-28	F E DE CARVALHO JUNIOR GRAFICA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/13600	11.297.313/0001-70	GRAPHITI GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/13700	10.454.357/0001-01	SIM GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03101/13800	02.800.602/0001-59	FLEX EDITORA E GRAFICA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/14200	10.311.807/0001-07	EDITORA MUITO MAIS LTDA	Art. 11, inciso II
GP-03101/14400	10.238.167/0001-49	F. I. LIMA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03101/14800	10.595.602/0001-92	G F MARTINS CONSTRUCAO E SOLUCOES VISUAL EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP03103	11.505.744/0001-84	EGUS EDITORA GRAFICA UNIVERSITARIA SOBRALENSE LTDA	Art. 11, inciso II
GP-03103/00006	00.753.555/0001-04	CONTACT IMPRESSOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03201/00002	11.783.446/0001-56	GRAFICA SANTA CLARA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP03301	06.152.095/0001-45	COPY GRAFICA SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03301/00020	10.471.831/0001-03	W J KONVITES LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-03301/00025	05.579.149/0001-90	O DIA EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-03301/00031	06.517.387/0001-34	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	Art. 11, incisos III e IV
GP-03301/00033	06.167.080/0001-50	B. LIMA DA SILVA	Art. 11, inciso IV
GP-04101/00165	10.781.128/0001-93	A GOMES FILHO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04101/00184	35.598.002/0001-09	PAULO HENRIQUE VASCONCELOS OLIVEIRA CHAVES	Art. 11, inciso IV
GP-04101/00189	69.923.142/0001-27	AGENCIA GRAFICA NACIONAL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04101/00212	08.777.858/0001-79	RAIO X GRAFICA & EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04101/00213	15.464.375/0001-80	IRAN ALMEIDA DA SILVA	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00061	08.038.236/0001-29	GRAFICA E EDITORA RIO BRANCO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00066	10.987.913/0001-05	ART PRINT E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00067	09.530.987/0001-20	FASTGRAF GRAFICA RAPIDA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04201/00070	05.585.247/0001-30	PN EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00073	10.296.530/0001-82	POLYPRINT EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00075	13.169.642/0001-60	ART PRINT COMUNICACAO VISUAL E METALURGICA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-04201/00084	40.809.915/0001-67	EDU EDITORA GRAFICA UNIAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00088	08.286.320/0001-61	RN ECONOMICO EMPRESA JORNALISTICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04201/00093	03.965.041/0001-00	KMP GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04201/00097	07.379.516/0001-38	METROPOLITANO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04201/00101	06.234.591/0001-48	SANTA RITA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00104	14.875.202/0001-91	GRAFICA MOURA RAMOS NATAL LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00106	10.700.196/0001-80	MARIA DE FATIMA ARAUJO	Art. 11, inciso IV
GP-04201/00109	17.668.111/0001-73	COLORCOPY GRAFICA RAPIDA IMPRESSAO DIGITAL EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-04202/00001	11.955.875/0001-63	IMPRESSOS GRAFICA E EDITORACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04202/00002	16.599.050/0001-77	N S SOARES ROCHA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04301/00042	24.098.477/0001-10	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	Art. 11, inciso III
GP-04301/00066	02.240.413/0001-79	SAL DA TERRA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04401/00001	05.324.226/0001-61	NASCIMENTO E NASCIMENTO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04401/00004	04.487.560/0001-73	GRAFICA E EDITORA MASCARENHAS EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-04401/00006	09.056.485/0001-00	GRAFICA IMPERADOR EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-04401/00009	01.301.040/0001-36	GRAFPEL IND GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-04401/02001	03.013.931/0001-12	INDUSTRIA GRAFICA DE ALAGOAS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-04401/05003	02.690.955/0001-43	PRINT-SHOP GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04401/10003	11.062.146/0001-88	GRAFICA E EDITORA SPEEDGRAF LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-04401/11002	08.760.487/0001-12	D M R GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-05101/00162	96.713.383/0001-14	FALCAO COMUNICACAO,PROPAGANDA E SERVICOS GRAFICOS EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-05101/00174	15.208.986/0001-67	BUREAU GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-05101/00181	63.248.454/0001-04	GRAFICA E EDITORA PELICANO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-05101/00212	34.248.187/0001-69	JACOGRAFICA SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-05102/00022	13.451.794/0004-02	FUNDACAO ALOYSIO PENNA	Art. 11, incisos III e IV
GP-05102/00029	03.547.947/0001-05	DIARIO DA REGIAO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-05102/00049	01.180.750/0001-55	ROBERTO CERQUEIRA NONATO	Art. 11, incisos III e IV
GP-05102/00056	15.690.589/0001-74	UNIAO ARTES GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-05105/00016	07.129.170/0001-10	DIARIO BAHIA JORNAL E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-05105/00027	03.217.274/0001-25	DIARIO DE ILHEUS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-05105/00030	15.574.251/0001-57	T O BARROS EDITORA	Art. 11, inciso IV
GP-05201/00018	05.696.233/0001-94	FUTURA GRAFICA & SERVICOS EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-05201/00024	01.534.272/0001-34	PRINT GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-05201/00025	00.336.946/0001-23	LG GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06101/00151	26.006.916/0001-42	GRAFICA DOM BOSCO DE ITABIRA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06101/00158	19.207.588/0003-49	EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	Art. 11, inciso III
GP-06103/00058	16.998.445/0001-42	GRAFICA EDITORA DOM CARLOTO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06103/00060	16.960.635/0001-70	GRAFICA E EDITORA VALADARES LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06103/00062	02.891.427/0001-52	LESTE EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06103/00064	20.816.468/0001-66	GRAFICA NACIONAL EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-06103/00065	03.052.298/0001-71	ARTE GRAFICA PAULINHO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06103/00068	01.663.783/0001-56	N. DE F. PIRES	Art. 11, incisos III e IV
GP-06103/00069	02.274.136/0001-15	BLANC & MINE LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06103/00072	64.191.026/0001-47	AMILCAR EDICOES LTDA	Art. 11, inciso III

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GP-06106/00047	10.668.584/0001-21	FERNANDA CAVALCANTI SILVA CAZELATO	Art. 11, inciso IV
GP-06106/00048	09.514.453/0001-00	RCB GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06106/00049	18.242.909/0001-11	GRAFICA E EDITORA GILCAV LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06106/00054	16.589.145/0001-00	BELO GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06106/00059	19.302.769/0001-92	GRAFICA E EDITORA 30 MINUTOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06106/00060	25.291.212/0001-04	EMPRESA JORNALISTICA JORNAL DO SUL DE MINAS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06106/00061	22.582.233/0001-82	ROGRAF - GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06106/00062	05.541.767/0001-41	OTTONI ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06106/00063	02.886.012/0001-90	GRAFICA E EDITORA CRUZEIRO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06107/00050	10.676.829/0001-62	JD COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06107/00057	00.958.114/0001-49	GRAFONTES GRAFICA PUBLICIDADE EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06107/00059	64.476.872/0001-03	MATIZ GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06107/00063	02.842.165/0001-36	EDITORA GAZETA DO OESTE LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06107/00065	18.103.051/0001-04	GRAFMOL GRAFICA FORMULARIOS MOURA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06107/00066	42.905.588/0001-72	GRAFICA E EDITORA AQUARIUS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06107/00082	20.144.754/0001-22	GRAFICA DIVINOPOLIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06108/00015	41.833.591/0001-65	INDYUGRAF LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06109/00004	25.263.153/0001-52	GRAFICA COMPOSER EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06109/00006	17.259.300/0001-92	SINCOPEL INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06109/00007	66.202.870/0001-51	ALINE EDITORA E ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06109/00020	25.630.500/0001-38	EDITORA ZARDO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06109/00021	26.351.494/0001-42	GRAFICA PINHEIRO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06109/00024	21.313.283/0001-00	EDITORA GRAFICA ITUIUTABA LIMITADA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06109/00044	06.114.633/0001-07	HEBROM EDITORA E ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06109/00050	06.292.421/0001-10	EDITORA ATMAN LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06109/00051	07.278.532/0001-34	J.T SOLUCOES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06109/00052	71.063.705/0001-04	FLAUSIO ANTONIO SANTOS OLIVIERI	Art. 11, incisos III e IV
GP-06109/00053	09.401.651/0001-68	EDITORA & GRAFICA FRANSBRUNO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06109/00057	11.061.867/0001-73	EDITORA GRAFICA ABREU E SILVA LTDA	Art. 11, inciso II
GP-06109/00058	21.489.364/0001-57	ORIGINAL ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06109/00083	19.657.181/0001-51	CELSO FERNANDES DE ABREU CPF: 266.864.576-04	Art. 11, inciso II
GP-06109/00084	17.098.004/0001-57	JS IMPRESSOES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso II
GP-06109/00087	00.973.901/0001-60	EDITORA E GRAFICA CORTES EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-06110/00037	05.581.027/0001-39	EDITORA GRAFICA DALIANA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06111/00018	07.366.171/0001-88	A GAZETA METROPOLITANA EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06111/00020	01.714.409/0001-32	MARIA MARGARET VIANA CPF 097.781.358-43	Art. 11, inciso IV
GP-06111/00023	14.563.549/0001-07	W.M. GRAFICA E EDITORA ECOLOGICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06111/00024	15.505.337/0001-28	GRAFICA ORIGEM JM LTDA	Art. 11, inciso III
GP-06112/00014	23.786.783/0001-86	EMPRESA JORNALISTICA N.SRA.APARECIDA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06113/00004	41.764.978/0001-07	GRAFICA E EDITORA CEM LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-06113/00005	04.892.706/0001-66	GUSTAVO HENRIQUE CAVALCANTE SOARES	Art. 11, incisos III e IV
GP-06113/00012	01.320.288/0001-44	J.G.GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-06113/00013	07.737.998/0001-50	MILLENNIUM SERVICOS E ARTES GRAFICAS EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07102/00104	30.072.672/0001-73	GRAFICA FALCAO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07102/00105	02.147.077/0001-14	EDG EDITORA GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07102/00112	04.328.486/0001-42	VIAGRAF DE ITAIPU GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07102/00119	30.346.548/0001-59	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA FRIBURGO	Art. 11, inciso III
GP-07102/00123	68.824.986/0001-58	JORNAL DO GORILAS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07102/00141	04.885.116/0001-06	GRAFICA E EDITORA PRINT MIDIA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07102/00148	12.416.432/0001-67	GSI-GRAFICA E SISTEMA DE INFORMATICA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-07103/00062	04.557.743/0001-18	LKL ARTES GRAFICAS EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-07103/00064	08.379.705/0001-73	UNIVERSO DIGITAL COMERCIO E SERVICOS DE PAINEIS PUBLICITARIO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07103/00067	10.454.640/0001-25	TIC TAC ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07103/00068	06.036.887/0001-54	ALEXPELAES SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07103/00071	30.817.191/0001-40	GRAFICA E EDITORA JORNAL DE HOJE LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07103/00074	01.457.583/0001-47	HOJE COMERCIO E SERVICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07103/00079	60.452.752/0029-16	INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, inciso III
GP-07103/00081	30.605.927/0001-16	EDITORA GRAFICA JORNAL DA CIDADE LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07103/00083	02.474.891/0001-43	SERMOGRAF ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07103/00089	09.596.405/0001-09	AKS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07103/00098	28.366.342/0001-49	ZEM GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07103/00130	13.270.625/0001-15	GRAFICA CENTRO - SUL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07104/00021	04.853.257/0001-47	P. H. GOMES EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07105/00033	08.759.955/0001-39	NOVA AMITAF ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07105/00046	15.024.489/0001-09	GRAFICA E EDITORA JORNAL CORPORATIVO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07105/00050	27.179.316/0001-49	GRAFICA DO PATRONATO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00006	04.160.920/0001-28	EDIOURO GRAFICA E EDITORA PARTICIPACOES S.A	Art. 11, inciso III
GP-07108/00009	10.338.436/0001-49	SPA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00024	02.083.030/0001-34	J SHOLNA REPRODUCOES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00026	05.445.643/0001-62	DIAGRAPHIC 2003 EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00027	32.136.715/0001-62	ACERTO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00032	01.209.604/0001-05	SUPRASET GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00033	34.050.567/0001-94	GRAFICA E EDITORA LIVROBEL EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-07108/00037	04.218.430/0001-35	EDIGRAFICA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07108/00054	31.958.929/0001-51	GRAFICA E EDITORA PRELO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00061	08.103.675/0001-78	PONTO FINAL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00062	68.568.484/0001-03	EDITORA POPULIS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00066	02.301.258/0001-53	SET PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00069	33.696.444/0001-62	IARTE IMPRESSOS DE ARTE LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00076	11.127.500/0001-05	GBI GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00078	04.063.124/0001-77	MANGAVA COMERCIO EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00080	07.440.857/0001-71	RIO BPC ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00081	11.455.311/0001-61	RRM GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00082	27.677.913/0001-01	R A MANDULA SERVICOS GRAFICOS E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00087	07.791.090/0001-25	LOKAL GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00088	07.854.216/0001-63	DUO PRINT COMERCIO DE MATERIAL GRAFICO E INFORMATICA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00089	32.592.081/0001-52	MARKGRAPH GRAFICA E EDITORA LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00115	09.635.530/0001-80	NOVO ESTILO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00117	02.287.908/0001-53	GRAFICA E EDITORA MAIA BARBOSA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00118	40.412.678/0001-04	ARMAZEM DAS LETRAS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00120	33.766.734/0001-35	IMAGO EDITORA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00123	08.960.458/0001-02	NOSSA NOVA ARTE EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00128	04.432.391/0001-74	FORMATO E MODELO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00141	01.503.550/0001-96	ROTAPRESS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00155	04.485.665/0001-93	EDITORA RIO PARTICIPACOES EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00158	30.942.437/0001-05	GRAFICA E EDITORA PRENSA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07108/00163	42.459.891/0001-99	GRAFICA MEC EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00165	05.944.063/0001-10	GM MINISTER EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00190	33.955.436/0001-93	ZIT GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00204	31.269.665/0001-29	D R Q GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07108/00211	09.460.815/0001-28	MASTER PRINT IMPRESSAO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00224	01.487.518/0001-64	ABE GRAPH EDITORA E SERVICOS GRAFICOS EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00227	00.350.195/0001-08	IMPRINTA EXPRESS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00233	33.644.857/0002-84	FEDERACAO ESPIRITA BRASILEIRA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00239	40.326.332/0001-85	VANGRAFI - INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00257	28.832.905/0001-47	CCAA-EPP INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E ESTUDIOS LTDA.	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00259	06.756.668/0001-40	INGRAFICA EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00261	34.005.108/0001-99	J DI GIORGIO & CIA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07108/00265	33.961.681/0001-03	ULTRA SET EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00272	02.691.431/0001-77	OPCAO GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00275	34.266.858/0001-14	COP EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00277	30.860.688/0001-40	ORTHOLINE COMERCIO DE MATERIAL GRAFICO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00280	32.181.885/0001-69	MCE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00284	42.165.993/0001-00	EDITORA TEATRAL LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07108/00299	08.885.752/0001-99	EXPRESSO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00304	06.073.320/0001-58	GREEN/2003 GRAFICA E EDITORA COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00319	00.971.215/0001-50	3GRAPH GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00324	13.464.478/0001-14	CS SERVICOS E PRODUCOES GRAFICAS E EDITORIAIS EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00326	04.163.407/0001-90	BRASIL EXPRESS GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00331	06.334.946/0001-70	ED INFO SUPRIMENTOS DE INFORMATICA INDUSTRIA EDITORIAL COMERCIO E SERVICOS GRAFICOS EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00336	02.985.571/0001-58	COMERCIAL MAKPRINT GRAFICA E PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00342	04.205.619/0001-93	JRB SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00343	11.226.821/0001-67	ADAILTON GOMES DOS SANTOS - GRAFICA E EDITORA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00348	28.582.781/0001-99	GUANAPA GRAFICA EDITORA E PAPEIS LIMITADA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00361	02.426.036/0001-67	MILLENNIUM PRINT COMUNICACAO VISUAL LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00364	01.136.252/0001-05	ABFA BMS CORREA SERVICOS GRAFICOS LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
GP-07108/00369	14.073.591/0001-31	FLANEUR EDICAO, COMUNICACAO, COMERCIO E PRODUCAO CULTURAL LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07108/00383	08.389.368/0001-03	MIRACOLO PRINT SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07109/00001	33.068.222/0001-03	EDITORA DOIS IRMAOS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-07109/00002	33.608.332/0001-02	CASA PUBLICADORA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS	Art. 11, inciso IV
GP-07109/00003	05.859.849/0001-39	GRAFICA IMAGINACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07109/00006	30.521.728/0001-20	UNIPRO EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07109/00009	02.174.741/0001-14	ARTES GRAFICAS VIA 7 EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-07109/00011	27.921.931/0010-70	CENTRO ESPIRITA LEON DENIS	Art. 11, inciso IV
GP-07109/00016	02.831.433/0001-14	FRAGATAS - GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07109/00019	06.004.217/0001-56	CMYK GRAFICA E EDITORA RIO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07109/00033	32.020.943/0001-72	TRENA TRIANGULO EDITORA NACIONAL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07109/00034	34.020.230/0001-34	NAVEGANTES EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07109/00041	05.855.568/0001-08	INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA VANESUL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-07109/00043	33.581.745/0001-40	ALTIVA GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-07109/00054	10.919.337/0001-50	JPK GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07109/00058	04.131.146/0001-27	EGFS EDITORA GRAFICA FERREIRA SOUZA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-07109/00064	29.518.628/0001-65	ARTES GRAFICAS VIANNA ALVES LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-07185/00001	03.848.688/0007-48	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI	Art. 11, incisos III e IV
GP-08102/00031	10.905.137/0001-49	IVAIR BOLOGNA	Art. 11, incisos II e IV
GP-08102/00033	55.114.979/0001-10	ESTRELA FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08102/00040	10.610.444/0001-00	EDITORA GRAFICA DORIVAL DONIZETE BARBOSA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08102/00054	52.287.927/0001-58	PENAPOLIS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08102/00057	06.769.276/0001-15	TEMAS E ARTES - GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08102/00059	14.645.848/0001-82	LARISSA NELLIS ALVES	Art. 11, inciso II
GP-08103/00048	48.995.369/0001-08	IGRAL INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08103/00058	05.923.247/0001-01	JOSE HENRIQUE GALHARDO DE OLIVEIRA GRAFICA	Art. 11, inciso IV
GP-08103/00061	02.719.422/0001-47	POWER GRAPH GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08103/00062	04.512.019/0001-78	JS ARTIGOS GRAFICOS E DE PAPELARIA LTDA	Art. 11, inciso IV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GP-08103/00078	03.093.491/0001-50	ALESSANDRA REGINA BATISTA BOTUCATU	Art. 11, inciso IV
GP-08103/00079	96.437.033/0001-72	CRIACAO INDUSTRIA DE ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08103/00081	03.207.709/0001-50	MARIA CANDIDA GUTIERES DOS SANTOS	Art. 11, inciso IV
GP-08103/00083	10.589.408/0001-02	THIAGO FELIPE RUBIO	Art. 11, inciso IV
GP-08103/00096	14.485.149/0001-12	TATIANA MOCO ORTIGOZA EDITORA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00228	10.748.346/0001-26	SILVAMASTER LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08104/00234	62.978.697/0001-27	ATO COMERCIO E ENCARDENACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00235	04.525.698/0001-10	CIRCULO EMPREENDIMENTOS GRAFICOS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08104/00236	52.657.061/0001-20	CITYGRAFICA ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08104/00237	46.024.030/0009-96	CORREIO POPULAR SOCIEDADE ANONIMA	Art. 11, inciso IV
GP-08104/00239	46.690.376/0001-76	GRAFICA CAMPINAS E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00244	46.016.291/0001-07	GRAFICA EDITORA MODELO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08104/00246	55.865.091/0001-10	TROPICAL REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08104/00247	62.982.541/0001-10	AMBINEWS SERVICO DE APOIO OPERACIONAL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00249	96.630.736/0001-12	HORTOGRAFICA EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00250	01.568.698/0001-09	IMPRESSAO DIGITAL DO BRASIL GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00252	09.095.706/0001-59	INTERA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08104/00253	45.995.388/0001-46	JCAPRINI GRAFICA E EDITORA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, inciso IV
GP-08104/00254	68.168.046/0001-58	JOSE EVANDRO COVO	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00256	45.831.005/0001-02	MACROVEN ARTES GRAFICAS EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-08104/00258	01.133.009/0001-33	M S DE ANDRADE GRAFICA EDITORA E PAPELARIA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08104/00259	07.162.895/0001-00	NOVACAMP EDITORA E GRAFICA LTDA.	Art. 11, inciso IV
GP-08104/00262	04.038.867/0001-97	PRINT MASTER GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08104/00263	04.810.004/0001-96	PRISMA PRINTER GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08104/00265	51.907.368/0001-79	RUMOGRAF INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00266	05.096.446/0001-85	SET GRAFICA COMERCIO DE PAPEIS PAPELARIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00269	03.645.523/0001-83	TREVOSET GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08104/00272	13.351.824/0001-58	VISTA GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08104/00274	15.463.139/0001-49	GRAFICA RADICE LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08105/00007	48.801.823/0001-42	GRAFICA EPITACIANA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08105/00008	61.172.326/0001-90	GRAFICA E EDITORA TUPI LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08105/00030	60.143.005/0001-03	AGNALDO VILELA DE SOUZA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08105/00033	05.677.327/0001-16	ROSAN & GUIMARAES LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08106/00001	10.735.556/0001-80	PRINTMAIS EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08106/00013	49.207.343/0001-10	GRAFICA E EDITORA VICE REI LIMITADA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08109/00011	59.559.443/0001-60	GRAFICOR ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08109/00015	55.483.382/0001-43	EDITORA LEGIS SUMMA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08109/00032	52.848.793/0001-05	COMTOL SERVICOS DE COBRANCAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08109/00039	47.060.900/0001-98	GRAFICA TRIBUNA DE DESCALVADO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08109/00042	51.035.244/0001-40	GRAFIMEL ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08109/00045	11.138.168/0001-84	GRAFICA EDUCACIONAL BRASILEIRA LTDA.	Art. 11, inciso II
GP-08109/00046	55.419.147/0003-74	EMPRESA JORNALISTICA A CIDADE S.A.	Art. 11, inciso II
GP-08109/00049	04.425.981/0001-70	EMPRESA JORNALISTICA, EDITORA E GRAFICA SERTAOZINHO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08109/00064	12.550.082/0001-27	NOVA ENFIM GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08109/00067	05.581.044/0001-76	FULLGRAPHICS RIBEIRAO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
GP-08109/00068	00.433.699/0001-83	QUALIGRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08109/00073	53.017.299/0001-53	FENILI & CIA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08109/00074	66.995.671/0001-48	DTP COMUNICACAO VISUAL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08110/00121	70.948.732/0001-93	GRAFICA E EDITORA SANROQUENSE LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08110/00123	01.142.640/0001-07	IPANEMA SISTEMA GRAFICO E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08110/00128	07.290.309/0001-02	EDITORA OTTONI LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08110/00135	46.840.443/0001-91	LINOGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08110/00142	50.222.421/0001-35	NOSSAGRAF - GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08110/00149	46.829.685/0001-84	IMPRESSO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08110/00155	96.288.485/0001-30	EDITORA PORTAL LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08110/00161	43.186.451/0001-78	TIPOGRAFIA ITARARE LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08110/00170	50.051.531/0001-81	GUARANI-ARTES GRAFICAS ITARARE LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08110/00171	04.562.394/0001-22	IMPRESSOS JOTAPE LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08110/00176	11.367.001/0001-95	BERLIM GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08110/00177	06.114.332/0001-83	EDITORA GRAFICA REBECHI EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-08111/00008	57.690.711/0001-52	ARTES GRAFICAS E EDITORA SESIL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08111/00047	04.522.740/0001-49	ALTO TIETE COMERCIO E CONVERSAO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08111/00059	44.275.121/0001-11	ARTES GRAFICAS GUARU LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08111/00115	09.528.684/0001-73	CHERMA INDUSTRIA DA ARTE GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08111/00126	07.696.225/0001-73	RAMIRO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08111/00131	44.193.423/0001-40	EMPRESA JORNALISTICA FOLHA METROPOLITANA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08111/00137	13.140.029/0001-10	LENA GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
GP-08112/00031	04.650.460/0001-16	EDITORA E GRAFICA EXPRESSAO DE LIMEIRA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-08112/00048	09.525.905/0001-50	DIGITAL BOOKS LTDA	Art. 11, inciso II
GP-08112/00053	07.620.557/0001-74	TGV EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08112/00062	00.487.300/0001-47	GRAFICA LAGOA BONITA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08112/00065	05.857.481/0001-70	EDITORA GAZETA VGS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08113/00125	05.612.709/0001-61	LUMAX PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, incisos III e IV
GP-08113/00199	07.620.557/0002-55	TGV EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08113/00248	71.860.613/0001-47	E.G.M. GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08118/00066	11.928.130/0001-05	PRESS MARILIA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08118/00070	58.194.309/0001-40	EWALSET GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08118/00110	10.980.606/0001-94	MARKGRAF - GRAFICA EDITORA E IMAGEM LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08118/00112	16.462.217/0001-53	IMPRESSOS STORBEM LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08119/10001	04.438.034/0001-13	TATIANA CRISTINA KUEHL EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-08119/10003	04.711.421/0001-81	LWC ARTES GRAFICA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-08119/10004	03.376.684/0001-19	LUSOART EDITORA GRAFICA LIMITADA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08119/10006	00.015.174/0001-28	GRAFICA E EDITORA RUDCOLOR LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08119/10012	68.425.628/0001-72	NEOBAND SOLUCOES GRAFICAS EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-08119/10016	62.309.273/0001-70	FORMAG'S GRAFICA E EDITORA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, inciso IV
GP-08119/10017	08.091.127/0001-75	GKM - EDITORA GRAFICA LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
GP-08119/10021	00.982.221/0001-02	ESPACO EDITORIAL - EDICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08119/10024	04.058.604/0001-40	IMACOLORS - INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-08120/00059	04.993.387/0001-85	K. M. R. EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08120/00068	04.967.598/0001-43	GRAFICA E EDITORA MOGIANA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08120/00070	50.324.110/0001-87	RIVIERA NORTE EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08120/00074	02.859.129/0001-85	NOTICIAS DO ALTO TIETE EMPRESA JORNALISTICA, GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08120/00077	67.644.062/0001-07	FX GRAPHICS COMERCIO, SERVICOS E EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08120/00078	04.845.916/0001-01	MARPRESS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08120/00081	96.566.484/0001-00	JAC GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08120/00100	14.265.519/0001-06	JP EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08120/00103	14.483.740/0001-30	HAMATTE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08120/00105	66.781.352/0001-30	FOCUS VALE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08122/00034	67.118.760/0001-79	SUPREMA GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-08122/00040	11.524.293/0001-22	GRAFINEW - GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08123/00032	04.397.070/0001-86	NOVA GRAFICA E EDITORA DE BATATAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08123/00037	54.552.922/0001-30	FREITAS & CORREA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08123/00043	01.077.261/0001-72	NOVA ERA DE BARRETOS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08123/00050	14.444.357/0001-73	VICARIS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
GP-08124/00008	01.019.329/0001-67	GRAFICA ART - FAZ LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08124/00027	44.998.433/0001-53	PRADO & ZAMBONI LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08124/00052	54.115.134/0001-87	GRILO & IRMAO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08124/00120	60.387.925/0002-40	EDARGRAF EDITORA E ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08128/00059	38.979.928/0001-32	OPERVIA EDITORIAL E OPERADORES LOGISTICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08128/00060	01.434.529/0001-86	OPERVIA - GRAFICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08128/00063	54.298.047/0001-02	KRIATIVA GRAFICA E EDITORA LIMITADA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08128/00073	59.157.883/0001-90	NOVAFORMA DE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08128/00096	61.294.146/0001-81	GRECCO & MELO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08128/00106	52.007.010/0008-29	PROL EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08128/00118	12.238.553/0001-66	PSP DIGITAL GRAFICA E EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso IV
GP-08128/00128	03.221.889/0002-06	PRINT LASER CARTOES E SISTEMAS DIGITAIS LTDA.	Art. 11, inciso III
GP-08190/00005	47.692.454/0001-34	EFEITO ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00010	60.850.740/0001-49	FAZIO GRAFICA E EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso III
GP-08190/00011	59.309.054/0001-86	LENE GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-08190/00013	64.589.450/0001-44	NOVA PAGINA INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00046	63.935.829/0001-04	SPIRAL DO BRASIL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00051	60.829.157/0001-56	COMPANHIA LITHOGRAPHICA YPIRANGA - EM LIQUIDACAO	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00052	61.403.879/0001-07	MATTAVELLI GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00060	38.947.123/0001-07	VIDA E CONSCIENCIA EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00071	60.829.231/0001-34	IMPRES CIA BRASILEIRA DE IMPRESSAO E PROPAGANDA - EM LIQUIDACAO	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00091	61.533.915/0001-57	GRAFICA E EDITORA A VOZ DO CENACULO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00092	67.723.569/0001-56	TARRAFA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00128	71.982.920/0001-09	WITTE-COMERCIO E SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00131	60.927.290/0001-45	CENTRO SALESIANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00135	69.277.473/0001-37	MARIO FERRARI FILHO	Art. 11, inciso III
GP-08190/00137	66.016.882/0001-91	YANGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00142	43.985.738/0001-68	PAULO'S COMUNICACAO E ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00157	50.057.199/0001-62	ARTES GRAFICAS PANORAMA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00159	38.761.540/0001-60	NILZA DINIZ RIBEIRO DE FRANCA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00168	61.162.111/0001-99	GRAFICA SANGIRARD LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00197	04.234.283/0001-97	ACERT GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00201	60.074.531/0001-50	ANANDA GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00205	00.663.129/0001-80	JET GRAPHIC LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00207	60.507.100/0001-30	FUNDACAO DORINA NOWILL PARA CEGOS	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00229	60.879.343/0001-08	FACIOLI GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00244	53.097.176/0001-70	GRAFICA CIPRIANO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00253	67.005.702/0001-39	SJS ASSESSORIA E CONSULTORIA DE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00255	54.435.821/0001-80	COMETA GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00302	59.470.807/0001-30	VERVI INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00328	05.437.940/0001-66	KROMO EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00333	51.952.406/0001-05	EMBAPLAN EMBALAGENS PLANEJADAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00364	55.951.776/0001-89	RSG SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00371	04.052.011/0001-76	TRIPLE A PRODUCAO CROSSMEDIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00409	08.288.515/0001-40	GRAFICA E EDITORA REVELACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00419	04.883.464/0001-44	GRAFICA E EDITORA DIRECAO CULTURAL EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-08190/00425	43.791.706/0001-21	COPYGOOL COPIADORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00434	00.216.164/0001-50	POLOPRINTER LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00435	01.421.209/0001-91	ESTILO HUM COMERCIO E ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00439	10.264.279/0001-74	PRINTCROM COMERCIO EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00442	07.819.672/0001-72	IGUPE GRAFICA EDITORA E FOTOLITO EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-08190/00453	43.548.874/0001-90	TOM ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00458	10.482.914/0001-90	QUALITY PRESS GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00486	73.028.854/0001-50	ART PLUS ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00487	69.192.482/0001-25	TAIP & PAPER EDITORA GRAFICA E PAPELARIA LTDA	Art. 11, inciso IV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GP-08190/00488	96.241.906/0001-77	COKTAIL GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00493	05.074.395/0001-90	P R ABUD SILVA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00498	00.961.511/0001-70	S.A.BUILDER LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00504	00.618.809/0001-81	AQUARIUS SBC EDITORA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00508	04.998.393/0001-25	EDITORA LAFONTE LTDA.	Art. 11, inciso III
GP-08190/00509	02.277.560/0001-13	CGP GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00513	05.738.250/0001-47	HR GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00523	11.580.358/0001-57	UNICA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00531	04.208.046/0001-51	GRAFICA E EDITORA MIL FOLHAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00532	67.562.884/0001-49	RIMO ENTERTAINMENT INDUSTRIA E COMERCIO S.A	Art. 11, inciso III
GP-08190/00534	64.700.487/0001-06	CATALISE EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00537	71.909.162/0001-95	GUAPO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00544	08.386.636/0001-25	EDITORA EVORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00545	13.204.593/0001-50	D PADUA GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-08190/00546	00.726.121/0001-15	AWA EDITORA E GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-08190/00557	62.428.073/0001-36	FUNDACAO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00558	49.375.314/0001-68	FUTURO MUNDO SERVICOS DE DESIGN GRAFICO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00567	13.505.115/0001-80	MIX GRAFICA, EDITORA E PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00573	11.410.532/0001-13	LOTUS GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-08190/00576	64.657.075/0001-22	DESIGN EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00577	17.029.062/0001-29	PRINT EXPRESS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-08190/00585	11.087.402/0001-91	EDITORA GRIFON LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-08190/00608	06.176.979/0003-00	MINUANO COMUNICACOES E PRODUCOES EDITORIAIS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09101/00115	00.225.436/0001-89	GRAFICAP EDITORA & GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00118	00.489.171/0001-26	DIGITAL LIDER GRAFICA EDITORA E IMPRESSAO DIGITAL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00120	11.565.129/0001-63	VISUALGRAF GRAFICA EDITORA E SERVICOS DE MARKETING LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00122	00.377.137/0001-60	INOVAPACK EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00123	95.390.332/0001-36	SZABO & SEGURA INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00124	05.047.433/0001-16	ANDREA LUCIANE BARRETO & CIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00126	05.293.752/0001-01	NEO CENTER GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00127	04.025.487/0001-18	BLUE STAR SUL IMPRESSAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00128	01.854.964/0001-60	STAR SYSTEM SERVICOS DE EDITORACAO E IMPRESSAO PERSONALIZADA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00129	09.570.162/0001-30	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00133	02.497.614/0001-56	EDITORA GRAFICA POPULAR LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00138	07.812.678/0001-18	OBRA IMPRESSA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00139	81.896.565/0001-09	ADESCRYN GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00141	02.634.539/0001-28	MAURO BOTAN DE SOUZA - SERVICOS	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00146	02.307.462/0001-81	ATENA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00148	72.486.012/0001-89	BURBELLO ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09101/00157	01.846.954/0001-82	EDITORA GRAFICA ORIONITA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00161	10.524.779/0001-06	EFETAGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00162	78.396.280/0001-96	ESTETICA ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09101/00165	03.872.106/0001-73	FREE COMERCIO DE PAPEIS EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-09101/00166	07.564.076/0001-99	GIGAPRESS INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00168	76.157.676/0001-55	GRAFICA CAPITAL LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09101/00178	76.684.646/0001-05	HELVETICA COMPOSICOES GRAFICAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00179	01.011.673/0001-00	BACURI AGRONEGOCIOS EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00180	81.669.772/0001-12	INDUSTRIA GRAFICA LEFEL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00183	05.912.127/0001-09	INTERAGE EDITORA, INFORMATICA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00185	07.832.750/0001-79	LIDERGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00186	84.941.012/0001-00	S A B MANZONI SERVICOS GRAFICOS	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00189	07.112.226/0001-23	MARCOS DE SOUZA BORGES EDICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00194	05.268.682/0001-31	NOVATIVA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00195	77.537.363/0001-95	NOVO HORIZONTE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09101/00200	08.857.893/0001-06	PIGMENTO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00201	00.444.593/0001-85	PRIMAGRAF INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00205	06.015.875/0001-43	SUPERCARDS GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00208	09.011.837/0001-00	ULTRA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00212	04.989.056/0001-71	AZUL EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00213	02.869.926/0001-43	SINDICI DO BRASIL METALURGICA E GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00214	10.819.864/0001-93	JOAO BATISTA DA COSTA GUIMARAES - EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00217	10.505.668/0001-44	NILMAR GRAFICA & EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00218	07.865.759/0001-86	NEW CARD GRAFICA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00225	00.779.012/0001-66	GRAFICA E EDITORA CONCRETA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00226	10.432.414/0001-43	AD2 EDITORA GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00230	07.728.786/0001-07	MULTI CENTRO DO BRASIL - COMERCIO DE MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09101/00234	15.605.344/0001-00	WALTER ALLAN MENIN	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00237	18.612.495/0001-75	S. B. RIBEIRO - GRAFICA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00238	20.237.076/0001-42	CILON COSTA DE OLIVEIRA	Art. 11, inciso IV
GP-09101/00241	21.604.670/0001-97	UTILIPAPER COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00242	11.978.380/0001-50	EDICLEIA CORDEIRO - GRAFICA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00246	14.160.674/0001-68	EDITORA LEBRE & MATOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09101/00249	05.910.319/0001-78	T27 ARTES GRAFICAS E ELETRONICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09102/00169	80.190.796/0001-21	MAXIPRINT EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09102/00204	08.422.188/0001-78	ANDERGRAF PRODUCAO GRAFICA E MULTIMIDIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09103/00034	72.153.711/0001-07	O A COLOMBO & CIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09103/00036	00.370.153/0001-20	ADMR-ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09103/00040	03.351.216/0001-90	SETTO - GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09103/00041	03.777.313/0001-49	BRILHO GRAPH LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09103/00045	09.535.450/0001-53	GRAFIBEM - EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09103/00046	10.898.637/0001-09	GRAFICA E EDITORA ESPACO REGIONAL LTDA	Art. 11, inciso II
GP-09103/00048	76.094.838/0001-53	GRAFICA IGOL LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09103/00049	77.472.272/0001-19	KAMARO ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-09103/00054	07.253.397/0001-72	JB CARD INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-09103/00055	15.178.990/0001-20	MODERNA EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09103/00057	08.820.818/0001-62	SYSTEM EDITORA GRAFICA LTDA.	Art. 11, inciso II
GP-09105/00045	12.544.542/0001-04	SELLENA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09106/00026	81.062.317/0001-54	EDITORA GAZETA DO IGUACU LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09106/00028	00.996.030/0001-08	JOAO FIDELIS & CIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09106/00029	05.441.106/0001-44	EMETERIO CABRAL	Art. 11, incisos III e IV
GP-09106/00031	84.844.331/0001-06	CELSO RIBEIRO & CIA. LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-09106/00032	08.671.300/0001-04	SIG - SERVICOS DE IMPRESSAO E ACABAMENTO GRAFICO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-09202/00045	09.518.974/0001-36	IMAGE ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00328	88.607.437/0001-39	PRINT ARTES GRAFICAS EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00335	03.851.285/0001-62	GRAFICA JORNAL 2M LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00346	94.360.567/0001-12	CONTGRAF IMPRESSOS GRAFICOS EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00348	03.860.879/0001-30	GRAFICA E EDITORA SOLIDUS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00359	92.898.188/0001-55	OBRA MISSIONARIA CHAMADA DA MEIA NOITE	Art. 11, inciso III
GP-10101/00363	08.703.980/0001-09	COSTOLI GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00365	90.448.564/0001-84	GRAFICA E EDITORA SANTA RITA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00368	90.502.550/0001-00	NOV'ARTE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00371	90.291.634/0001-33	MR 3 GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00373	93.693.877/0001-96	RITTMANN GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00375	00.618.541/0001-88	INSIGHT IMPRESSAO GRAFICA LTDA.	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00386	07.053.387/0001-93	ALGO MAIS ARTES GRAFICAS E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00387	68.825.900/0001-01	RAMAJE EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00390	89.947.550/0001-26	PRAIAGRANDENSE SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00393	92.754.753/0001-00	ETICA IMPRESSORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00397	92.726.819/0004-00	INSTITUTO POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDENCIA	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00398	72.559.545/0001-43	GRAFICA E EDITORA LUZ LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00401	00.384.911/0001-60	EDITORA PRESS & ADVERTISING LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00405	88.749.312/0001-43	TRINDADE INDUSTRIA GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00408	92.869.650/0001-96	IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00413	08.140.323/0001-92	EDITORA ZBOROWSKI FERNANDES LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00419	92.822.733/0001-20	CASA DO PEQUENO OPERARIO	Art. 11, inciso III
GP-10101/00424	89.417.851/0001-48	DOLIKA-AFA SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00447	94.071.313/0001-84	GRAFICA ORGAPEL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00456	00.212.655/0001-23	PERFIL GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00463	94.990.835/0001-80	PRINT PRESS FORMULARIOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00472	87.207.874/0001-00	PROLETRA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00478	12.607.476/0001-74	GRAFICA MASSENA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00486	00.749.022/0001-59	DIPOSSANI GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
GP-10101/00492	90.793.076/0001-04	GRAFICA TEKE LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00501	16.104.153/0001-19	LA GRAFICA - EIRELI	Art. 11, inciso III
GP-10101/00514	86.699.022/0001-07	PRINT PAPER EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00515	18.788.483/0001-04	C.M.M. INDUSTRIA GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-10101/00517	22.212.130/0001-20	GRAFICA E EDITORA ACACIA LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10101/00520	08.070.493/0001-48	JORNAL DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS LTDA	Art. 11, inciso III
GP-10102/00020	92.846.997/0001-13	VICTOR ABREU FERREIRA DISTRIBUIDORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
GP-10104/00082	08.680.462/0001-09	GRAFICA ERECHIM LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-01101/00019	00.771.249/0001-09	EDITORA OTIMISMO LTDA	Art. 11, inciso III
IP-01101/00021	09.386.576/0001-03	EVOLUTION-IMPORTACAO E COMERCIO DE INSUMOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, inciso III
IP-01201/00160	03.250.143/0001-40	G PEL PAPEIS EIRELI	Art. 11, inciso III
IP-01201/00180	03.682.209/0001-70	CELIO PINTO FIGUEIREDO	Art. 11, inciso III
IP-01201/00241	05.963.198/0001-22	MAXPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-01201/00260	18.324.904/0001-38	ARAPEL COMERCIO DE PAPEIS EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-01201/00270	16.816.491/0001-83	M-10 TRANSPORTADORA E LOGISTICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-01301/00122	11.380.141/0001-01	RIOBRAVO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-02101/00075	04.929.683/0001-17	DELTA PUBLICIDADE S A	Art. 11, inciso III
IP03101	14.313.422/0001-21	DEBORAH PONTES DE SOUZA	Art. 11, inciso IV
IP-03101/00073	07.228.042/0001-23	ABC DISTRIBUIDORA S A	Art. 11, inciso III
IP-03101/00107	01.015.273/0001-72	BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-03101/00108	50.596.790/0018-36	RIO BRANCO COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso II
IP-03101/00111	16.404.287/0303-05	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
IP-03101/11000	16.404.287/0151-87	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso II
IP-04201/00082	00.933.186/0001-31	MARLI MARIA DE ARAUJO	Art. 11, inciso IV
IP-04201/00091	07.228.042/0005-57	ABC DISTRIBUIDORA S A	Art. 11, inciso III
IP-04201/00095	08.320.087/0001-96	EDITORA O DIARIO SA	Art. 11, inciso IV
IP-05102/00052	01.180.750/0001-55	ROBERTO CERQUEIRA NONATO	Art. 11, incisos III e IV
IP-05105/00022	16.404.287/0013-99	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
IP-06101/00012	19.207.588/0003-49	EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	Art. 11, inciso III
IP-06109/00058	12.605.293/0001-10	ENTREGAS JA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-06113/00002	26.280.198/0001-06	VEGESILKS COMERCIO E IMPORTACAO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07102/00128	03.141.602/0001-57	REAL GRAPHICS IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
IP-07102/00147	11.159.305/0001-67	INTERPAPER INDUSTRIA DE PRODUTOS DE PAPEL LTDA	Art. 11, inciso II
IP-07103/00063	08.379.705/0001-73	UNIVERSO DIGITAL COMERCIO E SERVICOS DE PAINEIS PUBLICITARIO LTDA	Art. 11, inciso III
IP-07103/00066	10.454.640/0001-25	TIC TAC ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IP-07103/00070	30.817.191/0001-40	GRAFICA E EDITORA JORNAL DE HOJE LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07103/00073	01.457.583/0001-47	HOJE COMERCIO E SERVICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-07103/00077	60.452.752/0029-16	INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, inciso III
IP-07103/00115	00.935.453/0001-00	EDIOURO PUBLICACOES LTDA	Art. 11, inciso III
IP-07103/00128	13.270.625/0001-15	GRAFICA CENTRO - SUL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-07104/00024	02.117.227/0001-47	CHANSPORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Art. 11, inciso III
IP-07108/00004	04.160.920/0001-28	EDIOURO GRAFICA E EDITORA PARTICIPACOES S.A	Art. 11, inciso III
IP-07108/00008	10.338.436/0001-49	SPA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-07108/00035	04.218.430/0001-35	EDIGRAFICA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-07108/00039	01.183.613/0001-74	EDIOURO PUBLICACOES DE PASSATEMPOS E MULTIMIDIA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-07108/00049	01.183.614/0001-19	EDIOURO PUBLICACOES DE LAZER E CULTURA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-07108/00060	08.103.675/0001-78	PONTO FINAL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00065	02.301.258/0001-53	SET PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00154	04.485.665/0001-93	EDITORA RIO PARTICIPACOES EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00162	42.459.891/0001-99	GRAFICA MEC EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00172	06.923.123/0001-80	GOLDPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA.	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00174	11.055.261/0001-25	SAGA - COMERCIO E IMPORTACAO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-07108/00189	33.955.436/0001-93	ZIT GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00193	06.073.320/0001-58	GREEN/2003 GRAFICA E EDITORA COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-07108/00203	31.269.665/0001-29	D R Q GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-07108/00226	00.350.195/0001-08	IMPRINTA EXPRESS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00235	05.944.063/0001-10	GM MINISTER EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00256	28.832.905/0001-47	CCAA-EPP INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E ESTUDIOS LTDA.	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00264	33.961.681/0001-03	ULTRA SET EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00279	32.181.885/0001-69	MCE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00296	07.213.926/0001-04	EDITORA HR LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-07108/00334	13.566.564/0001-38	WGRIO COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00337	11.089.365/0001-50	GOLDEN COMERCIO DE PAPEIS EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00339	12.527.187/0001-65	CONTEUDO TOTAL EDITORA E COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07108/00370	17.132.987/0001-09	NEWCOMEX DO BRASIL TEXTEIS E BAZAR COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
IP-07109/00005	30.521.728/0001-20	UNIPRO EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-07109/00008	31.028.434/0001-23	ACTION EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07109/00018	06.004.217/0001-56	CMYK GRAFICA E EDITORA RIO LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07109/00030	33.897.679/0001-12	EDITORA DE PUBLICACOES CIENTIFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-07109/00032	32.020.943/0001-72	TRENA TRIANGULO EDITORA NACIONAL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-07185/00003	60.452.752/0001-15	INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, inciso III
IP-08104/00205	46.024.030/0001-39	CORREIO POPULAR SOCIEDADE ANONIMA	Art. 11, inciso IV
IP-08104/00208	45.995.388/0001-46	JCAPRINI GRAFICA E EDITORA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, inciso IV
IP-08104/00213	43.999.630/0001-24	AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08106/00002	11.697.843/0001-05	LC BARALLE GESTAO DE CONTRATOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-08106/42011	03.789.808/0001-98	KEYWORLD COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EMBALAGENS EIRELI	Art. 11, inciso III
IP-08109/00024	50.492.271/0001-80	EDITORA NAME COC LTDA.	Art. 11, inciso II
IP-08109/00026	06.289.450/0001-22	EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA GAZETA DE RIBEIRAO PRETO LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08109/00044	11.138.168/0001-84	GRAFICA EDUCACIONAL BRASILEIRA LTDA.	Art. 11, inciso II
IP-08110/00178	08.239.755/0001-55	COALA PAPERS INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08111/00007	57.690.711/0001-52	ARTES GRAFICAS E EDITORA SESIL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-08111/00052	74.362.021/0001-93	PELKOTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-08111/00111	16.404.287/0047-38	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
IP-08111/00118	05.337.055/0001-05	GUARUFORM APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
IP-08111/00136	13.140.029/0001-10	LENA GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
IP-08111/00138	16.404.287/0343-00	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
IP-08112/00009	09.117.926/0001-36	VLOG IMPORTACAO DE PAPEIS E LOGISTICA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08113/00261	07.305.586/0001-41	ANTALIS DO BRASIL PRODUTOS PARA A INDUSTRIA GRAFICA LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
IP-08113/00283	02.635.041/0001-80	TRANS EDITORIAL EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
IP-08123/00027	45.316.445/0001-13	GCN PUBLICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08124/00080	61.192.522/0001-27	BIGNARDI - INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS E ARTEFATOS LTDA.	Art. 11, inciso III
IP-08124/00118	64.589.450/0001-44	NOVA PAGINA INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08128/00056	61.294.146/0001-81	GRECCO & MELO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-08128/00058	38.979.928/0001-32	OPERVIA EDITORIAL E OPERADORES LOGISTICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08128/00072	59.157.883/0001-90	NOVAFORMA DE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08128/00077	58.732.058/0001-00	PANINI BRASIL LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08128/00107	52.007.010/0008-29	PROL EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00001	71.796.536/0001-03	VIVOX COMERCIO,IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-08190/00008	02.121.469/0001-04	EDITORA BRAZIL NOW LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00023	60.859.519/0001-51	EDITORA PINI LTDA.	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00030	03.935.642/0001-70	LB3 EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00034	61.516.001/0001-88	ATHENEU EDITORA SAO PAULO LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00056	74.310.962/0001-83	EDITORA ESKALAB - EIRELI EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, inciso III
IP-08190/00058	56.869.092/0001-03	DUVALE PUBLICIDADE LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00075	58.932.567/0001-86	AUTODATA EDITORA E EVENTOS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00090	47.260.344/0001-01	EDITORA SABER EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00166	60.927.290/0001-45	CENTRO SALESIANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL	Art. 11, incisos III e IV
IP-08190/00175	02.172.775/0001-70	IMPRENSA EDITORIAL EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00190	60.636.628/0001-00	LIVRARIA EDITORA IRACEMA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00218	64.700.487/0001-06	CATALISE EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00225	59.293.068/0001-59	ASSOCIACAO BRASILEIRA DO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVOS E DE LUBRIFICANTES - "BRASCOMBUSTIVEIS"	Art. 11, inciso III
IP-08190/00246	61.162.111/0001-99	GRAFICA SANGIRARD LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00251	01.404.158/0001-90	PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00265	74.489.139/0001-87	ROMA INTERNACIONAL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00293	54.435.821/0001-80	COMETA GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
IP-08190/00341	73.189.755/0001-50	SISAL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00348	69.315.240/0001-81	EDITORA QUATRO ESTACOES - EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00353	51.952.406/0001-05	EMBAPLAN EMBALAGENS PLANEJADAS LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00356	42.515.767/0001-01	NOW DIGITAL BUSINESS LTDA.	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00370	61.403.879/0001-07	MATTAVELLI GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00384	61.466.983/0001-40	FORNECEDORA DE PAPEL FORPAL S A	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00405	00.620.681/0001-90	B7 EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00412	06.111.971/0001-95	INSTITUTO CALLIS	Art. 11, inciso III
IP-08190/00415	55.896.229/0001-48	EPSE EDITORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00432	67.182.501/0001-07	KAZA EDITORA E COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00447	04.998.393/0001-25	EDITORA LAFONTE LTDA.	Art. 11, inciso III
IP-08190/00469	07.906.004/0001-82	VERDE BRASIL EDITORIAL LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
IP-08190/00472	07.005.332/0001-08	EMPORIUM DE IDEIAS SERVICOS EDITORIAIS LTDA.	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00489	04.834.527/0001-72	INTERAGIL COMERCIO DE PAPEIS E SERVICOS LTDA.	Art. 11, inciso III
IP-08190/00491	59.309.054/0001-86	LENE GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso III
IP-08190/00497	60.614.708/0001-64	LIVRARIA NOBEL S A	Art. 11, inciso III
IP-08190/00519	39.828.926/0002-96	TERRA NOVA TRADING LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-08190/00521	10.264.279/0001-74	PRINTCROM COMERCIO EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso III
IP-08190/00531	10.555.337/0001-19	ARX MERCANTIL EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00537	00.618.809/0001-81	AQUARIUS SBC EDITORA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, incisos III e IV
IP-08190/00554	10.683.196/0001-10	PUBLICO ALVO COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00559	10.884.412/0001-95	XAPURI DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00572	07.602.781/0001-33	DIARIO DE SAO PAULO COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00574	03.849.538/0001-63	EDITORA PAPAGAIO LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00594	11.580.358/0001-57	UNICA INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00596	00.545.945/0001-99	POINT EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00599	67.562.884/0001-49	RIMO ENTERTAINMENT INDUSTRIA E COMERCIO S.A	Art. 11, inciso III
IP-08190/00606	06.294.917/0001-22	EDITORA F Z SETE LTDA.	Art. 11, inciso IV
IP-08190/00607	08.386.636/0001-25	EDITORA EVORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
IP-08190/00609	00.726.121/0001-15	AWA EDITORA E GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso III
IP-08190/00625	14.546.379/0001-44	TRGD EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso II
IP-08190/00626	00.813.559/0001-30	PLASTIX TRADING INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-08190/00670	26.435.312/0001-11	LUIPAPER COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PAPEIS E DERIVADOS LTDA	Art. 11, inciso III
IP-09101/00028	09.594.075/0001-12	CARTONE PRODUTOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-09101/00037	09.240.869/0001-88	KAK DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-09101/00039	10.187.900/0001-43	MZM PAPER DO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-09101/00040	09.047.851/0001-64	NOVA CURITIBA COMERCIO DE PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-09101/00041	07.408.880/0001-89	GRUPONCINI IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-09101/00042	00.650.618/0001-05	PREMMIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, inciso II
IP-09101/00044	02.637.265/0001-20	REVEPAPER DO BRASIL IMPORTACAO & EXPORTACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-09101/00045	02.488.000/0001-08	REVEPAPER REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-09101/00047	16.404.287/0150-04	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Art. 11, inciso III
IP-09101/00052	07.865.759/0001-86	NEW CARD GRAFICA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-09101/00056	12.029.727/0002-61	COMERCIAL ZEEV LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-09102/00202	08.422.188/0001-78	ANDERGRAF PRODUCAO GRAFICA E MULTIMIDIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-09103/00003	05.549.970/0001-64	PAPERTECH SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
IP-09103/00005	08.611.322/0001-89	SOPELSA - COMERCIO DE ENVELOPES LTDA.	Art. 11, inciso II
IP-09103/00006	81.164.691/0001-60	KGEPEL PAPEIS LTDA	Art. 11, inciso III
IP-10101/00325	09.455.471/0001-69	SADI MARCOLIN	Art. 11, incisos III e IV
IP-10101/00406	89.962.823/0001-01	DISTRIBUIDORA DE PAPEIS BRAILE LTDA	Art. 11, inciso III
IP-10101/00410	92.869.650/0001-96	IMPRESUL SERVICO GRAFICO E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
IP-10101/00426	93.208.031/0001-13	EMPRESA JORNALISTICA PAMPA LTDA	Art. 11, inciso IV
IP-10101/00435	00.112.914/0001-44	VENCE PAPEIS - EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
IP-10101/00446	06.882.246/0001-10	ROBERTO PEREIRA BRAGA EIRELI	Art. 11, inciso IV
IP-10101/00483	93.826.360/0001-28	SULPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, incisos III e IV
IP-10101/00495	07.654.629/0001-02	CIANO GRAFICA E EDITORA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, incisos III e IV
IP-10101/00500	71.796.536/0003-75	VIVOX COMERCIO,IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-01101/00039	06.772.164/0001-13	MARCO ANTONIO TABET GOMES	Art. 11, inciso IV
UP-01101/00042	24.916.009/0001-05	EDITORA CONSULEX LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01101/00044	00.360.388/0001-31	EDITORA GRAFICA IPIRANGA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-01101/00046	00.771.249/0001-09	EDITORA OTIMISMO LTDA	Art. 11, inciso III

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UP-01101/00068	14.208.313/0001-44	VANDER E TITRA PROMOCOES E PRODUCOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01101/00073	13.192.699/0001-80	L R ARTES GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-01201/00137	09.236.355/0001-59	OPCAO NOTICIAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00140	03.620.346/0001-80	CAPA EDITORA E JORNALISMO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00142	00.658.620/0001-12	INDICE GESTAO EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00145	07.570.022/0001-36	JORNAL CORREIO METROPOLITANO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00146	05.215.856/0001-06	JORNAL CORREIO O ESTADO DE GOIAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00147	08.887.615/0001-93	EDITORA - O PARLAMENTO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00163	00.100.727/0001-40	GRAFICA E EDITORA UNICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-01201/00173	00.424.275/0001-52	UNIGRAF-UNIDAS GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00175	06.235.035/0001-96	EDITORA EDUCACAO E CIDADANIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00181	00.403.941/0001-76	EDITORA DATA IN LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00183	02.299.919/0001-53	CLONNE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-01201/00190	37.043.320/0001-39	BARBOSA EDITORA E JORNALISMO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00192	26.953.547/0001-03	SAFRA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-01201/00199	24.881.195/0001-94	REVISTA A CONSTRUCAO EM GOIAS EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00206	09.424.624/0001-00	EDITORA VERDE & PESCA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00207	02.231.678/0001-00	INTERPRISE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00208	10.249.293/0001-07	EDITORA E GRAFICA FATOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00210	02.499.151/0001-61	B R PAPELARIA E COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00221	10.699.369/0001-98	ERIC ROBERTO PESSOA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00222	03.237.354/0001-42	JORNAL O PARLAMENTO EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00223	11.334.504/0001-64	GOIAS PAPEIS EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00226	12.829.851/0001-20	REVISTA TURISMO BRASIL EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00239	37.353.141/0001-06	GRAFICA E EDITORA ANTUNES LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-01201/00242	14.877.263/0001-98	JORNAL DIARIO DE APARECIDA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00245	07.009.405/0001-30	RACAR EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00247	07.154.299/0001-88	EDITORA W LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00252	04.925.733/0001-98	IMPRENSA BIBLICA CRISTA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00256	10.254.640/0001-81	EDITORA E GRAFICA CRISTAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01201/00257	33.218.942/0001-08	ANTONIO PAULINO DA COSTA	Art. 11, inciso III
UP-01201/00262	15.340.230/0001-77	JASIENE DOS GUIMARAES MACHADO MARTINS 00211588199	Art. 11, inciso IV
UP-01301/00127	73.897.068/0001-99	GRAFICA E EDITORA FREITAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-01401/00080	37.573.763/0001-31	MARCIO LUCIO SERAGUCI	Art. 11, inciso IV
UP01402	13.035.632/0001-32	VERANILCE DA SILVA	Art. 11, inciso IV
UP-01402/00002	01.517.010/0001-61	EDITORA JORNALISTICA FATIMA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-01402/00004	08.959.048/0001-33	MENDONCA & CIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-02101/00072	34.819.680/0001-91	A F RAMOS & CIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-02101/00086	03.858.411/0001-00	EDITORA E GRAFICA MEGA MESTRE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-02501/00001	07.835.363/0001-96	IZABEL BATISTA MASCARENHAS DE SOUZA	Art. 11, inciso IV
UP-02501/30000	04.608.436/0001-19	EMPRESA JORNALISTICA O ESTADAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-03101/00103	17.161.828/0001-24	J K CARNEIRO BRUNO GRAFICA E EDITORA	Art. 11, inciso IV
UP-03101/10100	07.663.719/0001-51	FUNDACAO DEMOCRITO ROCHA	Art. 11, inciso IV
UP-03101/10200	06.913.315/0001-06	COMPANHIA DE COMUNICACAO E INFORMACAO	Art. 11, inciso IV
UP-03101/99000	11.805.959/0001-10	ALKADAN GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-03301/00032	06.517.387/0001-34	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	Art. 11, incisos III e IV
UP-04101/00208	15.361.353/0001-94	FAPE EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-04201/00083	08.423.279/0001-28	RN GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-04201/00094	08.320.087/0001-96	EDITORA O DIARIO SA	Art. 11, inciso IV
UP-04201/00107	07.379.516/0001-38	METROPOLITANO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-04201/00108	10.380.547/0001-13	METROPOLITANO EMPRESA DE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-04202/00004	08.313.967/0001-35	ASTECAM ASSESSORIA TECNICA PLANEJAMENTO E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-04202/00005	08.314.429/0001-65	EDITORA DE JORNAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-04202/00013	05.513.101/0001-80	EMPRESA DE COMUNICACAO E ASSESSORIA TECNICA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-04301/00043	24.098.477/0001-10	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	Art. 11, inciso III
UP-04401/00004	08.862.878/0001-48	EDITORA DE JORNAIS DE ALAGOAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-04401/00006	70.017.322/0001-29	EMPRESA EDITORA O JORNAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-05102/00051	01.180.750/0001-55	ROBERTO CERQUEIRA NONATO	Art. 11, incisos III e IV
UP-05105/00020	03.846.306/0001-51	EDITORIA BETA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-05105/00021	16.494.650/0001-70	AGORA EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-05105/00029	11.771.470/0001-75	EMPRESA DE JORNALISMO E COMUNICACAO INFORME LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06101/00098	10.705.524/0001-31	HORA H EMPRESA JORNALISTICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06101/00112	19.207.588/0003-49	EDIMINAS S/A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	Art. 11, inciso III
UP-06101/00113	17.513.110/0001-50	EDITORA CASA DE MINAS LTDA	Art. 11, inciso II
UP-06101/00126	17.172.057/0001-70	INFORMADOR DAS CONSTRUCOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06101/00139	16.815.575/0001-00	GRAFICA E EDITORA MINAS GERAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06103/00061	02.891.427/0001-52	LESTE EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06103/00067	19.319.946/0001-43	O JORNAL DE CARATINGA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06103/00073	20.599.460/0001-95	EGUSA EDITORA E GRAFICA UNIAO SA	Art. 11, inciso IV
UP-06106/00046	07.449.047/0001-86	ASSOCIACAO IRDIN EDITORA	Art. 11, inciso IV
UP-06107/00053	02.807.281/0001-14	MARIA LEOPOLDINA DE JESUS	Art. 11, inciso IV
UP-06107/00058	64.476.872/0001-03	MATIZ GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-06107/00062	02.842.165/0001-36	EDITORA GAZETA DO OESTE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06107/00071	86.666.674/0001-45	PEMAFA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06107/00076	02.148.466/0001-64	ROMEU DE OLIVEIRA CAMPOS	Art. 11, inciso IV
UP-06107/00083	17.453.476/0001-80	BRENNA SANTOS NOGUEIRA	Art. 11, inciso IV
UP-06107/00084	17.845.580/0001-10	JESSICA RIEGG DECKER RABELO 10222426608	Art. 11, inciso IV
UP-06108/00017	04.904.600/0001-35	GRAF NORTE MONTES CLAROS EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06109/00000	05.779.143/0001-67	MIDIA ARAGUARI LIMITADA	Art. 11, inciso IV
UP-06109/00046	04.231.728/0001-85	EDILIVRO EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06109/00057	12.605.293/0001-10	ENTREGAS JA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-06109/00059	12.494.581/0001-44	ROMA PROMOCAO E SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06109/00060	11.422.179/0001-91	J.P GRAFICA & EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06109/00075	11.329.898/0001-62	EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS CLARANTO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06109/00079	08.733.889/0001-28	EDITORA PERFIL MEDICO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06111/00012	07.366.171/0001-88	A GAZETA METROPOLITANA EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-06113/00014	07.907.590/0001-80	DIARIO BOCA DO POVO EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00113	04.596.374/0001-72	GAYATHRI EDITORIAL E EVENTOS LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00117	01.998.348/0001-82	BENICIO BIZ EDITORES ASSOCIADOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00118	07.573.812/0001-75	UNINDO POVOS MARKETING ESPORTIVO E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00122	68.824.986/0001-58	JORNAL DO GORILAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00129	10.488.826/0001-03	EDITORA COSTA DO SOL DE ARARUAMA LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00130	09.405.519/0001-24	M CARVALHO COMUNICACAO VISUAL E EDITORACAO ELETRONICA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00131	11.943.140/0001-10	OMNIA VINCIT EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
UP-07102/00132	08.695.703/0001-93	EDITORA AGITO & ACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00134	04.348.816/0001-61	JORNAL O PASSAGEIRO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00135	07.843.243/0001-30	FOCO NOTICIAS SERVICOS GRAFICOS LIMITADA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00136	12.201.949/0001-39	FRANCISCO CARLOS GOMES DA SILVA 42202744720	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00137	11.229.491/0001-63	INTERLOCNET SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00138	11.320.869/0001-30	LARISSA MONACO NASCIMENTO	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00143	11.935.750/0001-71	EDITORA NOVA IMPRENSA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00144	04.375.639/0001-02	DELLA MONICA EDITORA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00145	10.691.085/0001-55	M C PANGEA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07102/00155	03.993.108/0001-10	BOOKLINK PUBLICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00069	30.817.191/0001-40	GRAFICA E EDITORA JORNAL DE HOJE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00072	01.457.583/0001-47	HOJE COMERCIO E SERVICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-07103/00076	60.452.752/0029-16	INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, inciso III
UP-07103/00082	02.474.891/0001-43	SERMOGRAF ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00086	29.409.539/0001-80	SONIA ELIEZER HIRSCH	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00090	02.301.211/0001-90	VENEU & ALMEIDA ORGANIZACAO JORNALISTICA	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00095	09.316.721/0001-80	DAIMON EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00096	05.467.208/0001-39	EDITORA FOLHA DE TERESOPOLIS LIMITADA	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00109	10.958.818/0001-75	EDITORA VICTORYA LOYOLA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00110	00.935.453/0001-00	EDIOURO PUBLICACOES LTDA	Art. 11, inciso III
UP-07103/00122	09.630.498/0001-40	H H C RODRIGUES SOUZA COMERCIO E REPRESENTACAO	Art. 11, inciso IV
UP-07103/00124	34.353.920/0001-05	IGREJA METODISTA WESLEYANA	Art. 11, inciso IV
UP-07104/00017	04.853.257/0002-28	P. H. GOMES EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07104/00022	03.214.338/0001-34	TELEPRINT EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07105/00030	05.869.893/0001-20	EMPRESA JORNALISTICA OPCAO CULTURAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07105/00031	28.695.336/0001-35	ASSOCIACAO COMERCIAL INDUSTRIAL AGRO-PASTORIL E PRESTADORA DE SERVICOS DE BARRA MANSA	Art. 11, inciso IV
UP-07105/00032	08.857.232/0001-72	AR COMUNICACAO E EVENTOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07105/00047	09.646.952/0001-51	EMPRESA JORNALISTICA JOMAP LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07105/00048	15.024.489/0001-09	GRAFICA E EDITORA JORNAL CORPORATIVO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00003	04.160.920/0001-28	EDIOURO GRAFICA E EDITORA PARTICIPACOES S.A	Art. 11, inciso III
UP-07108/00007	10.338.436/0001-49	SPA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-07108/00010	10.713.783/0001-04	PAO E ROSAS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00012	06.090.896/0001-23	LAMPARINA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00014	33.090.440/0001-36	YORK INDUSTRIAS GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00015	10.412.159/0001-77	QUILE EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00018	68.575.083/0001-80	CONTRA CAPA LIVRARIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00025	05.445.643/0001-62	DIAGRAPHIC 2003 EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00034	04.218.430/0001-35	EDIGRAFICA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-07108/00038	01.183.613/0001-74	EDIOURO PUBLICACOES DE PASSATEMPOS E MULTIMIDIA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-07108/00042	68.568.484/0001-03	EDITORA POPULIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00043	02.661.835/0001-18	FAIRWAY EDITORA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00045	07.213.926/0001-04	EDITORA HR LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-07108/00048	01.183.614/0001-19	EDIOURO PUBLICACOES DE LAZER E CULTURA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-07108/00051	04.994.168/0001-10	SORAIA CALS ESCRITORIO DE ARTE EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00053	04.295.246/0001-99	ANDREA JAKOBSSON ESTUDIO EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00057	05.056.073/0001-19	ROMA VICTOR EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00059	08.103.675/0001-78	PONTO FINAL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00063	28.688.802/0002-36	LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00064	02.301.258/0001-53	SET PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00068	33.696.444/0001-62	IARTE IMPRESSOS DE ARTE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00085	31.885.932/0001-92	CONTRAPONTO EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00097	09.234.883/0001-79	PRODUTO EDITORIAL COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00100	05.197.970/0001-42	INSTITUTO CIENCIA HOJE - ICH	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00112	00.408.073/0001-17	BRASPORT LIVROS E MULTIMIDIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00119	33.766.734/0001-35	IMAGO EDITORA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00122	08.960.458/0001-02	NOSSA NOVA ARTE EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
UP-07108/00127	04.432.391/0001-74	FORMATO E MODELO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UP-07108/00140	01.503.550/0001-96	ROTAPRESS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00143	36.191.088/0001-13	QUALITYMARK EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00146	40.381.519/0001-81	MARCIA DE CARVALHO SILVA PINTO EDITORA E DISTRIBUIDORA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00153	04.485.665/0001-93	EDITORA RIO PARTICIPACOES EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00159	01.609.506/0001-65	CASA DA PALAVRA PRODUCAO EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00161	42.459.891/0001-99	GRAFICA MEC EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00164	03.930.473/0001-86	EDITORA PADMA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00176	07.743.279/0001-42	CTRL C EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00186	02.592.371/0001-35	RIOS AMBICIOSOS LIVRARIA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00188	33.955.436/0001-93	ZIT GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00195	06.294.035/0001-67	LUIZ RICARDO ESCOBAR SOUTO EDITORA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00202	31.269.665/0001-29	D R Q GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-07108/00209	36.121.846/0001-27	TOPBOOKS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00217	05.698.151/0001-89	EDITORA NOVA TRIADE DO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00225	00.350.195/0001-08	IMPRINTA EXPRESS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00232	33.644.857/0002-84	FEDERACAO ESPIRITA BRASILEIRA	Art. 11, incisos III e IV
UP-07108/00236	00.538.914/0001-00	FRAIHA PRODUCOES DE EVENTOS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00238	40.326.332/0001-85	VANGRAFI - INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00252	04.803.073/0001-72	CAPIVARA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00255	28.832.905/0001-47	CCAA-EPP INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E ESTUDIOS LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00258	06.756.668/0001-40	INGRAFICA EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00260	34.005.108/0001-99	J DI GIORGIO & CIA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-07108/00263	33.961.681/0001-03	ULTRA SET EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00270	39.086.129/0001-08	EDITORA CAMPO MATEMICO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00274	34.266.858/0001-14	COP EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-07108/00276	30.860.688/0001-40	ORTHOLINE COMERCIO DE MATERIAL GRAFICO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00278	32.181.885/0001-69	MCE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00288	04.267.461/0001-86	OUTRAS LETRAS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00289	33.523.978/0001-97	EDICOES TEMPO BRASILEIRO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00298	28.345.494/0001-65	A RAZAO EMPRESA JORNALISTICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00300	09.377.438/0001-68	CONTRASTE COMUNICACAO E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00310	00.724.926/0001-20	M W COMUNICACAO EMPRESARIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00311	05.681.873/0001-20	A E S MARKETING DIRETO LTDA ME	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00312	34.052.217/0001-67	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA - SECAO RIO DE JANEIRO	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00315	11.450.965/0001-00	KMX GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00327	12.898.262/0001-02	ALBERTO BARBOSA DA FONSECA 54923450797	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00332	11.366.033/0001-76	METANOIA EDITORA E COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00340	02.728.575/0001-50	EMPRESA JORNALISTICA POSTO SEIS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00341	12.527.187/0001-65	CONTEUDO TOTAL EDITORA E COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00342	10.875.861/0001-77	CASA ANTUERPIA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00344	31.363.344/0001-99	CURSO P H LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00346	07.779.664/0001-40	COMA LIVROS EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00350	15.450.297/0001-64	EDITORA FOZ IMPRESSOS E DIGITAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00351	03.712.467/0001-52	FLAMA EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00357	05.203.117/0001-96	SIMMER E AMORIM EDICAO COMUNICACAO E COMERCIO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00359	15.388.091/0001-51	EDITORA SMART EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00363	18.736.654/0001-43	SAIDA DE EMERGENCIA BRASIL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
UP-07108/00367	17.629.943/0001-80	EDITORA PEQUENA ZAHAR LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07108/00368	07.994.500/0001-35	INFOK EVENTOS CULTURAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00004	30.521.728/0001-20	UNIPRO EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-07109/00007	31.028.434/0001-23	ACTION EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00010	27.921.931/0010-70	CENTRO ESPIRITA LEON DENIS	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00012	40.246.019/0001-37	EDITORA BETEL	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00017	06.004.217/0001-56	CMYK GRAFICA E EDITORA RIO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00020	73.698.482/0001-79	REVIC EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00029	33.897.679/0001-12	EDITORA DE PUBLICACOES CIENTIFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00031	32.020.943/0001-72	TRENA TRIANGULO EDITORA NACIONAL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-07109/00038	02.784.272/0001-55	EDITORA PROVENZANO LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00045	03.072.362/0001-86	JORNAL TIPO CARIOCA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00049	30.127.823/0001-43	DESTAQUE DA BARRA EDITORA E EVENTOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07109/00061	35.921.584/0001-12	METAFORA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-07185/00002	60.452.752/0001-15	INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, inciso III
UP-08102/00035	06.985.582/0001-99	JOSE HENRIQUE LEMOS CENCI	Art. 11, inciso IV
UP-08102/00038	05.671.925/0001-88	EDITORA CLUBE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08102/00041	03.965.011/0001-02	EDITORA 4 CORES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08102/00042	61.410.759/0001-37	A L DE ALMEIDA EDITORA O JORNAL	Art. 11, inciso IV
UP-08102/00045	55.582.548/0001-89	GRAFISA - SANTOS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08102/00046	07.195.652/0001-78	JHONATTAN OYO OLIVEIRA	Art. 11, inciso II
UP-08102/00047	15.446.479/0001-61	LAYOUT GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08102/00050	05.613.626/0001-97	LUIZ GUSTAVO AMORIM CORREA	Art. 11, inciso IV
UP-08102/00051	03.602.763/0001-09	M. A. G. BALERONI	Art. 11, inciso II
UP-08102/00060	14.645.848/0001-82	LARISSA NELLIS ALVES	Art. 11, inciso II
UP-08103/00002	96.437.033/0001-72	CRIACAO INDUSTRIA DE ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08103/00026	03.198.956/0001-38	DIARIO DA SERRA GRAFICA E EDITORA JORNALISTICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08103/00033	59.995.621/0001-03	FUNDACAO VERITAS	Art. 11, inciso IV
UP-08103/00060	02.719.422/0001-47	POWER GRAPH GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08103/00063	07.602.781/0004-86	DIARIO DE SAO PAULO COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso II
UP-08104/00099	51.892.883/0001-22	IMPACTO - EMPRESA JORNALISTICA LTDA	Art. 11, inciso II
UP-08104/00227	10.606.585/0001-41	SABERES EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00231	09.314.456/0001-09	INCENTIVAR FOMENTO DE PROJETOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00232	02.827.992/0001-50	148 EDUCACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00233	50.103.415/0001-69	ESCOLA DE EDUCACAO TEOLOGICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00236	04.525.698/0001-10	CIRCULO EMPREENDIMENTOS GRAFICOS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08104/00238	46.024.030/0009-96	CORREIO POPULAR SOCIEDADE ANONIMA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00241	03.950.811/0001-41	EDITORA GAZETA REGIONAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00247	55.865.091/0001-10	TROPICAL REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00248	69.351.674/0001-37	FRANQUIA EDUCACIONAL CAMPINEIRA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00249	45.995.388/0001-46	JCAPRINI GRAFICA E EDITORA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00250	71.743.611/0001-78	KOMEDI PROJETOS E COMERCIO LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00254	45.831.005/0001-02	MACROVEN ARTES GRAFICAS EIRELI	Art. 11, inciso III
UP-08104/00256	02.381.094/0001-11	MILLENNIUM EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00258	01.133.009/0001-33	M S DE ANDRADE GRAFICA EDITORA E PAPELARIA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08104/00262	04.810.004/0001-96	PRISMA PRINTER GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00263	65.545.725/0001-00	RABONI EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00264	51.907.368/0001-79	RUMOGRAF INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08104/00265	57.511.867/0001-29	SAMA MULTIMIDIA EDUCACAO E ARTE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08104/00266	04.632.151/0001-13	SANDRA APARECIDA SIQUEIRA	Art. 11, inciso IV
UP-08105/00042	06.053.048/0001-44	A J JORNALISMO EDICAO DE JORNAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08106/00001	14.441.267/0001-29	JOAO JOSE DE SOUSA EDITORIAL	Art. 11, inciso IV
UP-08106/00007	43.834.787/0001-08	EDITORA JORNAL DA ORLA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08106/00014	06.995.715/0001-08	FOLEGO EDITORA E EVENTOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08106/22010	11.991.729/0001-93	VANESSA SABINO GIL	Art. 11, inciso IV
UP-08106/32010	07.242.426/0001-09	MESQUITA LISTA TELEFONICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08106/42010	67.966.390/0001-20	EDESP EDITORA DE GUIAS DO ESTADO DE SAO PAULO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08106/52010	08.627.628/0001-23	ENFOQUE JORNAL E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08109/00005	10.337.710/0001-65	O DIARIO DE RIBEIRAO PRETO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08109/00008	05.755.619/0001-20	PLUSS. BR - GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
UP-08109/00018	55.419.147/0001-02	EMPRESA JORNALISTICA A CIDADE S.A.	Art. 11, inciso II
UP-08109/00021	52.997.376/0001-16	EDITORA GAZETA DE BEBEDOURO LIMITADA	Art. 11, inciso IV
UP-08109/00022	52.940.863/0001-42	GRAFICA A COMARCA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08109/00023	50.492.271/0001-80	EDITORA NAME COC LTDA.	Art. 11, inciso II
UP-08109/00025	06.289.450/0001-22	EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA GAZETA DE RIBEIRAO PRETO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08109/00030	04.382.344/0001-63	OPA ASSESSORIA DE IMPRENSA LTDA	Art. 11, inciso II
UP-08109/00038	47.060.900/0001-98	GRAFICA TRIBUNA DE DESCALVADO LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08109/00041	51.035.244/0001-40	GRAFIMEL ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08109/00043	11.138.168/0001-84	GRAFICA EDUCACIONAL BRASILEIRA LTDA.	Art. 11, inciso II
UP-08109/00048	05.007.741/0001-18	EMPRESA JORNALISTICA DA CIDADE DE BEBEDOURO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08109/00059	10.871.154/0001-02	PAPIRUS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
UP-08110/00124	01.142.640/0001-07	IPANEMA SISTEMA GRAFICO E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00127	48.762.538/0001-60	INSTITUTO UNIVERSAL BRASILEIRO DE CURSOS LIVRES E PROFISSIONALIZANTES LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00129	07.290.309/0001-02	EDITORA OTTONI LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00132	70.942.743/0001-66	IRMAOS BOCCATO GRAFICA E JORNAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00133	04.819.508/0001-77	COOPER PUBLICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00141	49.553.902/0001-44	FOLHA DE VOTORANTIM LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00146	67.045.484/0001-66	EMPRESA GRAFICA E EDITORA VALE DO PARANAPANEMA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00147	57.057.291/0001-71	UNICOM UNIDADE DE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00148	48.333.652/0001-74	DIARIO DE SOROCABA JORNAL E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00154	96.288.485/0001-30	EDITORA PORTAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00156	05.973.731/0001-37	INDUSTRIA GRAFICA ITA NEWS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00158	08.241.331/0001-25	CURUCA, CONSCIENCIA ECOLOGICA COM OS PERSONAGENS CURUPIRA E CAAPORA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00167	69.162.121/0001-36	A L B COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08110/00175	11.367.001/0001-95	BERLIM GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08110/00180	15.017.953/0001-30	INDUSTRIA GRAFICA IN LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08111/00006	57.690.711/0001-52	ARTES GRAFICAS E EDITORA SESIL LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08111/00125	07.696.225/0001-73	RAMIRO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08111/00135	13.140.029/0001-10	LENA GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso II
UP-08112/00018	72.019.979/0001-50	TRIBUNA NOVO TEMPO DO INTERIOR E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08112/00019	04.650.460/0001-16	EDITORA E GRAFICA EXPRESSAO DE LIMEIRA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08112/00024	07.620.557/0001-74	TGV EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08112/00031	10.826.645/0001-31	JORNAL CIDADE DE MOGI GUACU LTDA	Art. 11, inciso II
UP-08112/00035	04.419.314/0001-84	REDE CIDADE GOSPEL DE COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08112/00036	59.446.658/0001-74	ANTONIO CARLOS PEREIRA DA SILVA SAO JOSE DO RIO PARDO	Art. 11, inciso IV
UP-08112/00041	49.530.876/0001-39	JORNAL DE LIMEIRA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08112/00043	46.359.394/0001-70	NOVAEDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08113/00124	05.612.709/0001-61	LUMAX PARTICIPACOES S.A.	Art. 11, incisos III e IV
UP-08113/00198	07.620.557/0002-55	TGV EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08113/00236	02.817.648/0001-80	VERGARA & RIBA EDITORAS S.A.	Art. 11, inciso IV
UP-08113/00247	71.860.613/0001-47	E.G.M. GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08113/00281	02.635.041/0001-80	TRANS EDITORIAL EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
UP-08118/00067	04.190.603/0002-35	SINERGIA EDITORA, COMUNICACAO & FEELING LTDA	Art. 11, inciso IV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UP-08118/00068	13.261.039/0001-04	CRISTIANO AVERSANO GONCALVES	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00073	66.951.757/0002-50	CMN - CENTRAL MARILIA NOTICIAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00074	06.186.047/0001-78	DGRAUS DESIGN E EDITORA LIMITADA	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00077	09.611.966/0001-30	GRAFICA MARILIENSE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00078	00.870.946/0001-09	GRAFICA NASCIMENTO DE MARILIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00086	49.879.034/0001-97	SERGIO FLEURY MORAES	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00088	44.375.004/0001-20	EMPRESA JORNALISTICA VOZ DA TERRA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00089	69.328.243/0001-50	FLEURY GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00093	48.726.145/0001-09	GRIL GRAFICA E REPRESENTACOES INDUSTRIAIS EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00097	02.527.200/0001-22	ROCHA & GUTIERRES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00109	08.843.828/0001-13	EDITORA DIARIO - CORREIO DE MARILIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08118/00111	08.970.801/0001-91	EDITORA JORNALISTICA CORREIO MARILIENSE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08119/10002	48.128.664/0001-67	EDITORA ESPIRITA CORREIO FRATERNO DO ABC	Art. 11, inciso IV
UP-08119/10009	08.091.127/0001-75	GKM - EDITORA GRAFICA LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
UP-08119/10010	68.425.628/0001-72	NEOBAND SOLUCOES GRAFICAS EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08119/10011	62.309.273/0001-70	FORMAG'S GRAFICA E EDITORA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, inciso IV
UP-08120/00063	00.679.644/0001-58	O ANCORADOURO JORNALISMO E EVENTOS - EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08120/00067	04.967.598/0001-43	GRAFICA E EDITORA MOGIANA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08120/00069	50.324.110/0001-87	RIVIERA NORTE EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08120/00072	65.078.263/0001-69	EDITORA JORNALISTICA DE IGARATA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08120/00073	02.859.129/0001-85	NOTICIAS DO ALTO TIETE EMPRESA JORNALISTICA, GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08120/00076	67.644.062/0001-07	FX GRAPHICS COMERCIO, SERVICOS E EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08120/00080	96.566.484/0001-00	JAC GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08120/00093	60.194.511/0001-13	VALEPAR PARTICIPACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08120/00099	14.265.519/0001-06	JP EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08120/00102	14.483.740/0001-30	HAMATTE GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08120/00108	58.485.319/0002-15	EM TEMPO EDITORA E EMPRESA JORNALISTICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08122/00039	11.524.293/0001-22	GRAFINEW - GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08123/00040	45.316.445/0001-13	GCN PUBLICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08123/00041	04.081.079/0001-83	GRUPO EDITORIAL DE FRANCA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08123/00044	54.798.715/0001-60	JORNAL DE BARRETOS COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08124/00127	05.774.960/0001-22	CASAPSI LIVRARIA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00030	01.764.496/0001-32	BEI COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00036	02.880.228/0001-49	EDITORIAL BOLINA BRASIL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00037	05.253.371/0001-07	EDITORA LAGE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00057	38.979.928/0001-32	OPERVIA EDITORIAL E OPERADORES LOGISTICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00062	54.298.047/0001-02	KRIATIVA GRAFICA E EDITORA LIMITADA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08128/00064	06.341.883/0001-80	LOPSO COMUNICACAO LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00071	59.157.883/0001-90	NOVAFORMA DE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00076	58.732.058/0001-00	PANINI BRASIL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00095	61.294.146/0001-81	GRECCO & MELO LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08128/00097	04.578.911/0001-51	EDITORA MATUOKA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00105	52.007.010/0008-29	PROL EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08128/00108	04.963.593/0001-42	GOLD EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00109	02.053.099/0001-15	IT MIDIA S/A	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00120	08.000.996/0001-47	SOMMA COMUNICACAO EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00121	15.277.314/0001-03	TANGERINA PARTICIPACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08128/00132	03.221.889/0002-06	PRINT LASER CARTOES E SISTEMAS DIGITAIS LTDA.	Art. 11, inciso III
UP-08190/00008	74.569.724/0001-97	ESCRITURAS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00015	60.850.740/0001-49	FAZIO GRAFICA E EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso III
UP-08190/00016	02.121.469/0001-04	EDITORA BRAZIL NOW LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00026	61.725.214/0020-82	PIA SOCIEDADE FILHAS DE SAO PAULO	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00032	00.364.111/0001-87	MARY & KIMIL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00035	65.734.253/0001-34	OLHO D'AGUA COMERCIO E SERVICOS EDITORIAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00036	60.859.519/0001-51	EDITORA PINI LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00045	74.463.530/0001-02	J.J. CAROL GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00057	03.935.642/0001-70	LB3 EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00059	61.516.001/0001-88	ATHENEU EDITORA SAO PAULO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00079	00.705.181/0001-51	CARLOS DREHER & FILHOS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00090	53.640.934/0001-54	EDITURIS - EDITORA JORNALISTICA LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00091	60.829.157/0001-56	COMPANHIA LITHOGRAPHICA YPIRANGA - EM LIQUIDACAO	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00098	01.451.416/0001-99	COSAC & NAIFY EDICOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00111	38.947.123/0001-07	VIDA E CONSCIENCIA EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00118	74.310.962/0001-83	EDITORA ESKALAB - EIRELI EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, inciso III
UP-08190/00120	56.869.092/0001-03	DUVALE PUBLICIDADE LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00124	60.790.037/0001-92	VETOR EDITORA PSICO PEDAGOGICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00138	60.829.231/0001-34	IMPRES CIA BRASILEIRA DE IMPRESSAO E PROPAGANDA - EM LIQUIDACAO	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00162	58.932.567/0001-86	AUTODATA EDITORA E EVENTOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00178	60.753.373/0001-65	SARVIER EDITORA DE LIVROS MEDICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00201	61.538.534/0001-60	NOVAEDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00206	47.683.511/0001-19	DORSEY, ROCHA & ASSOCIADOS CONSULTORES E EDITORES LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00211	47.260.344/0001-01	EDITORA SABER EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00222	60.315.116/0001-41	GRAFICAS BRASILEIRAS INDS GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00236	61.533.915/0001-57	GRAFICA E EDITORA A VOZ DO CENACULO LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00255	57.797.359/0001-59	R. G. EDITORES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00258	43.627.074/0001-65	EDITORA ALFA OMEGA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00270	61.197.604/0001-64	GRAFIKOR SOCIEDADE EDITORA E IMPRESSORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00287	47.259.940/0001-63	ARTPRESS EDITORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00346	60.434.842/0001-83	EDITORA BRASILIENSE EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00362	03.024.796/0001-00	CENTAURO EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00373	60.927.290/0001-45	CENTRO SALESIANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/00374	71.982.920/0001-09	WITTE-COMERCIO E SERVICOS GRAFICOS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/00378	69.277.473/0001-37	MARIO FERRARI FILHO	Art. 11, inciso III
UP-08190/00381	66.016.882/0001-91	YANGRAF GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00383	02.172.775/0001-70	IMPRENSA EDITORIAL EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00398	60.636.628/0001-00	LIVRARIA EDITORA IRACEMA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00406	43.985.738/0001-68	PAULO'S COMUNICACAO E ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00429	44.365.260/0001-36	MORRELL EDITORA TECNICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00435	64.700.487/0001-06	CATALISE EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00476	59.293.068/0001-59	ASSOCIACAO BRASILEIRA DO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVOS E DE LUBRIFICANTES - "BRASCOMBUSTIVEIS"	Art. 11, inciso III
UP-08190/00497	61.162.111/0001-99	GRAFICA SANGIRARD LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00504	62.500.715/0001-60	EDITORA ESTACAO LIBERDADE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00523	00.233.706/0001-01	PUBLISHER BRASIL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00525	01.404.158/0001-90	PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/00566	74.489.139/0001-87	ROMA INTERNACIONAL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00568	53.475.562/0001-58	UNIAO EDITORES DE JORN LIVROS REVISTAS PROP PUBLIC LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00577	60.507.100/0001-30	FUNDACAO DORINA NOWILL PARA CEGOS	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/00663	03.759.334/0001-31	EDITCO COMERCIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00666	54.435.821/0001-80	COMETA GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/00679	61.750.030/0001-00	UTILITAS ON LINE LIMITADA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00721	01.176.883/0001-58	SANSEI EDITORA, EVENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00730	47.178.942/0001-28	ENGENHO EDITORA TECNICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00748	58.016.106/0001-63	VALETE EDITORA TECNICA COMERCIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00839	03.163.453/0001-27	ODYSSEUS EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00845	73.189.755/0001-50	SISAL EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00861	03.885.403/0001-53	SUPERNOVA EDITORA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00864	69.315.240/0001-81	EDITORA QUATRO ESTACOES - EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00869	05.437.940/0001-66	KROMO EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/00875	05.518.507/0001-55	DREAM EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00885	04.402.055/0001-89	ET CETERA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00890	67.444.489/0001-61	JSN EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00898	42.515.767/0001-01	NOW DIGITAL BUSINESS LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00907	62.877.246/0001-01	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ANUNCIANTES	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00925	05.738.250/0001-47	HR GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/00982	00.620.681/0001-90	B7 EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/00993	06.111.971/0001-95	INSTITUTO CALLIS	Art. 11, inciso III
UP-08190/00999	55.896.229/0001-48	EPSE EDITORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01004	06.351.943/0001-45	LINUX NEW MEDIA DO BRASIL EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01023	67.182.501/0001-07	KAZA EDITORA E COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01045	04.998.393/0001-25	EDITORA LAFONTE LTDA.	Art. 11, inciso III
UP-08190/01080	04.788.065/0001-02	24X7 CULTURAL EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01087	07.022.717/0001-83	LITHOS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01107	07.906.004/0001-82	VERDE BRASIL EDITORIAL LTDA.	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01117	07.018.787/0001-68	EDITORA ESCOLAR EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01120	07.005.332/0001-08	EMPORIUM DE IDEIAS SERVICOS EDITORIAIS LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01146	08.593.010/0001-90	MONT CASTELL EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS E REVISTAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01148	08.533.429/0001-56	JURIEL GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01169	07.913.223/0001-99	TAMBOR GESTAO DE NEGOCIOS LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01172	59.309.054/0001-86	LENE GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso III
UP-08190/01182	60.614.708/0001-64	LIVRARIA NOBEL S A	Art. 11, inciso III
UP-08190/01185	56.772.296/0001-13	ARTMERKADO EDITORA TECNICA E CULTURAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01192	04.883.464/0001-44	GRAFICA E EDITORA DIRECAO CULTURAL EIRELI	Art. 11, inciso III
UP-08190/01205	08.637.679/0001-36	DE ROSE EDITORA - EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01222	09.651.104/0001-30	JB-PATRIA EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01243	01.421.209/0001-91	ESTILO HUM COMERCIO E ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01246	02.970.988/0001-47	S P1 EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01254	58.647.389/0001-41	SOLARES EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01256	56.933.237/0001-80	CGA PRODUCOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01266	60.939.410/0001-24	EDITORA PADRE BELCHIOR DE PONTES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01271	07.868.935/0001-33	EDITORA LETRAS E LUCROS LTDA	Art. 11, inciso IV

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UP-08190/01274	43.548.874/0001-90	TOM ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01282	10.665.507/0001-18	SOLANGE APARECIDA DIONISIO EDITORA	Art. 11, inciso II
UP-08190/01289	07.251.884/0001-04	EDITORA NOESES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01295	09.497.516/0001-68	E.M. SARAIVA EDICAO DE REVISTAS	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01302	10.482.914/0001-90	QUALITY PRESS GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01304	10.752.175/0001-09	DIGITAL PAGE GRAFICA E EDITORA S.A.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01317	03.988.329/0001-09	ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01318	10.725.621/0001-96	DENISE GONCALVES EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01327	07.914.297/0001-40	HOME&BEAUTY - IMPORTACAO, DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01338	08.370.818/0001-08	IGUANA SERVICE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01339	11.007.233/0001-32	LEOPARDO EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01353	11.508.745/0001-82	F. BATTAGLINI EDICAO DE PERIODICOS E PRODUCOES	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01364	73.028.854/0001-50	ART PLUS ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01365	69.192.482/0001-25	TAIP & PAPER EDITORA GRAFICA E PAPELARIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01366	96.241.906/0001-77	COKTAIL GRAFICA E EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01369	07.602.781/0001-33	DIARIO DE SAO PAULO COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01371	05.074.395/0001-90	P R ABUD SILVA	Art. 11, inciso III
UP-08190/01372	03.849.538/0001-63	EDITORA PAPAGAIO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01384	09.258.103/0001-20	PETREL EVENTOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01390	09.078.694/0001-54	C & M - EDITORA, CRIACAO E ARTE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01391	00.961.511/0001-70	S.A.BUILDER LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01405	07.806.062/0001-34	FULLCASE COMUNICACAO E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01411	04.339.838/0001-65	EDITORIAL LATINA SERVICOS MERCADOLOGICOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01414	50.772.003/0001-11	EDITORA JORNAL DOS CONCURSOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01418	02.277.560/0001-13	CGP GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01426	11.410.532/0001-13	LOTUS GRAFICA EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01428	07.751.667/0001-75	BEAUTY FAIR EVENTOS E PROMOCOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01431	60.960.994/0001-10	CARTHAGO EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01437	10.850.075/0001-15	EDITORA BUSSOLA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01440	11.475.265/0001-62	BR EDITORA E PUBLICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01452	62.259.270/0001-79	ABTCP ASSOCIACAO BRASILEIRA TECNICA DE CELULOSE E PAPEL	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01458	59.961.771/0001-98	EXTERIOR EDITORA CONSULTORIA E MARKETING LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01460	03.398.676/0001-73	UNIKA PRESS COMUNICACAO E EDITORA S/S LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01462	10.667.452/0001-85	CONSULT GUIAS REGIONAIS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01467	96.295.522/0001-37	PADARIA 2.000 COMERCIO E PUBLICACOES EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01469	08.108.543/0001-39	EDITORA VERA CRUZ LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01476	00.545.945/0001-99	POINT EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01478	11.044.568/0001-20	BRAZIL PLANET EDICOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01486	04.208.046/0001-51	GRAFICA E EDITORA MIL FOLHAS LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/01487	67.562.884/0001-49	RIMO ENTERTAINMENT INDUSTRIA E COMERCIO S.A	Art. 11, inciso III
UP-08190/01491	02.603.635/0001-09	REPUBLICA LITERARIA EDITORA EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01492	43.310.283/0002-61	ASSOCIACAO PALAS ATHENA DO BRASIL	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01493	71.909.162/0001-95	GUAPO GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01502	06.294.917/0001-22	EDITORA F Z SETE LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01506	00.726.121/0001-15	AWA EDITORA E GRAFICA EIRELI	Art. 11, inciso III
UP-08190/01511	57.443.343/0001-48	EDITORA ROMA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01514	09.095.858/0001-51	EDITORA E TREINAMENTO CULTURA DO REINO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01515	12.243.557/0001-32	CURSO, EDITORA E LIVRARIA RUMO EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01544	14.546.379/0001-44	TRGD EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso II
UP-08190/01550	13.505.115/0001-80	MIX GRAFICA, EDITORA E PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-08190/01557	08.994.860/0001-08	HIRATA CONSULTORES & EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01558	09.564.803/0001-43	OC COMUNICACAO E CONSULTORIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01560	13.078.990/0001-22	THIRD WAVE EDITORA DE REVISTAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01561	10.337.937/0001-00	EDITORA EDGE SAO PAULO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01563	15.575.577/0001-07	EDITORA OZELIA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01568	16.881.824/0001-58	MOMPRACEM EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01570	17.029.062/0001-29	PRINT EXPRESS GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso III
UP-08190/01575	15.832.723/0001-24	LUZ COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01577	04.314.937/0001-92	CUSMAN EDITORA ESPECIALIZADA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01578	02.928.417/0001-44	EDITORA ESFERA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01579	16.667.716/0001-87	PHOTODESIGN ESTUDIOS FOTOGRAFICOS E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01580	17.481.416/0001-71	EDITORA CANGURU LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01581	02.571.178/0001-18	BARONI & BARONI EDITORA E ARTES GRAFICAS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01586	11.087.402/0001-91	EDITORA GRIFON LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01591	09.334.452/0001-84	ECG COMUNICACAO E DESIGN LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01592	17.226.483/0001-40	BAMBOO EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01595	03.736.621/0001-26	FC BRASIL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01600	17.301.969/0001-03	LETRA A EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01609	11.568.487/0001-20	COMERCIAL CAMAV LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01612	19.119.918/0001-82	LA EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01613	12.374.381/0001-58	AMADIO DESIGN EDITORA INTERNET E MULTIMIDIA LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01619	06.326.033/0001-02	FOLIA DE LETRAS EDITORA E SERVICOS EDITORIAIS LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01620	54.961.347/0001-20	ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE TINTAS	Art. 11, inciso IV
UP-08190/01656	06.176.979/0003-00	MINUANO COMUNICACOES E PRODUCOES EDITORIAIS LTDA	Art. 11, inciso III
UP-09101/00068	11.371.061/0001-81	SETE DIGITOS EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00071	00.818.044/0001-23	POSGRAPH EDITORA E GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00072	10.758.924/0001-05	TRANSITO BRASIL GRAFICA E EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00076	07.608.320/0001-78	BASE EDITORIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00077	00.874.813/0001-00	SEFE - SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00078	76.919.430/0001-73	BOLSA NACIONAL DO LIVRO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00079	00.756.191/0001-16	CANAL DE NEGOCIOS COMUNICACAO LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00082	76.523.257/0001-90	EDITORA DIARIO POPULAR LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00095	09.688.327/0001-72	NEWTON GOMES ROCHA NETO - COMUNICACAO VISUAL	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00096	77.537.363/0001-95	NOVO HORIZONTE COMUNICACAO LTDA	Art. 11, inciso III
UP-09101/00102	01.009.110/0001-87	W.FENIANOS EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00103	13.138.634/0001-57	TH EDITORA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00107	13.790.377/0001-33	MEDICI EDITORA GRAFCA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00108	80.361.405/0001-94	SEMEADORA EDITORA GRAFICA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09101/00116	78.947.553/0001-43	EDITORA LOGOS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09102/00168	80.190.796/0001-21	MAXIPRINT EDITORA LTDA	Art. 11, incisos III e IV
UP-09103/00022	10.309.198/0001-43	GAZETA MUNDIAL LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09103/00025	81.680.688/0001-08	EMPRESA JORNALISTICA FOLHA DE PALOTINA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09103/00027	02.107.188/0001-05	EDITORA ARAGUAINA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09103/00028	02.175.166/0001-74	GRAFICA EDITORA CANTU LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09103/00029	03.598.527/0001-58	PAPER MIDIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	Art. 11, inciso II
UP-09103/00031	09.380.427/0001-37	JORNAL AQUI SUDOESTE LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09103/00032	72.058.845/0001-49	PUBLICITA EDICAO E IMPRESSAO DE JORNAIS - EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-09103/00033	77.867.877/0001-09	RCK - COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso II
UP-09103/00035	80.055.411/0001-13	SOCIEDADE EQUATORIAL DE COMUNICACOES LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09103/00038	11.304.048/0001-00	SIGMA3 COMUNICACAO EIRELI	Art. 11, inciso IV
UP-09103/00039	10.995.596/0001-60	EDITORA VIVER TOLEDO LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-09106/00027	81.062.317/0001-54	EDITORA GAZETA DO IGUACU LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-10101/00324	10.730.970/0001-04	PAULO R. CAPRA	Art. 11, inciso IV
UP-10101/00381	87.088.928/0001-58	SERGIO ANTONIO FABRIS	Art. 11, inciso IV
UP-10101/00420	92.822.733/0001-20	CASA DO PEQUENO OPERARIO	Art. 11, inciso III
UP-10101/00425	93.208.031/0001-13	EMPRESA JORNALISTICA PAMPA LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-10101/00448	06.244.035/0001-52	AMANHA S A MIDIA E EDUCACAO EXECUTIVA	Art. 11, inciso IV
UP-10101/00481	13.406.811/0001-39	USINA DA IMPRESSAO INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA.	Art. 11, inciso IV
UP-10101/00487	06.990.551/0001-26	ARTHA EDITORA DE LIVROS LTDA	Art. 11, inciso IV
UP-10102/00026	87.415.725/0001-29	FUNDACAO ATTILA TABORDA	Art. 11, inciso IV

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.722255/2018-66, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
WINSTON BLUE INTERNATIONAL	R$ 5,25 / vintena	7.640.000
WINSTON CLASSIC INTERNATIONAL	R$ 5,25 / vintena	800.000
WINSTON EXOTIC MINT	R$ 5,25 / vintena	560.000
5) Cigarro	King Size 84mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.221, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2208.90.00 Mercadoria: Bebida com teor alcoólico de 9% em volume, resultante da mistura de vinho com vodca, adicionada de água, suco de maçã, açúcar, acidulantes, aroma natural e de antioxidante.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 e RGI 6 da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, com alterações posteriores, e da Tipi, com alterações posteriores, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.225, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 6305.33.90 Mercadoria: Saco de matéria têxtil para embalagem de gesso em pó, confeccionado com tecido obtido a partir de lâminas de 2 mm de largura de polipropileno (PP) e recoberto na sua face externa com um filme de polipropileno bi-orientado (BOPP), com dimensões de 32 cm de largura por 65 cm de altura e capacidade de 25 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 c/c Nota 1 do Capítulo 63, RGI 6 e RGC 1 da NCM/SH constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016, com alterações posteriores, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.235, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8708.99.90 Mercadoria: Peça para veículos comerciais das posições 87.01 a 87.05, em forma de uma barra de aço com ponteiras articuláveis, constituída por tampa, concha, cachimbo/carcaça, anéis tensores, capa de proteção, pino, tubo e conjunto abraçadeira, com peso e dimensões variáveis, utilizada para conectar a caixa de direção à roda, transmitindo a ela os movimentos realizados pelo motorista no volante, denominada comercialmente "barra de direção".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 87.08), RGI 6 (textos das subposições 8708.9 e 8708.99), RGC 1 (texto do item 8708.99.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.236, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8708.99.90 Mercadoria: Peça em forma de uma barra de aço com ponteiras articuláveis, para veículos comerciais das posições 87.01 a 87.05, constituída por tampa, concha, cachimbo/carcaça, anéis tensores, capa de proteção, pino, tubo e conjunto abraçadeira, com peso e dimensões variáveis, utilizada para conectar uma roda à outra, para que os movimentos de direção transmitidos a uma das rodas seja também transmitido à outra roda, denominada comercialmente "barra de ligação".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 87.08), RGI 6 (textos das subposições 8708.9 e 8708.99), RGC 1 (texto do item 8708.99.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.237, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8708.99.90 Mercadoria: Peça em formato cilíndrico (semelhante a um tubo maciço) para veículos leves das posições 87.02 a 87.05, constituída por pino, caixa axial, concha/ mancal e cachimbo/ carcaça em aço, com peso e dimensões variáveis, utilizada para conectar o terminal de direção à caixa de direção, transmitindo às rodas os movimentos realizados pelo motorista no volante, denominada comercialmente "terminal axial".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 87.08), RGI 6 (textos das subposições 8708.9 e 8708.99), RGC 1 (texto do item 8708.99.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.238, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8443.99.31 Mercadoria: Mecanismo de impressão a laser, sem placa formatadora,constituído por unidade de alimentação para impressão frente e verso, rolete de tração, rolete de pressão, unidade de fixação da imagem, rolete de tração de saída do papel, rolete de tração de entrada do papel, bloco separador, rolete de tração de alimentação, rolete de transferência e estrutura plástica de sustentação, com cilindro fotossensível montado em seu suporte (unidade geradora de imagem), utilizado na fabricação de impressora a laser.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 da Seção XVI e texto da posição 84.43), RGI 6 (textos das subposições 8443.9 e 8443.99), RGC 1 (textos do item 8443.99.3 e do subitem 8443.99.31) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.239, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3004.32.90 Mercadoria: Solução oftálmica estéril (colírio) contendo cloridrato de ciprofloxacino e dexametasona, apresentada para venda a retalho em um frasco plástico gotejador de 5 ml, indicada para tratamento de infecções oculares causadas por microrganismos e para prevenção de inflamação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 30.04), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 3004.3 e da subposição de 2º nível 3004.32) e RGC 1 (texto do item 3004.32.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.240, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta Cosit nº 98.206, de 19 de junho de 2017.

Código NCM: 3004.32.90 Mercadoria: Solução oftálmica estéril (colírio) que contém cloridrato de moxifloxacino e fosfato dissódico de dexametasona, apresentada para venda a retalho em um frasco plástico gotejador de 5 ml, indicada para o tratamento das infecções oculares e para prevenção de inflamação e infecção bacteriana que podem ocorrer após cirurgia ocular.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 30.04), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 3004.3 e da subposição de 2º nível 3004.32) e RGC 1 (texto do item 3004.32.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.241, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8528.62.00 Mercadoria: Projetor de imagens do tipo DLP (Digital Light Processing), com resolução nativa SVGA (800 x 600), medindo 283 mm x 95 mm x 222 mm, possuindo duas portas de entradas VGA (D-sub de 15 pinos), uma porta de saída VGA (D-sub de 15 pinos), uma porta de entrada de Vídeo composto, uma porta de entrada S-Vídeo (Mini DIN 4 pinos), uma porta HDMI, uma porta USB-B e uma porta RS-232.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.28) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8528.6 e da subposição de 2º nível 8528.62) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.242, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8528.62.00 Mercadoria: Projetor de imagens do tipo 3LCD, com resolução nativa SVGA (800 x 600), medindo 295 mm x 244 mm x 89 mm, possuindo duas portas de entradas VGA (D-sub de 15 pinos), uma porta de saída VGA (Dsub de 15 pinos), uma porta de entrada de Vídeo composto, uma porta de entrada S-Vídeo (Mini DIN 4 pinos), uma porta HDMI, uma porta USB-A e uma USB-B, uma porta RS-232 e duas portas de saída de áudio.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.28) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8528.6 e da subposição de 2º nível 8528.62) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.243, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1806.90.00 Mercadoria: Preparação alimentícia, em pó, com cerca de 33 g de matéria proteica por 40 g do produto, constituída por proteína do soro de leite isolada, proteína do soro de leite isolada e hidrolisada, cacau em pó, leite em pó desnatado, sucralose, goma carragena, acessulfame de potássio e aromatizantes naturais e artificiais, apresentada em pote plástico de 1,36 kg, comercialmente denominada "suplemento proteico para atletas".

Código NCM: 2106.10.00 Mercadoria: Preparação alimentícia, em pó, com cerca de 33 g de matéria proteica por 40 g do produto, constituída por proteína do soro de leite isolada, proteína do soro de leite isolada e hidrolisada, leite em pó desnatado, sucralose, goma carragena, acessulfame de potássio e aromatizantes naturais e artificiais, mas sem conteúdo de cacau, apresentada em pote plástico de 1,36 kg, comercialmente denominada "suplemento proteico para atletas".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 do Capítulo 18 e textos das posições 18.06 e 21.06) e RGI 6 (textos das subposições 1806.90.00 e 2106.10.00) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.244, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9018.90.99 Mercadoria: Kit cirúrgico para cifoplastia por balão, composto por fio guia em aço inoxidável, broca para acesso vertebral em aço inoxidável com cabo em alumínio, cânula aplicadora de cimento ósseo em aço inoxidável com cabo em alumínio, cânula expansora de trabalho em aço inoxidável com cabo em alumínio, cânula iniciadora de acesso percutâneo em aço inoxidável com cabo em alumínio, injetor de 10 ml em polímero, injetor de 20 ml em polímero, cuba em polímero, espátula em polímero, conector com três vias em polímero, insuflador de balão para cifoplastia e balão para cifoplastia de 10 mm, 15 mm ou 20 mm, acondicionado para venda a retalho em uma caixa de papel cartão.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 c/c RGI 3 c) (texto da posição 90.18), RGI 6 (texto da subposição 9018.90) e RGC 1 (textos do item 9018.90.9 e do subitem 9018.90.99) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.245, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9403.20.00 Mercadoria: Caixa em aço para armazenar mangueira e extintores de incêndio, com porta em aço e janela em vidro, para ser fixada na parede, na cor vermelha, medindo 60 cm x 90 cm x 17 cm e pesando 9,8 kg, comercialmente conhecida como abrigo de mangueira e extintor de incêndio.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2. a) do Capítulo 94 e da posição 94.03) e RGI 6 (texto da subposição 9403.20.00) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.246, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8414.80.38 Mercadoria: Módulo de Compressão de gás principal, parte integrante de plataformas petrolíferas tipo FPSO, com função de comprimir a fase gasosa oriunda do módulo Separador de água livre através de três trens de compressão de estágio único e encaminhar à Unidade de desidratação de gás. É composto por resfriador de gás separado, depurador de segurança, depurador de sucção, compressor centrífugo de estágio único (com vazão máxima de 125.000 m3/h), resfriador de descarga e um depurador de descarga. O módulo possui dimensões de 26 m x 23 m x 25 m, com peso líquido total de 1.230.280 kg.

Mercadoria: Módulo de Compressão de CO2, parte integrante de plataformas petrolíferas tipo FPSO, com função de comprimir o gás composto essencialmente por dióxido de carbono e metano, oriundo do módulo de Remoção de CO2, através de dois trens de compressão, e encaminhá-lo ao módulo Compressor de gás de injeção. Cada trem é composto por quatro estágios de compressão. Cada estágio possui um vaso depurador, um compressor centrífugo (com vazão máxima de 75.000 m3/h) e um resfriador. O módulo possui dimensões de 30 m x 24 m x 29 m, com peso líquido total de 1.390.000 kg.

Mercadoria: Módulo de Compressão de exportação de gás, parte integrante de plataformas petrolíferas tipo FPSO, com função de comprimir o gás proveniente da extração de petróleo, com isenção quase total de dióxido de carbono e de água, oriundo do módulo de Remoção de CO2, através de três trens de compressão, e encaminhá-lo para exportação ou para compressão adicional no módulo Compressor de gás de injeção. Cada trem é composto por dois estágios de compressão. Cada estágio possui depuradores de primeiro e segundo estágios, compressor centrífugo de gás de exportação de primeiro e segundo estágios (com vazão máxima de 125.000 m3/h) e resfriadores de gás de primeiro e segundo estágios. O módulo possui dimensões de 26 m x 23 m x 22 m, com peso líquido total de 1.304.600 kg.

Mercadoria: Módulo Compressor de gás de injeção, parte integrante de plataformas petrolíferas tipo FPSO, com função de comprimir o gás Sollução de Consulta n.º 98.246 Cosit Fls. 2 2 proveniente do módulo de Compressão de CO2 ou do módulo de Compressão de exportação de gás, através de dois trens de compressão de um estágio cada, e alimentá-lo nos poços de injeção. Cada trem é composto por depurador, compressor centrífugo de gás de injeção (com vazão máxima de 250.000 m3/h) e resfriador de gás. O módulo possui dimensões de 22 m x 27 m x 23 m, com peso líquido total de 1.055.870 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 3. da Seção XVI e da posição 84.14), RGI 6 (texto da subposição 8414.80) e RGC 1 (textos do item 8414.80.3 e do subitem 8414.80.38) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.247, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3920.91.00 Mercadoria: Folha de polivinilbutiral (PVB), não alveolar, não reforçada nem estratificada, sem suporte, nem associada de forma semelhante a outra matéria, com dimensões de 0,76 mm de espessura, 220 a 250 mm de largura e comprimento variável, contendo banda (faixa com coloração) na parte superior, apresentada em rolos, própria para utilização na fabricação de vidros de segurança para veículos automotores.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 10 do Capítulo 39 e texto da posição 39.20) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 3920.9 e de segundo nível 3920.91) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.248, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 7006.00.00 Mercadoria: Folhas de vidro plano, cortadas em formato específico com lapidação das bordas, desbastadas e curvadas, apresentadas em par, sendo uma com pintura serigráfica nas bordas, apresentando 1,36 m de comprimento por 0,76 m de largura, utilizadas na confecção de vidro de segurança laminado automotivo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 7006.00.00) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.249, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8443.99.39 Mercadoria: Rolo de fusão, próprio para utilização em máquinas de impressão a laser, com a função de fundir o pó do toner depositado no substrato (papel, transparência, etiqueta, etc.), por meio de aplicação de calor, fixando definitivamente a imagem ali contida.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI e texto da posição 84.43), RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8443.9 e de segundo nível 8443.99) e RGC-1 (textos do item 8443.99.3 e do subitem 8443.99.39) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.250, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8443.99.39 Mercadoria: Rolo de pressão, próprio para utilização em máquinas de impressão a laser, com a função de pressionar o substrato (papel, transparência, etiqueta, etc.) contra o rolo de fusão, de modo a fixar definitivamente a imagem formada pelo pó de toner.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI e texto da posição 84.43), RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8443.9 e de segundo nível 8443.99) e RGC-1 (textos do item 8443.99.3 e do subitem 8443.99.39) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.251, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.90 Mercadoria: Preparação constituída de óleo de palma refinado (80%, em peso), xarope de glicose, caseinato de sódio, tripolifosfato de sódio e dióxido de silício, na forma de pó, acondicionada em sacos de 25 kg, para emprego na indústria alimentícia, denominada gordura vegetal em pó.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 21.06), RGI 6 (texto da subposição 2106.90) e RGC 1 (texto do item 2106.90.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizada pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.252, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4011.10.00 Mercadoria: Pneumático novo, de borracha, do tipo utilizado em automóvel de passageiros, com a codificação 265/60R18 110H.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 40.11) e RGI/SH 6 (texto da subposição 4011.10), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.ex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.253, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4011.10.00 Mercadoria: Pneumático novo, de borracha, do tipo utilizado em automóvel de passageiros, com a codificação 265/65R17 112S.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 40.11) e RGI/SH 6 (texto da subposição 4011.10), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.ex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.257, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8542.39.39 Mercadoria: Circuito integrado de multicomponentes (MCO), formado por substrato isolante em que são montados um chip sensor de audiofrequência - à base de silício, com tecnologia MEMS (sistema microeletromecânico) que converte a pressão sonora de entrada em energia elétrica - e um chip de aplicação específica (ASIC CMOS) - para amplificação do sinal elétrico e produção do sinal de saída - combinados de maneira praticamente indissociável num corpo único, com encapsulamento para montagem em superfície (SMD - Surface Mounted Device) e orifício tipo bottom port (inferior) para captura dos sinais sonoros, com dimensões de 2,5 x 1,6 x 0,9 mm, utilizado como microfone em equipamentos como por exemplo smartphones, comercialmente denominado "microfone MEMS", apresentado em rolos de 6.000 unidades.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 9 do Capítulo 85 e da posição 85.42), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8542.3 e da subposição de 2º nível 8542.39) e RGC 1 (textos do item 8542.39.3 e do subitem 8542.39.39) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.258, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8425.49.10 Mercadoria: Aparelho de levantamento (macaco), não hidráulico, para semirreboques, constituído por conjunto de dois pés mecânicos, com sapatas estampadas em aço, manivela, fuso giratório e sistema de engrenagem interno, com dimensões de 85,4 x 27 x 20 cm, quando fechado, ou 131,4 x 27 x 20 cm, quando aberto.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 84.25), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 8425.4 e da subposição de 2º nível 8425.49) e RGC 1 (texto do item 8425.49.10) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018,e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.259, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8429.51.92 Mercadoria: Pá carregadora autopropulsada sobre rodas, com motor a diesel de potência bruta de 59HP e capacidade operacional de 730 a 810kg, dotada de equipamento de elevação frontal (braço articulado, cilindros hidráulicos, etc.) e caçamba.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 e 6 e RGC 1 da NCM constante na TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.260, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8534.00.20 Mercadoria: Folha de plástico flexível de PVC e PET, contendo 48 circuitos impressos obtidos por processo de gravação em uma das faces, a serem utilizados na fabricação de cartões inteligentes de acionamento por aproximação, comercialmente denominado "Antena (inlay/prelam) de folha para cartão inteligente (smart card)".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 b) da Seção XVI e Nota 6 do Capítulo 85) e RGC 1 da NCM constantes na TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.261, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2202.99.00 Ex 03 da Tipi Mercadoria: Bebida não alcoólica, não gaseificada, pronta para consumo, constituída por água, açúcar, 8% de suco de limão, ácido ascórbico e aroma natural de limão, apresentada em embalagens contendo 1 litro, comercialmente denominada "Limonada adoçada".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 e 6 e RGC/Tipi 1 (texto do Ex 01 do código 2202.10.00) da NCM constante na TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.262, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3102.90.00 Mercadoria: Fertilizante mineral complexo, apresentado na forma sólida (granulado), composto pela mistura de ureia e de sulfato de amônio, com teor de nitrogênio (azoto), em peso, de 40% e de enxofre, em peso, de 5%, acondicionado em sacos de 25 kg, 50 kg ou 1.000 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 2 b) do Capítulo 31 e da posição 31.02) e 6 (texto da subposição 3102.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.263, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1901.20.00 Mercadoria: Pão de queijo cru, congelado, moldado em porções de 25 g, 75 g ou 90 g, contendo polvilho de mandioca, água, óleo de soja, queijo tipo muçarela, ovo em pó, queijo tipo parmesão, leite em pó e sal, acondicionado em embalagens plásticas de 400 g, 1 kg ou de 3 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.01) e RGI 6 (texto da subposição 1901.20.00) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.264, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2202.10.00 Ex 01 da Tipi Mercadoria: Bebida não alcoólica, pronta para consumo, constituída por água filtrada, proteínas de soro de leite isoladas (40 gramas), aroma natural e artificial de framboesa, edulcorante sucralose, ácido fosfórico, acesulfame de potássio e corante artificial, apresentada em garrafa de vidro de 591 ml, comercialmente denominada como "protein drink".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 e 6 e RGC/Tipi 1 (texto do Ex 03 do código 2202.99.00) da NCM constante na TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.265, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1901.20.00 Mercadoria: Massa para pão, crua e congelada, constituída de farinha de trigo, água, sal, fermento, polisorbato 80, ácido ascórbico, alfa-amilase e amido de milho, modelada no formato de pão francês, pesando 30 g, 50 g, 70 g, 80 g ou 100 g, vendida em embalagens plásticas de 5,5 kg, comercialmente denominada "pão francês cru congelado".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 19.01) e RGI 6 (texto da subposição 1901.20.00) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS, da Alfândega do Porto de Manaus, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê Digital de Atendimento nº 10120.006007/0617-58 e do Dossiê Digital de Atendimento nº 10120.006001/0617-81., resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Segurança e na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, Importador e Exportador, SONY BRASIL LTDA, inscrição no CNPJ/CPF sob nº 43.447.044/0001-77.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATO CÂMARA FERRO RIBEIRO DE GUSMÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.724.877/2018-53, declara:

Art. 1º Que a empresa NORSA REFRIGERANTES S.A, CNPJ: 07.196.033/0001-06 com domicílio fiscal na Av. Washington Soares, 55, Andar 9, Sala 902, Edson Queiroz, Fortaleza, Ceará, CEP: 60.811-341, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0005/2018, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: Norsa Refrigerantes S.A.

II - CNPJ da unidade produtora: 07.196.033/0039-70;

III - Endereço da Unidade Produtora: EST ETR Terceiro Acesso da PE-60, nº 7465, Engenho Serraria, Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, CEP: 54590-000;

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais; Benefício Fiscal reconhecido em função da transferência do incentivo anteriormente concedido à empresa Refrescos Guararapes Ltda., CNPJ nº 08.715.757/0004-16, decorrente do processo de CISÃO de ativos desta empresa;

V - Condição onerosa atendida: Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: \indústria de Trnasformação - Alimentos e Bebidas, conforme art. 2º, Inciso VI, alínea "i" do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002;

VII - Atividade objeto da redução: Produção de Refrigerantes;

VIII - Capacidade Instalada atual do empreendimento: 856.398.200 litros /ano ;

IX - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

X - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%
(setenta e cinco por cento);

XI - Início do prazo de fruição (RESIDUAL) do benefício: 01/01/2015;

XII - Prazo total de fruição: 05 ANOS

XIII - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2019

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0005/2018, Anexo I e das obrigações constantes do Anexo II e das demais normas regulamentares.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui contribuinte do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE-PB no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluído do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, os contribuintes relacionados no Anexo Único a este Ato declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Campina Grande, no endereço Rua Janúncio Ferreira, nº 680 - Centro - CEP: 58.400-158.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO AUGUSTO DE SOUZA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação do CPF/CNPJ dos contribuintes excluídos

08.957.284/0001-10	ISFEL INDUSTRIA SERRALHEIRA R S FREIRE LTDA
70.115.712/0001-31	MAINAR ARAUJO E CIA LTDA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

PORTARIA N° 59, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - ALF/REC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 340 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09.10.2017, publicada no Diário Oficial da União de 11.10.2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6.9.1979, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos Analistas-Tributários lotados na Seção de Administração Aduaneira - Saana, da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Recife - IRF/REC, para realizarem a análise e o deferimento de requerimentos de habilitação de importadores e exportadores para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), bem como de requerimentos de credenciamento de usuários em sistemas de Comércio Exterior.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados a partir do dia 12 de setembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 340, de 9 de outubro de 2017, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o que consta do e-dossiê nº 10010.042123/0918-57, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO PRATA LTDA.
CNPJ: 24.021.677/0001-74
Edital de aprovação do Projeto de investimento constante dos autos do Processo nº 21028.014551/2017-79, emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2018, seção 3, pág. 8.
Período de execução do Projeto: 01/01/2018 a 31/12/2020.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CLÁUDIO MARTINS HENRIQUES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.724019/2018-11, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA SERRA DA BABILONIA II S.A

CNPJ nº 24.263.234/0001-90

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 143, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.724015/2018-24, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA SERRA DA BABILONIA IX S.A

CNPJ nº 24.263.209/0001-06

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 144, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.724018/2018-68, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA SERRA DA BABILONIA VI S.A

CNPJ nº 24.325.137/0001-84

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 145, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.724017/2018-13, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA SERRA DA BABILONIA VII S.A

CNPJ nº 24.325.076/0001-55

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 146, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.724016/2018-79, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA SERRA DA BABILONIA VIII S.A

CNPJ nº 24.263.248/0001-03

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 147, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.724014/2018-80, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA SERRA DA BABILONIA X S.A

CNPJ nº 24.263.312/0001-56

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 148, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.724013/2018-35, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA SERRA DA BABILONIA XI S.A

CNPJ nº 24.263.070/0001-09

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.724012/2018-91, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA SERRA DA BABILONIA XII S.A

CNPJ nº 24.263.276/0001-20

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 150, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Reconhece a opção do Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 336 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, no uso da competêmcia determinada pelo art. 99, parágrafo 2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, e, considerando o que consta do processo nº 12448.723996/2018-92, resolve:

Art. 1º - Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/PASEP e da COFINS de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: EOLICA ITAREMA IV S.A

CNPJ nº 20.553.751/0001-42

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Junho/2018, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 151, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 1370/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos Art. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Art. 17, caput, da Instrução Normativa nº 1.370 de 28 de junho de 2013, publicada no D.O.U. de 01 de julho de 2013 e, considerando o que consta do processo nº 18186.722599/2018-16, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), instituído pela Lei nº 11.033/2004 com alterações posteriores e consoante o disposto no artigo 17, Instrução Normativa nº 1.370 de 28 de junho de 2013, publicada no D.O.U. de 01 de julho de 2013.

EMPRESA: TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGISTICA S.A.

CNPJ nº 18.245.532/0001-54

Art. 2º - O benefício no REPORTO poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas até 31 de dezembro de 2020 contados da data da habilitação da pessoa jurídica (Lei nº 11.033/2004, art. 16 com alterações promovidas pela Lei º 13.169/2015, art. 7)

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Prorroga o Alfandegamento do Recinto que menciona.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência definida no inciso II do artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições dessa mesma norma e à vista do que consta do processo nº 11128.727859/2014-53, declara:

Art. 1º. Fica alterado o item 1 do Ato declaratório Executivo SRRF08 nº 14, de 10 de abril de 2015, publicado no D.O.U. de 16 de abril de 2015 e retificado no D.O.U. de 04 de maio de 2015, que passa a viger com a seguinte redação:

"1. Fica prorrogado, a título permanente e em caráter precário, até 22 de março de 2019, ou até que se encerre o respectivo certame licitatório ou ocorra a eventual declaração de inexigibilidade de licitação da área em questão, o que ocorrer primeiro, o alfandegamento de 26 Tanques de nºs. 443.301 a 443.305, 443.307 a 443.310, 631.501, 631.503, 631.601, 631.603, 631.803 a 631.805, 347.001 a 347.006 e 349.001 a 349.004, e suas respectivas tubovias, implantados na Instalação Portuária situada na Rua Albert Schweitzer, nº 197 - Alemoa - Santos/SP, administrada pela empresa PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.709.449/0031-74, numa área total de 255.569 m², arrendada ao beneficiário por meio do CONTRATO DE TRANSIÇÃO DIPRE-DIREM/10.2018, celebrado com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP em 19 de setembro de 2018, os quais se destinam à movimentação e armazenagem de petróleo e seus derivados, álcool e biocombustíveis, em operações de importação e de exportação."

Art. 2º. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no Ato declaratório Executivo SRRF08 nº 14, de 10 de abril de 2015, ora alterado.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 24 de setembro de 2018.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Aplica a sanção administrativa de suspensão do registro para o exercício de atividades relacionadas com o despacho aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso da competência conferida no artigo 782, inciso I e tendo em vista o disposto no artigo 783 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Suspensa a inscrição de Despachante Aduaneiro de Ronaldo Marques Dias, CPF nº 056.727.128-51, em cumprimento à decisão administrativa proferida nos autos do Processo nº 11829.720098/2014-10, que aplicou a sanção administrativa de suspensão do registro de Despachante Aduaneiro, com fulcro no art. 76, inciso II, alínea "d" da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto 6.759/2009, art. 735, inciso II, alínea "d", pelo prazo de 12 (doze) meses.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO ANDRADE LEAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de Outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de Dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10120.002831/0117-15, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como AGENTE DE CARGA, a empresa STAR CLUSTER DO BRASIL LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.264.027/0001-94.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA TRAJANO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Inscreve, a pessoa jurídica que menciona, no Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações como importador de bebida alcoólica.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 25, de 12 de março de 2018, publicada no DOU de 13/03/2018, em seu art. 3º, inciso II; considerando o disposto no art. 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017; e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1432/2013 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 13896-720.798/2018-51, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial de Bebidas, na atividade de Importador, sob o nº 08128/00101, o estabelecimento da empresa MGA IMPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 60.356.037/0001-89, situado na Estrada Ibateguara, 149 - Sítio Mutinga - Barueri - SP - CEP 06463-300.

Art. 2º -O estabelecimento supracitado está autorizado a importar o produto abaixo discriminado:

NCM e EX	Descrição	Marca Comercial	Recipiente	Capacidade
2208.70.00	Licores	Russo	Garrafa	700 ml

Art. 3º - O estabelecimento fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN/RFB nº 1432/2013 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 8º da referida Instrução Normativa.

Art. 4º - O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE BATTISTA JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Concede à pessoa jurídica habilitação no regime de suspensão das contribuições para PIS/PASEP e COFINS de trata a Lei n° 10.865/2004.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, com fundamento no artigo 340, inciso III da Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 6° da Instrução Normativa SRF n° 595/2005, e considerando o contido no processo administrativo n° 13827.720233/2017-15, declara:

Art. 1° Habilitar a empresa denominada "CITROLEO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS ESSENCIAIS LTDA", inscrita no CNPJ sob n° 51.527.190/0001-30, no Regime de Suspensão das Contribuições para PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e matérias de embalagem, adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trara a Lei n° 10.865/2004.

Art. 2° Esta habilitação, que se aplica a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, implica no cumprimento das obrigações contidas na IN SRF 595/2005, inclusive quanto ao disposto no art. 8°, podendo ser cancelada, nos termos do seu art. 7°.

Art. 3° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Concede à pessoa jurídica o registro no regime de suspensão do IPI de que trata a Lei n° 10.637/2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, com fundamento no artigo 340, inciso III da Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 17° da Instrução Normativa SRF n° 948/2009, e considerando o contido no processo administrativo n° 13827.720234/2017-51, declara:

Art. 1° Conceder a empresa denominada "CITROLEO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS ESSENCIAIS LTDA", inscrita no CNPJ sob n° 51.527.190/0001-30, o registro no Regime de Suspensão do IPI na aquisição ou importação de matérias-primas, produtos intermediários e matérias de embalagem, adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trara o art. 29 da Lei n° 10.637/2002.

Art. 2° Este registro, que se aplica a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, implica no cumprimento das obrigações contidas na IN RFB 948/2009, podendo ser cancelada, nos termos do seu art. 18°.

Art. 3° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Concede à pessoa jurídica o registro no regime de suspensão do IPI de que trata a Lei n° 10.637/2002.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, com fundamento no artigo 340, inciso III da Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 17° da Instrução Normativa SRF n° 948/2009, e considerando o contido no processo administrativo n° 10825.720777/2018-81, declara:

Art. 1° Conceder a empresa denominada "JAGUACY BRASIL COMÉRCIO DE FRUTAS LIMITADA", inscrita no CNPJ sob n° 07.217.396/0001-72, o registro no Regime de Suspensão do IPI na aquisição ou importação de matérias-primas, produtos intermediários e matérias de embalagem, adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trara o art. 29 da Lei n° 10.637/2002.

Art. 2° Este registro, que se aplica a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, implica no cumprimento das obrigações contidas na IN RFB 948/2009, podendo ser cancelada, nos termos do seu art. 18°.

Art. 3° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N º 20, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial - Papel Imune - instituído pelo art. 1º da Lei n. º 11.945, de 04 de junho de 2009, para Pessoa Jurídica que realize operações com papel imune.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS, no uso das atribuições prescritas no art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 17 de maio de 2012, com base no art. 1º, III, da Portaria de delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto na Lei no 11.945/09, com os procedimentos disciplinados pela IN SRF 976/09, com as alterações efetuadas pela IN SRF 1.011/10, pela IN SRF 1.048/10 e IN SRF 1.153/11, declara:

Art. 1° Fica CANCELADO o Registro Especial de que trata a Instrução Normativa SRF nº 976/09, do contribuinte abaixo.

Nome Empresarial	148 EDUCACAO LTDA
CNPJ	02.827.992/0001-50
Processo de concessão de Registro Especial	10830.013400/2010-46
N° do Registro Especial	UP 08104/00232
N° do ADE de concessão de Registro Especial	DRF/CPS N° 0003/2011
Data do ADE de concessão de Registro Especial	16/03/2011

Art. 2º O presente Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SCAFI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/POA nº º 091/2012, publicada no DOU de 16 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §3º, arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial PAES/ Previdenciário de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas citadas no Anexo Único a este Ato declaratório, tendo em vista a não liquidação do parcelamento em até 180 meses consecutivos.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br> ,com a utilização da Senha PAES.

Art. 3º É facultado aos sujeitos passivos, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, situada na Avenida Loureiro da Silva, 445 - Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DANIEL PINHEIRO
Chefe do SECAT

ANEXO ÚNICO

Relação de CNPJ excluídas do Parcelamento Especial (PAES).
89.314.025/0001-73 - ENIO JOSE DICK - EPP
89.166.094/0001-87 - JOAO LUIZ DA SILVEIRA - ME
92.933.407/0001-90 - SOCIEDADE HIPICA PORTO ALEGRENSE

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 932, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003183/2018-07 e Juntada nº 0149464, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da Tramontina Store Comercio Varejista Ltda., CNPJ nº 07.635.498/0001-08, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Tramontinaprev, CNPB nº 1995.0029-92, e a entidade TRAMONTINAPREV - SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 933, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005258/2018-86, resolve:

Art. 1º Aprovar o 3º termo aditivo da Sanofi-Aventis Farmaceutica Ltda., CNPJ nº 02.685.377/0001-57, incorporadora da Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ nº 68.132.950/0001-03, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Sanofi, CNPB nº 2007.0001-56, e a entidade PLANEJAR - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 935, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004684/2018-01, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano de Benefícios PREVCOM MULTI, sob o CNPB nº 2018.0018-92, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, e fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a entidade fechada comunique o início de funcionamento do Plano à Previc.

Art. 2 º Aprovar o Convênio de Adesão do Município de Birigui/SP, CNPJ 46.151.718/0001-80, na condição de patrocinador do Plano de Benefícios PREVCOM MULTI.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 1.088, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.608296/2018-54, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 06.136.920/0001-18, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de março de 2018:

I - Aumento do capital social em R$ 61.000.000,00, elevando-o para R$ 138.961.331,56, representado por 70.284.367 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 1.089, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.602682/2018-32, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de AXA SEGUROS S.A., CNPJ n. 19.323.190/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 8 de janeiro de 2018:

I - Criação do comitê de auditoria e eleição de seus membros; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.671-SEI, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Divulga os resultados finais do Edital de Chamamento Público nº 1/2018 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, conforme disposto no Edital de Chamamento público nº 1/2018 e o que consta no Processo nº 52020.100164/2018-39, combinado com artigo 1º, incisos I, II e III, do Anexo VI da Portaria Nº 905-SEI, de 21 de maio de 2018, Regimento Interno do MDIC, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado final do Edital de Chamamento Público nº 1/2018, correspondente à CHAMADA PÚBLICA DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS PARA A CRIAÇÃO DE PLATAFORMAS DE EXPERIMENTAÇÃO, PERMITINDO A REALIZAÇÃO DE EXPERIMENTOS, TESTE DE HIPÓTESES E NOVAS TECNOLOGIAS EM AMBIENTE QUE SIMULE A ESCALA DE PRODUÇÃO EM UM CENÁRIO REAL.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Apresentar as propostas classificadas, conforme os critérios estabelecidos no item 6.2.3 do Edital de Chamamento público nº 1/2018 e análise do Comitê de Julgamento, após interposição e análise dos recursos.

Art. 3º Os 10 (dez) projetos melhor pontuados estão habilitados a celebrar parceria técnico-financeira com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), por meio de convênio.

Art. 4º Caso o proponente não se habilite técnica e juridicamente ao regulamento de convênios da ABDI, será chamada a proposta classificada imediatamente subsequente.

Art. 5º Os proponentes serão contatados através do endereço eletrônico industria40@abdi.com.br.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

INSTITUIÇÃO/ENTIDADE	NOTA FINAL
PARQUE TECNOLÓGICO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1134
ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - POLI USP	1104
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	1047
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTRPF	997
METALSA	801
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ABC - UFABC	780
SENAI MG	774
EMBRAER	744
ASSINTECAL	720
JUSTINO DE MORAIS, IRMÃOS S/A - JUMIL	701
FUNDAÇÃO CERTI	664
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL - INESC P&D BRASIL	622
WHIRPOOL SA - UNIDADE DE ELETRODOMÉSTICOS	600
SENAI CIMATEC	567
SOL SPORTS IND. E COMÉRCIO LTDA - SOL PARAGLIDERS	540
SENAI MT	531
C.T. CONSULTORES E ASSOCIADOS LTDA	510
FUNDAÇÃO CASIMIRO MONTENEGRO E FILHO - ITA	492
CENCODERMA INSTITUIÇÃO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE COSMÉTICOS LTDA - GRUPO BOTICÁRIO	489
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL - CETEM (NÚCLEO REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO)	480
IMSB INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ROBOPAC	479
INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA	465
INDÚSTRIA DE COMPRESSORES E SOLUÇÕES EM REFRIGERAÇÃO LTDA - EMBRACO	450
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ	435
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	430
IDEA SEIXAS JUNIOR - YESO	417
ÓRBITA ENGENHARIA INTEGRADA - ÓRBITA TECNOLOGIA	399
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - TERESINA - IFPI / UFPI GÁS EFLUENTES	225

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 73, DE 27 DE AGOSTO DE 2018

Inclusão de novos modelos de produtos na habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.021718/2017-15, e no processo MDIC nº 52001.100917/2018-34, da empresa QUADRAC TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.698.978/0001-18, resolve:

Art. 1º Incluir, na Portaria MDIC/SDCI nº 54, de 23 de junho de 2017, os respectivos modelos de produto:

PRODUTO	MODELOS
Distribuidor de Conexões para Redes de Comunicação de Dados por Fibras Ópticas	CDOE-P-1S:01:08(20); CDOE-P-15:01:16(20)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 41, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001730/2018-69 e do Parecer nº 25, de 2 de outubro de 2018, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 4 de outubro de 2013, aplicado às importações brasileiras de produtos laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35mm, mas inferior a 4,75mm, comumente classificadas nos itens 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Federal da Alemanha, da República Popular da China, da República da Coreia, da República da Finlândia, de Taipé Chinês e da República Socialista do Vietnã.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

1.3. Tendo em vista que, para fins de procedimentos de defesa comercial, o Vietnã não é considerado um país de economia predominantemente de mercado, o valor normal foi determinado com base no preço do produto similar em um terceiro país de economia de mercado. O país de economia de mercado adotado foi o Taipé Chinês, atendendo ao previsto no art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013. Conforme o § 3º do mesmo artigo, dentro do prazo improrrogável de 70 (setenta) dias contado da data de início da revisão, o produtor, o exportador ou o peticionário poderão se manifestar a respeito da escolha do terceiro país e, caso não concordem com ela, poderão sugerir terceiro país alternativo, desde que a sugestão seja devidamente justificada e acompanhada dos respectivos elementos de prova.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro a dezembro de 2017. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

8. Em virtude do grande número de produtores/exportadores da Alemanha, da China, da Coreia do Sul e de Taipé Chinês identificados nos dados detalhados de importação brasileira, de acordo com o disposto no inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão selecionados, para o envio do questionário, os produtores ou exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do país exportador.

9. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

10. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

11. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

12. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

13. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 79, de 2013, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

14. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-7887/9364 ou pelo endereço eletrônico laminadosinox@mdic.gov.br .

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Do histórico

Em 10 de agosto de 1998, foi protocolada, pela empresa Cia. Aços Especiais Itabira - ACESITA, petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de produtos planos, laminados a frio, de aço inoxidável, de espessura não superior a 3 mm, classificadas nos subitens 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da África do Sul, Alemanha, Itália, Japão e México.

A partir de dados contidos na petição, foram constatadas importações originárias da França e da Espanha em volumes relevantes do produto em questão. Por conseguinte, tais países foram incorporados às origens investigadas para fins de início de investigação.

Em 30 de novembro de 1998, por meio da Circular SECEX nº 42, de 27 de novembro de 1998, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de produtos planos, de aço inoxidável, laminados a frio, de espessura não superior a três mm, classificadas nos subitens 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da NCM, originárias da África do Sul, Alemanha, Espanha, França, Itália, Japão e México, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Portaria Interministerial nº 34, de 24 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 26 de maio de 2000, encerrou a investigação com aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações de produtos planos, de aço inoxidável, laminados a frio, de espessura não superior a 3 mm, classificados nos subitens 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da NCM, originárias da África do Sul, Espanha, França, Japão e México, exclusive os aços refratários, entre os quais se classificam os aços AISI 309, 309S, 310, 310S, 311, 312H, 316Ti, 317, 321H e 347 e os aços inoxidáveis AISI 301L e DIN 1.4110, na forma de alíquotas ad valorem, conforme quadro a seguir:

Direito antidumping aplicado por meio da Portaria Interministerial n º 34, de 2000

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping
África do Sul	Columbus	6%
	Demais	16,4%
Espanha	ACERINOX e demais	78,2%
França	UGINE e outros	30,9%
Japão	Kawasaki, Nippon Yakin, Kogyo, Nisshin Steel, Nippon Metal, Nippon Steel, Sumitomo, Metal e demais	48,7%
México	Mexinox e demais	44,4%

Em 25 de fevereiro de 2005, a empresa ACESITA S.A. protocolou petição de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de produtos planos, laminados a frio, de aço inoxidável, de espessura não superior a 3 mm, originárias da África do Sul, Espanha, França, Japão e México.

A revisão foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 31, de 23 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2005.

A Resolução CAMEX nº 10, de 2 de maio de 2006, publicada no D.O.U. de 23 de maio de 2006, encerrou a revisão com a prorrogação do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de produtos planos de aço inoxidável, laminados a frio, de espessura não superior a 3 mm, exclusive os aços refratários, classificados nas normas AISI 309, 309S, 310, 310S, 311, 312H, 316Ti, 317, 321H e 347, os aços inoxidáveis AISI 301L e DIN 1.411 e o produto plano de aço inox, laminado a frio, denominado comercialmente como fita de aço inoxidável GIN-6 ou 7C27MO2 ou UHB716 de espessura entre 0,152 e 0,889 mm. O direito antidumping foi prorrogado na forma de alíquota específica, por dois anos. Tal prazo de aplicação foi justificado por se tratar de setor sensível, cujos preços tiveram comportamento influenciado pela demanda asiática, e por incertezas que permeavam o mercado internacional e limitavam previsões quanto à evolução desses preços. As alíquotas aplicadas estão detalhadas a seguir:

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX n º 10, de 2006

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/t)
África do Sul	Columbus	92,49
	Demais	245,17
Espanha	Todas as empresas	1.425,76
França	Todas as empresas	642,97
Japão	Todas as empresas	755,39
México	Todas as empresas	194,65

1.2. Da investigação original

Em 15 de dezembro de 2011, foi protocolada, pela Aperam Inox América do Sul S.A., petição de início de investigação de dumping nas exportações de laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm, originárias da República da África do Sul (África do Sul), da República Federal da Alemanha (Alemanha), da República Popular da China (China), da República da Coreia (Coreia do Sul), dos Estados Unidos da América (EUA), da República da Finlândia (Finlândia), de Taipé Chinês e da República Socialista do Vietnã (Vietnã), e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

A investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 17, de 12 de abril de 2012, publicada no D.O.U. de 13 de abril de 2012.

Nos termos do inciso III do art. 41 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, a investigação de dumping nas exportações da África do Sul e dos EUA para o Brasil foi encerrada, uma vez constatado que o volume de importações dessas origens foi insignificante, conforme consta da Circular SECEX nº 35, de 26 de julho de 2012, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2012.

Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm, originárias da Alemanha, China, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o disposto nº art. 42 do Decreto nº 1.602, de 1995, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013, publicada no D.O.U. de 4 de outubro de 2013, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica, conforme a seguir:

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX n º 79, de 2013

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/t)
Alemanha	Todos	952,90
China	Lianzhong Stainless Steel Corporation	853,46
	Shanxi Taigang Stainless Steel Co., Ltd.	235,59
	Demais	853,46
Coreia do Sul	Posco Pohang Steel Works	267,84
	Hyundai BNG Steel	267,84
	Demais	940,47
Finlândia	Outokumpu Stainless Oy	1.030,20
	Demais	1.076,86
Taipé Chinês	Yieh United Steel Corporation (Yusco)	616,67
	Yieh Mau Corp.	
	Tang Eng Iron Works Co., Ltd.	
	YC Inox Co. Ltd. (YC).	705,61
	Chia Far Industrial Factory Co., Ltd.	673,18
	Ever Lasting Stainless Steel Indl. Co., Ltd.	
	Froch Enterprise Co., Ltd.	
	Genn Hann Stainless Steel Enterprise Co., Ltd.	
	Lien Kuo Metal Industrial Co., Ltd.	
	Lung An Stainless Steel Ind. Co., Ltd.	
	Mirage Precision Material Technology Co., Ltd.	
	S-More Steel Materials Co., Ltd.	
	Stanch Stainless Steel Co., Ltd.	
	Tung Mung Development Co., Ltd.	
	Yes Stainless International Co., Ltd.	
	YI Shuenn Enterprise Co., Ltd.	
	Yu Ting Industrial Co., Ltd.	
	Yuan Long Stainless Steel Corp.	
	Yue Seng Industrial Co., Ltd.	
	Yuen Chang Stainless Steel Co., Ltd.	
	Demais	705,61
Vietnã	Posco VST Co., Ltd.	568,27
	Demais	568,27

2. DA REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 1º de dezembro de 2017, foi publicada a Circular SECEX nº 64, de 30 de novembro de 2017, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm, comumente classificadas nos subitens 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90, da NCM, originárias da Alemanha, China, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã, encerrar-se-ia no dia 4 de outubro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.2. Da petição

Em 27 de abril de 2018, a Aperam Inox América do Sul S.A., doravante denominada Aperam ou peticionária, protocolou, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm, comumente classificadas nos subitens 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da NCM, originárias da Alemanha, China, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

No dia 22 de maio de 2018, com base no §2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram solicitadas à peticionária informações complementares àquelas fornecidas na petição.

A peticionária, após solicitação para extensão do prazo originalmente estabelecido para resposta ao referido ofício, apresentou tais informações tempestivamente no dia 7 de junho de 2018. A peticionária apresentou retificação voluntária dos dados apresentados em sua resposta ao ofício de informações complementares nos dias 6 e 17 de agosto de 2018.

2.3. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificados como partes interessadas, além da peticionária, os produtores/exportadores estrangeiros, os importadores brasileiros do produto objeto do direito antidumping, os governos da Alemanha, China, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã, e a representação da União Europeia no Brasil.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8,058, de 2013, foram identificadas, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, as empresas produtoras/exportadoras da China do produto objeto do direito antidumping durante o período de investigação de continuação/retomada de dumping. Em relação à Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia e Taipé Chinês, foram consideradas partes interessadas os produtores/exportadores que exportaram o produto objeto do direito antidumping durante o período de investigação de continuação/retomada de dano, tendo em vista que não houve exportações do produto objeto do direito antidumping dessas origens em volumes significativos no período de investigação de continuação/retomada de dumping, conforme consta no item 6.1.1. No caso do Vietnã, como não houve exportações ao longo do período de continuação/retomada de dano, considerou-se parte interessada a empresa produtora/exportadora identificada na investigação original.

2.4. Da verificação in loco na indústria doméstica

Fundamentado no princípio da eficiência, previsto no caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Magna, realizou-se a verificação in loco dos dados apresentados pela indústria doméstica previamente à elaboração desta Circular de início de revisão.

Nesse contexto, foi solicitado à Aperam, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação in loco dos dados apresentados pela empresa, no período de 27 a 31 de agosto de 2018, em Timóteo - MG.

Após consentimento da empresa, foi realizada verificação in loco no período proposto, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas na petição de início da revisão de final de período e na resposta ao pedido de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhado à empresa, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram verificados o processo produtivo do produto similar, a estrutura organizacional da empresa e as publicações utilizadas como base para apuração do valor normal das origens sujeitas à aplicação da medida antidumping, assim como os percentuais representativos de ágios/deságios em relação aos preços de referência. Finalizados os procedimentos de verificação, consideraram-se válidas as informações fornecidas pela peticionária, depois de realizadas as correções pertinentes.

Em atenção ao § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, a versão restrita do relatório da verificação in loco foi juntada aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência do procedimento de verificação foram recebidos em bases confidenciais. Cabe destacar que as informações constantes neste documento incorporam os resultados da referida verificação in loco.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto do direito antidumping

O produto objeto do direito antidumping são os produtos planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm, exportados pela Alemanha, China, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã para o Brasil, doravante denominado laminado a frio.

Os produtos planos de aço inoxidável, doravante simplesmente, aços inoxidáveis, são ligas de ferro (Fe) e cromo (Cr) com um mínimo de 10,5% de Cr. Outros elementos metálicos também integram estas ligas, como níquel (Ni), carbono (C), silício (Si), manganês (Mn), fósforo (P) e enxofre (S), mas o Cr é considerado o elemento mais importante porque é o que dá aos aços inoxidáveis uma elevada resistência à corrosão.

Nos aços inoxidáveis, dois elementos se destacam: o cromo, sempre presente, por seu importante papel na resistência à corrosão, e o níquel, por sua contribuição na melhoria das propriedades mecânicas.

Simplificadamente, pode-se dividir os aços inoxidáveis em dois grandes grupos, quais sejam, os da série 300 e os da série 400. Os da série 300 são os aços inoxidáveis austeníticos, aços não magnéticos com estrutura cúbica de faces centradas, basicamente ligas Fe-Cr-Ni. A série 400 é a dos aços inoxidáveis ferríticos, que são aços magnéticos com estrutura cúbica de corpo centrado, basicamente ligas Fe-Cr. Esses aços, por sua vez, podem ser divididos em dois grupos: os ferríticos propriamente ditos, que em geral apresentam o cromo mais alto e o carbono mais baixo, e os martensíticos, nos quais predomina teor de cromo mais baixo e de carbono mais alto, em comparação com os ferríticos.

Cada série de aço inoxidável é dividida em tipos distintos, conforme a composição específica, o que implica também, normalmente, distintas utilizações. Internacionalmente, utiliza-se para a definição dos distintos tipos de aços inoxidáveis nomenclaturas internacionais, sendo a mais utilizada a nomenclatura do American Iron and Steel Institute - AISI. O Brasil, por meio da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segue a mesma nomenclatura do AISI. Existem, contudo, outras nomenclaturas internacionais que especificam os diferentes tipos de aços inoxidáveis podem ser utilizadas, a depender da região/país no qual o produto é fabricado/comercializado. A título exemplificativo, a tabela a seguir mostra a equivalência entre algumas dessas nomenclaturas.

Equivalência de nomenclaturas internacionais

ABNT/AISI Brasil/EUA	Euronorm União Europeia	W.N. Alemanha	DIN 17707 Alemanha	JIS Japão	BSI Grã Bretanha	AFNOR França	SIS Suécia	UNE Espanha
304	X6CrNi1810	1.4301 1.4303	X5CrNi1810 X5CrNi1812	SUS 304	304 S 31 304 S 15	Z6CN1809	2333	X6CrNi1910
304L	X3CrNi1810	1.4307 1.4306	X2CrNi1811	SUS 304L	304 S 11	Z2CN1810	2352	X2CrNi1910
304H	----	1.4948	----	SUS F 304H	304 S 51	----	----	X6CrNi1910
430	X6Cr17 1.4016	1.4016	X6Cr17	SUS 430	430 S 17	Z8C17	2320	X6Cr17

Os aços inoxidáveis são fabricados e comercializados com uma grande variedade de acabamentos. Muito embora não seja exaustiva, a norma ASTM A-480 define os acabamentos mais utilizados nos aços inoxidáveis. Esses acabamentos são citados a seguir:

• Nº 1: Laminado a quente, recozido e decapado. A superfície é um pouco rugosa e fosca. É um acabamento frequente nos materiais com espessuras não inferiores a 3,00 mm, destinados às aplicações industriais. Muitas vezes, na fabricação da peça final, o material é submetido a outros acabamentos, como o lixado, por exemplo;

• Nº 2D: Laminado a frio, recozido e decapado. Muito menos rugoso que o acabamento Nº 1, mas mesmo assim apresenta uma superfície fosca, popularmente denominada mate. Este acabamento não é utilizado, por exemplo, no aço 430, já que com este acabamento, durante a conformação, estes materiais dão lugar ao aparecimento de linhas de Lüder;

• Nº 2B: Laminado a frio recozido e decapado seguido de um ligeiro passe de laminação em laminador com cilindros brilhantes (skin pass). Apresenta um brilho superior ao acabamento 2D e é o mais utilizado entre os acabamentos da laminação a frio. Como a superfície é mais lisa, o polimento resulta mais fácil que nos acabamentos Nºs 1 e 2D;

• BA: Laminado a frio com cilindros polidos e recozido em forno de atmosfera inerte. Superfície lisa, brilhante e refletiva, características que são mais evidentes na medida em que a espessura é mais fina. A atmosfera do forno pode ser de hidrogênio ou misturas de hidrogênio e nitrogênio;

• Nº 3: Material lixado em uma direção. Normalmente o lixamento é feito com abrasivos de grana (tamanho do grão de diamante) de aproximadamente 100 mesh;

• Nº 4: Material lixado em uma direção com abrasivos de grana de 120 a 150 mesh. É um acabamento com rugosidade menor que a do Nº 3;

• Nº 6: Material com acabamento Nº 4, acabado com panos embebidos em pastas abrasivas e óleos. O aspecto é fosco, satinado, com refletividade inferior a do acabamento Nº 4. O acabamento não é dado em uma única direção e o aspecto varia a depender do tipo de pano utilizado;

• Nº 7: Acabamento com alto brilho. A superfície é finamente polida, mas conserva algumas linhas de polido. É um material com alto grau de refletividade obtido com polimentos progressivos cada vez mais finos;

• Nº 8: Acabamento espelho. A superfície é polida com abrasivos cada vez mais finos até que todas as linhas de polimento desapareçam. É o acabamento mais fino que existe e permite que os aços inoxidáveis sejam usados como espelhos. Também é utilizado em refletores; e

• Acabamento TR: Acabamento obtido por laminação a frio ou por laminação a frio com recozimento e decapagem de maneira que o material tenha propriedades mecânicas especiais. Geralmente as propriedades mecânicas são mais elevadas que a dos outros acabamentos e a principal utilização é em aplicações estruturais.

Há ainda outros tipos de acabamentos de aços inoxidáveis não incluídos na norma acima mencionada, dentre os quais citam-se:

• Nº 0: Laminado a quente e recozido. Apresenta a cor preta dos óxidos produzidos durante o recozimento. Não é realizada decapagem. Às vezes são vendidas desta forma chapas de grande espessura, particularmente de aços inoxidáveis refratários, que serão utilizados em altas temperaturas;

• Nº 5: O material do acabamento Nº 4 submetido a um ligeiro passe de laminação com cilindros brilhantes (skin pass). Apresenta um brilho maior que o acabamento Nº 4;

• RF (Rugged Finish): Obtido com lixas, com grana entre 60 e 100 mesh. A aparência é de um lixamento com alta rugosidade. A rugosidade varia de 2,00 a 2,50 microns Ra;

• SF (Super Finish): Acabamento do material com lixas com grana de 220 a 320 mesh. É um lixamento de baixa rugosidade, variando entre 0,70 e 1,00 microns Ra;

• ST (Satin Finish): Acabamento com Scotch Brite, sem uso de pastas abrasivas. O material possui uma rugosidade que varia entre 0,10 e 0,15 microns Ra, mesmo que sua aparência seja fosca;

• HL (Hair Line): Material com acabamento em linhas contínuas, realizado com lixas com grana de até 80 mesh. É também um lixamento de alta rugosidade (2,00 a 2,50 microns Ra); e

• BB (Buffing Bright): Polimento feito com granas que variam entre 400 e 800 mesh. É um material muito brilhante. A rugosidade é inferior a 0,05 microns Ra.

Os laminados a frio investigados são fabricados e comercializados em diversas formas, dentre essas bobinas, chapas e tiras/fitas.

Os laminados a frio tipo 304 são utilizados na fabricação de torres, tubos, tanques, estampagem geral, profunda e de precisão, com aplicações diversas, como em utensílios domésticos, instalações criogênicas, destilarias, fotografia, assim como nas indústrias aeronáutica, ferroviária, naval, petroquímica, de papel e celulose, têxtil, frigorífica, hospitalar, alimentícia, de laticínios, farmacêutica, cosmética, química, dentre outras.

Os laminados a frio tipo 430 são utilizados em aplicações diversas, tais como talheres, baixelas, pias de cozinha, fogões, tanques de máquinas de lavar roupa, lava-pratos, fornos micro-ondas, cunhagem de moedas, dentre outras. Esse tipo de aço também é utilizado em revestimentos de balcões e em gabinetes de telefonia.

Acerca do processo produtivo do produto objeto do direito antidumping, as principais etapas são as seguintes: redução, aciaria, laminação a quente e laminação a frio.

Na etapa da redução, os altos fornos são alimentados com fontes de ferro e coque, formando assim o ferro-gusa líquido. O coque é obtido pelo aquecimento a altas temperaturas do carvão mineral na coqueira. Conforme consta na petição, pode haver diferenças na cesta das fontes de ferro utilizadas, que consistem em minério de ferro, sínter e pelotas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A peticionária informou também que as siderúrgicas podem apresentar algumas diferenças de concepção, sendo que algumas usinas podem realizar o fluxo de produção via ferro-gusa, o qual seria utilizado pela maioria das empresas, e outras podem obter o aço exclusivamente por meio da sucata. Caso a usina utilize exclusivamente a sucata, estas seriam introduzidas no forno a arco no início da etapa seguinte, que é a aciaria. Cumpre esclarecer que as usinas que produzem o aço por meio do ferro-gusa também utilizam a sucata como insumo, mas não de maneira exclusiva.

Na verificação in loco na peticionária, a empresa afirmou que, pelo seu conhecimento, os produtores asiáticos utilizariam majoritariamente o fluxo via ferro-gusa, sendo que produtores europeus poderiam utilizar o fluxo via sucata.

A descrição detalhada das etapas de aciaria, laminação a quente e a frio constam do próximo item.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto fabricado no Brasil são os produtos laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm, totalmente processados na forma de bobinas, tiras ou chapas.

A Aperam fabrica os laminados a frio nas larguras padrão de 1.040 mm, 1.240 mm, 1.270 mm, 1.320 mm, 1.020 mm, 1.220 mm, 1.250 mm e 1.295 mm, sendo possível, entretanto, fornecer o produto na largura que o cliente demandar. Os laminados a frio são fabricados pela peticionária com os seguintes acabamentos:

- Nº 2B;
- Nº 3;
- Nº 4;
- Nº 6;
- Acabamento TR;
- BB (Buffing Bright);
- RF (Rugged Finish);
- SF (Super Finish); e
- HL (Hair Line).

O processo produtivo do produto similar tem início com a redução, etapa em que os altos-fornos são alimentados com minério de ferro e carvão vegetal, para obtenção do ferro-gusa líquido. Ressalte-se que, diferentemente dos produtores estrangeiros, que utilizam o coque como redutor nos altos-fornos, a indústria doméstica utiliza carvão vegetal.

Na etapa seguinte, o ferro-gusa líquido é colocado no carro torpedo e transferido para a aciaria, onde sofre um primeiro pré-tratamento, sendo removidas as impurezas como fósforo, enxofre, carbono e nitrogênio. O teor de carbono é reduzido de 4% para no máximo 0,5%. Na aciaria também é onde a sucata é reintroduzida no processo produtivo, por meio dos fornos a arco.

Na aciaria, é definido qual tipo de aço será fabricado através da adição das ferro-ligas. Nesta etapa são adicionados cromo (na forma de ferro-cromo ou sucata de aços inoxidáveis), menores quantidades de nióbio, titânio, ferro silício e ferro manganês, sendo feito um ajuste fino de temperatura e composição química, terminando na solidificação do aço líquido na forma de placas. No caso da fabricação de aço 304, é ainda adicionado níquel (na forma de níquel eletrolítico, ferro-níquel ou sucata de aços inoxidáveis tipo 304). Ao final da etapa da aciaria, o aço, ainda líquido, é enviado aos equipamentos de lingotamento contínuo, que o solidificam no formato de placas.

A etapa seguinte é a laminação a quente, que consiste na conformação a quente das placas com redução significativa de espessura. A laminação ocorre da seguinte forma: primeiro, as placas são reaquecidas. Posteriormente, é feito o ajuste preliminar de espessura, para, então, ser iniciada a laminação nos laminadores Rougher e Steckel a fim de obter bobinas a quente, de 2 a 8 mm de espessura.

As bobinas laminadas a quente são, então, direcionadas para a laminação a frio. Até esta etapa, a linha de produção é compartilhada com outros produtos em maior ou menor escala, em cada uma das principais etapas do processo de produção: redução, aciaria a laminação a quente.

Na laminação a frio, as bobinas passam pelas preparadoras de bobinas, linhas de recozimento e decapagem, laminadores a frio e equipamentos auxiliares, de modo a se atingir espessuras que podem variar de 0,35 mm a 4,75 mm.

Os laminados a frio fabricados no Brasil são utilizados nas mesmas aplicações e estão sujeitos aos mesmos regulamentos técnicos que o produto objeto do direito antidumping. De acordo com a peticionária, o regulamento mais utilizado é o AISI.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da investigação é normalmente classificado nos subitens tarifários 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da NCM, que englobam diversos tipos de produtos. Os referidos subitens encontram-se descritos a seguir:

NCM	DESCRIÇÃO	TEC
72.19	Produtos laminados planos de aço inoxidável, de largura igual ou superior a 600 mm	
7219.3	Simplesmente laminados a frio	
7219.32.00	De espessura igual ou superior a 3 mm, mas inferior a 4,75 mm	14%
7219.33.00	De espessura superior a 1 mm, mas inferior a 3 mm	25% 14%
7219.34.00	De espessura igual ou superior a 0,5 mm, mas não superior a 1 mm	25% 14%
7219.35.00	De espessura inferior a 0,5 mm	14%
72.20	Produtos laminados planos de aço inoxidável, de largura inferior a 600 mm	
7220.20	Simplesmente laminados a frio	
7220.20.90	Outros	14%

A tarifa do imposto de importação dos subitens 7219.32.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da NCM manteve-se inalterada em 14% durante o período de análise de continuação/retomada de dano.

Já os subitens 7219.33.00 e 7219.34.00 tiveram alíquota majorada temporariamente por um período de doze meses por meio da Resolução CAMEX nº 70, de 28 de setembro de 2012, publicada no D.O.U. de 1º de outubro de 2012. Dessa forma, a tarifa do imposto de importação desses subitens foi de 25% até 30 de setembro de 2013, e de 14% de 1º de outubro de 2013 até o final do período de análise de continuação/retomada de dano.

Isso não obstante, deve-se ressaltar que há Acordos de Complementação Econômica (ACE), de Livre Comércio (ALC) e de Preferências Tarifárias (APTR) celebrados pelo Brasil, que reduzem a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o produto similar. Há, ainda, Acordo de Preferências Tarifárias sobre o produto objeto da investigação. A tabela a seguir apresenta, por país, a preferência tarifária concedida e seu respectivo Acordo:

Preferências Tarifárias às Importações brasileiras
NCMs 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00 , 7219.35.00

País	Base Legal	Preferência Tarifária
Argentina	ACE 18 - Mercosul	100%
Bolívia	ACE36 - Mercosul - Bolívia	100%
Chile	ACE35 - Mercosul - Chile	100%
Colômbia	ACE59 - Mercosul - Colômbia	100%
Cuba	APTR04 - Cuba - Brasil	28%
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	69%
Israel	ALC - Mercosul - Israel	90%
México	APTR04 - México - Brasil	20%
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Peru	ACE 58 - Mercosul - Peru	100%
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Venezuela	APTR04 - Venezuela - Brasil	28%

Preferências Tarifárias às Importações brasileiras - NCM 72 20.20.90

País	Base Legal	Preferência Tarifária
Argentina	ACE 18 - Mercosul	100%
Israel	ALC - Mercosul - Israel	90%
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	100%

3.4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

O produto objeto do direito antidumping e o produto similar produzido no Brasil são, em geral, produzidos a partir das mesmas matérias-primas, quais sejam, minério de ferro e ferro-ligas.

Conforme demanda dos clientes, tanto o produto objeto do direito antidumping como o produto fabricado no Brasil seguem as mesmas normas internacionais.

Em que pese as diferenças na etapa da redução, decorrente da utilização de carvão mineral ou vegetal, o processo de produção do produto similar é semelhante ao de produtores identificados das origens investigadas.

No que se refere aos usos e aplicações de laminados a frio, não há diferenças entre o produto objeto da investigação e aquele fabricado no Brasil, sendo ambos destinados às finalidades já anteriormente citadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando-se o fato de tanto o produto objeto da investigação quanto o produto fabricado no Brasil estarem sujeitos a normas técnicas que definem suas principais características, há elevado grau de substituição entre esses produtos.

Por fim, verificou-se, nos dados de importação fornecidos pela RFB, que o produto objeto do direito antidumping seria vendido por intermédio dos mesmos canais de distribuição que o produto fabricado no Brasil, quais sejam: vendas diretas para as indústrias e consumidores finais ou por meio de distribuidores.

Dessa forma, diante das informações apresentadas, ratifica-se, para fins de início da revisão, a conclusão alcançada na investigação original de que o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto do direito antidumping, nos termos o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico e instrui que, nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

De acordo com a petição, a Aperam seria a única produtora brasileira de laminados a frio no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017. Com vistas a ratificar esse dado, foi enviado o ofício, em 15 de agosto de 2018, ao Instituto Aço Brasil, solicitando informações acerca dos fabricantes nacionais de laminados a frio objeto deste processo, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017.

Via correspondência eletrônica, recebida em 24 de agosto de 2018, o Instituto Aço Brasil informou que, dentre seus associados, apenas a Aperam produz "chapas e bobinas inoxidáveis", categorização mantida pela associação e que abrange mais produtos do que o produto similar.

Assim, para análise da continuação/retomada de dano para fins de início da revisão, definiu-se como indústria doméstica a linha de produção de laminados a frio da Aperam, que representa 100% da produção nacional do produto similar doméstico.

5. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

A partir dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, observou-se a seguinte evolução dos volumes de importação (em número-índice de toneladas) do produto sujeito à medida antidumping/similar ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano:

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
Alemanha	100,0	3,3	0,0	0,1	0,3
China	100,0	23,0	37,8	17,6	19,6
Coreia do Sul	100,0	65,2	15,2	6,4	0,4
Finlândia	100,0	10,2	2,0	0,2	-
Taipé Chinês	100,0	6,2	1,7	0,3	0,1
Vietnã	-	-	-	-	-
Demais origens*	100,0	137,0	107,2	68,8	108,4
Total	100,0	87,2	68,9	43,1	66,7

* África do Sul, Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos da América, França, Hong Kong, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Malásia, México, Países Baixos (Holanda), Polônia, Reino Unido, Romênia, Singapura, Suécia, Tailândia e Turquia.

Como se denota, em P5 (período de análise de continuação/retomada do dumping), as importações de todas as origens sujeitas à medida, com exceção da China, apresentaram volumes não representativos ou inexistentes. Assim, para essas origens (Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã), verificou-se a probabilidade de retomada do dumping com base, dentre outros fatores, na comparação entre o valor normal médio internado no mercado brasileiro e o preço médio de venda do produto similar doméstico no mesmo mercado, em P5, em atenção ao art. 107. §3º, I, do Decreto no 8.058, de 2013.

No caso da China, apesar de o volume importado ser representativo, a peticionária sugeriu que também se analisasse a hipótese de retomada de dumping, por meio da mesma metodologia. A Aperam assim justificou seu pedido:

Além do fato de as importações brasileiras de aços inoxidáveis originárias da China terem apresentado queda relevante em P5, em comparação com P1, P2 e P3, os preços aumentaram significativamente. De acordo com os dados que constam da Tabela nº 6, que informa o preço das importações brasileiras de aços inoxidáveis, enquanto o preço do produto importado da China aumentou 30,4% de P4 para P5, o preço médio das importações das demais origens cresceu 17,0% nesse mesmo intervalo. Assim, no entendimento da APERAM, a análise da evolução dos preços do produto importado da China ao longo do período de análise sugere que o preço observado em P5, período de análise da continuação ou retomada do dumping não reflete adequadamente o comportamento dos produtores e exportadores ao longo do período de análise de continuação ou retomada do dano.

Assim, para a Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã, aplicam-se as disposições do art. 107 do Decreto nº 8.058/2013. No caso da China, não obstante tenham sido registradas importações em P5, a peticionária, da mesma forma, entende que se aplica esse dispositivo, uma vez que a análise da evolução do volume importado dessa origem frente à evolução desses preços, especialmente em P5, e em comparação com os preços médios dos produtos importados das demais origens, levaram à conclusão de que essas quantidades não foram representativas. Nesse contexto, a APERAM sugere que a análise relativa ao dumping seja realizada com base nas disposições do art. 107 do mencionado Decreto, também no caso da China.

Em análise aos preços de importação do produto sujeito à medida originário da China, em US$/t, na condição FOB, a partir dos dados de importação fornecidos pela RFB, constatou-se a seguinte evolução:

Em número-índice de US$/t

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	94,1	86,3	59,3	76,7

De fato, conforme afirmado pela peticionária, houve aumento no preço do produto importado da origem de P4 para P5 (29,4%). Não obstante, há que se ponderar que tal elevação se deu após queda igualmente importante de P3 para P4, a qual equivaleu a 31,3%. Ademais, a majoração destacada pela Aperam não elevou os preços praticados a patamares anômalos em relação aos demais períodos. O preço de P5 foi o segundo menor da série histórica, acima apenas daquele verificado em P4. Cabe ressaltar que o disposto no §2º do referido artigo 107 diz respeito à eventual recomendação de prorrogação de direito antidumping, e não propriamente à apuração da margem de dumping para o período de revisão.

Dessa forma e levando-se em consideração que o art. 107, § 3º, do Decreto nº 8.058, de 2013, se aplica a situações nas quais não houve exportações ou de estas não serem representativas durante o período de revisão, entendeu-se não haver fundamentação para o pedido da Aperam de apuração de probabilidade de retomada do dumping também para a China. Para a China, portanto, avaliou-se a existência de dumping em P5 e a probabilidade de sua continuação, caso seja extinta a medida.

5.1. Da comparação entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico

5.1.1. Da Alemanha

5.1.1.1. Do valor normal

De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Para fins de início da revisão, apurou-se o valor normal construído na Alemanha, já que não se dispõe, até o momento, de informação mais precisa acerca dos preços praticados naquele país. O valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, a mais das vezes, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar.

O valor normal da Alemanha, para fins de início da investigação, foi construído a partir das seguintes rubricas:

a) matérias-primas (ferro originário de pelotas, sínter e minério de ferro; carvão mineral; níquel; cromo; ferro originário de outras fontes; ferro silício; e ferro manganês);
b) energia elétrica;
c) outras utilidades;
d) mão de obra;
e) outros materiais (fundentes);
f) outros custos variáveis (refratários, insumos e serviços);
g) outros custos fixos;
h) depreciação;
i) despesas gerais e administrativas;
j) despesas de venda;
k) despesas/receitas financeiras; e
l) lucro.

Para fins de início da revisão, não foram consideradas as outras despesas e receitas operacionais, de forma conservadora, a fim de se evitarem distorções no valor normal ocasionadas por gastos alheios ao objeto social das empresas, já que ainda não se dispõe de detalhamento suficiente dos tipos de despesas e receitas, assim como dos respectivos valores, que as compõem.

Buscou-se diferenciar o valor normal construído por grau do aço utilizado (304 ou 430), consoante explicitado a seguir.

5.1.1.1.1. Das matérias-primas

Ao explicar sua proposta de construção do valor normal, a indústria doméstica destacou que as diversas usinas siderúrgicas apresentam algumas diferenças de concepção, notadamente até a fase de laminação a quente, podendo utilizar sucata ou produzir ferro-gusa (maioria das empresas), quando poderia haver diferenças na cesta de ferro (minério/sínter/pelotas). Neste caso, considerou-se que todas as usinas utilizam o fluxo via ferro-gusa. Outra premissa adotada foi que todas as usinas possuem suas coquerias próprias. Ou seja, partiu-se do pressuposto que as usinas possuem contratos regulares para aquisição de matéria-prima, não se utilizando do mercado spot regularmente.

Detalha-se, a seguir, como foram calculados os custos associados às principais matérias-primas que compõem o produto objeto da investigação/similar.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1.1.1.1.1. Do ferro originário de pelotas, sínter e minério de ferro

De acordo com a indústria doméstica, as diversas usinas siderúrgicas consomem, basicamente, ferro originário de três fontes distintas, a saber: sínter, minério de ferro granulado e pelota. A proporção a ser determinada variaria em função de diversos fatores, como grau de verticalização, localização geográfica e acordos de fornecimento com grandes mineradoras.

Foi esclarecido que o sínter é um material na forma de torrões, produzido em usinas siderúrgicas integradas como matéria-prima no processo de produção de ferro-gusa, sendo uma das maneiras de se introduzir o mineral ferro nos altos fornos. O sínter consistiria numa mistura de finos de ferro (sinter feed), coque e fundente, que seria colocada em uma correia transportadora e se inflamaria. A alta temperatura resultante causaria a fusão dos componentes em um clinker poroso, mas não fundido. Esta mistura seria necessária porque o sinter feed (fonte de ferro principal para a produção do ferro-gusa) não poderia ser utilizado diretamente sem antes passar pelo processo de aglomeração (sinterização). Isso porque, no caso de grandes volumes, as cargas de sinter feed formariam uma massa densa e impermeável, a qual, uma vez dentro do alto forno, afetaria a eficiência do processo, podendo até mesmo causar danos operacionais.

Por se tratar de commodities, as grandes mineradoras praticariam preços semelhantes em suas vendas dessas fontes de ferro (sínter, minério de ferro granulado e pelota) para os diversos destinos globais. As diferenças decorreriam, basicamente, do valor do frete. Por essa razão, as empresas adquirentes tenderiam a celebrar acordos de fornecimento que garantissem um valor de frete mais competitivo.

Assim, considerando a alegada semelhança entre os preços praticados nos diversos mercados globais, a peticionária sugeriu a adoção dos preços de importação dessas fontes de ferro na China para todas as origens.

Solicitou-se justificativa para a metodologia proposta, já que, por ocasião da investigação encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 79, de 3 de outubro de 2013, publicada no D.O.U. de 4 de outubro de 2013 (investigação original), haviam sido apresentados preços para as fontes de ferro em menção para variadas origens. A Aperam justificou a opção pelo fato de o Metal Bulletin (fonte das informações de preço) somente divulgar, atualmente, preços de minérios de ferro para a China, país que seria o principal consumidor de fontes de ferro do mundo, sendo, dessa maneira, parâmetro para o preço. Durante a verificação in loco na empresa, o sítio eletrônico do Metal Bulletin foi acessado na presença da equipe verificadora e foi corroborada a informação prestada pela empresa.

A tabela a seguir resume os preços médios obtidos a partir do Metal Bulletin para cada mês, assim como as respectivas médias anuais.

Mês	Pelota 65% US$/t CFR Qingdao (A)	Sinter Feed 62% US$/t CFR Qingdao (B)	Lump Premium US$ cents/dmtu CFR Qingdao (C)	Lump Premium US$/t CFR Qingdao (D) = (C)*0,62	Minério granulado US$/t CFR Qingdao (E) = (B) + (D)
1	106,84	80,72	5,50	3,41	84,13
2	112,01	88,46	4,25	2,64	91,09
3	108,27	87,43	5,43	3,37	90,80
4	89,93	70,77	4,16	2,58	73,35
5	85,13	61,59	7,17	4,44	66,03
6	89,48	57,10	16,64	10,32	67,42
7	101,22	66,77	21,57	13,37	80,15
8	111,25	76,03	22,93	14,22	90,24
9	122,65	70,68	41,28	25,59	96,27
10	120,56	61,44	31,93	19,80	81,24
11	123,58	63,70	18,45	11,44	75,14
12	118,70	71,75	9,05	5,61	77,36
Média	107,65	71,39	15,76	9,77	81,16

Foram apresentadas cópias dos livros de preços do Metal Bulletin contendo as informações anteriores. Adicionalmente, os dados foram checados durante a verificação in loco na Aperam.

Destaque-se que o Metal Bulletin divulga os dados de preços em datas específicas. Assim, para a construção do valor normal, a peticionária havia calculado uma média para cada mês de P5 e, posteriormente, realizado uma segunda média aritmética, a partir das doze médias mensais calculadas. Entendeu-se ser mais apropriado, no entanto, realizar uma média única, a partir de todos os preços divulgados para o período. Assim, a linha "média" da tabela anterior reflete essa última metodologia. A maior diferença encontrada entre as duas metodologias correspondeu a 0,2%.

O preço do minério de ferro granulado seria calculado por meio da adição de um "prêmio" ao preço do sinter feed. Esse "prêmio" é divulgado no Metal Bulletin com a seguinte descrição: "Metal Bulletins lump premium CRF Qinqdao (MBIOI-LP Index) cents per dmtu daily".

A sigla "dmtu", segundo a Aperam, se refere à designação para "unidade de tonelada métrica seca", internacionalmente aceita para mensurar o preço do minério de ferro. A dmtu corresponderia a 1% do Fe contido em uma tonelada de minério de ferro, excluindo-se a umidade.

Assim, para se converter os preços do "prêmio", divulgados em centavos de dólares estadunidenses por dmtu, para US$/t, dever-se-ia multiplicar aqueles pelo percentual de ferro contido no sinter feed (no caso, 62%). Esse cálculo consta da coluna "d" da tabela anterior.

Também foi questionado, no pedido de informações complementares, como se identificou que os preços divulgados com a descrição "spot market iron ore prices delivered to China, normalized to Qingdao and 62% Fe US $ per tonne Daily" se referem, efetivamente, ao minério de ferro no formato de sinter feed. Em resposta, a Aperam esclareceu o seguinte:

Na publicação MetalBulletin estão apresentados os preços "iron ore 62% min". A partir de fevereiro de 2018, essa publicação passou a divulgar cotação em Pilbara, Austrália: "iron ore 62% Fe Pilbara blend fines", incluindo o termo fines. As curvas de preços foram sobrepostas, demonstrando que se trata do mesmo produto. Dessa maneira, no entendimento da peticionária, fica claro que os preços sugeridos realmente se referem a finos de minério (sinter feed).

No jargão metalúrgico finos de minério significa sinter feed. No site da Mineração Usiminas www.usiminas.com/mineracao/produtos/ consta definição de sínter feed: "minério mais fino (entre 6,3 mm e 0,15 mm), que é aglomerado via processo de sinterização para permitir a sua utilização pelos altos-fornos na forma de sínter."

Na verificação in loco na empresa, foi realizada comparação entre os preços de "iron ore 62% min" e "iron ore 62% Fe Pilbara blend fines" para o período de abril a julho de 2018. Os preços apurados revelaram diferença de 1,4% entre as rubricas, a qual não foi explicada pela Aperam. Mesmo assim, considerando a magnitude da diferença, considerou-se apropriada a utilização do dado.

Para o consumo dessas três fontes de ferro, a Aperam sugeriu a utilização dos índices praticados na Usina de Tubarão, do grupo ArcelorMittal. Essa usina possuiria escala de produção, cesta de fontes de ferro e carvão mineral muito similares às principais usinas siderúrgicas mundiais. Ao ser questionada sobre a possibilidade de se utilizarem dados de consumo da Usina de Timóteo, da própria peticionária, a Aperam explicou que, em seu processo produtivo, utiliza carvão vegetal para a fabricação do ferro-gusa. Além disso, por não utilizar o processo de sinterização (transformação do sinter feed em sínter), a empresa utilizaria como fontes de ferro pelotas e minérios de ferro. Já as empresas que exportam aços inoxidáveis para o Brasil utilizariam carvão mineral para a fabricação do ferro-gusa. Outrossim, essas empresas realizariam o processo de sinterização (assim como se faz na Usina de Tubarão).

A tabela a seguir apresenta o consumo, em kg, de cada uma dessas fontes de ferro para a produção de uma tonelada de ferro-gusa:

Mês	Consumo de minério granulado (kg/t de ferro-gusa)	Consumo de sinter (kg/t de ferro-gusa)	Consumo de pelota (kg/t de ferro-gusa)
1	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
2	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
3	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
4	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
5	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
6	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
7	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
8	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
9	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
10	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
11	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
12	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
Média	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

De acordo com os dados da Usina de Tubarão, para a produção de uma tonelada de aço inoxidável do grau 304 são necessários [Confidencial] kg de ferro-gusa. Já para aço inoxidável do grau 430, utilizam-se [Confidencial] kg/t.

Foi questionado, no pedido de informações complementares, a razão para a significante alteração do consumo de ferro-gusa para produção de aço inoxidável do grau 304, da investigação original (quando esse índice equivalia a [Confidencial] kg/t) para a revisão ora tratada (quando o índice passou a corresponder a [Confidencial] kg/t). A Aperam justificou que a empresa poderia produzir os aços do grau 304 utilizando proporção maior de ferro-gusa ou de sucata. A opção por uma ou outra via estaria preponderantemente relacionada ao custo associado. Atualmente, em função de deságios havidos no preço do níquel e do ferro cromo, estaria sendo mais vantajosa a utilização maior do forno elétrico a arco, consumindo uma maior proporção de sucata. Portanto, essa diferença explicaria a redução no consumo de ferro-gusa.

Multiplicando-se os consumos, em kg, de minério de ferro granulado, sínter e pelota por [Confidencial] e [Confidencial] (quantidades consumidas, em toneladas, de ferro-gusa para a produção de uma tonelada de aço inoxidável dos graus 304 e 430, respectivamente), alcançaram-se os seguintes índices de consumo das fontes de ferro, em kg por tonelada de aço inoxidável:

	Consumo de minério granulado (kg/t de aço)	Consumo de sínter (kg/t de aço)	Consumo de pelota (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços das três fontes de ferro pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essas matérias-primas:

	Custo de minério granulado (US$/t de aço) (a)	Custo de sínter (US$/t de aço) (b)	Custo de pelota (US$/t de aço) (c)	Custo total de ferro via minério granulado, sínter e pelota (US$/t de aço) (d) = (a) + (b) + (c)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	18,26
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	82,37

5.1.1.1.1.2. Do carvão mineral

A Aperam afirmou que, em um forno a coque de alto nível, são consumidos dois tipos diferentes de carvão mineral, quais sejam, hard coking coal (carvão mineral que, previamente, é transformado em coque) e carvão mineral PCI (pulverized coal injection), utilizado na injeção de finos de carvão mineral no alto forno.

O preço do primeiro foi extraído a partir do Metal Bulletin (rubrica "Metal Bulletin Coking Coal Index - Hard Coking Coal $ per tonne CFR Jingtang"). A peticionária destacou que foram utilizados os preços no porto de Jingtang, já que não se encontram disponíveis fontes de preço para o mesmo porto utilizado para as fontes de ferro (Qingdao).

Já os preços referentes ao carvão mineral PCI foram obtidos a partir do Asian Metal (rubrica "PCI Coal Australian A 9%max, V 11%max In port China RMB/mt"). A Aperam justificou a utilização dos preços de carvão australiano dado que a Austrália seria um dos principais fornecedores de carvão mineral do mundo. Por isso, as principais publicações fariam referência ao preço do carvão mineral australiano.

Os preços do carvão mineral PCI foram convertidos de RMB para US$ por meio da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) referente a cada dia para o qual houve divulgação do preço, respeitadas as condições estatuídas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013. Os valores alcançados divergem daqueles convertidos pela Aperam, uma vez que a empresa, além de ter utilizado taxas de câmbio médias mensais, não realizou os testes previstos no aludido art. 23.

Mencione-se que de acordo com informações divulgadas pelo Asian Metal, os preços do carvão mineral PCI incluem o VAT (value added tax). A Aperam, em sua resposta ao pedido de informações complementares, solicitou que esse imposto, cuja alíquota seria de 17% fosse deduzido do preço do carvão quando da construção do valor normal para todas as demais origens, com exceção da China. Isso porque a peticionária somente teria conhecimento da referida alíquota para a própria China. Considerou-se que tal solução poderia resultar em tratamento discriminatório aos produtores/exportadores chineses, por conseguinte, optou-se conservadoramente por deduzir a alíquota de 17% na apuração do preço do carvão mineral PCI para todas as origens.

Mês	Hard Coking Coal (US$/t) CFR Jingtang	Carvão Mineral PCI (US$/t) - líquido de VAT (17%)
1	177,42	128,51
2	157,97	123,61
3	159,54	116,43
4	185,26	120,54
5	160,92	120,73
6	142,29	116,70
7	155,36	117,56
8	179,09	122,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9	184,01	145,37
10	162,46	145,73
11	167,29	145,66
12	191,39	146,31
Média	168,27	129,19

Tendo em vista não se tratar de dados disponíveis gratuitamente, os preços fornecidos para o hard coking coal e o carvão mineral PCI foram conferidos durante a verificação in loco.

Para os índices de consumo dos dois tipos de carvão, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão.

No caso do hard coking coal, dada a necessidade de etapa prévia de transformação em coque, foram primeiramente, apurados os índices de consumo (i) de carvão mineral coqueificável para produção de coque bruto e (ii) de coque bruto produzido em relação ao coque injetado no alto forno. A partir da multiplicação desses dois índices, alcançou-se o consumo de carvão mineral coqueificável em relação ao coque injetado no alto forno. Em seguida, foram apurados os índices de consumo de coque em relação ao ferro-gusa produzido.

A tabela a seguir apresenta os índices de consumo mencionados até a produção do ferro-gusa.

Mês	t de carvão mineral coqueificável utilizado / t de coque bruto produzido (a)	t de coque bruto produzido / t de coque injetado no alto forno (b)	t de carvão mineral coqueificável consumido / t de coque injetado no alto forno (c) = (a) x (b)	kg de coque injetado no alto forno / t de ferro-gusa produzido (d)	kg de carvão mineral coqueificável consumido / t de ferro-gusa produzido (e) = (c) x (d)	kg de carvão mineral PCI consumido / t de ferro-gusa produzido (f)
1	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
2	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
3	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
4	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
5	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
6	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
7	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
8	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
9	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
10	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
11	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
12	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Média	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]

Os índices anteriores foram objeto de conferência durante a verificação in loco na Aperam. Ressalte-se que foi constatado, durante o procedimento, que os dados reportados na petição não haviam considerado, incorretamente, o consumo [Confidencial], tendo sido levado em consideração apenas o [Confidencial]. A tabela anterior já reflete ambos os consumos.

Multiplicando-se os consumos, em kg, de hard coking coal e carvão mineral PCI por [Confidencial] e [Confidencial] (quantidades consumidas, em toneladas, de ferro-gusa para a produção de uma tonelada de aço inoxidável dos graus 304 e 430, respectivamente), alcançam-se os seguintes índices de consumo de carvão, em kg por tonelada de aço inoxidável:

	Consumo de carvão mineral coqueificável (kg/t de aço)	Consumo de carvão mineral PCI (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços dos dois tipos de carvão pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essas matérias-primas:

	Custo com carvão mineral coqueificável (US$/t de aço) (a)	Custo com carvão mineral PCI (US$/t de aço) (b)	Custo total de com carvão (US$/t de aço) (c) = (a) + (b)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	15,09
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	68,10

5.1.1.1.1.3. Do níquel

A peticionária informou que a introdução do níquel no processo produtivo se dá a partir de três fontes: o níquel eletrolítico, o ferro níquel (Fe Ni - 33,5% Ni) e a sucata de aço do grau 304 (sucata 304 - 8% Ni).

O preço do elemento variaria em função da fonte utilizada e se basearia em cotação publicada pela London Metal Exchange (rubrica "Nickel 3 months LME Daily Official $ per tonne Monthly Average"). Apesar de a publicação da LME servir de parâmetro para o mercado, o preço efetivamente pago flutuaria em função das condições de oferta e demanda. Com base seu histórico de aquisições no ano de 2017, a Aperam informou que o preço médio por ela pago pelo níquel correspondeu a [Confidencial]% do valor divulgado pela LME.

Ressalte-se que o preço base, apesar de publicado pela LME, foi obtido a partir de publicação do Metal Bulletin.

A tabela a seguir apresenta os valores divulgados pela LME, assim como o preço final praticado, obtido a partir do percentual mencionado.

Mês	Nickel 3 Months LME Daily Official $ per tonne Monthly Average	Preço final praticado ([Confidencial]% da cotação da LME) (US$/t)
1	10.032,50	[Confidencial]
2	10.669,38	[Confidencial]
3	10.227,07	[Confidencial]
4	9.721,81	[Confidencial]
5	9.190,48	[Confidencial]
6	8.982,05	[Confidencial]
7	9.525,71	[Confidencial]
8	10.901,82	[Confidencial]
9	11.306,55	[Confidencial]
10	11.377,50	[Confidencial]
11	12.046,02	[Confidencial]
12	11.459,47	[Confidencial]
Média	10.453,36	[Confidencial]

Para o consumo do níquel, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, referente a produto similar doméstico constituído por aço do grau 304. Ao ser questionada sobre o porquê da escolha de tal produto, a empresa afirmou, em sua resposta ao pedido de informações complementares, que se trata do produto mais vendido, de grau 304, em P5. A informação pôde ser verificada por meio das informações de vendas fornecidas pela empresa, as quais foram validadas em verificação in loco.

Os produtos de aço do grau 430 não possuem níquel em sua composição. Dessa maneira, a matéria-prima em comento somente foi utilizada na construção do valor normal de produtos de aço do grau 304.

O cálculo dos índices de consumo levou em consideração as fontes de níquel utilizadas na fabricação do produto, assim como o teor de níquel contido em cada material.

Também foi levado em conta o volume reintroduzido no processo produtivo a título de "bonificação de sucata". Em resposta ao pedido de informações complementares, a Aperam explicou que as ligas objeto de bonificação são consumidas na aciaria. Ao longo do processo produtivo, é gerada sucata, na forma de pontas, no lingotamento contínuo ou na etapa de corte, por exemplo. A sucata gerada ao longo do processo produtivo é reintroduzida na aciaria e o respectivo valor é deduzido do custo, a título de bonificação.

A tabela a seguir detalha o cálculo dos índices de consumo de níquel a partir de cada fonte.

Fonte de níquel	CODPROD da fonte de níquel	Descrição da fonte de níquel	Consumo da fonte de níquel (kg/t de aço)	Teor padrão de níquel (%)	Consumo de níquel (kg/t de aço)
Níquel eletrolítico (a)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Ferro níquel (b)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Níquel de sucata 304 (c)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Níquel de sucata 304 (d)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Níquel de sucata 304 (e)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Níquel de sucata 304 (f)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Níquel de sucata 304 (g)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Níquel de sucata 304 (Total) (h) = (c) + (d) + (e) + (f) + (g)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Consumo total de níquel (i) = (a) + (b) + (h)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]

Os índices de consumo constantes da tabela anterior foram conferidos durante a verificação in loco na Aperam.

A partir da multiplicação do preço do níquel pelo respectivo índice de consumo (este último, dividido por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançou-se custo de US$ [Confidencial]/t com a matéria-prima.

5.1.1.1.1.4. Do cromo

De modo semelhante ao que ocorre com o níquel, a Aperam explicou que o cromo pode ser introduzido no processo produtivo a partir de mais de uma fonte. Neste caso, o cromo é obtido a partir do ferro cromo e de sucata.

O preço do cromo é calculado, para os países situados na Europa (no caso, Alemanha e Finlândia), a partir de publicação do CRU International, referente à rubrica Europe Ferrochrome: CC 47-55% Delivered. Esse preço base seria multiplicado por um percentual, de modo a refletir os valores efetivamente praticados no mercado. Com base em seus dados de aquisição em 2017, a Aperam informou que o percentual médio apurado correspondeu a [Confidencial]%.

A tabela a seguir apresenta os preços da publicação mencionada assim como os cálculos procedidos e os resultados alcançados para o preço do cromo.

Trimes-tre de P5	Europe Ferrochrome: CC 47 - 55% Delivered (USDc/lb) (a)	Europe Ferrochrome: CC 47 - 55% Delivered (US$/t) (b) = (a) x 2.204,62/100	Preço Final - Ferro Cromo - Europa (USD/t) (c) = (b) x [Confidencial]%
1	127,88	2.819,27	[Confidencial]
2	121,69	2.682,80	[Confidencial]
3	101,25	2.232,18	[Confidencial]
4	114,62	2.526,90	[Confidencial]
Média de P5	116,36	2.565,29	[Confidencial]

Os preços divulgados pelo CRU International e o percentual de mercado foram devidamente verificados in loco na Aperam.

Para o consumo de cromo, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304 (assim como realizado para a apuração dos índices de consumo de níquel), e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430. O produto de CODPROD [Confidencial] também foi escolhido por ter sido o mais vendido de seu grau em P5. A informação pôde ser igualmente verificada por meio das informações de vendas fornecidas pela empresa, as quais foram validadas em verificação in loco.

O cálculo dos índices de consumo de cromo seguiu a mesma metodologia detalhada para o consumo de níquel.

A tabela a seguir detalha o cálculo dos índices de consumo de cromo para cada fonte.

Fonte de cromo	Grau do aço	CODPROD da fonte de cromo	Descrição da fonte de cromo	Consumo da fonte de cromo (kg/t de aço)	Teor padrão de cromo (%)	Consumo de cromo (kg/t de aço)
Ferro cromo (a)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Ferro cromo (b)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Cromo de ferro cromo 304 (total) (c) = (a) + (b)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]

Sucata (d)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (e)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (f)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (g)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (h)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Cromo de sucata 304 (total) (i) = (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Consumo total de cromo (j) = (c) + (i)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Ferro cromo (k)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Ferro cromo (l)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Cromo de ferro cromo 430 (total) (m) = (k) + (l)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (n)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (o)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (p)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (q)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Sucata (r)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Cromo de sucata 430 (total) (s) = (n) + (o) + (p) + (q) + (r)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Consumo total de cromo (t) = (m) + (s)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]

Os índices de consumo constantes da tabela anterior foram conferidos durante a verificação in loco na Aperam.

A partir da multiplicação do preço do como pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo total com cromo (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.1.1.1.5. Do ferro de outras fontes

A peticionária destacou que, além do ferro oriundo do ferro-gusa, também se introduz ferro no processo produtivo a partir de outras fontes, como, por exemplo, ferro cromo, ferro níquel, ferro manganês e sucata.

O custeio do ferro oriundo de todas essas outras fontes se baseou, no caso da Alemanha, no preço divulgado pelo Metal Bulletin para a rubrica: Germany domestic grade E8 (thin new production steel scrap) € per tonne del mil. A indicação "del mill", significaria, de acordo com a peticionária, "delivered mil". No entanto, em consulta às especificações de preço do Metal Bulletin (http://www.metalbulletin.com/Assets/pdf/MB%20PRICE%20 SPECIFICATIONS/MBGFerrousPriceMethodologySpecification.pdf), constatou-se que se trata, na verdade, da condição "delivered to mill".

Os preços em euros foram convertidos para dólares estadunidenses de acordo com a taxa de câmbio média de cada mês de P5, respeitando-se as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013. Tendo em vista que a peticionária não havia realizados os testes de flutuabilidade do câmbio para a conversão dos valores, os números apresentados na tabela a seguir divergem daqueles constantes da memória de cálculo proposta.

Mês	Germany domestic grade E8 (thin new production steel scrap) € per tonne del mill	Paridade Média EUR - US$	Germany domestic grade E8 (thin new production steel scrap) US$ per tonne del mill
1	252,50	1,062	268,19
2	222,50	1,064	236,66
3	262,50	1,069	280,51
4	260,00	1,071	278,46
5	255,00	1,085	276,69
6	245,00	1,110	272,06
7	255,00	1,135	289,30
8	272,50	1,159	315,84
9	275,00	1,189	327,03
10	260,00	1,178	306,26
11	262,50	1,174	308,24
12	280,00	1,184	331,53
Média	258,54	1,123	290,90

Para o consumo de ferro oriundo das outras fontes, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430.

A tabela a seguir detalha os consumos observados.

Grau do aço	CODPROD da fonte de ferro	Descrição da fonte de ferro	Consumo da fonte de ferro (kg/t de aço)	Teor padrão de ferro (%)	Consumo de ferro (kg/t de aço)
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
304	Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304				[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304				[Conf.]

Os dados anteriores foram objeto de conferência durante a verificação in loco.

A partir da multiplicação dos preços da sucata pelos índices de consumo de ferro oriundo de outras fontes (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro obtido de outras fontes (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.1.1.1.6. Do ferro silício

O ferro silício é introduzido no processo produtivo unicamente a partir do ferro silício standard 75%.

O preço dessa matéria-prima foi obtido a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "EU CRU Contract EUR/t". Os valores em euros foram convertidos para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio média de cada trimestre de P5, obtida a partir de dados divulgados pelo BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013. Já que a peticionária não havia realizado os testes de flutuação do câmbio previstos no mencionado dispositivo, houve divergência entre os dados apresentados na tabela a seguir e a memória de cálculo apresentada pela Aperam.

Trimestre de P5	EU CRU Contract (EUR/t)	Paridade Média EUR - US$	EU CRU Contract (US$/t)
1	1.140,00	1,065	1.213,91
2	1.300,00	1,089	1.415,44
3	1.300,00	1,161	1.508,78
4	1.300,00	1,179	1.532,42
Média	1.260,00	-	1.417,64

Para o consumo de ferro silício, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430.

A tabela a seguir apresenta esses índices de consumo.

Grau do aço	CODPROD Fonte de Ferro Silício	Descrição da Fonte de Ferro Silício	Consumo Bruto (kg/t de aço)	Teor Padrão de Ferro Silício (%)	Consumo Puro (kg/t de aço)
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]

Os dados anteriores foram objeto de conferência durante a verificação in loco.

A partir da multiplicação dos preços do ferro silício pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro silício (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.1.1.1.7. Do ferro manganês

De forma semelhante ao que foi realizado para o ferro silício, os preços do ferro manganês foram obtidos a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "High-carbon ferromanganese WE CRU Contract EUR/t". Os valores em euros foram convertidos para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio média de cada trimestre de P5, obtida a partir de dados divulgados pelo BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013. Já que a peticionária não havia realizado os testes de flutuação do câmbio previstos no mencionado dispositivo, houve divergência entre os dados apresentados na tabela a seguir e a memória de cálculo apresentada pela Aperam.

Trimestre de P5	EU CRU Contract (EUR/t)	Paridade Média EUR - US$	EU CRU Contract (US$/t)
1	1.200,00	1,065	1.277,80
2	1.250,00	1,089	1.361,00
3	1.250,00	1,161	1.450,75
4	1.250,00	1,179	1.473,48
Média	1.237,50	-	1.390,76

Para o consumo de ferro manganês, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430.

A tabela a seguir apresenta esses índices de consumo.

Grau do aço	CODPROD Fonte de Ferro Manganês	Descrição da Fonte de Ferro Manganês	Consumo Bruto (kg/t de aço)	Teor Padrão de Ferro Manganês (%)	Consumo Puro (kg/t de aço)
304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
430	Consumo total de ferro manganês - grau 430				[Conf.]

Os dados anteriores foram objeto de conferência durante a verificação in loco.

A partir da multiplicação dos preços do ferro manganês pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro manganês (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.1.1.1.8. Do resumo dos custos com matérias-primas

A tabela a seguir resume os custos com matérias-primas para a construção do valor normal na Alemanha.

Matéria-prima	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Ferro via pelota + sinter + minério	18,26	82,37
Carvão	15,09	68,10
Níquel	[Confidencial]	[Confidencial]
Cromo	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro via sucata	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Silício	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Manganês	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo total com matérias-primas	1.467,22	679,89

5.1.1.1.2. Da energia elétrica

Para o preço da energia elétrica na Alemanha, foram utilizados dados divulgados pela organização de pesquisa Fraunhofer-Gesellschaft no relatório "Eletricity Costs of Energy. Intensive Industries. An International Comparison", de julho de 2015 (Disponível em https://www.isi.fraunhofer.de/content/dam/isi/dokumente/ccx/2015/Electricity-Costs-of-Energy-Intensive-Industries.pdf).

Especificamente, o preço do kWh foi extraído de dados referentes a "eletricity price for oxygen steel produced in blast furnaces (supplied from public grid)".

Os valores em euros foram convertidos para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio média de P5, obtida a partir de dados divulgados pelo BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013. Já que a peticionária não havia realizado os testes de flutuação do câmbio previstos no mencionado dispositivo, houve divergência entre os dados apresentados na tabela a seguir e a memória de cálculo apresentada pela Aperam.

A tabela a seguir apresenta os preços da energia elétrica na Alemanha.

Componente	Valor
Renewables and environment (EUR ct/kwh) (a)	5,33
Taxes and levies (b)	0,04
Transport and distribution (c)	1,71
Energy procurement (EUR ct/kwh) (d)	4,69
Total (EUR ct/kwh) (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	11,77
Paridade média (EUR - US$)	1,124
Total (US$/kwh)	0,13

Quanto à rubrica "taxes and levies", a peticionária havia utilizado, em sua memória de cálculo o valor de EUR ct 0,40/kWh. Tendo em vista a divergência com o relatório da organização Fraunhofer (que apresenta esse valor equivalente a EUR ct 0,04/kWh), utilizou-se o valor divulgado no relatório.

Para o consumo de energia elétrica, adotaram-se os índices observados em cada etapa do processo produtivo da peticionária. Esses índices foram devidamente comprovados em procedimento de verificação in loco.

A tabela a seguir presenta o consumo de energia elétrica por grau do aço.

Etapa	Aço do grau 304 (kWh/t de aço)	Aço do grau 430 (kWh/t de aço)
[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
Total	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação do preço pelos índices de consumo, apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com energia elétrica:

	Custo com energia elétrica (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.1.1.3. Das outras utilidades

A Aperam informou que uma unidade siderúrgica consome diversas utilidades, tais como gases de alto forno, gás natural ou gás de coqueria, oxigênio, nitrogênio, hidrogênio, vapor, água, derivados de petróleo, ácido clorídrico, ar comprimido, etc.

Para calcular o custo com outras utilidades (excluída a energia elétrica), verificou-se a representatividade dessas outras utilidades em relação à energia elétrica, a partir das informações de custo de produção reportadas.

Ocorre que foi necessário retirar da composição dessas outras utilidades o custo com gás natural, já que este é consumido pela indústria doméstica em função da utilização de carvão vegetal em seu processo produtivo. As produtoras/exportadoras estrangeiras, por fabricarem o produto objeto da investigação/similar a partir de carvão mineral, não empregam gás natural no processo de produção.

Para tanto, foi calculada, primeiramente, a participação do gás natural no custo das outras utilidades (exceto energia elétrica). Essa relação foi obtida a partir dos dados referentes aos produtos de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430.

A tabela a seguir demonstra os percentuais obtidos.

Trimestre de P5	Grau do aço	Custo com gás natural (R$/t)	Custo com outras utilidades (R$/t)	Representatividade (%)
1	304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
2	304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
2	304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
4	304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Média de P5	304	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
1	430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
2	430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
3	430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
4	430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Média de P5	430	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]

Tendo em conta os percentuais calculados anteriormente, foi estimado quanto o gás natural representa do custo com outras utilidades reportado (para a totalidade do produto similar doméstico, segregado por grau do aço) e, posteriormente, deduzido do gasto com essas outras utilidades.

Em seguida, foi calculada a representatividade dessas outras utilidades, já excluído o gás natural, em relação ao custo com energia elétrica da peticionária, conforme se detalha na tabela a seguir.

Rubrica	Grau do aço	Valores (R$/t ou %)
Outras utilidades (a)	304	[Confidencial]
Gás natural (b) = (a) x [Confidencial]%	304	[Confidencial]
Outras utilidades, exceto gás natural (c) = (a) - (b)	304	[Confidencial]
Energia elétrica (d)	304	[Confidencial]
Representatividade outras utilidades (e) = (c) / (d)	304	[Confidencial]
Outras utilidades (f)	430	[Confidencial]
Gás natural (g) = (f) x [Confidencial]%	430	[Confidencial]
Outras utilidades, exceto gás natural (h) = (f) - (g)	430	[Confidencial]
Energia elétrica (i)	430	[Confidencial]
Representatividade outras utilidades (j) = (h) / (i)	430	[Confidencial]

Destaque-se que o percentual referente aos produtos de aço do grau 430 ([Confidencial]%) diverge do calculado pela peticionária. Isso porque, em sua memória de cálculo, a empresa havia trocado o valor das "outras utilidades" com aquele referente à "energia elétrica". Apesar de alertada, a Aperam informou, em resposta ao pedido de informações complementares, que não identificou a divergência apontada. Assim, ajustou-se o cálculo sugerido de acordo com os dados efetivamente constantes das informações de custo reportadas.

Finalmente, os percentuais obtidos ([Confidencial]% e [Confidencial]%) foram aplicados ao custo com energia elétrica apurado no item anterior, para a construção do valor normal.

A tabela a seguir demonstra os cálculos realizados.

Grau do aço	Custo com energia elétrica (US$/t) (a)	Percentual aplicado (%) (b)	Custo com outras utilidades (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.1.1.4. Da mão de obra

O valor da hora trabalhada na Alemanha foi obtido a partir de informações divulgadas pelo Eurostat, referentes à atividade econômica "industry, construction and services (except public administration, defense, compulsory social security)" (Disponível em http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lc_lci_lev&lang=en).

Segundo acesso realizado em 31 de julho de 2018, esse valor correspondeu, em 2017, a EUR 34,10/h.

Multiplicando-se o valor divulgado pela taxa de câmbio média de P5, respeitadas as condições estabelecidas pelo art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013 (1,124), alcançou-se valor médio de US$ 38,32/h.

Para o cálculo do consumo de mão de obra, ou seja, da quantidade de horas trabalhadas para a produção de uma tonelada do produto similar, a indústria doméstica valeu-se de seus dados de emprego e produção. A tabela a seguir demonstra esse cálculo.

Número de horas de trabalho disponíveis por semana (a)	44
Número médio de semanas por mês (b)	4,2
Número de meses no ano (c)	12
Número de horas de trabalho no ano por empregado (d) = (a) x (b) x (c)	2.217,6
Produção do produto similar doméstico da Aperam em P5 (t) (e)	[Confidencial]
Número de empregados na produção direta e indireta da Aperam (f)	[Confidencial]
Número de horas por empregado para a produção de 1 t (g) = (d) x (f) / (e)	[Confidencial]

Dessa forma, multiplicando-se o valor pago pela hora trabalhada (US$ 38,32/h) pelo número de horas necessárias para a produção de uma tonelada do produto similar ([Confidencial] h), alcançou-se custo com mão de obra de US$ [Confidencial]/t.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1.1.1.5. Dos outros materiais (fundentes)

Conforme explicado pela Aperam, os fundentes são substâncias adicionadas em diversos processos siderúrgicos com o propósito de reduzir a temperatura de fusão do minério, além de retirar as impurezas deste, formando uma escória mais fluida. No caso da Aperam, os principais fundentes utilizados são a cal e a cal dolomítica.

Para o cálculo do custo com fundentes, a peticionária utilizou os custos de produção em que incorreu em P5 para a fabricação do produto similar doméstico. O seu custo com fundentes foi dividido pelo referente às matérias-primas, alcançando-se o percentual de um em relação ao outro, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Rubrica	Aço do grau 304 (R$/t)	Aço do grau 430 (R$/t)
Ligas de Inox (a)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras ligas (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras matérias-primas (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Redutores (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Minérios (e)	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo total com matérias-primas da Aperam (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	[Confidencial]	[Confidencial]
Fundentes (g)	[Confidencial]	[Confidencial]
Percentual de representatividade (h) = (g) / (f) (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pelos custos com matérias-primas apresentados no item 5.1.1.1.1.8, resultando no custo com fundentes para a construção do valor normal, o qual equivaleu a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 304 e a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 430.

5.1.1.1.6. Dos outros custos variáveis

Os outros custos variáveis são compostos por insumos, refratários (isolantes térmicos ou químicos utilizados no revestimento de todos os vasos e fornos siderúrgicos) e serviços diretamente ligados à produção.

Esses valores foram calculados tomando-se por referencial os custos incorridos pela Aperam, em P5, com a produção do produto similar doméstico de cada grau do aço (304 e 430). Verificaram-se, portanto, como primeiro passo, os respectivos percentuais de representatividade desses outros custos variáveis (insumos, refratários e serviços) em relação à soma dos custos com matérias-primas, utilidades e outros materiais da indústria doméstica. A tabela a seguir demonstra o cálculo dos percentuais.

Rubrica	Valor - aço do grau 304 (R$/t)	Valor - aço do grau 430 (R$/t)
Ligas de Inox	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras Ligas	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras Materias primas	[Confidencial]	[Confidencial]
Minérios	[Confidencial]	[Confidencial]
Fundentes	[Confidencial]	[Confidencial]
Redutores	[Confidencial]	[Confidencial]
Energia Elétrica	[Confidencial]	[Confidencial]
Utilidades	[Confidencial]	[Confidencial]
Soma de matérias-primas, utilidades e outros materiais (a)	[Confidencial]	[Confidencial]
Refratários	[Confidencial]	[Confidencial]
Insumos	[Confidencial]	[Confidencial]
Serviços	[Confidencial]	[Confidencial]
Coma de outros custos variáveis (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Percentual de representatividade (c) = (b) / (a) (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Esses percentuais foram multiplicados pela soma dos custos relacionados a matérias-primas, utilidades (energia elétrica e outras) e outros materiais, apresentados, respectivamente, nos itens 5.1.1.1.1.8, 5.1.1.1.2, 5.1.1.1.3 e 5.1.1.1.5. A tabela a seguir apresenta os cálculos e valores encontrados.

Rubrica	Valor - aço do grau 304 (US$/t)	Valor - aço do grau 430 (US$/t)
Matérias-primas (a)	1.467,22	679,89
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.1.1.7. Dos outros custos fixos

Os outros custos fixos, segundo a Aperam, se referem gastos com manutenção e outros, como serviços de tecnologia da informação, engenharia etc. Em seu apêndice de custos, essa categoria é composta pelas seguintes rubricas: despesas indiretas de manutenção e despesas indiretas operacionais.

Tendo em vista que, nessa estrutura, essas rubricas contemplam custos com mão de obra indireta, que, nesta construção de valor normal, já estão incluídas no valor constante do item 5.1.1.1.4, foi necessário, expurgar os gastos com mão de obra indireta das mencionadas rubricas.

Para isso, dividiu-se a massa salarial referente à mão de obra indireta da empresa em P5, considerando os dois graus do aço (304 e 430), a qual equivaleu a R$ [Confidencial], pelos outros custos fixos para os mesmos produtos (R$ [Confidencial]). Concluiu-se, assim, que a mão de obra indireta representa [Confidencial]% dos outros custos fixos. Esse percentual foi, então, deduzido das duas rubricas mencionadas, para apuração dos outros custos fixos da empresa, excluída a mão de obra indireta. A tabela a seguir demonstra essa apuração.

Rubrica	Valor - aço do grau 304 (R$/t)	Valor - aço do grau 430 (R$/t)
Despesas Indiretas de Manutenção (a)	[Confidencial]	[Confidencial]
Despesas Indiretas Operacionais (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (c) = (a) + (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Mão de obra indireta (d) = (c) x [Confidencial]%	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos fixos, excluída a mão de obr a indireta (e) = (c) - (d)	[Confidencial]	[Confidencial]

Uma vez apurados os valores de outros custos fixos, excluída a mão de obra indireta, foi calculada sua representatividade em relação à totalidade das outras rubricas de custos da empresa, exceto a depreciação. A tabela abaixo demonstra o cálculo dessa representatividade.

Rubrica	Valor - aço do grau 304 (R$/t)	Valor - aço do grau 430 (R$/t)
Ligas de inox	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras ligas	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras matérias-primas	[Confidencial]	[Confidencial]
Fundentes	[Confidencial]	[Confidencial]
Redutores	[Confidencial]	[Confidencial]
Minérios	[Confidencial]	[Confidencial]
Refratários	[Confidencial]	[Confidencial]
Insumos	[Confidencial]	[Confidencial]
Energia elétrica	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades	[Confidencial]	[Confidencial]
Serviços	[Confidencial]	[Confidencial]
Mão de obra direta	[Confidencial]	[Confidencial]
Total demais rubricas de custo (a)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos fixos, excluída a mão de obra indireta (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Representatividade (c) = (b) / (a) (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pela soma de todas as rubricas componentes do custo de manufatura antes da depreciação/amortização para a construção do valor normal, apresentadas nos itens 5.1.1.1.1.8, 5.1.1.1.2, 5.1.1.1.3, 5.1.1.1.4, 5.1.1.1.5 e 5.1.1.1.6. A tabela a seguir apresenta esse cálculo, e o resultado alcançado para outros custos fixos e o valor total do custo de manufatura antes da inclusão da depreciação/amortização.

Rubrica	Valores - aço do grau 304 (US $/t)	Valores - aço do grau 430 (US $/t)
Matéria-prima (a)	1.467,22	679,89
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Mão de obra (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (e)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos fixos (h) = (g) x [Confidencial] % (grau 304) ou (g) x [Confidencial] % (grau 430)	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo de manufatura pré-depreciação /amortização (i) = (g) + (h)	2. 38 3 , 68	1. 804 , 79

5.1.1.1.8. Da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro

Para apuração da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro, utilizaram-se dados das demonstrações financeiras da empresa Thyssenkrupp Aktiengesellschaft (Disponível em https://www.thyssenkrupp.com/media/investoren/berichterstattung_publikationen/update_23_11_2017/en_10/neu2_gb_2016_2017_thyssenkrupp_gb_eng_web.pdf), sediada na Alemanha, que atua no setor de aço, dentre outros.

Os valores divulgados para a depreciação/amortização, as despesas operacionais e o lucro foram divididos pelo custo dos produtos vendidos da empresa, de modo a se alcançaram os respectivos percentuais de representatividade. A tabela a seguir apresenta o cálculo desses percentuais.

Rubrica	Classificação	Valor (1.000.000 EUR)	Representatividade em relação ao CPV (%)
Cost of sales	CPV	-34.487	100,0
Depreciation, amortization and impairment of non-current assets	Depreciação /amortização	-1.109	- 3,2
Research and development cost	Despesas gerais e administrativas	-383	-1,1
General and administrative expenses	Despesas gerais e administrativas	-2.602	-7,5
Total de despesas gerais de administrativas		-2.985	- 8,7
Selling expenses	Despesas de venda	-2.958	- 8,6
Finance income	Resultado financeiro	776	2,3
Finance expense	Resultado financeiro	-1.181	-3,4
Total do resultado financeiro		-405	- 1,2

Para o cálculo do lucro obtido, deduziu-se da receita líquida auferida (41.447 milhões de euros) o CPV, as despesas gerais e administrativas, as despesas de venda e o resultado financeiro. Com isso, o lucro calculado equivaleu a 612 milhões de euros, que representa 1,8% do CPV.

Considerou-se, para fins de início da revisão, que a depreciação/amortização divulgada nas demonstrações financeiras da empresa Thyssenkrupp se encontra incluída em seu CPV. Por essa razão e, ainda, considerando que a apuração da depreciação/amortização para a construção do valor normal partiu do custo de manufatura "pré-depreciação/amortização", seu cálculo se deu a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Depr./amort para construção do VN} = \frac{(\text{custo de manufatura pré - depr./amort.}) \times p\%}{(1 - p\%)}$$

Na fórmula anterior, "P" representa o percentual de participação da depreciação/amortização da empresa Thyssenkrupp em seu CPV (neste caso, correspondente a 3,2%).

Os demais percentuais encontrados foram multiplicados pelo custo de manufatura apresentado no item anterior somado à depreciação/amortização calculada, resultando nos valores utilizados na construção do valor normal.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de manufatura - pré-depreciação/amortização (a)	2.383,68	1.804,79
Depreciação/amortização (b)	79,20	59,96

Custo de manufatura - pós depreciação/amortização (c) = (a) + (b)	2.462,88	1.864,75
Despesas gerais e administrativas (d)	213,17	161,40
Despesas de venda (e)	211,24	159,94
Resultado financeiro (f)	28,92	21,90
Custo de total de produção (g) = (c) + (d) + (e) + (f)	2.916,22	2.208,00
Lucro (h)	43,71	33,09

5.1.1.1.9. Do valor normal construído

Somando o custo total de produção ao lucro, ambos apresentados no item anterior, obteve-se o valor normal construído para a Alemanha, o qual é apresentado na tabela a seguir.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de total de produção (a)	2.916,22	2.208,00
Lucro (b)	43,71	33,09
Valor normal construído (c) = (a) + (b)	2.95 9 , 9 3	2. 241 , 09

Considerou-se, para fins de início da revisão, que o valor normal construído se encontra na condição delivered, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado alemão.

5.1.1.1.10. Do valor normal internado

A partir do valor normal construído na condição delivered, apresentado no item anterior para cada grau do aço, apurou-se o valor normal internado no mercado brasileiro, por meio da adição das seguintes rubricas: frete internacional, seguro internacional, Imposto de Importação, Adicional ao Frete para Renovação da marinha Mercante (AFRMM) e despesas de internação.

Para o frete internacional, a Aperam havia sugerido, inicialmente, utilizar dados do World Freight Rates (http://worldfreightrates.com/en/freight). No entanto, em 6 de agosto de 2018, a peticionária retificou sua sugestão e solicitou que, em substituição, se empregassem dados de frete extraídos do Freightos (https://www.freightos.com/freight-resources/freight-rate-calculator-free-tool/). A alteração na metodologia justificar-se-ia pelo fato de que, segundo a Aperam, a primeira fonte de informações (World Freight Rates) não refletia adequadamente as despesas em questão. Isso porque haveria diferenças significativas entre os fretes dos países investigados sujeitos à medida para o Brasil, as quais não se justificariam, dada a semelhança nas distâncias existentes (especialmente no que tange aos países asiáticos). Ademais, em comparação com dados divulgados no Parecer DECOM nº 29, de 19 de setembro de 2013 (determinação final da investigação original), os fretes apurados naquela ocasião para os países asiáticos situar-se-iam em patamares mais próximos àqueles divulgados pelo Freightos.

Com vistas a averiguar qual das fontes refletia mais adequadamente os preços de mercado, foi efetuada comparação entre os fretes estimados pelo World Freight Rates e o Freightos (acesso realizado em 17 de agosto de 2018), de um lado, e aqueles calculados a partir dos dados de importação fornecidos pela RFB, de outro. A comparação levou em conta somente as importações de P5 do produto sujeito à medida originário da China, dado que esta foi a única origem à qual se aplica o direito antidumping que apresentou volumes de importação significativos no período.

Ambos os sítios eletrônicos apresentam valores de cotação mínimo e máximo por container. Utilizaram-se, como parâmetro, os preços cotados para transporte de contêineres de 20 pés (modelo majoritariamente utilizado pela indústria doméstica em suas exportações, segundo informado) do porto de Shangai para o Porto de Santos. Realizou-se média aritmética simples entre os preços mínimo e máximo divulgados e o resultado alcançado foi dividido por 25 (capacidade do container de 20 pés, em toneladas, segundo a Aperam). A tabela a seguir apresenta esses cálculos:

	World Freight Rates	Freightos
Valor mínimo (US$/container 20 pés) (a)	3.088,21	1.596,00
Valor máximo (US$/container 20 pés) (b)	3.413,29	2.126,00
Média (US$/container 20 pés) (c) = [(a) + (b)] / 2	3.250,75	1.861,00
Capacidade do container de 20 pés (t) (d)	25	25
Média (US$/t) (e) = (c) / (d)	130,03	74,44

De acordo com os dados fornecidos pela RFB, o frete médio praticado em P5 para o produto sujeito à medida originário da China correspondeu a US$ 102,21. A tabela a seguir apresenta a comparação entre este valor e aqueles apresentados na tabela anterior.

Fonte de informação	Valor do frete (US$/t)	Desvio em relação ao frete da RFB (%)
RFB	102,21	-
World Freight Rates	130,03	27,2
Freightos	74,44	-27,2

A comparação anterior indica que os preços do World Freight Rates e do Freightos encontram-se equidistantes, em termos percentuais, daquele calculado a partir dos dados da RFB. Com efeito, enquanto o frete do World Freight Rates revelou-se 27,2% acima do constante dos dados de importação da RFB, o do Freightos situou-se precisamente 27,2% abaixo. Assim, o cotejo realizado não foi conclusivo quanto à melhor fonte de informações.

Por esse motivo, apurou-se o valor do frete a partir de terceira fonte de informações, o OECD.Stat (https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=CIF_FOB_ITIC), ferramenta estatística da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Considerou-se apropriada a fonte em questão em virtude de se tratar de ferramenta oficial de organização internacional.

O OECD.Stat divulga o valor do frete e do seguro internacional (em conjunto) como uma proporção do valor CIF. No caso da Alemanha, esse percentual correspondeu a 4,9% para a posição 7219 do SH e a 5,7% para a posição 5220. Esses percentuais foram ponderados pelos valores CIF de importação do produto sujeito à medida originário da Alemanha observados em P5 da investigação original (US$ [Confidencial] para a posição 7219 e US$ [Confidencial] para a posição 7220). Assim, alcançou-se percentual médio de 5% do valor CIF importado para a Alemanha, a título de frete e seguro internacionais.

A fim de segregar o frete do seguro, apurou-se, a partir dos dados da RFB, considerando P1 a P5 desta revisão, o percentual que este representou do valor FOB da mercadoria. No caso da Alemanha, esse percentual correspondeu a 0,1%.

A partir dessas informações e do valor normal construído já apresentado, apuraram-se os valores de frete e seguro internacionais, assim como o valor normal na condição CIF. A tabela a seguir demonstra esses cálculos.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal construído (US$/t) (a)	2.959,93	2.241,09
Frete internacional (US$/t) (b) = (d) - (a) - (c)	152,11	115,17
Seguro internacional (US$/t) (c) = (a) x 0,1%	3,59	2,72
Valor normal CIF (US$/t) (d) = (a) / (1 - 5%)	3.115,63	2.358,98

Uma vez apurado o valor normal na condição CIF, calculou-se o imposto de importação incidente sobre as operações. A peticionária havia sugerido multiplicar o valor normal na condição CIF não só pela alíquota do imposto de importação (14%), mas, adicionalmente, por percentuais representativos da proporção de importações que se sujeitaram ao pagamento do tributo na investigação original.

No entanto, considerando que houve importações do produto sujeito à medida em quantidades representativas, em P5 desta revisão, originárias da China, entendeu-se ser mais apropriado utilizar esses dados como parâmetro para a apuração da alíquota efetiva do imposto de importação de todas as demais origens sujeitas ao direito antidumping. Assim, a partir dos dados de importação disponibilizados pela RFB, a alíquota efetiva foi calculada por meio da divisão do imposto de importação efetivamente recolhido nessas operações pelo respectivo valor CIF. O resultado alcançado correspondeu a 14%, o qual foi aplicado ao valor normal na condição CIF, para fins de sua internação.

O AFRMM foi calculado por meio da multiplicação da sua alíquota (25%) pelo valor do frete internacional, apurado conforme descrito anteriormente.

Já a título de despesas de internação, adotou-se o percentual apurado na investigação original, com base nas respostas ao questionário do importador recebidas à época, o qual correspondeu a 2,51%. Esse percentual foi aplicado ao valor normal na condição CIF.

Por fim, o valor CIF internado foi convertido de US$ para R$ por meio da taxa média de câmbio de P5, calculada a partir de dados divulgados pela BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do imposto de importação, do AFRMM, das despesas de internação, do valor normal CIF internado e de sua conversão de US$ para R$.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal CIF (US$/t) (a)	3.115,63	2.358,98
Imposto de importação (US$/t) (b) = (a) x 14%	436,19	330,26
AFRMM (US$/t) (c) = frete internacional x 25%	38,03	28,79
Despesas de internação (US$/t) (d) = (a) x 2,51%	78,20	59,21
Valor normal CIF internado (US$/t) (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	3.668,05	2.777,24
Paridade média (f)	3,203	3,203
Valor normal CIF internado (R$/t) (g) = (e) x (f)	11. 748,09	8. 894 , 98

Os valores anteriores, por grau do aço, foram ponderados de forma a se obter o valor normal médio internado no mercado brasileiro. A ponderação levou em consideração as quantidades importadas em P5 desta revisão do produto sujeito à medida/similar, de todas origens, já que essas representam a parcela da demanda brasileira atualmente suprida pelas importações. A partir dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, foi possível identificar o grau do aço em 98,7% do volume importado. Desse universo, constatou-se que [Confidencial] % correspondeu a produtos laminados do grau 304, enquanto [Confidencial] % equivaleram a produtos do grau 430.

Ponderando-se os valores da tabela anterior por esses percentuais, alcançou-se valor normal médio na condição CIF internado de R$ 10.252,54/t.

5.1.1.2. Do preço de venda do produto similar no mercado brasileiro

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido a partir dos dados de vendas reportados na petição, calculados por grau do aço (304 e 430). Para o seu cálculo, deduziram-se do faturamento bruto auferido as seguintes rubricas: abatimentos, frete interno, IPI, ICMS, PIS, COFINS e devoluções. O faturamento líquido assim obtido foi dividido pelo volume de vendas, resultando no preço líquido, o qual alcançou R$ [Confidencial] /t para o grau 304 e R$ [Confidencial] /t para o grau 430.

Esses preços foram ponderados pelos mesmos percentuais mencionados no item anterior ([Confidencial] % para o grau 304 e [Confidencial] % para o grau 430), resultando no preço médio de R$ [Confidencial] /t, na condição ex fabrica.

5.1.1.3. Da diferença entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico

Para fins de início da revisão, considerou-se que o preço da indústria doméstica, em base ex fabrica, seria comparável com o valor normal na condição CIF internado. Isso porque ambas as condições incluem as despesas necessárias à disponibilização da mercadoria em ponto do território brasileiro, para retirada pelo cliente, sem se contabilizar o frete interno no Brasil.

Apresenta-se, a seguir, o valor normal na condição CIF internado, o preço da indústria doméstica na condição ex fabrica, e a diferença entre ambos (em termos absolutos e relativos).

Valor Normal CIF Internado (R $/t) (a)	Preço da Indústria Doméstica (R $/t) (b)	Diferença Absoluta (R $/t) (c) = (a) - (b)	Diferença Relativa (%) (d) = (c) / (b)
10.252,54	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

Uma vez que o valor normal na condição CIF internado do produto originário da Alemanha superou o preço de venda da indústria doméstica, conclui-se que os produtores/exportadores alemães necessitariam, a fim de conseguir competir no mercado brasileiro, praticar preço de exportação inferior ao seu valor normal e, por conseguinte, retomar a prática de dumping.

5.1.2. Da Coreia do Sul

5.1.2.1. Do valor normal

Para fins de início da revisão, apurou-se o valor normal construído para a Coreia do Sul, já que não se dispõe, até o momento, de informação mais precisa acerca dos preços praticados naquele país. O valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, a mais das vezes, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar.

O valor normal atribuído à Coreia do Sul, para fins de início da revisão, foi construído a partir da mesma metodologia adotada para a Alemanha, sendo composto pelas mesmas rubricas.

A seguir, passa-se a apresentar os cálculos efetuados e os valores encontrados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1.2.1.1. Das matérias-primas

5.1.2.1.1.1. Do ferro originário de pelotas, sínter e minério de ferro

Os preços da pelota de ferro, do sinter feed e do minério de ferro granulado corresponderam aos mesmos apresentados no item 5.1.1.1.1.1, já que se adotaram os valores de importação dessas fontes na China para todas as origens.

	Pelota 65% US$/t CFR Qingdao (A)	Sinter Feed 62% US$/t CFR Qingdao (B)	Minério granulado US$/t CFR Qingdao (E) = (B) + (D)
Média de P5	107,65	71,39	81,16

Para o consumo dessas três fontes de ferro, também foram utilizados os índices praticados na Usina de Tubarão, do grupo ArcelorMittal, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.

	Consumo de minério granulado (kg/t de aço)	Consumo de sínter (kg/t de aço)	Consumo de pelota (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços das três fontes de ferro pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), alcançaram-se os seguintes custos com essas matérias-primas:

	Custo de minério granulado (US$/t de aço) (a)	Custo de sínter (US$/t de aço) (b)	Custo de pelota (US$/t de aço) (c)	Custo total de ferro via minério granulado, sínter e pelota (US$/t de aço) (d) = (a) + (b) + (c)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	18,26
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	82,37

5.1.2.1.1.2. Do carvão mineral

Os preços referentes ao carvão mineral (coqueificável e PCI) corresponderam àqueles apresentados no item 5.1.1.1.1.2, já que se adotaram os valores de importação dessa matéria-prima na china para todas as origens.

	Hard Coking Coal (US$/t) CFR Jingtang	Carvão Mineral PCI (US$/t) - líquido de VAT (17%)
Média de P5	168,27	129,19

Para os índices de consumo dos dois tipos de carvão, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.2.

	Consumo de carvão mineral coqueificável (kg/t de aço)	Consumo de carvão mineral PCI (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços dos dois tipos de carvão pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), alcançaram-se os seguintes custos com carvão mineral:

	Custo com carvão mineral coqueificável (US$/t de aço) (a)	Custo com carvão mineral PCI (US$/t de aço) (b)	Custo total de com carvão (US$/t de aço) (c) = (a) + (b)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	15,09
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	68,10

5.1.2.1.1.3. Do níquel

O preço do níquel correspondeu àquele apresentado no item 5.1.1.1.1.3, já que se adotou como preço base para todas as origens aquele divulgado pela LME.

	Nickel 3 Months LME Daily Official $ per tonne Monthly Average	Preço final praticado ([Confidencial] % da cotação da LME) (US$/t)
Média	10.453,36	[Confidencial]

Para os índices de consumo das fontes de níquel, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.3.

Fonte de níquel	Consumo de níquel (kg/t de aço)
Níquel eletrolítico (a)	[Confidencial]
Ferro níquel (b)	[Confidencial]
Níquel de sucata 304 (c)	[Confidencial]
Consumo total de níquel (d) = (a) + (b) + (c)	[Confidencial]

A partir da multiplicação do preço do níquel pelo respectivo índice (este último, dividido por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançou-se custo de US$ [Confidencial]/t com essa matéria-prima.

5.1.2.1.1.4. Do cromo

O preço do cromo é calculado, para os países asiáticos (no caso, China, Coreia do Sul, Taipé Chinês e Vietnã), a partir de publicação do CRU International, referente à rubrica China Ferrochrome: CC 49 - 70% Domestic. Esse preço base seria multiplicado por um percentual, de modo a refletir os valores efetivamente praticados no mercado. Com base em seus dados de aquisição em 2017, a Aperam informou que o percentual médio apurado correspondeu a [Confidencial]%.

A tabela a seguir apresenta os preços da publicação mencionada assim como os cálculos procedidos e os resultados alcançados para o preço do cromo.

Trimestre de P5	China Ferrochrome: CC 49 - 70% Domestic (US-Dc/lb) (a)	China Ferrochrome: CC 49 - 70% Domestic (US$/t) (b) = (a) x 2.204,62/100	Preço Final - Cromo - China (US$/t) (c) = (b) x [Confidencial] %
1	129,12	2.846,61	[Confidencial]
2	104,18	2.296,77	[Confidencial]
3	105,24	2.320,14	[Confidencial]
4	104,62	2.306,44	[Confidencial]
Média de P5	110,79	2.442,49	[Confidencial]

Os preços divulgados pelo CRU International, assim como o percentual histórico de mercado foram devidamente verificados in loco na Aperam.

Para o consumo de cromo, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.4.

Conforme apresentado no item 5.1.1.1.1.4, esse índice de consumo correspondeu a [Confidencial] kg/t de aço para aços do grau 304 e a [Confidencial] kg/t de aço para aços do grau 430.

A partir da multiplicação do preço do cromo pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo total com cromo (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.2.1.1.5. Do ferro de outras fontes

O custeio do ferro oriundo das outras fontes se baseou, no caso dos países asiáticos (China, Coreia do Sul, Taipé Chinês e Vietnã), no preço divulgado pelo Asian Metal para a rubrica Steel Scrap HMS 8 mm min EXW Wuxi RMB/mt. Os preços divulgados, segundo o Asian Metal estão apresentados na condição "Ex-works Wuki".

Os preços em renminbi foram convertidos para dólares estadunidenses de acordo com a taxa de câmbio diária divulgada pelo Banco Central do Brasil, respeitando-se as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013. Tendo em vista que a peticionária não havia realizados os testes de flutuabilidade do câmbio para a conversão dos valores, os números apresentados na tabela a seguir divergem daqueles constantes da memória de cálculo proposta.

Mencione-se que de acordo com informações divulgadas pelo Asian Metal, os preços da sucata de aço na China incluem o VAT (value added tax). A Aperam, em sua resposta ao pedido de informações complementares, solicitou que esse imposto, cuja alíquota seria de 17%, fosse deduzido da sucata quando da construção do valor normal para todas as demais origens asiáticas, com exceção da China. Isso porque a peticionária somente teria conhecimento da referida alíquota para a própria China. Considerou-se que tal solução poderia resultar em tratamento discriminatório aos produtores/exportadores chineses. Por conseguinte, optou-se por deduzir a alíquota de 17% na apuração do preço da sucata de aço para todas as origens asiáticas.

Mês	Steel Scrap HMS 8 mm min EXW Wuxi RMB/t (a)	Steel Scrap HMS 8 mm min EXW Wuxi US$/t (b)	Steel Scrap HMS 8 mm min EXW Wuxi US$/t - líquido de VAT (c) = (a) x 0,83
1	1.791,67	259,75	215,59
2	1.770,00	257,49	213,72
3	1.721,30	249,49	207,08
4	1.675,79	243,11	201,78
5	1.624,29	235,81	195,72
6	1.610,45	236,49	196,29
7	1.781,43	262,99	218,28
8	1.810,00	271,35	225,22
9	1.810,00	272,69	226,33
10	1.814,71	274,08	227,49
11	1.996,82	301,44	250,20
12	2.267,14	343,82	285,37
Média	1.807,14	267,09	221,69

Para o consumo de ferro oriundo das outras fontes, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.5.

	Consumo de ferro (kg/t de aço)
Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304	[Confidencial]
Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços da sucata pelos índices de consumo de ferro oriundo de outras fontes (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro obtido de outras fontes (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.2.1.1.6. Do ferro silício

Conforme já mencionado, o ferro silício é introduzido no processo produtivo unicamente a partir do ferro silício standard 75%.

O preço dessa matéria-prima, apresentado na tabela a seguir, foi obtido a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "China CRU Spot - Export USD/t". Ao ser questionada, a Aperam justificou a atribuição desse preço à Coreia do Sul (e a Taipé Chinês), em sua resposta ao pedido de informações complementares, em virtude de a China ser um país formador de preços no setor siderúrgico, dado seu elevado consumo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Trimestre de P5	China CRU Spot Export (USD/t)
1	1.116,00
2	1.125,00
3	1.334,00
4	1.563,00
Média	1.284,50

Para o consumo de ferro silício, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.6.

Grau do aço	Consumo Puro (kg/t de aço)
304	[Confidencial]
430	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços do ferro silício pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro silício (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.2.1.1.7. Do ferro manganês

De forma semelhante ao que foi realizado para o ferro silício, os preços do ferro manganês, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "China CRU - Spot Export USD/t". A justificativa da atribuição dos preços dessa rubrica à Coreia do Sul (e a Taipé Chinês) foi a mesma para o ferro silício, ou seja, o fato de ser a China um país formador de preços, dado seu elevado consumo.

Trimestre de P5	China CRU - Spot Export (USD/t)
1	1.466,00
2	1.358,00
3	1.429,00
4	1.437,00
Média	1.422,50

Para o consumo de ferro manganês, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.7.

	Consumo Puro (kg/t de aço)
Consumo total de ferro manganês - grau 304	[Confidencial]
Consumo total de ferro manganês - grau 430	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços do ferro manganês pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro manganês (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.2.1.1.8. Do resumo dos custos com matérias-primas

A tabela a seguir resume os custos com matérias-primas para a construção do valor normal para a Coreia do Sul.

Matéria-prima	Aço do grau 304 (US$/t)	Aço do grau 430 (US$/t)
Ferro via pelota + sinter + minério	18,26	82,37
Carvão	15,09	68,10
Níquel	[Confidencial]	[Confidencial]
Cromo	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro via sucata	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Silício	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Manganês	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo total com matérias-primas	1.393,75	631,90

5.1.2.1.2. Da energia elétrica

Para a construção do valor normal para a Coreia do Sul, foi utilizado o custo do kWh divulgado pela Korea Energy Statistical Information System (KESIS), referente ao ano de 2016 (ano mais recente disponível), disponível em http://www.kesis.net/sub/subChartEng.jsp?report_id=34110&reportType=0. O valor em questão correspondeu a KRW 107,11 para o setor industrial. Este, convertido para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio média de P5, obtida a partir de dados divulgados pelo BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013, equivaleu a US$ 0,09/kWh.

Considerando que a peticionária não havia realizado os testes de flutuação do câmbio previstos no mencionado dispositivo, houve divergência entre o dado mencionado e a memória de cálculo apresentada pela Aperam.

Para o consumo de energia elétrica, adotaram-se os índices observados em cada etapa do processo produtivo da peticionária, já apresentados no item 5.1.1.1.2.

	Aço do grau 304 (kWh/t de aço)	Aço do grau 430 (kWh/t de aço)
Consumo	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação do preço pelos índices de consumo, apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com energia elétrica:

	Custo com energia elétrica (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.2.1.3. Das outras utilidades

Assim como explicado no item 5.1.1.1.3, para calcular o custo com outras utilidades (excluída a energia elétrica), utilizou-se a representatividade dessas outras utilidades em relação à energia elétrica, a partir das informações de custo de produção reportadas.

Rubrica	Percentuais (%)
Representatividade outras utilidades - grau 304	[Confidencial]
Representatividade outras utilidades - grau 430	[Confidencial]

Os percentuais obtidos ([Confidencial]% e [Confidencial]%) foram aplicados ao custo com energia elétrica apurado no item anterior, para a construção do valor normal.

A tabela a seguir demonstra os cálculos realizados.

Grau do aço	Custo com energia elétrica (US$/t) (a)	Percentual aplicado (%) (b)	Custo com outras utilidades (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.2.1.4. Da mão de obra

O valor pago pela mão de obra na Coreia do Sul foi extraído do sítio eletrônico do Trading Economics (Disponível em https://tradingeconomics.com/south-korea/wages-in-manufacturing). A tabela a seguir apresenta os valores extraídos e sua conversão para dólares estadunidenses. Destaque-se que as paridades utilizadas respeitaram os testes estabelecidos no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Mês de P5	Valor (KRW/mês)	Paridade média do mês	Valor (US$/mês)
3	4.051.306,00	1.147,219	3.531,41
6	3.589.196,00	1.131,369	3.172,44
9	3.874.983,00	1.133,197	3.419,52
12	3.877.934,00	1.094,816	3.542,09
Média de P5			3.416,36

Considerando que são trabalhadas 184,8 horas no mês (44 x 4,2 = 184,8), o preço da mão de obra na Coreia do Sul equivaleu a US$ 18,49/h (3.416,36 / 184,8 = 18,49).

Para o cálculo do consumo de mão de obra, ou seja, da quantidade de horas trabalhadas para a produção de uma tonelada do produto similar, a indústria doméstica valeu-se de seus dados de emprego e produção, já apresentados no item 5.1.1.1.4.

Número de horas por empregado para a produção de 1 t	[Confidencial]

Dessa forma, multiplicando-se o valor pago pela hora trabalhada (US$ 18,49/h) pelo número de horas necessárias para a produção de uma tonelada do produto similar ([Confidencial] h), alcançou-se custo com mão de obra de US$ [Confidencial]/t.

5.1.2.1.5. Dos outros materiais (fundentes)

Para o cálculo do custo com fundentes, a peticionária utilizou os custos de produção em que incorreu em P5 para a fabricação do produto similar doméstico. O seu custo com fundentes foi dividido pelo referente às matérias-primas, alcançando-se o percentual de um em relação ao outro, conforme já demonstrado no item 5.1.1.1.5.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Percentual de representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pelos custos com matérias-primas apresentados no item 5.1.2.1.1.8, resultando no custo com fundentes para a construção do valor normal, o qual equivaleu a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 304 e a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 430.

5.1.2.1.6. Dos outros custos variáveis

Conforme relatado no item 5.1.1.1.6, foram verificados, para o cálculo dos outros custos variáveis, os percentuais de representatividade destes em relação à soma dos custos com matérias-primas, utilidades e outros materiais da indústria doméstica. A tabela a seguir apresenta os percentuais encontrados.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Percentual de representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Esses percentuais foram multiplicados pela soma com os custos relacionados a matérias-primas, utilidades (energia elétrica e outras) e outros materiais, apresentados, respectivamente, nos itens 5.1.2.1.1.8, 5.1.2.1.2, 5.1.2.1.3 e 5.1.2.1.5. A tabela a seguir apresenta os cálculos e valores encontrados.

Rubrica	Valor - aço do grau 304 (US$/t)	Valor - aço do grau 430 (US$/t)
Matérias-primas (a)	1.393,75	631,90
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.2.1.7. Dos outros custos fixos

Conforme explicado no item 5.1.1.1.7, uma vez apurados os valores de outros custos fixos da indústria doméstica, excluída a mão de obra indireta, foi calculada sua representatividade em relação à totalidade das outras rubricas de custos da empresa, exceto a depreciação. A tabela abaixo apresenta essa representatividade.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pela soma de todas as rubricas componentes do custo de manufatura para a construção do valor normal, apresentadas nos itens 5.1.2.1.1.8, 5.1.2.1.2, 5.1.2.1.3, 5.1.2.1.4, 5.1.2.1.5 e 5.1.2.1.6. A tabela a seguir apresenta esse cálculo, e o resultado alcançado para outros custos fixos e o valor total do custo de manufatura antes da inclusão da depreciação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rubrica	Valores - aço do grau 304 (US$/t)	Valores - aço do grau 430 (US$/t)
Matéria-prima (a)	1.393,75	631,90
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Mão de obra (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (e)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos fixos (h) = (g) x [Confidencial] % (grau 304) ou (g) x [Confidencial] % (grau 430)	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo de manufatura pré-depreciação (i) = (g) + (h)	2.024,99	1.405,32

5.1.2.1.8. Da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro

Para apuração da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro, utilizaram-se dados das demonstrações financeiras da empresa siderúrgica Posco, sediada na Coreia do Sul, referentes ao período de janeiro a setembro de 2017 (Disponível em http://www.posco.com/homepage/servlet/FileDownLoad?fileCategory=en/irReport01&fileNum=797).

Os valores divulgados para a depreciação, as despesas operacionais e o lucro foram divididos pelo custo dos produtos vendidos da empresa, de modo a se alcançaram os respectivos percentuais de representatividades. A tabela a seguir apresenta o cálculo desses percentuais.

Rubrica	Classificação	Valor (1.000.000 KRW)	Representatividade em relação ao CPV (%)
Cost of sales	CPV	-23.832.804,00	-100,0
Depreciation	Depreciação/amortização	-2.075.803,00	-8,7
Amortization	Depreciação/amortização	-32.725,00	-0,1
Total de depreciação/amortização		-2.108.528,00	-8,8
Administrative expenses	Despesas gerais e administrativas	-896.061,00	-3,8
Selling expenses	Despesas de venda	-922.497,00	-3,9
Finance income	Resultado financeiro	1.143.692,00	4,8
Finance costs	Resultado financeiro	-667.207,00	-2,8
Total do resultado financeiro		476.485,00	2,0

Mencione-se que, do valor total de depreciação incorrido pela empresa, constante do item 33 do relatório de auditoria (KRW 2.092.603), KRW 16.800 foram computados a títulos de despesas gerais e administrativas, conforme detalhamento divulgado no item 29 do mesmo relatório. Assim, este último valor (KRW 16.800) foi deduzido do total de depreciação incorrido, para o cálculo do percentual respectivo, a fim de se evitarem cômputos em duplicidade.

Para o cálculo do lucro obtido, deduziu-se da receita líquida auferida (28.553.815,00 milhões de wons sul-coreano) o CPV, as despesas gerais e administrativas, as despesas de venda e o resultado financeiro. Com isso, o lucro calculado equivaleu a 3.378.938 milhões de wons sul-coreanos, que representa 14,2% do CPV.

Considerou-se, para fins de início da revisão, que a depreciação/amortização divulgada nas demonstrações financeiras da empresa Posco se encontra incluída em seu CPV. Por essa razão e, ainda, considerando que a apuração da depreciação para a construção do valor normal partiu do custo de manufatura "pré-depreciação/amortização", seu cálculo se deu a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Depr./amort.p/ constr. do VN} = \text{(custo de manufatura pré - depr./amort.)} \times \frac{p\%}{(1 - p\%)}$$

Na fórmula anterior, "P" representa o percentual de participação da depreciação/amortização da empresa Posco em seu CPV (neste caso, correspondente a 8,8%).

Os demais percentuais encontrados foram multiplicados pelo custo de manufatura apresentado no item anterior somado à depreciação calculada, resultando nos valores utilizados na construção do valor normal.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de manufatura - pré-depreciação/amortização (a)	2.024,99	1.405,32
Depreciação/amortização (b)	196,54	136,40
Custo de manufatura - pós depreciação (c) = (a) + (b)	2.221,54	1.541,72
Despesas gerais e administrativas (d)	83,52	57,97
Despesas de venda (e)	85,99	59,68
Resultado financeiro (positivo) (f)	44,41	30,82
Custo de total de produção (g) = (c) + (d) + (e) - (f)	2.346,64	1.628,54
Lucro (h)	314,96	218,58

5.1.2.1.9. Do valor normal construído

Somando o custo total de produção ao lucro, ambos apresentados no item anterior, obteve-se o valor normal construído para a Coreia do Sul, o qual é apresentado na tabela a seguir.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de total de produção (a)	2.346,64	1.628,54
Lucro (b)	314,96	218,58
Valor normal construído (c) = (a) + (b)	2.661,60	1.847,12

Considerou-se, para fins de início da revisão, que o valor normal construído se encontra na condição delivered, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado sul-coreano.

5.1.2.1.10. Do valor normal internado

A partir do valor normal construído na condição delivered, apresentado no item anterior para cada grau do aço, apurou-se o valor normal internado no mercado brasileiro, por meio da adição das seguintes rubricas: frete internacional, seguro internacional, Imposto de Importação, AFRMM e despesas de internação.

Conforme motivos expostos no item 5.1.1.1.10, apurou-se o valor do frete a partir de informações do OECD.Stat.

No caso da Coreia do Sul, o frete correspondeu a 6% para a posição 7219 do SH e a 6,8% para a posição 7220. Esses percentuais foram ponderados pelos valores CIF de importação do produto sujeito à medida originário da Coreia do Sul observados em P5 da investigação original (US$ [Confidencial] para a posição 7219 e US$ [Confidencial] para a posição 7220). Assim, alcançou-se percentual médio de 6% do valor CIF importado para a Coreia do Sul, a título de frete e seguro internacionais.

A fim de segregar o frete do seguro, apurou-se, a partir dos dados da RFB, considerando P1 a P5 desta revisão, o percentual que este representou do valor FOB da mercadoria. No caso da Coreia do Sul, esse percentual correspondeu a 0,1%.

A partir dessas informações e do valor normal construído já apresentado, apuraram-se os valores de frete e seguro internacionais, assim como o valor normal na condição CIF. A tabela a seguir demonstra esses cálculos.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal construído (US$/t) (a)	2.661,60	1.847,12
Frete internacional (US$/t) (b) = (d) - (a) - (c)	169,28	117,48
Seguro internacional (US$/t) (c) = (a) x 0,1%	1,94	1,35
Valor normal CIF (US$/t) (d) = (a) / (1 - 6%)	2.832,82	1.965,95

Uma vez apurado o valor normal na condição CIF, calculou-se o imposto de importação incidente sobre as operações. Conforme explicado no item 5.1.1.1.10, aplicou-se a alíquota efetiva observada nas importações do produto sujeito à medida originárias da China, em P5 desta revisão, para todas as origens. Essa alíquota alcançou 14%.

O AFRMM foi calculado por meio da multiplicação da sua alíquota (25%) pelo valor do frete internacional, apurado conforme descrito anteriormente.

Já a título de despesas de internação, adotou-se o percentual apurado na investigação original, com base nas respostas ao questionário do importador recebidas à época, o qual correspondeu a 2,51%. Esse percentual foi aplicado ao valor normal na condição CIF.

Por fim, o valor CIF internado foi convertido de US$ para R$ por meio da taxa média de câmbio de P5, calculada a partir de dados divulgados pela BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do imposto de importação, do AFRMM, das despesas de internação, do valor normal CIF internado e de sua conversão de US$ para R$.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal CIF (US$/t) (a)	2.832,82	1.965,95
Imposto de importação (US$/t) (b) = (a) x 14%	396,59	275,23
AFRMM (US$/t) (c) = frete internacional x 25%	42,32	29,37
Despesas de internação (US$/t) (d) = (a) x 2,51%	71,10	49,35
Valor normal CIF internado (US$/t) (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	3.342,84	2.319,89
Paridade média (f)	3,203	3,203
Valor normal CIF internado (R$/t) (g) = (e) x (f)	10.706,49	7.430,19

Os valores anteriores, por grau do aço, foram ponderados de forma a se obter o valor normal médio internado no mercado brasileiro. A ponderação levou em consideração as quantidades importadas em P5 desta revisão do produto sujeito à medida/similar, de todas origens, já que essas representam a parcela da demanda brasileira atualmente suprida pelas importações. A partir dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, foi possível identificar o grau do aço em 98,7% do volume importado. Desse universo, constatou-se que [Confidencial]% correspondeu a produtos laminados do grau 304, enquanto [Confidencial]% equivaleram a produtos do grau 430.

Ponderando-se os valores da tabela anterior por esses percentuais, alcançou-se valor normal médio na condição CIF internado de R$ 8.989,12/t.

5.1.2.2. Do preço de venda do produto similar no mercado brasileiro

Conforme apresentado no item 5.1.1.2, o preço médio de venda do produto similar doméstico em P5 desta revisão correspondeu a R$ [Confidencial]/t, na condição ex fabrica.

5.1.2.3. Da diferença entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico

Para fins de início da revisão, considerou-se que o preço da indústria doméstica, em base ex fabrica, seria comparável com o valor normal na condição CIF internado. Isso porque ambas as condições incluem as despesas necessárias à disponibilização da mercadoria em ponto do território brasileiro, para retirada pelo cliente, sem se contabilizar o frete interno no Brasil.

Apresenta-se, a seguir, o valor normal na condição CIF internado, o preço da indústria doméstica na condição ex fabrica, e a diferença entre ambos (em termos absolutos e relativos).

Valor Normal CIF Internado (R$/t) (a)	Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (b)	Diferença Absoluta (R$/t) (c) = (a) - (b)	Diferença Relativa (%) (d) = (c) / (b)
8.989,12	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

Uma vez que o valor normal na condição CIF internado do produto originário da Coreia do Sul superou o preço de venda da indústria doméstica, conclui-se que os produtores/exportadores sul-coreanos necessitariam, a fim de conseguir competir no mercado brasileiro, praticar preço de exportação inferior ao seu valor normal e, por conseguinte, retomar a prática de dumping.

5.1.3. Da Finlândia

5.1.3.1. Do valor normal

Para fins de início da revisão, apurou-se o valor normal construído para a Finlândia, já que não se dispõe, até o momento, de informação mais precisa acerca dos preços praticados naquele país. O valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, a mais das vezes, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar.

O valor normal atribuído à Finlândia, para fins de início da revisão, foi construído a partir da mesma metodologia adotada para a Alemanha, sendo composto pelas mesmas rubricas.

A seguir, passa-se a apresentar os cálculos efetuados e os valores encontrados.

5.1.3.1.1. Das matérias-primas

5.1.3.1.1.1. Do ferro originário de pelotas, sínter e minério de ferro

Os preços da pelota de ferro, do sinter feed e do minério de ferro granulado corresponderam aos mesmos apresentados no item 5.1.1.1.1.1, já que se adotaram os valores de importação dessas fontes na China para todas as origens.

	Pelota 65% US$/t CFR Qingdao	Sinter Feed 62% US$/t CFR Qingdao	Minério granulado US$/t CFR Qingdao
Média de P5	107,65	71,39	81,16

Para o consumo dessas três fontes de ferro, também foram utilizados os índices praticados na Usina de Tubarão, do grupo ArcelorMittal, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.

	Consumo de minério granulado (kg/t de aço)	Consumo de sínter (kg/t de aço)	Consumo de pelota (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços das três fontes de ferro pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), alcançaram-se os seguintes custos com essas matérias-primas:

	Custo de minério granulado (US$/t de aço) (a)	Custo de sínter (US$/t de aço) (b)	Custo de pelota (US$/t de aço) (c)	Custo total de ferro via minério granulado, sínter e pelota (US$/t de aço) (d) = (a) + (b) + (c)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	18,26
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	82,37

5.1.3.1.1.2. Do carvão mineral

Os preços referentes ao carvão mineral (coqueificável e PCI) corresponderam àqueles apresentados no item 5.1.1.1.1.2, já que se adotaram os valores de importação dessa matéria-prima na china para todas as origens.

	Hard Coking Coal (US$/t) CFR Jingtang	Carvão Mineral PCI (US$/t) - líquido de VAT (17%)
Média de P5	168,27	129,19

Para os índices de consumo dos dois tipos de carvão, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.2.

	Consumo de carvão mineral coqueificável (kg/t de aço)	Consumo de carvão mineral PCI (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços dos dois tipos de carvão pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), alcançaram-se os seguintes custos com carvão mineral:

	Custo com carvão mineral coqueificável (US$/t de aço) (a)	Custo com carvão mineral PCI (US$/t de aço) (b)	Custo total de com carvão (US$/t de aço) (c) = (a) + (b)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	15,09
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	68,10

5.1.3.1.1.3. Do níquel

O preço do níquel correspondeu àquele apresentado no item 5.1.1.1.1.3, já que se adotou como preço base para todas as origens aquele divulgado pela LME.

	Nickel 3 Months LME Daily Official $ per tonne Monthly Average	Preço final praticado ([Confidencial] % da cotação da LME) (US$/t)
Média	10.453,36	[Confidencial]

Para os índices de consumo das fontes de níquel, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.3.

Fonte de níquel	Consumo de níquel (kg/t de aço)
Níquel eletrolítico (a)	[Confidencial]
Ferro níquel (b)	[Confidencial]
Níquel de sucata 304 (c)	[Confidencial]
Consumo total de níquel (d) = (a) + (b) + (c)	[Confidencial]

A partir da multiplicação do preço do níquel pelo respectivo índice (este último, dividido por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançou-se custo de US$ [Confidencial]/t com essa matéria-prima.

5.1.3.1.1.4. Do cromo

O preço do cromo é calculado, para os países europeus (no caso, Alemanha e Finlândia), a partir de publicação do CRU International, referente à rubrica Europe Ferrochrome: CC 47 - 55% Delivered. Esse preço base seria multiplicado por um percentual, de modo a refletir os valores efetivamente praticados no mercado. Com base em seus dados de aquisição em 2017, a Aperam informou que o percentual médio apurado correspondeu a [Confidencial]%.

Conforme já apresentado no item 5.1.1.1.1.4, o preço final do cromo para os países europeus correspondeu a US$ [Confidencial]/t.

Para o consumo de cromo, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.4.

Esse índice de consumo correspondeu a [Confidencial] kg/t de aço para aços do grau 304 e a [Confidencial] kg/t de aço para aços do grau 430.

A partir da multiplicação do preço do cromo pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo total com cromo (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.3.1.1.5. Do ferro de outras fontes

O custeio do ferro oriundo das outras fontes se baseou, no caso dos países europeus (Alemanha e Finlândia), no preço divulgado pelo Metal Bulletin para a rubrica: Germany domestic grade E8 (thin new production steel scrap) € per tonne del mil.

Conforme apresentado no item 5.1.1.1.1.5, o valor em questão correspondeu, em média, em 2017, a US$ 290,90/t.

Para o consumo de ferro oriundo das outras fontes, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.5.

	Consumo de ferro (kg/t de aço)
Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304	[Confidencial]
Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços da sucata pelos índices de consumo de ferro oriundo de outras fontes (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro obtido de outras fontes (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.3.1.1.6. Do ferro silício

Conforme já mencionado, o ferro silício é introduzido no processo produtivo unicamente a partir do ferro silício standard 75%.

O preço dessa matéria-prima foi obtido, no caso dos países europeus (Alemanha e Finlândia) a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "EU CRU Contract EUR/t". Conforme apresentado no item 5.1.1.1.1.6, em 2017, o valor médio dessa rubrica correspondeu a US$ 1.417,64/t.

Para o consumo de ferro silício, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.6.

Grau do aço	Consumo Puro (kg/t de aço)
304	[Confidencial]
430	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços do ferro silício pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro silício (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.3.1.1.7. Do ferro manganês

De forma semelhante ao que foi realizado para o ferro silício, os preços do ferro manganês foram obtidos a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "High-carbon ferromanganese WE CRU Contract EUR/t". Conforme demonstrado no item 5.1.1.1.1.7, em 2017, preço médio dessa matéria-prima correspondeu a US$ 1.390,76/t.

Para o consumo de ferro manganês, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.7.

	Consumo Puro (kg/t de aço)
Consumo total de ferro manganês - grau 304	[Confidencial]
Consumo total de ferro manganês - grau 430	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços do ferro manganês pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro manganês (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.3.1.1.8. Do resumo dos custos com matérias-primas

A tabela a seguir resume os custos com matérias-primas para a construção do valor normal para a Finlândia.

Matéria-prima	Aço do grau 304 (US$/t)	Aço do grau 430 (US$/t)
Ferro via pelota + sinter + minério	18,26	82,37
Carvão	15,09	68,10
Níquel	[Confidencial]	[Confidencial]
Cromo	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro via sucata	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Silício	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Manganês	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo total com matérias-primas	1.467,22	679,89

5.1.3.1.2. Da energia elétrica

Para a construção do valor normal para a Finlândia, foi utilizado o custo do kWh divulgado pela Statistics Finland, referente ao ano de 2017 (Disponível em http://pxnet2.stat.fi/PXWeb/pxweb/en/StatFin/StatFin__ene__ehi/statfin_ehi_pxt_004_en.px/?rxid=16702dc6-1919-4aed-9440-eaeb99f64028). A tabela a seguir apresenta os valores obtidos e sua conversão para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio média de cada mês, obtida a partir de dados divulgados pelo BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Mês de P5	Valor (EUR ct/kWh)	Paridade Média	Valor (US$/kWh)
1	6,65	1,062	0,07
2	6,75	1,064	0,07
3	6,45	1,069	0,07
4	6,46	1,071	0,07
5	6,26	1,085	0,07
6	6,20	1,110	0,07
7	6,61	1,135	0,07
8	6,88	1,159	0,08
9	6,92	1,189	0,08
10	6,80	1,178	0,08
11	6,67	1,174	0,08
12	6,53	1,184	0,08
Média de P5			0,07

Considerando que a peticionária não havia realizado os testes de flutuação do câmbio previstos no mencionado dispositivo, houve divergência entre o dado mencionado e a memória de cálculo apresentada pela Aperam.

Ao ser questionada sobre a razão da escolha da faixa de consumo "T10 (Enterprise and corporate clients, 70 000 - 150000 MWh/a)" para a extração do preço da energia elétrica na Finlândia, a Aperam justificou que "as produtoras de aço são grandes consumidores de energia, dessa maneira, escolhemos o maior nível de consumo. Além disso, o consumo da APERAM varia de [Confidencial]".

Para o consumo de energia elétrica, adotaram-se os índices observados em cada etapa do processo produtivo da peticionária, já apresentados no item 5.1.1.1.2.

	Aço do grau 304 (kWh/t de aço)	Aço do grau 430 (kWh/t de aço)
Consumo	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação do preço pelos índices de consumo, apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com energia elétrica:

	Custo com energia elétrica (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.3.1.3. Das outras utilidades

Assim como explicado no item 5.1.1.1.3, para calcular o custo com outras utilidades (excluída a energia elétrica), utilizou-se a representatividade dessas outras utilidades em relação à energia elétrica, a partir das informações de custo de produção reportadas.

	Percentuais (%)
Representatividade outras utilidades - grau 304	[Confidencial]
Representatividade outras utilidades - grau 430	[Confidencial]

Os percentuais obtidos ([Confidencial]% e [Confidencial]%) foram aplicados ao custo com energia elétrica apurado no item anterior, para a construção do valor normal.

A tabela a seguir demonstra os cálculos realizados.

Grau do aço	Custo com energia elétrica (US$/t) (a)	Percentual aplicado (%) (b)	Custo com outras utilidades (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.3.1.4. Da mão de obra

O valor pago pela mão de obra na Finlândia em 2017, extraído do sítio eletrônico do Eurostat (Disponível em http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lc_lci_lev&lang=en), correspondeu a EUR 32,70/h. Esse montante, convertido pela paridade média de P5, respeitados os testes estabelecidos no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013, equivaleu a US$ 36,74/h.

Para o cálculo do consumo de mão de obra, ou seja, da quantidade de horas trabalhadas para a produção de uma tonelada do produto similar, a indústria doméstica valeu-se de seus dados de emprego e produção, já apresentados no item 5.1.1.1.4.

Número de horas por empregado para a produção de 1 t	[Confidencial]

Dessa forma, multiplicando-se o valor pago pela hora trabalhada (US$ 36,74/h) pelo número de horas necessárias para a produção de uma tonelada do produto similar ([Confidencial] h), alcançou-se custo com mão de obra de US$ [Confidencial]/t.

5.1.3.1.5. Dos outros materiais (fundentes)

Para o cálculo do custo com fundentes, a peticionária utilizou os custos de produção em que incorreu em P5 para a fabricação do produto similar doméstico. O seu custo com fundentes foi dividido pelo referente às matérias-primas, alcançando-se o percentual de um em relação ao outro, conforme já demonstrado no item 5.1.1.1.5.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Percentual de representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pelos custos com matérias-primas apresentados no item 5.1.1.1.1.8, resultando no custo com fundentes para a construção do valor normal, o qual equivaleu a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 304 e a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 430.

Dos outros custos variáveis

Conforme relatado no item 5.1.1.1.6, foram verificados, para o cálculo dos outros custos variáveis, os percentuais de representatividade destes em relação à soma dos custos com matérias-primas, utilidades e outros materiais da indústria doméstica. A tabela a seguir apresenta os percentuais encontrados.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Percentual de representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Esses percentuais foram multiplicados pela soma com os custos relacionados a matérias-primas, utilidades (energia elétrica e outras) e outros materiais, apresentados, respectivamente, nos itens 5.1.1.1.1.8, 5.1.1.1.2, 5.1.1.1.3 e 5.1.1.1.5. A tabela a seguir apresenta os cálculos e valores encontrados.

Rubrica	Valor - aço do grau 304 (US$/t)	Valor - aço do grau 430 (US$/t)
Matérias-primas (a)	1.467,22	679,89
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.3.1.7. Dos outros custos fixos

Conforme explicado no item 5.1.1.1.7, uma vez apurados os valores de outros custos fixos da indústria doméstica, excluída a mão de obra indireta, foi calculada sua representatividade em relação à totalidade das outras rubricas de custos da empresa, exceto a depreciação. A tabela abaixo apresenta essa representatividade.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pela soma de todas as rubricas componentes do custo de manufatura para a construção do valor normal, apresentadas nos itens 5.1.1.1.1.8, 5.1.1.1.2, 5.1.1.1.3, 5.1.1.1.4, 5.1.1.1.5 e 5.1.1.1.6. A tabela a seguir apresenta esse cálculo, e o resultado alcançado para outros custos fixos e o valor total do custo de manufatura antes da inclusão da depreciação.

Rubrica	Valores - aço do grau 304 (US$/t)	Valores - aço do grau 430 (US$/t)
Matéria-prima (a)	1.467,22	679,89
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Mão de obra (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (e)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos fixos (h) = (g) x [Confidencial] % (grau 304) ou (g) x [Confidencial] % (grau 430)	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo de manufatura pré-depreciação (i) = (g) + (h)	2.263,14	1.602,83

5.1.3.1.8. Da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro

Para apuração da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro, utilizaram-se dados das demonstrações financeiras da empresa siderúrgica Outokumpu, sediada na Finlândia, referentes ao ano de 2017 (Disponível em https://otk-sitecore-prod-v2-cdn.azureedge.net/-/media/files/investors/interim-reports/outokumpu-2017-financial-statement-release.pdf?revision=ff56375a-1b48-4d07-a4fa-c682cd28e302&modified=20180329124919&hash=365DC2F585A65F3D45E92FB06B3A371871CFA1F8&la=en).

Os valores divulgados para a depreciação/amortização, as despesas operacionais e o lucro foram divididos pelo custo dos produtos vendidos da empresa, de modo a se alcançaram os respectivos percentuais de representatividades. A tabela a seguir apresenta o cálculo desses percentuais.

Rubrica	Classificação	Valor (1.000.000 EUR)	Representatividade em relação ao CPV (%)
Cost of sales	CPV	-5.626,00	-100,0
Depreciation and amortization	Depreciação/amortização	-216,00	-3,8
Sales, general and administrative costs	Despesas gerais, administrativas e de venda	-307,00	-5,5
Interest expenses	Resultado financeiro	-92,00	-1,6
Net other financial expenses	Resultado financeiro	-34,00	-0,6
Total do resultado financeiro		-126,00	-2,2

Para o cálculo do lucro obtido, deduziu-se da receita líquida auferida (6.363,00 milhões de euros) o CPV, as despesas gerais, administrativas e de venda e o resultado financeiro. Com isso, o lucro calculado equivaleu a 304 milhões de euros, que representa 5,4% do CPV.

Considerou-se, para fins de início da investigação, que a depreciação/amortização divulgada nas demonstrações financeiras da empresa Outokumpu se encontra incluída em seu CPV. Por essa razão e, ainda, considerando que a apuração da depreciação para a construção do valor normal partiu do custo de manufatura "pré-depreciação/amortização", seu cálculo se deu a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Depr./amort.p/ constr. do VN} = \frac{(\text{custo de manufatura pré - depr./amort.}) \times p\%}{(1 - p\%)}$$

Na fórmula anterior, "P" representa o percentual de participação da depreciação/amortização da empresa Outokumpu em seu CPV (neste caso, correspondente a 3,8%).

Os demais percentuais encontrados foram multiplicados pelo custo de manufatura apresentado no item anterior somado à depreciação calculada, resultando nos valores utilizados na construção do valor normal.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de manufatura - pré-depreciação/amortização (a)	2.263,14	1.602,83
Depreciação/amortização (b)	90,36	63,99
Custo de manufatura - pós depreciação (c) = (a) + (b)	2.353,50	1.666,82
Despesas gerais, administrativas e de venda (d)	128,43	90,96
Resultado financeiro (negativo) (e)	52,71	37,33
Custo de total de produção (f) = (c) + (d) + (e)	2.534,63	1.795,11
Lucro (g)	127,17	90,07

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1.3.9. Do valor normal construído

Somando o custo total de produção ao lucro, ambos apresentados no item anterior, obteve-se o valor normal construído para a Finlândia, o qual é apresentado na tabela a seguir.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de total de produção (a)	2.534,63	1.795,11
Lucro (b)	127,17	90,07
Valor normal construído (c) = (a) + (b)	2.661,80	1.885,18

Considerou-se, para fins de início da revisão, que o valor normal construído se encontra na condição delivered, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado finlandês.

5.1.3.1.10. Do valor normal internado

A partir do valor normal construído na condição delivered, apresentado no item anterior para cada grau do aço, apurou-se o valor normal internado no mercado brasileiro, por meio da adição das seguintes rubricas: frete internacional, seguro internacional, Imposto de Importação, AFRMM e despesas de internação.

Conforme motivos expostos no item 5.1.1.1.10, apurou-se o valor do frete a partir de informações do OECD.Stat.

No caso da Finlândia, o frete correspondeu a 5,1% para a posição 7219 do SH. Não há frete divulgado para a posição 7220.

A fim de segregar o frete do seguro, apurou-se, a partir dos dados da RFB, considerando P1 a P5 desta revisão, o percentual que este representou do valor FOB da mercadoria. No caso da Finlândia, esse percentual correspondeu a 0,1%.

A partir dessas informações e do valor normal construído já apresentado, apuraram-se os valores de frete e seguro internacionais, assim como o valor normal na condição CIF. A tabela a seguir demonstra esses cálculos.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal construído (US$/t) (a)	2.661,80	1.885,18
Frete internacional (US$/t) (b) = (d) - (a) - (c)	140,75	99,69
Seguro internacional (US$/t) (c) = (a) x 0,1%	2,29	1,62
Valor normal CIF (US$/t) (d) = (a) / (1 - 5,1%)	2.804,85	1.986,49

Uma vez apurado o valor normal na condição CIF, calculou-se o imposto de importação incidente sobre as operações. Conforme explicado no item 5.1.1.1.10, aplicou-se a alíquota efetiva observada nas importações do produto sujeito à medida originárias da China, em P5 desta revisão, para todas as origens. Essa alíquota alcançou 14%.

O AFRMM foi calculado por meio da multiplicação da sua alíquota (25%) pelo valor do frete internacional, apurado conforme descrito anteriormente.

Já a título de despesas de internação, adotou-se o percentual apurado na investigação original, com base nas respostas ao questionário do importador recebidas à época, o qual correspondeu a 2,51%. Esse percentual foi aplicado ao valor normal na condição CIF.

Por fim, o valor CIF internado foi convertido de US$ para R$ por meio da taxa média de câmbio de P5, calculada a partir de dados divulgados pela BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do imposto de importação, do AFRMM, das despesas de internação, do valor normal CIF internado e de sua conversão de US$ para R$.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal CIF (US$/t) (a)	2.804,85	1.986,49
Imposto de importação (US$/t) (b) = (a) x 14%	392,68	278,11
AFRMM (US$/t) (c) = frete internacional x 25%	35,19	24,92
Despesas de internação (US$/t) (d) = (a) x 2,51%	70,40	49,86
Valor normal CIF internado (US$/t) (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	3.303,12	2.339,38
Paridade média (f)	3,203	3,203
Valor normal CIF internado (R$/t) (g) = (e) x (f)	10.579,28	7.492,60

Os valores anteriores, por grau do aço, foram ponderados de forma a se obter o valor normal médio internado no mercado brasileiro. A ponderação levou em consideração as quantidades importadas em P5 desta revisão do produto sujeito à medida/similar, de todas origens, já que essas representam a parcela da demanda brasileira atualmente suprida pelas importações. A partir dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, foi possível identificar o grau do aço em 98,7% do volume importado. Desse universo, constatou-se que [Confidencial]% correspondeu a produtos laminados do grau 304, enquanto [Confidencial]% equivaleram a produtos do grau 430.

Ponderando-se os valores da tabela anterior por esses percentuais, alcançou-se valor normal médio na condição CIF internado de R$ 8.961,30/t.

5.1.3.2. Do preço de venda do produto similar no mercado brasileiro

Conforme apresentado no item 5.1.1.2, o preço médio de venda do produto similar doméstico em P5 desta revisão correspondeu a R$ [Confidencial]/t, na condição ex fabrica.

5.1.3.3.5. Da diferença entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico

Para fins de início da revisão, considerou-se que o preço da indústria doméstica, em base ex fabrica, seria comparável com o valor normal na condição CIF internado. Isso porque ambas as condições incluem as despesas necessárias à disponibilização da mercadoria em ponto do território brasileiro, para retirada pelo cliente, sem se contabilizar o frete interno no Brasil.

Apresenta-se, a seguir, o valor normal na condição CIF internado, o preço da indústria doméstica na condição ex fabrica, e a diferença entre ambos (em termos absolutos e relativos).

Valor Normal CIF Internado (R$/t) (a)	Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (b)	Diferença Absoluta (R$/t) (c) = (a) - (b)	Diferença Relativa (%) (d) = (c) / (b)
8.961,30	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

Uma vez que o valor normal na condição CIF internado do produto originário da Finlândia superou o preço de venda da indústria doméstica, conclui-se que os produtores/exportadores finlandeses necessitariam, a fim de conseguir competir no mercado brasileiro, praticar preço de exportação inferior ao seu valor normal e, por conseguinte, retomar a prática de dumping.

5.1.4. De Taipé Chinês

5.1.4.1. Do valor normal

Para fins de início da revisão, apurou-se o valor normal construído para Taipé Chinês, já que não se dispõe, até o momento, de informação mais precisa acerca dos preços praticados naquele país. O valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, a mais das vezes, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar.

O valor normal atribuído a Taipé Chinês, para fins de início da revisão, foi construído a partir da mesma metodologia adotada para a Alemanha, sendo composto das mesmas rubricas.

A seguir, passa-se a apresentar os cálculos efetuados e os valores encontrados.

5.1.4.1.1. Das matérias-primas

5.1.4.1.1.1. Do ferro originário de pelotas, sínter e minério de ferro

Os preços da pelota de ferro, do sinter feed e do minério de ferro granulado corresponderam aos mesmos apresentados no item 5.1.1.1.1.1, já que se adotaram os valores de importação dessas fontes na China para todas as origens.

	Pelota 65% US$/t CFR Qingdao (A)	Sinter Feed 62% US$/t CFR Qingdao (B)	Minério granulado US$/t CFR Qingdao (E) = (B) + (D)
Média de P5	107,65	71,39	81,16

Para o consumo dessas três fontes de ferro, também foram utilizados os índices praticados na Usina de Tubarão, do grupo ArcelorMittal, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.1.

	Consumo de minério granulado (kg/t de aço)	Consumo de sínter (kg/t de aço)	Consumo de pelota (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços das três fontes de ferro pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), alcançaram-se os seguintes custos com essas matérias-primas:

	Custo de minério granulado (US$/t de aço) (a)	Custo de sínter (US$/t de aço) (b)	Custo de pelota (US$/t de aço) (c)	Custo total de ferro via minério granulado, sínter e pelota (US$/t de aço) (d) = (a) + (b) + (c)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	18,26
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	82,37

5.1.4.1.1.2. Do carvão mineral

Os preços referentes ao carvão mineral (coqueificável e PCI) corresponderam àqueles apresentados no item 5.1.1.1.1.2, já que se adotaram os valores de importação dessa matéria-prima na china para todas as origens.

	Hard Coking Coal (US$/t) CFR Jingtang	Carvão Mineral PCI (US$/t) - líquido de VAT (17%)
Média de P5	168,27	129,19

Para os índices de consumo dos dois tipos de carvão, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.2.

	Consumo de carvão mineral coqueificável (kg/t de aço)	Consumo de carvão mineral PCI (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços dos dois tipos de carvão pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), alcançaram-se os seguintes custos com carvão mineral:

	Custo com carvão mineral coqueificável (US$/t de aço) (a)	Custo com carvão mineral PCI (US$/t de aço) (b)	Custo total de com carvão (US$/t de aço) (c) = (a) + (b)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	15,09
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	68,10

5.1.4.1.1.3. Do níquel

O preço do níquel correspondeu àquele apresentado no item 5.1.1.1.1.3, já que se adotou como preço base para todas as origens aquele divulgado pela LME.

	Nickel 3 Months LME Daily Official $ per tonne Monthly Average	Preço final praticado ([Confidencial] % da cotação da LME) (US$/t)
Média	10.453,36	[Confidencial]

Para os índices de consumo das fontes de níquel, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.3.

Fonte de níquel	Consumo de níquel (kg/t de aço)
Níquel eletrolítico (a)	[Confidencial]
Ferro níquel (b)	[Confidencial]
Níquel de sucata 304 (c)	[Confidencial]
Consumo total de níquel (d) = (a) + (b) + (c)	[Confidencial]

A partir da multiplicação do preço do níquel pelo respectivo índice (este último, dividido por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançou-se custo de US$ [Confidencial]/t com essa matéria-prima.

5.1.4.1.1.4. Do cromo

O preço do cromo é calculado, para os países asiáticos (no caso, China, Coreia do Sul, Taipé Chinês e Vietnã), a partir de publicação do CRU International, referente à rubrica China Ferrochrome: CC 49 - 70% Domestic. Esse preço base seria multiplicado por um percentual, de modo a refletir os valores efetivamente praticados no mercado. Com base em seus dados de aquisição em 2017, a Aperam informou que o percentual médio apurado correspondeu a [Confidencial]%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conforme já apresentado no item 5.1.2.1.1.4, o preço final do cromo para os países asiáticos correspondeu a US$ [Confidencial]/t.

Para o consumo de cromo, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.4.

Esse índice de consumo correspondeu a [Confidencial] kg/t de aço para aços do grau 304 e a [Confidencial] kg/t de aço para aços do grau 430.

A partir da multiplicação do preço do cromo pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo total com cromo (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.4.1.1.5. Do ferro de outras fontes

O custeio do ferro oriundo das outras fontes se baseou, no caso dos países asiáticos (China, Coreia do Sul, Taipé Chinês e Vietnã), no preço divulgado pelo Asian Metal para a rubrica Steel Scrap HMS 8 mm min EXW Wuxi RMB/mt. Os preços divulgados, segundo o Asian Metal estão apresentados na condição "Ex-works Wuki".

Conforme apresentado no item 5.1.2.1.1.5, o valor em questão correspondeu, em média, em 2017, a US$ 221,69/t, já líquido de VAT.

Para o consumo de ferro oriundo das outras fontes, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.5.

	Consumo de ferro (kg/t de aço)
Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304	[Confidencial]
Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços da sucata pelos índices de consumo de ferro oriundo de outras fontes (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro obtido de outras fontes (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.4.1.1.6. Do ferro silício

Conforme já mencionado, o ferro silício é introduzido no processo produtivo unicamente a partir do ferro silício standard 75%.

O preço dessa matéria-prima, apresentado na tabela a seguir, foi obtido a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "China CRU Spot - Export USD/t". Ao ser questionada, a Aperam justificou a atribuição desse preço a Taipé Chinês (e à Coreia do Sul), em sua resposta ao pedido de informações complementares, em virtude de a China ser um país formador de preços no setor siderúrgico, dado seu elevado consumo.

Trimestre de P5	China CRU Spot Export (USD/t)
1	1.116,00
2	1.125,00
3	1.334,00
4	1.563,00
Média	1.284,50

Para o consumo de ferro silício, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.6.

Grau do aço	Consumo Puro (kg/t de aço)
304	[Confidencial]
430	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços do ferro silício pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro silício (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.4.1.1.7. Do ferro manganês

De forma semelhante ao que foi realizado para o ferro silício, os preços do ferro manganês, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "China CRU - Spot Export USD/t". A justificativa da atribuição dos preços dessa rubrica a Taipé Chinês (e à Coreia do Sul) foi a mesma para o ferro silício, ou seja, o fato de ser a China um país formador de preços, dado seu elevado consumo.

Trimestre de P5	China CRU - Spot Export (USD/t)
1	1.466,00
2	1.358,00
3	1.429,00
4	1.437,00
Média	1.422,50

Para o consumo de ferro manganês, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.7.

	Consumo Puro (kg/t de aço)
Consumo total de ferro manganês - grau 304	[Confidencial]
Consumo total de ferro manganês - grau 430	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços do ferro manganês pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro manganês (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.1.4.1.1.8. Do resumo dos custos com matérias-primas

A tabela a seguir resume os custos com matérias-primas para a construção do valor normal para Taipé Chinês.

Matéria-prima	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Ferro via pelota + sinter + minério	18,26	82,37
Carvão	15,09	68,10
Níquel	[Confidencial]	[Confidencial]
Cromo	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro via sucata	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Silício	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Manganês	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo total com matérias-primas	1.393,75	631,90

5.1.4.1.2. Da energia elétrica

Para a construção do valor normal para Taipé Chinês, foi utilizado o custo do kWh (para o consumo de energia elétrica) e o do kW (para a demanda de energia) divulgados pela Taiwan Power Company (A peticionária apresentou documento contendo as tarifas vigentes a partir de 1º de outubro de 2016. Não obstante, conforme acesso em 8 de agosto de 2018, a companhia somente divulga, atualmente, tarifas vigentes a partir de abril de 2018 (http://www.taipower.com.tw/en/page.aspx?mid=317)), vigentes a partir de 1º de outubro de 2016, referente a clientes usuários de "Extra High Tension (69 kV, 161 kV, 345 kV)".

No caso do consumo, a tarifa de energia divulgada pela companhia apresenta valores distintos para utilização durante o verão (1º de junho a 30 de setembro de cada ano) e para o restante do ano. Por essa razão realizou-se média ponderada das tarifas, levando-se em conta duração de 4 meses para o verão e de 8 meses para o restante do ano. Destaque-se que, em sua ponderação, a peticionária havia atribuído duração de 3 meses para o verão, o que não se coaduna com período divulgado pela Taiwan Power Company.

A tabela a seguir apresenta as tarifas divulgadas para o consumo, a média realizada e sua conversão para dólares estadunidenses, a partir da taxa de câmbio média de P5, calculada a partir de informações extraídas do BACEN, respeitadas as condições estabelecidas pelo art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Rubrica	Valor
Time-of-Use Rate (B) - Energy Charge - Option (1) - Monday To Friday - Partial-Peak Period - Summer (NTD/kWh) (a)	2,74
Time-of-Use Rate (B) - Energy Charge - Option (1) - Monday To Friday - Partial-Peak Period - Non-Summer (NTD/kWh) (b)	2,66
Média ponderada (NTD/kWh) (c) = {[(a) x 4] + [(b) x 8]} / 12	2,69
Paridade média (d)	30,50
Tarifa média (US$/kwh) (e) = (c) / (d)	0,09

Para a demanda de energia elétrica, as tarifas divulgadas são segregadas, de um lado, para "regular contracted demand" e, de outro, para "off-peak period contracted demand". Em ambos os casos, as tarifas são, ainda, subdivididas em demanda durante o verão e demanda durante o restante do ano. Como primeiro passo para a apuração do valor médio do kW, realizou-se ponderação para cada uma das duas rubricas, considerando a duração de 4 meses para o verão e de 8 meses para o restante do ano. A tabela a seguir demonstra esse cálculo.

Rubrica	Valor
Regular Contracted Demand - Summer (per kW per month) (NTD/kW) (a)	217,30
Regular Contracted Demand - Non-Summer (per kW per month) (NTD/kW) (b)	160,60
Média ponderada - Regular Contracted Demand - (NTD/kW) (c) = {[(a) x 4] + [(b) x 8]} / 12	179,50
Off-Peak Period Contracted Demand - Summer (per kW per month) (NTD/kW) (d)	43,30
Off-Peak Period Contracted Demand - Non-Summer (per kW per month) (NTD/kW) (e)	32,10
Média ponderada - Off-Peak Period Contracted Demand - (NTD/kW) (f) = {[(d) x 4] + [(e) x 8]} / 12	35,83
Paridade média (g)	30,50
Média ponderada - Regular Contracted Demand - (US$/kW) (h) = (c) / (g)	5,89
Média ponderada - Off-Peak Period Contracted Demand - (US$/kW) (i) = (f) / (g)	1,17

Em seguida, esses dois valores encontrados (US$ 5,89/kW e US$ 1,17/kW) foram ponderados de acordo com as durações do período regular de demanda e do período fora do pico. A Aperam sugeriu que se assumisse como período fora do pico todos os fins de semana do ano.

A nota 1 ao quadro que contém as tarifas de energia utilizadas, divulgado pela Taiwan Power Company informa como "off-peak days" apenas nove feriados específicos na China.

Tendo em vista que não dispõe, até o momento, de informação mais precisa sobre esse período e, ainda, considerando que a solução proposta pela peticionária se revela mais conservadora, resolveu-se adotar esta última.

Considerou-se que um ano possui, aproximadamente, 52 semanas e, portanto, o mesmo número de finais de semana (365 / 7 ≅ 52). Como cada fim de semana possuiria dois dias "off-peak" (sábado e domingo), esse número foi multiplicado por dois, resultando em 104 dias fora do pico. Ao restante do ano, correspondente a 261 dias (365 - 104 = 261), foi atribuída a tarifa regular.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A tabela a seguir apresenta essa ponderação:

Rubrica	Valor
Valor médio - Regular Contracted Demand (US$/kW) (a)	5,89
Valor médio - Off-Peak Period Contracted Demand (US$/kW) (b)	1,17
Média ponderada da tarifa de demanda (US$/kW) (c) = {[(a) x 261] + [(b) x 104]} / 365	4,54

Para o consumo e a demanda de energia elétrica, adotaram-se os índices observados no processo produtivo da peticionária.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Consumo (kWh/t de aço)	[Confidencial]	[Confidencial]
Demanda (kW/t de aço)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os índices de consumo e demanda foram conferidos por ocasião da verificação in loco na Aperam.

A partir da multiplicação do preço pelos índices de consumo, apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com energia elétrica:

	Custo com consumo de energia elétrica (US$/t de aço) (a)	Custo com demanda de energia elétrica (US$/t de aço) (b)	Custo total com energia elétrica (US$/t de aço) (c) = (a) + (b)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.4.1.3. Das outras utilidades

Assim como explicado no item 5.1.1.1.3, para calcular o custo com outras utilidades (excluída a energia elétrica), utilizou-se a representatividade dessas outras utilidades em relação à energia elétrica, a partir das informações de custo de produção reportadas.

Rubrica	Percentuais (%)
Representatividade outras utilidades - grau 304	[Confidencial]
Representatividade outras utilidades - grau 430	[Confidencial]

Os percentuais obtidos ([Confidencial]% e [Confidencial]%) foram aplicados ao custo com energia elétrica apurado no item anterior, para a construção do valor normal.

A tabela a seguir demonstra os cálculos realizados.

Grau do aço	Custo com energia elétrica (US$/t) (a)	Percentual aplicado (%) (b)	Custo com outras utilidades (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.4.1.4. Da mão de obra

Para o valor pago pela mão de obra em Taipé Chinês a peticionária havia sugerido a utilização de dados do Trading Economics. Não obstante, considerando a existência de dados divulgados pela National Statistics Republic of China (Taiwan), disponível em https://eng.stat.gov.tw/public/Data/8810160247RLW6M7Z.pdf, a qual é agência do governo de Taipé Chinês, optou-se, para fins de início da revisão, por utilizar daquela fonte em detrimento desta.

De acordo com a fonte de informações, o salário médio mensal em Taipé Chinês para o setor de manufatura e serviços correspondeu, em 2017, a NTD 49.989,00. Esse valor, convertido pela taxa de câmbio média de P5, calculada a partir de dados divulgados pelo BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013, equivaleu a US$ 1.642,19.

Ainda de acordo com a mesma fonte, os empregados do setor de indústria e serviços de Taipé Chinês trabalharam em 2017, em média, 169,6 horas. Portanto, o valor da hora trabalhada na origem correspondeu a US$ 9,68 (US$ 1.642,19 / 169,6 = US$ 9,68).

Para o cálculo do consumo de mão de obra, ou seja, da quantidade de horas trabalhadas para a produção de uma tonelada do produto similar, a indústria doméstica valeu-se de seus dados de emprego e produção, já apresentados no item 5.1.1.1.4.

Número de horas por empregado para a produção de 1 t	[Confidencial]

Dessa forma, multiplicando-se o valor pago pela hora trabalhada (US$ 9,68/h) pelo número de horas necessárias para a produção de uma tonelada do produto similar ([Confidencial] h), alcançou-se custo com mão de obra de US$ [Confidencial]/t.

5.1.4.1.5. Dos outros materiais (fundentes)

Para o cálculo do custo com fundentes, a peticionária utilizou os custos de produção em que incorreu em P5 para a fabricação do produto similar doméstico. O seu custo com fundentes foi dividido pelo referente às matérias-primas, alcançando-se o percentual de um em relação ao outro, conforme já demonstrado no item 5.1.1.1.5.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Percentual de representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pelos custos com matérias-primas apresentados no item 5.1.4.1.1.8, resultando no custo com fundentes para a construção do valor normal, o qual equivaleu a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 304 e a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 430.

5.1.4.1.6. Dos outros custos variáveis

Conforme relatado no item 5.1.1.1.6, foram verificados, para o cálculo dos outros custos variáveis, os percentuais de representatividade destes em relação à soma dos custos com matérias-primas, utilidades e outros materiais da indústria doméstica. A tabela a seguir apresenta os percentuais encontrados.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Percentual de representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Esses percentuais foram multiplicados pela soma com os custos relacionados a matérias-primas, utilidades (energia elétrica e outras) e outros materiais, apresentados, respectivamente, nos itens 5.1.4.1.1.8, 5.1.4.1.2, 5.1.4.1.3 e 5.1.4.1.5. A tabela a seguir apresenta os cálculos e valores encontrados.

Rubrica	Valor - aço do grau 304 (US$/t)	Valor - aço do grau 430 (US$/t)
Matérias-primas (a)	1.393,75	631,90
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]

5.1.4.1.7. Dos outros custos fixos

Conforme explicado no item 5.1.1.1.7, uma vez apurados os valores de outros custos fixos da indústria doméstica, excluída a mão de obra indireta, foi calculada sua representatividade em relação à totalidade das outras rubricas de custos da empresa, exceto a depreciação. A tabela abaixo apresenta essa representatividade.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pela soma de todas as rubricas componentes do custo de manufatura para a construção do valor normal, apresentadas nos itens 5.1.4.1.1.8, 5.1.4.1.2, 5.1.4.1.3, 5.1.4.1.4, 5.1.4.1.5 e 5.1.4.1.6. A tabela a seguir apresenta esse cálculo, e o resultado alcançado para outros custos fixos e o valor total do custo de manufatura antes da inclusão da depreciação.

Rubrica	Valores - aço do grau 304 (US$/t)	Valores - aço do grau 430 (US$/t)
Matéria-prima (a)	1.393,75	631,90
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Mão de obra (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (e)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos fixos (h) = (g) x [Confidencial] % (grau 304) ou (g) x [Confidencial] % (grau 430)	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo de manufatura pré-depreciação (i) = (g) + (h)	1.941,79	1.316,27

5.1.4.1.8. Da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro

Para apuração da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro, utilizaram-se dados das demonstrações financeiras da empresa siderúrgica China Steel Corporation, sediada em Taipé Chinês, referentes ao ano de 2017 (Disponível em http://www.csc.com.tw/csc_e/ss/fin/pdf/fin_report106_Q4-2.pdf).

Os valores divulgados para a depreciação, as despesas operacionais e o lucro foram divididos pelo custo dos produtos vendidos da empresa, de modo a se alcançaram os respectivos percentuais de representatividades. A tabela a seguir apresenta o cálculo desses percentuais.

Rubrica	Classificação	Valor (1.000.000 NTD)	Representatividade em relação ao CPV (%)
Operating costs	CPV	-187.568,81	-100,0
Depreciation and amortization - Property, plant and equipment	Depreciação/amortização	-17.373,00	-9,3
General and administrative expenses	Despesas gerais e administrativas	-3.544,81	-1,9
Research and development expenses	Despesas gerais e administrativas	-1.720,19	-0,9
Total de despesas gerais e administrativas		-5.265,00	-2,8
Selling and marketing expenses	Despesas de venda	-2.836,95	-1,5
Finance costs	Resultado financeiro	-1.919,05	-1,0
Interest income	Resultado financeiro	146,64	0,1
Total do resultado financeiro		-1.772,42	-0,9

Destaque-se que não foram utilizados os valores de depreciação relacionados a ativos de investimento (rubrica "Depreciation and amortization - Investment properties") nem a ativos intangíveis (rubrica "Depreciation and amortization - Intangible assets").

Para o cálculo do lucro obtido, deduziu-se da receita líquida auferida (207.098,63 milhões de novos dólares taiwaneses) o CPV, as despesas gerais e administrativas, as despesas de venda e o resultado financeiro. Com isso, o lucro calculado equivaleu a 9.655,46 milhões de novos dólares taiwaneses, que representa 5,1% do CPV.

Considerou-se, para fins de início da revisão, que a depreciação/amortização divulgada nas demonstrações financeiras da empresa China Steel Corporation se encontra incluída em seu CPV. Por essa razão e, ainda, considerando que a apuração da depreciação para a construção do valor normal partiu do custo de manufatura "pré-depreciação/amortização", seu cálculo se deu a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Depr./amort.p/ constr. do VN} = \frac{(\text{custo de manufatura pré} - \text{depr./amort.}) \times p\%}{(1 - p\%)}$$

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Na fórmula anterior, "P" representa o percentual de participação da depreciação/amortização da empresa China Steel Corporation em seu CPV (neste caso, correspondente a 9,3%).

Os demais percentuais encontrados foram multiplicados pelo custo de manufatura apresentado no item anterior somado à depreciação calculada, resultando nos valores utilizados na construção do valor normal.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de manufatura - pré-depreciação/amortização (a)	1.941,79	1.316,27
Depreciação/amortização (b)	198,21	134,36
Custo de manufatura - pós depreciação (c) = (a) + (b)	2.140,00	1.450,63
Despesas gerais e administrativas (d)	60,07	40,72
Despesas de venda (e)	32,37	21,94
Resultado financeiro (negativo) (f)	20,22	13,71
Custo de total de produção (g) = (c) + (d) + (e) + (f)	2.252,66	1.527,00
Lucro (h)	110,16	74,67

5.1.4.1.9. Do valor normal construído

Somando o custo total de produção ao lucro, ambos apresentados no item anterior, obteve-se o valor normal construído para Taipé Chinês, o qual é apresentado na tabela a seguir.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de total de produção (a)	2.252,66	1.527,00
Lucro (b)	110,16	74,67
Valor normal construído (c) = (a) + (b)	2.362,82	1.601,67

Considerou-se, para fins de início da revisão, que o valor normal construído se encontra na condição delivered, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado sul-coreano.

5.1.4.1.10. Do valor normal internado

A partir do valor normal construído na condição delivered, apresentado no item anterior para cada grau do aço, apurou-se o valor normal internado no mercado brasileiro, por meio da adição das seguintes rubricas: frete internacional, seguro internacional, Imposto de Importação, AFRMM e despesas de internação.

Conforme motivos expostos no item 5.1.1.1.10, apurou-se o valor do frete a partir de informações do OECD.Stat.

No caso de Taipé Chinês, o frete correspondeu a 6,1% para a posição 7219 do SH e a 6,9% para a posição 5220. Esses percentuais foram ponderados pelos valores CIF de importação do produto sujeito à medida originário de Taipé Chinês observados em P5 da investigação original (US$ [Confidencial] para a posição 7219 e US$ [Confidencial] para a posição 7220). Assim, alcançou-se percentual médio de 6,1% do valor CIF importado para Taipé Chinês, a título de frete e seguro internacionais.

A fim de segregar o frete do seguro, apurou-se, a partir dos dados da RFB, considerando P1 a P5 desta revisão, o percentual que este representou do valor FOB da mercadoria. No caso de Taipé Chinês, esse percentual correspondeu a 0,1%.

A partir dessas informações e do valor normal construído já apresentado, apuraram-se os valores de frete e seguro internacionais, assim como o valor normal na condição CIF. A tabela a seguir demonstra esses cálculos.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal construído (US$/t) (a)	2.362,82	1.601,67
Frete internacional (US$/t) (b) = (d) - (a) - (c)	151,03	102,38
Seguro internacional (US$/t) (c) = (a) x 0,1%	2,93	1,99
Valor normal CIF (US$/t) (d) = (a) / (1 - 6,1%)	2.516,78	1.706,04

Uma vez apurado o valor normal na condição CIF, calculou-se o imposto de importação incidente sobre as operações. Conforme explicado no item 5.1.1.1.10, aplicou-se a alíquota efetiva observada nas importações do produto sujeito à medida originárias da China, em P5 desta revisão, para todas as origens. Essa alíquota alcançou 14%.

O AFRMM foi calculado por meio da multiplicação da sua alíquota (25%) pelo valor do frete internacional, apurado conforme descrito anteriormente.

Já a título de despesas de internação, adotou-se o percentual apurado na investigação original, com base nas respostas ao questionário do importador recebidas à época, o qual correspondeu a 2,51%. Esse percentual foi aplicado ao valor normal na condição CIF.

Por fim, o valor CIF internado foi convertido de US$ para R$ por meio da taxa média de câmbio de P5, calculada a partir de dados divulgados pela BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do imposto de importação, do AFRMM, das despesas de internação, do valor normal CIF internado e de sua conversão de US$ para R$.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal CIF (US$/t) (a)	2.516,78	1.706,04
Imposto de importação (US$/t) (b) = (a) x 14%	352,35	238,85
AFRMM (US$/t) (c) = frete internacional x 25%	37,76	25,59
Despesas de internação (US$/t) (d) = (a) x 2,51%	63,17	42,82
Valor normal CIF internado (US$/t) (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	2.970,06	2.013,30
Paridade média (f)	3,203	3,203
Valor normal CIF internado (R$/t) (g) = (e) x (f)	9.512,57	6.448,23

Os valores anteriores, por grau do aço, foram ponderados de forma a se obter o valor normal médio internado no mercado brasileiro. A ponderação levou em consideração as quantidades importadas em P5 desta revisão do produto sujeito à medida/similar, de todas origens, já que essas representam a parcela da demanda brasileira atualmente suprida pelas importações. A partir dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, foi possível identificar o grau do aço em 98,7% do volume importado. Desse universo, constatou-se que [Confidencial]% correspondeu a produtos laminados do grau 304, enquanto [Confidencial]% equivaleram a produtos do grau 430.

Ponderando-se os valores da tabela anterior por esses percentuais, alcançou-se valor normal médio na condição CIF internado de R$ 7.906,30/t.

5.1.4.2. Do preço de venda do produto similar no mercado brasileiro

Conforme apresentado no item 5.1.1.2, o preço médio de venda do produto similar doméstico em P5 desta revisão correspondeu a R$ [Confidencial]/t, na condição ex fabrica.

5.1.4.3. Da diferença entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico

Para fins de início da revisão, considerou-se que o preço da indústria doméstica, em base ex fabrica, seria comparável com o valor normal na condição CIF internado. Isso porque ambas as condições incluem as despesas necessárias à disponibilização da mercadoria em ponto do território brasileiro, para retirada pelo cliente, sem se contabilizar o frete interno no Brasil.

Apresenta-se, a seguir, o valor normal na condição CIF internado, o preço da indústria doméstica na condição ex fabrica, e a diferença entre ambos (em termos absolutos e relativos).

Valor Normal CIF Internado (R$/t) (a)	Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (b)	Diferença Absoluta (R$/t) (c) = (a) - (b)	Diferença Relativa (%) (d) = (c) / (b)
7.906,30	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

Uma vez que o valor normal na condição CIF internado do produto originário de Taipé Chinês superou o preço de venda da indústria doméstica, conclui-se que os produtores/exportadores daquela origem necessitariam, a fim de conseguir competir no mercado brasileiro, praticar preço de exportação inferior ao seu valor normal e, por conseguinte, retomar a prática de dumping.

5.1.5. Do Vietnã

5.1.5.1. Do valor normal construído

O Vietnã, para fins desta revisão, não é considerado um país de economia predominantemente de mercado. Por essa razão, aplica-se, no presente caso, a regra do art. 15 do Decreto nº 8.058, de 2013, que estabelece que, no caso de país que não seja considerado economia de mercado, o valor normal será determinado com base no preço de venda do produto similar em país substituto, no valor construído do produto similar em um país substituto, no preço de exportação do produto similar de um país substituto para outros países, exceto o Brasil, ou em qualquer outro preço razoável.

Nesse sentido, a peticionária indicou o valor normal de Taipe Chinês como alternativa a ser utilizada para apuração do valor normal vietnamita, justificando sua escolha em virtude de a origem já ter sido utilizada como país substituto do Vietnã na investigação original, encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 79, de 2013. Segundo a peticionária, naquela ocasião a escolha refletiu uma opção conservadora.

Em atenção ao art. 15, § 1º, I, e § 2º, do Decreto nº 8.058, de 2013, buscou-se verificar o volume de exportação do produto similar das demais origens investigadas para os principais mercados consumidores mundiais.

De acordo com dados extraídos do Trade Map, referentes às subposições 7219.32, 7219.33, 7219.34, 7219.35 e 7220.20, identificaram-se os seguintes países como principais mercados consumidores globais, os quais, conjuntamente, responderam por 50,7% das importações mundiais em 2017: Alemanha, Itália, Holanda, Estados Unidos da América, Coreia do Sul, Turquia, Polônia e Bélgica. A tabela a seguir demonstra essas importações.

País	Volume Importado (t)	Participação no total importado (%)
Alemanha	1.022.479,00	12,9
Itália	723.136,00	9,2
Holanda	691.714,00	8,8
Estados Unidos da América	353.362,00	4,5
Coreia do Sul	327.349,00	4,1
Turquia	314.057,00	4,0
Polônia	308.249,00	3,9
Bélgica	267.269,00	3,4
Demais países	3.889.714,00	49,3
Total de importações mundiais	7.897.329,00	100,0

Em seguida, verificou-se, a partir da mesma fonte, os volumes de exportações das demais origens investigadas (Alemanha, China, Taipé Chinês, Coreia do Sul e Finlândia) para os principais mercados consumidores listados anteriormente. A tabela a seguir apresenta esses dados.

País importador	Exportações da Alemanha	Exportações da China	Exportações da Coreia do Sul	Exportações da Finlândia	Exportações de Taipé Chinês
Bélgica	24.580	460	27.888	6.632	44.475
Alemanha	-	716	5.321	52.700	10.319
Itália	50.551	1.949	40.244	37.935	116.822
Coreia do Sul	1.073	249.574		2.940	36.687
Holanda	32.887	2.716	3.475	470.385	9.653
Polônia	41.484	708	1.748	8.163	29.516
Turquia	12.077	59.376	29.119	5.944	42.950
Estados Unidos da América	8.307	5.333	13.869	5.863	51.431
Total de importações dos principais mercados consumidores	170.959	320.832	121.664	590.562	341.853

Como se observa, a origem investigada que mais exportou o produto similar, em 2017, para os principais mercados consumidores globais foi a Finlândia. Não obstante, a escolha da Finlândia em detrimento da origem proposta (Taipé Chinês) resultaria em valor normal mais elevado para o Vietnã. Ademais, deve se considerar que Taipé Chinês cumpre o requisito previsto no §2º do art. 15 do Decreto nº 8.058/2013, além de ter sido utilizado como terceiro país de economia de mercado para fins de apuração do valor normal do Vietnã na investigação original, que inclusive contou com a participação de exportador de Taipé Chinês, o que é indicativo da similaridade entre o produto vietnamita e o produto do país substituto sugerido pela peticionária. Dessa forma, considerando que a proposta da peticionária se revela mais conservadora e, ainda, que Taipé Chinês foi utilizado como país substituto na investigação original, resolveu-se acatar a proposta apresentada e definir esse último país (Taipé Chinês) como substituto do Vietnã, para fins de apuração do valor normal.

Assim, conforme apresentado no item 5.1.4.1.9, o valor normal construído para o Vietnã, na condição delivered, alcançou US$ 2.362,82/t para o grau 304 e US$ 1.601,67/t para o grau 430.

5.1.5.2. Do valor normal internado

A partir do valor normal construído na condição delivered, apresentado no item anterior para cada grau do aço, apurou-se o valor normal internado no mercado brasileiro, por meio da adição das seguintes rubricas: frete internacional, seguro internacional, Imposto de Importação, AFRMM e despesas de internação.

Conforme motivos expostos no item 5.1.1.1.10, apurou-se o valor do frete a partir de informações do OECD.Stat.

No caso de Vietnã, o frete e o seguro corresponderam a 6,2% para a posição 7219 do SH. Assim, esse percentual foi adotado para a construção do valor normal, já que não houve exportações do Vietnã na posição 7220 em P5 da investigação original.

A fim de segregar o frete do seguro, apurou-se, a partir dos dados da RFB, considerando P5 da investigação original (já que não houve exportação do Vietnã para o Brasil do produto sujeito à medida em nenhum período desta revisão), o percentual que este representou do valor FOB da mercadoria. No caso do Vietnã, esse percentual correspondeu a 0,1%.

A partir dessas informações e do valor normal construído já apresentado, apuraram-se os valores de frete e seguro internacionais, assim como o valor normal na condição CIF. A tabela a seguir demonstra esses cálculos.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal construído (US$/t) (a)	2.362,82	1.601,67
Frete internacional (US$/t) (b) = (d) - (a) - (c)	152,86	103,62
Seguro internacional (US$/t) (c) = (a) x 0,1%	3,32	2,25
Valor normal CIF (US$/t) (d) = (a) / (1 - 6,2%)	2.519,00	1.707,54

Uma vez apurado o valor normal na condição CIF, calculou-se o imposto de importação incidente sobre as operações. Conforme explicado no item 5.1.1.1.10, aplicou-se a alíquota efetiva observada nas importações do produto sujeito à medida originárias da China, em P5 desta revisão, para todas as origens. Essa alíquota alcançou 14%.

O AFRMM foi calculado por meio da multiplicação da sua alíquota (25%) pelo valor do frete internacional, apurado conforme descrito anteriormente.

Já a título de despesas de internação, adotou-se o percentual apurado na investigação original, com base nas respostas ao questionário do importador recebidas à época, o qual correspondeu a 2,51%. Esse percentual foi aplicado ao valor normal na condição CIF.

Por fim, o valor CIF internado foi convertido de US$ para R$ por meio da taxa média de câmbio de P5, calculada a partir de dados divulgados pela BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 20013.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do imposto de importação, do AFRMM, das despesas de internação, do valor normal CIF internado e de sua conversão de US$ para R$.

Rubrica	Grau 304	Grau 430
Valor normal CIF (US$/t) (a)	2.519,00	1.707,54
Imposto de importação (US$/t) (b) = (a) x 14%	352,66	239,06
AFRMM (US$/t) (c) = frete internacional x 25%	38,21	25,90
Despesas de internação (US$/t) (d) = (a) x 2,51%	63,23	42,86
Valor normal CIF internado (US$/t) (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	2.973,10	2.015,36
Paridade média (f)	3,203	3,203
Valor normal CIF internado (R$/t) (g) = (e) x (f)	9. 522,30	6. 454,82

Os valores anteriores, por grau do aço, foram ponderados de forma a se obter o valor normal médio internado no mercado brasileiro. A ponderação levou em consideração as quantidades importadas em P5 desta revisão do produto sujeito à medida/similar, de todas origens, já que essas representam a parcela da demanda brasileira atualmente suprida pelas importações. A partir dos dados detalhados de importação disponibilizados pela RFB, foi possível identificar o grau do aço em 98,7% do volume importado. Desse universo, constatou-se que [Confidencial]% correspondeu a produtos laminados do grau 304, enquanto [Confidencial]% equivaleram a produtos do grau 430.

Ponderando-se os valores da tabela anterior por esses percentuais, alcançou-se valor normal médio na condição CIF internado de R$ 7.914,38/t.

5.1.5.3. Do preço de venda do produto similar no mercado brasileiro

Conforme apresentado no item 5.1.1.2, o preço médio de venda do produto similar doméstico em P5 desta revisão correspondeu a R$ [Confidencial]/t, na condição ex fabrica.

5.1.5.4. Da diferença entre o valor normal internado no mercado brasileiro e o preço de venda do produto similar doméstico

Para fins de início da revisão, considerou-se que o preço da indústria doméstica, em base ex fabrica, seria comparável com o valor normal na condição CIF internado. Isso porque ambas as condições incluem as despesas necessárias à disponibilização da mercadoria em ponto do território brasileiro, para retirada pelo cliente, sem se contabilizar o frete interno no Brasil.

Apresenta-se, a seguir, o valor normal na condição CIF internado, o preço da indústria doméstica na condição ex fabrica, e a diferença entre ambos (em termos absolutos e relativos).

Valor Normal CIF Internado (R$/t) (a)	Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (b)	Diferença Absoluta (R$/t) (c) = (a) - (b)	Diferença Relativa (%) (d) = (c) / (b)
7.914,38	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

Uma vez que o valor normal na condição CIF internado do produto originário do Vietnã superou o preço de venda da indústria doméstica, conclui-se que os produtores/exportadores vietnamitas necessitariam, a fim de conseguir competir no mercado brasileiro, praticar preço de exportação inferior ao seu valor normal e, por conseguinte, retomar a prática de dumping.

5.2. Da existência de dumping durante a vigência do direito

5.2.1. Da China

5.2.1.1. Do valor normal

Para fins de início da revisão, apurou-se o valor normal construído para a China, já que não se dispõe, até o momento, de informação mais precisa acerca dos preços praticados naquele país. O valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, a mais das vezes, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar.

O valor normal atribuído à China, para fins de início da revisão, foi construído a partir da mesma metodologia adotada para a Alemanha, sendo composto pelas mesmas rubricas.

A seguir, passa-se a apresentar os cálculos efetuados e os valores encontrados.

5.2.1.1.1. Das matérias-primas

5.2.1.1.1.1. Do ferro originário de pelotas, sínter e minério de ferro

Os preços da pelota de ferro, do sinter feed e do minério de ferro granulado corresponderam aos mesmos apresentados no item 5.1.1.1.1.1, já que se adotaram os valores de importação dessas fontes na China para todas as origens.

	Pelota 65% US$/t CFR Qingdao	Sinter Feed 62% US$/t CFR Qingdao	Minério granulado US$/t CFR Qingdao
Média de P5	107,65	71,39	81,16

Para o consumo dessas três fontes de ferro, também foram utilizados os índices praticados na Usina de Tubarão, do grupo ArcelorMittal, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.1.

	Consumo de minério granulado (kg/t de aço)	Consumo de sínter (kg/t de aço)	Consumo de pelota (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços das três fontes de ferro pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), alcançaram-se os seguintes custos com essas matérias-primas:

	Custo de minério granulado (US$/t de aço) (a)	Custo de sínter (US$/t de aço) (b)	Custo de pelota (US$/t de aço) (c)	Custo total de ferro via minério granulado, sínter e pelota (US$/t de aço) (d) = (a) + (b) + (c)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	18,2 6
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]	82, 37

5.2.1.1.1.2. Do carvão mineral

Os preços referentes ao carvão mineral (coqueificável e PCI) corresponderam àqueles apresentados no item 5.1.1.1.1.2, já que se adotaram os valores de importação dessa matéria-prima na china para todas as origens.

	Hard Coking Coal (US$/t) CFR Jingtang	Carvão Mineral PCI (US$/t) - líquido de VAT (17%)
Média de P5	168,27	129,19

Para os índices de consumo dos dois tipos de carvão, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.2.

	Consumo de carvão mineral coqueificável (kg/t de aço)	Consumo de carvão mineral PCI (kg/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços dos dois tipos de carvão pelos respectivos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), alcançaram-se os seguintes custos com carvão mineral:

	Custo com carvão mineral coqueificável (US$/t de aço) (a)	Custo com carvão mineral PCI (US$/t de aço) (b)	Custo total de com carvão (US$/t de aço) (c) = (a) + (b)
Aço do grau 304	[Confidencial]	[Confidencial]	15,09
Aço do grau 430	[Confidencial]	[Confidencial]	68,10

5.2.1.1.1.3. Do níquel

O preço do níquel correspondeu àquele apresentado no item 5.1.1.1.1.3, já que se adotou como preço base para todas as origens aquele divulgado pela LME.

	Nickel 3 Months LME Daily Official $ per tonne Monthly Average	Preço final praticado ([Confidencial] % da cotação da LME) (US$/t)
Média	10.453,36	[Confidencial]

Para os índices de consumo das fontes de níquel, também foram utilizados os parâmetros observados na Usina de Tubarão, apresentados no mesmo item 5.1.1.1.1.3.

Fonte de níquel	Consumo de níquel (kg/t de aço)
Níquel eletrolítico (a)	[Confidencial]
Ferro níquel (b)	[Confidencial]
Níquel de sucata 304 (c)	[Confidencial]
Consumo total de níquel (d) = (a) + (b) + (c)	[Confidencial]

A partir da multiplicação do preço do níquel pelo respectivo índice (este último, dividido por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançou-se custo de US$ [Confidencial]/t com essa matéria-prima.

5.2.1.1.1.4. Do cromo

O preço do cromo é calculado, para os países asiáticos (no caso, China, Coreia do Sul, Taipé Chinês e Vietnã), a partir de publicação do CRU International, referente à rubrica China Ferrochrome: CC 49 - 70% Domestic. Esse preço base seria multiplicado por um percentual, de modo a refletir os valores efetivamente praticados no mercado. Com base em seus dados de aquisição em 2017, a Aperam informou que o percentual médio apurado correspondeu a [Confidencial]%.

Conforme já apresentado no item 5.1.2.1.1.4, o preço final do cromo para os países asiáticos correspondeu a US$ [Confidencial]/t.

Para o consumo de cromo, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.4.

Esse índice de consumo correspondeu a [Confidencial] kg/t de aço para aços do grau 304 e a [Confidencial] kg/t de aço para aços do grau 430.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A partir da multiplicação do preço do cromo pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo total com cromo (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.2.1.1.1.5. Do ferro de outras fontes

O custeio do ferro oriundo das outras fontes se baseou, no caso dos países asiáticos (China, Coreia do Sul, Taipé Chinês e Vietnã), no preço divulgado pelo Asian Metal para a rubrica Steel Scrap HMS 8 mm min EXW Wuxi RMB/mt. Os preços divulgados, segundo o Asian Metal estão apresentados na condição "Ex-works Wuki".

Conforme apresentado no item 5.1.2.1.1.5, o valor em questão correspondeu, em média, em 2017, a US$ 221,69/t, já líquido de VAT.

Para o consumo de ferro oriundo das outras fontes, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.5.

	Consumo de ferro (kg/t de aço)
Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304	[Confidencial]
Consumo total de ferro de outras fontes - grau 304	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços da sucata pelos índices de consumo de ferro oriundo de outras fontes (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro obtido de outras fontes (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.2.1.1.1.6. Do ferro silício

Conforme já mencionado, o ferro silício é introduzido no processo produtivo unicamente a partir do ferro silício standard 75%.

O preço dessa matéria-prima, apresentado na tabela a seguir, foi obtido a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "China CRU Domestic USD/t".

Trimestre de P5	China CRU Domestic (USD/t)
1	822,00
2	873,00
3	1.062,00
4	1.197,00
Média	988,50

Para o consumo de ferro silício, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.6.

Grau do aço	Consumo Puro (kg/t de aço)
304	[Confidencial]
430	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços do ferro silício pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro silício (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.2.1.1.1.7. Do ferro manganês

De forma semelhante ao que foi realizado para o ferro silício, os preços do ferro manganês, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos a partir de publicação do CRU Monitor para a rubrica "China CRU - Domestic (75% Mn) USD/t".

Trimestre de P5	China CRU - Domestic (75% Mn) (USD/t)
1	1.172,00
2	1.082,00
3	1.141,00
4	1.147,00
Média	1.135,50

Para o consumo de ferro manganês, utilizaram-se como parâmetro os índices observados para a produção de produto de código (CODPROD) [Confidencial], em P5, para produto similar doméstico constituído por aço do grau 304, e de produto de CODPROD [Confidencial], para produto similar constituído por aço de grau 430, já apresentados no item 5.1.1.1.1.7.

	Consumo Puro (kg/t de aço)
Consumo total de ferro manganês - grau 304	[Confidencial]
Consumo total de ferro manganês - grau 430	[Confidencial]

A partir da multiplicação dos preços do ferro manganês pelos índices de consumo (estes últimos, divididos por mil), apurados conforme descrito anteriormente, alcançaram-se os seguintes custos com essa matéria-prima:

	Custo com ferro manganês (US$/t de aço)
Aço do grau 304	[Confidencial]
Aço do grau 430	[Confidencial]

5.2.1.1.1.8. Do resumo dos custos com matérias-primas

A tabela a seguir resume os custos com matérias-primas para a construção do valor normal para a China.

Matéria-prima	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Ferro via pelota + sinter + minério	18,26	82,37
Carvão	15,09	68,10
Níquel	[Confidencial]	[Confidencial]
Cromo	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro via sucata	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Silício	[Confidencial]	[Confidencial]
Ferro Manganês	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo total com matérias-primas	1. 37 7,27	6 22,11

5.2.1.1.2. Da energia elétrica

Para a construção do valor normal para a China, a Aperam sugeriu a utilização dos preços de energia elétrica praticados em Taipé Chinês, uma vez que, conforme teria constado do item 4.3.3.9.4 da Circular SECEX nº 50, de 2017, as tarifas de energia elétrica da China seriam fixadas com base em política centralizada.

A referida circular tornou público que se concluiu por uma determinação preliminar positiva de subsídios acionáveis nas exportações da China para o Brasil de laminados a quente e de dano à indústria doméstica deles decorrente, sem recomendação de aplicação de medidas compensatórias provisórias.

Constou o seguinte da Resolução CAMEX nº 34, de 21 de maio de 2018, publicada em edição extra do D.O.U. da mesma data, que encerrou a aludida investigação de subsídios com aplicação de medida compensatória:

Conforme o previsto no art. 35, da "Electric Power Law of the People's Republic of China", as tarifas de energia elétrica são fixadas com base em uma política centralizada.

[...]

O uso dos preços de energia elétrica pelo governo chinês para alcançar os objetivos fixados em suas políticas industriais é evidente. Em 2007, por exemplo, o governo central chinês celebrou acordos com dez províncias para o fechamento de empresas obsoletas produtoras de aço. O então vice premiê Zeng Peiyan declarou que o governo central iria implementar os referidos acordos praticando "different electricity rate to those outdated production capacities so as to compress the profitmaking space for outdated production capacities."

Como grande parte da energia elétrica chinesa é produzida por empresas controladas pelo estado, tem-se que o governo chinês utiliza os preços de energia para favorecer as empresas que estejam alinhadas com a sua política industrial.

[...]

Tendo em vista que o governo da China não respondeu às perguntas do questionário com os elementos solicitado, com base nas informações contidas nas respostas aos questionários, concluiu-se que que há elementos de prova indicando a existência de subsídios por meio do fornecimento de energia elétrica a preços reduzidos. Tal incentivo se configura como subsídio, já que envolve uma contribuição financeira por governo ou órgão público, nos termos da alínea "c", do inciso II, do art. 4º do Decreto no 1.751, de 1995, que confere um benefício aos receptores, uma vez que tais empresas passam a contar com recursos adicionais em relação àquelas que não participam do programa.

Também ante a ausência de respostas completas por parte do governo da China, concluiu-se que as empresas do setor siderúrgico, tido como prioritário pelo governo da China, conforme apontado no item 4.1 deste Anexo foram beneficiadas de modo preponderante pelo programa. Assim, o fornecimento de energia elétrica a preços reduzidos se configura como subsídio específico de fato, nos termos do art. 6º, §3º do Regulamento Brasileiro, e, portanto, sujeito à aplicação de medidas compensatórias.

Como se denota a partir do trecho anterior, concluiu-se na investigação mencionada, que há, de fato, interferência do Governo da China na fixação da tarifa de energia elétrica.

Considerando os fatos expostos, resolveu-se, para fins de início da revisão, acatar a sugestão da Aperam e utilizar os preços de energia elétricos praticados em Taipé Chinês, divulgados pela Taiwan Power Company.

Conforme detalhado no item 5.1.4.1.2, o preço médio do kWh em Taipé Chinês correspondeu a US$ 0,09. Já o valor do kW equivaleu a US$ 4,54. Considerando, ainda, os índices de consumo verificados na indústria doméstica (detalhados no mesmo item), apurou-se custo total com energia elétrica em Taipé Chinês de US$ [Confidencial]/t de aço para produtos do grau 304 e US$ [Confidencial]/t de aço para produtos do grau 430. Esses valores foram utilizados na construção do valor normal para a China.

5.2.1.1.3. Das outras utilidades

Assim como explicado no item 5.1.1.1.3, para calcular o custo com outras utilidades (excluída a energia elétrica), utilizou-se a representatividade dessas outras utilidades em relação à energia elétrica, a partir das informações de custo de produção reportadas.

Rubrica	Percentuais (%)
Representatividade outras utilidades - grau 304	[Confidencial]
Representatividade outras utilidades - grau 430	[Confidencial]

Os percentuais obtidos ([Confidencial]% e [Confidencial]%) foram aplicados ao custo com energia elétrica apurado no item anterior, para a construção do valor normal.

A tabela a seguir demonstra os cálculos realizados.

Grau do aço	Custo com energia elétrica (US$/t) (a)	Percentual aplicado (%) (b)	Custo com outras utilidades (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]
430	[Confidencial]	[Confidencial]	[Confidencial]

5.2.1.1.4. Da mão de obra

A Aperam sugeriu a adoção do valor da mão de obra em Taipé Chinês, divulgado pelo Trading Economics, para a China. A empresa justificou seu pedido de forma a guardar consistência com metodologia que teria sido adotada quando do início da investigação de dumping nas exportações da China para o Brasil de cilindros de laminação, conforme divulgado pela Circular SECEX nº 14, de 23 de março de 2018, publicada no D.O.U. de 26 de março de 2018.

Transcreve-se, a seguir, excerto da aludida circular que tratou do custo com mão de obra para a construção do valor normal:

Com relação ao cálculo do custo da mão-de-obra, para fins de início da investigação, em vez de utilizar o salário pago na indústria na Coreia do Sul, sugerido pela peticionária, optou-se por utilizar o valor médio do salário pago em Taipé Chinês, tendo em vista que há dados oficiais emitidos por agência do governo, disponibilizados publicamente, além de serem mais detalhados do que os apresentados na petição. As informações foram retiradas do sítio eletrônico de estatísticas oficiais do governo de Taipé Chinês, disponível por meio do endereço https://eng.stat.gov.tw/public/Attachment/78221231138VPBVQ8D.pdf, acessado em 5 de fevereiro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Como se percebe, naquela ocasião, adotou-se para a China dados relativos à mão de obra de Taipé Chinês em virtude (i) de estes últimos serem mais confiáveis, haja vista que são divulgados por agência do governo e (ii) do grau de detalhamento em que se apresentam.

Levando-se em conta especialmente o primeiro fator listado no parágrafo anterior, decidiu-se, para fins de início desta revisão, acatar a proposta de se atribuir à China dados de mão de obra observados em Taipé Chinês. Não obstante, considerando que tal opção justifica-se justamente em função da confiabilidade das informações divulgadas pela National Statistics Republic of China (Taiwan), disponível em https://eng.stat.gov.tw/public/Data/8810160247RLW6M7Z.pdf, utilizaram-se dados desta agência, em detrimento daqueles publicados no Trading Economics.

De acordo com a fonte de informações, o salário médio mensal em Taipé Chinês para o setor de manufatura e serviços correspondeu, em 2017, a NTD 49.989,00. Esse valor, convertido pela taxa de câmbio média de P5, calculada a partir de dados divulgados pelo BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013, equivaleu a US$ 1.642,19.

Ainda de acordo com a mesma fonte, os empregados do setor de indústria e serviços de Taipé Chinês trabalharam em 2017, em média, 169,6 horas. Portanto, o valor da hora trabalhada na origem correspondeu a US$ 9,68 (US$ 1.642,19 / 169,6 = US$ 9,68).

Para o cálculo do consumo de mão de obra, ou seja, da quantidade de horas trabalhadas para a produção de uma tonelada do produto similar, a indústria doméstica valeu-se de seus dados de emprego e produção, já apresentados no item 5.1.1.1.4.

Número de horas por empregado para a produção de 1 t	[Confidencial]

Dessa forma, multiplicando-se o valor pago pela hora trabalhada (US$ 9,68/h) pelo número de horas necessárias para a produção de uma tonelada do produto similar ([Confidencial] h), alcançou-se custo com mão de obra de US$ [Confidencial]/t.

5.2.1.1.5. Dos outros materiais (fundentes)

Para o cálculo do custo com fundentes, a peticionária utilizou os custos de produção em que incorreu em P5 para a fabricação do produto similar doméstico. O seu custo com fundentes foi dividido pelo referente às matérias-primas, alcançando-se o percentual de um em relação ao outro, conforme já demonstrado no item 5.1.1.1.5.

	Aço do grau 304	Aço do grau 430
Percentual de representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pelos custos com matérias-primas apresentados no item 5.2.1.1.1.8, resultando no custo com fundentes para a construção do valor normal, o qual equivaleu a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 304 e a US$ [Confidencial]/t para aços do grau 430.

5.2.1.1.6. Dos outros custos variáveis

Conforme relatado no item 5.1.1.1.6, foram verificados, para o cálculo dos outros custos variáveis, os percentuais de representatividade destes em relação à soma dos custos com matérias-primas, utilidades e outros materiais da indústria doméstica. A tabela a seguir apresenta os percentuais encontrados.

	A ço do grau 304	A ço do grau 430
Percentual de representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Esses percentuais foram multiplicados pela soma com os custos relacionados a matérias-primas, utilidades (energia elétrica e outras) e outros materiais, apresentados, respectivamente, nos itens 5.2.1.1.1.8, 5.2.1.1.2, 5.2.1.1.3 e 5.2.1.1.5. A tabela a seguir apresenta os cálculos e valores encontrados.

Rubrica	Valor - aço do grau 304 (US$/t)	Valor - aço do grau 430 (US$/t)
Matérias-primas (a)	1.377,27	622,11
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (e) = (a) + (b) + (c) + (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]

5.2.1.1.7. Dos outros custos fixos

Conforme explicado no item 5.1.1.1.7, uma vez apurados os valores de outros custos fixos da indústria doméstica, excluída a mão de obra indireta, foi calculada sua representatividade em relação à totalidade das outras rubricas de custos da empresa, exceto a depreciação. A tabela abaixo apresenta essa representatividade.

	A ço do grau 304	A ço do grau 430
Representatividade (%)	[Confidencial]	[Confidencial]

Os percentuais anteriores foram multiplicados pela soma de todas as rubricas componentes do custo de manufatura para a construção do valor normal, apresentadas nos itens 5.2.1.1.1.8, 5.2.1.1.2, 5.2.1.1.3, 5.2.1.1.4, 5.2.1.1.5 e 5.2.1.1.6. A tabela a seguir apresenta esse cálculo, e o resultado alcançado para outros custos fixos e o valor total do custo de manufatura antes da inclusão da depreciação/amortização.

Rubrica	Valores - aço do grau 304 (US $/t)	Valores - aço do grau 430 (US $/t)
Matéria-prima (a)	1.377,27	622,11
Energia elétrica (b)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outras utilidades (c)	[Confidencial]	[Confidencial]
Mão de obra (d)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros materiais (e)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos variáveis (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Subtotal (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f)	[Confidencial]	[Confidencial]
Outros custos fixos (h) = (g) x [Confidencial] % (grau 304) ou (g) x [Confidencial] % (grau 430)	[Confidencial]	[Confidencial]
Custo de manufatura pré-depreciação (i) = (g) + (h)	1 . 9 22,08	1. 302 ,18

5.2.1.1.8. Da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro

Para apuração da depreciação/amortização, das despesas operacionais e do lucro, a peticionária havia sugerido, incialmente, a utilização de dados das demonstrações financeiras da empresa siderúrgica Baoshan Iron & Steel Co., Ltd., sediada na China, referentes ao período de janeiro a setembro de 2017 (Disponível em http://tv.baosteel.com/ir/pdf/report/600019_2017_3e.pdf).

Apesar de a proposta de utilização dos dados da Baoshan ter partido da própria peticionária, esta, em documento protocolado em 6 de agosto de 2018, sugeriu que se alterasse a metodologia e, em substituição, se empregassem, para a construção do valor normal para a China, dados da empresa "China Steel Standalone" (na verdade, China Steel Corporation), de Taipé Chinês. O pedido justificar-se-ia em virtude de a Baoshan alegadamente não produzir mais produtos de aço inoxidável desde 2012, conforme consulta ao seu sítio eletrônico (http://www.baosteel.com/group_en/contents/2939/40189.html).

Em consulta ao sítio eletrônico indicado, observou-se que, de fato, não há registro de produção de produtos de aço inoxidável pela Baoshan desde 2013. Por essa razão, decidiu-se acatar, para fins de início da revisão, a proposta apresentada pela peticionária e atribuir à China os níveis de despesas operacionais, depreciação/amortização e lucro praticados pela China Steel Corporation, de Taipé Chinês.

Os valores divulgados para a depreciação/amortização, as despesas operacionais e o lucro foram divididos pelo custo dos produtos vendidos da empresa, de modo a se alcançaram os respectivos percentuais de representatividades. A tabela a seguir apresenta o cálculo desses percentuais.

Rubrica	Classificação	Valor (1.000.000 NTD)	Representatividade em relação ao CPV (%)
Operating costs	CPV	-187.568,81	-100,0
Depreciation and amortization - Property, plant and equipment	Depreciação/amortização	-17.373,00	-9,3
General and administrative expenses	Despesas gerais e administrativas	-3.544,81	-1,9
Research and development expenses	Despesas gerais e administrativas	-1.720,19	-0,9
Total de despesas gerais e administrativas		-5.265,00	-2,8
Selling and marketing expenses	Despesas de venda	-2.836,95	-1,5
Finance costs	Resultado financeiro	-1.919,05	-1,0
Interest income	Resultado financeiro	146,64	0,1
Total do resultado financeiro		-1.772,42	-0,9

Para o cálculo do lucro obtido, deduziu-se da receita líquida auferida (207.098,63 milhões de novos dólares taiwaneses) o CPV, as despesas gerais e administrativas, as despesas de venda e o resultado financeiro. Com isso, o lucro calculado equivaleu a 9.655,46 milhões de novos dólares taiwaneses, que representa 5,1% do CPV.

Considerou-se, para fins de início da revisão, que a depreciação/amortização divulgada nas demonstrações financeiras da empresa China Steel Corporation se encontra incluída em seu CPV. Por essa razão e, ainda, considerando que a apuração da depreciação/amortização para a construção do valor normal partiu do custo de manufatura "pré-depreciação/amortização", seu cálculo se deu a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Depr./amort. Para construção do VN} = \frac{\text{(custo de manufatura pré - depr./amort.)} \times p\%}{(1 - p\%)}$$

Na fórmula anterior, "P" representa o percentual de participação da depreciação/amortização da empresa China Steel Corporation em seu CPV (neste caso, correspondente a 9,3%).

Os demais percentuais encontrados foram multiplicados pelo custo de manufatura apresentado no item anterior somado à depreciação/amortização calculada, resultando nos valores utilizados na construção do valor normal.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de manufatura - pré-depreciação/amortização (a)	1.922,08	1.302,18
Depreciação (b)	196,20	132,92
Custo de manufatura - pós depreciação/amortização (c) = (a) + (b)	2.118,28	1.435,10
Despesas gerais e administrativas (d)	59,46	40,28
Despesas de venda (e)	32,04	21,71
Resultado financeiro (f)	20,02	13,56
Custo de total de produção (g) = (c) + (d) + (e) + (f)	2.229,80	1.510,65
Lucro (h)	109,04	73,87

5.2.1.1.9. Do valor normal construído

Somando o custo total de produção ao lucro, ambos apresentados no item anterior, obteve-se o valor normal construído para a China, o qual é apresentado na tabela a seguir.

Rubrica	Valor (aço do grau 304) (US$/t)	Valor (aço do grau 430) (US$/t)
Custo de total de produção (a)	2.229,80	1.510,65
Lucro (b)	109,04	73,87
Valor normal construído (c) = (a) + (b)	2. 33 8,84	1. 5 84,53

De acordo com os dados de importação fornecidos pela RFB, foi possível identificar o grau do aço em 99,6% das importações do produto sujeito à medida originárias da China, em P5 desta revisão, em termos de volume. Do universo identificado, 39,3% corresponderam produtos de aço inoxidável laminados a frio do grau 304. Já o restante (60,7%) foi representado por produtos de aço do grau 430.

Ponderando-se os valores normais construídos para cada tipo de aço por esses percentuais, obtém-se o valor normal construído para a China de US$ 1.880,97/t (mil, oitocentos e oitenta dólares estadunidenses e noventa e sete centavos por tonelada), na condição delivered. Considerou-se, para fins de início da revisão, que o valor normal construído se encontra nessa condição, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado chinês. Ademais, essa opção revela-se mais conservadora, dado que prescinde da soma de valor de frete, resultando em valor normal menor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.2.1.2. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto investigado, é o valor recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto investigado.

Para fins de apuração do preço de exportação de produtos de aço inoxidável laminados a frio da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro, efetuadas no período de investigação de indícios de dumping, ou seja, de janeiro a dezembro de 2017. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação, conforme definição constante do item 3.1.

Obteve-se o preço de exportação apurado para a China de US$ 1.775,68/t (mil, setecentos e setenta e cindo dólares estadunidenses e sessenta e oito centavos por tonelada), na condição FOB, cujo cálculo se detalha na tabela a seguir:

Preço de Exportação

Valor FOB (mil US$)	Volume (t)	Preço de Exportação FOB (US$/t)
[Confidencial]	[Confidencial]	1.775,68

5.2.1.3. Da margem de dumping

Para fins de início da investigação, considerou-se que a apuração do preço de exportação, em base FOB, seria comparável com o valor normal na condição delivered, uma vez que este inclui frete até o cliente, e aquele, frete até o porto de embarque.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China.

Margem de Dumping

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)	Margem de Dumping Relativa (%)
1.880,97	1.775,68	105,29	5,9

Percebem-se, portanto, indícios de que os produtores/exportadores chineses incorreram na prática de dumping em P5 desta revisão.

5.3. Da conclusão sobre os indícios de dumping

Os cálculos desenvolvidos nos itens 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4, 5.1.5 e 5.2.1 demonstram haver indícios de que (i) os produtores/exportadores da Alemanha, da Coreia do Sul, da Finlândia, de Taipé Chinês e do Vietnã, embora tenham exportado volumes insignificantes ou, até mesmo, inexistentes em P5 desta revisão, necessitariam praticar dumping para conseguir concorrer com o produto similar doméstico, uma vez que seus valores normais internados no Brasil superam o preço praticado pela indústria doméstica; e (ii) os produtores/exportadores chineses exportaram para o Brasil volumes representativos do produto sujeito à medida em P5 desta revisão a preços de dumping.

5.4. Do desempenho do produtor/exportador

A fim de avaliar o potencial exportador das origens investigadas, a indústria doméstica apresentou dados de capacidade instalada para produção de produtos planos de aços inoxidáveis laminados a frio, em mil toneladas, obtidas por meio da publicação do CRU International - "Stainless Steel Flat Products Market Outlook 2017 August Overview". Foram obtidos também da publicação CRU International, os dados de embarque, que englobam embarques para os mercados interno e externo, para a mesma classe de produtos. Pela diferença entre as variáveis acima, obteve-se o potencial excedente exportável para o período objeto da revisão, em mil toneladas.

Excedente exportável - Alemanh a (mil t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Capacidade (1)	810	630	630	500	500
Embarques (2)	688	585	481	382	430
Excedente exportável (1-2)	122	45	149	118	70

Excedente exportável - China (mil t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Capacidade (1)	10.522	12.510	13.815	14.945	16.495
Embarques (2)	9.723	10.876	10.883	12.381	12.477
Excedente exportável (1-2)	799	1 . 634	2 . 932	2 . 564	4 . 018

Excedente exportável - Coreia do Sul (mil t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Capacidade (1)	1.986	1.986	1.986	1.986	1.986
Embarques (2)	1.120	1.129	1.186	1.219	1.267
Excedente exportável (1-2)	866	857	800	767	719

Excedente exportável - Finlândia (mil t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Capacidade (1)	750	750	750	750	750
Embarques (2)	594	700	724	724	754
Excedente exportável (1-2)	156	50	26	26	-4

Excedente exportável - Taipé Chinês (mil t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Capacidade (1)	1.602	1.668	1.668	1.668	1.768
Embarques (2)	1.278	1.172	1.051	1.270	1.327
Excedente exportável (1-2)	324	496	617	398	441

Excedente exportável - Vietnã (mil t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Capacidade (1)	335	335	410	410	410
Embarques (2)	190	230	260	308	289
Excedente exportável (1-2)	145	105	150	102	121

Excedente exportável - Total das origens investigadas (mil t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Capacidade (1)	16.005	17.879	19.259	20.259	21.909
Embarques (2)	13.593	14.692	14.585	16.284	16.544
Excedente exportável (1-2)	2.412	3.187	4.674	3.975	5.365

Adicionalmente, foram obtidos os dados de exportação das origens investigadas do sítio eletrônico Trade Map (Disponível em < http://www.trademap.org >. Acesso em 20 de setembro de 2018.). Foram extraídos os dados referentes às subposições 7219.32, 7219.33, 7219.34, 7219.35, 7220.20, que são os níveis mais desagregados disponíveis no que tange a dados de exportações mundiais. A evolução das referidas exportações de 2013 a 2017 constam do quadro abaixo:

Exportações das origens investigadas (t)

	P1	P2	P3	P4	P5
Alemanha	486.409	473.181	450.301	427.289	446.176
China	857.710	1.324.294	1.112.703	1.253.899	1.235.952
Coreia do Sul	478.396	481.879	542.419	557.974	587.103
Finlândia	608.256	658.296	692.105	726.654	722.602
Taipé Chinês	740.969	771.429	593.789	731.501	825.013
Vietnã	79.865	63.772	67.305	75.161	75.667
Total	3.251.605	3.772.851	3.458.622	3.772.478	3.892.513

Da análise do quadro anterior, é possível observar que os volumes exportados pelas origens investigadas são bastante expressivos, de modo que excedem em muito os volumes aferidos para o mercado brasileiro de laminados a frio, conforme item 6.2 deste documento.

Ademais, o excedente exportável das origens investigadas demonstrado nos quadros anteriores, obtido pela diferença entre a capacidade instalada e os embarques totais, é muito superior ao mercado brasileiro. Esse excedente foi [Confidencial] vezes maior do que o mercado brasileiro em P5. Além disso, é importante ressaltar que a capacidade instalada das origens investigadas aumentou 37% de P1 para P5 e o excedente exportável mais que dobrou no mesmo período (aumento de 122%).

Todos os dados de capacidade, embarques e exportações se referem a produtos planos de aço inoxidável laminados a frio, englobando outros produtos além do escopo desta revisão. Contudo, para fins de início de revisão, ainda que os levantamentos realizados possam estar superestimados por levar em consideração uma gama maior de produtos, considerou-se que os dados apontam para a existência de considerável potencial exportador do produto sujeito ao direito antidumping das origens investigadas. Ademais, cabe enfatizar que a capacidade instalada eventualmente ociosa pode ser direcionada para a produção de produto que se enquadra nas características do produto objeto do direito.

5.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 107 c/c o inciso III do art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de que a extinção do direito antidumping em vigor levaria muito provavelmente à continuação ou retomada de dumping à indústria doméstica, deve ser examinado se ocorreram eventuais alterações nas condições de mercado nos países exportadores, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo eventuais alterações na oferta e na demanda do produto similar.

Nesse sentido, destaque-se o aumento da capacidade instalada da China de P1 a P5, conforme demonstrado no item anterior. Com base nos dados do relatório "Stainless Steel Flat Products Market Outlook 2017 August Overview" da publicação CRU International, a capacidade instalada da China aumentou 57% de P1 a P5. Cumpre observar que o aumento da capacidade instalada chinesa não foi acompanhado por aumento na mesma proporção da quantidade embarcada, a qual aumentou 28% no período de análise de continuação/retomada de dano. Em decorrência disso, o excedente exportável chinês aumentou 403%, ou 3.219 mil toneladas de P1 a P5.

5.6. Da aplicação de medida de defesa comercial

O art. 107 c/c o inciso IV do art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de que a extinção do direito antidumping em vigor levaria muito provavelmente à continuação ou retomada de dumping à indústria doméstica, deve ser examinado se houve a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

Em pesquisa ao sítio eletrônico do Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP), disponível em: <http://i-tip.wto.org/goods/default.aspx?language=en>. Acesso em 21 de setembro de 2018, da Organização Mundial do Comércio - OMC, verificou-se que, no período de revisão, houve aplicação/manutenção de direito antidumping aplicado a laminados a frio das origens investigadas pelos EUA, União Europeia, Índia, Taipé Chinês, Tailândia e Vietnã, além do Brasil. Houve aplicação/manutenção de medidas compensatórias aplicadas pelos EUA e pela Índia.

Além disso, os EUA estão aplicando sobretaxas de 25% sobre as importações de diversos tipos de aço, incluindo o produto objeto da revisão, com base na Seção 232, alegando ameaças à segurança nacional, desde março de 2018. Essas tarifas afetam a maior parte dos parceiros comercias dos EUA, inclusive as origens investigadas. Apenas a Coreia do Sul, para não ser atingida pelas sobretaxas, aceitou restringir suas exportações de aço para os EUA por meio de quotas.

Houve também aplicação de salvaguardas provisórias pela União Europeia de 25% sobre o volume que exceder a média simples das importações dos anos de 2015 a 2017 sobre as importações de diversos tipos de aço, incluindo os laminados a frio em análise.

Nesse sentido, considera-se haver possibilidade de redirecionamento das exportações com preços com indícios de dumping para o Brasil.

5.7. Da conclusão sobre os indícios de continuação ou retomada de dumping

Concluiu-se, para fins de início da revisão, que, caso a medida antidumping em vigor seja extinta, muito provavelmente haverá continuação da prática de dumping nas exportações de laminados a frio da China e retomada da prática de dumping nas exportações da Alemanha, da Coreia do Sul, da Finlândia, de Taipé Chinês e do Vietnã para o Brasil. Além de haver indícios de que os produtores/exportadores dessas origens têm probabilidade de retomar/continuar a prática de dumping, há indícios de existência de substancial potencial exportador dos mesmos. Ademais, a existência de medidas antidumping e compensatórias, além de outras sobretaxas sobre o aço, aplicadas aos produtos originários das origens investigadas por diversos países indica a possibilidade de redirecionamento das exportações com preços com indícios de dumping para o Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Serão analisadas, neste item, as importações brasileiras, o consumo nacional aparente e o mercado brasileiro de laminados a frio. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de continuação/retomada de dano à indústria doméstica.

Considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro a dezembro de 2013;
P2 - janeiro a dezembro de 2014;
P3 - janeiro a dezembro de 2015;
P4 - janeiro a dezembro de 2016; e
P5 - janeiro a dezembro de 2017.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de laminados a frio importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes aos subitens 7219.32.00, 7219.33.00, 7219.34.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da NCM, fornecidos pela RFB.

São classificadas nesses subitens da NCM, além dos laminados a frio em análise, importações de laminados a frio de graus diversos do 304 e 430 e de espessuras fora do escopo da revisão, além de outros produtos.

Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, a fim de se obterem as informações referentes exclusivamente a laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos tipo 304 (304, 304L e 304H) e de aços inoxidáveis ferríticos tipo 430, laminados a frio, com espessura igual ou superior a 0,35 mm, mas inferior a 4,75 mm. A metodologia para depurar os dados consistiu em excluir aqueles produtos que não estavam em conformidade com os parâmetros descritos neste item.

Não foram considerados como sendo o produto em análise: produtos laminados a frio de graus diversos do 304 e 430 e/ou com espessura inferior a 0,35mm ou superior a 4,75mm, chapas perfuradas, placas de desgaste, placas de fricção, perfis, pratos, chapas de transferência, chapas recalçadas, fitas de vedação, telhas, acessórios para escapamentos, alça de cabo de aço, cinta em aço inoxidável, tubos, dentre outros.

Em que pese a metodologia adotada, ainda restaram importações cujas descrições nos dados disponibilizados pela RFB não permitiram concluir se o produto importado correspondia aos laminados a frio dentro das especificações descritas acima. Nesse contexto, para fins de início da revisão, foram consideradas como importações de produto em análise os volumes e os valores das importações de laminados a frio cuja descrição não permitiu identificar as informações completas acerca do grau e espessura.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de laminados a frio no período de investigação de indícios de continuação/retomada do dano à indústria doméstica.

Importações totais (em número-índice de t)

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	23,0	37,8	17,6	19,6
Alemanha	100,0	3,3	0,0	0,1	0,3
Taipé Chinês	100,0	6,2	1,7	0,3	0,1
Coreia do Sul	100,0	65,2	15,2	6,4	0,4
Finlândia	100,0	10,2	2,0	0,2	-
Total sob análise	100,0	14,7	13,2	5,9	6,1
África do Sul	100,0	120,8	89,1	69,3	73,5
EUA	100,0	193,0	434,0	292,4	828,5
Espanha	100,0	119,4	140,1	156,8	256,6
Indonésia	100,0	163,1	108,6	89,4	94,9
Malásia	100,0	168,7	91,8	88,6	241,4
Turquia	100,0	6.708,8	5.083,3	455,4	3.550,6
Japão	100,0	1.469,9	3.825,2	1.314,1	2.554,4
Índia	100,0	58,5	44,7	5,0	22,9
França	100,0	671,6	132,6	260,2	538,0
México	100,0	152,1	17,2	186,0	479,5
Tailândia	100,0	347,8	133,0	15,6	32,3
Itália	100,0	30,5	28,8	7,8	6,9
Demais países*	100,0	21,4	11,2	6,6	7,0
Total (exceto sob análise)	100,0	137,0	107,2	68,8	108,4
Total Geral	100,0	87,2	68,9	43,1	66,7

*Demais países: Bélgica, Argentina, Reino Unido, Hong Kong, Suécia, Países Baixos, Singapura, Polônia, Canadá, Áustria, Emirados Árabes Unidos e Romênia.

O volume das importações brasileiras de laminados a frio das origens investigadas diminuiu até P4: 85,3% de P1 para P2, 10,3% de P2 para P3 e 55,4% de P3 para P4 - e registrou aumento de P4 para P5, de 3,9%. Assim, ao se considerar todo o período de análise, observou-se diminuição acumulada no volume importado de 93,9%. Ressalte-se que não foram registradas importações oriundas do Vietnã ao longo de todo o período analisado.

Quanto ao volume importado de laminados a frio das demais origens pelo Brasil, observou-se crescimento de 37% de P1 para P2, quedas de 21,8% de P2 para P3 e de 35,8% de P3 para P4, e novo aumento de 57,6% de P4 para P5. Relativamente a P1, as referidas importações aumentaram 8,4% em P5.

As importações brasileiras totais de laminados a frio apresentaram o mesmo comportamento das importações das origens investigadas: diminuições de 12,8%, 21% e 37,3% em P2, P3 e P4, sempre em relação ao período anterior. De P4 para P5 houve aumento de 54,6%. Durante todo o período de investigação de indícios de continuação/retomada do dano, de P1 a P5, houve decréscimo de 33,3% no volume total de importações.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

Os quadros a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de laminados a frio no período de investigação de indícios de continuação/retomada do dano à indústria doméstica.

Valor das importações totais (em número-índice de Mil US$ CIF)

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	21,6	31,8	10,4	15,3
Alemanha	100,0	2,6	0,0	0,2	0,6
Taipé Chinês	100,0	7,0	2,0	0,2	0,1
Coreia do Sul	100,0	66,9	16,9	7,3	0,6
Finlândia	100,0	10,5	1,9	0,3	-
Total sob análise	100,0	14,0	11,6	3,7	4,9
África do Sul	100,0	131,1	90,0	54,2	71,4
EUA	100,0	160,9	296,9	185,5	529,3
Espanha	100,0	119,2	118,4	124,9	238,5
Indonésia	100,0	158,4	112,1	78,3	91,6
Malásia	100,0	156,9	80,1	59,8	182,0
Turquia	100,0	5.963,4	4.198,2	270,0	2.306,9
Japão	100,0	256,8	718,5	187,7	419,6
Índia	100,0	61,2	48,6	3,8	20,7
França	100,0	519,4	112,4	146,2	370,9
México	100,0	163,7	15,2	126,3	410,6
Tailândia	100,0	367,3	145,0	14,3	30,2
Itália	100,0	32,1	29,6	9,6	7,8
Demais países*	100,0	354,2	175,9	28,8	39,9
Total (exceto sob análise)	100,0	160,9	116,8	57,0	106,9
Total Geral	100,0	98,5	72,1	34,3	63,6

*Demais países: Bélgica, Argentina, Reino Unido, Hong Kong, Suécia, Países Baixos, Singapura, Polônia, Canadá, Áustria, Emirados Árabes Unidos e Romênia.

O valor, em Mil US$ CIF, das importações das origens investigadas diminuiu 86% de P1 para P2, 17,5% de P2 para P3, 67,7% de P3 para P4 e aumentou 31,9% de P4 para P5. Quando comparado P1 com P5, o valor das importações brasileiras de laminados a frio provenientes das origens investigadas apresentou queda de 95,1%.

Com relação ao valor das importações das outras origens, houve aumento de 60,9% de P1 para P2, diminuições de 27,4% de P2 para P3 e de 51,2% de P3 para P4, e novo crescimento de 87,7% de P4 para P5. Considerado todo o período de análise, o valor das importações das outras origens aumentou 6,9%.

O valor total das importações apresentou quedas de 1,5% de P1 para P2, de 26,8% de P2 para P3 e de 52,4% de P3 para P4. De P4 para P5, o valor das importações brasileiras totais aumentou 85,1%. Se considerados P1 a P5, houve decréscimo de 36,4% do valor total dessas importações.

Preço das importações totais (em número-índice de US$ CIF/t)

Origem	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	93,8	84,3	59,3	78,0
Alemanha	100,0	78,0	122,6	339,6	224,4
Taipé Chinês	100,0	112,8	120,3	81,8	56,5
Coreia do Sul	100,0	102,6	111,8	113,5	156,0
Finlândia	100,0	102,8	98,7	103,3	-
Total sob análise	100,0	95,2	87,6	63,3	80,4
África do Sul	100,0	108,5	101,0	78,3	97,2
EUA	100,0	83,3	68,4	63,4	63,9
Espanha	100,0	99,9	84,5	79,7	92,9
Indonésia	100,0	97,1	103,2	87,6	96,5
Malásia	100,0	93,0	87,3	67,5	75,4
Turquia	100,0	88,9	82,6	59,3	65,0
Japão	100,0	17,5	18,8	14,3	16,4
Índia	100,0	104,5	108,8	75,1	90,5
França	100,0	77,3	84,8	56,2	68,9
México	100,0	107,6	88,0	67,9	85,6
Tailândia	100,0	105,6	109,0	91,7	93,3
Itália	100,0	105,0	102,8	123,6	114,2
Demais países*	100,0	1.655,7	1.570,3	435,5	569,1
Total (exceto sob análise)	100,0	117,4	109,0	82,8	98,6
Total Geral	100,0	113,0	104,7	79,6	95,3

*Demais países: Bélgica, Argentina, Reino Unido, Hong Kong, Suécia, Países Baixos, Singapura, Polônia, Canadá, Áustria, Emirados Árabes Unidos e Romênia.

O preço médio das importações brasileiras de laminados a frio provenientes das origens investigadas diminuiu 4,8% de P1 para P2, 8% de P2 para P3 e 27,7% de P3 para P4. Já de P4 para P5 houve aumento de 27%. Ao serem considerados os extremos da série, P1 para P5, o preço médio dessas importações diminuiu 19,6%.

O preço médio das importações das outras origens aumentou 17,4% de P1 para P2, diminuiu 7,2% e 24,1% de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente, e aumentou 19,1% de P4 para P5. De P1 para P5 o preço médio das importações das outras origens diminuiu 1,4%.

O preço médio do total das importações acompanhou a tendência do preço médio das importações das demais origens. O preço aumentou 13% de P1 para P2 e diminuiu 7,3% de P2 para P3 e 24% de P3 para P4. De P4 para P5 houve elevação de 19,7%. De P1 para P5 o preço médio das importações totais diminuiu 4,7%.

6.2. Do mercado brasileiro

Tendo em vista que não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, o mercado brasileiro equivale ao consumo nacional aparente (CNA) do produto no Brasil.

Com vistas a se dimensionar o mercado brasileiro de laminados a frio, foram consideradas as quantidades fabricadas e vendidas no mercado interno, líquidas de devoluções da indústria doméstica e as quantidades totais importadas apuradas com base nos dados oficiais da RFB, apresentadas no item anterior. As vendas internas da indústria doméstica incluem apenas as vendas de fabricação própria. A peticionária realizou apenas uma operação de revenda, em P2. A revenda não foi incluída na coluna relativa às vendas internas, tendo em vista já constar dos dados relativos às importações.

Mercado brasileiro (em número-índice de t)

Período	Vendas indústria doméstica	Importações origens investigadas	Importações outras origens	Mercado brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	110,2	14,7	137,0	103,4
P3	80,0	13,2	107,2	76,7
P4	95,6	5,9	68,8	80,2
P5	97,2	6,1	108,4	88,2

Observou-se que o mercado brasileiro de laminados a frio apresentou crescimento em quase todos os períodos: 3,4% de P1 para P2, 4,6% de P3 para P4 e 10% de P4 para P5. Contudo, de P2 para P3 houve diminuição acentuada de 25,9%. Ao analisar os extremos da série, ficou evidenciada redução do mercado brasileiro de 11,8%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.3. Da evolução das importações

6.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de laminados a frio.

Participação no mercado brasileiro (em número-índice)

Período	Mercado brasileiro (t) (A)	Importações origens investigadas (t) (B)	Participação no mercado brasileiro (%) (B/A)	Importações outras origens (t) (C)	Participação no mercado brasileiro (%) (C/A)
P1	100,0	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]
P2	103,4	14,7		137,0	
P3	76,7	13,2		107,2	
P4	80,2	5,9		68,8	
P5	88,2	6,1		108,4	

Observou-se que a participação das importações das origens investigadas no mercado brasileiro apresentou queda em quase todos os períodos. Houve diminuição de [Confidencial] p.p. de participação no mercado de P1 para P2, [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Já de P2 para P3 essas importações ganharam [Confidencial] p.p. de participação no mercado brasileiro. Considerando todo o período (de P1 para P5), a participação de tais importações diminuiu [Confidencial] p.p.

No que se refere às outras origens, houve aumento na participação no mercado brasileiro de [Confidencial] p.p. de P1 a P2 e de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, seguido de decréscimo de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e novo aumento de [Confidencial] p.p. de P4 para P5. No período completo, o aumento totalizou [Confidencial] p.p.

6.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações de laminados a frio das origens investigadas e a produção nacional do produto similar.

Importações das origens investigadas e produção nacional (em número-índice)

	Produção nacional (t) (A)	Importações das origens investigadas (t) (B)	[(B)/(A)] (%)
P1	100,0	100,0	[CONF.]
P2	106,9	14,7	
P3	106,3	13,2	
P4	104,1	5,9	
P5	103,2	6,1	

Observou-se que a relação entre as importações das origens investigadas e a produção nacional de laminados a frio apresentou diminuição em todos os períodos, com exceção de P4 para P5, quando se manteve inalterada. As quedas foram de [Confidencial] p.p. em P2, [Confidencial] p.p. em P3 e [Confidencial] p.p. em P4, sempre em relação ao período anterior. Ao considerar todo o período, essa relação apresentou decréscimo de [Confidencial] p.p.

6.4. Da conclusão a respeito das importações

No período de investigação de indícios de continuação/retomada de dano, as importações sujeitas ao direito antidumping decresceram significativamente:

a) em termos absolutos, tendo passado de [Confidencial] t em P1 para [Confidencial] t em P5 (redução de [Confidencial] t, correspondente a 93,9%);

b) relativamente ao mercado brasileiro, dado que a participação dessas importações passou de [Confidencial] % em P1 para [Confidencial] % em P5, tendo diminuído [Confidencial] p.p.; e

c) em relação à produção nacional, pois, em P1, representavam [Confidencial] % desta produção e, em P5, correspondiam apenas a [Confidencial] % do volume total produzido no país.

Em que pese o aumento em termos absolutos observado de P4 para P5 (3,9%), constatou-se redução substancial das importações sujeitas ao direito antidumping no período de investigação de indícios de continuação/retomada de dano, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção nacional e ao mercado brasileiro.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Como já demonstrado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como a linha de produção de laminados a frio da empresa Aperam, responsável, no período de revisão, pela totalidade da produção nacional do produto similar. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados alcançados pela citada linha de produção.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG-PI), da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

Cumpre ressaltar que ajustes em relação aos dados reportados pela empresa na petição e nas informações complementares foram incorporados, tendo em conta o resultado da verificação in loco.

7.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de laminados a frio de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, líquidas de devoluções, conforme informado na petição.

Vendas da Indústria Doméstica (em número-índice)

	Vendas Totais (t)	Vendas no Mercado Interno (t)	Participação no Total (%)	Vendas no Mercado Externo (t)	Participação no Total (%)
P1	100,0	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]
P2	107,5	110,2		96,2	
P3	103,5	80,0		200,6	
P4	108,9	95,6		163,8	
P5	104,4	97,2		134,1	

Observou-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno cresceu 10,2% de P1 para P2 e diminuiu 27,4%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, as vendas apresentaram aumento: 19,6% de P3 para P4 e 1,6% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de revisão, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno caiu 2,8% em P5, comparativamente a P1.

Com relação às vendas para o mercado externo, houve diminuição de 3,8% de P1 para P2. Já de P2 para P3, o volume de vendas aumentou em 108,5%. De P3 para P4 e de P4 para P5, observaram-se, respectivamente, quedas de 18,4% e de 18,1% no volume vendido. Quando considerados os extremos da série, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado externo apresentou crescimento acumulado de 34,1%.

Ressalte-se, nesse ponto, que as vendas externas da indústria doméstica representaram, no máximo, [Confidencial]% da totalidade de vendas de produto de fabricação própria ao longo do período de revisão de dano.

7.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

Apresenta-se, na tabela seguinte, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro (em número-índice)

	Vendas no Mercado Interno (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	[CONF.]
P2	110,2	103,4	
P3	80,0	76,7	
P4	95,6	80,2	
P5	97,2	88,2	

Quando considerados os extremos da série, de P1 a P5, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro aumentou [Confidencial] p.p. A referida participação apresentou o seguinte comportamento, quanto considerados os intervalos individualmente: aumento de [Confidencial] p.p. de P1 para P2, diminuição de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, aumento de [Confidencial] p.p. de P3 pra P4 e redução de [Confidencial] p.p. de P4 para P5.

A tabela seguinte esboça a distribuição do mercado brasileiro de laminados a frio consideradas as parcelas que couberam às importações das origens investigadas e das demais.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número-índice)

Mercado Brasileiro (t)	Importações Origens Investigadas (t)		Participação Origens Investigadas (%)	Importações Outras Origens (t)	Participação Outras Origens (%)
100,0	P1	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]
103,4	P2	14,7		137,0	
76,7	P3	13,2		107,2	
80,2	P4	5,9		68,8	
88,2	P5	6,1		108,4	

A participação das origens investigadas no mercado brasileiro diminuiu [Confidencial] p.p. de P1 para P2, aumentou [Confidencial] p.p. de P2 para P3, e, na sequência, voltou a diminuir: [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Relativamente a P1, a participação das importações das origens sob revisão no mercado brasileiro diminuiu [Confidencial] p.p. em P5.

Quanto à participação das importações das demais origens no mercado brasileiro, observou-se o seguinte comportamento: aumentos de [Confidencial] p.p. de P1 para P2 e de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, queda de [Confidencial] p.p. de P3 para P4, seguida de aumento de [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Considerados os extremos da série de análise, observou-se aumento de [Confidencial] p.p. na participação das importações das demais origens no mercado brasileiro.

7.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Conforme constou da petição e confirmou-se por meio de verificação in loco, a produção do produto similar doméstico ocorre na planta da Aperam localizada em Timóteo (MG).

Para o cálculo da capacidade nominal, a empresa obteve os relatórios de produtividade dos três laminadores a frio utilizados na produção do produto similar (LB1, LB3 e LB4), nos quais constavam informações referentes aos volumes produzidos, bem como à produtividade (em toneladas por hora) do laminador por tipo de aço produzido. Foi então calculada a produtividade média ponderada de cada laminador. A produtividade foi ponderada pela quantidade produzida de cada tipo de aço laminado, incluindo aço GNO e outros graus de aços inoxidáveis laminados a frio, que não são objeto da presente revisão. Com as informações de produtividade média ponderada de cada laminador, foi calculada a produtividade média dos três laminadores, por média simples.

A produtividade média de cada laminador foi então multiplicada pela quantidade de horas disponíveis em um ano (24 horas x 365 dias) e pela média dos índices anuais de funcionamento de cada laminador. Esse índice de funcionamento reflete a efetividade esperada dos equipamentos, levando em consideração as paradas operacionais, como setup, manutenção periódica e paradas não programadas. O produto dessa multiplicação foi ainda multiplicado pelo rendimento físico (90%), uma vez que, de acordo com a empresa, há 10% de perda com aparas, retiradas de pontas e refugos entre a etapa da laminação a frio e o acabamento. A soma da capacidade dos três laminadores refletiu a capacidade nominal da empresa.

Para o cálculo da capacidade efetiva, a capacidade nominal de cada laminador foi multiplicada pelo índice anual, que reflete as paradas programadas anuais de cada laminador e a quantidade de dias úteis em cada ano.

A capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, bem como o volume de produção do produto similar nacional e o grau de ocupação estão expostos na tabela a seguir.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (em número-índice)

Período	Capacidade Instalada Efetiva (t)	Produção Produto Similar (t)	Produção Outros Produtos (t)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0	[CONF.]
P2	100,0	106,9	85,9	
P3	100,0	106,3	96,4	
P4	102,4	104,1	82,4	
P5	102,4	103,2	87,4	

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica cresceu 6,9% de P1 para P2 e diminuiu nos períodos subsequentes: 0,5% de P2 para P3, 2% de P3 para P4 e 0,9% de P4 para P5. De P1 para P5, o volume de produção aumentou em 3,2%.

A produção de outros produtos, por sua vez, registrou decréscimo ao longo do período de análise, reduzindo-se em 12,6% de P1 para P5. Nos intervalos individuais, o volume de produção dos outros produtos oscilou da seguinte forma: diminuiu 14,1% de P1 para P2, aumentou 12,2% de P2 para P3, diminuiu 14,5% de P3 para P4 e aumentou 6% de P4 para P5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A capacidade instalada, quando considerados os extremos do período de revisão, apresentou crescimento de 2,4% em P5, comparativamente a P1. Ao longo dos intervalos individuais, a capacidade efetiva manteve-se estável de P1 para P2 e de P2 para P3, de P3 para P4, houve aumento de 2,4% no indicador, que se manteve novamente estável de P4 para P5.

O grau de ocupação da capacidade instalada oscilou da seguinte forma: diminuiu [Confidencial] p.p.de P1 para P2, aumentou [Confidencial] p.p. de P2 para P3, diminuiu [Confidencial] p.p. de P3 para P4, e, finalmente, aumentou [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Relativamente a P1, observou-se, em P5, diminuição de [Confidencial] p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

7.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período investigado, considerando o estoque inicial, em P1, de [Confidencial] t.

Estoques (em número-índice de toneladas)

Período	Produção (+)	Vendas Mercado Interno (-)	Vendas Mercado Externo (-)	Outras Entradas/ Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	(100,0)	100,0
P2	106,9	110,2	96,2	(184,6)	101,4
P3	106,3	80,0	200,6	(267,9)	166,0
P4	104,1	95,6	163,8	(34,0)	92,6
P5	103,2	97,2	134,1	(54,8)	92,4

Registre-se que as vendas no mercado interno e no mercado externo já estão líquidas de devoluções. As outras entradas/saídas referem-se a: a) saída de material para reprocesso; b) baixa de material do estoque por consequência de inventário; e c) saída de material para fabricação interna de pequenos equipamentos.

O volume do estoque final de laminados a frio da indústria doméstica aumentou 1,4% de P1 para P2 e 63,8% de P2 para P3. De P3 para P4 e de P4 para P5 diminuiu 44,2% e 0,3%, respectivamente. Considerando-se os extremos da série, o volume do estoque final diminuiu 7,6%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise:

Relação Estoque Final/Produção (em número-índice)

Período	Estoque Final (t) (A)	Produção (t) (B)	Relação (A/B) (%)
P1	100,0	100,0	[CONF.]
P2	101,4	106,9	
P3	166,0	106,3	
P4	92,6	104,1	
P5	92,4	103,2	

A relação estoque final/produção oscilou ao longo do período de revisão: diminuiu [Confidencial] p.p., de P1 para P2, aumentou [Confidencial] p.p. de P2 para P3, contraiu [Confidencial] p.p. de P3 para P4 permaneceu estável de P4 para P5. Comparativamente a P1, a relação estoque final/produção diminuiu [Confidencial] p.p. em P5.

7.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de laminados a frio pela indústria doméstica.

Para o rateio do número de empregados para o produto similar, o critério utilizado foi o custo de mão de obra direta dos aços inoxidáveis laminados a frio de graus 304 e 430 sobre o custo de mão de obra direta total constante do CPV da Aperam.

Para a massa salarial, a empresa identificou, no balancete, as contas contábeis relacionadas a salários, encargos e benefícios. Ressalte-se que no balancete da empresa há o detalhamento das contas contábeis por centro de custo. Dessa forma, foi possível identificar diretamente as contas relacionadas aos centros de custo da produção direta, produção indireta, administração e vendas.

A alocação da massa salarial para o produto similar foi realizada com base no mesmo critério de rateio utilizado para o número de empregados.

Número de Empregados (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	100,1	107,0	111,4	112,2
Administração e Vendas	100,0	85,9	89,1	97,6	96,3
Total	100,0	99,4	106,2	110,8	111,5

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção manteve-se inalterado de P1 para P2 e em seguida apresentou aumentos sucessivos: 6,9% de P2 para P3, 4,2% de P3 para P4 e 0,7% de P4 para P5. Relativamente a P1, observou-se, em P5, aumento de 12,1% nesse número.

O número de empregados em Administração e Vendas diminuiu 12,9% de P1 para P2, aumentou 3,7% de P2 para P3 e 7,1% de P3 para P4. No intervalo seguinte, de P4 para P5, o número se manteve estável. Relativamente a P1, houve queda de 3,2% em P5.

Com relação ao número total de empregados, houve redução de 0,6% de P1 para P2, seguida de aumentos sucessivos nos períodos subsequentes: 6,7% de P2 para P3, 4,3% de P3 para P4 e 0,7% de P4 para P5. Ao se considerar o período total de análise, de P1 para P5, observou-se aumento de 11,4% do referido indicador.

A tabela a seguir apresenta a produtividade por empregado da indústria doméstica em cada período de análise:

Produtividade por empregado ligado à produção (em número-índice)

Período	Empregados ligados à produção (un)	Produção (t)	Produtividade (t/un)
P1	100,0	100,0	[CONF.]
P1	100,1	106,9	
P2	107,0	106,3	
P3	111,4	104,1	
P4	112,2	103,2	
P5	100,0	100,0	

A produtividade por empregado ligado à produção cresceu [Confidencial]% de P1 para P2, tendo decrescido nos períodos seguintes: [Confidencial]% de P2 para P3, [Confidencial]% de P3 para P4, [Confidencial]% de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise de dano, a produtividade por empregado ligado à produção apresentou queda de [Confidencial]%.

As informações sobre a massa salarial relacionada à produção/venda de laminados a frio pela indústria doméstica encontram-se sumarizadas na tabela a seguir.

Massa Salarial (em número-índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	91,5	95,1	85,4	89,0
Administração e Vendas	100,0	95,1	94,3	82,2	89,4
Total	100,0	91,9	95,0	85,1	89,0

Sobre o comportamento da massa salarial dos empregados da linha de produção, observou-se a seguinte oscilação: queda de 8,5% de P1 para P2, aumento de 3,9% de P2 para P3, queda de 10,2% de P3 para P4 e aumento de 4,2% de P4 para P5. Na análise dos extremos da série, a massa salarial da linha de produção diminuiu 11% em termos reais.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas do produto similar diminuiu 10,6% em P5, quando comparado com o início do período de revisão, P1. Nos intervalos individuais, observaram-se contrações no indicador de 4,9% de P1 para P2, 0,8% de P2 para P3 e 12,8% de P3 para P4. Já no intervalo de P4 para P5, o aumento do indicador foi de 8,8%.

Com relação à massa salarial total, observou-se a seguinte oscilação: retração de 8,1% de P1 para P2, crescimento de 3,4% de P2 para P3, retração de 10,4% de P3 para P4 e crescimento de 4,7% de P4 para P5. Por fim, observou-se retração de 11%, quando considerado todo o período de revisão de dano, de P1 para P5.

7.6. Do demonstrativo de resultado

7.6.1. Da receita líquida

A tabela a seguir indica as receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica com a venda do produto similar nos mercados interno e externo. Cabe ressaltar que as receitas líquidas apresentadas estão deduzidas dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida (em número-índice de mil R$ atualizados)

	---	Mercado Interno		Mercado Externo	
	Receita Total	Valor	% total	Valor	% total
P1	[Confidencial]	100,0	[Confidencial]	100,0	[Confidencial]
P2	[Confidencial]	119,1	[Confidencial]	104,6	[Confidencial]
P3	[Confidencial]	93,7	[Confidencial]	254,6	[Confidencial]
P4	[Confidencial]	98,5	[Confidencial]	173,2	[Confidencial]
P5	[Confidencial]	108,5	[Confidencial]	145,3	[Confidencial]

Conforme tabela anterior, a receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno cresceu de P1 para P2 (19,1%), reduziu de P2 para P3 (-21,4%) e aumentou nos intervalos subsequentes (5,2% e 10,2%) de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Ao se analisar os extremos da série, verificou-se aumento de 8,5% da receita obtida no mercado interno.

A receita líquida obtida com as exportações do produto similar variou ao longo do período de análise, nos seguintes percentuais: aumentos de 4,6%, de P1 para P2; e de 143,4%, de P2 para P3; quedas de 31,9% de P3 para P4 e de 16,1% de P4 para P5. Considerando-se todo o período de revisão, a receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou crescimento de 45,3%.

A receita líquida total, consequentemente, também oscilou ao longo do período de revisão, havendo aumento de [Confidencial]% em P5, comparativamente a P1. Quanto aos intervalos individuais, essa receita aumentou [Confidencial]%, de P1 para P2 e [Confidencial]%, de P2 para P3. De P3 para P4, houve queda de [Confidencial]% no indicador, que voltou a subir no último intervalo, [Confidencial]% de P4 para P5.

7.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, constantes da tabela seguinte, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas de laminados a frio, líquidas de devolução, apresentadas anteriormente.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (em número-índice de R$ atualizados/t)

Período	Preço de Venda Mercado Interno	Preço de Venda M ercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	108,1	108,7
P3	117,1	126,9
P4	103,0	105,8
P5	111,7	108,3

O preço médio de venda no mercado interno apresentou o seguinte comportamento: aumentos de 8,1% e de 8,4% de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente, seguidos por queda de 12,1% de P3 para P4. De P4 para P5, observou-se aumento de 8,5%. Considerados os extremos da série, houve aumento acumulado de 11,7%.

O preço de venda praticado com as vendas para o mercado externo aumentou 8,3% em P5, relativamente a P1. Nos intervalos individuais, esse preço aumentou 8,7% de P1 para P2 e 16,7% de P2 para P3. Em seguida, diminuiu 16,7% de P3 para P4 e voltou a subir de P4 para P5, 2,4%.

7.6.3. Dos resultados e margens

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo de resultado obtido com a venda de laminados a frio de fabricação própria no mercado interno.

Demonstrativo de Resultados (em número-índice de mil R$ atualizados)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	119,1	93,7	98,5	108,5
CPV	100,0	114,2	83,1	90,0	97,1
Resultado Bruto	100,0	149,1	157,9	150,2	178,3
Despesas Operacionais	100,0	101,5	86,2	65,1	86,1
Despesas administrativas	100,0	107,7	75,5	89,4	92,4
Despesas com vendas	100,0	92,5	77,9	91,7	96,1
Resultado financeiro (RF)	100,0	30,4	66,8	53,4	55,3
Outras despesas (OD)	(100,0)	421,4	79,1	(33,9)	124,8
Resultado Operacional	100,0	408,8	549,7	614,4	681,3
Resultado Op. s/RF	100,0	97,0	151,7	152,1	165,5
Resultado Op. s/RF e OD	100,0	162,1	180,7	166,9	201,9

As receitas e despesas operacionais foram calculadas com base em rateio, pela representatividade do faturamento líquido do produto similar nacional em relação ao faturamento total da empresa.

Com relações às outras despesas a Aperam informou tratar-se das seguintes rubricas, dentre outras: [Confidencial].

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O resultado bruto da indústria doméstica apresentou melhora de P1 para P2 (+49,1%) e de P2 para P3 (+5,9%). No entanto, de P3 para P4, o resultado apresentou queda (-4,9%). De P4 para P5 o indicador voltou a subir (+18,7%). De P1 para P5, o resultado bruto com a venda de laminados a frio pela indústria doméstica melhorou em 78,3%.

Já o resultado operacional apresentou aumentos sucessivos: 308,8% de P1 para P2, 34,5% de P2 para P3, 11,8% de P3 para P4 e 10,9% de P4 para P5. Ao se considerar os extremos da série, o aumento acumulado atingiu 581,3% em P5 comparativamente a P1.

O resultado operacional, exceto resultado financeiro, apresentou contração de P1 para P2, de -3,0%, tendo aumentado nos intervalos subsequentes: 56,5% de P2 para P3, 0,2% de P3 para P4, e 8,8% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de revisão, o resultado operacional, exceto resultado financeiro apontou aumento de 65,5% de P1 a P5.

Com relação ao resultado operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, verificaram-se aumentos de 62,1% de P1 para P2 e de 11,5% de P2 para P3. No intervalo seguinte, de P3 para P4, houve contração de 7,6%. Em P5, comparativamente a P4, houve novo aumento, de 21%. Considerados os extremos da série, o resultado operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas, apresentou melhora de 101,9% em P5, relativamente a P1.

Encontram-se apresentadas, na tabela a seguir, as margens de lucro associadas aos resultados detalhados anteriormente.

Margens de Lucro (em número-índice de %)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	125,2	168,6	152,5	164,3
Margem Operacional	100,0	343,1	586,9	623,8	627,7
Margem Operacional s/RF	100,0	81,4	162,0	154,4	152,4
Margem Operacional s/RF e OD	100,0	136,1	193,0	169,5	186,0

A margem bruta apresentou elevações de [Confidencial] p.p. de P1 para P2 e de [Confidencial] p.p. de P2 para P3. De P3 para P4, por sua vez, a margem bruta diminuiu [Confidencial] p.p. Em P5 a margem bruta apresentou novo aumento, de [Confidencial] p.p. em relação a P4. Na comparação de P5 com P1, a margem bruta da indústria doméstica aumentou [Confidencial] p.p.

A margem operacional apresentou o seguinte comportamento: aumentos de [Confidencial] p.p. em P2, de [Confidencial] p.p. em P3, de [Confidencial] p.p. em P4 e [Confidencial] p.p. em P5, sempre em relação ao período anterior. Na comparação dos extremos da série, o aumento total foi equivalente a [Confidencial] p.p.

Relativamente à margem operacional, exceto resultado financeiro, houve contração de [Confidencial] p.p. de P1 para P2, aumento de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, quedas de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e de [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Na comparação de P5 com P1, a margem operacional, exceto resultado financeiro, da indústria doméstica aumentou [Confidencial] p.p.

Por último, a margem operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou melhora na comparação de P5 com P1, de [Confidencial] p.p. Na análise dos intervalos individuais, observaram-se: aumentos de [Confidencial] p.p. de P1 para P2 e de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, queda de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e aumento de [Confidencial] p.p. de P4 para P5.

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por tonelada vendida.

Demonstrativo de Resultados (em número-índice de R$ atualizados/t)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	108,1	117,1	103,0	111,7
CPV	100,0	103,6	103,9	94,1	99,9
Resultado Bruto	100,0	135,3	197,5	157,1	183,5
Despesas Operacionais	100,0	92,1	107,8	68,1	88,6
Despesas administrativas	100,0	97,7	94,4	93,5	95,1
Despesas com vendas	100,0	84,0	97,4	96,0	98,9
Resultado financeiro (RF)	100,0	27,6	83,5	55,8	56,9
Outras despesas (OD)	(100,0)	382,4	98,9	(35,5)	128,4
Resultado Operacional	100,0	370,9	687,5	642,6	701,3
Resultado Operac. s/RF	100,0	88,0	189,8	159,1	170,3
Resultado Operac. s/RF e OD	100,0	147,1	226,0	174,6	207,8

O CPV unitário apresentou aumentos de 3,6% e de 0,3% de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente. De P3 para P4, observou-se queda de 9,4% do indicador, seguida de novo aumento, de 6,2% de P4 para P5. Quando comparados os extremos da série, o CPV unitário acumulou queda de 0,1%.

O resultado bruto unitário da indústria doméstica variou positivamente de P1 para P2 (+35,3%) e de P2 para P3 (+46%). No entanto, de P3 para P4, diminuiu 20,5%. De P4 para P5, houve aumento de 16,8%. Comparativamente a P1, o resultado bruto unitário com a venda de laminados a frio pela indústria doméstica aumentou 83,5%.

O resultado operacional unitário, por seu turno, apresentou aumentos de 270,9% de P1 para P2 e de 85,3% de P2 para P3. Em seguida, de P3 para P4, houve queda de 6,5%, voltando a subir em P5, em comparação com P4, 9,1%. Em relação a P1, houve melhora de 601,3% do resultado operacional unitário em P5.

O resultado operacional unitário, exceto resultado financeiro, oscilou ao longo do período de revisão: queda de 12% de P1 para P2, aumento de 115,7% de P2 para P3, queda de 16,2% de P3 para P4 e aumento de 7,1% de P4 para P5. Comparativamente a P1, houve melhora de 70,3% no resultado operacional unitário, exceto resultado financeiro, em P5.

Por fim, o resultado operacional unitário da indústria doméstica, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou o seguinte comportamento: aumentos de 47,1% de P1 para P2 e de 53,7% de P2 para P3, queda de 22,8% de P3 para P4 e aumento de 19% de P4 para P5. Considerados os extremos da série, observou-se melhora de 107,8% no resultado operacional unitário, excluído o resultado financeiro e outras despesas, em P5, comparativamente a P1.

7.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1. Dos custos

A Aperam esclareceu que reportou o CPV como equivalente ao custo de produção, uma vez que não seria possível apresentar o custo de produção por CODIP. Isto porque o custeio é atribuído no código do material, e, tendo em vista que esses códigos determinam uma faixa de espessura e de largura, e que somente no momento da venda é que são geradas, no sistema contábil da empresa, as informações sobre as características específicas de largura e de espessura do produto vendido, não seria possível enquadrar os códigos dos materiais produzidos nas características do CODIP. Adicionalmente a empresa esclareceu que, uma vez que o código de material determina uma faixa de espessura e de largura, um mesmo código de produto poderia ser classificado em mais de um CODIP, a depender da espessura e da largura específica do produto vendido. Da mesma forma, um mesmo CODIP poderia estar relacionado a diferentes códigos de material. Assim, o CPV por CODIP foi construído a partir da soma dos CPVs unitários de todos os produtos que se enquadram no CODIP, multiplicados pelas respectivas quantidades vendidas e devolvidas.

Sobre o sistema de custeio da empresa, foi explicado durante a verificação in loco que o consumo de matérias-primas é apontado diretamente na ordem de produção no momento do consumo. Os custos diretos de fabricação, como energia elétrica e mão de obra direta, são apontados diretamente nos centros de custo, sendo apropriados para os produtos por meio dos seus roteiros de produção. A apropriação dos custos ao longo do mês é realizada a custo padrão, sendo que a valorização a custo real ocorre no fechamento do mês.

Os custos indiretos de produção, por sua vez, são compostos pelos custos indiretos operacionais e de manutenção. Os operacionais referem-se a serviços de tecnologia da informação, engenharia, serviços de montagem, dentre outros. Os custos indiretos são alocados, ao longo do mês, nos centros de custos indiretos. No final do mês, é realizada distribuição desses custos nos centros de custos dos equipamentos (centros de custos produtivos). O critério utilizado para rateio dos custos indiretos de manutenção é [Confidencial]. Já os custos indiretos operacionais podem ser alocados nos centros produtivos em função de [Confidencial] ou por meio de rateio com base no critério [Confidencial]. Após a alocação no centro de custo do equipamento, os custos são alocados na ordem de produção, de acordo com os coeficientes padrão de cada produto da ordem de produção.

As sucatas geradas na produção e que são reintroduzidas no processo produtivo geram bonificação no coletor/centro de custo que gerou a sucata e são apontadas como consumo no produto consumidor.

Tendo em vista que a tabela seguinte se refere aos dados do custo do produto vendido da Aperam, consideraram-se as quantidades vendidas para o mercado interno e externo, líquidas de devoluções, para fins de se obterem os valores unitários.

Evolução dos Custos (em número-índice de R$ atualizados/t)

	P1	P2	P3	P4	P5
1. Custos Variáveis	100,0	107,6	109,3	98,5	105,2
1.1 Matéria-prima[1]	100,0	111,8	113,0	98,6	108,1
1.2 Outros Insumos[2]	100,0	97,2	99,3	98,0	91,0
1.3 Utilidades[3]	100,0	93,1	98,8	99,8	100,1
1.4 Outros custos variáveis[4]	100,0	110,1	108,6	95,9	109,7
2. Custos Fixos	100,0	93,2	86,9	80,1	84,8
Mão de obra direta	100,0	83,6	87,0	76,1	75,8
Depreciação	100,0	77,5	69,0	70,5	70,2
Despesas indiretas de manutenção	100,0	102,2	87,1	83,0	78,6
Despesas indiretas operacionais	100,0	102,8	103,6	88,4	114,2
3. Custo de Produção (1+2)	100,0	104,6	104,7	94,8	101,0

[1] Nota: A rubrica "matéria-prima" inclui ligas de inox, outras ligas, outras matérias-primas, fundentes, redutores, minérios.

[2] Nota: A rubrica "outros insumos" inclui refratários e outros insumos.

[3] Nota: A rubrica "utilidades" inclui energia elétrica e outras utilidades.

[4] Nota: A rubrica "outros custos variáveis" inclui serviços.

Verificou-se que o custo unitário de laminados a frio apresentou a seguinte variação: aumentos de P1 para P2 (4,6%) e de P2 para P3 (0,1%), diminuição de P3 para P4 (-9,5%) e aumento de P4 para P5 (6,6%). Ao se considerarem os extremos da série, o custo de produção aumentou 1% considerando o acumulado durante o período.

7.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo e o preço, explicitada na tabela seguinte, indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de revisão de dano.

Participação do Custo no Preço de Venda (em número-índice)

Período	Custo (A) (R$ atualizados/t)	Preço no Mercado Interno (B) (R$ atualizados/t)	(A) / (B) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	104,6	108,1	96,8
P3	104,7	117,1	89,4
P4	94,8	103,0	92,0
P5	101,0	111,7	90,4

A participação do custo no preço de venda apresentou a seguinte evolução: diminuiu [Confidencial] p.p. de P1 para P2 e [Confidencial] p.p. de P2 para P3. Aumentou [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e diminuiu [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Relativamente a P1, a participação do custo no preço de venda no mercado interno diminuiu [Confidencial] p.p.

7.8. Do fluxo de caixa

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica. Tendo em vista a impossibilidade de a empresa apresentar fluxos de caixa completos e exclusivos para a linha de produção de laminados a frio, a análise do fluxo de caixa foi realizada em função dos dados relativos à totalidade dos negócios da peticionária.

Fluxo de Caixa (e m número-índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100,0	83,1	67,3	70,1	87,4
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(100,0)	(36,6)	(103,4)	(54,6)	(93,3)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(100,0)	(358,5)	(146,9)	(177,2)	(33,1)
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	100,0	(129,8)	(33,7)	(14,8)	131,8

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica, inicialmente positivo em P1, caiu 229,8%, passando a ser negativo em P2. De P2 para P3, o indicador aumentou 74%, mantendo-se, contudo, negativo. De P3 para P4, o aumento alcançou 56,1%. De P4 para P5, ao aumentar 989,2%, o indicador voltou a ser positivo. Quando considerados os extremos da série (de P1 para P5), constatou-se melhora de 31,8% no fluxo de caixa gerado pela empresa.

7.9. Do retorno sobre os investimentos

Apresenta-se, na tabela seguinte, o retorno sobre investimentos, conforme o resultado da verificação in loco, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos da indústria doméstica pelos valores do ativo total de cada período, constantes das demonstrações financeiras das empresas. Ou seja, o cálculo refere-se aos lucros e ativo da peticionária como um todo, e não somente os relacionados ao produto similar.

Retorno sobre os investimentos (em número-índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	(100,0)	15,6	66,2	(1,0)	(13,9)
Ativo Total (B)	100,0	92,5	97,8	94,8	99,4
Retorno (A/B) (%)	(100,0)	16,9	67,8	(1,1)	(14,0)

A taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica, negativa inicialmente, aumentou [Confidencial] p.p. de P1 para P2 e [Confidencial] p.p. de P2 para P3. A despeito da melhora verificada de P2 para P3, houve queda de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e de [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Considerando os extremos do período de análise de indícios de dano, houve aumento de [Confidencial] p.p. do indicador em questão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, e não exclusivamente para a produção do produto similar. Os dados aqui apresentados foram apurados com base nos balancetes verificados in loco relativos às demonstrações financeiras da empresa relativas ao período de continuação/retomada de dano.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos (em número-índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Ativo Circulante	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Ativo Realizável a Longo Prazo	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Passivo Circulante	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Passivo Não Circulante	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Índice de Liquidez Geral	100,0	99,5	108,0	104,1	103,7
Índice de Liquidez Corrente	100,0	96,0	82,5	91,2	99,8

O índice de liquidez geral manteve-se estável de P1 para P2. Em seguida, apresentou aumento de 8,7% de P2 para P3 e queda de 4% de P3 para P4, mantendo-se novamente estável de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, de P1 para P5, esse indicador aumentou 4,3%.

O índice de liquidez corrente, por sua vez, comportou-se da seguinte maneira: quedas de 3,9% e de 14% em P2 e em P3, aumentos de 10,1% em P4 e de 9,8% em P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. O referido indicador manteve-se estável de P1 para P5.

7.11. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno em P5 foi superior ao volume de vendas registrado em P4 (1,6%), porém inferior ao registrado em P1 (2,8%). Considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do seu volume de venda no mercado interno, pode-se constatar que a indústria doméstica não cresceu no período de revisão.

Isso não obstante, quando analisados os extremos da série, verifica-se que a redução de 2,8% do volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno foi acompanhada pelo decréscimo de 11,8%, de P1 a P5, do mercado brasileiro. Dessa forma, a indústria doméstica aumentou sua participação no mercado brasileiro ([Confidencial] p.p.) ao longo do período analisado, tendo apresentado, portanto, crescimento relativo.

Já de P4 para P5, o aumento de 1,6% do volume de vendas foi acompanhado de aumento de 10% do mercado brasileiro no mesmo intervalo. Nesse sentido, a indústria doméstica apresentou redução relativa de suas vendas, tendo reduzido sua participação no mercado brasileiro em [Confidencial] p.p. no período em questão.

7.12. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

A partir da análise dos indicadores expostos, verificou-se que, durante o período de análise da continuação ou retomada do dano:

a) as vendas da indústria doméstica no mercado interno diminuíram 2,8% na comparação entre P1 e P5. Tal evolução, contudo, foi acompanhada pela melhora dos resultados operacionais se forem considerados os extremos da série, registrando, de P1 a P5: aumentos de 581,3% do resultado operacional, de 65,5% do resultado operacional exceto o resultado financeiro e de 101,9% do resultado operacional exceto o resultado financeiro e outras despesas;

b) a despeito da redução das vendas da indústria doméstica no mercado interno, evidenciada no item anterior, houve aumento da participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro (aumento de [Confidencial] p.p. de P1 para P5), que por sua vez, apresentou queda de 11,8% quando comparado P1 com P5;

c) a produção de laminados a frio objeto da revisão da indústria doméstica aumentou ao longo do período de revisão, incrementando-se em 3,2% de P1 a P5. Esse aumento foi acompanhado pelo aumento de 2,4% na capacidade instalada, o que resultou na redução do grau de ocupação da capacidade instalada de P1 para P5 ([Confidencial] p.p.);

d) os estoques diminuíram 7,6% de P1 para P5 e 0,3% de P4 para P5;

e) o número de empregados ligados à produção aumentou ao longo do período de revisão. Com efeito, de P1 a P5 o indicador registrou um aumento de 12,1%. A produtividade por empregado, em contrapartida, diminuiu 8% de P1 para P5;

f) a receita líquida obtida pela indústria doméstica no mercado interno aumentou 8,5% de P1 para P5, motivada pelo aumento do preço de venda da indústria doméstica no mercado interno (+11,7% de P1 a P5) em compensação à redução do volume vendido ao longo do período de revisão (-2,8% de P1 a P5);

g) observou-se queda na relação custo/preço de P1 para P5 ([Confidencial] p.p.) visto que o aumento dos custos de produção (1% de P1 para P5) foi inferior ao aumento dos preços médios praticados pela indústria doméstica, os quais aumentaram 11,7% de P1 para P5;

h) o resultado bruto apresentou aumento de 78,3% de P1 a P5. Do mesmo modo a margem bruta apresentou evolução positiva de [Confidencial] p.p. no mesmo período. O resultado operacional aumentou 581,3%, se considerados os extremos da série. No mesmo sentido, a margem operacional apresentou aumento de [Confidencial] p.p. de P1 para P5;

i) comportamento semelhante foi apresentado pelo resultado operacional exceto o resultado financeiro, o qual evoluiu positivamente 65,5% de P1 para P5. A margem operacional sem as despesas financeiras aumentou [Confidencial] p.p. de P1 para P5. Da mesma forma evoluiu o resultado operacional exceto o resultado financeiro e as outras despesas, o qual aumentou 101,9%, e a margem operacional sem as despesas financeiras e as outras despesas, a qual apresentou aumento de [Confidencial] p.p.

Verificou-se que a indústria doméstica apresentou melhora na maioria de seus indicadores relacionados ao volume de produção e de rentabilidade durante o período de revisão.

Por todo o exposto, pode-se concluir pela melhora dos indicadores da indústria doméstica de P1 a P5.

8. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO/RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Nesse sentido, verificou-se que a indústria doméstica apresentou piora no seu volume de vendas no mercado interno (redução de 2,8% no intervalo de P1 a P5). Não obstante, houve aumento do volume de produção, de 3,2%, quando considerado o mesmo intervalo. Além disso, a indústria doméstica apresentou aumento de 8,5% em sua receita líquida (considerando P1-P5), devido ao aumento de 11,7% no preço do produto similar no mercado interno.

A indústria doméstica apresentou, adicionalmente, melhora em seus resultados e margens. De P1 a P5, o resultado bruto apresentou aumento de 78,3%, o resultado operacional atingiu aumento de 581,3%, o resultado operacional exceto resultado financeiro aumentou 65,5% e o resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas variou positivamente em 101,9%. Para o mesmo intervalo, a margem bruta subiu [Confidencial] p.p., a margem operacional subiu [Confidencial] p.p., a margem operacional exceto resultado financeiro [Confidencial] p.p., e a margem operacional exceto resultado financeiro e outras despesas [Confidencial] p.p.

Ante o exposto fica evidenciado que o direito antidumping imposto contribuiu para neutralizar o dano causado pelas importações objeto de dumping. Considerando as conclusões positivas sobre a probabilidade tanto de continuação como de retomada da prática de dumping, associada à existência de considerável potencial exportador das origens sujeitas ao direito antidumping, é razoável concluir que sua extinção levaria muito provavelmente à retomada da deterioração dos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Conforme o exposto no item 6 deste documento, verificou-se que, de P1 a P5, houve redução do volume das importações na proporção de 93,9% (- [Confidencial] t), sendo que em P5 o volume importado foi reduzido a [Confidencial] toneladas. Essas importações reduziram sua participação no mercado brasileiro em [Confidencial] p.p. de P1 a P5, passando a representar [Confidencial]% do mercado ao final do período, enquanto em P1 representavam [Confidencial]%.

Não foram identificadas importações oriundas do Vietnã ao longo de todo o período de análise de indícios de continuação/retomada de dano, tampouco da Finlândia em P5. As importações brasileiras de laminados a frio da Alemanha, Taipé Chinês e Coreia do Sul foram realizadas em quantidades insignificantes em P5. Dentre as origens investigadas, somente as importações oriundas da China foram realizadas em quantidades significativas em P5 ([Confidencial]t), representando [Confidencial]% das importações totais nesse período.

Isso não obstante, verificou-se que em P5 da investigação original (janeiro a dezembro de 2011), as importações de laminados a frio das origens investigadas somaram [Confidencial] toneladas, e a participação dessas importações no mercado brasileiro correspondeu a [Confidencial]%.

Ademais, conforme analisado no item 5.4, observou-se que as origens investigadas possuem elevado potencial exportador, sendo que o excedente exportável dessas origens em P5 correspondeu a [Confidencial] vezes o mercado brasileiro nesse período. Isso demonstra que a destinação de pequena parcela do excedente exportável estimado dessas origens ao Brasil já faria com que essas importações atingissem patamares de participação no mercado brasileiro semelhantes aos observados na investigação original, quando ocorreu o dano à indústria doméstica.

Dessa forma, concluiu-se que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente os produtores/exportadores dessas origens direcionariam suas exportações para o Brasil em quantidades substanciais e representativas, tanto em termos absolutos como em termos relativos quando comparados à produção e ao consumo.

8.3. Do preço provável das importações a preços de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o preço provável das importações a preços de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações objeto do direito antidumping sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto objeto de revisão é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações objeto do direito antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

Tendo em vista que somente houve importações em volumes significativos da China em P5, foram utilizadas metodologias diferentes para o cálculo do preço provável das importações oriundas dessa origem e para o das demais. Primeiramente será descrita a metodologia empregada para a China, e após, para as demais origens investigadas.

A fim de se comparar o preço dos laminados a frio importados da China com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado no mercado brasileiro. Para o cálculo dos preços internados do produto importado da China, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB.

Ressalte-se ainda que, para fins de justa comparação, procedeu-se à classificação do produto sujeito à medida antidumping, a partir da descrição das operações constantes dos dados oficiais de importação da RFB. Cumpre ressaltar que, para fins de início de investigação, essa classificação se ateve à característica do CODIP referente ao grau do aço (304, 304 L, 304 H ou 430).

Registre-se que há importações de laminados a frio originárias da China para as quais não foi possível identificar o grau do aço, correspondendo a 1,6% do volume total de importações do produto sujeito à medida oriundo dessa origem, considerando P1 a P5. Assim, tendo em vista a pequena representatividade dessas importações no volume total importado da China, essas operações não foram consideradas no cálculo de subcotação para fins de início da revisão. Ao longo da investigação, buscar-se-á obter informações de forma a identificar o grau do aço das demais importações.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado no Brasil, em cada período de análise de indícios de continuação/retomada dano, foram adicionados ao preço médio na condição CIF, em reais: (i) o valor unitário, em reais, do Imposto de Importação efetivamente pago, obtido também dos dados de importação da RFB; (ii) o valor unitário do AFRMM calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, quando pertinente, (iii) os valores unitários das despesas de internação, apurados aplicando-se o percentual de 2,51% sobre o valor CIF, conforme percentual obtido na investigação original de dumping nas exportações de laminados a frio das origens investigadas; e (iv) o valor unitário, em reais, do direito antidumping recolhido durante cada período, obtido também dos dados de importação da RFB.

Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo e aquelas realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

Por fim, os preços internados do produto exportado pela origem objeto do direito antidumping foram atualizados com base no IPA-OG, a fim de se obter os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno, por sua vez, foi obtido a partir dos dados das vendas líquidas reportadas na petição, calculados para os diferentes graus de aço (304, 304 L, 304 H e 430). Para efeitos de justa comparação com o preço do produto importado, o referido preço foi ponderado pela participação de cada grau em relação ao volume total importado da China. Destaque-se que o preço da indústria doméstica considerado está líquido de devoluções, tendo em vista que a Aperam apresentou os valores e quantidades das devoluções segmentados por tipo de produto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A tabela seguinte demonstra os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos para cada período de análise de continuação/retomado do dano à indústria doméstica.

Preço Médio CIF Internado e Subcotação - China (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/t)	100,0	105,9	126,4	95,4	115,3
Imposto de Importação (R$/t)	100,0	85,7	104,4	75,9	95,9
AFRMM (R$/t)	100,0	94,3	51,3	102,0	189,0
Despesas de internação (R$/t)	100,0	105,9	126,4	95,4	115,3
Direito Antidumping (R$/t)	100,0	405,4	880,4	344,2	540,4
CIF Internado (R$/t)	100,0	133,7	199,8	118,2	156,5
CIF Internado (R$ corrigidos/t) (A)	100,0	127,4	181,3	99,4	127,6
Preço da Indústria Doméstica (R$ corrigidos/t) (B)	100,0	105,1	113,9	90,2	101,8
Subcotação (B-A)	(100,0)	(264,7)	(596,0)	(156,4)	(286,3)

Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio CIF internado no Brasil do produto sujeito ao direito antidumping oriundo da China, quando considerado o direito antidumping, manteve-se acima dos preços da indústria doméstica, não tendo sido observada subcotação ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano.

A tabela a seguir demonstra o cálculo efetuado para cada período de investigação de continuação/retomada do dano, caso não houvesse cobrança do direito antidumping.

Preço Médio CIF Internado (sem direito antidumping) e Subcotação - China (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF Internado (R$/t)	100,0	103,0	122,8	92,7	113,1
CIF Internado (R$ corrigidos/t) (A)	100,0	98,1	111,5	77,9	92,2
Preço da Indústria Doméstica (R$ corrigidos/t) (B)	100,0	105,1	113,9	90,2	101,8
Subcotação (B-A)	(100,0)	57,3	(58,0)	196,0	122,7

Constata-se da análise da tabela anterior que não haveria subcotação das importações originárias da China em P1 e em P3, caso não houvesse cobrança de direito antidumping. No entanto, nos demais períodos, P2, P4 e P5, os laminados a frio importados da China seriam internalizados no Brasil a preço inferior ao preço praticado pela indústria doméstica.

Já em relação aos demais países, conforme mencionado anteriormente, em decorrência do volume insignificante ou da inexistência das importações sujeitas ao direito antidumping em P5 originárias da Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã, buscou-se o preço provável das importações dessas origens para comparação com o preço do produto similar nacional.

Para tanto, nos dados de exportação da Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia e Taipé Chinês extraídos do sítio eletrônico Trade Map para os subitens 7219.32, 7219.33, 7219.34, 7219.35 e 7220.20 do SH, em P5, selecionaram-se todos os destinos das exportações de cada um desses países cujos preços de exportação tenham sido inferiores ao seu valor normal médio, tendo em vista que, conforme análise realizada no item 5 deste documento, concluiu-se pela probabilidade da retomada de dumping nas exportações dessas origens para o Brasil.

O valor normal médio foi calculado a partir do valor normal construído na condição delivered, por grau do aço, apresentado no item 5.1 deste documento. O valor normal de cada origem por grau do aço foi ponderado de forma a se obter o valor normal médio. A ponderação levou em consideração as quantidades importadas em P5 desta revisão do produto sujeito à medida/similar, de todas origens, conforme já descrito nos itens 5.1.1.1.10, 5.1.2.1.10, 5.1.3.1.10, 5.1.4.1.10 e 5.1.5.2. Do universo das importações em que foi possível identificar o grau do aço (98,7% do volume importado), constatou-se que [Confidencial]% correspondeu a produtos laminados do grau 304, enquanto [Confidencial]% equivaleram a produtos do grau 430.

Ponderando-se o valor normal de cada origem, por grau do aço, por esses percentuais, alcançaram-se os seguintes valores normais médios na condição delivered:

Origem	Valor normal médio ponderado na condição delivered (US$/t)
Alemanha	2.583,13
Coreia do Sul	2.234,66
Finlândia	2.254,71
Taipé Chinês	1.963,84

Para alcançar o preço provável das exportações da Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia e Taipé Chinês para o Brasil na hipótese de extinção do direito antidumping, apurou-se o preço médio das exportações de cada uma dessas origens para o resto do mundo. No entanto, desconsideraram-se aqueles destinos para os quais o preço médio de exportação (levando-se em conta as cinco subposições tarifárias, em conjunto) revelaram-se superiores ao valor normal médio apurado para a origem. Os preços encontrados para cada destino restante foram ponderados pelos respectivos volumes exportados.

Em relação ao Vietnã, tendo em vista que não há informações segregadas por país de destino das suas exportações em 2017 no Trade Map, foi utilizado como preço provável o preço médio das exportações desse país das subposições 7219.32, 7219.33, 7219.34, 7219.35 e 7220.20 para o mundo em P5.

Para comparação com o preço da indústria doméstica em P5, aos preços prováveis das importações da Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã na condição FOB, foram somados os valores de frete e seguro internacionais, obtidos por meio de ferramenta estatística da OCDE. A metodologia para obtenção dos percentuais referentes a essas despesas para cada origem foi descrita no item 5 deste documento.

O preço CIF, em dólares estadunidenses por tonelada, foi convertido para reais por tonelada utilizando-se a taxa média anual obtida no sítio eletrônico do BACEN, respeitadas as condições estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Em seguida, foram somados os montantes referentes ao imposto de importação, aplicando-se o percentual de 14% sobre o valor CIF, ao AFRMM, aplicando-se o percentual de 25% sobre o frete internacional, e às despesas de internação, obtidas pela aplicação do percentual de 2,51% sobre o valor CIF. Tais despesas foram calculadas conforme a metodologia exposta no cálculo de internação valor normal (item 5 deste documento).

Cumpre observar que, uma vez que as informações extraídas do sítio Trade Map no nível de 6 dígitos do SH não possuem detalhamento por grau do aço, realizou-se a comparação dos preços médios das exportações de cada origem com os preços médios da indústria doméstica. O resultado dessa comparação consta da tabela abaixo:

Preço provável CIF Internado e Subcotação - Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã

	Alemanha	Coreia do Sul	Finlândia	Taipé Chinês	Vietnã
Preço FOB (US$/t)	2.348,86	1.906,77	2.039,68	1.771,17	2.185,70
Frete internacional (US$/t)	120,71	121,27	107,86	113,21	141,40
Seguro internacional (US$/t)	2,85	1,39	1,76	2,20	3,07
Preço CIF (US$/t)	2.472,42	2.029,43	2.149,29	1.886,58	2.330,17
Preço CIF (R$/t)	7.918,71	6.499,88	6.883,79	6.042,38	7.463,09
Imposto de Importação (R$/t)	1.108,62	909,98	963,73	845,93	1.044,83
AFRMM (R$/t)	96,65	97,10	86,36	90,65	113,22
Despesas de internação (R$/t)	198,76	163,15	172,78	151,66	187,32
CIF Internado (R$/t)	9.322,75	7.670,12	8.106,66	7.130,63	8.808,47
Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (B)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]
Subcotação (B-A)	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]	[Conf.]

Da tabela anterior, constata-se que, na hipótese de Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã voltarem a exportar laminados a frio para o Brasil aos preços apurados, suas importações entrariam no Brasil com preços superiores ao preço da indústria doméstica, à exceção do Taipé Chinês.

Há que se observar, todavia, que há considerável incerteza quanto à magnitude pela qual o preço provável poderia estar distorcido pela presença de produtos não similares ao produto sob revisão, tendo em vista que os subitens da SH agrupam produtos distintos do produto em análise. Ademais, há que se considerar que o produto sujeito à medida antidumping reveste-se de elevada heterogeneidade, o que contribui significativamente para a possibilidade de distorção.

De maneira a complementar a análise sobre o preço provável das importações da Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã na hipótese de essas origens voltarem a exportar em quantidades significativas para o Brasil, considerou-se que, para que os laminados a frio oriundos dessas origens possam reingressar no mercado brasileiro, deverão competir com os demais fornecedores estrangeiros. Por isso, realizou-se exercício considerando que o preço provável dessas origens seria muito provavelmente igual ou inferior ao preço praticado pela África do Sul, principal origem das importações brasileiras em P5. As importações oriundas dessa origem totalizaram [Confidencial] toneladas e representaram [Confidencial]% do total importado nesse período.

Foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB. A internalização do preço CIF no mercado brasileiro foi realizada da mesma forma que para a China, conforme descrito anteriormente neste tópico.

Ressalte-se que, assim como foi realizado para internalização do preço das importações da China, procedeu-se à classificação do produto importado da África do Sul em relação ao grau do aço (304, 304 L, 304 H ou 430). Foi possível classificar a totalidade das importações oriundas dessa origem em P5. Para efeitos de justa comparação com o preço do produto importado, o preço médio da indústria doméstica foi ponderado pela participação de cada grau em relação ao volume total importado da África do Sul.

A tabela seguinte demonstra os cálculos efetuados.

Preço Provável CIF Internado - Considerando preço da África do Sul

Preço CIF (R$/t)	[Confidencial]
Imposto de Importação (R$/t)	[Confidencial]
AFRMM (R$/t)	[Confidencial]
Despesas de internação (R$/t)	[Confidencial]
CIF Internado (R$/t) (A)	[Confidencial]
Preço da Indústria Doméstica (R$/t) (B)	[Confidencial]
Subcotação (B-A)	[Confidencial]

Como pôde ser observado de acordo com este exercício, na hipótese de a Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã voltarem a exportar laminados a frio para o Brasil sem aplicação do direito antidumping, a preços semelhantes aos praticados pelo principal fornecedor estrangeiro do Brasil em P5, suas importações entrariam no mercado brasileiro com preços subcotados em relação ao preço da indústria doméstica.

A partir das análises anteriores, realizadas para fins de início da revisão, denota-se que há elevado grau de incerteza quanto ao preço que seria praticado pela Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã, em suas exportações para o Brasil, na hipótese de extinção da medida antidumping em vigor. Isso se deve, conforme já afirmado, ao baixo grau de desagregação das estatísticas disponíveis e à heterogeneidade do produto. Corrobora a incerteza quanto ao preço provável a ser praticado o fato de que, a partir de duas metodologias igualmente razoáveis, alcançaram-se resultados diametralmente opostos. Dessa forma, registre-se que serão necessárias mais informações sobre o preço provável, para que se possa concluir pelo seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

8.4. Do impacto provável das importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação acerca da probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável de tais importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Assim, para fins de início da presente revisão, buscou-se avaliar o impacto das importações objeto do direito antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão.

Verificou-se que o volume das importações de laminados a frio das origens investigadas diminuiu consistentemente ao longo do período de revisão. Com efeito, de P1 a P5, o volume dessas importações diminuiu em 93,9%, de modo que sua participação no mercado brasileiro saiu de [Confidencial]% em P1 para [Confidencial]% em P5.

Acerca dos resultados demonstrados pela indústria doméstica verificou-se, de P1 para P5, inobstante à redução da quantidade vendida, aumento da quantidade produzida e da receita líquida obtida com a venda do produto. Adicionalmente, a indústria doméstica apresentou melhora em seus indicadores de rentabilidade, tendo operado com resultado operacional positivo ao longo de todo o período.

Observou-se a melhora dos indicadores da indústria doméstica evidenciada ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano, concomitante à redução das importações sob revisão, seja em termos absolutos, seja em relação ao mercado brasileiro.

Isso não obstante, cumpre ressaltar a existência de subcotação do preço das importações originárias da China, em três dos cinco períodos analisados, inclusive em P5, quando desconsiderada a cobrança do direito antidumping. Em relação às demais origens, considerando-se o preço provável das importações oriundas da Alemanha, Coreia do Sul, Finlândia, Taipé Chinês e Vietnã, constatou-se que muito provavelmente essas importações voltariam a entrar subcotadas em relação ao preço da indústria doméstica. Ademais, conforme já analisado, as origens investigadas apresentam considerável potencial para aumento de suas vendas de laminados a frio para o Brasil.

Assim, conclui-se que, embora o direito antidumping imposto tenha neutralizado o dano causado pelas importações sujeitas à medida, a sua não renovação levaria muito provavelmente à retomada do dano causado pelas importações com indícios de continuação/retomada de dumping.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado nos países exportadores, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

No que diz respeito a alterações em terceiros mercados quanto à imposição de medidas de defesa comercial por outros países, consoante já exposto no item 5.6 deste documento, registre-se que, conforme dados divulgados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), há medidas antidumping aplicadas às exportações de laminados a frio houve aplicação/manutenção de direito antidumping aplicado a laminados a frio das origens investigadas pelos EUA, União Europeia, Índia, Taipé Chinês, Tailândia e Vietnã, além do Brasil. Houve aplicação/manutenção de medidas compensatórias aplicadas pelos EUA e pela Índia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Além disso, os EUA aplicaram em 2018 sobretaxas de 25% sobre as importações de diversos tipos de aço, incluindo o produto objeto da revisão, com base na Seção 232, alegando ameaças à segurança nacional. Essas tarifas afetam a maior parte dos parceiros comercias dos EUA, inclusive as origens investigadas. Apenas a Coreia do Sul, para não ser atingida pelas sobretaxas, aceitou restringir suas exportações de aço para os EUA por meio de quotas.

O produto também resta incluído no escopo das investigações de salvaguardas iniciadas neste ano na Turquia e na União Europeia, sendo que neste último destino foram aplicadas salvaguardas provisórias de 25% sobre o volume que exceder a média simples das importações dos anos de 2015 a 2017.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.6.1. Volume e preço de importação das demais origens

Verificou-se, a partir da análise das importações brasileiras de laminados a frio que as importações oriundas das outras origens oscilaram ao longo do período de revisão (8,4% de P1 a P5 e 57,6% de P4 para P5).

Nesse sentido, as importações de todas as origens, exceto as sob revisão, ganharam participação no mercado brasileiro tanto de P4 para P5 ([Confidencial] p.p.), quanto de P1 a P5 ([Confidencial] p.p.).

Ressalte-se, ademais, que o preço CIF em dólares estadunidenses por tonelada das importações oriundas das outras origens foi inferior ao preço das importações provenientes das origens sob revisão apenas em P1, ou seja, muito provavelmente os direitos antidumping não estivessem aplicados, observar-se-iam volumes de importação maiores das origens sob revisão com relação àqueles das demais origens.

8.6.2. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

A tarifa do imposto de importação dos subitens 7219.32.00, 7219.35.00 e 7220.20.90 da NCM manteve-se inalterada em 14% durante o período de análise de continuação/retomada de dano.

Já os subitens 7219.33.00 e 7219.34.00 tiveram alíquota majorada temporariamente por um período de doze meses por meio da Resolução CAMEX nº 70, de 28 de setembro de 2012, publicada no D.O.U. de 1º de outubro de 2012. Dessa forma, a tarifa do imposto de importação desses subitens foi de 25% até 30 de setembro de 2013, e de 14% de 1º de outubro de 2013 até o final do período de análise de continuação/retomada de dano.

Dessa maneira, não houve processo de liberalização dessas importações de P1 até P5.

8.6.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de laminados a frio comportou-se da seguinte forma durante o período de revisão: aumentou 3,4% de P1 para P2, diminuiu 25,9% de P2 para P3, aumentou 4,6% de P3 para P4 e 10% de P4 para P5. Durante o período de revisão, de P1 a P5, o mercado brasileiro apresentou redução de 11,8%.

A redução do mercado brasileiro, observada de P1 para P5, foi acompanhada pela diminuição de 93,9% das importações originárias das origens sob revisão e do aumento de 8,4% das importações originárias das demais origens, perfazendo uma contração de 33,3% nas importações totais. Já a indústria doméstica apresentou queda de vendas de P1 para P5 (2,8%), tendo, no entanto, aumentado sua participação no mercado brasileiro (+[Confidencial] p.p.).

Quando analisado o interregno de P4 para P5, observa-se um aumento do mercado brasileiro em 10%. As vendas da indústria doméstica, por sua vez, aumentaram 1,6% no mesmo período.

Quanto às condições de demanda do mercado brasileiro, mencione-se, ainda, a oscilação das importações das outras origens. De P1 para P2, essas importações atingiram seu ápice, ao aumentar em 37% o seu volume, alcançando [Confidencial] toneladas. De P2 para P3, apesar de terem decrescido em 21,8%, as importações de outras origens apresentaram [Confidencial]% de participação no mercado brasileiro, maior percentual observado no período de revisão. Em seguida, as importações mantiveram-se em queda, contraindo 35,8% de P3 para P4, quando atingiram [Confidencial] toneladas. Nesse momento, elas representaram [Confidencial]% do mercado brasileiro. Por fim, em P5, as importações originárias de outras origens voltaram a aumentar, relativamente a P4, alcançando [Confidencial] toneladas, o que significou aumento de 57,6% no volume importado e representaram [Confidencial]% do mercado brasileiro.

De P4 para P5, constatou-se aumento de 10% do mercado brasileiro, porém este parece ter sido quase totalmente absorvido pelas importações das demais origens, uma vez que a indústria doméstica aumentou suas vendas em 1,6% e contraiu sua participação em [Confidencial] p.p. no mesmo período.

Diante do exposto, todavia, concluiu-se, para fins de início da revisão, não haver deterioração de indicadores da indústria doméstica causados por contração de demanda.

Além disso, durante o período analisado não foram constatadas mudanças no padrão de consumo do mercado brasileiro.

8.6.4. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio laminados a frio, pela indústria doméstica ou pelos produtores estrangeiros, tampouco fatores que afetassem a concorrência entre eles.

8.6.5. Progresso tecnológico

Tampouco foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. Os laminados a frio objeto da revisão e os fabricados no Brasil são concorrentes entre si.

8.6.6. Desempenho exportador

Como apresentado neste Documento, o volume de vendas de laminados a frio ao mercado externo pela indústria doméstica aumentou 34,1% de P1 para P5. Ressalte-se que, ao longo do período de análise de probabilidade de continuação ou retomada do dano, embora possam ter contribuído para o desempenho dos custos da indústria doméstica, as exportações sempre representaram percentual inferior àquele referente às vendas no mercado interno. Registre-se que em P3 essas exportações representaram [Confidencial]% das vendas totais, e mantiveram-se sempre abaixo de [Confidencial]% nos demais períodos.

Portanto, não há deterioração de indicadores da indústria doméstica que possa ser atribuída ao seu desempenho exportador.

8.6.7. Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, diminuiu 8% e 1,6% em P5 em relação a P1 e P4, respectivamente. Não há deterioração de indicadores da indústria doméstica que possam ser atribuídos a sua produtividade.

8.6.8. Consumo cativo

Não houve consumo cativo pela indústria doméstica ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano.

8.6.9. Importações ou revenda do produto importado pela indústria doméstica

Cumpre notar que não houve importações da indústria doméstica. Verificou-se que a Aperam revendeu quantidade de [Confidencial] t do produto adquirido no mercado interno em P2.

A aquisição, realizada no mercado interno e proveniente de [Confidencial], teria ocorrido exclusivamente para fins de atendimento à demanda de um cliente. Ademais, conforme informações prestadas na petição e confirmadas por ocasião da verificação in loco, não houve importações de laminados a frio pela indústria doméstica.

Considerando a baixa representatividade de revendas da indústria doméstica, bem como o fato de que não se importou em nenhum dos períodos de revisão, não se pode atribuir a esses volumes qualquer deterioração de indicadores da indústria doméstica.

8.7. Da conclusão sobre os indícios de continuação/retomada do dano

Ante a todo o exposto, percebe-se que o direito antidumping imposto foi suficiente para neutralizar o dano causado pelas importações sob análise, tendo a indústria doméstica apresentado recuperação da maioria de seus indicadores. Contudo, deve-se ressalvar que os indicadores da indústria doméstica já se encontravam deteriorados anteriormente, dado o cenário de dano, causado pelas importações a preços de dumping, observado por ocasião da investigação original.

Considerando-se a existência de potencial para que as origens sob revisão incrementem suas vendas de laminados a frio para o Brasil, além da aplicação de medidas de defesa comercial aplicadas por outras origens, concluiu-se que a não renovação do direito antidumping levaria muito provavelmente à deterioração dos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica e à retomada do dano causado por tais importações.

Em face de todo o exposto, pode-se concluir, para fins de início desta revisão, pela existência de indícios suficientes de que, caso o direito antidumping não seja prorrogado, haverá retomada do dano à indústria doméstica decorrente das importações objeto do direito.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SECEX nº 49, de 12 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2018, Seção 1, página 25,

Onde se lê: "e) Conforme disposto no § 7º do art. 6º da Portaria MDIC nº 160, de 2008, os tratamentos fiscais previstos no Acordo sobre a Política Automotiva Comum para a importação de autopeças de extrazona não poderão ser usufruídos cumulativamente com outros de mesma natureza." (NR) Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.";

Leia-se: "e) Conforme disposto no § 7º do art. 6º da Portaria MDIC nº 160, de 2008, os tratamentos fiscais previstos no Acordo sobre a Política Automotiva Comum para a importação de autopeças de extrazona não poderão ser usufruídos cumulativamente com outros de mesma natureza." (NR)".

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 549, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e e os §§ 2º e 5° do art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 52710.000085/2016-99, os termos da Nota Técnica nº 72/2018/COATE/CGTEC/SAP e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deveriam ter sido realizados pela empresa GIGA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRONICA S/A, produtora de bens de informática na Zona Franca de Manaus, no ano-calendário 2014; e

CONSIDERANDO esgotado o prazo estabelecido pelo art. 24, § 1º da Resolução nº 71, de 6 de maio 2016, sem que a empresa se pronunciasse sobre a regularização referente aos investimentos em atividades de P&D, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 dias, com base no § 2º do art. 33 do Decreto n° 6.008, de 2006, disciplinado pelo § 4º do art. 27 da Resolução SUFRAMA nº 71, de 6 de maio de 2016, os incentivos fiscais concedidos à linha do produto de informática, abaixo listado, da empresa GIGA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRONICA S/A, beneficiária do incentivo previsto no art. 2° da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deixou de realizar investimentos em P&D conforme dispõe o art. 5º do Decreto n° 6.008, de 2006.

Código	Produto	Documento Aprobatório	NCM
1996	CONTROLE REMOTO PARA APARELHO CONTROLADOR/ LIBERADOR DE ACESSO A AMBIENTES RESTRITOS	Resolução nº 167, de 2011	85269200
1997	APARELHO CONTROLADOR/ LIBERADOR DE ACESSO A AMBIENTES RESTRITOS	Resolução nº 167, de 2011	85437099

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS, com ressarcimento previsto no art. 33 do Decreto nº 6.008, de 2006, relativo aos tributos do período de inadimplemento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 552, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e e os §§ 2º e 5° do art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 52710.000528/2011-37, os termos da Nota Técnica nº 51/2018/COATE/CGTEC/SAP e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deveriam ter sido realizados pela empresa UNICOBA DA AMAZÔNIA LTDA., produtora de bens de informática na Zona Franca de Manaus, no ano-calendário 2010; e

CONSIDERANDO esgotado o prazo estabelecido pelo art. 24, § 1º da Resolução nº 71, de 6 de maio 2016, sem que a empresa se pronunciasse sobre a regularização referente aos investimentos em atividades de P&D, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 dias, com base no § 2º do art. 33 do Decreto n° 6.008, de 2006, disciplinado pelo § 4º do art. 27 da Resolução SUFRAMA nº 71, de 6 de maio de 2016, os incentivos fiscais concedidos à linha do produto de informática, abaixo listado, da empresa UNICOBA DA AMAZÔNIA LTDA., beneficiária do incentivo previsto no art. 2° da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deixou de realizar investimentos em P&D conforme dispõe o art. 5º do Decreto n° 6.008, de 2006.

DESCRIÇÃO/ CÓDIGO PADRÃO SUFRAMA	DOCUMENTO APROBATÓRIO	NCM
MÁQUINAS E TERMINAIS RECICLADORES/RECIRCULADORES AUTOMÁTICOS DE CÉDULAS BANCÁRIAS (TCR-TELLER CASH RECYCLER MECHINE)/2086	Resolução nº 0111, de 28 de maio de 2009	84729010

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS, com ressarcimento previsto no art. 33 do Decreto nº 6.008, de 2006, relativo aos tributos do período de inadimplemento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 80, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza a SUFRAMA a doar ao ESTADO DO AMAZONAS uma área livre, de sua propriedade, com área de 407.588,75 m², composta de 62 (sessenta e duas) subáreas, para a implantação do Sistema Viário Anel Leste.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA - CAS, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos da Proposição n.º 115/2018, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, submetida a este Colegiado em sua 284ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de agosto de 2018.

CONSIDERANDO os termos da Resolução CAS nº 025, de 23/05/2014, revogada devido à expiração do prazo pactuado para cumprimento do encargo previsto;

CONSIDERANDO a justificativa apresentada pelo Governo do Estado do Amazonas, através do Ofício nº 02481/2018 GS-SEINFRA, quanto aos procedimentos de desapropriações regulamentada pelo Decreto n° 32.041, de 04 de Outubro de 2013, o qual tem o prazo de 05 anos para execução dos procedimentos desapropriatórios;

CONSIDERANDO a manifestação contida no Parecer nº 672/2018-PA/PGE, da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, que se manifestou pela inexistência de qualquer proibição legal, referente a legislação eleitoral, quanto à doação de área da Autarquia ao Estado;

CONSIDERANDO os termos da Nota Técnica nº 3/2018/COAPA/CGPRI/SPR, de 14/06/18, e do Parecer nº 77/2018/COAPA/CGPRI/SPR, de 13/09/18; e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º e 18 do Regimento Interno do Conselho de Administração da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º Autorizar a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, a doar ao Estado do Amazonas, uma área livre, de sua propriedade, com área de 407.588,75 m², composta de 62 (sessenta e duas) subáreas, localizadas na Expansão do Distrito Industrial, conforme memoriais descritivos individuais consolidados no Anexo da Resolução CAS nº 025, de 23/05/2014, apensos às fls. 108/125 do Processo Administrativo nº 52710.000414/2014-30, instaurado no âmbito da autarquia. A avaliação da área foi estimadas em R$ 407.588,75 (quatrocentos e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme artigo 66 da Resolução CAS nº 100, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Deverá consistir como encargo da doação referida no artigo anterior a construção do trecho do Sistema Viário Anel Leste a ser implantado pelo Estado do Amazonas na Cidade de Manaus, com extensão aproximada de 17,6 km (dezessete quilômetros e seiscentos metros), compreendida entre o trevo da Av. Cosme

Ferreira com Eixo Norte-Sul (atual Avenida dos Oitis), pelo limite sul, e a Reserva Adolpho Ducke (limite norte), contando com duas pistas de 10,8 m (dez metros e oitenta centímetros) de largura, sendo 3 (três) faixas de 3,60 m (três metros e sessenta centímetros) cada, dois passeios laterais de 3,00 m (três metros) de largura cada, e canteiros centrais com 5,00 m (cinco metros) de largura.

Art. 3º O prazo de cumprimento do encargo deverá ser de 05 (cinco) anos, contados da data de publicação desta resolução, possibilitada sua prorrogação mediante aprovação do Conselho de Administração da Suframa - CAS, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução da implantação do Sistema Viário Anel Leste no prazo estabelecido.

Parágrafo único: O Governo do Estado do Amazonas, deverá apresentar, após a publicação deste ato no Diário Oficial da União - DOU, Cronograma Físico de Execução das Obras, com vistas ao acompanhamento do fiel cumprimento do estabelecido nesta Resolução.

Art. 4º A doação será revogada nas hipóteses de cessarem as razões que a justificaram ou de ser dada às áreas qualquer destinação diversa da prevista, revertendo à SUFRAMA as benfeitorias realizadas, independentemente de indenização.

Parágrafo único: No prazo conferido para o início das obras o Estado do Amazonas, sob a mesma penalidade prevista no caput, deverá apresentar os atos normativos e administrativos que representem a aceitação da presente doação com encargo.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO
Superintendente

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a Instrução Normativa DREI nº 7, de 5 de dezembro de 2013, que dispõe sobre os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade empresária estrangeira.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO - DREI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o art. 4º, inciso II, e o art. 55, inciso III, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e o art. 33 do Anexo I do Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017 resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa DREI nº 7, de 5 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A sociedade empresária estrangeira que desejar estabelecer filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil deverá solicitar autorização do Governo Federal para instalação e funcionamento, em requerimento dirigido ao Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, protocolizado no Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, que o examinará sem prejuízo da competência de outros órgãos federais. (NR)

.....

Art. 7º .....

I - requerimento ao Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, protocolizado no Departamento de Registro Empresarial e Integração, solicitando a devida aprovação; (NR)

.....

§ 1º Desde que não se trate de alteração contratual ou estatutária, não é necessária aprovação de que trata o caput para as deliberações que versarem sobre alteração de endereço e de representante legal da filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil.

§ 2º O disposto no § 1º não dispensa o registro perante à Junta Comercial e nem a comunicação ao DREI.

.....

Art. 9º .....

I - requerimento ao Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, protocolizado no Departamento de Registro Empresarial e Integração; (NR)

.....

Art. 11. .....

§ 1º Com os documentos originais serão apresentadas as respectivas traduções feitas por um tradutor público matriculado em qualquer Junta Comercial. (NR)

§ 2º A legalização que trata o caput deste artigo fica dispensada no caso dos documentos públicos oriundos dos países signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em Haia, em 5 de outubro de 1961, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 148, de 6 de julho de 2015 e promulgada pelo Decreto nº 8.660, 29 de janeiro de 2016.

§ 3º A dispensa a que se refere o parágrafo anterior fica condicionada à comprovação de que o documento foi objeto do apostilamento de que trata a referida Convenção, conforme Resolução CNJ nº 228, de 22 de junho de 2016.

.....

Art. 15 Os processos referentes aos pedidos de autorização governamental de que trata esta Instrução Normativa serão instruídos, examinados e encaminhados pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração ao Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. (NR)"

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CONRADO VITOR LOPES FERNANDES

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

PORTARIA Nº 287, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo inciso VII do art. 9º da Portaria MI n.º 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 17 de agosto de 2015, considerando o disposto na Lei n.º 11.539, de 8 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto n.º 8.107, de 5 de setembro de 2013, e na Portaria DGI/Secex/MI n.º 336, de 11 de setembro de 2014, publicada no DOU, de 15 de setembro de 2014, Seção 1, pág. 25, resolve:

Art. 1º Tornar público que as Metas Institucionais, calculadas com base no disposto do art. 13 da Portaria MI n.º 336, de 11 de setembro de 2014, referente à Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura - Gdaie, propostas no Anexo da Portaria DGI/Secex/MI n.º 412, de 16 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 26 de outubro de 2016, repactuadas pela Portaria DGI/Secex/MI n.º 164, de 24 de maio de 2018, publicada no DOU de 28 de maio de 2018, para vigorarem no período de 1º de setembro de 2017 a 31 de agosto de 2018, foram alcançadas em 100% (cem por cento).

Art. 2º Divulgar que a parcela da Gdaie paga em decorrência do resultado da Avaliação de Desempenho Institucional (Metas Globais e Intermediárias) aferido no Ciclo de Avaliação corresponde a 80 (oitenta) pontos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2018.

DINA ELARRAT DE ARAUJO GAMA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 270, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria 384, de 23 de outubro de 2014, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000503/2014-46, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 233, de 12 de setembro de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Guaraqueçaba - PR, para ações de Defesa Civil, para até 26/02/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 271, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59052.001622/2018-20, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previstos no art. 3º da Portaria n. 155, de 13 de abril de 2018, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Cerrito - RS, para ações de Defesa Civil, para até 10/01/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 275, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59052.001637/2018-98, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previstos no art. 3º da Portaria n. 139, de 04 de abril de 2018, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Capão do Leão - RS, para ações de Defesa Civil, para até 31/12/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 276, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria 384, de 23 de outubro de 2014, e ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000829/2014-73, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 240, de 19 de abril de 2017, que autorizou empenho e a transferência de recursos ao Município de Bituruna/PR, para ações de Defesa Civil, para até 15/03/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Revoga a Resolução n.º 11/2018, de 23 de abril de 2018, da Diretoria Colegiada da Sudeco.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Anexo I ao Decreto n.º 8.277, de 27.06.2014, e tendo em vista já ter expirado a validade do Termo de Enquadramento da empresa CERN - Campania Energia Renovável S.A. sem a autorização para elaboração do projeto definitivo junto ao agente operador, torna público que, em sessão da 64ª reunião ordinária realizada em 27.09.2018, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolve:

Art. 1º. Revogar a Resolução n.º 11/2018, de 23.04.2018, da Diretoria Colegiada da Sudeco, que aprovou a Consulta Prévia da empresa CERN - Campania Energia Renovável S.A. em conformidade com o Decreto n.º 8.067, de 14.08.2013.

Art. 2º. Disponibilizar esta Resolução em meio eletrônico para consulta pública, em respeito ao § 15 do art. 17 do Anexo ao Decreto n.º 8.067, de 14.08.2013.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Revoga a Resolução n.º 08/2018, de 19 de abril de 2018, da Diretoria Colegiada da Sudeco.

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Anexo I ao Decreto n.º 8.277, de 27.06.2014, e tendo em vista já ter expirado a validade do Termo de Enquadramento da empresa Caiapó Agrícola Ltda. sem a autorização para elaboração do projeto definitivo junto ao agente operador, torna público que, em sessão da 64ª reunião ordinária realizada em 27.09.2018, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolve:

Art. 1º. Revogar a Resolução n.º 08/2018, de 19.04.2018, da Diretoria Colegiada da Sudeco, que aprovou a Consulta Prévia da empresa Caiapó Agrícola Ltda. em conformidade com o Decreto n.º 8.067, de 14.08.2013.

Art. 2º. Disponibilizar esta Resolução em meio eletrônico para consulta pública, em respeito ao § 15 do art. 17 do Anexo ao Decreto n.º 8.067, de 14.08.2013.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.628, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71085, resolve::

Desprover o Recurso interposto por ANGELA MARIA DE SOUZA ALMEIDA, inscrita no CPF sob o nº 361.759.947-87, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.629, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15248, resolve:

Desprover o Recurso interposto por RAIMUNDO LOPES PIRES, inscrito no CPF sob o nº 053.495.835-49, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.630, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12698, resolve:

Desprover o Recurso interposto por CARLOS CONCEIÇÃO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 042.338.835-53, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.631, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o disposto na Súmula Administrativa nº 2006.07.0016/CA, e o Despacho nº 266/2017/CAN/CGP/CA, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07718, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SEVERINO SOARES DE SANTANA, inscrito no CPF sob o nº 054.555.454-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.632, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67155, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ANTONIO CARLOS SANT ANNA, inscrito no CPF sob o nº 765.975.207-34, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.633, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59037, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de GERONIMO SILVEIRA DE SOUSA, filho de DOMINGAS ALVES DE SOUSA, formulado por SANTINO SILVEIRA MATOS, inscrito no CPF sob o nº 281.232.041-91.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.634, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53164, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ GOMES DE PAIVA, filho de GERALDA GOMES PAIVA, formulado por IONE CONCEIÇÃO DA SILVA VALENTIM, inscrita no CPF sob o nº 196.541.467-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.635, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59108, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JAIR GARCIA MACHADO, filho de ADELAIDE ELIDIA MACHADO, formulado por DEUSLISETE MACHADO TEIXEIRA, inscrita no CPF sob o nº 332.078.016-68.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.636, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55611, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de DÁRIO MIGUEL, filho de ANA ALVES DE ALVARENGA, formulado por REGINA LÚCIA ROGÉRIO MIGUEL, inscrita no CPF sob o nº 699.723.707-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.637, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60781, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de CARLOS JULIO STRAMM, filho de ANTONIA RISSE, formulado por GENI DOS SANTOS STRAMM, inscrita no CPF sob o nº 195.773.268-70.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.638, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71054, resolve:

Desprover o Recurso interposto por FERNANDO ALVES BRIGIDO, inscrito no CPF sob o nº 816.974.148-34, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.639, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54931, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de FRANKLIN IZIDIO DE LIMA, filho de SEVERINA MATIAS DE LIMA, formulado por ADDA EBENDINGER DE LIMA, inscrita no CPF sob o nº 013.911.177-86.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.640, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.49626, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de SEBASTIÃO CAETANO, filho de RITA BRIGANTE, formulado por DANUTA KAROLSKI CAETANO, inscrita no CPF sob o nº 730.714.471-91.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.641, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.52529, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOAQUIM LADERTO DE ANDRADE, inscrito no CPF sob o nº 110.037.313-68.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.642, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51921, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de GERALDO DE FREITAS DA SILVA, filho de MERCEDES DE FREITAS DA SILVA, formulado por ROSE MERY DOS SANTOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 865.600.267-87.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.643, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.56744, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ ARIMATEIA LOURENÇO, filho de MIOZOTE SAMPAIO LOURENÇO, formulado por MARCIA REGINA CHALES LOURENÇO, inscrita no CPF sob o nº 003.317.767-82.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.644, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.05034, resolve:

Desprover o Recurso interposto por BALTAZAR JOSÉ ROMÃO FLORES, inscrito no CPF sob o nº 830.367.768-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.645, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 6ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.41137, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de LUIZ PEREIRA DE MOURA, filho de MARIA PEREIRA DE MOURA, formulado por MARIA NILDA FREIRE DE MOURA, inscrita no CPF sob o nº 904.146.083-72.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.646, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de abril de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.52210, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de ALCIDES DOS SANTOS COSTA, filho de CONCEIÇÃO LUIZA DA COSTA, formulado por MARTA DE BARROS COSTA, inscrita no CPF sob o nº 842.914.357-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.647, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.04801, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ALFREDO CESAR DE ANDRADE, inscrito no CPF sob o nº 271.307.897-00.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 1.248. Ato de Concentração nº 08700.005577/2018-60. Requerentes: Raízen Energia S.A., Copersucar S.A., Petróleo Brasileiro S.A., Odebrecht Transport S.A., Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., e Logum Logística S.A. Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto e Renata Caied. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.264. Ato de Concentração n° 08700.005478/2018-88. Requerentes: ADM do Brasil Ltda. e ABC Indústria e Comércio S.A. Advogados: Fabio Francisco Beraldi, Maria Eugênia Novis e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.265. Ato de Concentração nº 08700.005537/2018-18. Requerentes: Louis Dreyfus Company Brasil S.A. e Amaggi Exportação e Importação Ltda.. Advogados: Sérgio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.266. Ato de Concentração nº 08700.005399/2018-77. Requerentes: Orix Aviation Systems Limited e Avolon Holdings Limited. Advogados: Paola Pugliese, Milena Mundim e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

PORTARIAS DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 299 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MOHAMMAD YOSUF ZAHEEN - G096254-G, natural do Afeganistão, nascido em 17 de julho de 1986, filho de Ghulam Sakhi e de Rokhshna Zaheen, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 08461.003194/2017-36).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 300 TORNAR DEFINITIVA a nacionalidade brasileira concedida, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o Art. 70, Parágrafo único, da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CINTHYA DALVINY MAMANI MAMANI - 9158424-Z, natural da Bolívia, nascida em 17 de janeiro de 1998, filha de Fredy Mamani Paucara e de Evarista Mamani de Mamani, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.043075/2017-62) e

LUIS ANGEL PINTO QUEA - 9187401-Z, natural da Bolívia, nascido em 14 de agosto de 1997, filho de Angel Pinto Quispe e de Marina Quea Tola, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.053216/2017-55).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 301 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ANTONIO KUANZAMBI NZENZA - G206988-B, natural da Angola, nascido em 25 de junho de 2012, filho de Nzenza Carlos Antonio e de Maria Ditutala Kuanzambi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.040130/2017-62);

CRISTINA DORELLA NZITA LANDILA G334896-1, natural da Angola, nascida em 02 de março de 2011, filha de Nicolau Mbuangi Landila e de Paula Kenge Nzita, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.052248/2017-33);

ELI ALSABAA - G114100-K, natural da Síria, nascido em 24 de agosto de 2007, filho de Amer Assabaa e Wessam Alsabaa, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.054194/2017-41);

ENGRACIA MAIA JOAQUIM LOPES - G342320-L, natural da Angola, nascida em 20 de abril de 2013, filha de Maia Mputu Lopes e de Igracia Joaquim, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.053396/2017-75) e

MIRIAM MAIA JOAQUIM LOPES - G342339-0, natural da Angola, nascida em 24 de junho de 2010, filha de Maia Mputu Lopes e de Igracia Joaquim, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.053401/2017-40).

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIAS DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Nº 304 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ALBERTO EMANUEL MAYINDO BELGA - G378326-Z, natural da Angola, nascido em 05 de abril de 2012, filho de Alberto Belga e de Fina Mayindo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.073893/2017-90);

CARLA TSHABANA DIBUISA PEBU - G372304-1, natural da Angola, nascida em 01 de março de 2015, filha de Moises Tshabana Dibuisa e de Meranca Disila Dibuisa, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.075111/2017-57);

DOMINGOS SIMAO LONDA FIEL - G344782-A, natural da Angola, nascido em 01 de outubro de 2011, filho de Leonardo Tombuco Fiel e de Paulina Londa Knongo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.070728/2017-86);

EMILIA SADISA NDOTALA FUNDU - G316626-W, natural da Angola, nascida em 03 de junho de 2011, filha de Nzinga Fundu e de Maria Ndela Ndotala, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.065100/2017-69);

SOFIA MAYINDO BELGA - G378323-4, natural da Angola, nascida em 23 de agosto de 2013, filha de Alberto Belga e de Fina Mayindo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.073916/2017-66) e

TESTIMONY OLUWATOFUNMI - V866509-0, natural da Nigéria, nascida em 29 de julho de 2009, filha de Akinyemi Joseph Akindeko e de Fikesola Justina Akindeko, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.071509/2017-14).

Nº 305 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ARMINDO NASCIMENTO DE ANDRADE BOM JESUS - V579013-S, natural de São Tomé e Príncipe, nascido em 11 de junho de 1989, filho de Armindo Lopes Bom Jesus e de Madalena Dias Pinto do Nascimento, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08501.302416/2016-04);

JANETH DIANA LOPEZ COURA - V794778-8, natural da Bolívia, nascida em 14 de outubro de 1982, filho de Victor Napoleon Lopez Campos e de Francisca Martha Vargas Aguilar, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.319710/2016-15) e

MICHEL MBUYI KAYEMBE - G131151-6, natural da República Democrática do Congo, nascido em 24 de março de 1975, filho de Mbuyi Tumayi e de Mujinga Kayembe, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.005091/2017-57).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

Declara que a correta grafia dos nomes da genitora de MIRIAM FELIPA GONZALEZ CARRILLO, incluída na Portaria Naturalização nº 247, de 08 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2017, é Balbina Augustina Carrillo Curbelo e não como constou. Processo nº 08709.007292/2016-11

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.040, DE 5 DE JULHO DE 2018

Qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes ao Município de Rondonópolis (MT), Regional de Rondonópolis e Bases Descentralizadas de Campo Verde (MT), Jaciara (MT) e Primavera do Leste (MT) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado e Municípios do Mato Grosso.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.859/GM/MS, de 11 de outubro de 2005, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgências - SAMU 192 do Município de Rondonópolis do Estado do Mato Grosso;

Considerando a Portaria nº 559/GM/MS, de 19 de março de 2009, que redefine os recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Regional de Rondonópolis do Estado do Mato Grosso;

Considerando a Portaria nº 309/GM/MS, de 25 de fevereiro de 2011, que habilita o Município de Campo Verde (MT), a receber o quantitativo referente às Unidades de Suporte Básico destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Regional de Rondonópolis - MT;

Considerando a Portaria nº 763/GM/MS, de 13 de abril de 2011, que habilita o Município de Primavera do Leste (MT), a receber o quantitativo referente à Unidade de Suporte Básico e Avançado destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -SAMU 192 Regional de Rondonópolis (MT);

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o parágrafo único do art. 923 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que acresce em 30% (trinta por cento) para custeio das Unidades Móveis localizadas em Municípios situados na região da Amazônia Legal;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 755-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas a Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes ao Município de Rondonópolis (MT), Regional Rondonópolis e Bases Descentralizadas de Campo Verde (MT), Jaciara (MT) e Primavera do Leste (MT), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Estado de Mato Grosso e Municípios, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.398.069,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil e sessenta e nove reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Mato Grosso e Municípios, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Municipais de Rondonópolis (MT), Campo Verde (MT), Jaciara (MT) e Primavera do Leste (MT), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 (MT) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10º (décima) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis (SAMU 192):

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Proposta	Valor anual
MT	Rondonópolis	510760	6951228	CRU	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	16692	R$ 270.215,40
MT	Rondonópolis	510760	6990142	USB	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	16692	R$ 137.186,40
MT	Rondonópolis	510760	7365144	USB	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	16692	R$ 137.186,40
MT	Rondonópolis	510760	3952886	USB	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	16692	R$ 137.186,40
MT	Rondonópolis	510760	6990177	USA	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	16692	R$ 152.367,60
MT	Primavera do Leste	510704	7081235	USA	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	17999	R$ 152.367,60
MT	Primavera do Leste	510704	6760104	USB	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	17999	R$ 137.186,40
MT	Campo Verde	510267	6852556	USB	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	17704	R$ 137.186,40
MT	Jaciara	510480	6143326	USB	25000.460187/2017-84	Municipal	82.51	18417	R$ 137.186,40
	TOTAL/ ANO								R$ 1.398.069,00

PORTARIA Nº 3.150, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.510/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2017, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas; e

Considerando o Relatório do cadastro dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) referente ao mês de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

Art. 2º Os valores a serem transferidos para os Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios constantes desta Portaria totalizam o montante de R$ 129.854.141,88 (cento e vinte e nove milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil cento e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos) conforme Anexos I a XXVII.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 4º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000, e o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0001 - Assistência Financeira Complementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Agentes de Combate às Endemias.

Parágrafo único. Os recursos relativos ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de vigilância em saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2018.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO I				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AC	120000	SES/AC	0	0,00	0,00	120.398,34
AC	120001	Acrelândia	0	0,00	0,00	10.786,47
AC	120005	Assis Brasil	2	101,40	1.926,60	3.603,98
AC	120010	Brasiléia	8	405,60	7.706,40	10.887,98
AC	120013	Bujari	0	0,00	0,00	8.158,02
AC	120017	Capixaba	0	0,00	0,00	8.361,28
AC	120020	Cruzeiro do Sul	126	6.388,20	121.375,80	32.945,52
AC	120025	Epitaciolândia	6	304,20	5.779,80	8.048,85
AC	120030	Feijó	0	0,00	0,00	25.966,60
AC	120032	Jordão	3	152,10	2.889,90	4.116,81
AC	120033	Mâncio Lima	7	354,90	6.743,10	9.226,65
AC	120034	Manoel Urbano	3	152,10	2.889,90	5.033,45
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	4	202,80	3.853,20	12.104,95
AC	120038	Plácido de Castro	0	0,00	0,00	15.625,52
AC	120039	Porto Walter	6	304,20	5.779,80	5.061,55
AC	120040	Rio Branco	150	7.605,00	144.495,00	143.950,89
AC	120042	Rodrigues Alves	28	1.419,60	26.972,40	7.574,29
AC	120043	Santa Rosa do Purus	0	0,00	0,00	5.845,81
AC	120045	Senador Guiomard	6	304,20	5.779,80	11.407,92
AC	120050	Sena Madureira	0	0,00	0,00	34.403,35
AC	120060	Tarauacá	8	405,60	7.706,40	26.080,52
AC	120070	Xapuri	5	253,50	4.816,50	10.525,38
AC	120080	Porto Acre	0	0,00	0,00	13.108,79
Total			362	18.353,40	348.714,60	533.222,92
		ANEXO II				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AL	270000	SES/AL	0	0,00	0,00	281.725,19
AL	270010	Água Branca	5	253,50	4.816,50	4.689,13
AL	270020	Anadia	5	253,50	4.816,50	4.022,63
AL	270030	Arapiraca	14	709,80	13.486,20	95.727,17
AL	270040	Atalaia	11	557,70	10.596,30	10.371,43
AL	270050	Barra de Santo Antônio	7	354,90	6.743,10	4.586,89
AL	270060	Barra de São Miguel	4	202,80	3.853,20	2.427,68
AL	270070	Batalha	6	304,20	5.779,80	4.143,17
AL	270080	Belém	2	101,40	1.926,60	1.195,26
AL	270090	Belo Monte	3	152,10	2.889,90	1.648,72
AL	270100	Boca da Mata	10	507,00	9.633,00	6.110,30
AL	270110	Branquinha	4	202,80	3.853,20	2.560,28
AL	270120	Cacimbinhas	4	202,80	3.853,20	2.486,17
AL	270130	Cajueiro	8	405,60	7.706,40	4.674,67
AL	270135	Campestre	3	152,10	2.889,90	1.603,24
AL	270140	Campo Alegre	10	507,00	9.633,00	14.783,90
AL	270150	Campo Grande	3	152,10	2.889,90	2.234,62
AL	270160	Canapi	4	202,80	3.853,20	4.420,43
AL	270170	Capela	7	354,90	6.743,10	3.900,79
AL	270180	Carneiros	2	101,40	1.926,60	2.297,27
AL	270190	Chã Preta	3	152,10	2.889,90	1.721,40
AL	270200	Coité do Nóia	4	202,80	3.853,20	2.619,73
AL	270210	Colônia Leopoldina	7	354,90	6.743,10	4.763,09
AL	270220	Coqueiro Seco	3	152,10	2.889,90	1.791,48
AL	270230	Coruripe	19	963,30	18.302,70	12.872,82
AL	270235	Craíbas	5	253,50	4.816,50	6.183,91
AL	270240	Delmiro Gouveia	21	1.064,70	20.229,30	11.589,38
AL	270250	Dois Riachos	4	202,80	3.853,20	2.551,81
AL	270255	Estrela de Alagoas	4	202,80	3.853,20	4.603,37
AL	270260	Feira Grande	5	253,50	4.816,50	5.367,24
AL	270270	Feliz Deserto	3	152,10	2.889,90	1.139,10
AL	270280	Flexeiras	4	202,80	3.853,20	2.891,73
AL	270290	Girau do Ponciano	6	304,20	5.779,80	12.360,62
AL	270300	Ibateguara	5	253,50	4.816,50	3.535,61
AL	270310	Igaci	5	253,50	4.816,50	6.865,88
AL	270320	Igreja Nova	5	253,50	4.816,50	6.215,44
AL	270330	Inhapi	4	202,80	3.853,20	4.661,57
AL	270340	Jacaré dos Homens	3	152,10	2.889,90	1.349,16
AL	270350	Jacuípe	3	152,10	2.889,90	1.644,60
AL	270360	Japaratinga	3	152,10	2.889,90	2.178,47
AL	270370	Jaramataia	3	152,10	2.889,90	1.393,68
AL	270375	Jequiá da Praia	4	202,80	3.853,20	2.747,23
AL	270380	Joaquim Gomes	6	304,20	5.779,80	5.366,50
AL	270390	Jundiá	2	101,40	1.926,60	1.036,19
AL	270400	Junqueiro	5	253,50	4.816,50	6.625,47
AL	270410	Lagoa da Canoa	4	202,80	3.853,20	4.602,76
AL	270420	Limoeiro de Anadia	5	253,50	4.816,50	8.002,71
AL	270430	Maceió	531	26.921,70	511.512,30	279.443,55
AL	270440	Major Isidoro	6	304,20	5.779,80	4.554,48
AL	270450	Maragogi	10	507,00	9.633,00	8.612,82
AL	270460	Maravilha	2	101,40	1.926,60	3.952,99
AL	270470	Marechal Deodoro	26	1.318,20	25.045,80	14.461,98
AL	270480	Maribondo	5	253,50	4.816,50	3.186,92
AL	270490	Mar Vermelho	2	101,40	1.926,60	1.039,86
AL	270500	Mata Grande	5	253,50	4.816,50	6.756,98
AL	270510	Matriz de Camaragibe	6	304,20	5.779,80	5.388,03
AL	270520	Messias	6	304,20	5.779,80	5.232,67
AL	270530	Minador do Negrão	3	152,10	2.889,90	1.294,33
AL	270540	Monteirópolis	3	152,10	2.889,90	1.706,71

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270550	Murici	7	354,90	6.743,10	6.151,21
AL	270560	Novo Lino	4	202,80	3.853,20	2.879,95
AL	270570	Olho d'Água das Flores	7	354,90	6.743,10	4.766,89
AL	270580	Olho d'Água do Casado	3	152,10	2.889,90	2.194,74
AL	270590	Olho d'Água Grande	3	152,10	2.889,90	1.259,75
AL	270600	Olivença	4	202,80	3.853,20	2.692,13
AL	270610	Ouro Branco	4	202,80	3.853,20	2.629,41
AL	270620	Palestina	3	152,10	2.889,90	1.249,20
AL	270630	Palmeira dos Índios	34	1.723,80	32.752,20	16.603,67
AL	270640	Pão de Açúcar	6	304,20	5.779,80	5.579,78
AL	270642	Pariconha	4	202,80	3.853,20	2.667,68
AL	270644	Paripueira	3	152,10	2.889,90	5.104,79
AL	270650	Passo de Camaragibe	3	152,10	2.889,90	4.066,96
AL	270660	Paulo Jacinto	4	202,80	3.853,20	1.775,76
AL	270670	Penedo	28	1.419,60	26.972,40	14.472,90
AL	270680	Piaçabuçu	6	304,20	5.779,80	4.112,81
AL	270690	Pilar	21	1.064,70	20.229,30	9.913,97
AL	270700	Pindoba	2	101,40	1.926,60	754,98
AL	270710	Piranhas	7	354,90	6.743,10	5.585,49
AL	270720	Poço das Trincheiras	4	202,80	3.853,20	3.406,45
AL	270730	Porto Calvo	0	0,00	0,00	11.925,55
AL	270740	Porto de Pedras	3	152,10	2.889,90	2.228,67
AL	270750	Porto Real do Colégio	5	253,50	4.816,50	4.663,65
AL	270760	Quebrangulo	4	202,80	3.853,20	2.668,06
AL	270770	Rio Largo	32	1.622,40	30.825,60	21.188,32
AL	270780	Roteiro	3	152,10	2.889,90	1.577,56
AL	270790	Santa Luzia do Norte	3	152,10	2.889,90	2.308,04
AL	270800	Santana do Ipanema	17	861,90	16.376,10	10.975,38
AL	270810	Santana do Mundaú	4	202,80	3.853,20	2.560,68
AL	270820	São Brás	3	152,10	2.889,90	1.649,71
AL	270830	São José da Laje	9	456,30	8.669,70	5.261,12
AL	270840	São José da Tapera	7	354,90	6.743,10	7.794,14
AL	270850	São Luís do Quitunde	11	557,70	10.596,30	7.514,96
AL	270860	São Miguel dos Campos	17	861,90	16.376,10	13.332,81
AL	270870	São Miguel dos Milagres	3	152,10	2.889,90	2.070,76
AL	270880	São Sebastião	6	304,20	5.779,80	9.624,06
AL	270890	Satuba	3	152,10	2.889,90	6.566,72
AL	270895	Senador Rui Palmeira	4	202,80	3.853,20	3.237,64
AL	270900	Tanque d'Arca	3	152,10	2.889,90	1.511,87
AL	270910	Taquarana	4	202,80	3.853,20	5.311,67
AL	270915	Teotônio Vilela	6	304,20	5.779,80	14.432,68
AL	270920	Traipu	3	152,10	2.889,90	9.702,08
AL	270930	União dos Palmares	27	1.368,90	26.009,10	14.416,85
AL	270940	Viçosa	10	507,00	9.633,00	5.732,94
Total			1.206	61.144,20	1.161.739,80	1.184.045,65

ANEXO III

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AM	130000	SES/AM	0	0,00	0,00	691.262,78
AM	130002	Alvarães	0	0,00	0,00	20.947,03
AM	130006	Amaturá	0	0,00	0,00	8.130,57
AM	130008	Anamã	0	0,00	0,00	8.538,68
AM	130010	Anori	0	0,00	0,00	11.730,51
AM	130014	Apuí	8	405,60	7.706,40	19.534,59
AM	130020	Atalaia do Norte	22	1.115,40	21.192,60	13.205,71
AM	130030	Autazes	0	0,00	0,00	33.859,65
AM	130040	Barcelos	33	1.673,10	31.788,90	18.038,01
AM	130050	Barreirinha	5	253,50	4.816,50	13.504,14
AM	130060	Benjamin Constant	0	0,00	0,00	24.005,26
AM	130063	Beruri	4	202,80	3.853,20	7.176,72
AM	130068	Boa Vista do Ramos	0	0,00	0,00	10.735,54
AM	130070	Boca do Acre	10	507,00	9.633,00	17.483,94
AM	130080	Borba	0	0,00	0,00	37.182,83
AM	130083	Caapiranga	0	0,00	0,00	8.034,00
AM	130090	Canutama	14	709,80	13.486,20	6.587,74
AM	130100	Carauari	0	0,00	0,00	16.459,07
AM	130110	Careiro	20	1.014,00	19.266,00	24.500,56
AM	130115	Careiro da Várzea	2	101,40	1.926,60	20.671,32
AM	130120	Coari	0	0,00	0,00	71.576,70
AM	130130	Codajás	7	354,90	6.743,10	9.413,94
AM	130140	Eirunepé	38	1.926,60	36.605,40	10.132,06
AM	130150	Envira	0	0,00	0,00	11.321,60
AM	130160	Fonte Boa	5	253,50	4.816,50	15.981,65
AM	130165	Guajará	13	659,10	12.522,90	4.745,12
AM	130170	Humaitá	19	963,30	18.302,70	49.638,29
AM	130180	Ipixuna	56	2.839,20	53.944,80	8.218,50
AM	130185	Iranduba	0	0,00	0,00	55.902,52
AM	130190	Itacoatiara	27	1.368,90	26.009,10	51.298,27
AM	130195	Itamarati	11	557,70	10.596,30	4.583,05
AM	130200	Itapiranga	0	0,00	0,00	7.742,62
AM	130210	Japurá	0	0,00	0,00	16.318,18
AM	130220	Juruá	2	101,40	1.926,60	8.337,90
AM	130230	Jutaí	0	0,00	0,00	23.209,48
AM	130240	Lábrea	69	3.498,30	66.467,70	13.507,62
AM	130250	Manacapuru	0	0,00	0,00	82.068,96
AM	130255	Manaquiri	5	253,50	4.816,50	12.868,28
AM	130260	Manaus	24	1.216,80	23.119,20	1.626.060,18
AM	130270	Manicoré	0	0,00	0,00	31.776,23
AM	130280	Maraã	4	202,80	3.853,20	7.277,19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	130290	Maués	0	0,00	0,00	36.134,80
AM	130300	Nhamundá	5	253,50	4.816,50	7.324,07
AM	130310	Nova Olinda do Norte	0	0,00	0,00	21.160,33
AM	130320	Novo Airão	0	0,00	0,00	18.866,79
AM	130330	Novo Aripuanã	0	0,00	0,00	19.637,55
AM	130340	Parintins	0	0,00	0,00	66.117,42
AM	130350	Pauini	0	0,00	0,00	15.029,95
AM	130353	Presidente Figueiredo	0	0,00	0,00	48.190,55
AM	130356	Rio Preto da Eva	35	1.774,50	33.715,50	23.903,09
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	7	354,90	6.743,10	20.013,39
AM	130370	Santo Antônio do Içá	43	2.180,10	41.421,90	7.228,47
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	63	3.194,10	60.687,90	17.299,33
AM	130390	São Paulo de Olivença	17	861,90	16.376,10	11.049,48
AM	130395	São Sebastião do Uatumã	3	152,10	2.889,90	5.567,12
AM	130400	Silves	0	0,00	0,00	7.636,30
AM	130406	Tabatinga	9	456,30	8.669,70	28.291,62
AM	130410	Tapauá	20	1.014,00	19.266,00	9.720,72
AM	130420	Tefé	0	0,00	0,00	37.110,10
AM	130423	Tonantins	1	50,70	963,30	9.945,91
AM	130426	Uarini	14	709,80	13.486,20	3.917,74
AM	130430	Urucará	0	0,00	0,00	12.771,04
AM	130440	Urucurituba	5	253,50	4.816,50	8.047,79
Total			620	31.434,00	597.246,00	3.568.530,55

ANEXO IV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AP	160000	SES/AP	0	0,00	0,00	85.507,22
AP	160005	Serra do Navio	4	202,80	3.853,20	9.521,66
AP	160010	Amapá	1	50,70	963,30	7.596,05
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	18	912,60	17.339,40	15.263,05
AP	160020	Calçoene	10	507,00	9.633,00	7.118,13
AP	160021	Cutias	3	152,10	2.889,90	2.623,08
AP	160023	Ferreira Gomes	0	0,00	0,00	6.708,48
AP	160025	Itaubal	0	0,00	0,00	5.555,53
AP	160027	Laranjal do Jari	11	557,70	10.596,30	30.343,28
AP	160030	Macapá	173	8.771,10	166.650,90	178.928,14
AP	160040	Mazagão	14	709,80	13.486,20	21.374,15
AP	160050	Oiapoque	11	557,70	10.596,30	38.407,73
AP	160053	Porto Grande	5	253,50	4.816,50	21.153,24
AP	160055	Pracuúba	2	101,40	1.926,60	3.808,72
AP	160060	Santana	59	2.991,30	56.834,70	42.439,54
AP	160070	Tartarugalzinho	5	253,50	4.816,50	17.048,74
AP	160080	Vitória do Jari	0	0,00	0,00	9.803,62
Total			316	16.021,20	304.402,80	503.200,36

ANEXO V

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
BA	290000	SES/BA	0	0,00	0,00	1.649.594,60
BA	290010	Abaíra	0	0,00	0,00	4.236,37
BA	290020	Abaré	4	202,80	3.853,20	5.400,09
BA	290030	Acajutiba	8	405,60	7.706,40	3.604,10
BA	290035	Adustina	4	202,80	3.853,20	4.098,42
BA	290040	Água Fria	4	202,80	3.853,20	4.171,30
BA	290050	Érico Cardoso	0	0,00	0,00	5.274,95
BA	290060	Aiquara	2	101,40	1.926,60	1.181,77
BA	290070	Alagoinhas	84	4.258,80	80.917,20	35.745,19
BA	290080	Alcobaça	7	354,90	6.743,10	5.357,00
BA	290090	Almadina	3	152,10	2.889,90	1.449,94
BA	290100	Amargosa	14	709,80	13.486,20	8.767,69
BA	290110	Amélia Rodrigues	12	608,40	11.559,60	6.067,65
BA	290115	América Dourada	6	304,20	5.779,80	3.878,19
BA	290120	Anagé	0	0,00	0,00	11.086,24
BA	290130	Andaraí	5	253,50	4.816,50	3.382,63
BA	290135	Andorinha	4	202,80	3.853,20	3.584,59
BA	290140	Angical	4	202,80	3.853,20	3.382,96
BA	290150	Anguera	4	202,80	3.853,20	2.631,06
BA	290160	Antas	4	202,80	3.853,20	5.115,92
BA	290170	Antônio Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.801,56
BA	290180	Antônio Gonçalves	4	202,80	3.853,20	2.792,85
BA	290190	Aporá	4	202,80	3.853,20	4.922,05
BA	290195	Apuarema	2	101,40	1.926,60	1.786,35
BA	290200	Aracatu	4	202,80	3.853,20	3.261,50
BA	290205	Araças	0	0,00	0,00	5.778,66
BA	290210	Araci	13	659,10	12.522,90	13.313,35
BA	290220	Aramari	4	202,80	3.853,20	2.681,94
BA	290225	Arataca	0	0,00	0,00	5.418,41
BA	290230	Aratuípe	4	202,80	3.853,20	2.111,38
BA	290240	Aurelino Leal	6	304,20	5.779,80	3.099,48
BA	290250	Baianópolis	0	0,00	0,00	6.564,70
BA	290260	Baixa Grande	5	253,50	4.816,50	4.993,20
BA	290265	Banzaê	4	202,80	3.853,20	3.154,48
BA	290270	Barra	12	608,40	11.559,60	13.609,77
BA	290280	Barra da Estiva	6	304,20	5.779,80	5.171,38
BA	290290	Barra do Choça	1	50,70	963,30	15.338,24
BA	290300	Barra do Mendes	4	202,80	3.853,20	3.372,96
BA	290310	Barra do Rocha	1	50,70	963,30	2.024,11
BA	290320	Barreiras	48	2.433,60	46.238,40	36.125,38
BA	290323	Barro Alto	1	50,70	963,30	6.084,49
BA	290327	Barrocas	4	202,80	3.853,20	3.734,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290330	Barro Preto	3	152,10	2.889,90	1.550,77
BA	290340	Belmonte	6	304,20	5.779,80	5.502,98
BA	290350	Belo Campo	5	253,50	4.816,50	4.248,52
BA	290360	Biritinga	4	202,80	3.853,20	3.816,31
BA	290370	Boa Nova	4	202,80	3.853,20	3.469,81
BA	290380	Boa Vista do Tupim	0	0,00	0,00	9.048,60
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	25	1.267,50	24.082,50	16.183,29
BA	290395	Bom Jesus da Serra	4	202,80	3.853,20	2.439,25
BA	290400	Boninal	0	0,00	0,00	6.882,65
BA	290405	Bonito	4	202,80	3.853,20	3.998,50
BA	290410	Boquira	0	0,00	0,00	10.296,00
BA	290420	Botuporã	4	202,80	3.853,20	2.557,96
BA	290430	Brejões	4	202,80	3.853,20	3.498,23
BA	290440	Brejolândia	4	202,80	3.853,20	2.647,83
BA	290450	Brotas de Macaúbas	0	0,00	0,00	5.179,62
BA	290460	Brumado	22	1.115,40	21.192,60	15.967,65
BA	290470	Buerarema	0	0,00	0,00	9.064,04
BA	290475	Buritirama	5	253,50	4.816,50	5.168,75
BA	290480	Caatiba	0	0,00	0,00	4.962,83
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	4	202,80	3.853,20	4.998,13
BA	290490	Cachoeira	9	456,30	8.669,70	8.052,69
BA	290500	Caculé	0	0,00	0,00	10.916,12
BA	290510	Caém	4	202,80	3.853,20	2.389,98
BA	290515	Caetanos	0	0,00	0,00	7.381,91
BA	290520	Caetité	15	760,50	14.449,50	12.112,15
BA	290530	Cafarnaum	6	304,20	5.779,80	4.355,54
BA	290540	Cairu	4	202,80	3.853,20	4.499,46
BA	290550	Caldeirão Grande	4	202,80	3.853,20	3.169,86
BA	290560	Camacan	12	608,40	11.559,60	7.633,54
BA	290570	Camaçari	158	8.010,60	152.201,40	68.037,98
BA	290580	Camamu	7	354,90	6.743,10	10.461,76
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	5	253,50	4.816,50	8.955,50
BA	290600	Campo Formoso	16	811,20	15.412,80	18.250,86
BA	290610	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.511,70
BA	290620	Canarana	7	354,90	6.743,10	6.155,88
BA	290630	Canavieiras	14	709,80	13.486,20	8.136,59
BA	290640	Candeal	3	152,10	2.889,90	2.095,27
BA	290650	Candeias	41	2.078,70	39.495,30	20.816,49
BA	290660	Candiba	4	202,80	3.853,20	3.389,83
BA	290670	Cândido Sales	9	456,30	8.669,70	6.200,56
BA	290680	Cansanção	6	304,20	5.779,80	10.807,74
BA	290682	Canudos	5	253,50	4.816,50	3.968,25
BA	290685	Capela do Alto Alegre	4	202,80	3.853,20	2.845,78
BA	290687	Capim Grosso	12	608,40	11.559,60	7.194,00
BA	290689	Caraíbas	0	0,00	0,00	4.717,16
BA	290690	Caravelas	6	304,20	5.779,80	5.211,25
BA	290700	Cardeal da Silva	3	152,10	2.889,90	2.233,69
BA	290710	Carinhanha	7	354,90	6.743,10	7.060,98
BA	290720	Casa Nova	22	1.115,40	21.192,60	16.816,71
BA	290730	Castro Alves	8	405,60	7.706,40	6.253,04
BA	290740	Catolândia	2	101,40	1.926,60	975,17
BA	290750	Catu	28	1.419,60	26.972,40	12.938,52
BA	290755	Caturama	0	0,00	0,00	4.475,16
BA	290760	Central	2	101,40	1.926,60	6.387,56
BA	290770	Chorrochó	4	202,80	3.853,20	2.656,27
BA	290780	Cícero Dantas	10	507,00	9.633,00	7.960,87
BA	290790	Cipó	7	354,90	6.743,10	4.065,19
BA	290800	Coaraci	10	507,00	9.633,00	4.808,99
BA	290810	Cocos	5	253,50	4.816,50	4.468,29
BA	290820	Conceição da Feira	7	354,90	6.743,10	5.276,33
BA	290830	Conceição do Almeida	4	202,80	3.853,20	4.691,96
BA	290840	Conceição do Coité	26	1.318,20	25.045,80	15.652,77
BA	290850	Conceição do Jacuípe	12	608,40	11.559,60	7.763,25
BA	290860	Conde	6	304,20	5.779,80	6.306,90
BA	290870	Condeúba	4	202,80	3.853,20	4.561,34
BA	290880	Contendas do Sincorá	2	101,40	1.926,60	1.057,15
BA	290890	Coração de Maria	5	253,50	4.816,50	6.215,32
BA	290900	Cordeiros	3	152,10	2.889,90	2.040,50
BA	290910	Coribe	4	202,80	3.853,20	3.443,00
BA	290920	Coronel João Sá	4	202,80	3.853,20	4.340,86
BA	290930	Correntina	8	405,60	7.706,40	7.645,23
BA	290940	Cotegipe	0	0,00	0,00	6.606,41
BA	290950	Cravolândia	3	152,10	2.889,90	1.318,37
BA	290960	Crisópolis	6	304,20	5.779,80	5.003,85
BA	290970	Cristópolis	4	202,80	3.853,20	3.300,69
BA	290980	Cruz das Almas	26	1.318,20	25.045,80	14.880,25
BA	290990	Curaçá	7	354,90	6.743,10	9.538,73
BA	291000	Dário Meira	4	202,80	3.853,20	2.915,23
BA	291005	Dias d'Ávila	38	1.926,60	36.605,40	18.483,90
BA	291010	Dom Basílio	4	202,80	3.853,20	2.888,42
BA	291020	Dom Macedo Costa	2	101,40	1.926,60	965,25
BA	291030	Elísio Medrado	3	152,10	2.889,90	1.940,36
BA	291040	Encruzilhada	5	253,50	4.816,50	5.485,91
BA	291050	Entre Rios	14	709,80	13.486,20	9.905,27
BA	291060	Esplanada	12	608,40	11.559,60	8.672,81
BA	291070	Euclides da Cunha	18	912,60	17.339,40	14.253,14
BA	291072	Eunápolis	49	2.484,30	47.201,70	26.420,63
BA	291075	Fátima	4	202,80	3.853,20	4.826,85
BA	291077	Feira da Mata	0	0,00	0,00	2.837,83

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291080	Feira de Santana	323	16.376,10	311.145,90	143.796,81
BA	291085	Filadélfia	5	253,50	4.816,50	4.034,02
BA	291090	Firmino Alves	3	152,10	2.889,90	1.334,21
BA	291100	Floresta Azul	4	202,80	3.853,20	2.610,67
BA	291110	Formosa do Rio Preto	7	354,90	6.743,10	5.938,17
BA	291120	Gandu	13	659,10	12.522,90	7.682,98
BA	291125	Gavião	2	101,40	1.926,60	1.090,86
BA	291130	Gentio do Ouro	3	152,10	2.889,90	2.733,63
BA	291140	Glória	0	0,00	0,00	7.366,33
BA	291150	Gongogi	3	152,10	2.889,90	1.907,81
BA	291160	Governador Mangabeira	4	202,80	3.853,20	5.998,67
BA	291165	Guajeru	3	152,10	2.889,90	2.222,27
BA	291170	Guanambi	24	1.216,80	23.119,20	19.893,50
BA	291180	Guaratinga	6	304,20	5.779,80	5.175,27
BA	291185	Heliópolis	3	152,10	2.889,90	3.587,13
BA	291190	Iaçu	9	456,30	8.669,70	6.270,63
BA	291200	Ibiassucê	4	202,80	3.853,20	2.490,13
BA	291210	Ibicaraí	9	456,30	8.669,70	5.636,35
BA	291220	Ibicoara	7	354,90	6.743,10	4.534,29
BA	291230	Ibicuí	6	304,20	5.779,80	3.849,08
BA	291240	Ibipeba	6	304,20	5.779,80	4.280,38
BA	291250	Ibipitanga	0	0,00	0,00	7.064,29
BA	291260	Ibiquera	1	50,70	963,30	1.404,91
BA	291270	Ibirapitanga	0	0,00	0,00	11.134,29
BA	291280	Ibirapuã	4	202,80	3.853,20	2.028,58
BA	291290	Ibirataia	8	405,60	7.706,40	5.291,03
BA	291300	Ibitiara	4	202,80	3.853,20	3.887,35
BA	291310	Ibititá	5	253,50	4.816,50	4.297,33
BA	291320	Ibotirama	12	608,40	11.559,60	6.385,04
BA	291330	Ichu	3	152,10	2.889,90	1.475,15
BA	291340	Igaporã	5	253,50	4.816,50	3.731,52
BA	291345	Igrapiúna	4	202,80	3.853,20	3.324,98
BA	291350	Iguaí	7	354,90	6.743,10	6.608,66
BA	291360	Ilhéus	94	4.765,80	90.550,20	46.160,59
BA	291370	Inhambupe	9	456,30	8.669,70	10.083,00
BA	291380	Ipecaetá	4	202,80	3.853,20	3.610,06
BA	291390	Ipiaú	21	1.064,70	20.229,30	10.932,17
BA	291400	Ipirá	21	1.064,70	20.229,30	14.389,46
BA	291410	Ipupiara	4	202,80	3.853,20	2.327,65
BA	291420	Irajuba	2	101,40	1.926,60	1.730,05
BA	291430	Iramaia	1	50,70	963,30	5.465,58
BA	291440	Iraquara	5	253,50	4.816,50	6.968,01
BA	291450	Irará	6	304,20	5.779,80	7.947,28
BA	291460	Irecê	37	1.875,90	35.642,10	17.069,02
BA	291465	Itabela	13	659,10	12.522,90	7.200,88
BA	291470	Itaberaba	33	1.673,10	31.788,90	15.309,71
BA	291480	Itabuna	118	5.982,60	113.669,40	50.656,38
BA	291490	Itacaré	7	354,90	6.743,10	6.504,21
BA	291500	Itaeté	4	202,80	3.853,20	3.800,96
BA	291510	Itagi	5	253,50	4.816,50	3.104,77
BA	291520	Itagibá	5	253,50	4.816,50	3.642,88
BA	291530	Itagimirim	1	50,70	963,30	2.437,53
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	2	101,40	1.926,60	4.819,15
BA	291540	Itaju do Colônia	1	50,70	963,30	2.477,40
BA	291550	Itajuípe	9	456,30	8.669,70	5.015,08
BA	291560	Itamaraju	26	1.318,20	25.045,80	15.435,75
BA	291570	Itamari	0	0,00	0,00	3.992,62
BA	291580	Itambé	9	456,30	8.669,70	8.288,21
BA	291590	Itanagra	3	152,10	2.889,90	1.841,13
BA	291600	Itanhém	7	354,90	6.743,10	4.751,77
BA	291610	Itaparica	11	557,70	10.596,30	5.628,77
BA	291620	Itapé	0	0,00	0,00	4.895,91
BA	291630	Itapebi	3	152,10	2.889,90	2.636,71
BA	291640	Itapetinga	37	1.875,90	35.642,10	17.767,98
BA	291650	Itapicuru	5	253,50	4.816,50	11.780,20
BA	291660	Itapitanga	4	202,80	3.853,20	2.475,00
BA	291670	Itaquara	0	0,00	0,00	3.938,00
BA	291680	Itarantim	8	405,60	7.706,40	4.655,29
BA	291685	Itatim	6	304,20	5.779,80	3.502,27
BA	291690	Itiruçu	5	253,50	4.816,50	3.721,07
BA	291700	Itiúba	6	304,20	5.779,80	11.862,36
BA	291710	Itororó	9	456,30	8.669,70	4.867,73
BA	291720	Ituaçu	4	202,80	3.853,20	5.119,59
BA	291730	Ituberá	10	507,00	9.633,00	6.743,92
BA	291733	Iuiú	4	202,80	3.853,20	2.632,51
BA	291735	Jaborandi	3	152,10	2.889,90	2.158,06
BA	291740	Jacaraci	4	202,80	3.853,20	3.542,69
BA	291750	Jacobina	38	1.926,60	36.605,40	19.435,85
BA	291760	Jaguaquara	21	1.064,70	20.229,30	12.840,90
BA	291770	Jaguarari	10	507,00	9.633,00	7.906,02
BA	291780	Jaguaripe	4	202,80	3.853,20	4.871,63
BA	291790	Jandaíra	3	152,10	2.889,90	2.548,33
BA	291800	Jequié	97	4.917,90	93.440,10	37.228,49
BA	291810	Jeremoabo	0	0,00	0,00	19.068,95
BA	291820	Jiquiriçá	0	0,00	0,00	6.923,58
BA	291830	Jitaúna	5	253,50	4.816,50	3.515,75
BA	291835	João Dourado	8	405,60	7.706,40	5.877,21
BA	291840	Juazeiro	100	5.070,00	96.330,00	56.544,35
BA	291845	Jucuruçu	4	202,80	3.853,20	2.384,02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291850	Jussara	0	0,00	0,00	7.339,32
BA	291855	Jussari	3	152,10	2.889,90	1.487,98
BA	291860	Jussiape	3	152,10	2.889,90	1.773,98
BA	291870	Lafaiete Coutinho	1	50,70	963,30	927,21
BA	291875	Lagoa Real	4	202,80	3.853,20	3.673,31
BA	291880	Laje	0	0,00	0,00	11.387,21
BA	291890	Lajedão	1	50,70	963,30	932,25
BA	291900	Lajedinho	2	101,40	1.926,60	990,88
BA	291905	Lajedo do Tabocal	2	101,40	1.926,60	2.163,25
BA	291910	Lamarão	3	152,10	2.889,90	2.830,33
BA	291915	Lapão	6	304,20	5.779,80	7.165,36
BA	291920	Lauro de Freitas	112	5.678,40	107.889,60	45.291,58
BA	291930	Lençóis	5	253,50	4.816,50	2.666,58
BA	291940	Licínio de Almeida	4	202,80	3.853,20	2.972,06
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	13	659,10	12.522,90	10.711,02
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	36	1.825,20	34.678,80	19.148,48
BA	291960	Macajuba	1	50,70	963,30	4.481,24
BA	291970	Macarani	7	354,90	6.743,10	4.379,38
BA	291980	Macaúbas	9	456,30	8.669,70	14.699,34
BA	291990	Macururé	3	152,10	2.889,90	1.928,90
BA	291992	Madre de Deus	9	456,30	8.669,70	4.814,10
BA	291995	Maetinga	3	152,10	2.889,90	1.645,79
BA	292000	Maiquinique	4	202,80	3.853,20	2.354,46
BA	292010	Mairi	8	405,60	7.706,40	4.627,79
BA	292020	Malhada	4	202,80	3.853,20	4.179,55
BA	292030	Malhada de Pedras	0	0,00	0,00	4.098,41
BA	292040	Manoel Vitorino	5	253,50	4.816,50	3.349,96
BA	292045	Mansidão	4	202,80	3.853,20	3.198,94
BA	292050	Maracás	12	608,40	11.559,60	7.576,71
BA	292060	Maragogipe	16	811,20	15.412,80	10.601,25
BA	292070	Maraú	5	253,50	4.816,50	4.951,95
BA	292080	Marcionílio Souza	4	202,80	3.853,20	2.526,79
BA	292090	Mascote	2	101,40	1.926,60	5.468,05
BA	292100	Mata de São João	18	912,60	17.339,40	10.770,38
BA	292105	Matina	0	0,00	0,00	6.143,69
BA	292110	Medeiros Neto	10	507,00	9.633,00	5.405,13
BA	292120	Miguel Calmon	11	557,70	10.596,30	6.331,19
BA	292130	Milagres	4	202,80	3.853,20	2.882,05
BA	292140	Mirangaba	4	202,80	3.853,20	5.112,83
BA	292145	Mirante	3	152,10	2.889,90	2.353,54
BA	292150	Monte Santo	6	304,20	5.779,80	19.375,36
BA	292160	Morpará	4	202,80	3.853,20	2.059,52
BA	292170	Morro do Chapéu	12	608,40	11.559,60	8.604,07
BA	292180	Mortugaba	2	101,40	1.926,60	4.635,66
BA	292190	Mucugê	4	202,80	3.853,20	3.199,62
BA	292200	Mucuri	15	760,50	14.449,50	9.641,50
BA	292205	Mulungu do Morro	0	0,00	0,00	6.117,68
BA	292210	Mundo Novo	7	354,90	6.743,10	6.270,92
BA	292220	Muniz Ferreira	3	152,10	2.889,90	1.808,81
BA	292225	Muquém de São Francisco	1	50,70	963,30	4.399,99
BA	292230	Muritiba	12	608,40	11.559,60	7.045,27
BA	292240	Mutuípe	6	304,20	5.779,80	5.313,48
BA	292250	Nazaré	12	608,40	11.559,60	6.770,96
BA	292260	Nilo Peçanha	1	50,70	963,30	5.622,03
BA	292265	Nordestina	4	202,80	3.853,20	3.115,98
BA	292270	Nova Canaã	4	202,80	3.853,20	5.201,52
BA	292273	Nova Fátima	3	152,10	2.889,90	1.861,98
BA	292275	Nova Ibiá	1	50,70	963,30	2.273,90
BA	292280	Nova Itarana	3	152,10	2.889,90	1.931,42
BA	292285	Nova Redenção	4	202,80	3.853,20	2.297,50
BA	292290	Nova Soure	8	405,60	7.706,40	5.993,66
BA	292300	Nova Viçosa	0	0,00	0,00	20.190,50
BA	292303	Novo Horizonte	0	0,00	0,00	5.735,58
BA	292305	Novo Triunfo	4	202,80	3.853,20	3.675,15
BA	292310	Olindina	8	405,60	7.706,40	6.697,85
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	5	253,50	4.816,50	5.635,79
BA	292330	Ouriçangas	3	152,10	2.889,90	2.043,25
BA	292335	Ourolândia	4	202,80	3.853,20	4.408,25
BA	292340	Palmas de Monte Alto	6	304,20	5.779,80	5.168,40
BA	292350	Palmeiras	4	202,80	3.853,20	2.132,89
BA	292360	Paramirim	6	304,20	5.779,80	5.107,21
BA	292370	Paratinga	6	304,20	5.779,80	9.330,07
BA	292380	Paripiranga	5	253,50	4.816,50	8.967,87
BA	292390	Pau Brasil	4	202,80	3.853,20	2.745,30
BA	292400	Paulo Afonso	0	0,00	0,00	55.323,58
BA	292405	Pé de Serra	0	0,00	0,00	6.635,75
BA	292410	Pedrão	3	152,10	2.889,90	1.734,33
BA	292420	Pedro Alexandre	4	202,80	3.853,20	4.492,59
BA	292430	Piatã	0	0,00	0,00	8.517,66
BA	292440	Pilão Arcado	6	304,20	5.779,80	10.601,03
BA	292450	Pindaí	4	202,80	3.853,20	3.887,59
BA	292460	Pindobaçu	6	304,20	5.779,80	4.863,44
BA	292465	Pintadas	4	202,80	3.853,20	2.536,74
BA	292467	Piraí do Norte	4	202,80	3.853,20	2.541,54
BA	292470	Piripá	4	202,80	3.853,20	2.905,38
BA	292480	Piritiba	0	0,00	0,00	12.208,11
BA	292490	Planaltino	3	152,10	2.889,90	2.219,90
BA	292500	Planalto	0	0,00	0,00	12.336,04

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292510	Poções	19	963,30	18.302,70	11.197,31
BA	292520	Pojuca	15	760,50	14.449,50	9.102,04
BA	292525	Ponto Novo	5	253,50	4.816,50	3.740,23
BA	292530	Porto Seguro	55	2.788,50	52.981,50	34.220,08
BA	292540	Potiraguá	1	50,70	963,30	3.424,78
BA	292550	Prado	8	405,60	7.706,40	6.720,54
BA	292560	Presidente Dutra	6	304,20	5.779,80	3.605,71
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	4	202,80	3.853,20	3.139,19
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	5	253,50	4.816,50	8.054,41
BA	292580	Queimadas	8	405,60	7.706,40	6.472,53
BA	292590	Quijingue	5	253,50	4.816,50	8.515,50
BA	292593	Quixabeira	4	202,80	3.853,20	2.301,98
BA	292595	Rafael Jambeiro	5	253,50	4.816,50	6.343,45
BA	292600	Remanso	14	709,80	13.486,20	9.779,00
BA	292610	Retirolândia	4	202,80	3.853,20	3.375,63
BA	292620	Riachão das Neves	6	304,20	5.779,80	5.342,56
BA	292630	Riachão do Jacuípe	13	659,10	12.522,90	8.113,19
BA	292640	Riacho de Santana	8	405,60	7.706,40	8.994,80
BA	292650	Ribeira do Amparo	4	202,80	3.853,20	3.539,02
BA	292660	Ribeira do Pombal	20	1.014,00	19.266,00	12.596,15
BA	292665	Ribeirão do Largo	3	152,10	2.889,90	3.227,01
BA	292670	Rio de Contas	4	202,80	3.853,20	3.150,87
BA	292680	Rio do Antônio	4	202,80	3.853,20	3.621,75
BA	292690	Rio do Pires	1	50,70	963,30	4.596,28
BA	292700	Rio Real	15	760,50	14.449,50	9.571,60
BA	292710	Rodelas	4	202,80	3.853,20	2.155,31
BA	292720	Ruy Barbosa	10	507,00	9.633,00	7.339,78
BA	292730	Salinas da Margarida	0	0,00	0,00	7.228,83
BA	292740	Salvador	1.425	72.247,50	1.372.702,50	676.955,13
BA	292750	Santa Bárbara	5	253,50	4.816,50	4.998,70
BA	292760	Santa Brígida	4	202,80	3.853,20	3.524,81
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	0	0,00	0,00	13.086,33
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.560,17
BA	292790	Santa Inês	5	253,50	4.816,50	2.563,46
BA	292800	Santaluz	11	557,70	10.596,30	8.805,04
BA	292805	Santa Luzia	4	202,80	3.853,20	3.442,49
BA	292810	Santa Maria da Vitória	15	760,50	14.449,50	9.584,67
BA	292820	Santana	8	405,60	7.706,40	6.300,25
BA	292830	Santanópolis	3	152,10	2.889,90	2.163,79
BA	292840	Santa Rita de Cássia	9	456,30	8.669,70	6.679,29
BA	292850	Santa Teresinha	4	202,80	3.853,20	2.447,96
BA	292860	Santo Amaro	0	0,00	0,00	28.398,79
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	52	2.636,40	50.091,60	23.682,54
BA	292880	Santo Estêvão	17	861,90	16.376,10	12.351,63
BA	292890	São Desidério	5	253,50	4.816,50	10.611,45
BA	292895	São Domingos	4	202,80	3.853,20	2.263,48
BA	292900	São Félix	5	253,50	4.816,50	3.666,50
BA	292905	São Félix do Coribe	2	101,40	1.926,60	5.326,52
BA	292910	São Felipe	5	253,50	4.816,50	5.250,33
BA	292920	São Francisco do Conde	14	709,80	13.486,20	9.217,08
BA	292925	São Gabriel	6	304,20	5.779,80	4.494,65
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	9	456,30	8.669,70	8.755,21
BA	292935	São José da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.447,24
BA	292937	São José do Jacuípe	0	0,00	0,00	5.069,62
BA	292940	São Miguel das Matas	0	0,00	0,00	5.542,16
BA	292950	São Sebastião do Passé	18	912,60	17.339,40	10.502,02
BA	292960	Sapeaçu	4	202,80	3.853,20	4.449,05
BA	292970	Sátiro Dias	0	0,00	0,00	9.363,29
BA	292975	Saubara	7	354,90	6.743,10	2.837,08
BA	292980	Saúde	1	50,70	963,30	5.171,49
BA	292990	Seabra	13	659,10	12.522,90	10.442,67
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	4	202,80	3.853,20	2.680,33
BA	293010	Senhor do Bonfim	31	1.571,70	29.862,30	18.638,13
BA	293015	Serra do Ramalho	5	253,50	4.816,50	10.324,08
BA	293020	Sento Sé	11	557,70	10.596,30	9.600,02
BA	293030	Serra Dourada	4	202,80	3.853,20	4.610,84
BA	293040	Serra Preta	4	202,80	3.853,20	3.751,76
BA	293050	Serrinha	31	1.571,70	29.862,30	19.083,85
BA	293060	Serrolândia	4	202,80	3.853,20	3.169,83
BA	293070	Simões Filho	53	2.687,10	51.054,90	31.178,13
BA	293075	Sítio do Mato	4	202,80	3.853,20	3.079,31
BA	293076	Sítio do Quinto	4	202,80	3.853,20	2.976,57
BA	293077	Sobradinho	3	152,10	2.889,90	7.978,55
BA	293080	Souto Soares	4	202,80	3.853,20	5.020,57
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	4	202,80	3.853,20	3.006,03
BA	293100	Tanhaçu	5	253,50	4.816,50	4.952,87
BA	293105	Tanque Novo	5	253,50	4.816,50	4.098,42
BA	293110	Tanquinho	4	202,80	3.853,20	1.960,06
BA	293120	Taperoá	5	253,50	4.816,50	5.020,25
BA	293130	Tapiramutá	5	253,50	4.816,50	4.093,00
BA	293135	Teixeira de Freitas	52	2.636,40	50.091,60	37.053,96
BA	293140	Teodoro Sampaio	4	202,80	3.853,20	1.861,98
BA	293150	Teofilândia	5	253,50	4.816,50	5.898,41
BA	293160	Teolândia	4	202,80	3.853,20	3.519,31
BA	293170	Terra Nova	6	304,20	5.779,80	3.104,52
BA	293180	Tremedal	4	202,80	3.853,20	4.653,46
BA	293190	Tucano	14	709,80	13.486,20	12.863,35
BA	293200	Uauá	6	304,20	5.779,80	6.120,87
BA	293210	Ubaíra	5	253,50	4.816,50	5.234,12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	293220	Ubaitaba	5	253,50	4.816,50	4.892,37
BA	293230	Ubatã	9	456,30	8.669,70	6.431,91
BA	293240	Uibaí	6	304,20	5.779,80	3.319,02
BA	293245	Umburanas	4	202,80	3.853,20	5.094,38
BA	293250	Una	8	405,60	7.706,40	5.269,00
BA	293260	Urandi	4	202,80	3.853,20	4.101,63
BA	293270	Uruçuca	9	456,30	8.669,70	5.434,03
BA	293280	Utinga	7	354,90	6.743,10	4.628,11
BA	293290	Valença	41	2.078,70	39.495,30	22.629,98
BA	293300	Valente	8	405,60	7.706,40	6.586,94
BA	293305	Várzea da Roça	4	202,80	3.853,20	3.377,95
BA	293310	Várzea do Poço	4	202,80	3.853,20	2.165,40
BA	293315	Várzea Nova	5	253,50	4.816,50	3.154,55
BA	293317	Varzedo	3	152,10	2.889,90	2.168,17
BA	293320	Vera Cruz	20	1.014,00	19.266,00	10.612,36
BA	293325	Vereda	1	50,70	963,30	2.149,55
BA	293330	Vitória da Conquista	170	8.619,00	163.761,00	79.914,54
BA	293340	Wagner	4	202,80	3.853,20	2.235,06
BA	293345	Wanderley	0	0,00	0,00	5.999,12
BA	293350	Wenceslau Guimarães	5	253,50	4.816,50	6.075,21
BA	293360	Xique-Xique	18	912,60	17.339,40	11.083,65
Total			5.580	282.906,00	5.375.214,00	5.525.145,45

ANEXO VI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
CE	230000	SES/CE	0	0,00	0,00	779.258,78
CE	230010	Abaiara	4	202,80	3.853,20	2.543,24
CE	230015	Acarape	4	202,80	3.853,20	3.643,85
CE	230020	Acaraú	15	760,50	14.449,50	13.657,54
CE	230030	Acopiara	17	861,90	16.376,10	11.849,56
CE	230040	Aiuaba	4	202,80	3.853,20	3.782,06
CE	230050	Alcântaras	4	202,80	3.853,20	2.527,52
CE	230060	Altaneira	4	202,80	3.853,20	1.649,07
CE	230070	Alto Santo	4	202,80	3.853,20	3.739,79
CE	230075	Amontada	7	354,90	6.743,10	12.360,99
CE	230080	Antonina do Norte	3	152,10	2.889,90	1.616,76
CE	230090	Apuiarés	4	202,80	3.853,20	3.257,46
CE	230100	Aquiraz	40	2.028,00	38.532,00	21.629,42
CE	230110	Aracati	28	1.419,60	26.972,40	16.158,14
CE	230120	Aracoiaba	8	405,60	7.706,40	5.839,30
CE	230125	Ararendá	4	202,80	3.853,20	2.411,21
CE	230130	Araripe	6	304,20	5.779,80	4.754,71
CE	230140	Aratuba	4	202,80	3.853,20	2.591,39
CE	230150	Arneiroz	3	152,10	2.889,90	1.721,55
CE	230160	Assaré	8	405,60	7.706,40	5.108,02
CE	230170	Aurora	8	405,60	7.706,40	5.475,34
CE	230180	Baixio	3	152,10	2.889,90	1.386,42
CE	230185	Banabuiú	5	253,50	4.816,50	3.979,14
CE	230190	Barbalha	19	963,30	18.302,70	13.135,55
CE	230195	Barreira	5	253,50	4.816,50	4.617,84
CE	230200	Barro	8	405,60	7.706,40	4.946,07
CE	230205	Barroquinha	5	253,50	4.816,50	3.278,37
CE	230210	Baturité	14	709,80	13.486,20	7.876,39
CE	230220	Beberibe	14	709,80	13.486,20	11.603,98
CE	230230	Bela Cruz	8	405,60	7.706,40	7.136,17
CE	230240	Boa Viagem	16	811,20	15.412,80	12.012,51
CE	230250	Brejo Santo	17	861,90	16.376,10	10.665,87
CE	230260	Camocim	26	1.318,20	25.045,80	13.900,01
CE	230270	Campos Sales	12	608,40	11.559,60	6.009,89
CE	230280	Canindé	27	1.368,90	26.009,10	17.176,97
CE	230290	Capistrano	4	202,80	3.853,20	3.966,42
CE	230300	Caridade	5	253,50	4.816,50	5.039,12
CE	230310	Cariré	4	202,80	3.853,20	4.403,85
CE	230320	Caririaçu	9	456,30	8.669,70	5.970,49
CE	230330	Cariús	5	253,50	4.816,50	4.153,68
CE	230340	Carnaubal	4	202,80	3.853,20	3.951,09
CE	230350	Cascavel	35	1.774,50	33.715,50	15.538,80
CE	230360	Catarina	5	253,50	4.816,50	4.429,90
CE	230365	Catunda	4	202,80	3.853,20	2.307,91
CE	230370	Caucaia	159	8.061,30	153.164,70	98.834,82
CE	230380	Cedro	10	507,00	9.633,00	5.553,03
CE	230390	Chaval	5	253,50	4.816,50	2.847,35
CE	230393	Choró	4	202,80	3.853,20	2.976,33
CE	230395	Chorozinho	6	304,20	5.779,80	5.244,96
CE	230400	Coreaú	9	456,30	8.669,70	5.102,46
CE	230410	Crateús	34	1.723,80	32.752,20	16.493,33
CE	230420	Crato	59	2.991,30	56.834,70	28.668,60
CE	230423	Croatá	6	304,20	5.779,80	3.972,29
CE	230425	Cruz	5	253,50	4.816,50	5.791,51
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	3	152,10	2.889,90	2.113,03
CE	230427	Ererê	3	152,10	2.889,90	1.574,86
CE	230428	Eusébio	28	1.419,60	26.972,40	14.401,44
CE	230430	Farias Brito	6	304,20	5.779,80	4.232,84
CE	230435	Forquilha	9	456,30	8.669,70	5.321,37
CE	230440	Fortaleza	1.236	62.665,20	1.190.638,80	714.154,48
CE	230445	Fortim	5	253,50	4.816,50	3.558,24
CE	230450	Frecheirinha	5	253,50	4.816,50	3.026,22
CE	230460	General Sampaio	3	152,10	2.889,90	1.531,18
CE	230465	Graça	4	202,80	3.853,20	3.420,09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230470	Granja	15	760,50	14.449,50	12.093,74
CE	230480	Granjeiro	2	101,40	1.926,60	1.017,63
CE	230490	Groaíras	3	152,10	2.889,90	2.422,84
CE	230495	Guaiúba	9	456,30	8.669,70	7.200,68
CE	230500	Guaraciaba do Norte	8	405,60	7.706,40	10.000,75
CE	230510	Guaramiranga	2	101,40	1.926,60	901,46
CE	230520	Hidrolândia	6	304,20	5.779,80	4.496,88
CE	230523	Horizonte	35	1.774,50	33.715,50	17.980,70
CE	230526	Ibaretama	4	202,80	3.853,20	2.932,87
CE	230530	Ibiapina	6	304,20	5.779,80	5.593,14
CE	230533	Ibicuitinga	4	202,80	3.853,20	2.719,04
CE	230535	Icapuí	4	202,80	3.853,20	4.778,79
CE	230540	Icó	18	912,60	17.339,40	14.934,64
CE	230550	Iguatu	40	2.028,00	38.532,00	22.479,07
CE	230560	Independência	7	354,90	6.743,10	5.768,11
CE	230565	Ipaporanga	4	202,80	3.853,20	2.546,82
CE	230570	Ipaumirim	4	202,80	3.853,20	2.739,31
CE	230580	Ipu	15	760,50	14.449,50	9.210,68
CE	230590	Ipueiras	12	608,40	11.559,60	8.519,94
CE	230600	Iracema	6	304,20	5.779,80	3.139,36
CE	230610	Irauçuba	8	405,60	7.706,40	5.302,93
CE	230620	Itaiçaba	3	152,10	2.889,90	1.695,32
CE	230625	Itaitinga	23	1.166,10	22.155,90	10.733,23
CE	230630	Itapagé	18	912,60	17.339,40	11.389,11
CE	230640	Itapipoca	36	1.825,20	34.678,80	28.124,17
CE	230650	Itapiúna	5	253,50	4.816,50	4.423,43
CE	230655	Itarema	7	354,90	6.743,10	11.626,47
CE	230660	Itatira	5	253,50	4.816,50	4.571,14
CE	230670	Jaguaretama	5	253,50	4.816,50	4.004,70
CE	230680	Jaguaribara	4	202,80	3.853,20	2.492,06
CE	230690	Jaguaribe	12	608,40	11.559,60	7.667,89
CE	230700	Jaguaruana	13	659,10	12.522,90	7.422,16
CE	230710	Jardim	5	253,50	4.816,50	7.225,56
CE	230720	Jati	3	152,10	2.889,90	1.722,62
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	4	202,80	3.853,20	4.685,97
CE	230730	Juazeiro do Norte	148	7.503,60	142.568,40	59.341,70
CE	230740	Jucás	9	456,30	8.669,70	5.449,23
CE	230750	Lavras da Mangabeira	11	557,70	10.596,30	6.930,44
CE	230760	Limoeiro do Norte	20	1.014,00	19.266,00	12.934,18
CE	230763	Madalena	5	253,50	4.816,50	4.369,98
CE	230765	Maracanaú	128	6.489,60	123.302,40	61.924,71
CE	230770	Maranguape	50	2.535,00	48.165,00	34.460,84
CE	230780	Marco	8	405,60	7.706,40	5.982,33
CE	230790	Martinópole	5	253,50	4.816,50	2.465,46
CE	230800	Massapê	14	709,80	13.486,20	8.414,57
CE	230810	Mauriti	14	709,80	13.486,20	10.237,89
CE	230820	Meruoca	4	202,80	3.853,20	3.311,46
CE	230830	Milagres	8	405,60	7.706,40	6.286,89
CE	230835	Milhã	4	202,80	3.853,20	2.918,30
CE	230837	Miraíma	4	202,80	3.853,20	3.024,81
CE	230840	Missão Velha	9	456,30	8.669,70	7.811,60
CE	230850	Mombaça	11	557,70	10.596,30	9.693,25
CE	230860	Monsenhor Tabosa	5	253,50	4.816,50	3.865,66
CE	230870	Morada Nova	18	912,60	17.339,40	13.757,74
CE	230880	Moraújo	3	152,10	2.889,90	1.910,71
CE	230890	Morrinhos	6	304,20	5.779,80	4.893,57
CE	230900	Mucambo	5	253,50	4.816,50	3.188,74
CE	230910	Mulungu	4	202,80	3.853,20	2.831,89
CE	230920	Nova Olinda	6	304,20	5.779,80	3.401,14
CE	230930	Nova Russas	15	760,50	14.449,50	7.123,02
CE	230940	Novo Oriente	9	456,30	8.669,70	6.307,55
CE	230945	Ocara	5	253,50	4.816,50	6.333,36
CE	230950	Orós	11	557,70	10.596,30	4.751,89
CE	230960	Pacajus	34	1.723,80	32.752,20	19.306,71
CE	230970	Pacatuba	35	1.774,50	33.715,50	22.458,57
CE	230980	Pacoti	3	152,10	2.889,90	2.673,91
CE	230990	Pacujá	3	152,10	2.889,90	1.378,15
CE	231000	Palhano	3	152,10	2.889,90	2.055,95
CE	231010	Palmácia	4	202,80	3.853,20	2.882,96
CE	231020	Paracuru	13	659,10	12.522,90	7.455,32
CE	231025	Paraipaba	7	354,90	6.743,10	7.526,74
CE	231030	Parambu	0	0,00	0,00	13.950,04
CE	231040	Paramoti	4	202,80	3.853,20	2.552,54
CE	231050	Pedra Branca	16	811,20	15.412,80	9.470,48
CE	231060	Penaforte	4	202,80	3.853,20	1.975,17
CE	231070	Pentecoste	13	659,10	12.522,90	8.160,84
CE	231080	Pereiro	4	202,80	3.853,20	3.585,68
CE	231085	Pindoretama	4	202,80	3.853,20	5.237,94
CE	231090	Piquet Carneiro	4	202,80	3.853,20	3.674,17
CE	231095	Pires Ferreira	4	202,80	3.853,20	2.378,64
CE	231100	Poranga	4	202,80	3.853,20	2.750,62
CE	231110	Porteiras	4	202,80	3.853,20	3.342,98
CE	231120	Potengi	4	202,80	3.853,20	2.419,32
CE	231123	Potiretama	3	152,10	2.889,90	1.409,67
CE	231126	Quiterianópolis	5	253,50	4.816,50	4.637,66
CE	231130	Quixadá	33	1.673,10	31.788,90	19.050,14
CE	231135	Quixelô	4	202,80	3.853,20	3.337,94
CE	231140	Quixeramobim	28	1.419,60	26.972,40	17.285,12
CE	231150	Quixeré	6	304,20	5.779,80	4.812,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	231160	Redenção	9	456,30	8.669,70	6.116,08
CE	231170	Reriutaba	7	354,90	6.743,10	4.294,05
CE	231180	Russas	29	1.470,30	27.935,70	16.734,62
CE	231190	Saboeiro	4	202,80	3.853,20	3.542,37
CE	231195	Salitre	4	202,80	3.853,20	3.617,77
CE	231200	Santana do Acaraú	9	456,30	8.669,70	7.080,14
CE	231210	Santana do Cariri	5	253,50	4.816,50	3.882,10
CE	231220	Santa Quitéria	14	709,80	13.486,20	9.679,88
CE	231230	São Benedito	12	608,40	11.559,60	10.499,26
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	17	861,90	16.376,10	13.260,91
CE	231250	São João do Jaguaribe	3	152,10	2.889,90	1.734,05
CE	231260	São Luís do Curu	5	253,50	4.816,50	2.844,12
CE	231270	Senador Pompeu	11	557,70	10.596,30	5.910,51
CE	231280	Senador Sá	4	202,80	3.853,20	1.674,71
CE	231290	Sobral	92	4.664,40	88.623,60	45.149,39
CE	231300	Solonópole	6	304,20	5.779,80	4.000,11
CE	231310	Tabuleiro do Norte	12	608,40	11.559,60	6.708,45
CE	231320	Tamboril	9	456,30	8.669,70	5.701,51
CE	231325	Tarrafas	3	152,10	2.889,90	1.973,11
CE	231330	Tauá	21	1.064,70	20.229,30	12.842,81
CE	231335	Tejuçuoca	4	202,80	3.853,20	4.527,78
CE	231340	Tianguá	26	1.318,20	25.045,80	16.635,27
CE	231350	Trairi	11	557,70	10.596,30	13.732,29
CE	231355	Tururu	4	202,80	3.853,20	3.526,58
CE	231360	Ubajara	9	456,30	8.669,70	7.678,47
CE	231370	Umari	3	152,10	2.889,90	1.707,93
CE	231375	Umirim	6	304,20	5.779,80	4.355,71
CE	231380	Uruburetama	8	405,60	7.706,40	4.757,26
CE	231390	Uruoca	5	253,50	4.816,50	3.027,60
CE	231395	Varjota	8	405,60	7.706,40	4.057,23
CE	231400	Várzea Alegre	16	811,20	15.412,80	8.949,15
CE	231410	Viçosa do Ceará	10	507,00	9.633,00	17.499,18
Total			3.558	180.390,60	3.427.421,40	2.993.836,40

ANEXO VII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
DF	530000	Brasília	356	18.049,20	342.934,80	684.632,96
Total			356	18.049,20	342.934,80	684.632,96

ANEXO VIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
ES	320000	SES/ES	0	0,00	0,00	405.933,11
ES	320010	Afonso Cláudio	9	456,30	8.669,70	6.645,83
ES	320013	Águia Branca	1	50,70	963,30	3.154,74
ES	320016	Água Doce do Norte	4	202,80	3.853,20	2.483,48
ES	320020	Alegre	9	456,30	8.669,70	6.587,85
ES	320030	Alfredo Chaves	4	202,80	3.853,20	3.079,24
ES	320035	Alto Rio Novo	1	50,70	963,30	2.312,35
ES	320040	Anchieta	10	507,00	9.633,00	5.828,14
ES	320050	Apiacá	4	202,80	3.853,20	1.619,45
ES	320060	Aracruz	36	1.825,20	34.678,80	20.088,57
ES	320070	Atilio Vivacqua	0	0,00	0,00	4.819,96
ES	320080	Baixo Guandu	6	304,20	5.779,80	7.202,75
ES	320090	Barra de São Francisco	0	0,00	0,00	18.490,55
ES	320100	Boa Esperança	0	0,00	0,00	6.312,83
ES	320110	Bom Jesus do Norte	5	253,50	4.816,50	2.093,53
ES	320115	Brejetuba	0	0,00	0,00	5.242,18
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	69	3.498,30	66.467,70	44.975,41
ES	320130	Cariacica	67	3.396,90	64.541,10	137.858,68
ES	320140	Castelo	9	456,30	8.669,70	7.820,40
ES	320150	Colatina	45	2.281,50	43.348,50	25.423,85
ES	320160	Conceição da Barra	12	608,40	11.559,60	6.446,36
ES	320170	Conceição do Castelo	0	0,00	0,00	5.285,46
ES	320180	Divino de São Lourenço	0	0,00	0,00	1.914,26
ES	320190	Domingos Martins	5	253,50	4.816,50	9.375,94
ES	320200	Dores do Rio Preto	0	0,00	0,00	2.837,50
ES	320210	Ecoporanga	3	152,10	2.889,90	7.043,62
ES	320220	Fundão	0	0,00	0,00	10.845,53
ES	320225	Governador Lindenberg	4	202,80	3.853,20	2.572,50
ES	320230	Guaçuí	0	0,00	0,00	12.740,40
ES	320240	Guarapari	48	2.433,60	46.238,40	36.077,37
ES	320245	Ibatiba	6	304,20	5.779,80	5.284,24
ES	320250	Ibiraçu	0	0,00	0,00	5.137,24
ES	320255	Ibitirama	0	0,00	0,00	3.838,33
ES	320260	Iconha	0	0,00	0,00	5.723,20
ES	320265	Irupi	4	202,80	3.853,20	2.731,75
ES	320270	Itaguaçu	5	253,50	4.816,50	3.030,65
ES	320280	Itapemirim	10	507,00	9.633,00	7.257,45
ES	320290	Itarana	4	202,80	3.853,20	2.317,09
ES	320300	Iúna	8	405,60	7.706,40	6.103,77
ES	320305	Jaguaré	0	0,00	0,00	12.103,81
ES	320310	Jerônimo Monteiro	4	202,80	3.853,20	2.457,35
ES	320313	João Neiva	7	354,90	6.743,10	3.505,13
ES	320316	Laranja da Terra	0	0,00	0,00	4.678,27
ES	320320	Linhares	61	3.092,70	58.761,30	34.513,97
ES	320330	Mantenópolis	5	253,50	4.816,50	3.148,05
ES	320332	Marataízes	14	709,80	13.486,20	11.423,76
ES	320334	Marechal Floriano	0	0,00	0,00	6.755,87
ES	320335	Marilândia	4	202,80	3.853,20	2.572,91

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	320340	Mimoso do Sul	0	0,00	0,00	11.183,43
ES	320350	Montanha	6	304,20	5.779,80	3.959,00
ES	320360	Mucurici	1	50,70	963,30	1.449,54
ES	320370	Muniz Freire	5	253,50	4.816,50	3.895,70
ES	320380	Muqui	1	50,70	963,30	5.490,81
ES	320390	Nova Venécia	0	0,00	0,00	20.821,32
ES	320400	Pancas	6	304,20	5.779,80	4.838,14
ES	320405	Pedro Canário	12	608,40	11.559,60	5.417,97
ES	320410	Pinheiros	7	354,90	6.743,10	5.539,04
ES	320420	Piúma	8	405,60	7.706,40	7.529,83
ES	320425	Ponto Belo	4	202,80	3.853,20	1.613,12
ES	320430	Presidente Kennedy	4	202,80	3.853,20	2.397,33
ES	320435	Rio Bananal	4	202,80	3.853,20	4.091,74
ES	320440	Rio Novo do Sul	0	0,00	0,00	4.938,79
ES	320450	Santa Leopoldina	1	50,70	963,30	4.299,70
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	5	253,50	4.816,50	11.487,43
ES	320460	Santa Teresa	0	0,00	0,00	9.810,20
ES	320465	São Domingos do Norte	0	0,00	0,00	3.600,68
ES	320470	São Gabriel da Palha	10	507,00	9.633,00	7.630,73
ES	320480	São José do Calçado	0	0,00	0,00	4.506,36
ES	320490	São Mateus	44	2.230,80	42.385,20	26.225,00
ES	320495	São Roque do Canaã	4	202,80	3.853,20	2.568,21
ES	320500	Serra	128	6.489,60	123.302,40	139.315,50
ES	320501	Sooretama	5	253,50	4.816,50	7.040,68
ES	320503	Vargem Alta	5	253,50	4.816,50	4.406,73
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	6	304,20	5.779,80	5.017,40
ES	320510	Viana	6	304,20	5.779,80	34.335,66
ES	320515	Vila Pavão	0	0,00	0,00	3.862,42
ES	320517	Vila Valério	2	101,40	1.926,60	4.074,67
ES	320520	Vila Velha	144	7.300,80	138.715,20	127.068,87
ES	320530	Vitória	110	5.577,00	105.963,00	94.870,33
Total			1.011	51.257,70	973.896,30	1.508.981,01

ANEXO IX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
GO	520000	SES/GO	0	0,00	0,00	447.581,90
GO	520005	Abadia de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.113,50
GO	520010	Abadiânia	6	304,20	5.779,80	4.616,09
GO	520013	Acreúna	10	507,00	9.633,00	4.873,63
GO	520015	Adelândia	2	101,40	1.926,60	1.482,17
GO	520017	Água Fria de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.586,30
GO	520020	Água Limpa	2	101,40	1.926,60	1.643,17
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	96	4.867,20	92.476,80	38.994,06
GO	520030	Alexânia	12	608,40	11.559,60	5.696,99
GO	520050	Aloândia	2	101,40	1.926,60	1.478,44
GO	520055	Alto Horizonte	3	152,10	2.889,90	2.275,28
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.268,48
GO	520080	Alvorada do Norte	4	202,80	3.853,20	2.951,94
GO	520082	Amaralina	0	0,00	0,00	4.854,51
GO	520085	Americano do Brasil	3	152,10	2.889,90	1.746,58
GO	520090	Amorinópolis	0	0,00	0,00	3.170,56
GO	520110	Anápolis	223	11.306,10	214.815,90	68.665,20
GO	520120	Anhanguera	1	50,70	963,30	2.123,91
GO	520130	Anicuns	11	557,70	10.596,30	4.316,98
GO	520140	Aparecida de Goiânia	166	8.416,20	159.907,80	124.228,96
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	1	50,70	963,30	2.563,61
GO	520150	Aporé	2	101,40	1.926,60	4.414,81
GO	520160	Araçu	2	101,40	1.926,60	1.568,42
GO	520170	Aragarças	0	0,00	0,00	8.767,23
GO	520180	Aragoiânia	4	202,80	3.853,20	3.723,11
GO	520215	Araguapaz	3	152,10	2.889,90	3.627,39
GO	520235	Arenópolis	2	101,40	1.926,60	1.909,40
GO	520250	Aruanã	5	253,50	4.816,50	3.938,84
GO	520260	Aurilândia	0	0,00	0,00	3.349,52
GO	520280	Avelinópolis	1	50,70	963,30	2.020,05
GO	520310	Baliza	2	101,40	1.926,60	4.061,29
GO	520320	Barro Alto	4	202,80	3.853,20	2.846,83
GO	520330	Bela Vista de Goiás	11	557,70	10.596,30	6.760,61
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.217,34
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	12	608,40	11.559,60	4.567,91
GO	520355	Bonfinópolis	3	152,10	2.889,90	2.722,38
GO	520357	Bonópolis	0	0,00	0,00	5.195,33
GO	520360	Brazabrantes	2	101,40	1.926,60	2.456,94
GO	520380	Britânia	3	152,10	2.889,90	2.536,18
GO	520390	Buriti Alegre	6	304,20	5.779,80	2.627,29
GO	520393	Buriti de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.602,46
GO	520396	Buritinópolis	2	101,40	1.926,60	1.664,63
GO	520400	Cabeceiras	4	202,80	3.853,20	3.181,60
GO	520410	Cachoeira Alta	5	253,50	4.816,50	3.550,93
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1	50,70	963,30	2.418,86
GO	520425	Cachoeira Dourada	4	202,80	3.853,20	2.312,23
GO	520430	Caçu	7	354,90	6.743,10	4.184,17
GO	520440	Caiapônia	7	354,90	6.743,10	10.614,36
GO	520450	Caldas Novas	46	2.332,20	44.311,80	20.218,93
GO	520455	Caldazinha	2	101,40	1.926,60	2.716,63
GO	520460	Campestre de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.813,14
GO	520465	Campinaçu	2	101,40	1.926,60	3.003,00
GO	520470	Campinorte	6	304,20	5.779,80	3.221,83
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90	3.665,74
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	3	152,10	2.889,90	1.805,94
GO	520490	Campos Belos	11	557,70	10.596,30	4.102,49
GO	520495	Campos Verdes	1	50,70	963,30	2.466,92

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520500	Carmo do Rio Verde	4	202,80	3.853,20	2.282,71
GO	520505	Castelândia	2	101,40	1.926,60	1.581,85
GO	520510	Catalão	27	1.368,90	26.009,10	20.219,84
GO	520520	Caturaí	1	50,70	963,30	3.403,53
GO	520530	Cavalcante	3	152,10	2.889,90	10.055,08
GO	520540	Ceres	12	608,40	11.559,60	4.262,75
GO	520545	Cezarina	3	152,10	2.889,90	2.177,73
GO	520547	Chapadão do Céu	0	0,00	0,00	7.571,47
GO	520549	Cidade Ocidental	29	1.470,30	27.935,70	11.491,21
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	7	354,90	6.743,10	5.519,13
GO	520552	Colinas do Sul	0	0,00	0,00	4.924,24
GO	520570	Córrego do Ouro	2	101,40	1.926,60	1.589,18
GO	520580	Corumbá de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.561,23
GO	520590	Corumbaíba	4	202,80	3.853,20	3.233,56
GO	520620	Cristalina	6	304,20	5.779,80	22.574,21
GO	520630	Cristianópolis	2	101,40	1.926,60	1.565,77
GO	520640	Crixás	5	253,50	4.816,50	6.199,50
GO	520650	Cromínia	2	101,40	1.926,60	1.605,50
GO	520660	Cumari	2	101,40	1.926,60	1.699,03
GO	520670	Damianópolis	2	101,40	1.926,60	1.747,43
GO	520680	Damolândia	0	0,00	0,00	2.893,59
GO	520690	Davinópolis	2	101,40	1.926,60	1.681,22
GO	520710	Diorama	1	50,70	963,30	2.600,67
GO	520725	Doverlândia	1	50,70	963,30	16.855,55
GO	520735	Edealina	2	101,40	1.926,60	1.733,39
GO	520740	Edéia	6	304,20	5.779,80	3.379,26
GO	520750	Estrela do Norte	1	50,70	963,30	2.170,40
GO	520753	Faina	3	152,10	2.889,90	2.942,75
GO	520760	Fazenda Nova	0	0,00	0,00	5.029,98
GO	520780	Firminópolis	5	253,50	4.816,50	2.696,64
GO	520790	Flores de Goiás	4	202,80	3.853,20	9.787,54
GO	520800	Formosa	43	2.180,10	41.421,90	23.844,32
GO	520810	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.988,68
GO	520815	Gameleira de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.948,53
GO	520830	Divinópolis de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.748,03
GO	520840	Goianápolis	4	202,80	3.853,20	4.069,23
GO	520850	Goiandira	2	101,40	1.926,60	1.866,52
GO	520860	Goianésia	32	1.622,40	30.825,60	11.616,83
GO	520870	Goiânia	690	34.983,00	664.677,00	364.969,88
GO	520880	Goianira	25	1.267,50	24.082,50	9.434,56
GO	520890	Goiás	12	608,40	11.559,60	6.854,25
GO	520910	Goiatuba	16	811,20	15.412,80	6.700,08
GO	520915	Gouvelândia	2	101,40	1.926,60	2.207,34
GO	520920	Guapó	6	304,20	5.779,80	3.629,38
GO	520929	Guaraíta	0	0,00	0,00	3.956,86
GO	520940	Guarani de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.683,96
GO	520945	Guarinos	2	101,40	1.926,60	1.608,54
GO	520960	Heitoraí	2	101,40	1.926,60	1.720,72
GO	520970	Hidrolândia	7	354,90	6.743,10	5.668,23
GO	520980	Hidrolina	0	0,00	0,00	3.403,39
GO	520990	Iaciara	5	253,50	4.816,50	3.731,83
GO	520993	Inaciolândia	3	152,10	2.889,90	2.058,03
GO	520995	Indiara	5	253,50	4.816,50	3.400,64
GO	521000	Inhumas	16	811,20	15.412,80	9.116,22
GO	521010	Ipameri	13	659,10	12.522,90	6.961,48
GO	521015	Ipiranga de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.538,16
GO	521020	Iporá	18	912,60	17.339,40	5.680,31
GO	521030	Israelândia	0	0,00	0,00	3.347,97
GO	521040	Itaberaí	12	608,40	11.559,60	7.033,39
GO	521056	Itaguari	2	101,40	1.926,60	1.562,27
GO	521060	Itaguaru	3	152,10	2.889,90	1.660,43
GO	521080	Itajá	3	152,10	2.889,90	2.834,46
GO	521090	Itapaci	10	507,00	9.633,00	4.032,24
GO	521100	Itapirapuã	4	202,80	3.853,20	3.408,72
GO	521120	Itapuranga	12	608,40	11.559,60	4.989,15
GO	521130	Itarumã	3	152,10	2.889,90	4.947,09
GO	521140	Itauçu	4	202,80	3.853,20	2.191,38
GO	521150	Itumbiara	30	1.521,00	28.899,00	17.640,78
GO	521160	Ivolândia	2	101,40	1.926,60	2.059,58
GO	521170	Jandaia	3	152,10	2.889,90	2.181,81
GO	521180	Jaraguá	18	912,60	17.339,40	8.588,97
GO	521190	Jataí	47	2.382,90	45.275,10	20.758,04
GO	521200	Jaupaci	0	0,00	0,00	3.553,14
GO	521205	Jesúpolis	0	0,00	0,00	2.971,17
GO	521210	Joviânia	4	202,80	3.853,20	2.108,52
GO	521220	Jussara	9	456,30	8.669,70	5.729,67
GO	521225	Lagoa Santa	2	101,40	1.926,60	1.882,53
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	3	152,10	2.889,90	2.256,12
GO	521250	Luziânia	106	5.374,20	102.109,80	39.703,64
GO	521260	Mairipotaba	1	50,70	963,30	2.312,86
GO	521270	Mambaí	3	152,10	2.889,90	2.659,00
GO	521280	Mara Rosa	4	202,80	3.853,20	3.276,99
GO	521290	Marzagão	0	0,00	0,00	3.222,70
GO	521295	Matrinchã	2	101,40	1.926,60	2.402,78
GO	521300	Maurilândia	6	304,20	5.779,80	2.720,99
GO	521305	Mimoso de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.290,49
GO	521308	Minaçu	15	760,50	14.449,50	7.264,99
GO	521310	Mineiros	27	1.368,90	26.009,10	15.824,28
GO	521340	Moiporá	1	50,70	963,30	2.226,38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	521350	Monte Alegre de Goiás	2	101,40	1.926,60	6.529,03
GO	521370	Montes Claros de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.557,43
GO	521375	Montividiu	4	202,80	3.853,20	3.690,56
GO	521377	Montividiu do Norte	0	0,00	0,00	5.216,20
GO	521380	Morrinhos	21	1.064,70	20.229,30	8.330,75
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	0	0,00	0,00	3.196,71
GO	521390	Mossâmedes	1	50,70	963,30	2.751,38
GO	521400	Mozarlândia	2	101,40	1.926,60	5.641,69
GO	521405	Mundo Novo	3	152,10	2.889,90	3.921,33
GO	521410	Mutunópolis	1	50,70	963,30	2.811,66
GO	521440	Nazário	5	253,50	4.816,50	2.130,34
GO	521450	Nerópolis	14	709,80	13.486,20	6.841,89
GO	521460	Niquelândia	13	659,10	12.522,90	12.503,22
GO	521470	Nova América	2	101,40	1.926,60	1.545,63
GO	521480	Nova Aurora	1	50,70	963,30	2.284,80
GO	521483	Nova Crixás	4	202,80	3.853,20	10.234,82
GO	521486	Nova Glória	2	101,40	1.926,60	2.607,79
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	1	50,70	963,30	2.536,73
GO	521490	Nova Roma	2	101,40	1.926,60	3.457,01
GO	521500	Nova Veneza	4	202,80	3.853,20	2.843,78
GO	521520	Novo Brasil	2	101,40	1.926,60	1.683,05
GO	521523	Novo Gama	31	1.571,70	29.862,30	19.328,37
GO	521525	Novo Planalto	2	101,40	1.926,60	2.638,93
GO	521530	Orizona	5	253,50	4.816,50	3.994,18
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	1	50,70	963,30	2.012,04
GO	521550	Ouvidor	3	152,10	2.889,90	1.932,71
GO	521560	Padre Bernardo	9	456,30	8.669,70	7.675,51
GO	521565	Palestina de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.294,88
GO	521570	Palmeiras de Goiás	11	557,70	10.596,30	5.012,09
GO	521580	Palmelo	2	101,40	1.926,60	1.489,63
GO	521590	Palminópolis	2	101,40	1.926,60	1.656,66
GO	521600	Panamá	2	101,40	1.926,60	1.649,01
GO	521630	Paranaiguara	5	253,50	4.816,50	2.959,03
GO	521640	Paraúna	4	202,80	3.853,20	5.350,96
GO	521645	Perolândia	1	50,70	963,30	3.812,24
GO	521680	Petrolina de Goiás	4	202,80	3.853,20	2.713,60
GO	521690	Pilar de Goiás	0	0,00	0,00	3.508,26
GO	521710	Piracanjuba	11	557,70	10.596,30	5.485,21
GO	521720	Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.574,94
GO	521730	Pirenópolis	3	152,10	2.889,90	9.034,91
GO	521740	Pires do Rio	15	760,50	14.449,50	5.596,02
GO	521760	Planaltina	44	2.230,80	42.385,20	19.190,72
GO	521770	Pontalina	9	456,30	8.669,70	4.052,43
GO	521800	Porangatu	18	912,60	17.339,40	10.788,77
GO	521805	Porteirão	2	101,40	1.926,60	1.953,47
GO	521810	Portelândia	1	50,70	963,30	2.928,69
GO	521830	Posse	8	405,60	7.706,40	7.142,66
GO	521839	Professor Jamil	1	50,70	963,30	2.252,90
GO	521850	Quirinópolis	16	811,20	15.412,80	10.265,29
GO	521860	Rialma	1	50,70	963,30	4.067,43
GO	521870	Rianápolis	1	50,70	963,30	2.210,74
GO	521878	Rio Quente	2	101,40	1.926,60	2.105,08
GO	521880	Rio Verde	106	5.374,20	102.109,80	38.334,27
GO	521890	Rubiataba	10	507,00	9.633,00	3.884,59
GO	521900	Sanclerlândia	4	202,80	3.853,20	2.154,19
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.802,19
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.221,90
GO	521925	Santa Fé de Goiás	0	0,00	0,00	4.615,96
GO	521930	Santa Helena de Goiás	21	1.064,70	20.229,30	6.667,02
GO	521935	Santa Isabel	1	50,70	963,30	2.795,13
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	4	202,80	3.853,20	2.794,59
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	1	50,70	963,30	3.054,29
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.445,90
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.834,01
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.536,45
GO	521971	Santo Antônio da Barra	2	101,40	1.926,60	1.795,62
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.026,41
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	27	1.368,90	26.009,10	16.427,35
GO	521980	São Domingos	4	202,80	3.853,20	6.155,11
GO	521990	São Francisco de Goiás	3	152,10	2.889,90	1.829,32
GO	522000	São João d'Aliança	4	202,80	3.853,20	3.252,57
GO	522005	São João da Paraúna	1	50,70	963,30	4.983,49
GO	522010	São Luís de Montes Belos	17	861,90	16.376,10	5.699,06
GO	522015	São Luíz do Norte	0	0,00	0,00	3.926,80
GO	522020	São Miguel do Araguaia	11	557,70	10.596,30	8.560,53
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	1	50,70	963,30	2.787,38
GO	522028	São Patrício	1	50,70	963,30	2.277,08
GO	522040	São Simão	10	507,00	9.633,00	4.712,99
GO	522045	Senador Canedo	53	2.687,10	51.054,90	24.167,69
GO	522050	Serranópolis	2	101,40	1.926,60	8.380,02
GO	522060	Silvânia	8	405,60	7.706,40	4.929,25
GO	522068	Simolândia	2	101,40	1.926,60	2.281,36
GO	522070	Sítio d'Abadia	2	101,40	1.926,60	2.952,29
GO	522100	Taquaral de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.507,77
GO	522108	Teresina de Goiás	0	0,00	0,00	14.726,41
GO	522119	Terezópolis de Goiás	4	202,80	3.853,20	2.632,73
GO	522130	Três Ranchos	2	101,40	1.926,60	1.580,64
GO	522140	Trindade	34	1.723,80	32.752,20	27.790,13
GO	522145	Trombas	2	101,40	1.926,60	1.835,21

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	522150	Turvânia	3	152,10	2.889,90	1.758,59
GO	522155	Turvelândia	1	50,70	963,30	3.506,73
GO	522157	Uirapuru	1	50,70	963,30	3.060,38
GO	522160	Uruaçu	24	1.216,80	23.119,20	7.958,63
GO	522170	Uruana	7	354,90	6.743,10	2.979,77
GO	522180	Urutaí	2	101,40	1.926,60	1.833,39
GO	522185	Valparaíso de Goiás	74	3.751,80	71.284,20	27.765,80
GO	522190	Varjão	0	0,00	0,00	3.496,16
GO	522200	Vianópolis	5	253,50	4.816,50	3.249,07
GO	522205	Vicentinópolis	4	202,80	3.853,20	2.508,03
GO	522220	Vila Boa	3	152,10	2.889,90	3.840,57
GO	522230	Vila Propício	1	50,70	963,30	5.248,41
Total			2.905	147.283,50	2.798.386,50	2.286.727,85

ANEXO X

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MA	210000	SES/MA	0	0,00	0,00	1.152.866,97
MA	210005	Açailândia	48	2.433,60	46.238,40	43.398,54
MA	210010	Afonso Cunha	2	101,40	1.926,60	2.319,60
MA	210015	Água Doce do Maranhão	3	152,10	2.889,90	4.480,95
MA	210020	Alcântara	5	253,50	4.816,50	11.413,46
MA	210030	Aldeias Altas	7	354,90	6.743,10	5.693,71
MA	210040	Altamira do Maranhão	0	0,00	0,00	7.559,35
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	7	354,90	6.743,10	8.886,91
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	5	253,50	4.816,50	14.591,96
MA	210050	Alto Parnaíba	1	50,70	963,30	9.078,54
MA	210055	Amapá do Maranhão	2	101,40	1.926,60	3.466,51
MA	210060	Amarante do Maranhão	8	405,60	7.706,40	17.556,24
MA	210070	Anajatuba	3	152,10	2.889,90	14.213,86
MA	210080	Anapurus	4	202,80	3.853,20	3.576,76
MA	210083	Apicum-Açu	5	253,50	4.816,50	7.366,29
MA	210087	Araguanã	4	202,80	3.853,20	6.917,93
MA	210090	Araioses	6	304,20	5.779,80	19.690,34
MA	210095	Arame	0	0,00	0,00	19.537,48
MA	210100	Arari	8	405,60	7.706,40	9.965,05
MA	210110	Axixá	4	202,80	3.853,20	4.632,44
MA	210120	Bacabal	50	2.535,00	48.165,00	34.062,57
MA	210125	Bacabeira	2	101,40	1.926,60	8.461,65
MA	210130	Bacuri	4	202,80	3.853,20	7.632,83
MA	210135	Bacurituba	1	50,70	963,30	3.278,73
MA	210140	Balsas	28	1.419,60	26.972,40	25.076,94
MA	210150	Barão de Grajaú	6	304,20	5.779,80	5.718,54
MA	210160	Barra do Corda	33	1.673,10	31.788,90	33.282,40
MA	210170	Barreirinhas	0	0,00	0,00	23.796,49
MA	210173	Belágua	0	0,00	0,00	4.598,46
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.633,73
MA	210180	Benedito Leite	3	152,10	2.889,90	2.300,19
MA	210190	Bequimão	0	0,00	0,00	12.721,37
MA	210193	Bernardo do Mearim	2	101,40	1.926,60	3.120,37
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	4	202,80	3.853,20	3.160,66
MA	210200	Bom Jardim	8	405,60	7.706,40	16.632,89
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	7	354,90	6.743,10	13.277,99
MA	210207	Bom Lugar	0	0,00	0,00	10.341,82
MA	210210	Brejo	7	354,90	6.743,10	9.208,25
MA	210215	Brejo de Areia	0	0,00	0,00	9.167,20
MA	210220	Buriti	5	253,50	4.816,50	8.546,13
MA	210230	Buriti Bravo	6	304,20	5.779,80	9.189,71
MA	210232	Buriticupu	0	0,00	0,00	39.857,36
MA	210235	Buritirana	3	152,10	2.889,90	7.258,53
MA	210237	Cachoeira Grande	0	0,00	0,00	7.317,78
MA	210240	Cajapió	0	0,00	0,00	5.830,88
MA	210250	Cajari	3	152,10	2.889,90	8.931,37
MA	210255	Campestre do Maranhão	6	304,20	5.779,80	4.412,03
MA	210260	Cândido Mendes	6	304,20	5.779,80	7.363,81
MA	210270	Cantanhede	3	152,10	2.889,90	14.699,80
MA	210275	Capinzal do Norte	4	202,80	3.853,20	3.671,70
MA	210280	Carolina	10	507,00	9.633,00	10.539,19
MA	210290	Carutapera	8	405,60	7.706,40	10.872,98
MA	210300	Caxias	76	3.853,20	73.210,80	43.036,33
MA	210310	Cedral	1	50,70	963,30	6.271,21
MA	210312	Central do Maranhão	0	0,00	0,00	6.325,60
MA	210315	Centro do Guilherme	0	0,00	0,00	9.056,53
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	5	253,50	4.816,50	10.195,10
MA	210320	Chapadinha	19	963,30	18.302,70	20.537,35
MA	210325	Cidelândia	4	202,80	3.853,20	5.573,34
MA	210330	Codó	51	2.585,70	49.128,30	48.863,19
MA	210340	Coelho Neto	17	861,90	16.376,10	10.572,83
MA	210350	Colinas	15	760,50	14.449,50	13.717,93
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	4	202,80	3.853,20	11.013,87
MA	210360	Coroatá	0	0,00	0,00	53.775,61
MA	210370	Cururupu	0	0,00	0,00	21.768,95
MA	210375	Davinópolis	6	304,20	5.779,80	4.183,88
MA	210380	Dom Pedro	2	101,40	1.926,60	10.197,66
MA	210390	Duque Bacelar	4	202,80	3.853,20	4.726,75
MA	210400	Esperantinópolis	4	202,80	3.853,20	9.684,70
MA	210405	Estreito	16	811,20	15.412,80	20.794,54
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	0	0,00	0,00	6.976,56
MA	210408	Fernando Falcão	0	0,00	0,00	7.258,15
MA	210409	Formosa da Serra Negra	1	50,70	963,30	12.653,82
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	0	0,00	0,00	8.660,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210420	Fortuna	1	50,70	963,30	9.624,79
MA	210430	Godofredo Viana	4	202,80	3.853,20	5.152,96
MA	210440	Gonçalves Dias	5	253,50	4.816,50	4.652,96
MA	210450	Governador Archer	0	0,00	0,00	7.207,73
MA	210455	Governador Edison Lobão	4	202,80	3.853,20	7.669,28
MA	210460	Governador Eugênio Barros	4	202,80	3.853,20	4.921,44
MA	210462	Governador Luiz Rocha	4	202,80	3.853,20	2.039,41
MA	210465	Governador Newton Bello	0	0,00	0,00	7.877,81
MA	210467	Governador Nunes Freire	8	405,60	7.706,40	11.522,80
MA	210470	Graça Aranha	3	152,10	2.889,90	1.627,45
MA	210480	Grajaú	23	1.166,10	22.155,90	26.094,13
MA	210490	Guimarães	0	0,00	0,00	8.846,41
MA	210500	Humberto de Campos	0	0,00	0,00	19.682,89
MA	210510	Icatu	1	50,70	963,30	14.972,82
MA	210515	Igarapé do Meio	0	0,00	0,00	9.290,25
MA	210520	Igarapé Grande	5	253,50	4.816,50	3.076,58
MA	210530	Imperatriz	133	6.743,10	128.118,90	91.960,36
MA	210535	Itaipava do Grajaú	4	202,80	3.853,20	10.210,59
MA	210540	Itapecuru Mirim	17	861,90	16.376,10	38.879,86
MA	210542	Itinga do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.465,74
MA	210545	Jatobá	3	152,10	2.889,90	5.340,17
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	0	0,00	0,00	12.956,19
MA	210550	João Lisboa	8	405,60	7.706,40	7.481,88
MA	210560	Joselândia	0	0,00	0,00	10.094,57
MA	210565	Junco do Maranhão	2	101,40	1.926,60	2.162,70
MA	210570	Lago da Pedra	8	405,60	7.706,40	30.086,65
MA	210580	Lago do Junco	4	202,80	3.853,20	4.161,06
MA	210590	Lago Verde	4	202,80	3.853,20	7.188,18
MA	210592	Lagoa do Mato	2	101,40	1.926,60	3.963,50
MA	210594	Lago dos Rodrigues	0	0,00	0,00	7.474,81
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	0	0,00	0,00	6.891,83
MA	210598	Lajeado Novo	1	50,70	963,30	2.999,62
MA	210600	Lima Campos	3	152,10	2.889,90	4.988,00
MA	210610	Loreto	4	202,80	3.853,20	5.951,31
MA	210620	Luís Domingues	3	152,10	2.889,90	2.679,57
MA	210630	Magalhães de Almeida	4	202,80	3.853,20	10.897,12
MA	210632	Maracaçumé	8	405,60	7.706,40	6.524,25
MA	210635	Marajá do Sena	0	0,00	0,00	4.619,79
MA	210637	Maranhãozinho	0	0,00	0,00	10.535,65
MA	210640	Mata Roma	4	202,80	3.853,20	8.319,71
MA	210650	Matinha	2	101,40	1.926,60	12.878,84
MA	210660	Matões	7	354,90	6.743,10	6.357,75
MA	210663	Matões do Norte	4	202,80	3.853,20	7.000,99
MA	210667	Milagres do Maranhão	1	50,70	963,30	3.902,21
MA	210670	Mirador	5	253,50	4.816,50	14.451,94
MA	210675	Miranda do Norte	0	0,00	0,00	22.440,26
MA	210680	Mirinzal	4	202,80	3.853,20	5.652,61
MA	210690	Monção	6	304,20	5.779,80	14.373,14
MA	210700	Montes Altos	0	0,00	0,00	9.071,55
MA	210710	Morros	1	50,70	963,30	14.515,27
MA	210720	Nina Rodrigues	4	202,80	3.853,20	3.682,20
MA	210725	Nova Colinas	2	101,40	1.926,60	2.674,83
MA	210730	Nova Iorque	2	101,40	1.926,60	2.173,29
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	7	354,90	6.743,10	6.884,19
MA	210740	Olho d'Água das Cunhãs	6	304,20	5.779,80	6.081,38
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	4	202,80	3.853,20	5.677,86
MA	210750	Paço do Lumiar	54	2.737,80	52.018,20	45.947,63
MA	210760	Palmeirândia	0	0,00	0,00	11.978,52
MA	210770	Paraibano	10	507,00	9.633,00	6.445,95
MA	210780	Parnarama	7	354,90	6.743,10	6.548,44
MA	210790	Passagem Franca	5	253,50	4.816,50	4.462,12
MA	210800	Pastos Bons	8	405,60	7.706,40	5.098,79
MA	210805	Paulino Neves	4	202,80	3.853,20	3.993,00
MA	210810	Paulo Ramos	1	50,70	963,30	9.011,02
MA	210820	Pedreiras	17	861,90	16.376,10	15.835,59
MA	210825	Pedro do Rosário	0	0,00	0,00	15.889,78
MA	210830	Penalva	7	354,90	6.743,10	13.441,43
MA	210840	Peri Mirim	0	0,00	0,00	9.132,91
MA	210845	Peritoró	5	253,50	4.816,50	14.404,84
MA	210850	Pindaré-Mirim	13	659,10	12.522,90	10.734,34
MA	210860	Pinheiro	0	0,00	0,00	62.124,81
MA	210870	Pio XII	7	354,90	6.743,10	8.073,76
MA	210880	Pirapemas	6	304,20	5.779,80	5.736,06
MA	210890	Poção de Pedras	6	304,20	5.779,80	11.025,15
MA	210900	Porto Franco	6	304,20	5.779,80	6.793,20
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.414,51
MA	210910	Presidente Dutra	20	1.014,00	19.266,00	18.974,47
MA	210920	Presidente Juscelino	1	50,70	963,30	5.733,83
MA	210923	Presidente Médici	2	101,40	1.926,60	3.528,71
MA	210927	Presidente Sarney	2	101,40	1.926,60	9.788,37
MA	210930	Presidente Vargas	4	202,80	3.853,20	3.960,73
MA	210940	Primeira Cruz	4	202,80	3.853,20	9.003,01
MA	210945	Raposa	10	507,00	9.633,00	16.774,29
MA	210950	Riachão	0	0,00	0,00	13.962,53
MA	210955	Ribamar Fiquene	0	0,00	0,00	5.790,50
MA	210960	Rosário	12	608,40	11.559,60	13.438,48
MA	210970	Sambaíba	2	101,40	1.926,60	3.539,69
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.354,84
MA	210980	Santa Helena	9	456,30	8.669,70	13.805,63

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210990	Santa Inês	25	1.267,50	24.082,50	23.286,77
MA	211000	Santa Luzia	16	811,20	15.412,80	37.679,45
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	3	152,10	2.889,90	15.721,33
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	3	152,10	2.889,90	10.969,90
MA	211020	Santa Rita	9	456,30	8.669,70	13.690,76
MA	211023	Santana do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.466,48
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	0	0,00	0,00	8.781,58
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	0	0,00	0,00	9.228,19
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	1	50,70	963,30	8.590,12
MA	211050	São Bento	6	304,20	5.779,80	21.309,84
MA	211060	São Bernardo	6	304,20	5.779,80	6.705,84
MA	211065	São Domingos do Azeitão	3	152,10	2.889,90	2.785,67
MA	211070	São Domingos do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.923,07
MA	211080	São Félix de Balsas	0	0,00	0,00	4.952,44
MA	211085	São Francisco do Brejão	4	202,80	3.853,20	5.140,55
MA	211090	São Francisco do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.573,11
MA	211100	São João Batista	0	0,00	0,00	12.428,58
MA	211102	São João do Carú	4	202,80	3.853,20	6.082,26
MA	211105	São João do Paraíso	4	202,80	3.853,20	3.744,02
MA	211107	São João do Soter	4	202,80	3.853,20	8.456,83
MA	211110	São João dos Patos	13	659,10	12.522,90	9.954,15
MA	211120	São José de Ribamar	48	2.433,60	46.238,40	100.810,89
MA	211125	São José dos Basílios	3	152,10	2.889,90	2.263,53
MA	211130	São Luís	531	26.921,70	511.512,30	431.758,56
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	5	253,50	4.816,50	4.597,23
MA	211150	São Mateus do Maranhão	17	861,90	16.376,10	10.845,80
MA	211153	São Pedro da Água Branca	0	0,00	0,00	8.328,17
MA	211157	São Pedro dos Crentes	1	50,70	963,30	2.154,38
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	6	304,20	5.779,80	7.586,73
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	3	152,10	2.889,90	2.564,39
MA	211167	São Roberto	2	101,40	1.926,60	4.326,09
MA	211170	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	8.448,80
MA	211172	Satubinha	4	202,80	3.853,20	4.909,64
MA	211174	Senador Alexandre Costa	4	202,80	3.853,20	3.796,04
MA	211176	Senador La Rocque	5	253,50	4.816,50	4.654,57
MA	211178	Serrano do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.792,53
MA	211180	Sítio Novo	4	202,80	3.853,20	7.310,92
MA	211190	Sucupira do Norte	4	202,80	3.853,20	3.598,42
MA	211195	Sucupira do Riachão	3	152,10	2.889,90	1.910,62
MA	211200	Tasso Fragoso	0	0,00	0,00	7.112,24
MA	211210	Timbiras	2	101,40	1.926,60	21.671,80
MA	211220	Timon	83	4.208,10	79.953,90	32.992,01
MA	211223	Trizidela do Vale	0	0,00	0,00	15.253,94
MA	211227	Tufilândia	1	50,70	963,30	5.465,70
MA	211230	Tuntum	12	608,40	11.559,60	10.938,40
MA	211240	Turiaçu	6	304,20	5.779,80	17.023,78
MA	211245	Turilândia	0	0,00	0,00	15.302,97
MA	211250	Tutóia	0	0,00	0,00	42.890,15
MA	211260	Urbano Santos	7	354,90	6.743,10	8.015,98
MA	211270	Vargem Grande	15	760,50	14.449,50	29.125,74
MA	211280	Viana	12	608,40	11.559,60	27.820,26
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	0	0,00	0,00	9.193,83
MA	211290	Vitória do Mearim	2	101,40	1.926,60	19.398,87
MA	211300	Vitorino Freire	5	253,50	4.816,50	16.124,22
MA	211400	Zé Doca	18	912,60	17.339,40	16.913,47
Total			2.060	104.442,00	1.984.398,00	4.194.051,75

ANEXO XI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MG	310000	SES/MG	0	0,00	0,00	2.306.766,45
MG	310010	Abadia dos Dourados	3	152,10	2.889,90	1.411,80
MG	310020	Abaeté	10	507,00	9.633,00	4.722,20
MG	310030	Abre Campo	1	50,70	963,30	4.529,90
MG	310040	Acaiaca	1	50,70	963,30	813,00
MG	310050	Açucena	0	0,00	0,00	4.118,80
MG	310060	Água Boa	4	202,80	3.853,20	3.006,80
MG	310070	Água Comprida	0	0,00	0,00	828,00
MG	310080	Aguanil	1	50,70	963,30	888,00
MG	310090	Águas Formosas	8	405,60	7.706,40	3.883,20
MG	310100	Águas Vermelhas	4	202,80	3.853,20	2.715,20
MG	310110	Aimorés	1	50,70	963,30	9.321,10
MG	310120	Aiuruoca	2	101,40	1.926,60	1.254,80
MG	310130	Alagoa	1	50,70	963,30	553,60
MG	310140	Albertina	0	0,00	0,00	1.218,40
MG	310150	Além Paraíba	18	912,60	17.339,40	7.472,08
MG	310160	Alfenas	40	2.028,00	38.532,00	15.941,40
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	1.355,00
MG	310170	Almenara	3	152,10	2.889,90	13.827,70
MG	310180	Alpercata	0	0,00	0,00	3.006,00
MG	310190	Alpinópolis	8	405,60	7.706,40	3.969,20
MG	310200	Alterosa	6	304,20	5.779,80	2.910,20
MG	310205	Alto Caparaó	0	0,00	0,00	2.316,40
MG	310210	Alto Rio Doce	4	202,80	3.853,20	2.424,00
MG	310220	Alvarenga	1	50,70	963,30	879,00
MG	310230	Alvinópolis	0	0,00	0,00	6.256,80
MG	310240	Alvorada de Minas	1	50,70	963,30	734,60
MG	310250	Amparo do Serra	2	101,40	1.926,60	1.004,60
MG	310260	Andradas	17	861,90	16.376,10	8.141,20
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	3	152,10	2.889,90	1.895,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310280	Andrelândia	5	253,50	4.816,50	2.501,40
MG	310285	Angelândia	3	152,10	2.889,90	1.708,20
MG	310290	Antônio Carlos	4	202,80	3.853,20	2.321,60
MG	310300	Antônio Dias	3	152,10	2.889,90	1.947,60
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1	50,70	963,30	338,40
MG	310320	Araçaí	0	0,00	0,00	947,20
MG	310330	Aracitaba	1	50,70	963,30	422,60
MG	310340	Araçuaí	0	0,00	0,00	14.944,40
MG	310350	Araguari	63	3.194,10	60.687,90	26.425,13
MG	310360	Arantina	2	101,40	1.926,60	577,60
MG	310370	Araponga	0	0,00	0,00	3.417,60
MG	310375	Araporã	4	202,80	3.853,20	1.354,80
MG	310380	Arapuá	2	101,40	1.926,60	576,60
MG	310390	Araújos	4	202,80	3.853,20	1.799,20
MG	310400	Araxá	53	2.687,10	51.054,90	20.856,60
MG	310410	Arceburgo	4	202,80	3.853,20	2.115,60
MG	310420	Arcos	6	304,20	5.779,80	10.210,95
MG	310430	Areado	6	304,20	5.779,80	2.991,20
MG	310440	Argirita	2	101,40	1.926,60	584,80
MG	310445	Aricanduva	2	101,40	1.926,60	1.038,40
MG	310450	Arinos	7	354,90	6.743,10	3.648,60
MG	310460	Astolfo Dutra	7	354,90	6.743,10	2.823,60
MG	310470	Ataléia	4	202,80	3.853,20	2.868,80
MG	310480	Augusto de Lima	3	152,10	2.889,90	1.012,40
MG	310490	Baependi	7	354,90	6.743,10	3.863,00
MG	310500	Baldim	3	152,10	2.889,90	1.888,37
MG	310510	Bambuí	15	760,50	14.449,50	4.803,60
MG	310520	Bandeira	1	50,70	963,30	1.060,30
MG	310530	Bandeira do Sul	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	310540	Barão de Cocais	12	608,40	11.559,60	6.393,60
MG	310550	Barão de Monte Alto	3	152,10	2.889,90	1.154,00
MG	310560	Barbacena	54	2.737,80	52.018,20	30.755,03
MG	310570	Barra Longa	0	0,00	0,00	2.396,40
MG	310590	Barroso	0	0,00	0,00	8.352,80
MG	310600	Bela Vista de Minas	3	152,10	2.889,90	2.083,20
MG	310610	Belmiro Braga	0	0,00	0,00	1.401,20
MG	310620	Belo Horizonte	1.110	56.277,00	1.069.263,00	868.185,14
MG	310630	Belo Oriente	9	456,30	8.669,70	5.231,60
MG	310640	Belo Vale	3	152,10	2.889,90	1.568,20
MG	310650	Berilo	3	152,10	2.889,90	2.501,60
MG	310660	Bertópolis	2	101,40	1.926,60	935,60
MG	310665	Berizal	2	101,40	1.926,60	944,00
MG	310670	Betim	187	9.480,90	180.137,10	118.177,06
MG	310680	Bias Fortes	2	101,40	1.926,60	753,00
MG	310690	Bicas	0	0,00	0,00	5.818,00
MG	310700	Biquinhas	2	101,40	1.926,60	532,80
MG	310710	Boa Esperança	18	912,60	17.339,40	8.106,00
MG	310720	Bocaina de Minas	0	0,00	0,00	2.074,00
MG	310730	Bocaiúva	0	0,00	0,00	20.067,20
MG	310740	Bom Despacho	27	1.368,90	26.009,10	10.008,40
MG	310750	Bom Jardim de Minas	0	0,00	0,00	2.665,20
MG	310760	Bom Jesus da Penha	2	101,40	1.926,60	840,60
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	2	101,40	1.926,60	1.203,60
MG	310780	Bom Jesus do Galho	6	304,20	5.779,80	3.126,60
MG	310790	Bom Repouso	0	0,00	0,00	4.310,00
MG	310800	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90	4.272,90
MG	310810	Bonfim	3	152,10	2.889,90	1.638,00
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	3	152,10	2.889,90	1.180,80
MG	310825	Bonito de Minas	4	202,80	3.853,20	2.190,20
MG	310830	Borda da Mata	8	405,60	7.706,40	3.811,00
MG	310840	Botelhos	2	101,40	1.926,60	4.203,80
MG	310850	Botumirim	3	152,10	2.889,90	1.322,40
MG	310855	Brasilândia de Minas	7	354,90	6.743,10	3.221,00
MG	310860	Brasília de Minas	12	608,40	11.559,60	6.546,40
MG	310870	Brás Pires	2	101,40	1.926,60	932,80
MG	310880	Braúnas	2	101,40	1.926,60	1.018,20
MG	310890	Brazópolis	3	152,10	2.889,90	3.102,90
MG	310900	Brumadinho	0	0,00	0,00	18.136,06
MG	310910	Bueno Brandão	3	152,10	2.889,90	2.246,60
MG	310920	Buenópolis	5	253,50	4.816,50	2.118,80
MG	310925	Bugre	2	101,40	1.926,60	829,20
MG	310930	Buritis	4	202,80	3.853,20	6.022,40
MG	310940	Buritizeiro	12	608,40	11.559,60	5.667,00
MG	310945	Cabeceira Grande	4	202,80	3.853,20	1.388,00
MG	310950	Cabo Verde	4	202,80	3.853,20	2.866,00
MG	310960	Cachoeira da Prata	3	152,10	2.889,90	746,80
MG	310970	Cachoeira de Minas	4	202,80	3.853,20	2.329,20
MG	310980	Cachoeira Dourada	2	101,40	1.926,60	538,20
MG	310990	Caetanópolis	5	253,50	4.816,50	2.279,80
MG	311000	Caeté	19	963,30	18.302,70	10.354,63
MG	311010	Caiana	3	152,10	2.889,90	1.088,00
MG	311020	Cajuri	1	50,70	963,30	827,00
MG	311030	Caldas	0	0,00	0,00	5.811,60
MG	311040	Camacho	1	50,70	963,30	631,60
MG	311050	Camanducaia	0	0,00	0,00	8.822,80
MG	311060	Cambuí	10	507,00	9.633,00	5.833,00
MG	311070	Cambuquira	1	50,70	963,30	4.257,90
MG	311080	Campanário	2	101,40	1.926,60	751,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311090	Campanha	8	405,60	7.706,40	3.325,40
MG	311100	Campestre	7	354,90	6.743,10	4.288,00
MG	311110	Campina Verde	10	507,00	9.633,00	4.015,80
MG	311115	Campo Azul	2	101,40	1.926,60	772,60
MG	311120	Campo Belo	27	1.368,90	26.009,10	10.891,60
MG	311130	Campo do Meio	3	152,10	2.889,90	2.375,60
MG	311140	Campo Florido	4	202,80	3.853,20	1.577,20
MG	311150	Campos Altos	7	354,90	6.743,10	3.077,40
MG	311160	Campos Gerais	11	557,70	10.596,30	5.811,40
MG	311170	Canaã	1	50,70	963,30	945,80
MG	311180	Canápolis	6	304,20	5.779,80	2.423,40
MG	311190	Cana Verde	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	311200	Candeias	5	253,50	4.816,50	3.029,40
MG	311205	Cantagalo	0	0,00	0,00	1.806,80
MG	311210	Caparaó	3	152,10	2.889,90	1.097,80
MG	311220	Capela Nova	1	50,70	963,30	975,90
MG	311230	Capelinha	14	709,80	13.486,20	7.573,40
MG	311240	Capetinga	4	202,80	3.853,20	1.444,40
MG	311250	Capim Branco	0	0,00	0,00	4.516,40
MG	311260	Capinópolis	9	456,30	8.669,70	3.250,00
MG	311265	Capitão Andrade	3	152,10	2.889,90	1.081,00
MG	311270	Capitão Enéas	6	304,20	5.779,80	3.047,40
MG	311280	Capitólio	4	202,80	3.853,20	1.736,40
MG	311290	Caputira	0	0,00	0,00	3.772,40
MG	311300	Caraí	2	101,40	1.926,60	7.585,80
MG	311310	Caranaíba	0	0,00	0,00	1.336,40
MG	311320	Carandaí	9	456,30	8.669,70	5.075,20
MG	311330	Carangola	10	507,00	9.633,00	6.711,80
MG	311340	Caratinga	16	811,20	15.412,80	21.323,60
MG	311350	Carbonita	2	101,40	1.926,60	1.908,80
MG	311360	Careaçu	3	152,10	2.889,90	1.351,40
MG	311370	Carlos Chagas	9	456,30	8.669,70	4.042,80
MG	311380	Carmésia	2	101,40	1.926,60	525,80
MG	311390	Carmo da Cachoeira	4	202,80	3.853,20	2.470,00
MG	311400	Carmo da Mata	1	50,70	963,30	3.660,30
MG	311410	Carmo de Minas	5	253,50	4.816,50	2.964,40
MG	311420	Carmo do Cajuru	10	507,00	9.633,00	4.427,20
MG	311430	Carmo do Paranaíba	16	811,20	15.412,80	6.172,20
MG	311440	Carmo do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	4.291,60
MG	311450	Carmópolis de Minas	0	0,00	0,00	7.598,00
MG	311455	Carneirinho	4	202,80	3.853,20	2.014,40
MG	311460	Carrancas	2	101,40	1.926,60	822,00
MG	311470	Carvalhópolis	1	50,70	963,30	716,20
MG	311480	Carvalhos	1	50,70	963,30	930,20
MG	311490	Casa Grande	1	50,70	963,30	461,80
MG	311500	Cascalho Rico	2	101,40	1.926,60	614,20
MG	311510	Cássia	9	456,30	8.669,70	3.611,40
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	1	50,70	963,30	811,40
MG	311530	Cataguases	36	1.825,20	34.678,80	15.005,00
MG	311535	Catas Altas	3	152,10	2.889,90	1.063,20
MG	311540	Catas Altas da Noruega	2	101,40	1.926,60	733,20
MG	311545	Catuji	3	152,10	2.889,90	1.352,20
MG	311547	Catuti	3	152,10	2.889,90	1.040,00
MG	311550	Caxambu	10	507,00	9.633,00	4.451,40
MG	311560	Cedro do Abaeté	1	50,70	963,30	245,40
MG	311570	Central de Minas	3	152,10	2.889,90	1.422,40
MG	311580	Centralina	5	253,50	4.816,50	2.124,40
MG	311590	Chácara	0	0,00	0,00	1.240,40
MG	311600	Chalé	3	152,10	2.889,90	1.164,60
MG	311610	Chapada do Norte	0	0,00	0,00	6.270,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	4	202,80	3.853,20	2.594,20
MG	311620	Chiador	2	101,40	1.926,60	565,40
MG	311630	Cipotânea	3	152,10	2.889,90	1.373,60
MG	311640	Claraval	0	0,00	0,00	1.938,80
MG	311650	Claro dos Poções	4	202,80	3.853,20	1.581,80
MG	311660	Cláudio	11	557,70	10.596,30	5.657,40
MG	311670	Coimbra	3	152,10	2.889,90	1.511,80
MG	311680	Coluna	3	152,10	2.889,90	1.842,60
MG	311690	Comendador Gomes	2	101,40	1.926,60	627,60
MG	311700	Comercinho	3	152,10	2.889,90	1.618,80
MG	311710	Conceição da Aparecida	4	202,80	3.853,20	2.074,80
MG	311720	Conceição das Pedras	2	101,40	1.926,60	571,60
MG	311730	Conceição das Alagoas	12	608,40	11.559,60	5.363,60
MG	311740	Conceição de Ipanema	2	101,40	1.926,60	928,80
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	6	304,20	5.779,80	3.654,60
MG	311760	Conceição do Pará	3	152,10	2.889,90	1.103,00
MG	311770	Conceição do Rio Verde	6	304,20	5.779,80	2.744,80
MG	311780	Conceição dos Ouros	3	152,10	2.889,90	2.293,40
MG	311783	Cônego Marinho	3	152,10	2.889,90	1.524,80
MG	311787	Confins	4	202,80	3.853,20	1.541,87
MG	311790	Congonhal	1	50,70	963,30	3.719,10
MG	311800	Congonhas	0	0,00	0,00	21.537,20
MG	311810	Congonhas do Norte	1	50,70	963,30	1.090,30
MG	311820	Conquista	4	202,80	3.853,20	1.392,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	56	2.839,20	53.944,80	28.658,03
MG	311840	Conselheiro Pena	12	608,40	11.559,60	4.648,00
MG	311850	Consolação	1	50,70	963,30	362,00
MG	311860	Contagem	228	11.559,60	219.632,40	156.412,75
MG	311870	Coqueiral	0	0,00	0,00	3.796,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311880	Coração de Jesus	0	0,00	0,00	10.820,80
MG	311890	Cordisburgo	4	202,80	3.853,20	1.805,80
MG	311900	Cordislândia	0	0,00	0,00	1.434,80
MG	311910	Corinto	12	608,40	11.559,60	4.896,80
MG	311920	Coroaci	3	152,10	2.889,90	2.090,60
MG	311930	Coromandel	13	659,10	12.522,90	5.701,60
MG	311940	Coronel Fabriciano	52	2.636,40	50.091,60	27.305,69
MG	311950	Coronel Murta	4	202,80	3.853,20	1.882,20
MG	311960	Coronel Pacheco	0	0,00	0,00	1.250,00
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	0	0,00	0,00	1.388,40
MG	311980	Córrego Danta	2	101,40	1.926,60	685,20
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.527,60
MG	311995	Córrego Fundo	2	101,40	1.926,60	1.259,00
MG	312000	Córrego Novo	2	101,40	1.926,60	620,00
MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	1	50,70	963,30	888,80
MG	312015	Crisólita	3	152,10	2.889,90	1.326,20
MG	312020	Cristais	5	253,50	4.816,50	2.512,80
MG	312030	Cristália	3	152,10	2.889,90	1.208,40
MG	312040	Cristiano Otoni	3	152,10	2.889,90	1.045,00
MG	312050	Cristina	3	152,10	2.889,90	2.097,20
MG	312060	Crucilândia	2	101,40	1.926,60	1.011,40
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	3	152,10	2.889,90	834,80
MG	312080	Cruzília	7	354,90	6.743,10	3.099,40
MG	312083	Cuparaque	2	101,40	1.926,60	999,00
MG	312087	Curral de Dentro	4	202,80	3.853,20	1.524,60
MG	312090	Curvelo	45	2.281,50	43.348,50	15.975,60
MG	312100	Datas	3	152,10	2.889,90	1.094,20
MG	312110	Delfim Moreira	0	0,00	0,00	3.282,00
MG	312120	Delfinópolis	3	152,10	2.889,90	1.437,20
MG	312125	Delta	4	202,80	3.853,20	1.980,80
MG	312130	Descoberto	1	50,70	963,30	1.055,50
MG	312140	Desterro de Entre Rios	3	152,10	2.889,90	1.466,80
MG	312150	Desterro do Melo	2	101,40	1.926,60	612,00
MG	312160	Diamantina	24	1.216,80	23.119,20	9.646,00
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	787,00
MG	312180	Dionísio	4	202,80	3.853,20	1.731,40
MG	312190	Divinésia	2	101,40	1.926,60	691,00
MG	312200	Divino	7	354,90	6.743,10	4.026,60
MG	312210	Divino das Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.017,20
MG	312220	Divinolândia de Minas	3	152,10	2.889,90	1.511,80
MG	312230	Divinópolis	107	5.424,90	103.073,10	52.860,83
MG	312235	Divisa Alegre	3	152,10	2.889,90	1.325,00
MG	312240	Divisa Nova	2	101,40	1.926,60	1.213,60
MG	312245	Divisópolis	0	0,00	0,00	4.218,80
MG	312247	Dom Bosco	2	101,40	1.926,60	774,40
MG	312250	Dom Cavati	4	202,80	3.853,20	1.060,60
MG	312260	Dom Joaquim	1	50,70	963,30	926,40
MG	312270	Dom Silvério	3	152,10	2.889,90	1.070,20
MG	312280	Dom Viçoso	1	50,70	963,30	614,80
MG	312290	Dona Eusébia	3	152,10	2.889,90	1.305,40
MG	312300	Dores de Campos	0	0,00	0,00	4.037,20
MG	312310	Dores de Guanhães	1	50,70	963,30	1.173,90
MG	312320	Dores do Indaiá	5	253,50	4.816,50	2.809,60
MG	312330	Dores do Turvo	0	0,00	0,00	1.806,40
MG	312340	Doresópolis	2	101,40	1.926,60	306,60
MG	312350	Douradoquara	2	101,40	1.926,60	386,00
MG	312352	Durandé	0	0,00	0,00	3.153,60
MG	312360	Elói Mendes	0	0,00	0,00	11.092,00
MG	312370	Engenheiro Caldas	5	253,50	4.816,50	2.219,60
MG	312380	Engenheiro Navarro	3	152,10	2.889,90	1.475,40
MG	312385	Entre Folhas	3	152,10	2.889,90	1.088,60
MG	312390	Entre Rios de Minas	0	0,00	0,00	6.116,80
MG	312400	Ervália	5	253,50	4.816,50	3.803,00
MG	312410	Esmeraldas	41	2.078,70	39.495,30	16.102,33
MG	312420	Espera Feliz	7	354,90	6.743,10	4.961,00
MG	312430	Espinosa	11	557,70	10.596,30	6.442,80
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	1	50,70	963,30	942,40
MG	312450	Estiva	2	101,40	1.926,60	2.653,00
MG	312460	Estrela Dalva	1	50,70	963,30	499,20
MG	312470	Estrela do Indaiá	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	312480	Estrela do Sul	4	202,80	3.853,20	1.596,20
MG	312490	Eugenópolis	0	0,00	0,00	4.514,00
MG	312500	Ewbank da Câmara	1	50,70	963,30	790,40
MG	312510	Extrema	15	760,50	14.449,50	6.868,80
MG	312520	Fama	0	0,00	0,00	970,40
MG	312530	Faria Lemos	0	0,00	0,00	1.369,20
MG	312540	Felício dos Santos	2	101,40	1.926,60	1.031,40
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	1	50,70	963,30	641,00
MG	312560	Felisburgo	1	50,70	963,30	2.009,10
MG	312570	Felixlândia	5	253,50	4.816,50	3.054,60
MG	312580	Fernandes Tourinho	2	101,40	1.926,60	673,80
MG	312590	Ferros	4	202,80	3.853,20	2.161,40
MG	312595	Fervedouro	4	202,80	3.853,20	2.207,80
MG	312600	Florestal	4	202,80	3.853,20	1.713,37
MG	312610	Formiga	29	1.470,30	27.935,70	14.112,24
MG	312620	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.858,80
MG	312630	Fortaleza de Minas	2	101,40	1.926,60	881,40
MG	312640	Fortuna de Minas	2	101,40	1.926,60	586,40
MG	312650	Francisco Badaró	3	152,10	2.889,90	2.111,40
MG	312660	Francisco Dumont	1	50,70	963,30	1.122,70
MG	312670	Francisco Sá	9	456,30	8.669,70	5.285,60
MG	312675	Franciscópolis	3	152,10	2.889,90	1.165,00
MG	312680	Frei Gaspar	3	152,10	2.889,90	1.206,60
MG	312690	Frei Inocêncio	4	202,80	3.853,20	1.919,40
MG	312695	Frei Lagonegro	1	50,70	963,30	702,00
MG	312700	Fronteira	8	405,60	7.706,40	3.414,40
MG	312705	Fronteira dos Vales	2	101,40	1.926,60	955,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312707	Fruta de Leite	3	152,10	2.889,90	1.183,80
MG	312710	Frutal	37	1.875,90	35.642,10	11.754,00
MG	312720	Funilândia	2	101,40	1.926,60	855,40
MG	312730	Galiléia	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	312733	Gameleiras	3	152,10	2.889,90	1.052,80
MG	312735	Glaucilândia	0	0,00	0,00	1.264,00
MG	312737	Goiabeira	2	101,40	1.926,60	665,60
MG	312738	Goianá	2	101,40	1.926,60	790,40
MG	312740	Gonçalves	1	50,70	963,30	882,00
MG	312750	Gonzaga	0	0,00	0,00	2.489,20
MG	312760	Gouveia	3	152,10	2.889,90	2.412,80
MG	312770	Governador Valadares	4	202,80	3.853,20	122.552,25
MG	312780	Grão Mogol	4	202,80	3.853,20	3.186,20
MG	312790	Grupiara	2	101,40	1.926,60	283,60
MG	312800	Guanhães	13	659,10	12.522,90	6.810,80
MG	312810	Guapé	2	101,40	1.926,60	3.857,40
MG	312820	Guaraciaba	0	0,00	0,00	4.216,80
MG	312825	Guaraciama	2	101,40	1.926,60	1.000,20
MG	312830	Guaranésia	10	507,00	9.633,00	3.875,60
MG	312840	Guarani	0	0,00	0,00	3.618,80
MG	312850	Guarará	0	0,00	0,00	1.596,40
MG	312860	Guarda-Mor	3	152,10	2.889,90	1.348,20
MG	312870	Guaxupé	24	1.216,80	23.119,20	10.458,80
MG	312880	Guidoval	3	152,10	2.889,90	1.471,20
MG	312890	Guimarânia	4	202,80	3.853,20	1.591,20
MG	312900	Guiricema	3	152,10	2.889,90	1.767,60
MG	312910	Gurinhatã	3	152,10	2.889,90	1.228,80
MG	312920	Heliodora	1	50,70	963,30	1.661,10
MG	312930	Iapu	3	152,10	2.889,90	2.192,40
MG	312940	Ibertioga	2	101,40	1.926,60	1.032,60
MG	312950	Ibiá	12	608,40	11.559,60	5.020,00
MG	312960	Ibiaí	4	202,80	3.853,20	1.680,00
MG	312965	Ibiracatu	3	152,10	2.889,90	1.250,00
MG	312970	Ibiraci	4	202,80	3.853,20	2.715,00
MG	312980	Ibirité	99	5.019,30	95.366,70	46.587,19
MG	312990	Ibitiúra de Minas	2	101,40	1.926,60	707,20
MG	313000	Ibituruna	2	101,40	1.926,60	603,60
MG	313005	Icaraí de Minas	4	202,80	3.853,20	2.367,00
MG	313010	Igarapé	18	912,60	17.339,40	9.596,30
MG	313020	Igaratinga	4	202,80	3.853,20	2.109,40
MG	313030	Iguatama	4	202,80	3.853,20	1.642,60
MG	313040	Ijaci	3	152,10	2.889,90	1.292,00
MG	313050	Ilicínea	4	202,80	3.853,20	2.471,60
MG	313055	Imbé de Minas	3	152,10	2.889,90	1.379,80
MG	313060	Inconfidentes	0	0,00	0,00	2.942,40
MG	313065	Indaiabira	3	152,10	2.889,90	1.505,60
MG	313070	Indianópolis	3	152,10	2.889,90	1.361,20
MG	313080	Ingaí	0	0,00	0,00	1.114,00
MG	313090	Inhapim	7	354,90	6.743,10	4.976,40
MG	313100	Inhaúma	2	101,40	1.926,60	1.248,00
MG	313110	Inimutaba	4	202,80	3.853,20	1.497,80
MG	313115	Ipaba	5	253,50	4.816,50	3.675,00
MG	313120	Ipanema	10	507,00	9.633,00	3.947,20
MG	313130	Ipatinga	118	5.982,60	113.669,40	58.770,68
MG	313140	Ipiaçu	3	152,10	2.889,90	857,00
MG	313150	Ipuiúna	1	50,70	963,30	3.086,70
MG	313160	Iraí de Minas	3	152,10	2.889,90	1.393,80
MG	313170	Itabira	60	3.042,00	57.798,00	26.839,13
MG	313180	Itabirinha	0	0,00	0,00	4.599,20
MG	313190	Itabirito	22	1.115,40	21.192,60	10.163,20
MG	313200	Itacambira	3	152,10	2.889,90	1.074,80
MG	313210	Itacarambi	6	304,20	5.779,80	3.688,60
MG	313220	Itaguara	5	253,50	4.816,50	3.110,10
MG	313230	Itaipé	4	202,80	3.853,20	2.545,00
MG	313240	Itajubá	0	0,00	0,00	38.800,00
MG	313250	Itamarandiba	7	354,90	6.743,10	7.121,30
MG	313260	Itamarati de Minas	2	101,40	1.926,60	872,40
MG	313270	Itambacuri	0	0,00	0,00	9.454,80
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	0	0,00	0,00	912,40
MG	313290	Itamogi	3	152,10	2.889,90	2.114,40
MG	313300	Itamonte	0	0,00	0,00	6.156,40
MG	313310	Itanhandu	3	152,10	2.889,90	3.226,10
MG	313320	Itanhomi	5	253,50	4.816,50	2.478,80
MG	313330	Itaobim	0	0,00	0,00	8.627,60
MG	313340	Itapagipe	6	304,20	5.779,80	3.008,20
MG	313350	Itapecerica	10	507,00	9.633,00	4.431,60
MG	313360	Itapeva	3	152,10	2.889,90	1.923,60
MG	313370	Itatiaiuçu	2	101,40	1.926,60	3.196,93
MG	313375	Itaú de Minas	8	405,60	7.706,40	3.216,40
MG	313380	Itaúna	20	1.014,00	19.266,00	18.539,20
MG	313390	Itaverava	1	50,70	963,30	1.369,90
MG	313400	Itinga	1	50,70	963,30	5.095,50
MG	313410	Itueta	3	152,10	2.889,90	1.224,00
MG	313420	Ituiutaba	38	1.926,60	36.605,40	20.905,20
MG	313430	Itumirim	3	152,10	2.889,90	1.252,60
MG	313440	Iturama	21	1.064,70	20.229,30	7.696,80
MG	313450	Itutinga	2	101,40	1.926,60	795,20
MG	313460	Jaboticatubas	6	304,20	5.779,80	4.560,50
MG	313470	Jacinto	2	101,40	1.926,60	3.097,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313480	Jacuí	3	152,10	2.889,90	1.561,80
MG	313490	Jacutinga	3	152,10	2.889,90	7.291,30
MG	313500	Jaguaraçu	0	0,00	0,00	1.263,20
MG	313505	Jaíba	11	557,70	10.596,30	7.587,80
MG	313507	Jampruca	3	152,10	2.889,90	1.082,80
MG	313510	Janaúba	38	1.926,60	36.605,40	15.076,99
MG	313520	Januária	20	1.014,00	19.266,00	13.716,80
MG	313530	Japaraíba	2	101,40	1.926,60	861,60
MG	313535	Japonvar	3	152,10	2.889,90	1.736,60
MG	313540	Jeceaba	2	101,40	1.926,60	1.077,40
MG	313545	Jenipapo de Minas	3	152,10	2.889,90	1.534,40
MG	313550	Jequeri	0	0,00	0,00	5.216,40
MG	313560	Jequitaí	4	202,80	3.853,20	1.613,80
MG	313570	Jequitibá	2	101,40	1.926,60	1.063,80
MG	313580	Jequitinhonha	11	557,70	10.596,30	5.112,00
MG	313590	Jesuânia	1	50,70	963,30	996,30
MG	313600	Joaíma	6	304,20	5.779,80	3.126,80
MG	313610	Joanésia	3	152,10	2.889,90	1.061,00
MG	313620	João Monlevade	31	1.571,70	29.862,30	15.918,00
MG	313630	João Pinheiro	24	1.216,80	23.119,20	9.750,20
MG	313640	Joaquim Felício	2	101,40	1.926,60	933,80
MG	313650	Jordânia	0	0,00	0,00	4.360,40
MG	313652	José Gonçalves de Minas	1	50,70	963,30	931,20
MG	313655	José Raydan	2	101,40	1.926,60	978,80
MG	313657	Josenópolis	2	101,40	1.926,60	975,40
MG	313660	Nova União	2	101,40	1.926,60	1.354,27
MG	313665	Juatuba	13	659,10	12.522,90	6.037,27
MG	313670	Juiz de Fora	204	10.342,80	196.513,20	126.848,03
MG	313680	Juramento	2	101,40	1.926,60	871,60
MG	313690	Juruaia	3	152,10	2.889,90	2.068,20
MG	313695	Juvenília	3	152,10	2.889,90	1.172,60
MG	313700	Ladainha	4	202,80	3.853,20	3.630,40
MG	313710	Lagamar	4	202,80	3.853,20	1.560,40
MG	313720	Lagoa da Prata	24	1.216,80	23.119,20	10.240,80
MG	313730	Lagoa dos Patos	2	101,40	1.926,60	859,60
MG	313740	Lagoa Dourada	4	202,80	3.853,20	2.611,20
MG	313750	Lagoa Formosa	8	405,60	7.706,40	3.635,00
MG	313753	Lagoa Grande	5	253,50	4.816,50	1.888,00
MG	313760	Lagoa Santa	1	50,70	963,30	27.854,30
MG	313770	Lajinha	7	354,90	6.743,10	4.060,20
MG	313780	Lambari	4	202,80	3.853,20	4.494,80
MG	313790	Lamim	0	0,00	0,00	1.409,60
MG	313800	Laranjal	3	152,10	2.889,90	1.370,40
MG	313810	Lassance	3	152,10	2.889,90	1.332,80
MG	313820	Lavras	48	2.433,60	46.238,40	20.424,80
MG	313830	Leandro Ferreira	2	101,40	1.926,60	660,00
MG	313835	Leme do Prado	2	101,40	1.926,60	999,60
MG	313840	Leopoldina	24	1.216,80	23.119,20	10.670,80
MG	313850	Liberdade	2	101,40	1.926,60	1.080,20
MG	313860	Lima Duarte	0	0,00	0,00	6.764,00
MG	313862	Limeira do Oeste	1	50,70	963,30	2.031,50
MG	313865	Lontra	3	152,10	2.889,90	1.808,80
MG	313867	Luisburgo	3	152,10	2.889,90	1.281,80
MG	313868	Luislândia	3	152,10	2.889,90	1.351,20
MG	313870	Luminárias	3	152,10	2.889,90	1.114,40
MG	313880	Luz	10	507,00	9.633,00	3.680,00
MG	313890	Machacalis	0	0,00	0,00	2.894,80
MG	313900	Machado	5	253,50	4.816,50	11.951,50
MG	313910	Madre de Deus de Minas	0	0,00	0,00	2.061,20
MG	313920	Malacacheta	6	304,20	5.779,80	3.845,60
MG	313925	Mamonas	3	152,10	2.889,90	1.324,80
MG	313930	Manga	7	354,90	6.743,10	3.979,60
MG	313940	Manhuaçu	27	1.368,90	26.009,10	17.716,00
MG	313950	Manhumirim	9	456,30	8.669,70	4.556,80
MG	313960	Mantena	0	0,00	0,00	11.252,80
MG	313970	Maravilhas	2	101,40	1.926,60	1.575,20
MG	313980	Mar de Espanha	6	304,20	5.779,80	2.548,60
MG	313990	Maria da Fé	3	152,10	2.889,90	2.930,50
MG	314000	Mariana	1	50,70	963,30	22.979,50
MG	314010	Marilac	2	101,40	1.926,60	859,40
MG	314015	Mário Campos	7	354,90	6.743,10	3.497,20
MG	314020	Maripá de Minas	2	101,40	1.926,60	595,80
MG	314030	Marliéria	2	101,40	1.926,60	825,80
MG	314040	Marmelópolis	0	0,00	0,00	1.191,60
MG	314050	Martinho Campos	1	50,70	963,30	4.411,10
MG	314053	Martins Soares	2	101,40	1.926,60	1.634,40
MG	314055	Mata Verde	0	0,00	0,00	3.415,60
MG	314060	Materlândia	2	101,40	1.926,60	934,60
MG	314070	Mateus Leme	8	405,60	7.706,40	7.158,20
MG	314080	Matias Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.853,00
MG	314085	Matias Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.199,80
MG	314090	Matipó	0	0,00	0,00	7.565,60
MG	314100	Mato Verde	5	253,50	4.816,50	2.589,40
MG	314110	Matozinhos	16	811,20	15.412,80	8.713,60
MG	314120	Matutina	2	101,40	1.926,60	771,20
MG	314130	Medeiros	2	101,40	1.926,60	753,00
MG	314140	Medina	10	507,00	9.633,00	4.302,60
MG	314150	Mendes Pimentel	3	152,10	2.889,90	1.312,80
MG	314160	Mercês	0	0,00	0,00	4.347,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314170	Mesquita	3	152,10	2.889,90	1.216,80
MG	314180	Minas Novas	2	101,40	1.926,60	10.877,00
MG	314190	Minduri	0	0,00	0,00	1.588,00
MG	314200	Mirabela	5	253,50	4.816,50	2.745,20
MG	314210	Miradouro	0	0,00	0,00	4.334,80
MG	314220	Miraí	5	253,50	4.816,50	2.989,20
MG	314225	Miravânia	2	101,40	1.926,60	977,00
MG	314230	Moeda	2	101,40	1.926,60	991,40
MG	314240	Moema	4	202,80	3.853,20	1.505,00
MG	314250	Monjolos	2	101,40	1.926,60	475,80
MG	314260	Monsenhor Paulo	4	202,80	3.853,20	1.742,20
MG	314270	Montalvânia	6	304,20	5.779,80	3.194,80
MG	314280	Monte Alegre de Minas	6	304,20	5.779,80	4.219,00
MG	314290	Monte Azul	6	304,20	5.779,80	4.443,60
MG	314300	Monte Belo	5	253,50	4.816,50	2.690,60
MG	314310	Monte Carmelo	22	1.115,40	21.192,60	9.649,60
MG	314315	Monte Formoso	0	0,00	0,00	1.974,40
MG	314320	Monte Santo de Minas	5	253,50	4.816,50	4.389,80
MG	314330	Montes Claros	212	10.748,40	204.219,60	90.456,08
MG	314340	Monte Sião	5	253,50	4.816,50	4.688,80
MG	314345	Montezuma	3	152,10	2.889,90	1.633,60
MG	314350	Morada Nova de Minas	4	202,80	3.853,20	1.772,00
MG	314360	Morro da Garça	2	101,40	1.926,60	533,80
MG	314370	Morro do Pilar	2	101,40	1.926,60	684,20
MG	314380	Munhoz	1	50,70	963,30	1.577,10
MG	314390	Muriaé	41	2.078,70	39.495,30	24.420,83
MG	314400	Mutum	8	405,60	7.706,40	5.505,60
MG	314410	Muzambinho	10	507,00	9.633,00	4.205,20
MG	314420	Nacip Raydan	2	101,40	1.926,60	654,80
MG	314430	Nanuque	21	1.064,70	20.229,30	8.375,20
MG	314435	Naque	0	0,00	0,00	2.772,00
MG	314437	Natalândia	2	101,40	1.926,60	676,40
MG	314440	Natércia	0	0,00	0,00	1.928,00
MG	314450	Nazareno	0	0,00	0,00	3.433,20
MG	314460	Nepomuceno	10	507,00	9.633,00	5.410,60
MG	314465	Ninheira	3	152,10	2.889,90	2.075,00
MG	314467	Nova Belém	2	101,40	1.926,60	732,40
MG	314470	Nova Era	8	405,60	7.706,40	3.600,40
MG	314480	Nova Lima	49	2.484,30	47.201,70	21.508,20
MG	314490	Nova Módica	2	101,40	1.926,60	766,00
MG	314500	Nova Ponte	4	202,80	3.853,20	2.986,80
MG	314505	Nova Porteirinha	3	152,10	2.889,90	1.529,60
MG	314510	Nova Resende	6	304,20	5.779,80	3.329,00
MG	314520	Nova Serrana	2	101,40	1.926,60	35.945,80
MG	314530	Novo Cruzeiro	5	253,50	4.816,50	7.937,10
MG	314535	Novo Oriente de Minas	4	202,80	3.853,20	2.173,80
MG	314537	Novorizonte	1	50,70	963,30	1.159,90
MG	314540	Olaria	0	0,00	0,00	782,80
MG	314545	Olhos-d'Água	3	152,10	2.889,90	1.188,60
MG	314550	Olímpio Noronha	1	50,70	963,30	552,60
MG	314560	Oliveira	19	963,30	18.302,70	8.381,40
MG	314570	Oliveira Fortes	0	0,00	0,00	872,80
MG	314580	Onça de Pitangui	2	101,40	1.926,60	638,40
MG	314585	Oratórios	2	101,40	1.926,60	942,00
MG	314587	Orizânia	3	152,10	2.889,90	1.589,80
MG	314590	Ouro Branco	16	811,20	15.412,80	7.787,00
MG	314600	Ouro Fino	0	0,00	0,00	13.486,40
MG	314610	Ouro Preto	28	1.419,60	26.972,40	14.931,80
MG	314620	Ouro Verde de Minas	3	152,10	2.889,90	1.229,60
MG	314625	Padre Carvalho	3	152,10	2.889,90	1.267,60
MG	314630	Padre Paraíso	4	202,80	3.853,20	4.217,60
MG	314640	Paineiras	3	152,10	2.889,90	941,60
MG	314650	Pains	4	202,80	3.853,20	1.678,20
MG	314655	Pai Pedro	3	152,10	2.889,90	1.236,80
MG	314660	Paiva	0	0,00	0,00	636,00
MG	314670	Palma	3	152,10	2.889,90	1.350,60
MG	314675	Palmópolis	3	152,10	2.889,90	1.345,92
MG	314690	Papagaios	1	50,70	963,30	5.243,10
MG	314700	Paracatu	0	0,00	0,00	36.954,40
MG	314710	Pará de Minas	6	304,20	5.779,80	31.315,80
MG	314720	Paraguaçu	10	507,00	9.633,00	4.316,60
MG	314730	Paraisópolis	2	101,40	1.926,60	6.466,60
MG	314740	Paraopeba	0	0,00	0,00	9.770,80
MG	314750	Passabém	0	0,00	0,00	710,40
MG	314760	Passa Quatro	1	50,70	963,30	5.624,70
MG	314770	Passa Tempo	4	202,80	3.853,20	1.675,40
MG	314780	Passa-Vinte	0	0,00	0,00	848,40
MG	314790	Passos	54	2.737,80	52.018,20	25.753,05
MG	314795	Patis	2	101,40	1.926,60	1.195,20
MG	314800	Patos de Minas	14	709,80	13.486,20	54.415,65
MG	314810	Patrocínio	28	1.419,60	26.972,40	17.996,60
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	0	0,00	0,00	2.272,00
MG	314830	Paula Cândido	0	0,00	0,00	3.879,20
MG	314840	Paulistas	2	101,40	1.926,60	1.004,00
MG	314850	Pavão	3	152,10	2.889,90	1.754,20
MG	314860	Peçanha	5	253,50	4.816,50	3.574,20
MG	314870	Pedra Azul	10	507,00	9.633,00	4.949,60
MG	314875	Pedra Bonita	2	101,40	1.926,60	1.423,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314880	Pedra do Anta	1	50,70	963,30	682,80
MG	314890	Pedra do Indaiá	2	101,40	1.926,60	806,80
MG	314900	Pedra Dourada	0	0,00	0,00	980,80
MG	314910	Pedralva	2	101,40	1.926,60	2.746,60
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	3	152,10	2.889,90	2.279,20
MG	314920	Pedrinópolis	2	101,40	1.926,60	734,40
MG	314930	Pedro Leopoldo	0	0,00	0,00	34.312,38
MG	314940	Pedro Teixeira	0	0,00	0,00	737,20
MG	314950	Pequeri	1	50,70	963,30	669,40
MG	314960	Pequi	1	50,70	963,30	879,00
MG	314970	Perdigão	4	202,80	3.853,20	2.169,20
MG	314980	Perdizes	5	253,50	4.816,50	3.185,00
MG	314990	Perdões	10	507,00	9.633,00	4.288,80
MG	314995	Periquito	1	50,70	963,30	1.896,70
MG	315000	Pescador	2	101,40	1.926,60	862,20
MG	315010	Piau	2	101,40	1.926,60	577,40
MG	315015	Piedade de Caratinga	3	152,10	2.889,90	1.649,40
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	0	0,00	0,00	1.685,20
MG	315030	Piedade do Rio Grande	1	50,70	963,30	953,20
MG	315040	Piedade dos Gerais	1	50,70	963,30	1.029,10
MG	315050	Pimenta	2	101,40	1.926,60	1.744,00
MG	315053	Pingo-d'Água	3	152,10	2.889,90	974,60
MG	315057	Pintópolis	3	152,10	2.889,90	1.517,00
MG	315060	Piracema	0	0,00	0,00	2.630,00
MG	315070	Pirajuba	3	152,10	2.889,90	1.158,00
MG	315080	Piranga	4	202,80	3.853,20	3.583,60
MG	315090	Piranguçu	1	50,70	963,30	1.242,30
MG	315100	Piranguinho	1	50,70	963,30	2.475,50
MG	315110	Pirapetinga	0	0,00	0,00	4.350,40
MG	315120	Pirapora	0	0,00	0,00	22.682,40
MG	315130	Piraúba	5	253,50	4.816,50	2.224,60
MG	315140	Pitangui	12	608,40	11.559,60	5.541,20
MG	315150	Piumhi	17	861,90	16.376,10	6.905,00
MG	315160	Planura	6	304,20	5.779,80	2.359,20
MG	315170	Poço Fundo	6	304,20	5.779,80	3.380,60
MG	315180	Poços de Caldas	79	4.005,30	76.100,70	37.369,13
MG	315190	Pocrane	4	202,80	3.853,20	1.810,00
MG	315200	Pompéu	1	50,70	963,30	11.681,50
MG	315210	Ponte Nova	29	1.470,30	27.935,70	12.072,20
MG	315213	Ponto Chique	2	101,40	1.926,60	851,80
MG	315217	Ponto dos Volantes	4	202,80	3.853,20	2.427,60
MG	315220	Porteirinha	12	608,40	11.559,60	7.748,20
MG	315230	Porto Firme	4	202,80	3.853,20	2.249,00
MG	315240	Poté	5	253,50	4.816,50	3.328,20
MG	315250	Pouso Alegre	26	1.318,20	25.045,80	41.165,85
MG	315260	Pouso Alto	3	152,10	2.889,90	1.258,20
MG	315270	Prados	3	152,10	2.889,90	1.804,20
MG	315280	Prata	12	608,40	11.559,60	5.559,20
MG	315290	Pratápolis	4	202,80	3.853,20	1.795,00
MG	315300	Pratinha	2	101,40	1.926,60	713,80
MG	315310	Presidente Bernardes	1	50,70	963,30	1.288,70
MG	315320	Presidente Juscelino	2	101,40	1.926,60	785,60
MG	315330	Presidente Kubitschek	0	0,00	0,00	1.224,40
MG	315340	Presidente Olegário	8	405,60	7.706,40	3.919,80
MG	315350	Alto Jequitibá	3	152,10	2.889,90	1.707,00
MG	315360	Prudente de Morais	6	304,20	5.779,80	2.115,40
MG	315370	Quartel Geral	1	50,70	963,30	711,40
MG	315380	Queluzito	0	0,00	0,00	783,20
MG	315390	Raposos	0	0,00	0,00	7.648,66
MG	315400	Raul Soares	8	405,60	7.706,40	4.884,60
MG	315410	Recreio	5	253,50	4.816,50	2.139,40
MG	315415	Reduto	0	0,00	0,00	2.846,80
MG	315420	Resende Costa	5	253,50	4.816,50	2.313,80
MG	315430	Resplendor	7	354,90	6.743,10	3.543,00
MG	315440	Ressaquinha	2	101,40	1.926,60	986,12
MG	315445	Riachinho	3	152,10	2.889,90	1.658,00
MG	315450	Riacho dos Machados	3	152,10	2.889,90	1.934,40
MG	315460	Ribeirão das Neves	185	9.379,50	178.210,50	93.728,24
MG	315470	Ribeirão Vermelho	0	0,00	0,00	1.623,20
MG	315480	Rio Acima	5	253,50	4.816,50	2.362,03
MG	315490	Rio Casca	0	0,00	0,00	5.750,40
MG	315500	Rio Doce	2	101,40	1.926,60	524,60
MG	315510	Rio do Prado	1	50,70	963,30	1.169,90
MG	315520	Rio Espera	3	152,10	2.889,90	1.209,00
MG	315530	Rio Manso	3	152,10	2.889,90	1.347,27
MG	315540	Rio Novo	4	202,80	3.853,20	1.816,80
MG	315550	Rio Paranaíba	5	253,50	4.816,50	2.492,40
MG	315560	Rio Pardo de Minas	7	354,90	6.743,10	6.203,20
MG	315570	Rio Piracicaba	0	0,00	0,00	5.849,60
MG	315580	Rio Pomba	7	354,90	6.743,10	3.612,20
MG	315590	Rio Preto	3	152,10	2.889,90	1.108,80
MG	315600	Rio Vermelho	4	202,80	3.853,20	2.751,00
MG	315610	Ritápolis	0	0,00	0,00	1.982,00
MG	315620	Rochedo de Minas	1	50,70	963,30	458,60
MG	315630	Rodeiro	0	0,00	0,00	3.142,80
MG	315640	Romaria	1	50,70	963,30	734,20
MG	315645	Rosário da Limeira	1	50,70	963,30	916,00
MG	315650	Rubelita	3	152,10	2.889,90	1.485,60
MG	315660	Rubim	5	253,50	4.816,50	2.075,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315670	Sabará	21	1.064,70	20.229,30	48.887,76
MG	315680	Sabinópolis	5	253,50	4.816,50	3.208,40
MG	315690	Sacramento	12	608,40	11.559,60	5.199,60
MG	315700	Salinas	15	760,50	14.449,50	8.335,60
MG	315710	Salto da Divisa	1	50,70	963,30	1.887,50
MG	315720	Santa Bárbara	8	405,60	7.706,40	7.161,00
MG	315725	Santa Bárbara do Leste	0	0,00	0,00	3.272,00
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	0	0,00	0,00	1.238,40
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	0	0,00	0,00	1.858,40
MG	315733	Santa Cruz de Minas	4	202,80	3.853,20	1.709,40
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	1	50,70	963,30	886,80
MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	2	101,40	1.926,60	1.010,00
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	2	101,40	1.926,60	932,20
MG	315760	Santa Fé de Minas	2	101,40	1.926,60	806,80
MG	315765	Santa Helena de Minas	2	101,40	1.926,60	1.282,00
MG	315770	Santa Juliana	1	50,70	963,30	4.388,70
MG	315780	Santa Luzia	0	0,00	0,00	113.096,78
MG	315790	Santa Margarida	2	101,40	1.926,60	4.542,60
MG	315800	Santa Maria de Itabira	4	202,80	3.853,20	2.201,40
MG	315810	Santa Maria do Salto	0	0,00	0,00	2.162,40
MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	6	304,20	5.779,80	2.979,20
MG	315830	Santana da Vargem	2	101,40	1.926,60	1.475,80
MG	315840	Santana de Cataguases	2	101,40	1.926,60	775,20
MG	315850	Santana de Pirapama	3	152,10	2.889,90	1.621,20
MG	315860	Santana do Deserto	2	101,40	1.926,60	806,40
MG	315870	Santana do Garambéu	1	50,70	963,30	487,20
MG	315880	Santana do Jacaré	0	0,00	0,00	1.944,40
MG	315890	Santana do Manhuaçu	1	50,70	963,30	2.577,90
MG	315895	Santana do Paraíso	12	608,40	11.559,60	6.565,60
MG	315900	Santana do Riacho	1	50,70	963,30	860,20
MG	315910	Santana dos Montes	2	101,40	1.926,60	781,60
MG	315920	Santa Rita de Caldas	4	202,80	3.853,20	1.847,80
MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	1	50,70	963,30	1.072,70
MG	315935	Santa Rita de Minas	3	152,10	2.889,90	1.429,80
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	0	0,00	0,00	1.451,20
MG	315950	Santa Rita do Itueto	3	152,10	2.889,90	1.156,40
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	3	152,10	2.889,90	14.039,70
MG	315970	Santa Rosa da Serra	0	0,00	0,00	1.354,40
MG	315980	Santa Vitória	6	304,20	5.779,80	3.929,20
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	8	405,60	7.706,40	3.710,60
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	2	101,40	1.926,60	733,60
MG	316010	Santo Antônio do Grama	2	101,40	1.926,60	827,60
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	1	50,70	963,30	830,20
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	1	50,70	963,30	3.853,50
MG	316040	Santo Antônio do Monte	12	608,40	11.559,60	5.623,00
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	3	152,10	2.889,90	1.467,80
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	0	0,00	0,00	728,00
MG	316060	Santo Hipólito	0	0,00	0,00	1.310,40
MG	316070	Santos Dumont	20	1.014,00	19.266,00	9.512,20
MG	316080	São Bento Abade	3	152,10	2.889,90	1.031,80
MG	316090	São Brás do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	749,40
MG	316095	São Domingos das Dores	3	152,10	2.889,90	1.139,40
MG	316100	São Domingos do Prata	5	253,50	4.816,50	3.562,20
MG	316105	São Félix de Minas	2	101,40	1.926,60	693,40
MG	316110	São Francisco	20	1.014,00	19.266,00	11.834,38
MG	316120	São Francisco de Paula	1	50,70	963,30	1.705,90
MG	316130	São Francisco de Sales	1	50,70	963,30	1.526,30
MG	316140	São Francisco do Glória	3	152,10	2.889,90	1.042,20
MG	316150	São Geraldo	4	202,80	3.853,20	2.381,00
MG	316160	São Geraldo da Piedade	2	101,40	1.926,60	874,40
MG	316165	São Geraldo do Baixio	2	101,40	1.926,60	784,00
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	0	0,00	0,00	2.759,20
MG	316180	São Gonçalo do Pará	4	202,80	3.853,20	2.397,00
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	2	101,40	1.926,60	2.382,60
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	0	0,00	0,00	10.206,80
MG	316210	São Gotardo	5	253,50	4.816,50	9.189,90
MG	316220	São João Batista do Glória	4	202,80	3.853,20	1.486,20
MG	316225	São João da Lagoa	2	101,40	1.926,60	988,40
MG	316230	São João da Mata	1	50,70	963,30	562,20
MG	316240	São João da Ponte	5	253,50	4.816,50	5.567,90
MG	316245	São João das Missões	4	202,80	3.853,20	2.572,40
MG	316250	São João del Rei	44	2.230,80	42.385,20	18.052,60
MG	316255	São João do Manhuaçu	1	50,70	963,30	3.583,50
MG	316257	São João do Manteninha	3	152,10	2.889,90	1.151,80
MG	316260	São João do Oriente	4	202,80	3.853,20	1.592,80
MG	316265	São João do Pacuí	2	101,40	1.926,60	879,20
MG	316270	São João do Paraíso	5	253,50	4.816,50	4.745,80
MG	316280	São João Evangelista	6	304,20	5.779,80	3.216,60
MG	316290	São João Nepomuceno	13	659,10	12.522,90	5.307,60
MG	316292	São Joaquim de Bicas	12	608,40	11.559,60	7.037,33
MG	316294	São José da Barra	3	152,10	2.889,90	1.474,80
MG	316295	São José da Lapa	8	405,60	7.706,40	5.345,67
MG	316300	São José da Safira	2	101,40	1.926,60	860,60
MG	316310	São José da Varginha	0	0,00	0,00	1.933,60
MG	316320	São José do Alegre	0	0,00	0,00	1.691,20
MG	316330	São José do Divino	0	0,00	0,00	1.578,40
MG	316340	São José do Goiabal	3	152,10	2.889,90	1.143,40
MG	316350	São José do Jacuri	3	152,10	2.889,90	1.338,80
MG	316360	São José do Mantimento	0	0,00	0,00	1.114,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316370	São Lourenço	21	1.064,70	20.229,30	9.091,40
MG	316380	São Miguel do Anta	3	152,10	2.889,90	1.409,00
MG	316390	São Pedro da União	2	101,40	1.926,60	1.010,80
MG	316400	São Pedro dos Ferros	3	152,10	2.889,90	1.679,40
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	1.123,20
MG	316420	São Romão	4	202,80	3.853,20	2.378,40
MG	316430	São Roque de Minas	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	1	50,70	963,30	1.211,90
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	2	101,40	1.926,60	601,20
MG	316447	São Sebastião do Anta	2	101,40	1.926,60	1.283,80
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	2	101,40	1.926,60	2.369,40
MG	316460	São Sebastião do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.317,80
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	28	1.419,60	26.972,40	14.106,60
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	0	0,00	0,00	648,80
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	1	50,70	963,30	449,80
MG	316500	São Tiago	5	253,50	4.816,50	2.214,60
MG	316510	São Tomás de Aquino	4	202,80	3.853,20	1.451,40
MG	316520	São Thomé das Letras	0	0,00	0,00	2.842,40
MG	316530	São Vicente de Minas	3	152,10	2.889,90	1.534,40
MG	316540	Sapucaí-Mirim	1	50,70	963,30	1.776,70
MG	316550	Sardoá	0	0,00	0,00	2.479,20
MG	316553	Sarzedo	17	861,90	16.376,10	7.241,97
MG	316555	Setubinha	4	202,80	3.853,20	2.412,00
MG	316556	Sem-Peixe	0	0,00	0,00	1.142,40
MG	316557	Senador Amaral	2	101,40	1.926,60	1.087,80
MG	316560	Senador Cortes	0	0,00	0,00	819,60
MG	316570	Senador Firmino	3	152,10	2.889,90	1.558,40
MG	316580	Senador José Bento	1	50,70	963,30	360,80
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	2	101,40	1.926,60	912,80
MG	316600	Senhora de Oliveira	1	50,70	963,30	1.393,50
MG	316610	Senhora do Porto	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	316620	Senhora dos Remédios	0	0,00	0,00	4.248,80
MG	316630	Sericita	0	0,00	0,00	2.973,60
MG	316640	Seritinga	0	0,00	0,00	749,60
MG	316650	Serra Azul de Minas	0	0,00	0,00	1.748,80
MG	316660	Serra da Saudade	1	50,70	963,30	165,00
MG	316670	Serra dos Aimorés	4	202,80	3.853,20	1.761,80
MG	316680	Serra do Salitre	5	253,50	4.816,50	2.298,20
MG	316690	Serrania	3	152,10	2.889,90	1.562,40
MG	316695	Serranópolis de Minas	2	101,40	1.926,60	953,80
MG	316700	Serranos	0	0,00	0,00	814,80
MG	316710	Serro	0	0,00	0,00	8.574,00
MG	316720	Sete Lagoas	0	0,00	0,00	106.302,60
MG	316730	Silveirânia	2	101,40	1.926,60	458,40
MG	316740	Silvianópolis	2	101,40	1.926,60	1.262,80
MG	316750	Simão Pereira	2	101,40	1.926,60	530,20
MG	316760	Simonésia	0	0,00	0,00	7.853,20
MG	316770	Sobrália	3	152,10	2.889,90	1.179,40
MG	316780	Soledade de Minas	1	50,70	963,30	1.489,10
MG	316790	Tabuleiro	0	0,00	0,00	1.634,00
MG	316800	Taiobeiras	13	659,10	12.522,90	6.764,80
MG	316805	Taparuba	2	101,40	1.926,60	642,00
MG	316810	Tapira	2	101,40	1.926,60	930,00
MG	316820	Tapiraí	2	101,40	1.926,60	384,60
MG	316830	Taquaraçu de Minas	1	50,70	963,30	950,83
MG	316840	Tarumirim	4	202,80	3.853,20	2.935,40
MG	316850	Teixeiras	0	0,00	0,00	4.734,40
MG	316860	Teófilo Otoni	68	3.447,60	65.504,40	31.935,15
MG	316870	Timóteo	39	1.977,30	37.568,70	19.083,11
MG	316880	Tiradentes	1	50,70	963,30	2.159,50
MG	316890	Tiros	1	50,70	963,30	1.818,70
MG	316900	Tocantins	7	354,90	6.743,10	3.353,20
MG	316905	Tocos do Moji	1	50,70	963,30	829,40
MG	316910	Toledo	1	50,70	963,30	1.529,50
MG	316920	Tombos	4	202,80	3.853,20	1.864,20
MG	316930	Três Corações	22	1.115,40	21.192,60	15.799,80
MG	316935	Três Marias	10	507,00	9.633,00	6.337,40
MG	316940	Três Pontas	0	0,00	0,00	22.838,80
MG	316950	Tumiritinga	4	202,80	3.853,20	1.347,80
MG	316960	Tupaciguara	14	709,80	13.486,20	5.107,60
MG	316970	Turmalina	7	354,90	6.743,10	3.952,40
MG	316980	Turvolândia	0	0,00	0,00	2.010,00
MG	316990	Ubá	42	2.129,40	40.458,60	25.492,50
MG	317000	Ubaí	4	202,80	3.853,20	2.506,20
MG	317005	Ubaporanga	0	0,00	0,00	5.048,80
MG	317010	Uberaba	164	8.314,80	157.981,20	73.861,20
MG	317020	Uberlândia	0	0,00	0,00	304.475,85
MG	317030	Umburatiba	2	101,40	1.926,60	549,20
MG	317040	Unaí	40	2.028,00	38.532,00	16.796,00
MG	317043	União de Minas	2	101,40	1.926,60	899,60
MG	317047	Uruana de Minas	0	0,00	0,00	1.335,20
MG	317050	Urucânia	1	50,70	963,30	3.272,30
MG	317052	Urucuia	4	202,80	3.853,20	3.219,00
MG	317057	Vargem Alegre	3	152,10	2.889,90	1.327,00
MG	317060	Vargem Bonita	1	50,70	963,30	443,20
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	2	101,40	1.926,60	1.006,40
MG	317070	Varginha	65	3.295,50	62.614,50	30.231,90
MG	317075	Varjão de Minas	3	152,10	2.889,90	1.389,40
MG	317080	Várzea da Palma	21	1.064,70	20.229,30	7.825,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	317090	Varzelândia	5	253,50	4.816,50	3.944,60
MG	317100	Vazante	0	0,00	0,00	8.313,60
MG	317103	Verdelândia	3	152,10	2.889,90	1.844,00
MG	317107	Veredinha	3	152,10	2.889,90	1.159,60
MG	317110	Veríssimo	2	101,40	1.926,60	782,20
MG	317115	Vermelho Novo	2	101,40	1.926,60	981,00
MG	317120	Vespasiano	63	3.194,10	60.687,90	29.061,69
MG	317130	Viçosa	0	0,00	0,00	31.352,40
MG	317140	Vieiras	2	101,40	1.926,60	758,00
MG	317150	Mathias Lobato	2	101,40	1.926,60	681,20
MG	317160	Virgem da Lapa	0	0,00	0,00	5.617,20
MG	317170	Virgínia	0	0,00	0,00	3.548,00
MG	317180	Virginópolis	3	152,10	2.889,90	2.166,00
MG	317190	Virgolândia	3	152,10	2.889,90	1.144,00
MG	317200	Visconde do Rio Branco	17	861,90	16.376,10	8.386,40
MG	317210	Volta Grande	3	152,10	2.889,90	1.063,00
MG	317220	Wenceslau Braz	0	0,00	0,00	1.047,60
Total			7.129	361.440,30	6.867.365,70	8.028.582,98

ANEXO XII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MS	500000	SES/MS	0	0,00	0,00	239.871,78
MS	500020	Água Clara	5	253,50	4.816,50	4.709,72
MS	500025	Alcinópolis	3	152,10	2.889,90	864,67
MS	500060	Amambai	13	659,10	12.522,90	7.028,00
MS	500070	Anastácio	10	507,00	9.633,00	5.147,49
MS	500080	Anaurilândia	3	152,10	2.889,90	3.822,98
MS	500085	Angélica	5	253,50	4.816,50	1.743,00
MS	500090	Antônio João	1	50,70	963,30	1.972,70
MS	500100	Aparecida do Taboado	0	0,00	0,00	10.215,83
MS	500110	Aquidauana	24	1.216,80	23.119,20	11.010,42
MS	500124	Aral Moreira	1	50,70	963,30	2.960,36
MS	500150	Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	1.322,91
MS	500190	Bataguassu	9	456,30	8.669,70	4.654,65
MS	500200	Batayporã	2	101,40	1.926,60	1.874,67
MS	500210	Bela Vista	9	456,30	8.669,70	4.055,17
MS	500215	Bodoquena	4	202,80	3.853,20	1.329,83
MS	500220	Bonito	11	557,70	10.596,30	6.628,19
MS	500230	Brasilândia	6	304,20	5.779,80	2.001,40
MS	500240	Caarapó	11	557,70	10.596,30	5.498,07
MS	500260	Camapuã	6	304,20	5.779,80	2.711,24
MS	500270	Campo Grande	382	19.367,40	367.980,60	262.947,19
MS	500280	Caracol	3	152,10	2.889,90	1.103,31
MS	500290	Cassilândia	11	557,70	10.596,30	6.529,07
MS	500295	Chapadão do Sul	8	405,60	7.706,40	3.990,00
MS	500310	Corguinho	1	50,70	963,30	1.525,46
MS	500315	Coronel Sapucaia	5	253,50	4.816,50	2.502,67
MS	500320	Corumbá	51	2.585,70	49.128,30	31.168,51
MS	500325	Costa Rica	7	354,90	6.743,10	3.359,83
MS	500330	Coxim	19	963,30	18.302,70	7.893,44
MS	500345	Deodápolis	6	304,20	5.779,80	2.128,83
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	4	202,80	3.853,20	1.855,33
MS	500350	Douradina	2	101,40	1.926,60	1.150,89
MS	500370	Dourados	115	5.830,50	110.779,50	40.859,98
MS	500375	Eldorado	4	202,80	3.853,20	2.037,33
MS	500380	Fátima do Sul	11	557,70	10.596,30	3.210,00
MS	500390	Figueirão	2	101,40	1.926,60	777,64
MS	500400	Glória de Dourados	5	253,50	4.816,50	1.670,83
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	6	304,20	5.779,80	1.744,31
MS	500430	Iguatemi	6	304,20	5.779,80	2.639,67
MS	500440	Inocência	4	202,80	3.853,20	1.457,76
MS	500450	Itaporã	8	405,60	7.706,40	3.923,17
MS	500460	Itaquiraí	2	101,40	1.926,60	7.608,36
MS	500470	Ivinhema	11	557,70	10.596,30	4.637,89
MS	500480	Japorã	1	50,70	963,30	1.982,03
MS	500490	Jaraguari	3	152,10	2.889,90	1.169,83
MS	500500	Jardim	15	760,50	14.449,50	5.172,58
MS	500510	Jateí	2	101,40	1.926,60	795,09
MS	500515	Juti	1	50,70	963,30	1.221,03
MS	500520	Ladário	10	507,00	9.633,00	3.765,00
MS	500525	Laguna Carapã	2	101,40	1.926,60	1.229,41
MS	500540	Maracaju	20	1.014,00	19.266,00	7.519,04
MS	500560	Miranda	10	507,00	9.633,00	4.795,38
MS	500568	Mundo Novo	1	50,70	963,30	5.071,03
MS	500570	Naviraí	27	1.368,90	26.009,10	8.864,67
MS	500580	Nioaque	4	202,80	3.853,20	2.509,15
MS	500600	Nova Alvorada do Sul	9	456,30	8.669,70	5.169,94
MS	500620	Nova Andradina	23	1.166,10	22.155,90	10.303,09
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	2	101,40	1.926,60	844,67
MS	500627	Paraíso das Águas	1	50,70	963,30	891,67
MS	500630	Paranaíba	18	912,60	17.339,40	9.164,51
MS	500635	Paranhos	2	101,40	1.926,60	2.690,73
MS	500640	Pedro Gomes	0	0,00	0,00	2.686,02
MS	500660	Ponta Porã	20	1.014,00	19.266,00	18.007,44
MS	500690	Porto Murtinho	0	0,00	0,00	5.626,33
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	1	50,70	963,30	6.997,03
MS	500720	Rio Brilhante	13	659,10	12.522,90	6.024,00
MS	500730	Rio Negro	3	152,10	2.889,90	831,50
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	10	507,00	9.633,00	6.382,84

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500750	Rochedo	0	0,00	0,00	1.786,68
MS	500755	Santa Rita do Pardo	3	152,10	2.889,90	1.593,19
MS	500769	São Gabriel do Oeste	4	202,80	3.853,20	5.931,96
MS	500770	Sete Quedas	6	304,20	5.779,80	1.812,67
MS	500780	Selvíria	4	202,80	3.853,20	1.097,84
MS	500790	Sidrolândia	17	861,90	16.376,10	9.095,83
MS	500793	Sonora	5	253,50	4.816,50	4.267,19
MS	500795	Tacuru	3	152,10	2.889,90	2.026,47
MS	500797	Taquarussu	2	101,40	1.926,60	815,78
MS	500800	Terenos	4	202,80	3.853,20	3.475,83
MS	500830	Três Lagoas	68	3.447,60	65.504,40	23.360,64
MS	500840	Vicentina	3	152,10	2.889,90	1.006,83
Total			1.117	56.631,90	1.076.006,10	892.129,47

ANEXO XIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MT	510000	SES/MT	0	0,00	0,00	515.128,30
MT	510010	Acorizal	0	0,00	0,00	2.339,21
MT	510020	Água Boa	10	507,00	9.633,00	5.237,90
MT	510025	Alta Floresta	20	1.014,00	19.266,00	14.681,94
MT	510030	Alto Araguaia	0	0,00	0,00	7.766,30
MT	510035	Alto Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.891,52
MT	510040	Alto Garças	1	50,70	963,30	3.967,38
MT	510050	Alto Paraguai	0	0,00	0,00	4.669,44
MT	510060	Alto Taquari	5	253,50	4.816,50	2.190,42
MT	510080	Apiacás	5	253,50	4.816,50	3.259,23
MT	510100	Araguaiana	1	50,70	963,30	921,74
MT	510120	Araguainha	0	0,00	0,00	1.725,80
MT	510125	Araputanga	4	202,80	3.853,20	3.468,20
MT	510130	Arenápolis	5	253,50	4.816,50	2.163,91
MT	510140	Aripuanã	8	405,60	7.706,40	7.076,65
MT	510160	Barão de Melgaço	2	101,40	1.926,60	1.701,32
MT	510170	Barra do Bugres	9	456,30	8.669,70	7.204,49
MT	510180	Barra do Garças	36	1.825,20	34.678,80	12.607,64
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	2	101,40	1.926,60	1.833,01
MT	510190	Brasnorte	6	304,20	5.779,80	5.466,86
MT	510250	Cáceres	39	1.977,30	37.568,70	19.512,19
MT	510260	Campinápolis	4	202,80	3.853,20	3.289,26
MT	510263	Campo Novo do Parecis	13	659,10	12.522,90	7.172,63
MT	510267	Campo Verde	12	608,40	11.559,60	8.537,00
MT	510268	Campos de Júlio	3	152,10	2.889,90	1.908,27
MT	510269	Canabrava do Norte	2	101,40	1.926,60	1.875,33
MT	510270	Canarana	8	405,60	7.706,40	6.576,01
MT	510279	Carlinda	4	202,80	3.853,20	3.223,55
MT	510285	Castanheira	3	152,10	2.889,90	2.473,07
MT	510300	Chapada dos Guimarães	7	354,90	6.743,10	4.072,35
MT	510305	Cláudia	4	202,80	3.853,20	3.671,32
MT	510310	Cocalinho	0	0,00	0,00	4.273,46
MT	510320	Colíder	16	811,20	15.412,80	9.448,23
MT	510325	Colniza	12	608,40	11.559,60	11.403,34
MT	510330	Comodoro	7	354,90	6.743,10	6.812,46
MT	510335	Confresa	10	507,00	9.633,00	10.184,60
MT	510336	Conquista D'Oeste	1	50,70	963,30	1.087,41
MT	510337	Cotriguaçu	0	0,00	0,00	10.934,29
MT	510340	Cuiabá	271	13.739,70	261.054,30	197.989,51
MT	510343	Curvelândia	3	152,10	2.889,90	1.079,39
MT	510345	Denise	4	202,80	3.853,20	1.948,63
MT	510350	Diamantino	9	456,30	8.669,70	4.552,29
MT	510360	Dom Aquino	4	202,80	3.853,20	1.738,91
MT	510370	Feliz Natal	5	253,50	4.816,50	3.934,86
MT	510380	Figueirópolis D'Oeste	1	50,70	963,30	937,25
MT	510385	Gaúcha do Norte	0	0,00	0,00	5.143,36
MT	510390	General Carneiro	1	50,70	963,30	1.316,90
MT	510395	Glória D'Oeste	2	101,40	1.926,60	920,01
MT	510410	Guarantã do Norte	11	557,70	10.596,30	10.349,50
MT	510420	Guiratinga	4	202,80	3.853,20	3.124,44
MT	510450	Indiavaí	1	50,70	963,30	986,81
MT	510452	Ipiranga do Norte	3	152,10	2.889,90	1.533,04
MT	510454	Itanhangá	2	101,40	1.926,60	1.367,36
MT	510455	Itaúba	3	152,10	2.889,90	1.878,43
MT	510460	Itiquira	4	202,80	3.853,20	2.734,07
MT	510480	Jaciara	16	811,20	15.412,80	5.693,68
MT	510490	Jangada	3	152,10	2.889,90	1.709,41
MT	510500	Jauru	4	202,80	3.853,20	2.151,08
MT	510510	Juara	15	760,50	14.449,50	11.138,31
MT	510515	Juína	15	760,50	14.449,50	12.566,55
MT	510517	Juruena	4	202,80	3.853,20	4.871,88
MT	510520	Juscimeira	1	50,70	963,30	3.883,16
MT	510523	Lambari D'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.258,54
MT	510525	Lucas do Rio Verde	23	1.166,10	22.155,90	17.995,17
MT	510530	Luciara	2	101,40	1.926,60	894,38
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	4	202,80	3.853,20	3.320,90
MT	510558	Marcelândia	5	253,50	4.816,50	5.843,24
MT	510560	Matupá	6	304,20	5.779,80	4.642,50
MT	510562	Mirassol d'Oeste	13	659,10	12.522,90	5.722,54
MT	510590	Nobres	7	354,90	6.743,10	3.207,60
MT	510600	Nortelândia	3	152,10	2.889,90	1.349,83
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	0	0,00	0,00	5.733,57
MT	510615	Nova Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	5.214,63
MT	510617	Nova Nazaré	2	101,40	1.926,60	1.057,86
MT	510618	Nova Lacerda	3	152,10	2.889,90	1.354,96
MT	510619	Nova Santa Helena	2	101,40	1.926,60	955,48
MT	510620	Nova Brasilândia	3	152,10	2.889,90	956,48
MT	510621	Nova Canaã do Norte	4	202,80	3.853,20	3.685,72
MT	510622	Nova Mutum	16	811,20	15.412,80	9.108,65
MT	510623	Nova Olímpia	4	202,80	3.853,20	4.469,37
MT	510624	Nova Ubiratã	2	101,40	1.926,60	4.991,02
MT	510625	Nova Xavantina	10	507,00	9.633,00	4.412,27

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510626	Novo Mundo	3	152,10	2.889,90	2.553,81
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	1	50,70	963,30	1.304,41
MT	510628	Novo São Joaquim	0	0,00	0,00	2.804,96
MT	510629	Paranaíta	4	202,80	3.853,20	3.286,56
MT	510630	Paranatinga	10	507,00	9.633,00	6.820,38
MT	510631	Novo Santo Antônio	0	0,00	0,00	2.095,17
MT	510637	Pedra Preta	4	202,80	3.853,20	3.626,83
MT	510642	Peixoto de Azevedo	13	659,10	12.522,90	9.837,88
MT	510645	Planalto da Serra	1	50,70	963,30	908,88
MT	510650	Poconé	16	811,20	15.412,80	6.892,58
MT	510665	Pontal do Araguaia	4	202,80	3.853,20	1.365,43
MT	510670	Ponte Branca	2	101,40	1.926,60	881,41
MT	510675	Pontes e Lacerda	24	1.216,80	23.119,20	10.245,63
MT	510677	Porto Alegre do Norte	4	202,80	3.853,20	3.508,93
MT	510680	Porto dos Gaúchos	3	152,10	2.889,90	2.070,31
MT	510682	Porto Esperidião	4	202,80	3.853,20	2.480,52
MT	510685	Porto Estrela	2	101,40	1.926,60	930,88
MT	510700	Poxoréo	8	405,60	7.706,40	3.683,91
MT	510704	Primavera do Leste	34	1.723,80	32.752,20	12.675,83
MT	510706	Querência	0	0,00	0,00	9.773,19
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	10	507,00	9.633,00	4.039,22
MT	510715	Reserva do Cabaçal	1	50,70	963,30	923,67
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	4	202,80	3.853,20	2.944,01
MT	510719	Ribeirãozinho	1	50,70	963,30	930,64
MT	510720	Rio Branco	3	152,10	2.889,90	1.083,24
MT	510724	Santa Carmem	1	50,70	963,30	1.981,66
MT	510726	Santo Afonso	2	101,40	1.926,60	929,65
MT	510729	São José do Povo	2	101,40	1.926,60	995,88
MT	510730	São José do Rio Claro	6	304,20	5.779,80	4.217,51
MT	510735	São José do Xingu	3	152,10	2.889,90	2.506,54
MT	510740	São Pedro da Cipa	1	50,70	963,30	1.067,55
MT	510757	Rondolândia	1	50,70	963,30	2.542,35
MT	510760	Rondonópolis	33	1.673,10	31.788,90	63.265,85
MT	510770	Rosário Oeste	6	304,20	5.779,80	3.746,76
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	1	50,70	963,30	1.158,73
MT	510775	Salto do Céu	2	101,40	1.926,60	938,90
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	1	50,70	963,30	1.229,64
MT	510777	Santa Terezinha	3	152,10	2.889,90	2.431,13
MT	510779	Santo Antônio do Leste	2	101,40	1.926,60	1.142,32
MT	510780	Santo Antônio do Leverger	4	202,80	3.853,20	4.498,12
MT	510785	São Félix do Araguaia	4	202,80	3.853,20	3.584,46
MT	510787	Sapezal	9	456,30	8.669,70	7.110,01
MT	510788	Serra Nova Dourada	2	101,40	1.926,60	968,97
MT	510790	Sinop	40	2.028,00	38.532,00	50.791,44
MT	510792	Sorriso	43	2.180,10	41.421,90	24.930,54
MT	510794	Tabaporã	3	152,10	2.889,90	5.983,99
MT	510795	Tangará da Serra	48	2.433,60	46.238,40	21.127,74
MT	510800	Tapurah	4	202,80	3.853,20	3.793,27
MT	510805	Terra Nova do Norte	4	202,80	3.853,20	3.897,44
MT	510810	Tesouro	2	101,40	1.926,60	991,25
MT	510820	Torixoréu	2	101,40	1.926,60	943,93
MT	510830	União do Sul	2	101,40	1.926,60	1.655,55
MT	510835	Vale de São Domingos	2	101,40	1.926,60	918,94
MT	510840	Várzea Grande	36	1.825,20	34.678,80	82.479,83
MT	510850	Vera	4	202,80	3.853,20	3.688,72
MT	510860	Vila Rica	4	202,80	3.853,20	10.676,91
MT	510880	Nova Guarita	2	101,40	1.926,60	1.650,41
MT	510885	Nova Marilândia	2	101,40	1.926,60	963,75
MT	510890	Nova Maringá	3	152,10	2.889,90	2.459,04
MT	510895	Nova Monte Verde	3	152,10	2.889,90	2.906,15
Total			1.207	61.194,90	1.162.703,10	1.513.322,78

ANEXO XIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PA	150000	SES/PA	0	0,00	0,00	702.427,35
PA	150010	Abaetetuba	45	2.281,50	43.348,50	78.358,52
PA	150013	Abel Figueiredo	3	152,10	2.889,90	2.868,90
PA	150020	Acará	7	354,90	6.743,10	36.182,07
PA	150030	Afuá	5	253,50	4.816,50	25.450,76
PA	150034	Água Azul do Norte	3	152,10	2.889,90	18.282,26
PA	150040	Alenquer	23	1.166,10	22.155,90	21.918,85
PA	150050	Almeirim	10	507,00	9.633,00	26.904,37
PA	150060	Altamira	3	152,10	2.889,90	85.533,77
PA	150070	Anajás	16	811,20	15.412,80	11.293,88
PA	150080	Ananindeua	226	11.458,20	217.705,80	204.745,61
PA	150085	Anapu	28	1.419,60	26.972,40	10.750,34
PA	150090	Augusto Corrêa	4	202,80	3.853,20	31.643,22
PA	150095	Aurora do Pará	2	101,40	1.926,60	22.252,13
PA	150100	Aveiro	4	202,80	3.853,20	8.810,26
PA	150110	Bagre	0	0,00	0,00	23.652,64
PA	150120	Baião	13	659,10	12.522,90	24.065,38
PA	150125	Bannach	2	101,40	1.926,60	1.340,62
PA	150130	Barcarena	23	1.166,10	22.155,90	74.008,36
PA	150140	Belém	744	37.720,80	716.695,20	576.190,11
PA	150145	Belterra	4	202,80	3.853,20	9.833,88
PA	150150	Benevides	12	608,40	11.559,60	36.835,96
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	4	202,80	3.853,20	9.253,03
PA	150160	Bonito	4	202,80	3.853,20	8.711,07
PA	150170	Bragança	34	1.723,80	32.752,20	65.787,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150172	Brasil Novo	4	202,80	3.853,20	10.398,06
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	1	50,70	963,30	4.825,28
PA	150178	Breu Branco	23	1.166,10	22.155,90	28.782,03
PA	150180	Breves	2	101,40	1.926,60	77.340,87
PA	150190	Bujaru	0	0,00	0,00	22.480,64
PA	150195	Cachoeira do Piriá	4	202,80	3.853,20	15.784,32
PA	150200	Cachoeira do Arari	3	152,10	2.889,90	21.523,19
PA	150210	Cametá	54	2.737,80	52.018,20	54.390,14
PA	150215	Canaã dos Carajás	13	659,10	12.522,90	16.064,52
PA	150220	Capanema	28	1.419,60	26.972,40	26.641,76
PA	150230	Capitão Poço	13	659,10	12.522,90	29.404,84
PA	150240	Castanhal	0	0,00	0,00	154.933,25
PA	150250	Chaves	0	0,00	0,00	18.302,86
PA	150260	Colares	4	202,80	3.853,20	5.477,56
PA	150270	Conceição do Araguaia	14	709,80	13.486,20	23.467,88
PA	150275	Concórdia do Pará	4	202,80	3.853,20	21.852,23
PA	150276	Cumaru do Norte	4	202,80	3.853,20	6.536,09
PA	150277	Curionópolis	6	304,20	5.779,80	8.588,89
PA	150280	Curralinho	22	1.115,40	21.192,60	13.287,16
PA	150285	Curuá	4	202,80	3.853,20	7.252,62
PA	150290	Curuçá	7	354,90	6.743,10	24.170,86
PA	150293	Dom Eliseu	21	1.064,70	20.229,30	25.850,03
PA	150295	Eldorado dos Carajás	9	456,30	8.669,70	17.430,10
PA	150300	Faro	3	152,10	2.889,90	8.911,26
PA	150304	Floresta do Araguaia	0	0,00	0,00	15.668,44
PA	150307	Garrafão do Norte	5	253,50	4.816,50	15.309,03
PA	150309	Goianésia do Pará	9	456,30	8.669,70	22.556,11
PA	150310	Gurupá	5	253,50	4.816,50	20.938,92
PA	150320	Igarapé-Açu	9	456,30	8.669,70	21.287,30
PA	150330	Igarapé-Miri	15	760,50	14.449,50	33.949,23
PA	150340	Inhangapi	3	152,10	2.889,90	6.146,47
PA	150345	Ipixuna do Pará	7	354,90	6.743,10	42.641,95
PA	150350	Irituia	5	253,50	4.816,50	20.316,02
PA	150360	Itaituba	63	3.194,10	60.687,90	39.089,00
PA	150370	Itupiranga	10	507,00	9.633,00	31.498,07
PA	150375	Jacareacanga	5	253,50	4.816,50	28.103,43
PA	150380	Jacundá	9	456,30	8.669,70	36.977,17
PA	150390	Juruti	6	304,20	5.779,80	38.914,08
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	5	253,50	4.816,50	17.511,00
PA	150405	Mãe do Rio	15	760,50	14.449,50	11.608,90
PA	150410	Magalhães Barata	3	152,10	2.889,90	3.708,84
PA	150420	Marabá	61	3.092,70	58.761,30	156.748,53
PA	150430	Maracanã	8	405,60	7.706,40	15.050,38
PA	150440	Marapanim	9	456,30	8.669,70	13.206,30
PA	150442	Marituba	65	3.295,50	62.614,50	50.727,66
PA	150445	Medicilândia	8	405,60	7.706,40	16.674,67
PA	150450	Melgaço	1	50,70	963,30	20.379,46
PA	150460	Mocajuba	11	557,70	10.596,30	13.428,49
PA	150470	Moju	14	709,80	13.486,20	49.854,93
PA	150475	Mojuí dos Campos	0	0,00	0,00	12.415,09
PA	150480	Monte Alegre	15	760,50	14.449,50	30.356,26
PA	150490	Muaná	2	101,40	1.926,60	29.203,19
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	5	253,50	4.816,50	11.679,57
PA	150497	Nova Ipixuna	1	50,70	963,30	11.908,06
PA	150500	Nova Timboteua	4	202,80	3.853,20	8.003,27
PA	150503	Novo Progresso	18	912,60	17.339,40	16.697,57
PA	150506	Novo Repartimento	17	861,90	16.376,10	42.185,78
PA	150510	Óbidos	12	608,40	11.559,60	28.692,27
PA	150520	Oeiras do Pará	24	1.216,80	23.119,20	12.544,84
PA	150530	Oriximiná	18	912,60	17.339,40	53.329,36
PA	150540	Ourém	4	202,80	3.853,20	9.918,78
PA	150543	Ourilândia do Norte	11	557,70	10.596,30	14.733,01
PA	150548	Pacajá	17	861,90	16.376,10	20.428,80
PA	150549	Palestina do Pará	2	101,40	1.926,60	3.996,87
PA	150550	Paragominas	51	2.585,70	49.128,30	43.652,81
PA	150553	Parauapebas	79	4.005,30	76.100,70	84.468,78
PA	150555	Pau D'Arco	0	0,00	0,00	4.657,05
PA	150560	Peixe-Boi	3	152,10	2.889,90	3.370,02
PA	150563	Piçarra	0	0,00	0,00	10.093,31
PA	150565	Placas	5	253,50	4.816,50	19.074,99
PA	150570	Ponta de Pedras	10	507,00	9.633,00	14.345,77
PA	150580	Portel	10	507,00	9.633,00	38.232,50
PA	150590	Porto de Moz	8	405,60	7.706,40	24.026,45
PA	150600	Prainha	3	152,10	2.889,90	20.392,97
PA	150610	Primavera	3	152,10	2.889,90	5.468,82
PA	150611	Quatipuru	4	202,80	3.853,20	6.650,35
PA	150613	Redenção	36	1.825,20	34.678,80	32.717,59
PA	150616	Rio Maria	8	405,60	7.706,40	7.051,83
PA	150618	Rondon do Pará	18	912,60	17.339,40	23.069,58
PA	150619	Rurópolis	5	253,50	4.816,50	34.138,79
PA	150620	Salinópolis	16	811,20	15.412,80	15.985,20
PA	150630	Salvaterra	6	304,20	5.779,80	12.546,87
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	2	101,40	1.926,60	14.333,80
PA	150640	Santa Cruz do Arari	4	202,80	3.853,20	3.958,80
PA	150650	Santa Izabel do Pará	30	1.521,00	28.899,00	27.310,68
PA	150655	Santa Luzia do Pará	0	0,00	0,00	15.437,54
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	3	152,10	2.889,90	13.653,77
PA	150660	Santa Maria do Pará	7	354,90	6.743,10	12.448,48
PA	150670	Santana do Araguaia	14	709,80	13.486,20	42.665,03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150680	Santarém	102	5.171,40	98.256,60	136.859,03
PA	150690	Santarém Novo	2	101,40	1.926,60	3.251,77
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	8	405,60	7.706,40	16.583,42
PA	150710	São Caetano de Odivelas	0	0,00	0,00	13.936,23
PA	150715	São Domingos do Araguaia	8	405,60	7.706,40	12.019,21
PA	150720	São Domingos do Capim	5	253,50	4.816,50	19.879,60
PA	150730	São Félix do Xingu	26	1.318,20	25.045,80	73.987,75
PA	150740	São Francisco do Pará	4	202,80	3.853,20	8.409,54
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	9	456,30	8.669,70	11.387,59
PA	150746	São João da Ponta	3	152,10	2.889,90	2.368,60
PA	150747	São João de Pirabas	6	304,20	5.779,80	12.006,50
PA	150750	São João do Araguaia	4	202,80	3.853,20	6.951,09
PA	150760	São Miguel do Guamá	20	1.014,00	19.266,00	26.252,33
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	16	811,20	15.412,80	10.277,41
PA	150775	Sapucaia	3	152,10	2.889,90	2.287,66
PA	150780	Senador José Porfírio	6	304,20	5.779,80	5.015,32
PA	150790	Soure	12	608,40	11.559,60	9.792,58
PA	150795	Tailândia	29	1.470,30	27.935,70	54.049,51
PA	150796	Terra Alta	4	202,80	3.853,20	5.191,90
PA	150797	Terra Santa	3	152,10	2.889,90	11.597,02
PA	150800	Tomé-Açu	18	912,60	17.339,40	31.626,69
PA	150803	Tracuateua	5	253,50	4.816,50	19.074,19
PA	150805	Trairão	2	101,40	1.926,60	12.728,55
PA	150808	Tucumã	15	760,50	14.449,50	16.106,59
PA	150810	Tucuruí	64	3.244,80	61.651,20	43.847,22
PA	150812	Ulianópolis	12	608,40	11.559,60	34.086,48
PA	150815	Uruará	13	659,10	12.522,90	22.971,14
PA	150820	Vigia	16	811,20	15.412,80	26.020,59
PA	150830	Viseu	0	0,00	0,00	47.399,72
PA	150835	Vitória do Xingu	0	0,00	0,00	11.679,52
PA	150840	Xinguara	17	861,90	16.376,10	18.164,95
Total			2.720	137.904,00	2.620.176,00	5.064.746,16

ANEXO XV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PB	250000	SES/PB	0	0,00	0,00	616.482,98
PB	250010	Água Branca	4	202,80	3.853,20	1.923,38
PB	250020	Aguiar	3	152,10	2.889,90	1.047,38
PB	250030	Alagoa Grande	10	507,00	9.633,00	5.387,44
PB	250040	Alagoa Nova	5	253,50	4.816,50	3.879,19
PB	250050	Alagoinha	4	202,80	3.853,20	2.712,00
PB	250053	Alcantil	2	101,40	1.926,60	1.031,06
PB	250057	Algodão de Jandaíra	1	50,70	963,30	468,94
PB	250060	Alhandra	6	304,20	5.779,80	4.894,75
PB	250070	São João do Rio do Peixe	4	202,80	3.853,20	3.363,75
PB	250073	Amparo	2	101,40	1.926,60	446,81
PB	250077	Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.580,63
PB	250080	Araçagi	4	202,80	3.853,20	3.234,75
PB	250090	Arara	5	253,50	4.816,50	2.538,38
PB	250100	Araruna	5	253,50	4.816,50	3.828,38
PB	250110	Areia	7	354,90	6.743,10	4.401,00
PB	250115	Areia de Baraúnas	2	101,40	1.926,60	404,56
PB	250120	Areial	3	152,10	2.889,90	1.307,81
PB	250130	Aroeiras	5	253,50	4.816,50	3.611,06
PB	250135	Assunção	2	101,40	1.926,60	735,19
PB	250140	Baía da Traição	0	0,00	0,00	3.401,25
PB	250150	Bananeiras	5	253,50	4.816,50	4.127,25
PB	250153	Baraúna	2	101,40	1.926,60	923,44
PB	250157	Barra de Santana	3	152,10	2.889,90	1.557,19
PB	250160	Barra de Santa Rosa	5	253,50	4.816,50	2.891,44
PB	250170	Barra de São Miguel	1	50,70	963,30	1.278,82
PB	250180	Bayeux	49	2.484,30	47.201,70	25.614,72
PB	250190	Belém	6	304,20	5.779,80	3.315,94
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00	2.755,12
PB	250205	Bernardino Batista	2	101,40	1.926,60	644,63
PB	250210	Boa Ventura	2	101,40	1.926,60	1.054,69
PB	250215	Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.328,06
PB	250220	Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	481,31
PB	250230	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90	945,75
PB	250240	Bonito de Santa Fé	4	202,80	3.853,20	2.238,38
PB	250250	Boqueirão	6	304,20	5.779,80	3.345,38
PB	250260	Igaracy	3	152,10	2.889,90	1.164,38
PB	250270	Borborema	2	101,40	1.926,60	1.018,13
PB	250280	Brejo do Cruz	5	253,50	4.816,50	2.645,06
PB	250290	Brejo dos Santos	3	152,10	2.889,90	1.210,69
PB	250300	Caaporã	10	507,00	9.633,00	5.468,00
PB	250310	Cabaceiras	2	101,40	1.926,60	1.044,38
PB	250320	Cabedelo	25	1.267,50	24.082,50	17.008,25
PB	250330	Cachoeira dos Índios	4	202,80	3.853,20	1.924,69
PB	250340	Cacimba de Areia	2	101,40	1.926,60	702,94
PB	250350	Cacimba de Dentro	0	0,00	0,00	6.433,50
PB	250355	Cacimbas	3	152,10	2.889,90	1.346,81
PB	250360	Caiçara	3	152,10	2.889,90	1.369,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250370	Cajazeiras	31	1.571,70	29.862,30	11.660,06
PB	250375	Cajazeirinhas	0	0,00	0,00	1.198,87
PB	250380	Caldas Brandão	2	101,40	1.926,60	1.129,69
PB	250390	Camalaú	3	152,10	2.889,90	1.128,75
PB	250400	Campina Grande	202	10.241,40	194.586,60	76.937,25
PB	250403	Capim	2	101,40	1.926,60	1.228,50
PB	250407	Caraúbas	2	101,40	1.926,60	782,06
PB	250410	Carrapateira	2	101,40	1.926,60	500,06
PB	250415	Casserengue	3	152,10	2.889,90	1.401,75
PB	250420	Catingueira	2	101,40	1.926,60	925,13
PB	250430	Catolé do Rocha	14	709,80	13.486,20	5.725,13
PB	250435	Caturité	2	101,40	1.926,60	907,31
PB	250440	Conceição	6	304,20	5.779,80	3.552,00
PB	250450	Condado	3	152,10	2.889,90	1.266,19
PB	250460	Conde	9	456,30	8.669,70	6.192,25
PB	250470	Congo	2	101,40	1.926,60	897,94
PB	250480	Coremas	7	354,90	6.743,10	2.892,38
PB	250485	Coxixola	2	101,40	1.926,60	360,94
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	0	0,00	0,00	8.779,50
PB	250500	Cubati	0	0,00	0,00	2.727,75
PB	250510	Cuité	7	354,90	6.743,10	3.815,25
PB	250520	Cuitegi	2	101,40	1.926,60	1.292,81
PB	250523	Cuité de Mamanguape	0	0,00	0,00	2.384,25
PB	250527	Curral de Cima	3	152,10	2.889,90	986,06
PB	250530	Curral Velho	0	0,00	0,00	948,37
PB	250535	Damião	1	50,70	963,30	1.040,32
PB	250540	Desterro	3	152,10	2.889,90	1.557,38
PB	250550	Vista Serrana	2	101,40	1.926,60	714,00
PB	250560	Diamante	3	152,10	2.889,90	1.244,25
PB	250570	Dona Inês	4	202,80	3.853,20	1.975,31
PB	250580	Duas Estradas	2	101,40	1.926,60	683,44
PB	250590	Emas	2	101,40	1.926,60	661,50
PB	250600	Esperança	10	507,00	9.633,00	6.237,38
PB	250610	Fagundes	4	202,80	3.853,20	2.146,69
PB	250620	Frei Martinho	2	101,40	1.926,60	560,63
PB	250625	Gado Bravo	3	152,10	2.889,90	1.587,38
PB	250630	Guarabira	25	1.267,50	24.082,50	11.040,19
PB	250640	Gurinhém	4	202,80	3.853,20	2.650,13
PB	250650	Gurjão	2	101,40	1.926,60	644,25
PB	250660	Ibiara	3	152,10	2.889,90	1.130,06
PB	250670	Imaculada	4	202,80	3.853,20	2.218,69
PB	250680	Ingá	6	304,20	5.779,80	3.405,56
PB	250690	Itabaiana	11	557,70	10.596,30	4.624,31
PB	250700	Itaporanga	10	507,00	9.633,00	4.657,88
PB	250710	Itapororoca	2	101,40	1.926,60	5.091,52
PB	250720	Itatuba	0	0,00	0,00	4.078,50
PB	250730	Jacaraú	4	202,80	3.853,20	2.695,88
PB	250740	Jericó	3	152,10	2.889,90	1.451,63
PB	250750	João Pessoa	315	15.970,50	303.439,50	202.899,50
PB	250760	Juarez Távora	4	202,80	3.853,20	1.490,63
PB	250770	Juazeirinho	5	253,50	4.816,50	3.414,94
PB	250780	Junco do Seridó	3	152,10	2.889,90	1.343,44
PB	250790	Juripiranga	0	0,00	0,00	4.038,75
PB	250800	Juru	3	152,10	2.889,90	1.859,81
PB	250810	Lagoa	2	101,40	1.926,60	883,13
PB	250820	Lagoa de Dentro	3	152,10	2.889,90	1.438,13
PB	250830	Lagoa Seca	5	253,50	4.816,50	5.512,12
PB	250840	Lastro	2	101,40	1.926,60	526,69
PB	250850	Livramento	3	152,10	2.889,90	1.379,06
PB	250855	Logradouro	2	101,40	1.926,60	814,31
PB	250860	Lucena	5	253,50	4.816,50	3.280,25
PB	250870	Mãe d'Água	2	101,40	1.926,60	758,25
PB	250880	Malta	3	152,10	2.889,90	1.064,81
PB	250890	Mamanguape	18	912,60	17.339,40	11.251,25
PB	250900	Manaíra	0	0,00	0,00	4.170,00
PB	250905	Marcação	3	152,10	2.889,90	1.609,88
PB	250910	Mari	7	354,90	6.743,10	4.097,63
PB	250915	Marizópolis	4	202,80	3.853,20	1.240,13
PB	250920	Massaranduba	4	202,80	3.853,20	2.597,44
PB	250930	Mataraca	4	202,80	3.853,20	1.587,38
PB	250933	Matinhas	0	0,00	0,00	1.701,37
PB	250937	Mato Grosso	0	0,00	0,00	1.093,12
PB	250939	Maturéia	3	152,10	2.889,90	1.235,06
PB	250940	Mogeiro	4	202,80	3.853,20	2.502,94
PB	250950	Montadas	2	101,40	1.926,60	1.067,06
PB	250960	Monte Horebe	2	101,40	1.926,60	904,69
PB	250970	Monteiro	12	608,40	11.559,60	6.242,63
PB	250980	Mulungu	3	152,10	2.889,90	1.860,38
PB	250990	Natuba	4	202,80	3.853,20	1.961,25
PB	251000	Nazarezinho	3	152,10	2.889,90	1.376,63
PB	251010	Nova Floresta	4	202,80	3.853,20	1.998,94
PB	251020	Nova Olinda	3	152,10	2.889,90	1.135,88
PB	251030	Nova Palmeira	2	101,40	1.926,60	920,63
PB	251040	Olho d'Água	3	152,10	2.889,90	1.274,25
PB	251050	Olivedos	2	101,40	1.926,60	740,81
PB	251060	Ouro Velho	2	101,40	1.926,60	570,38
PB	251065	Parari	0	0,00	0,00	836,07
PB	251070	Passagem	2	101,40	1.926,60	454,50
PB	251080	Patos	60	3.042,00	57.798,00	20.210,63

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251090	Paulista	4	202,80	3.853,20	2.307,75
PB	251100	Pedra Branca	2	101,40	1.926,60	713,06
PB	251110	Pedra Lavrada	3	152,10	2.889,90	1.522,88
PB	251120	Pedras de Fogo	4	202,80	3.853,20	6.833,92
PB	251130	Piancó	4	202,80	3.853,20	3.017,06
PB	251140	Picuí	7	354,90	6.743,10	3.513,19
PB	251150	Pilar	2	101,40	1.926,60	2.550,15
PB	251160	Pilões	3	152,10	2.889,90	1.286,25
PB	251170	Pilõezinhos	3	152,10	2.889,90	967,31
PB	251180	Pirpirituba	4	202,80	3.853,20	1.984,69
PB	251190	Pitimbu	5	253,50	4.816,50	4.795,50
PB	251200	Pocinhos	5	253,50	4.816,50	3.491,63
PB	251203	Poço Dantas	2	101,40	1.926,60	710,25
PB	251207	Poço de José de Moura	2	101,40	1.926,60	809,63
PB	251210	Pombal	14	709,80	13.486,20	6.143,63
PB	251220	Prata	2	101,40	1.926,60	783,56
PB	251230	Princesa Isabel	9	456,30	8.669,70	4.404,19
PB	251240	Puxinanã	0	0,00	0,00	5.143,12
PB	251250	Queimadas	12	608,40	11.559,60	8.290,13
PB	251260	Quixabá	2	101,40	1.926,60	541,29
PB	251270	Remígio	6	304,20	5.779,80	3.671,06
PB	251272	Pedro Régis	3	152,10	2.889,90	1.143,56
PB	251274	Riachão	2	101,40	1.926,60	676,31
PB	251275	Riachão do Bacamarte	2	101,40	1.926,60	849,19
PB	251276	Riachão do Poço	2	101,40	1.926,60	847,31
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	2	101,40	1.926,60	513,62
PB	251280	Riacho dos Cavalos	3	152,10	2.889,90	1.614,19
PB	251290	Rio Tinto	5	253,50	4.816,50	7.260,50
PB	251300	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	746,25
PB	251310	Salgado de São Félix	4	202,80	3.853,20	2.277,19
PB	251315	Santa Cecília	3	152,10	2.889,90	1.239,38
PB	251320	Santa Cruz	3	152,10	2.889,90	1.234,69
PB	251330	Santa Helena	3	152,10	2.889,90	1.115,44
PB	251335	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	674,25
PB	251340	Santa Luzia	7	354,90	6.743,10	2.887,69
PB	251350	Santana de Mangueira	3	152,10	2.889,90	992,25
PB	251360	Santana dos Garrotes	3	152,10	2.889,90	1.351,69
PB	251365	Joca Claudino	0	0,00	0,00	1.008,75
PB	251370	Santa Rita	73	3.701,10	70.320,90	34.212,75
PB	251380	Santa Teresinha	2	101,40	1.926,60	864,75
PB	251385	Santo André	0	0,00	0,00	961,87
PB	251390	São Bento	15	760,50	14.449,50	6.415,31
PB	251392	São Bentinho	2	101,40	1.926,60	851,25
PB	251394	São Domingos do Cariri	2	101,40	1.926,60	487,69
PB	251396	São Domingos	2	101,40	1.926,60	585,00
PB	251398	São Francisco	2	101,40	1.926,60	635,44
PB	251400	São João do Cariri	2	101,40	1.926,60	816,00
PB	251410	São João do Tigre	1	50,70	963,30	832,88
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	3	152,10	2.889,90	1.439,81
PB	251430	São José de Caiana	3	152,10	2.889,90	1.177,31
PB	251440	São José de Espinharas	2	101,40	1.926,60	888,38
PB	251445	São José dos Ramos	1	50,70	963,30	1.275,07
PB	251450	São José de Piranhas	7	354,90	6.743,10	3.780,56
PB	251455	São José de Princesa	2	101,40	1.926,60	769,88
PB	251460	São José do Bonfim	0	0,00	0,00	1.337,25
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	2	101,40	1.926,60	445,29
PB	251470	São José do Sabugi	2	101,40	1.926,60	777,19
PB	251480	São José dos Cordeiros	1	50,70	963,30	702,94
PB	251490	São Mamede	4	202,80	3.853,20	1.461,38
PB	251500	São Miguel de Taipu	0	0,00	0,00	2.692,50
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	4	202,80	3.853,20	2.220,94
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	0	0,00	0,00	1.311,00
PB	251530	Sapé	20	1.014,00	19.266,00	9.880,69
PB	251540	São Vicente do Seridó	4	202,80	3.853,20	2.078,25
PB	251550	Serra Branca	5	253,50	4.816,50	2.570,06
PB	251560	Serra da Raiz	2	101,40	1.926,60	598,13
PB	251570	Serra Grande	2	101,40	1.926,60	581,25
PB	251580	Serra Redonda	2	101,40	1.926,60	1.329,19
PB	251590	Serraria	0	0,00	0,00	2.331,75
PB	251593	Sertãozinho	2	101,40	1.926,60	945,75
PB	251597	Sobrado	3	152,10	2.889,90	1.461,56
PB	251600	Solânea	10	507,00	9.633,00	5.048,44
PB	251610	Soledade	5	253,50	4.816,50	2.810,06
PB	251615	Sossêgo	2	101,40	1.926,60	668,81
PB	251620	Sousa	33	1.673,10	31.788,90	13.041,38
PB	251630	Sumé	7	354,90	6.743,10	3.179,44
PB	251640	Tacima	0	0,00	0,00	4.112,62
PB	251650	Taperoá	5	253,50	4.816,50	2.887,50
PB	251660	Tavares	4	202,80	3.853,20	2.748,94
PB	251670	Teixeira	5	253,50	4.816,50	2.848,31
PB	251675	Tenório	0	0,00	0,00	1.149,75
PB	251680	Triunfo	3	152,10	2.889,90	1.777,88
PB	251690	Uiraúna	6	304,20	5.779,80	2.884,13
PB	251700	Umbuzeiro	3	152,10	2.889,90	1.858,69
PB	251710	Várzea	2	101,40	1.926,60	528,75
PB	251720	Vieirópolis	3	152,10	2.889,90	1.004,63
PB	251740	Zabelê	2	101,40	1.926,60	420,94
Total			1.562	79.193,40	1.504.674,60	1.493.182,87

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO XVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PE	260000	SES/PE	0	0,00	0,00	1.320.760,99
PE	260005	Abreu e Lima	34	1.723,80	32.752,20	22.770,92
PE	260010	Afogados da Ingazeira	13	659,10	12.522,90	8.483,06
PE	260020	Afrânio	4	202,80	3.853,20	3.340,31
PE	260030	Agrestina	0	0,00	0,00	8.481,64
PE	260040	Água Preta	11	557,70	10.596,30	6.258,84
PE	260050	Águas Belas	13	659,10	12.522,90	7.414,55
PE	260060	Alagoinha	0	0,00	0,00	4.996,26
PE	260070	Aliança	6	304,20	5.779,80	7.390,42
PE	260080	Altinho	0	0,00	0,00	7.880,04
PE	260090	Amaraji	8	405,60	7.706,40	3.910,77
PE	260100	Angelim	0	0,00	0,00	3.801,32
PE	260105	Araçoiaba	5	253,50	4.816,50	4.644,75
PE	260110	Araripina	29	1.470,30	27.935,70	16.821,20
PE	260120	Arcoverde	0	0,00	0,00	33.785,89
PE	260130	Barra de Guabiraba	1	50,70	963,30	3.932,12
PE	260140	Barreiros	20	1.014,00	19.266,00	8.522,97
PE	260150	Belém de Maria	0	0,00	0,00	4.127,24
PE	260160	Belém de São Francisco	0	0,00	0,00	7.117,36
PE	260170	Belo Jardim	33	1.673,10	31.788,90	17.413,46
PE	260180	Betânia	1	50,70	963,30	3.385,93
PE	260190	Bezerros	35	1.774,50	33.715,50	13.875,81
PE	260200	Bodocó	8	405,60	7.706,40	9.625,93
PE	260210	Bom Conselho	16	811,20	15.412,80	9.682,98
PE	260220	Bom Jardim	9	456,30	8.669,70	6.715,55
PE	260230	Bonito	15	760,50	14.449,50	7.689,31
PE	260240	Brejão	3	152,10	2.889,90	1.549,78
PE	260250	Brejinho	3	152,10	2.889,90	1.284,60
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	23	1.166,10	22.155,90	11.489,96
PE	260270	Buenos Aires	4	202,80	3.853,20	2.251,71
PE	260280	Buíque	10	507,00	9.633,00	10.224,04
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	74	3.751,80	71.284,20	46.899,65
PE	260300	Cabrobó	8	405,60	7.706,40	5.826,05
PE	260310	Cachoeirinha	2	101,40	1.926,60	5.028,66
PE	260320	Caetés	1	50,70	963,30	10.484,20
PE	260330	Calçado	4	202,80	3.853,20	1.931,29
PE	260340	Calumbi	2	101,40	1.926,60	990,17
PE	260345	Camaragibe	66	3.346,20	63.577,80	35.832,73
PE	260350	Camocim de São Félix	0	0,00	0,00	6.395,64
PE	260360	Camutanga	4	202,80	3.853,20	1.461,50
PE	260370	Canhotinho	1	50,70	963,30	9.045,43
PE	260380	Capoeiras	4	202,80	3.853,20	3.442,36
PE	260390	Carnaíba	5	253,50	4.816,50	3.345,30
PE	260392	Carnaubeira da Penha	4	202,80	3.853,20	2.203,53
PE	260400	Carpina	28	1.419,60	26.972,40	14.228,71
PE	260410	Caruaru	162	8.213,40	156.054,60	81.612,67
PE	260415	Casinhas	0	0,00	0,00	4.912,63
PE	260420	Catende	0	0,00	0,00	14.573,04
PE	260430	Cedro	4	202,80	3.853,20	2.348,75
PE	260440	Chã de Alegria	5	253,50	4.816,50	2.305,23
PE	260450	Chã Grande	7	354,90	6.743,10	4.932,81
PE	260460	Condado	11	557,70	10.596,30	4.506,17
PE	260470	Correntes	5	253,50	4.816,50	3.114,36
PE	260480	Cortês	0	0,00	0,00	5.079,87
PE	260490	Cumaru	5	253,50	4.816,50	3.006,30
PE	260500	Cupira	0	0,00	0,00	8.252,08
PE	260510	Custódia	12	608,40	11.559,60	6.324,58
PE	260515	Dormentes	4	202,80	3.853,20	3.216,58
PE	260520	Escada	0	0,00	0,00	27.426,20
PE	260530	Exu	0	0,00	0,00	11.039,49
PE	260540	Feira Nova	0	0,00	0,00	7.557,21
PE	260550	Ferreiros	0	0,00	0,00	4.149,61
PE	260560	Flores	5	253,50	4.816,50	3.890,80
PE	260570	Floresta	9	456,30	8.669,70	6.523,67
PE	260580	Frei Miguelinho	0	0,00	0,00	5.275,38
PE	260590	Gameleira	9	456,30	8.669,70	6.167,39
PE	260600	Garanhuns	57	2.889,90	54.908,10	27.843,94
PE	260610	Glória do Goitá	8	405,60	7.706,40	5.235,64
PE	260620	Goiana	35	1.774,50	33.715,50	15.915,84
PE	260630	Granito	3	152,10	2.889,90	1.276,34
PE	260640	Gravatá	21	1.064,70	20.229,30	19.076,06
PE	260650	Iati	4	202,80	3.853,20	3.835,92
PE	260660	Ibimirim	7	354,90	6.743,10	4.987,84
PE	260670	Ibirajuba	3	152,10	2.889,90	1.331,06
PE	260680	Igarassu	51	2.585,70	49.128,30	26.445,38
PE	260690	Iguaracy	4	202,80	3.853,20	2.095,11
PE	260700	Inajá	5	253,50	4.816,50	3.923,67
PE	260710	Ingazeira	1	50,70	963,30	786,42
PE	260720	Ipojuca	30	1.521,00	28.899,00	21.663,81
PE	260730	Ipubi	8	405,60	7.706,40	5.364,25
PE	260740	Itacuruba	1	50,70	963,30	835,98
PE	260750	Itaíba	3	152,10	2.889,90	6.282,48
PE	260760	Ilha de Itamaracá	9	456,30	8.669,70	6.082,29
PE	260765	Itambé	14	709,80	13.486,20	7.294,27
PE	260770	Itapetim	0	0,00	0,00	4.794,93
PE	260775	Itapissuma	10	507,00	9.633,00	6.035,79
PE	260780	Itaquitinga	0	0,00	0,00	5.802,30
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	282	14.297,40	271.650,60	159.489,92
PE	260795	Jaqueira	4	202,80	3.853,20	2.012,69
PE	260800	Jataúba	0	0,00	0,00	5.859,78
PE	260805	Jatobá	0	0,00	0,00	5.905,70
PE	260810	João Alfredo	7	354,90	6.743,10	5.762,21
PE	260820	Joaquim Nabuco	5	253,50	4.816,50	2.762,97
PE	260825	Jucati	0	0,00	0,00	3.900,78
PE	260830	Jupi	5	253,50	4.816,50	2.954,66
PE	260840	Jurema	2	101,40	1.926,60	3.333,64
PE	260845	Lagoa do Carro	6	304,20	5.779,80	3.584,27
PE	260850	Lagoa de Itaenga	9	456,30	8.669,70	3.671,91
PE	260860	Lagoa do Ouro	4	202,80	3.853,20	2.242,76
PE	260870	Lagoa dos Gatos	0	0,00	0,00	5.581,69
PE	260875	Lagoa Grande	6	304,20	5.779,80	4.352,68
PE	260880	Lajedo	12	608,40	11.559,60	6.864,06
PE	260890	Limoeiro	24	1.216,80	23.119,20	11.328,41
PE	260900	Macaparana	7	354,90	6.743,10	4.338,91
PE	260910	Machados	5	253,50	4.816,50	2.722,36
PE	260915	Manari	0	0,00	0,00	7.243,67
PE	260920	Maraial	4	202,80	3.853,20	2.066,55
PE	260930	Mirandiba	4	202,80	3.853,20	2.627,71
PE	260940	Moreno	20	1.014,00	19.266,00	14.235,60
PE	260950	Nazaré da Mata	14	709,80	13.486,20	6.482,90
PE	260960	Olinda	167	8.466,90	160.871,10	89.551,69
PE	260970	Orobó	5	253,50	4.816,50	4.090,08
PE	260980	Orocó	4	202,80	3.853,20	2.545,80
PE	260990	Ouricuri	20	1.014,00	19.266,00	13.934,17
PE	261000	Palmares	25	1.267,50	24.082,50	12.618,76
PE	261010	Palmeirina	0	0,00	0,00	2.819,06
PE	261020	Panelas	0	0,00	0,00	9.125,57
PE	261030	Paranatama	4	202,80	3.853,20	1.986,14
PE	261040	Parnamirim	5	253,50	4.816,50	3.679,66
PE	261050	Passira	8	405,60	7.706,40	5.004,53
PE	261060	Paudalho	18	912,60	17.339,40	11.235,02
PE	261070	Paulista	139	7.047,30	133.898,70	75.247,56
PE	261080	Pedra	0	0,00	0,00	7.745,47
PE	261090	Pesqueira	24	1.216,80	23.119,20	13.431,93
PE	261100	Petrolândia	11	557,70	10.596,30	7.251,69
PE	261110	Petrolina	114	5.779,80	109.816,20	78.654,35
PE	261120	Poção	4	202,80	3.853,20	1.939,04
PE	261130	Pombos	9	456,30	8.669,70	6.178,33
PE	261140	Primavera	1	50,70	963,30	4.129,67
PE	261150	Quipapá	6	304,20	5.779,80	4.445,08
PE	261153	Quixaba	3	152,10	2.889,90	1.178,08
PE	261160	Recife	621	31.484,70	598.209,30	421.357,68
PE	261170	Riacho das Almas	5	253,50	4.816,50	4.673,17
PE	261180	Ribeirão	17	861,90	16.376,10	9.456,84
PE	261190	Rio Formoso	6	304,20	5.779,80	4.023,14
PE	261200	Sairé	0	0,00	0,00	3.743,50
PE	261210	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	1.849,38
PE	261220	Salgueiro	20	1.014,00	19.266,00	12.140,98
PE	261230	Saloá	1	50,70	963,30	5.374,59
PE	261240	Sanharó	6	304,20	5.779,80	4.470,55
PE	261245	Santa Cruz	4	202,80	3.853,20	2.616,01
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	4	202,80	3.853,20	2.151,21
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	24	1.216,80	23.119,20	25.354,59
PE	261255	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	3.013,91
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	8	405,60	7.706,40	7.167,62
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	4	202,80	3.853,20	2.411,40
PE	261280	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	3.075,15
PE	261290	São Benedito do Sul	4	202,80	3.853,20	2.698,78
PE	261300	São Bento do Una	0	0,00	0,00	20.245,26
PE	261310	São Caitano	0	0,00	0,00	12.742,08
PE	261320	São João	5	253,50	4.816,50	5.554,66
PE	261330	São Joaquim do Monte	5	253,50	4.816,50	3.657,98
PE	261340	São José da Coroa Grande	0	0,00	0,00	8.420,13
PE	261350	São José do Belmonte	10	507,00	9.633,00	5.817,11
PE	261360	São José do Egito	6	304,20	5.779,80	5.819,99
PE	261370	São Lourenço da Mata	26	1.318,20	25.045,80	26.332,90
PE	261380	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	3.080,98
PE	261390	Serra Talhada	40	2.028,00	38.532,00	17.184,91
PE	261400	Serrita	4	202,80	3.853,20	3.283,35

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	261410	Sertânia	10	507,00	9.633,00	6.138,21
PE	261420	Sirinhaém	9	456,30	8.669,70	7.789,01
PE	261430	Moreilândia	1	50,70	963,30	2.907,19
PE	261440	Solidão	2	101,40	1.926,60	1.028,71
PE	261450	Surubim	23	1.166,10	22.155,90	12.928,24
PE	261460	Tabira	10	507,00	9.633,00	4.870,13
PE	261470	Tacaimbó	3	152,10	2.889,90	2.225,38
PE	261480	Tacaratu	5	253,50	4.816,50	4.365,41
PE	261485	Tamandaré	7	354,90	6.743,10	4.639,25
PE	261500	Taquaritinga do Norte	10	507,00	9.633,00	4.879,94
PE	261510	Terezinha	3	152,10	2.889,90	1.225,23
PE	261520	Terra Nova	1	50,70	963,30	2.628,76
PE	261530	Timbaúba	29	1.470,30	27.935,70	10.868,10
PE	261540	Toritama	0	0,00	0,00	15.208,38
PE	261550	Tracunhaém	0	0,00	0,00	4.711,29
PE	261560	Trindade	0	0,00	0,00	10.378,34
PE	261570	Triunfo	4	202,80	3.853,20	2.629,43
PE	261580	Tupanatinga	5	253,50	4.816,50	4.644,53
PE	261590	Tuparetama	5	253,50	4.816,50	1.405,75
PE	261600	Venturosa	5	253,50	4.816,50	3.141,90
PE	261610	Verdejante	1	50,70	963,30	2.302,84
PE	261618	Vertente do Lério	3	152,10	2.889,90	1.352,40
PE	261620	Vertentes	6	304,20	5.779,80	4.688,75
PE	261630	Vicência	7	354,90	6.743,10	8.120,19
PE	261640	Vitória de Santo Antão	57	2.889,90	54.908,10	27.630,25
PE	261650	Xexéu	4	202,80	3.853,20	2.521,19
Total			3.046	154.432,20	2.934.211,80	3.528.933,23

ANEXO XVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PI	220000	SES/PI	0	0,00	0,00	314.308,00
PI	220005	Acauã	3	152,10	2.889,90	1.414,50
PI	220010	Agricolândia	1	50,70	963,30	1.243,14
PI	220020	Água Branca	10	507,00	9.633,00	3.712,88
PI	220025	Alagoinha do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.528,22
PI	220027	Alegrete do Piauí	0	0,00	0,00	2.120,52
PI	220030	Alto Longá	2	101,40	1.926,60	3.787,46
PI	220040	Altos	2	101,40	1.926,60	19.633,18
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	3	152,10	2.889,90	1.081,49
PI	220050	Amarante	0	0,00	0,00	7.034,75
PI	220060	Angical do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.361,10
PI	220070	Anísio de Abreu	3	152,10	2.889,90	1.970,68
PI	220080	Antônio Almeida	2	101,40	1.926,60	632,32
PI	220090	Aroazes	3	152,10	2.889,90	1.174,49
PI	220095	Aroeiras do Itaim	2	101,40	1.926,60	509,88
PI	220100	Arraial	2	101,40	1.926,60	951,94
PI	220105	Assunção do Piauí	1	50,70	963,30	2.170,70
PI	220110	Avelino Lopes	3	152,10	2.889,90	2.335,78
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	4	202,80	3.853,20	2.309,79
PI	220117	Barra D'Alcântara	2	101,40	1.926,60	789,69
PI	220120	Barras	13	659,10	12.522,90	9.442,52
PI	220130	Barreiras do Piauí	0	0,00	0,00	1.337,74
PI	220140	Barro Duro	4	202,80	3.853,20	1.571,22
PI	220150	Batalha	6	304,20	5.779,80	5.365,00
PI	220155	Bela Vista do Piauí	0	0,00	0,00	1.602,94
PI	220157	Belém do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,31
PI	220160	Beneditinos	4	202,80	3.853,20	2.714,17
PI	220170	Bertolínia	1	50,70	963,30	1.235,00
PI	220173	Betânia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.239,87
PI	220177	Boa Hora	3	152,10	2.889,90	1.352,98
PI	220180	Bocaina	1	50,70	963,30	900,77
PI	220190	Bom Jesus	10	507,00	9.633,00	5.017,77
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.123,93
PI	220192	Bonfim do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.132,46
PI	220194	Boqueirão do Piauí	1	50,70	963,30	1.627,72
PI	220196	Brasileira	3	152,10	2.889,90	1.663,45
PI	220198	Brejo do Piauí	2	101,40	1.926,60	942,12
PI	220200	Buriti dos Lopes	5	253,50	4.816,50	3.952,33
PI	220202	Buriti dos Montes	3	152,10	2.889,90	1.662,64
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.113,02
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	2	101,40	1.926,60	710,09
PI	220208	Cajueiro da Praia	1	50,70	963,30	2.086,63
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.168,02
PI	220210	Campinas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.121,29
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	0	0,00	0,00	2.013,11
PI	220213	Campo Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.186,27
PI	220217	Campo Largo do Piauí	1	50,70	963,30	1.942,05
PI	220220	Campo Maior	18	912,60	17.339,40	10.338,81
PI	220225	Canavieira	2	101,40	1.926,60	795,99
PI	220230	Canto do Buriti	7	354,90	6.743,10	4.229,91
PI	220240	Capitão de Campos	4	202,80	3.853,20	2.282,17
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	2	101,40	1.926,60	818,93
PI	220250	Caracol	2	101,40	1.926,60	2.430,62
PI	220253	Caraúbas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.171,44
PI	220255	Caridade do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.014,07
PI	220260	Castelo do Piauí	7	354,90	6.743,10	4.008,43
PI	220265	Caxingó	1	50,70	963,30	1.201,30
PI	220270	Cocal	7	354,90	6.743,10	5.573,89
PI	220271	Cocal de Telha	2	101,40	1.926,60	977,12
PI	220272	Cocal dos Alves	2	101,40	1.926,60	1.229,31
PI	220273	Coivaras	1	50,70	963,30	1.174,61
PI	220275	Colônia do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.293,89
PI	220277	Colônia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.530,25
PI	220280	Conceição do Canindé	2	101,40	1.926,60	979,24
PI	220285	Coronel José Dias	2	101,40	1.926,60	935,69
PI	220290	Corrente	9	456,30	8.669,70	5.321,14
PI	220300	Cristalândia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.655,74
PI	220310	Cristino Castro	1	50,70	963,30	3.200,61
PI	220320	Curimatá	4	202,80	3.853,20	2.272,22
PI	220323	Currais	0	0,00	0,00	1.978,19
PI	220325	Curralinhos	0	0,00	0,00	2.361,81
PI	220327	Curral Novo do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.066,26
PI	220330	Demerval Lobão	3	152,10	2.889,90	4.462,72
PI	220335	Dirceu Arcoverde	3	152,10	2.889,90	1.400,29
PI	220340	Dom Expedito Lopes	3	152,10	2.889,90	1.378,77
PI	220342	Domingos Mourão	2	101,40	1.926,60	871,53
PI	220345	Dom Inocêncio	3	152,10	2.889,90	1.909,56
PI	220350	Elesbão Veloso	0	0,00	0,00	5.887,06
PI	220360	Eliseu Martins	2	101,40	1.926,60	981,58
PI	220370	Esperantina	14	709,80	13.486,20	7.935,11
PI	220375	Fartura do Piauí	0	0,00	0,00	2.119,92
PI	220380	Flores do Piauí	2	101,40	1.926,60	892,64
PI	220385	Floresta do Piauí	1	50,70	963,30	511,30
PI	220390	Floriano	29	1.470,30	27.935,70	12.100,53
PI	220400	Francinópolis	0	0,00	0,00	2.140,23
PI	220410	Francisco Ayres	0	0,00	0,00	1.871,14
PI	220415	Francisco Macedo	1	50,70	963,30	635,17
PI	220420	Francisco Santos	2	101,40	1.926,60	1.858,79
PI	220430	Fronteiras	4	202,80	3.853,20	2.329,32
PI	220435	Geminiano	0	0,00	0,00	2.173,53
PI	220440	Gilbués	0	0,00	0,00	4.273,15
PI	220450	Guadalupe	2	101,40	1.926,60	2.273,45
PI	220455	Guaribas	0	0,00	0,00	1.823,05
PI	220460	Hugo Napoleão	2	101,40	1.926,60	774,87
PI	220465	Ilha Grande	4	202,80	3.853,20	1.881,94
PI	220470	Inhuma	4	202,80	3.853,20	3.059,07
PI	220480	Ipiranga do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.959,31
PI	220490	Isaías Coelho	1	50,70	963,30	2.459,44
PI	220500	Itainópolis	1	50,70	963,30	3.647,74
PI	220510	Itaueira	4	202,80	3.853,20	2.202,17
PI	220515	Jacobina do Piauí	1	50,70	963,30	1.355,62
PI	220520	Jaicós	5	253,50	4.816,50	3.813,84
PI	220525	Jardim do Mulato	1	50,70	963,30	899,55
PI	220527	Jatobá do Piauí	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220530	Jerumenha	2	101,40	1.926,60	894,07
PI	220535	João Costa	2	101,40	1.926,60	603,29
PI	220540	Joaquim Pires	3	152,10	2.889,90	2.867,79
PI	220545	Joca Marques	2	101,40	1.926,60	1.086,36
PI	220550	José de Freitas	0	0,00	0,00	20.849,12
PI	220551	Juazeiro do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.094,69
PI	220552	Júlio Borges	3	152,10	2.889,90	1.123,72
PI	220553	Jurema	1	50,70	963,30	950,92
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2	101,40	1.926,60	731,55
PI	220555	Lagoa Alegre	3	152,10	2.889,90	2.270,15
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	2	101,40	1.926,60	930,41
PI	220557	Lagoa de São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.349,53
PI	220558	Lagoa do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.080,59
PI	220559	Lagoa do Sítio	3	152,10	2.889,90	1.032,96
PI	220560	Landri Sales	2	101,40	1.926,60	1.069,31
PI	220570	Luís Correia	7	354,90	6.743,10	6.049,51
PI	220580	Luzilândia	8	405,60	7.706,40	5.093,11
PI	220585	Madeiro	1	50,70	963,30	2.354,67
PI	220590	Manoel Emídio	2	101,40	1.926,60	1.069,30
PI	220595	Marcolândia	2	101,40	1.926,60	1.693,91
PI	220600	Marcos Parente	2	101,40	1.926,60	910,51
PI	220605	Massapê do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,98
PI	220610	Matias Olímpio	4	202,80	3.853,20	2.184,70
PI	220620	Miguel Alves	6	304,20	5.779,80	7.706,92
PI	220630	Miguel Leão	2	101,40	1.926,60	336,40
PI	220635	Milton Brandão	3	152,10	2.889,90	1.380,19
PI	220640	Monsenhor Gil	4	202,80	3.853,20	2.815,31
PI	220650	Monsenhor Hipólito	2	101,40	1.926,60	1.547,51
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.121,55
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	0	0,00	0,00	1.657,76
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.357,24

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220669	Murici dos Portelas	3	152,10	2.889,90	1.826,92
PI	220670	Nazaré do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.482,33
PI	220672	Nazária	0	0,00	0,00	4.556,52
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	3	152,10	2.889,90	1.735,54
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.320,89
PI	220695	Novo Santo Antônio	2	101,40	1.926,60	687,76
PI	220700	Oeiras	15	760,50	14.449,50	7.397,82
PI	220710	Olho D'Água do Piauí	0	0,00	0,00	1.108,08
PI	220720	Padre Marcos	3	152,10	2.889,90	1.372,27
PI	220730	Paes Landim	2	101,40	1.926,60	827,87
PI	220735	Pajeú do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,78
PI	220740	Palmeira do Piauí	0	0,00	0,00	2.029,36
PI	220750	Palmeirais	4	202,80	3.853,20	2.902,72
PI	220755	Paquetá	1	50,70	963,30	795,79
PI	220760	Parnaguá	4	202,80	3.853,20	2.155,06
PI	220770	Parnaíba	69	3.498,30	66.467,70	32.908,85
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	2	101,40	1.926,60	913,76
PI	220777	Patos do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.276,83
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	1	50,70	963,30	807,16
PI	220780	Paulistana	7	354,90	6.743,10	4.100,15
PI	220785	Pavussu	2	101,40	1.926,60	742,18
PI	220790	Pedro II	13	659,10	12.522,90	7.742,00
PI	220793	Pedro Laurentino	0	0,00	0,00	1.013,26
PI	220795	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60	873,56
PI	220800	Picos	15	760,50	14.449,50	16.792,24
PI	220810	Pimenteiras	0	0,00	0,00	4.847,00
PI	220820	Pio IX	4	202,80	3.853,20	3.680,43
PI	220830	Piracuruca	13	659,10	12.522,90	5.772,13
PI	220840	Piripiri	1	50,70	963,30	26.399,18
PI	220850	Porto	4	202,80	3.853,20	2.509,39
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2	101,40	1.926,60	540,95
PI	220860	Prata do Piauí	2	101,40	1.926,60	631,31
PI	220865	Queimada Nova	1	50,70	963,30	2.627,58
PI	220870	Redenção do Gurguéia	3	152,10	2.889,90	1.753,21
PI	220880	Regeneração	9	456,30	8.669,70	3.593,73
PI	220885	Riacho Frio	0	0,00	0,00	1.729,65
PI	220887	Ribeira do Piauí	2	101,40	1.926,60	894,07
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	0	0,00	0,00	2.929,72
PI	220900	Rio Grande do Piauí	0	0,00	0,00	2.571,12
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.246,78
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	2	101,40	1.926,60	802,49
PI	220920	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	1.250,03
PI	220930	Santa Luz	0	0,00	0,00	2.339,63
PI	220935	Santana do Piauí	2	101,40	1.926,60	925,74
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	0	0,00	0,00	2.104,49
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	1	50,70	963,30	1.597,26
PI	220945	Santo Antônio dos Milagres	0	0,00	0,00	862,99
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	0	0,00	0,00	1.515,22
PI	220955	São Braz do Piauí	2	101,40	1.926,60	888,79
PI	220960	São Félix do Piauí	0	0,00	0,00	1.196,01
PI	220965	São Francisco de Assis do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.174,90
PI	220970	São Francisco do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,37
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	606,74
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.001,28
PI	220985	São João da Canabrava	2	101,40	1.926,60	920,67
PI	220987	São João da Fronteira	3	152,10	2.889,90	1.205,76
PI	220990	São João da Serra	2	101,40	1.926,60	1.243,12
PI	220995	São João da Varjota	2	101,40	1.926,60	966,96
PI	220997	São João do Arraial	3	152,10	2.889,90	1.593,40
PI	221000	São João do Piauí	0	0,00	0,00	8.227,11
PI	221005	São José do Divino	3	152,10	2.889,90	1.068,09
PI	221010	São José do Peixe	0	0,00	0,00	1.505,47
PI	221020	São José do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.344,45
PI	221030	São Julião	3	152,10	2.889,90	1.271,35
PI	221035	São Lourenço do Piauí	0	0,00	0,00	1.827,92
PI	221037	São Luis do Piauí	2	101,40	1.926,60	528,36
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	0	0,00	0,00	979,95
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2	101,40	1.926,60	608,16
PI	221040	São Miguel do Tapuio	4	202,80	3.853,20	3.687,95
PI	221050	São Pedro do Piauí	5	253,50	4.816,50	3.036,58
PI	221060	São Raimundo Nonato	14	709,80	13.486,20	6.926,12
PI	221062	Sebastião Barros	1	50,70	963,30	842,69
PI	221063	Sebastião Leal	1	50,70	963,30	857,72
PI	221065	Sigefredo Pacheco	2	101,40	1.926,60	2.085,83
PI	221070	Simões	4	202,80	3.853,20	2.926,27
PI	221080	Simplício Mendes	4	202,80	3.853,20	2.535,79
PI	221090	Socorro do Piauí	0	0,00	0,00	1.838,48
PI	221093	Sussuapara	0	0,00	0,00	2.685,24
PI	221095	Tamboril do Piauí	2	101,40	1.926,60	582,78
PI	221097	Tanque do Piauí	2	101,40	1.926,60	552,11
PI	221100	Teresina	407	20.634,90	392.063,10	265.644,13
PI	221110	União	11	557,70	10.596,30	13.071,10
PI	221120	Uruçuí	7	354,90	6.743,10	4.302,40
PI	221130	Valença do Piauí	11	557,70	10.596,30	4.180,56
PI	221135	Várzea Branca	2	101,40	1.926,60	1.002,23
PI	221140	Várzea Grande	2	101,40	1.926,60	882,49
PI	221150	Vera Mendes	0	0,00	0,00	1.230,12
PI	221160	Vila Nova do Piauí	2	101,40	1.926,60	611,21
PI	221170	Wall Ferraz	2	101,40	1.926,60	891,43
		Total	1.139	57.747,30	1.097.198,70	1.169.197,56

ANEXO XVIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PR	410000	SES/PR	0	0,00	0,00	783.166,59
PR	410010	Abatiá	4	202,80	3.853,20	893,39
PR	410020	Adrianópolis	0	0,00	0,00	1.919,06
PR	410030	Agudos do Sul	1	50,70	963,30	1.693,29
PR	410040	Almirante Tamandaré	8	405,60	7.706,40	22.918,58
PR	410045	Altamira do Paraná	2	101,40	1.926,60	718,90
PR	410050	Altônia	9	456,30	8.669,70	2.290,59
PR	410060	Alto Paraná	7	354,90	6.743,10	1.797,41
PR	410070	Alto Piquiri	5	253,50	4.816,50	1.137,28
PR	410080	Alvorada do Sul	5	253,50	4.816,50	1.230,59
PR	410090	Amaporã	3	152,10	2.889,90	779,20
PR	410100	Ampére	8	405,60	7.706,40	1.985,80
PR	410105	Anahy	2	101,40	1.926,60	731,07
PR	410110	Andirá	12	608,40	11.559,60	2.187,86
PR	410115	Ângulo	2	101,40	1.926,60	740,22
PR	410120	Antonina	0	0,00	0,00	4.112,15
PR	410130	Antônio Olinto	1	50,70	963,30	865,30
PR	410140	Apucarana	59	2.991,30	56.834,70	19.420,64
PR	410150	Arapongas	46	2.332,20	44.311,80	13.393,18
PR	410160	Arapoti	8	405,60	7.706,40	2.875,59
PR	410165	Arapuã	2	101,40	1.926,60	721,38
PR	410170	Araruna	7	354,90	6.743,10	1.509,75
PR	410180	Araucária	7	354,90	6.743,10	29.703,93
PR	410185	Ariranha do Ivaí	1	50,70	963,30	721,89
PR	410190	Assaí	7	354,90	6.743,10	1.737,75
PR	410200	Assis Chateaubriand	19	963,30	18.302,70	3.682,35
PR	410210	Astorga	13	659,10	12.522,90	2.705,24
PR	410220	Atalaia	2	101,40	1.926,60	732,81
PR	410230	Balsa Nova	3	152,10	2.889,90	1.781,96
PR	410240	Bandeirantes	0	0,00	0,00	6.708,66
PR	410250	Barbosa Ferraz	7	354,90	6.743,10	1.367,01
PR	410260	Barracão	4	202,80	3.853,20	1.136,79
PR	410270	Barra do Jacaré	2	101,40	1.926,60	738,46
PR	410275	Bela Vista da Caroba	1	50,70	963,30	724,34
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	8	405,60	7.706,40	1.662,61
PR	410290	Bituruna	3	152,10	2.889,90	1.797,02
PR	410300	Boa Esperança	2	101,40	1.926,60	725,07
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	1	50,70	963,30	725,47
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	2	101,40	1.926,60	779,30
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	3	152,10	2.889,90	907,89
PR	410310	Bocaiúva do Sul	0	0,00	0,00	3.534,14
PR	410315	Bom Jesus do Sul	1	50,70	963,30	727,96
PR	410320	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90	812,24
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	1	50,70	963,30	732,55
PR	410330	Borrazópolis	4	202,80	3.853,20	878,41
PR	410335	Braganey	2	101,40	1.926,60	728,94
PR	410337	Brasilândia do Sul	2	101,40	1.926,60	719,00
PR	410340	Cafeara	1	50,70	963,30	760,41
PR	410345	Cafelândia	6	304,20	5.779,80	1.823,02
PR	410347	Cafezal do Sul	3	152,10	2.889,90	728,83
PR	410350	Califórnia	4	202,80	3.853,20	966,19
PR	410360	Cambará	13	659,10	12.522,90	2.626,96
PR	410370	Cambé	53	2.687,10	51.054,90	15.686,85
PR	410380	Cambira	4	202,80	3.853,20	890,89
PR	410390	Campina da Lagoa	6	304,20	5.779,80	1.641,65
PR	410395	Campina do Simão	1	50,70	963,30	729,48
PR	410400	Campina Grande do Sul	5	253,50	4.816,50	6.630,15
PR	410405	Campo Bonito	2	101,40	1.926,60	722,62
PR	410410	Campo do Tenente	1	50,70	963,30	1.341,13
PR	410420	Campo Largo	6	304,20	5.779,80	27.992,92
PR	410425	Campo Magro	3	152,10	2.889,90	4.796,42
PR	410430	Campo Mourão	46	2.332,20	44.311,80	11.146,52
PR	410440	Cândido de Abreu	4	202,80	3.853,20	1.756,93
PR	410442	Candói	4	202,80	3.853,20	1.696,67
PR	410445	Cantagalo	4	202,80	3.853,20	1.450,56
PR	410450	Capanema	5	253,50	4.816,50	2.029,34
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	7	354,90	6.743,10	1.683,43
PR	410465	Carambeí	3	152,10	2.889,90	2.326,69
PR	410470	Carlópolis	6	304,20	5.779,80	1.542,83
PR	410480	Cascavel	144	7.300,80	138.715,20	46.434,75
PR	410490	Castro	5	253,50	4.816,50	9.542,55
PR	410500	Catanduvas	2	101,40	1.926,60	1.152,77
PR	410510	Centenário do Sul	4	202,80	3.853,20	1.239,21
PR	410520	Cerro Azul	0	0,00	0,00	4.945,73
PR	410530	Céu Azul	5	253,50	4.816,50	1.280,54
PR	410540	Chopinzinho	4	202,80	3.853,20	2.097,98
PR	410550	Cianorte	35	1.774,50	33.715,50	10.317,38
PR	410560	Cidade Gaúcha	6	304,20	5.779,80	1.339,80
PR	410570	Clevelândia	4	202,80	3.853,20	1.843,37

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410580	Colombo	13	659,10	12.522,90	50.238,27
PR	410590	Colorado	12	608,40	11.559,60	2.483,42
PR	410600	Congonhinhas	1	50,70	963,30	1.016,38
PR	410610	Conselheiro Mairinck	2	101,40	1.926,60	751,82
PR	410620	Contenda	0	0,00	0,00	4.977,43
PR	410630	Corbélia	8	405,60	7.706,40	1.815,67
PR	410640	Cornélio Procópio	21	1.064,70	20.229,30	4.923,36
PR	410645	Coronel Domingos Soares	1	50,70	963,30	901,64
PR	410650	Coronel Vivida	7	354,90	6.743,10	2.291,02
PR	410655	Corumbataí do Sul	2	101,40	1.926,60	717,33
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	732,74
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	11	557,70	10.596,30	2.213,85
PR	410670	Cruzeiro do Sul	3	152,10	2.889,90	731,51
PR	410680	Cruz Machado	0	0,00	0,00	3.968,88
PR	410685	Cruzmaltina	2	101,40	1.926,60	727,65
PR	410690	Curitiba	85	4.309,50	81.880,50	420.895,37
PR	410700	Curiúva	4	202,80	3.853,20	1.601,39
PR	410710	Diamante do Norte	3	152,10	2.889,90	882,12
PR	410712	Diamante do Sul	2	101,40	1.926,60	731,75
PR	410715	Diamante D'Oeste	2	101,40	1.926,60	809,49
PR	410720	Dois Vizinhos	16	811,20	15.412,80	4.057,41
PR	410725	Douradina	4	202,80	3.853,20	957,45
PR	410730	Doutor Camargo	4	202,80	3.853,20	740,79
PR	410740	Enéas Marques	2	101,40	1.926,60	731,39
PR	410750	Engenheiro Beltrão	7	354,90	6.743,10	1.529,37
PR	410752	Esperança Nova	1	50,70	963,30	722,37
PR	410753	Entre Rios do Oeste	2	101,40	1.926,60	781,33
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	1	50,70	963,30	723,57
PR	410755	Farol	1	50,70	963,30	724,51
PR	410760	Faxinal	8	405,60	7.706,40	1.827,37
PR	410765	Fazenda Rio Grande	3	152,10	2.889,90	22.439,18
PR	410770	Fênix	2	101,40	1.926,60	732,61
PR	410773	Fernandes Pinheiro	0	0,00	0,00	1.496,46
PR	410775	Figueira	2	101,40	1.926,60	940,80
PR	410780	Floraí	3	152,10	2.889,90	731,38
PR	410785	Flor da Serra do Sul	2	101,40	1.926,60	731,62
PR	410790	Floresta	3	152,10	2.889,90	991,64
PR	410800	Florestópolis	6	304,20	5.779,80	1.233,54
PR	410810	Flórida	2	101,40	1.926,60	750,47
PR	410820	Formosa do Oeste	0	0,00	0,00	1.702,98
PR	410830	Foz do Iguaçu	131	6.641,70	126.192,30	50.273,26
PR	410832	Francisco Alves	4	202,80	3.853,20	755,13
PR	410840	Francisco Beltrão	38	1.926,60	36.605,40	8.859,03
PR	410845	Foz do Jordão	1	50,70	963,30	721,80
PR	410850	General Carneiro	3	152,10	2.889,90	1.592,01
PR	410855	Godoy Moreira	1	50,70	963,30	723,92
PR	410860	Goioerê	15	760,50	14.449,50	3.052,71
PR	410865	Goioxim	1	50,70	963,30	926,67
PR	410870	Grandes Rios	3	152,10	2.889,90	813,42
PR	410880	Guaíra	16	811,20	15.412,80	3.958,51
PR	410890	Guairaçá	3	152,10	2.889,90	769,47
PR	410895	Guamiranga	2	101,40	1.926,60	971,92
PR	410900	Guapirama	2	101,40	1.926,60	731,33
PR	410910	Guaporema	2	101,40	1.926,60	734,46
PR	410920	Guaraci	3	152,10	2.889,90	755,11
PR	410930	Guaraniaçu	4	202,80	3.853,20	1.543,98
PR	410940	Guarapuava	10	507,00	9.633,00	26.228,33
PR	410950	Guaraqueçaba	0	0,00	0,00	2.021,62
PR	410960	Guaratuba	5	253,50	4.816,50	3.676,78
PR	410965	Honório Serpa	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	410970	Ibaiti	2	101,40	1.926,60	4.454,76
PR	410975	Ibema	3	152,10	2.889,90	749,48
PR	410980	Ibiporã	27	1.368,90	26.009,10	6.992,76
PR	410990	Icaraíma	4	202,80	3.853,20	984,21
PR	411000	Iguaraçu	3	152,10	2.889,90	900,41
PR	411005	Iguatu	2	101,40	1.926,60	735,65
PR	411007	Imbaú	3	152,10	2.889,90	1.377,37
PR	411010	Imbituva	5	253,50	4.816,50	3.254,91
PR	411020	Inácio Martins	3	152,10	2.889,90	1.235,30
PR	411030	Inajá	2	101,40	1.926,60	744,88
PR	411040	Indianópolis	3	152,10	2.889,90	743,89
PR	411050	Ipiranga	3	152,10	2.889,90	1.614,10
PR	411060	Iporã	4	202,80	3.853,20	1.603,72
PR	411065	Iracema do Oeste	0	0,00	0,00	1.448,41
PR	411070	Irati	26	1.318,20	25.045,80	6.086,51
PR	411080	Iretama	4	202,80	3.853,20	1.178,94
PR	411090	Itaguajé	3	152,10	2.889,90	731,34
PR	411095	Itaipulândia	4	202,80	3.853,20	1.390,99
PR	411100	Itambaracá	4	202,80	3.853,20	795,40
PR	411110	Itambé	3	152,10	2.889,90	739,37
PR	411120	Itapejara d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.276,15
PR	411125	Itaperuçu	5	253,50	4.816,50	3.746,56
PR	411130	Itaúna do Sul	2	101,40	1.926,60	717,09
PR	411140	Ivaí	4	202,80	3.853,20	1.482,11
PR	411150	Ivaiporã	14	709,80	13.486,20	3.346,88
PR	411155	Ivaté	3	152,10	2.889,90	921,84
PR	411160	Ivatuba	2	101,40	1.926,60	758,46
PR	411170	Jaboti	3	152,10	2.889,90	756,24
PR	411180	Jacarezinho	10	507,00	9.633,00	4.091,82
PR	411190	Jaguapitã	6	304,20	5.779,80	1.444,23
PR	411200	Jaguariaíva	5	253,50	4.816,50	3.557,65
PR	411210	Jandaia do Sul	9	456,30	8.669,70	2.225,19
PR	411220	Janiópolis	3	152,10	2.889,90	743,61
PR	411230	Japira	2	101,40	1.926,60	738,49
PR	411240	Japurá	5	253,50	4.816,50	1.039,68
PR	411250	Jardim Alegre	4	202,80	3.853,20	1.393,89
PR	411260	Jardim Olinda	1	50,70	963,30	728,72
PR	411270	Jataizinho	6	304,20	5.779,80	1.603,69
PR	411275	Jesuítas	3	152,10	2.889,90	1.010,69
PR	411280	Joaquim Távora	5	253,50	4.816,50	1.279,36
PR	411290	Jundiaí do Sul	2	101,40	1.926,60	729,95
PR	411295	Juranda	3	152,10	2.889,90	880,94
PR	411300	Jussara	3	152,10	2.889,90	812,39
PR	411310	Kaloré	2	101,40	1.926,60	726,19
PR	411320	Lapa	2	101,40	1.926,60	10.969,28
PR	411325	Laranjal	1	50,70	963,30	791,30
PR	411330	Laranjeiras do Sul	14	709,80	13.486,20	3.555,86
PR	411340	Leópolis	2	101,40	1.926,60	729,54
PR	411342	Lidianópolis	2	101,40	1.926,60	719,75
PR	411345	Lindoeste	2	101,40	1.926,60	722,97
PR	411350	Loanda	5	253,50	4.816,50	2.381,62
PR	411360	Lobato	3	152,10	2.889,90	760,19
PR	411370	Londrina	0	0,00	0,00	183.280,94
PR	411373	Luiziana	3	152,10	2.889,90	854,85
PR	411375	Lunardelli	3	152,10	2.889,90	727,62
PR	411380	Lupionópolis	3	152,10	2.889,90	755,09
PR	411390	Mallet	2	101,40	1.926,60	1.475,08
PR	411400	Mamborê	5	253,50	4.816,50	1.506,79
PR	411410	Mandaguaçu	8	405,60	7.706,40	2.586,79
PR	411420	Mandaguari	18	912,60	17.339,40	4.136,52
PR	411430	Mandirituba	2	101,40	1.926,60	5.082,55
PR	411435	Manfrinópolis	2	101,40	1.926,60	718,70
PR	411440	Mangueirinha	4	202,80	3.853,20	1.833,85
PR	411450	Manoel Ribas	4	202,80	3.853,20	1.470,47
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	23	1.166,10	22.155,90	7.015,68
PR	411470	Maria Helena	3	152,10	2.889,90	729,51
PR	411480	Marialva	17	861,90	16.376,10	4.785,69
PR	411490	Marilândia do Sul	4	202,80	3.853,20	1.013,04
PR	411500	Marilena	4	202,80	3.853,20	824,76
PR	411510	Mariluz	5	253,50	4.816,50	1.158,40
PR	411520	Maringá	171	8.669,70	164.724,30	62.172,38
PR	411530	Mariópolis	2	101,40	1.926,60	773,76
PR	411535	Maripá	3	152,10	2.889,90	732,00
PR	411540	Marmeleiro	5	253,50	4.816,50	1.552,93
PR	411545	Marquinho	1	50,70	963,30	724,90
PR	411550	Marumbi	1	50,70	963,30	737,58
PR	411560	Matelândia	6	304,20	5.779,80	2.059,91
PR	411570	Matinhos	3	152,10	2.889,90	5.033,45
PR	411573	Mato Rico	1	50,70	963,30	721,74
PR	411575	Mauá da Serra	4	202,80	3.853,20	1.118,50
PR	411580	Medianeira	19	963,30	18.302,70	5.324,60
PR	411585	Mercedes	2	101,40	1.926,60	762,92
PR	411590	Mirador	1	50,70	963,30	729,06
PR	411600	Miraselva	1	50,70	963,30	730,85
PR	411605	Missal	4	202,80	3.853,20	1.381,51
PR	411610	Moreira Sales	3	152,10	2.889,90	1.379,16
PR	411620	Morretes	1	50,70	963,30	2.538,78
PR	411630	Munhoz de Melo	3	152,10	2.889,90	759,35
PR	411640	Nossa Senhora das Graças	2	101,40	1.926,60	738,63
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	1	50,70	963,30	756,68
PR	411660	Nova América da Colina	2	101,40	1.926,60	732,51
PR	411670	Nova Aurora	6	304,20	5.779,80	1.278,03
PR	411680	Nova Cantu	3	152,10	2.889,90	906,18
PR	411690	Nova Esperança	12	608,40	11.559,60	3.316,30
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	2	101,40	1.926,60	732,56
PR	411700	Nova Fátima	0	0,00	0,00	1.882,99
PR	411705	Nova Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.616,33
PR	411710	Nova Londrina	5	253,50	4.816,50	1.700,20
PR	411720	Nova Olímpia	3	152,10	2.889,90	749,91
PR	411721	Nova Santa Bárbara	2	101,40	1.926,60	759,92
PR	411722	Nova Santa Rosa	4	202,80	3.853,20	927,77
PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	4	202,80	3.853,20	1.177,43
PR	411727	Nova Tebas	3	152,10	2.889,90	813,71
PR	411729	Novo Itacolomi	0	0,00	0,00	1.468,10
PR	411730	Ortigueira	5	253,50	4.816,50	2.546,16
PR	411740	Ourizona	2	101,40	1.926,60	736,81
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	3	152,10	2.889,90	749,29
PR	411750	Paiçandu	22	1.115,40	21.192,60	5.511,92
PR	411760	Palmas	5	253,50	4.816,50	5.108,59
PR	411770	Palmeira	5	253,50	4.816,50	3.478,01
PR	411780	Palmital	3	152,10	2.889,90	1.603,70
PR	411790	Palotina	14	709,80	13.486,20	3.218,39
PR	411800	Paraíso do Norte	7	354,90	6.743,10	1.441,94
PR	411810	Paranacity	6	304,20	5.779,80	1.233,84
PR	411820	Paranaguá	17	861,90	16.376,10	21.428,50
PR	411830	Paranapoema	2	101,40	1.926,60	778,54
PR	411840	Paranavaí	41	2.078,70	39.495,30	9.831,87
PR	411845	Pato Bragado	3	152,10	2.889,90	783,45

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411850	Pato Branco	32	1.622,40	30.825,60	8.092,81
PR	411860	Paula Freitas	1	50,70	963,30	757,88
PR	411870	Paulo Frontin	0	0,00	0,00	1.690,99
PR	411880	Peabiru	6	304,20	5.779,80	1.518,95
PR	411885	Perobal	3	152,10	2.889,90	761,89
PR	411890	Pérola	6	304,20	5.779,80	1.216,74
PR	411900	Pérola d'Oeste	2	101,40	1.926,60	788,54
PR	411910	Piên	2	101,40	1.926,60	1.762,07
PR	411915	Pinhais	7	354,90	6.743,10	27.587,72
PR	411920	Pinhalão	1	50,70	963,30	752,36
PR	411925	Pinhal de São Bento	1	50,70	963,30	745,33
PR	411930	Pinhão	5	253,50	4.816,50	3.310,93
PR	411940	Piraí do Sul	5	253,50	4.816,50	2.615,96
PR	411950	Piraquara	5	253,50	4.816,50	23.810,06
PR	411960	Pitanga	5	253,50	4.816,50	3.357,80
PR	411965	Pitangueiras	2	101,40	1.926,60	778,28
PR	411970	Planaltina do Paraná	2	101,40	1.926,60	745,62
PR	411980	Planalto	4	202,80	3.853,20	1.494,43
PR	411990	Ponta Grossa	58	2.940,60	55.871,40	34.124,69
PR	411995	Pontal do Paraná	5	253,50	4.816,50	2.637,72
PR	412000	Porecatu	7	354,90	6.743,10	1.517,06
PR	412010	Porto Amazonas	2	101,40	1.926,60	755,97
PR	412015	Porto Barreiro	1	50,70	963,30	723,88
PR	412020	Porto Rico	2	101,40	1.926,60	736,02
PR	412030	Porto Vitória	1	50,70	963,30	735,76
PR	412033	Prado Ferreira	2	101,40	1.926,60	761,72
PR	412035	Pranchita	2	101,40	1.926,60	726,51
PR	412040	Presidente Castelo Branco	3	152,10	2.889,90	766,61
PR	412050	Primeiro de Maio	6	304,20	5.779,80	1.231,37
PR	412060	Prudentópolis	5	253,50	4.816,50	5.716,47
PR	412065	Quarto Centenário	2	101,40	1.926,60	727,68
PR	412070	Quatiguá	4	202,80	3.853,20	856,24
PR	412080	Quatro Barras	0	0,00	0,00	6.214,13
PR	412085	Quatro Pontes	1	50,70	963,30	750,32
PR	412090	Quedas do Iguaçu	11	557,70	10.596,30	3.433,56
PR	412100	Querência do Norte	5	253,50	4.816,50	1.334,17
PR	412110	Quinta do Sol	2	101,40	1.926,60	725,20
PR	412120	Quitandinha	0	0,00	0,00	5.175,42
PR	412125	Ramilândia	1	50,70	963,30	756,71
PR	412130	Rancho Alegre	0	0,00	0,00	1.494,42
PR	412135	Rancho Alegre D'Oeste	2	101,40	1.926,60	727,83
PR	412140	Realeza	7	354,90	6.743,10	1.807,03
PR	412150	Rebouças	3	152,10	2.889,90	1.597,45
PR	412160	Renascença	3	152,10	2.889,90	805,80
PR	412170	Reserva	5	253,50	4.816,50	2.761,44
PR	412175	Reserva do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.806,20
PR	412180	Ribeirão Claro	2	101,40	1.926,60	1.197,53
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	7	354,90	6.743,10	1.472,01
PR	412200	Rio Azul	2	101,40	1.926,60	1.612,80
PR	412210	Rio Bom	2	101,40	1.926,60	730,25
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	3	152,10	2.889,90	1.868,17
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	1	50,70	963,30	748,51
PR	412220	Rio Branco do Sul	0	0,00	0,00	8.796,13
PR	412230	Rio Negro	2	101,40	1.926,60	7.229,34
PR	412240	Rolândia	35	1.774,50	33.715,50	8.374,65
PR	412250	Roncador	4	202,80	3.853,20	1.236,08
PR	412260	Rondon	0	0,00	0,00	2.129,85
PR	412265	Rosário do Ivaí	2	101,40	1.926,60	721,65
PR	412270	Sabáudia	3	152,10	2.889,90	783,26
PR	412280	Salgado Filho	1	50,70	963,30	718,04
PR	412290	Salto do Itararé	3	152,10	2.889,90	729,59
PR	412300	Salto do Lontra	4	202,80	3.853,20	1.572,43
PR	412310	Santa Amélia	2	101,40	1.926,60	723,28
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	2	101,40	1.926,60	726,46
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	4	202,80	3.853,20	927,11
PR	412340	Santa Fé	6	304,20	5.779,80	1.355,22
PR	412350	Santa Helena	8	405,60	7.706,40	2.964,29
PR	412360	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	723,58
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	5	253,50	4.816,50	997,70
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.544,39
PR	412382	Santa Lúcia	2	101,40	1.926,60	731,00
PR	412385	Santa Maria do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.320,62
PR	412390	Santa Mariana	5	253,50	4.816,50	1.355,43
PR	412395	Santa Mônica	1	50,70	963,30	768,49
PR	412400	Santana do Itararé	2	101,40	1.926,60	729,36
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	5	253,50	4.816,50	1.418,60
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	4	202,80	3.853,20	2.855,35
PR	412410	Santo Antônio da Platina	21	1.064,70	20.229,30	4.643,99
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	2	101,40	1.926,60	730,52
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	8	405,60	7.706,40	2.109,49
PR	412450	Santo Inácio	3	152,10	2.889,90	742,55
PR	412460	São Carlos do Ivaí	4	202,80	3.853,20	794,99
PR	412470	São Jerônimo da Serra	4	202,80	3.853,20	1.259,78
PR	412480	São João	4	202,80	3.853,20	1.179,45
PR	412490	São João do Caiuá	3	152,10	2.889,90	732,56
PR	412500	São João do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.245,99
PR	412510	São João do Triunfo	1	50,70	963,30	2.226,09
PR	412520	São Jorge d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.035,24
PR	412530	São Jorge do Ivaí	0	0,00	0,00	1.468,68
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	3	152,10	2.889,90	937,91
PR	412540	São José da Boa Vista	3	152,10	2.889,90	766,40
PR	412545	São José das Palmeiras	2	101,40	1.926,60	729,45
PR	412550	São José dos Pinhais	14	709,80	13.486,20	67.749,57
PR	412555	São Manoel do Paraná	2	101,40	1.926,60	741,83
PR	412560	São Mateus do Sul	5	253,50	4.816,50	4.604,59
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	9	456,30	8.669,70	3.438,97
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.511,75
PR	412580	São Pedro do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.198,66
PR	412590	São Pedro do Paraná	2	101,40	1.926,60	727,44
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	4	202,80	3.853,20	1.004,13
PR	412610	São Tomé	3	152,10	2.889,90	754,60
PR	412620	Sapopema	2	101,40	1.926,60	798,18
PR	412625	Sarandi	52	2.636,40	50.091,60	13.068,78
PR	412627	Saudade do Iguaçu	1	50,70	963,30	762,15
PR	412630	Sengés	0	0,00	0,00	4.075,99
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	1	50,70	963,30	731,79
PR	412640	Sertaneja	4	202,80	3.853,20	725,94
PR	412650	Sertanópolis	8	405,60	7.706,40	1.745,76
PR	412660	Siqueira Campos	9	456,30	8.669,70	2.147,55
PR	412665	Sulina	0	0,00	0,00	1.446,61
PR	412667	Tamarana	4	202,80	3.853,20	1.522,26
PR	412670	Tamboara	3	152,10	2.889,90	763,29
PR	412680	Tapejara	8	405,60	7.706,40	1.697,23
PR	412690	Tapira	3	152,10	2.889,90	729,26
PR	412700	Teixeira Soares	3	152,10	2.889,90	1.294,04
PR	412710	Telêmaco Borba	5	253,50	4.816,50	10.689,45
PR	412720	Terra Boa	8	405,60	7.706,40	1.797,55
PR	412730	Terra Rica	8	405,60	7.706,40	1.757,73
PR	412740	Terra Roxa	8	405,60	7.706,40	1.858,34
PR	412750	Tibagi	6	304,20	5.779,80	2.149,07
PR	412760	Tijucas do Sul	2	101,40	1.926,60	2.625,21
PR	412770	Toledo	51	2.585,70	49.128,30	15.660,97
PR	412780	Tomazina	3	152,10	2.889,90	981,02
PR	412785	Três Barras do Paraná	4	202,80	3.853,20	1.326,72
PR	412788	Tunas do Paraná	1	50,70	963,30	1.404,81
PR	412790	Tuneiras do Oeste	4	202,80	3.853,20	993,06
PR	412795	Tupãssi	4	202,80	3.853,20	933,68
PR	412796	Turvo	4	202,80	3.853,20	1.491,17
PR	412800	Ubiratã	11	557,70	10.596,30	2.284,97
PR	412810	Umuarama	53	2.687,10	51.054,90	13.144,35
PR	412820	União da Vitória	5	253,50	4.816,50	6.686,41
PR	412830	Uniflor	2	101,40	1.926,60	750,23
PR	412840	Uraí	4	202,80	3.853,20	1.273,72
PR	412850	Wenceslau Braz	9	456,30	8.669,70	2.076,61
PR	412853	Ventania	4	202,80	3.853,20	1.251,48
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.011,75
PR	412860	Verê	3	152,10	2.889,90	895,88
PR	412862	Alto Paraíso	1	50,70	963,30	721,48
PR	412863	Doutor Ulysses	1	50,70	963,30	883,87
PR	412865	Virmond	2	101,40	1.926,60	738,31
PR	412870	Vitorino	2	101,40	1.926,60	797,21
PR	412880	Xambrê	3	152,10	2.889,90	728,90
Total			2.730	138.411,00	2.629.809,00	2.677.854,49

ANEXO XIX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RJ	330000	SES/RJ	0	0,00	0,00	1.403.863,65
RJ	330010	Angra dos Reis	77	3.903,90	74.174,10	45.411,10
RJ	330015	Aperibé	5	253,50	4.816,50	2.634,80
RJ	330020	Araruama	2	101,40	1.926,60	57.219,66
RJ	330022	Areal	3	152,10	2.889,90	2.833,37
RJ	330023	Armação dos Búzios	16	811,20	15.412,80	7.527,33
RJ	330025	Arraial do Cabo	16	811,20	15.412,80	6.837,60
RJ	330030	Barra do Piraí	22	1.115,40	21.192,60	24.288,73
RJ	330040	Barra Mansa	0	0,00	0,00	83.960,33
RJ	330045	Belford Roxo	147	7.452,90	141.605,10	115.682,70
RJ	330050	Bom Jardim	7	354,90	6.743,10	6.198,73
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	1	50,70	963,30	15.868,43
RJ	330070	Cabo Frio	1	50,70	963,30	99.850,70
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	0	0,00	0,00	26.622,40
RJ	330090	Cambuci	7	354,90	6.743,10	3.535,12
RJ	330093	Carapebus	2	101,40	1.926,60	5.338,46
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	4	202,80	3.853,20	1.945,07
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	186	9.430,20	179.173,80	114.400,53
RJ	330110	Cantagalo	8	405,60	7.706,40	4.627,00
RJ	330115	Cardoso Moreira	5	253,50	4.816,50	2.940,23
RJ	330120	Carmo	0	0,00	0,00	8.523,20
RJ	330130	Casimiro de Abreu	3	152,10	2.889,90	16.709,63
RJ	330140	Conceição de Macabu	10	507,00	9.633,00	5.240,90
RJ	330150	Cordeiro	11	557,70	10.596,30	4.958,33
RJ	330160	Duas Barras	2	101,40	1.926,60	3.285,60
RJ	330170	Duque de Caxias	0	0,00	0,00	415.798,60
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	6	304,20	5.779,80	3.179,40
RJ	330185	Guapimirim	27	1.368,90	26.009,10	13.514,90
RJ	330187	Iguaba Grande	13	659,10	12.522,90	6.285,07

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330190	Itaboraí	108	5.475,60	104.036,40	54.225,27
RJ	330200	Itaguaí	0	0,00	0,00	57.105,53
RJ	330205	Italva	5	253,50	4.816,50	3.435,37
RJ	330210	Itaocara	0	0,00	0,00	10.679,20
RJ	330220	Itaperuna	37	1.875,90	35.642,10	23.332,63
RJ	330225	Itatiaia	0	0,00	0,00	14.748,86
RJ	330227	Japeri	49	2.484,30	47.201,70	23.621,97
RJ	330230	Laje do Muriaé	4	202,80	3.853,20	1.732,27
RJ	330240	Macaé	107	5.424,90	103.073,10	56.965,77
RJ	330245	Macuco	3	152,10	2.889,90	1.267,93
RJ	330250	Magé	0	0,00	0,00	110.796,00
RJ	330260	Mangaratiba	0	0,00	0,00	19.793,66
RJ	330270	Maricá	0	0,00	0,00	71.403,73
RJ	330280	Mendes	11	557,70	10.596,30	4.228,70
RJ	330285	Mesquita	19	963,30	18.302,70	61.627,96
RJ	330290	Miguel Pereira	13	659,10	12.522,90	5.803,23
RJ	330300	Miracema	13	659,10	12.522,90	6.255,67
RJ	330310	Natividade	1	50,70	963,30	6.072,16
RJ	330320	Nilópolis	0	0,00	0,00	73.886,86
RJ	330330	Niterói	0	0,00	0,00	232.879,73
RJ	330340	Nova Friburgo	34	1.723,80	32.752,20	53.758,93
RJ	330350	Nova Iguaçu	282	14.297,40	271.650,60	188.414,80
RJ	330360	Paracambi	0	0,00	0,00	23.541,93
RJ	330370	Paraíba do Sul	19	963,30	18.302,70	10.015,13
RJ	330380	Paraty	18	912,60	17.339,40	9.672,60
RJ	330385	Paty do Alferes	8	405,60	7.706,40	6.297,90
RJ	330390	Petrópolis	51	2.585,70	49.128,30	90.048,03
RJ	330395	Pinheiral	0	0,00	0,00	11.331,60
RJ	330400	Piraí	11	557,70	10.596,30	6.585,13
RJ	330410	Porciúncula	8	405,60	7.706,40	4.313,04
RJ	330411	Porto Real	9	456,30	8.669,70	4.393,43
RJ	330412	Quatis	5	253,50	4.816,50	3.216,50
RJ	330414	Queimados	0	0,00	0,00	67.846,80
RJ	330415	Quissamã	7	354,90	6.743,10	5.491,50
RJ	330420	Resende	57	2.889,90	54.908,10	29.615,37
RJ	330430	Rio Bonito	3	152,10	2.889,90	24.303,70
RJ	330440	Rio Claro	8	405,60	7.706,40	4.197,20
RJ	330450	Rio das Flores	0	0,00	0,00	4.192,53
RJ	330452	Rio das Ostras	0	0,00	0,00	65.854,60
RJ	330455	Rio de Janeiro	2.200	111.540,00	2.119.260,00	1.521.395,40
RJ	330460	Santa Maria Madalena	4	202,80	3.853,20	2.402,87
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	18	912,60	17.339,40	9.639,47
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	7	354,90	6.743,10	14.362,71
RJ	330480	São Fidélis	0	0,00	0,00	19.272,71
RJ	330490	São Gonçalo	0	0,00	0,00	489.918,80
RJ	330500	São João da Barra	15	760,50	14.449,50	8.207,27
RJ	330510	São João de Meriti	0	0,00	0,00	215.039,53
RJ	330513	São José de Ubá	3	152,10	2.889,90	1.681,40
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	0	0,00	0,00	9.853,20
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	45	2.281,50	43.348,50	23.311,40
RJ	330530	São Sebastião do Alto	0	0,00	0,00	4.243,86
RJ	330540	Sapucaia	7	354,90	6.743,10	4.146,11
RJ	330550	Saquarema	38	1.926,60	36.605,40	19.874,17
RJ	330555	Seropédica	0	0,00	0,00	39.394,13
RJ	330560	Silva Jardim	9	456,30	8.669,70	4.985,40
RJ	330570	Sumidouro	4	202,80	3.853,20	3.544,57
RJ	330575	Tanguá	16	811,20	15.412,80	7.693,00
RJ	330580	Teresópolis	5	253,50	4.816,50	77.344,83
RJ	330590	Trajano de Moraes	4	202,80	3.853,20	2.415,47
RJ	330600	Três Rios	37	1.875,90	35.642,10	18.527,13
RJ	330610	Valença	34	1.723,80	32.752,20	17.321,97
RJ	330615	Varre-Sai	3	152,10	2.889,90	2.472,63
RJ	330620	Vassouras	13	659,10	12.522,90	8.345,87
RJ	330630	Volta Redonda	36	1.825,20	34.678,80	89.081,66
Total			3.969	201.228,30	3.823.337,70	6.576.510,35

ANEXO XX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RN	240000	SES/RN	0	0,00	0,00	381.399,13
RN	240010	Acari	5	253,50	4.816,50	2.653,38
RN	240020	Açu	25	1.267,50	24.082,50	13.357,85
RN	240030	Afonso Bezerra	1	50,70	963,30	4.184,41
RN	240040	Água Nova	0	0,00	0,00	1.496,88
RN	240050	Alexandria	5	253,50	4.816,50	3.186,16
RN	240060	Almino Afonso	2	101,40	1.926,60	1.135,29
RN	240070	Alto do Rodrigues	5	253,50	4.816,50	3.297,96
RN	240080	Angicos	6	304,20	5.779,80	2.734,11
RN	240090	Antônio Martins	0	0,00	0,00	3.322,98
RN	240100	Apodi	12	608,40	11.559,60	8.339,16
RN	240110	Areia Branca	10	507,00	9.633,00	6.290,81
RN	240120	Arês	4	202,80	3.853,20	3.284,65
RN	240130	Augusto Severo	3	152,10	2.889,90	2.242,57
RN	240140	Baía Formosa	4	202,80	3.853,20	2.137,19
RN	240145	Baraúna	10	507,00	9.633,00	6.447,85
RN	240150	Barcelona	2	101,40	1.926,60	933,72
RN	240160	Bento Fernandes	3	152,10	2.889,90	1.268,91
RN	240165	Bodó	2	101,40	1.926,60	553,76
RN	240170	Bom Jesus	4	202,80	3.853,20	2.354,15
RN	240180	Brejinho	2	101,40	1.926,60	3.914,00
RN	240185	Caiçara do Norte	0	0,00	0,00	3.041,52
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	2	101,40	1.926,60	844,87
RN	240200	Caicó	36	1.825,20	34.678,80	15.662,63
RN	240210	Campo Redondo	4	202,80	3.853,20	2.581,44
RN	240220	Canguaretama	11	557,70	10.596,30	7.867,13
RN	240230	Caraúbas	8	405,60	7.706,40	5.028,16
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	4	202,80	3.853,20	1.879,83
RN	240250	Carnaubais	0	0,00	0,00	4.940,63
RN	240260	Ceará-Mirim	27	1.368,90	26.009,10	16.923,73
RN	240270	Cerro Corá	4	202,80	3.853,20	2.604,39
RN	240280	Coronel Ezequiel	3	152,10	2.889,90	1.284,06
RN	240290	Coronel João Pessoa	2	101,40	1.926,60	1.143,33
RN	240300	Cruzeta	4	202,80	3.853,20	1.878,45
RN	240310	Currais Novos	23	1.166,10	22.155,90	10.383,60
RN	240320	Doutor Severiano	2	101,40	1.926,60	1.650,70
RN	240325	Parnamirim	131	6.641,70	126.192,30	58.370,81
RN	240330	Encanto	0	0,00	0,00	2.601,63
RN	240340	Equador	4	202,80	3.853,20	1.404,82
RN	240350	Espírito Santo	3	152,10	2.889,90	2.468,71
RN	240360	Extremoz	15	760,50	14.449,50	6.492,52
RN	240370	Felipe Guerra	0	0,00	0,00	2.778,87
RN	240375	Fernando Pedroza	2	101,40	1.926,60	705,28
RN	240380	Florânia	4	202,80	3.853,20	2.126,40
RN	240390	Francisco Dantas	2	101,40	1.926,60	672,45
RN	240400	Frutuoso Gomes	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	240410	Galinhos	1	50,70	963,30	623,32
RN	240420	Goianinha	7	354,90	6.743,10	5.984,78
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	0	0,00	0,00	6.041,25
RN	240440	Grossos	4	202,80	3.853,20	2.384,45
RN	240450	Guamaré	3	152,10	2.889,90	4.139,48
RN	240460	Ielmo Marinho	4	202,80	3.853,20	3.148,51
RN	240470	Ipanguaçu	4	202,80	3.853,20	3.550,28
RN	240480	Ipueira	2	101,40	1.926,60	516,79
RN	240485	Itajá	0	0,00	0,00	3.476,35
RN	240490	Itaú	2	101,40	1.926,60	1.361,43
RN	240500	Jaçanã	4	202,80	3.853,20	2.081,86
RN	240510	Jandaíra	0	0,00	0,00	3.285,36
RN	240520	Janduís	3	152,10	2.889,90	1.251,92
RN	240530	Januário Cicco	1	50,70	963,30	3.672,44
RN	240540	Japi	0	0,00	0,00	2.520,82
RN	240550	Jardim de Angicos	0	0,00	0,00	1.228,73
RN	240560	Jardim de Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.411,15
RN	240570	Jardim do Seridó	6	304,20	5.779,80	2.887,93
RN	240580	João Câmara	0	0,00	0,00	16.110,78
RN	240590	João Dias	1	50,70	963,30	618,73
RN	240600	José da Penha	3	152,10	2.889,90	1.388,98
RN	240610	Jucurutu	6	304,20	5.779,80	4.254,18
RN	240615	Jundiá	2	101,40	1.926,60	897,67
RN	240620	Lagoa d'Anta	3	152,10	2.889,90	1.559,56
RN	240630	Lagoa de Pedras	3	152,10	2.889,90	1.740,01
RN	240640	Lagoa de Velhos	2	101,40	1.926,60	636,18
RN	240650	Lagoa Nova	4	202,80	3.853,20	3.579,20
RN	240660	Lagoa Salgada	3	152,10	2.889,90	1.898,42
RN	240670	Lajes	4	202,80	3.853,20	2.597,97
RN	240680	Lajes Pintadas	2	101,40	1.926,60	1.107,05
RN	240690	Lucrécia	2	101,40	1.926,60	918,79
RN	240700	Luís Gomes	3	152,10	2.889,90	2.344,28
RN	240710	Macaíba	21	1.064,70	20.229,30	18.340,44
RN	240720	Macau	14	709,80	13.486,20	7.314,30
RN	240725	Major Sales	1	50,70	963,30	918,79
RN	240730	Marcelino Vieira	4	202,80	3.853,20	1.952,84
RN	240740	Martins	3	152,10	2.889,90	2.018,73
RN	240750	Maxaranguape	3	152,10	2.889,90	2.806,20
RN	240760	Messias Targino	3	152,10	2.889,90	1.057,92
RN	240770	Montanhas	4	202,80	3.853,20	2.673,27
RN	240780	Monte Alegre	6	304,20	5.779,80	5.156,90
RN	240790	Monte das Gameleiras	0	0,00	0,00	1.038,17
RN	240800	Mossoró	146	7.402,20	140.641,80	67.869,20
RN	240810	Natal	448	22.713,60	431.558,40	202.853,75
RN	240820	Nísia Floresta	7	354,90	6.743,10	6.284,16
RN	240830	Nova Cruz	13	659,10	12.522,90	8.654,14
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	2	101,40	1.926,60	1.008,10
RN	240850	Ouro Branco	2	101,40	1.926,60	1.120,83
RN	240860	Paraná	0	0,00	0,00	1.963,39
RN	240870	Paraú	1	50,70	963,30	900,89
RN	240880	Parazinho	1	50,70	963,30	1.456,64
RN	240890	Parelhas	12	608,40	11.559,60	4.974,84
RN	240895	Rio do Fogo	4	202,80	3.853,20	2.502,69
RN	240910	Passa e Fica	3	152,10	2.889,90	3.124,72
RN	240920	Passagem	0	0,00	0,00	1.427,54
RN	240930	Patu	6	304,20	5.779,80	2.948,77
RN	240933	Santa Maria	0	0,00	0,00	2.525,41
RN	240940	Pau dos Ferros	14	709,80	13.486,20	6.991,27
RN	240950	Pedra Grande	0	0,00	0,00	1.609,37

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240960	Pedra Preta	0	0,00	0,00	1.197,04
RN	240970	Pedro Avelino	3	152,10	2.889,90	1.649,79
RN	240980	Pedro Velho	0	0,00	0,00	6.866,37
RN	240990	Pendências	1	50,70	963,30	5.962,31
RN	241000	Pilões	2	101,40	1.926,60	880,68
RN	241010	Poço Branco	4	202,80	3.853,20	3.539,72
RN	241020	Portalegre	3	152,10	2.889,90	1.815,77
RN	241025	Porto do Mangue	3	152,10	2.889,90	1.558,64
RN	241030	Serra Caiada	4	202,80	3.853,20	2.318,56
RN	241040	Pureza	0	0,00	0,00	4.393,30
RN	241050	Rafael Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.174,32
RN	241060	Rafael Godeiro	2	101,40	1.926,60	742,47
RN	241070	Riacho da Cruz	2	101,40	1.926,60	818,69
RN	241080	Riacho de Santana	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	241090	Riachuelo	2	101,40	1.926,60	1.853,89
RN	241100	Rodolfo Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.044,37
RN	241105	Tibau	2	101,40	1.926,60	941,29
RN	241110	Ruy Barbosa	2	101,40	1.926,60	846,93
RN	241120	Santa Cruz	19	963,30	18.302,70	9.106,88
RN	241140	Santana do Matos	0	0,00	0,00	6.321,80
RN	241142	Santana do Seridó	2	101,40	1.926,60	620,10
RN	241150	Santo Antônio	4	202,80	3.853,20	7.267,81
RN	241160	São Bento do Norte	0	0,00	0,00	1.362,34
RN	241170	São Bento do Trairí	2	101,40	1.926,60	1.015,91
RN	241180	São Fernando	2	101,40	1.926,60	830,40
RN	241190	São Francisco do Oeste	2	101,40	1.926,60	972,97
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	54	2.737,80	52.018,20	23.258,58
RN	241210	São João do Sabugi	3	152,10	2.889,90	1.437,19
RN	241220	São José de Mipibu	13	659,10	12.522,90	10.100,52
RN	241230	São José do Campestre	5	253,50	4.816,50	2.986,19
RN	241240	São José do Seridó	2	101,40	1.926,60	1.065,96
RN	241250	São Miguel	9	456,30	8.669,70	5.420,46
RN	241255	São Miguel do Gostoso	3	152,10	2.889,90	2.205,38
RN	241260	São Paulo do Potengi	7	354,90	6.743,10	4.034,24
RN	241270	São Pedro	3	152,10	2.889,90	1.445,46
RN	241280	São Rafael	4	202,80	3.853,20	1.917,25
RN	241290	São Tomé	4	202,80	3.853,20	2.576,61
RN	241300	São Vicente	3	152,10	2.889,90	1.485,17
RN	241310	Senador Elói de Souza	3	152,10	2.889,90	1.420,66
RN	241320	Senador Georgino Avelino	2	101,40	1.926,60	1.015,45
RN	241330	Serra de São Bento	3	152,10	2.889,90	1.353,62
RN	241335	Serra do Mel	4	202,80	3.853,20	2.717,81
RN	241340	Serra Negra do Norte	3	152,10	2.889,90	1.876,84
RN	241350	Serrinha	3	152,10	2.889,90	1.519,84
RN	241355	Serrinha dos Pintos	1	50,70	963,30	1.259,52
RN	241360	Severiano Melo	2	101,40	1.926,60	1.508,81
RN	241370	Sítio Novo	3	152,10	2.889,90	1.269,14
RN	241380	Taboleiro Grande	2	101,40	1.926,60	589,11
RN	241390	Taipu	4	202,80	3.853,20	2.853,26
RN	241400	Tangará	6	304,20	5.779,80	3.642,57
RN	241410	Tenente Ananias	1	50,70	963,30	4.002,12
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	3	152,10	2.889,90	1.396,98
RN	241420	Tibau do Sul	4	202,80	3.853,20	3.190,06
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	0	0,00	0,00	1.118,98
RN	241440	Touros	0	0,00	0,00	15.631,41
RN	241445	Triunfo Potiguar	0	0,00	0,00	1.563,92
RN	241450	Umarizal	0	0,00	0,00	5.001,70
RN	241460	Upanema	0	0,00	0,00	7.274,74
RN	241470	Várzea	3	152,10	2.889,90	1.275,11
RN	241475	Venha-Ver	2	101,40	1.926,60	961,27
RN	241480	Vera Cruz	4	202,80	3.853,20	2.840,18
RN	241490	Viçosa	2	101,40	1.926,60	397,41
RN	241500	Vila Flor	2	101,40	1.926,60	728,47
Total			1.434	72.703,80	1.381.372,20	1.253.992,38

ANEXO XXI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RO	110000	SES/RO	0	0,00	0,00	238.118,37
RO	110001	Alta Floresta D'Oeste	9	456,30	8.669,70	7.504,00
RO	110002	Ariquemes	1	50,70	963,30	61.654,61
RO	110003	Cabixi	2	101,40	1.926,60	4.568,40
RO	110004	Cacoal	1	50,70	963,30	50.665,78
RO	110005	Cerejeiras	4	202,80	3.853,20	6.670,71
RO	110006	Colorado do Oeste	1	50,70	963,30	10.230,86
RO	110007	Corumbiara	3	152,10	2.889,90	6.146,10
RO	110008	Costa Marques	1	50,70	963,30	14.986,70
RO	110009	Espigão D'Oeste	7	354,90	6.743,10	12.524,40
RO	110010	Guajará-Mirim	10	507,00	9.633,00	32.202,96
RO	110011	Jaru	5	253,50	4.816,50	27.774,91
RO	110012	Ji-Paraná	37	1.875,90	35.642,10	41.746,98
RO	110013	Machadinho D'Oeste	6	304,20	5.779,80	28.260,46
RO	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	3	152,10	2.889,90	9.795,85
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	3	152,10	2.889,90	20.501,18
RO	110018	Pimenta Bueno	17	861,90	16.376,10	11.098,21
RO	110020	Porto Velho	144	7.300,80	138.715,20	260.131,54
RO	110025	Presidente Médici	0	0,00	0,00	13.426,58
RO	110026	Rio Crespo	6	304,20	5.779,80	2.269,71
RO	110028	Rolim de Moura	3	152,10	2.889,90	30.403,26
RO	110029	Santa Luzia D'Oeste	3	152,10	2.889,90	5.997,10
RO	110030	Vilhena	0	0,00	0,00	55.784,16
RO	110032	São Miguel do Guaporé	0	0,00	0,00	14.105,58
RO	110033	Nova Mamoré	7	354,90	6.743,10	18.729,13
RO	110034	Alvorada D'Oeste	0	0,00	0,00	10.149,41
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	4	202,80	3.853,20	9.021,38
RO	110040	Alto Paraíso	5	253,50	4.816,50	13.624,44
RO	110045	Buritis	10	507,00	9.633,00	29.411,00
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	3	152,10	2.889,90	7.625,10
RO	110060	Cacaulândia	2	101,40	1.926,60	4.533,40
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	8	405,60	7.706,40	7.242,00
RO	110080	Candeias do Jamari	21	1.064,70	20.229,30	11.138,10
RO	110090	Castanheiras	0	0,00	0,00	4.241,44
RO	110092	Chupinguaia	4	202,80	3.853,20	6.739,80
RO	110094	Cujubim	0	0,00	0,00	19.787,24
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	0	0,00	0,00	10.534,00
RO	110110	Itapuã do Oeste	5	253,50	4.816,50	5.493,50
RO	110120	Ministro Andreazza	3	152,10	2.889,90	8.009,10
RO	110130	Mirante da Serra	0	0,00	0,00	12.469,00
RO	110140	Monte Negro	0	0,00	0,00	14.270,65
RO	110143	Nova União	0	0,00	0,00	7.883,00
RO	110145	Parecis	3	152,10	2.889,90	2.602,68
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	1	50,70	963,30	3.311,77
RO	110147	Primavera de Rondônia	2	101,40	1.926,60	2.297,71
RO	110148	São Felipe D'Oeste	1	50,70	963,30	5.255,70
RO	110149	São Francisco do Guaporé	4	202,80	3.853,20	15.840,80
RO	110150	Seringueiras	0	0,00	0,00	12.653,00
RO	110155	Teixeirópolis	2	101,40	1.926,60	2.552,26
RO	110160	Theobroma	4	202,80	3.853,20	7.496,80
RO	110170	Urupá	0	0,00	0,00	12.366,75
RO	110175	Vale do Anari	8	405,60	7.706,40	5.574,50
RO	110180	Vale do Paraíso	0	0,00	0,00	8.425,00
Total			363	18.404,10	349.677,90	1.245.847,07

ANEXO XXII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RR	140000	SES/RR	0	0,00	0,00	49.038,05
RR	140002	Amajari	5	253,50	4.816,50	8.140,33
RR	140005	Alto Alegre	19	963,30	18.302,70	11.280,56
RR	140010	Boa Vista	152	7.706,40	146.421,60	153.724,47
RR	140015	Bonfim	14	709,80	13.486,20	9.182,72
RR	140017	Cantá	20	1.014,00	19.266,00	8.438,50
RR	140020	Caracaraí	16	811,20	15.412,80	12.631,58
RR	140023	Caroebe	0	0,00	0,00	9.493,00
RR	140028	Iracema	0	0,00	0,00	15.148,30
RR	140030	Mucajaí	7	354,90	6.743,10	18.956,20
RR	140040	Normandia	4	202,80	3.853,20	6.673,80
RR	140045	Pacaraima	8	405,60	7.706,40	9.432,97
RR	140047	Rorainópolis	22	1.115,40	21.192,60	20.138,46
RR	140050	São João da Baliza	7	354,90	6.743,10	4.479,53
RR	140060	São Luiz	2	101,40	1.926,60	5.670,40
RR	140070	Uiramutã	3	152,10	2.889,90	6.946,10
Total			279	14.145,30	268.760,70	349.374,97

ANEXO XXIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RS	430000	SES/RS	0	0,00	0,00	687.500,87
RS	430003	Aceguá	1	50,70	963,30	1.685,47
RS	430005	Água Santa	0	0,00	0,00	1.508,00
RS	430010	Agudo	0	0,00	0,00	3.693,01
RS	430020	Ajuricaba	2	101,40	1.926,60	1.307,24
RS	430030	Alecrim	0	0,00	0,00	2.265,48
RS	430040	Alegrete	5	253,50	4.816,50	14.347,90
RS	430045	Alegria	2	101,40	1.926,60	727,93
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	1	50,70	963,30	732,27
RS	430050	Alpestre	1	50,70	963,30	947,99
RS	430055	Alto Alegre	0	0,00	0,00	1.459,43
RS	430057	Alto Feliz	0	0,00	0,00	1.484,74
RS	430060	Alvorada	27	1.368,90	26.009,10	39.220,08
RS	430063	Amaral Ferrador	0	0,00	0,00	1.596,61
RS	430064	Ametista do Sul	0	0,00	0,00	1.785,12
RS	430066	André da Rocha	1	50,70	963,30	756,95
RS	430070	Anta Gorda	0	0,00	0,00	1.514,97
RS	430080	Antônio Prado	1	50,70	963,30	2.245,68
RS	430085	Arambaré	0	0,00	0,00	1.465,09
RS	430087	Araricá	1	50,70	963,30	1.813,80
RS	430090	Aratiba	3	152,10	2.889,90	1.261,44
RS	430100	Arroio do Meio	2	101,40	1.926,60	2.316,92
RS	430105	Arroio do Sal	1	50,70	963,30	2.443,91
RS	430107	Arroio do Padre	0	0,00	0,00	1.503,28
RS	430110	Arroio dos Ratos	0	0,00	0,00	3.939,34
RS	430120	Arroio do Tigre	0	0,00	0,00	3.143,28
RS	430130	Arroio Grande	0	0,00	0,00	4.070,47
RS	430140	Arvorezinha	0	0,00	0,00	2.287,06
RS	430150	Augusto Pestana	2	101,40	1.926,60	798,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430155	Áurea	1	50,70	963,30	732,33
RS	430160	Bagé	30	1.521,00	28.899,00	13.900,35
RS	430163	Balneário Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.800,94
RS	430165	Barão	0	0,00	0,00	1.497,82
RS	430170	Barão de Cotegipe	2	101,40	1.926,60	1.298,32
RS	430175	Barão do Triunfo	0	0,00	0,00	1.592,36
RS	430180	Barracão	1	50,70	963,30	734,15
RS	430185	Barra do Guarita	0	0,00	0,00	1.500,67
RS	430187	Barra do Quaraí	2	101,40	1.926,60	1.133,48
RS	430190	Barra do Ribeiro	1	50,70	963,30	2.341,22
RS	430192	Barra do Rio Azul	1	50,70	963,30	737,35
RS	430195	Barra Funda	1	50,70	963,30	750,97
RS	430200	Barros Cassal	0	0,00	0,00	2.578,84
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	0	0,00	0,00	1.551,27
RS	430210	Bento Gonçalves	0	0,00	0,00	25.119,82
RS	430215	Boa Vista das Missões	0	0,00	0,00	1.475,77
RS	430220	Boa Vista do Buricá	3	152,10	2.889,90	1.443,74
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	1	50,70	963,30	735,58
RS	430223	Boa Vista do Incra	0	0,00	0,00	1.502,28
RS	430225	Boa Vista do Sul	0	0,00	0,00	1.505,90
RS	430230	Bom Jesus	0	0,00	0,00	2.956,45
RS	430235	Bom Princípio	0	0,00	0,00	3.295,29
RS	430237	Bom Progresso	1	50,70	963,30	1.318,13
RS	430240	Bom Retiro do Sul	0	0,00	0,00	2.585,08
RS	430245	Boqueirão do Leão	0	0,00	0,00	1.762,21
RS	430250	Bossoroca	2	101,40	1.926,60	1.330,00
RS	430258	Bozano	0	0,00	0,00	1.464,27
RS	430260	Braga	1	50,70	963,30	730,60
RS	430265	Brochier	1	50,70	963,30	751,13
RS	430270	Butiá	0	0,00	0,00	4.473,75
RS	430280	Caçapava do Sul	0	0,00	0,00	7.336,90
RS	430290	Cacequi	4	202,80	3.853,20	1.546,80
RS	430300	Cachoeira do Sul	5	253,50	4.816,50	14.017,53
RS	430310	Cachoeirinha	10	507,00	9.633,00	23.955,24
RS	430320	Cacique Doble	1	50,70	963,30	760,39
RS	430330	Caibaté	0	0,00	0,00	2.458,99
RS	430340	Caiçara	0	0,00	0,00	1.465,27
RS	430350	Camaquã	5	253,50	4.816,50	9.042,07
RS	430355	Camargo	2	101,40	1.926,60	757,98
RS	430360	Cambará do Sul	0	0,00	0,00	1.574,97
RS	430367	Campestre da Serra	0	0,00	0,00	1.486,36
RS	430370	Campina das Missões	2	101,40	1.926,60	1.899,14
RS	430380	Campinas do Sul	2	101,40	1.926,60	1.261,41
RS	430390	Campo Bom	3	152,10	2.889,90	14.204,12
RS	430400	Campo Novo	0	0,00	0,00	2.415,41
RS	430410	Campos Borges	0	0,00	0,00	1.463,75
RS	430420	Candelária	0	0,00	0,00	6.702,42
RS	430430	Cândido Godói	3	152,10	2.889,90	753,26
RS	430435	Candiota	0	0,00	0,00	3.035,75
RS	430440	Canela	0	0,00	0,00	9.341,03
RS	430450	Canguçu	3	152,10	2.889,90	9.453,91
RS	430460	Canoas	14	709,80	13.486,20	94.726,28
RS	430461	Canudos do Vale	0	0,00	0,00	1.463,86
RS	430462	Capão Bonito do Sul	0	0,00	0,00	1.462,81
RS	430463	Capão da Canoa	5	253,50	4.816,50	5.191,81
RS	430465	Capão do Cipó	1	50,70	963,30	768,01
RS	430466	Capão do Leão	0	0,00	0,00	5.434,79
RS	430467	Capivari do Sul	1	50,70	963,30	2.006,72
RS	430468	Capela de Santana	2	101,40	1.926,60	1.659,77
RS	430469	Capitão	0	0,00	0,00	1.487,92
RS	430470	Carazinho	13	659,10	12.522,90	6.648,46
RS	430471	Caraá	0	0,00	0,00	1.724,19
RS	430480	Carlos Barbosa	3	152,10	2.889,90	3.020,93
RS	430485	Carlos Gomes	0	0,00	0,00	1.458,43
RS	430490	Casca	3	152,10	2.889,90	1.396,84
RS	430495	Caseiros	0	0,00	0,00	1.497,54
RS	430500	Catuípe	2	101,40	1.926,60	1.376,45
RS	430510	Caxias do Sul	72	3.650,40	69.357,60	51.555,62
RS	430511	Centenário	1	50,70	963,30	732,59
RS	430512	Cerrito	0	0,00	0,00	2.600,40
RS	430513	Cerro Branco	2	101,40	1.926,60	745,94
RS	430515	Cerro Grande	1	50,70	963,30	731,94
RS	430517	Cerro Grande do Sul	0	0,00	0,00	2.382,55
RS	430520	Cerro Largo	4	202,80	3.853,20	1.589,23
RS	430530	Chapada	0	0,00	0,00	2.774,45
RS	430535	Charqueadas	0	0,00	0,00	10.243,40
RS	430537	Charrua	1	50,70	963,30	759,02
RS	430540	Chiapetta	0	0,00	0,00	2.415,88
RS	430543	Chuí	0	0,00	0,00	2.239,10
RS	430544	Chuvisca	0	0,00	0,00	1.510,53
RS	430545	Cidreira	2	101,40	1.926,60	1.892,42
RS	430550	Ciríaco	1	50,70	963,30	732,70
RS	430558	Colinas	0	0,00	0,00	1.469,30
RS	430560	Colorado	2	101,40	1.926,60	730,11
RS	430570	Condor	1	50,70	963,30	1.700,29
RS	430580	Constantina	2	101,40	1.926,60	1.427,98
RS	430583	Coqueiro Baixo	0	0,00	0,00	1.465,14
RS	430585	Coqueiros do Sul	1	50,70	963,30	731,64
RS	430587	Coronel Barros	2	101,40	1.926,60	738,51
RS	430590	Coronel Bicaco	3	152,10	2.889,90	1.304,27
RS	430593	Coronel Pilar	0	0,00	0,00	1.529,65
RS	430595	Cotiporã	1	50,70	963,30	733,01
RS	430597	Coxilha	0	0,00	0,00	1.465,91
RS	430600	Crissiumal	3	152,10	2.889,90	1.677,03
RS	430605	Cristal	0	0,00	0,00	2.817,65
RS	430607	Cristal do Sul	0	0,00	0,00	1.469,17
RS	430610	Cruz Alta	10	507,00	9.633,00	6.999,90
RS	430613	Cruzaltense	0	0,00	0,00	1.457,54
RS	430620	Cruzeiro do Sul	0	0,00	0,00	2.795,86
RS	430630	David Canabarro	0	0,00	0,00	1.470,64
RS	430632	Derrubadas	0	0,00	0,00	2.146,37
RS	430635	Dezesseis de Novembro	2	101,40	1.926,60	728,56
RS	430637	Dilermando de Aguiar	1	50,70	963,30	732,98
RS	430640	Dois Irmãos	2	101,40	1.926,60	6.171,69
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	2	101,40	1.926,60	731,70
RS	430645	Dois Lajeados	0	0,00	0,00	1.483,20
RS	430650	Dom Feliciano	1	50,70	963,30	2.417,75
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	733,43
RS	430660	Dom Pedrito	0	0,00	0,00	8.661,25
RS	430670	Dona Francisca	0	0,00	0,00	1.459,87
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.077,92
RS	430675	Doutor Ricardo	0	0,00	0,00	1.465,79
RS	430676	Eldorado do Sul	0	0,00	0,00	10.159,66
RS	430680	Encantado	1	50,70	963,30	3.644,81
RS	430690	Encruzilhada do Sul	3	152,10	2.889,90	2.793,08
RS	430692	Engenho Velho	1	50,70	963,30	750,33
RS	430693	Entre-Ijuís	3	152,10	2.889,90	1.378,23
RS	430695	Entre Rios do Sul	0	0,00	0,00	1.461,65
RS	430697	Erebango	1	50,70	963,30	742,59
RS	430700	Erechim	40	2.028,00	38.532,00	10.934,23
RS	430705	Ernestina	0	0,00	0,00	1.477,19
RS	430710	Herval	2	101,40	1.926,60	1.104,15
RS	430720	Erval Grande	1	50,70	963,30	733,27
RS	430730	Erval Seco	2	101,40	1.926,60	1.302,83
RS	430740	Esmeralda	0	0,00	0,00	1.482,31
RS	430745	Esperança do Sul	1	50,70	963,30	1.183,39
RS	430750	Espumoso	1	50,70	963,30	2.415,37
RS	430755	Estação	1	50,70	963,30	1.653,31
RS	430760	Estância Velha	0	0,00	0,00	12.684,92
RS	430770	Esteio	0	0,00	0,00	22.544,65
RS	430780	Estrela	1	50,70	963,30	5.916,90
RS	430781	Estrela Velha	1	50,70	963,30	734,37
RS	430783	Eugênio de Castro	0	0,00	0,00	1.457,93
RS	430786	Fagundes Varela	0	0,00	0,00	1.494,20
RS	430790	Farroupilha	6	304,20	5.779,80	8.576,03
RS	430800	Faxinal do Soturno	1	50,70	963,30	1.720,24
RS	430805	Faxinalzinho	1	50,70	963,30	730,27
RS	430807	Fazenda Vilanova	1	50,70	963,30	790,78
RS	430810	Feliz	1	50,70	963,30	2.245,81
RS	430820	Flores da Cunha	3	152,10	2.889,90	3.219,96
RS	430825	Floriano Peixoto	0	0,00	0,00	1.458,29
RS	430830	Fontoura Xavier	1	50,70	963,30	1.477,70
RS	430840	Formigueiro	1	50,70	963,30	783,52
RS	430843	Forquetinha	0	0,00	0,00	1.464,95
RS	430845	Fortaleza dos Valos	0	0,00	0,00	1.463,67
RS	430850	Frederico Westphalen	10	507,00	9.633,00	3.322,88
RS	430860	Garibaldi	1	50,70	963,30	5.965,40
RS	430865	Garruchos	2	101,40	1.926,60	1.073,98
RS	430870	Gaurama	0	0,00	0,00	2.550,00
RS	430880	General Câmara	0	0,00	0,00	1.973,01
RS	430885	Gentil	1	50,70	963,30	777,84
RS	430890	Getúlio Vargas	2	101,40	1.926,60	1.765,81
RS	430900	Giruá	6	304,20	5.779,80	1.860,56
RS	430905	Glorinha	0	0,00	0,00	2.764,03
RS	430910	Gramado	0	0,00	0,00	7.585,44
RS	430912	Gramado dos Loureiros	0	0,00	0,00	1.462,01
RS	430915	Gramado Xavier	0	0,00	0,00	1.511,80
RS	430920	Gravataí	64	3.244,80	61.651,20	38.100,17
RS	430925	Guabiju	0	0,00	0,00	1.463,46
RS	430930	Guaíba	10	507,00	9.633,00	17.053,85
RS	430940	Guaporé	0	0,00	0,00	5.139,97
RS	430950	Guarani das Missões	0	0,00	0,00	3.973,41
RS	430955	Harmonia	0	0,00	0,00	1.523,88
RS	430957	Herveiras	1	50,70	963,30	737,53
RS	430960	Horizontina	9	456,30	8.669,70	2.106,97
RS	430965	Hulha Negra	0	0,00	0,00	1.536,64
RS	430970	Humaitá	2	101,40	1.926,60	1.201,50
RS	430975	Ibarama	1	50,70	963,30	734,67
RS	430980	Ibiaçá	1	50,70	963,30	734,40
RS	430990	Ibiraiaras	1	50,70	963,30	1.686,07
RS	430995	Ibirapuitã	0	0,00	0,00	1.466,09
RS	431000	Ibirubá	8	405,60	7.706,40	2.140,64
RS	431010	Igrejinha	4	202,80	3.853,20	3.811,45
RS	431020	Ijuí	35	1.774,50	33.715,50	8.799,87

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431030	Ilópolis	0	0,00	0,00	1.466,65
RS	431033	Imbé	7	354,90	6.743,10	2.126,42
RS	431036	Imigrante	1	50,70	963,30	740,34
RS	431040	Independência	3	152,10	2.889,90	1.283,19
RS	431041	Inhacorá	0	0,00	0,00	1.465,36
RS	431043	Ipê	0	0,00	0,00	1.564,10
RS	431046	Ipiranga do Sul	1	50,70	963,30	732,87
RS	431050	Iraí	2	101,40	1.926,60	1.321,99
RS	431053	Itaara	1	50,70	963,30	1.757,54
RS	431055	Itacurubi	1	50,70	963,30	734,48
RS	431057	Itapuca	0	0,00	0,00	1.460,20
RS	431060	Itaqui	5	253,50	4.816,50	4.792,78
RS	431065	Itati	0	0,00	0,00	1.463,37
RS	431070	Itatiba do Sul	0	0,00	0,00	1.454,03
RS	431075	Ivorá	0	0,00	0,00	1.460,46
RS	431080	Ivoti	0	0,00	0,00	5.928,68
RS	431085	Jaboticaba	0	0,00	0,00	1.462,98
RS	431087	Jacuizinho	0	0,00	0,00	1.495,62
RS	431090	Jacutinga	1	50,70	963,30	736,12
RS	431100	Jaguarão	0	0,00	0,00	6.911,73
RS	431110	Jaguari	1	50,70	963,30	1.967,63
RS	431112	Jaquirana	0	0,00	0,00	1.460,37
RS	431113	Jari	0	0,00	0,00	1.465,72
RS	431115	Jóia	2	101,40	1.926,60	936,78
RS	431120	Júlio de Castilhos	3	152,10	2.889,90	2.176,71
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	1	50,70	963,30	755,54
RS	431125	Lagoão	1	50,70	963,30	789,49
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	1	50,70	963,30	734,60
RS	431130	Lagoa Vermelha	5	253,50	4.816,50	3.091,55
RS	431140	Lajeado	5	253,50	4.816,50	11.812,80
RS	431142	Lajeado do Bugre	1	50,70	963,30	739,58
RS	431150	Lavras do Sul	0	0,00	0,00	1.816,74
RS	431160	Liberato Salzano	0	0,00	0,00	1.488,83
RS	431162	Lindolfo Collor	0	0,00	0,00	1.535,09
RS	431164	Linha Nova	0	0,00	0,00	1.591,42
RS	431170	Machadinho	1	50,70	963,30	737,05
RS	431171	Maçambará	1	50,70	963,30	789,70
RS	431173	Mampituba	1	50,70	963,30	740,38
RS	431175	Manoel Viana	3	152,10	2.889,90	1.383,45
RS	431177	Maquiné	1	50,70	963,30	823,92
RS	431179	Maratá	1	50,70	963,30	748,96
RS	431180	Marau	17	861,90	16.376,10	4.241,22
RS	431190	Marcelino Ramos	0	0,00	0,00	1.466,85
RS	431198	Mariana Pimentel	0	0,00	0,00	1.478,75
RS	431200	Mariano Moro	0	0,00	0,00	1.461,17
RS	431205	Marques de Souza	0	0,00	0,00	1.468,94
RS	431210	Mata	1	50,70	963,30	1.539,06
RS	431213	Mato Castelhano	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431215	Mato Leitão	0	0,00	0,00	1.564,55
RS	431217	Mato Queimado	1	50,70	963,30	730,96
RS	431220	Maximiliano de Almeida	0	0,00	0,00	1.462,30
RS	431225	Minas do Leão	0	0,00	0,00	1.789,78
RS	431230	Miraguaí	1	50,70	963,30	733,48
RS	431235	Montauri	0	0,00	0,00	1.463,19
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	0	0,00	0,00	1.484,06
RS	431238	Monte Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.464,00
RS	431240	Montenegro	10	507,00	9.633,00	8.455,21
RS	431242	Mormaço	0	0,00	0,00	1.547,30
RS	431244	Morrinhos do Sul	1	50,70	963,30	731,44
RS	431245	Morro Redondo	0	0,00	0,00	2.652,27
RS	431247	Morro Reuter	0	0,00	0,00	1.518,02
RS	431250	Mostardas	1	50,70	963,30	2.203,00
RS	431260	Muçum	1	50,70	963,30	745,73
RS	431261	Muitos Capões	0	0,00	0,00	1.494,35
RS	431262	Muliterno	1	50,70	963,30	743,57
RS	431265	Não-Me-Toque	6	304,20	5.779,80	1.796,96
RS	431267	Nicolau Vergueiro	0	0,00	0,00	1.465,03
RS	431270	Nonoai	0	0,00	0,00	3.071,82
RS	431275	Nova Alvorada	1	50,70	963,30	768,24
RS	431280	Nova Araçá	0	0,00	0,00	1.562,76
RS	431290	Nova Bassano	1	50,70	963,30	2.026,13
RS	431295	Nova Boa Vista	0	0,00	0,00	1.461,44
RS	431300	Nova Bréscia	0	0,00	0,00	1.487,66
RS	431301	Nova Candelária	1	50,70	963,30	733,05
RS	431303	Nova Esperança do Sul	1	50,70	963,30	762,32
RS	431306	Nova Hartz	1	50,70	963,30	4.410,01
RS	431308	Nova Pádua	0	0,00	0,00	1.485,09
RS	431310	Nova Palma	1	50,70	963,30	776,22
RS	431320	Nova Petrópolis	5	253,50	4.816,50	2.153,88
RS	431330	Nova Prata	2	101,40	1.926,60	3.639,23
RS	431333	Nova Ramada	1	50,70	963,30	731,01
RS	431335	Nova Roma do Sul	0	0,00	0,00	1.518,70
RS	431337	Nova Santa Rita	3	152,10	2.889,90	4.075,26
RS	431339	Novo Cabrais	0	0,00	0,00	1.510,03
RS	431340	Novo Hamburgo	2	101,40	1.926,60	72.994,80
RS	431342	Novo Machado	2	101,40	1.926,60	1.071,36
RS	431344	Novo Tiradentes	0	0,00	0,00	1.465,23
RS	431346	Novo Xingu	2	101,40	1.926,60	732,86
RS	431349	Novo Barreiro	2	101,40	1.926,60	744,29
RS	431350	Osório	6	304,20	5.779,80	4.711,53
RS	431360	Paim Filho	0	0,00	0,00	2.375,95
RS	431365	Palmares do Sul	0	0,00	0,00	3.102,85
RS	431370	Palmeira das Missões	12	608,40	11.559,60	3.733,79
RS	431380	Palmitinho	0	0,00	0,00	1.579,37
RS	431390	Panambi	21	1.064,70	20.229,30	4.410,19
RS	431395	Pantano Grande	0	0,00	0,00	3.197,94
RS	431400	Paraí	1	50,70	963,30	830,56
RS	431402	Paraíso do Sul	1	50,70	963,30	836,27
RS	431403	Pareci Novo	0	0,00	0,00	1.633,71
RS	431405	Parobé	2	101,40	1.926,60	12.893,01
RS	431406	Passa Sete	0	0,00	0,00	1.518,14
RS	431407	Passo do Sobrado	0	0,00	0,00	1.571,86
RS	431410	Passo Fundo	0	0,00	0,00	43.370,18
RS	431413	Paulo Bento	0	0,00	0,00	1.518,77
RS	431415	Paverama	2	101,40	1.926,60	868,70
RS	431417	Pedras Altas	2	101,40	1.926,60	1.073,57
RS	431420	Pedro Osório	0	0,00	0,00	1.799,95
RS	431430	Pejuçara	1	50,70	963,30	737,62
RS	431440	Pelotas	54	2.737,80	52.018,20	38.945,73
RS	431442	Picada Café	0	0,00	0,00	1.586,07
RS	431445	Pinhal	0	0,00	0,00	1.541,73
RS	431446	Pinhal da Serra	0	0,00	0,00	1.534,93
RS	431447	Pinhal Grande	0	0,00	0,00	1.465,43
RS	431449	Pinheirinho do Vale	1	50,70	963,30	1.558,97
RS	431450	Pinheiro Machado	2	101,40	1.926,60	1.536,07
RS	431454	Pinto Bandeira	0	0,00	0,00	1.578,99
RS	431455	Pirapó	2	101,40	1.926,60	1.071,05
RS	431460	Piratini	3	152,10	2.889,90	2.333,48
RS	431470	Planalto	0	0,00	0,00	2.883,76
RS	431475	Poço das Antas	0	0,00	0,00	1.483,84
RS	431477	Pontão	1	50,70	963,30	735,47
RS	431478	Ponte Preta	1	50,70	963,30	729,60
RS	431480	Portão	0	0,00	0,00	9.135,56
RS	431490	Porto Alegre	111	5.627,70	106.926,30	299.019,77
RS	431500	Porto Lucena	2	101,40	1.926,60	1.215,59
RS	431505	Porto Mauá	0	0,00	0,00	2.150,71
RS	431507	Porto Vera Cruz	1	50,70	963,30	1.167,91
RS	431510	Porto Xavier	4	202,80	3.853,20	2.454,89
RS	431513	Pouso Novo	1	50,70	963,30	729,48
RS	431514	Presidente Lucena	0	0,00	0,00	1.533,57
RS	431515	Progresso	1	50,70	963,30	760,37
RS	431517	Protásio Alves	0	0,00	0,00	1.465,11
RS	431520	Putinga	0	0,00	0,00	1.463,78
RS	431530	Quaraí	9	456,30	8.669,70	2.805,11
RS	431531	Quatro Irmãos	1	50,70	963,30	741,17
RS	431532	Quevedos	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431535	Quinze de Novembro	1	50,70	963,30	741,04
RS	431540	Redentora	1	50,70	963,30	2.241,76
RS	431545	Relvado	0	0,00	0,00	1.465,18
RS	431550	Restinga Seca	1	50,70	963,30	2.489,56
RS	431555	Rio dos Índios	0	0,00	0,00	1.451,39
RS	431560	Rio Grande	16	811,20	15.412,80	29.627,06
RS	431570	Rio Pardo	4	202,80	3.853,20	4.640,30
RS	431575	Riozinho	0	0,00	0,00	1.502,81
RS	431580	Roca Sales	0	0,00	0,00	3.012,90
RS	431590	Rodeio Bonito	1	50,70	963,30	738,60
RS	431595	Rolador	1	50,70	963,30	730,69
RS	431600	Rolante	0	0,00	0,00	4.541,74
RS	431610	Ronda Alta	1	50,70	963,30	1.990,66
RS	431620	Rondinha	1	50,70	963,30	1.470,68
RS	431630	Roque Gonzales	2	101,40	1.926,60	1.284,14
RS	431640	Rosário do Sul	5	253,50	4.816,50	4.541,96
RS	431642	Sagrada Família	0	0,00	0,00	1.468,16
RS	431643	Saldanha Marinho	1	50,70	963,30	731,06
RS	431645	Salto do Jacuí	0	0,00	0,00	3.181,73
RS	431647	Salvador das Missões	0	0,00	0,00	1.476,19
RS	431650	Salvador do Sul	1	50,70	963,30	798,68
RS	431660	Sananduva	2	101,40	1.926,60	1.696,88
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	4	202,80	3.853,20	1.356,47
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1	50,70	963,30	732,95
RS	431675	Santa Clara do Sul	1	50,70	963,30	792,03
RS	431680	Santa Cruz do Sul	0	0,00	0,00	28.238,39
RS	431690	Santa Maria	19	963,30	18.302,70	43.284,12
RS	431695	Santa Maria do Herval	0	0,00	0,00	1.485,62
RS	431697	Santa Margarida do Sul	1	50,70	963,30	792,55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431700	Santana da Boa Vista	0	0,00	0,00	2.780,48
RS	431710	Sant'Ana do Livramento	29	1.470,30	27.935,70	10.588,66
RS	431720	Santa Rosa	27	1.368,90	26.009,10	9.850,09
RS	431725	Santa Tereza	0	0,00	0,00	1.473,45
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	3	152,10	2.889,90	4.717,48
RS	431740	Santiago	6	304,20	5.779,80	5.557,28
RS	431750	Santo Ângelo	30	1.521,00	28.899,00	8.328,12
RS	431755	Santo Antônio do Palma	0	0,00	0,00	1.466,66
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	0	0,00	0,00	11.196,69
RS	431770	Santo Antônio das Missões	2	101,40	1.926,60	1.473,46
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	1	50,70	963,30	736,12
RS	431780	Santo Augusto	4	202,80	3.853,20	1.560,03
RS	431790	Santo Cristo	5	253,50	4.816,50	1.573,49
RS	431795	Santo Expedito do Sul	0	0,00	0,00	1.463,76
RS	431800	São Borja	0	0,00	0,00	14.901,60
RS	431805	São Domingos do Sul	0	0,00	0,00	1.490,23
RS	431810	São Francisco de Assis	4	202,80	3.853,20	2.143,83
RS	431820	São Francisco de Paula	0	0,00	0,00	4.977,44
RS	431830	São Gabriel	23	1.166,10	22.155,90	6.632,75
RS	431840	São Jerônimo	1	50,70	963,30	5.326,43
RS	431842	São João da Urtiga	2	101,40	1.926,60	734,07
RS	431843	São João do Polêsine	1	50,70	963,30	733,12
RS	431844	São Jorge	0	0,00	0,00	1.466,14
RS	431845	São José das Missões	0	0,00	0,00	1.463,32
RS	431846	São José do Herval	0	0,00	0,00	1.460,16
RS	431848	São José do Hortêncio	0	0,00	0,00	1.534,87
RS	431849	São José do Inhacorá	1	50,70	963,30	756,89
RS	431850	São José do Norte	3	152,10	2.889,90	2.903,01
RS	431860	São José do Ouro	1	50,70	963,30	1.671,19
RS	431861	São José do Sul	0	0,00	0,00	1.529,84
RS	431862	São José dos Ausentes	0	0,00	0,00	1.501,43
RS	431870	São Leopoldo	12	608,40	11.559,60	49.306,95
RS	431880	São Lourenço do Sul	3	152,10	2.889,90	6.561,80
RS	431890	São Luiz Gonzaga	14	709,80	13.486,20	3.798,58
RS	431900	São Marcos	0	0,00	0,00	4.534,03
RS	431910	São Martinho	3	152,10	2.889,90	1.223,48
RS	431912	São Martinho da Serra	1	50,70	963,30	734,99
RS	431915	São Miguel das Missões	2	101,40	1.926,60	1.366,94
RS	431920	São Nicolau	3	152,10	2.889,90	1.244,55
RS	431930	São Paulo das Missões	2	101,40	1.926,60	1.071,61
RS	431935	São Pedro da Serra	0	0,00	0,00	1.524,93
RS	431936	São Pedro das Missões	0	0,00	0,00	1.498,49
RS	431937	São Pedro do Butiá	0	0,00	0,00	1.512,31
RS	431940	São Pedro do Sul	0	0,00	0,00	3.708,38
RS	431950	São Sebastião do Caí	1	50,70	963,30	4.242,45
RS	431960	São Sepé	4	202,80	3.853,20	2.646,87
RS	431970	São Valentim	1	50,70	963,30	730,60
RS	431971	São Valentim do Sul	1	50,70	963,30	740,67
RS	431973	São Valério do Sul	0	0,00	0,00	1.498,82
RS	431975	São Vendelino	0	0,00	0,00	1.597,70
RS	431980	São Vicente do Sul	0	0,00	0,00	2.817,55
RS	431990	Sapiranga	9	456,30	8.669,70	13.313,76
RS	432000	Sapucaia do Sul	16	811,20	15.412,80	21.354,01
RS	432010	Sarandi	4	202,80	3.853,20	2.482,43
RS	432020	Seberi	1	50,70	963,30	1.887,50
RS	432023	Sede Nova	1	50,70	963,30	735,96
RS	432026	Segredo	0	0,00	0,00	1.609,57
RS	432030	Selbach	2	101,40	1.926,60	743,38
RS	432032	Senador Salgado Filho	1	50,70	963,30	733,26
RS	432035	Sentinela do Sul	1	50,70	963,30	749,31
RS	432040	Serafina Corrêa	1	50,70	963,30	2.611,51
RS	432045	Sério	0	0,00	0,00	1.457,74
RS	432050	Sertão	0	0,00	0,00	2.494,90
RS	432055	Sertão Santana	0	0,00	0,00	1.517,09
RS	432057	Sete de Setembro	1	50,70	963,30	731,41
RS	432060	Severiano de Almeida	0	0,00	0,00	1.463,82
RS	432065	Silveira Martins	0	0,00	0,00	1.465,74
RS	432067	Sinimbu	0	0,00	0,00	2.857,45
RS	432070	Sobradinho	2	101,40	1.926,60	1.629,45
RS	432080	Soledade	6	304,20	5.779,80	3.390,63
RS	432085	Tabaí	2	101,40	1.926,60	769,30
RS	432090	Tapejara	0	0,00	0,00	4.494,36
RS	432100	Tapera	5	253,50	4.816,50	1.465,36
RS	432110	Tapes	0	0,00	0,00	3.776,58
RS	432120	Taquara	0	0,00	0,00	15.477,68
RS	432130	Taquari	2	101,40	1.926,60	3.893,23
RS	432132	Taquaruçu do Sul	0	0,00	0,00	1.501,88
RS	432135	Tavares	0	0,00	0,00	2.578,56
RS	432140	Tenente Portela	0	0,00	0,00	3.197,53
RS	432143	Terra de Areia	1	50,70	963,30	2.112,98
RS	432145	Teutônia	3	152,10	2.889,90	3.446,49
RS	432146	Tio Hugo	0	0,00	0,00	1.522,63
RS	432147	Tiradentes do Sul	1	50,70	963,30	1.203,75
RS	432149	Toropi	1	50,70	963,30	731,81
RS	432150	Torres	7	354,90	6.743,10	4.174,56
RS	432160	Tramandaí	8	405,60	7.706,40	5.194,48
RS	432162	Travesseiro	0	0,00	0,00	1.469,73
RS	432163	Três Arroios	0	0,00	0,00	1.462,74
RS	432166	Três Cachoeiras	0	0,00	0,00	3.071,97
RS	432170	Três Coroas	2	101,40	1.926,60	3.758,99
RS	432180	Três de Maio	9	456,30	8.669,70	2.595,00
RS	432183	Três Forquilhas	0	0,00	0,00	1.462,92
RS	432185	Três Palmeiras	0	0,00	0,00	1.476,57
RS	432190	Três Passos	8	405,60	7.706,40	2.638,92
RS	432195	Trindade do Sul	2	101,40	1.926,60	1.240,19
RS	432200	Triunfo	5	253,50	4.816,50	3.734,60
RS	432210	Tucunduva	3	152,10	2.889,90	1.254,15
RS	432215	Tunas	0	0,00	0,00	1.484,66
RS	432218	Tupanci do Sul	0	0,00	0,00	1.463,28
RS	432220	Tupanciretã	5	253,50	4.816,50	2.640,92
RS	432225	Tupandi	1	50,70	963,30	779,76
RS	432230	Tuparendi	3	152,10	2.889,90	2.340,02
RS	432232	Turuçu	1	50,70	963,30	732,82
RS	432234	Ubiretama	0	0,00	0,00	1.459,26
RS	432235	União da Serra	1	50,70	963,30	726,11
RS	432237	Unistalda	1	50,70	963,30	731,94
RS	432240	Uruguaiana	26	1.318,20	25.045,80	15.181,04
RS	432250	Vacaria	8	405,60	7.706,40	7.310,79
RS	432252	Vale Verde	1	50,70	963,30	751,61
RS	432253	Vale do Sol	0	0,00	0,00	2.477,84
RS	432254	Vale Real	0	0,00	0,00	1.596,85
RS	432255	Vanini	0	0,00	0,00	1.497,41
RS	432260	Venâncio Aires	5	253,50	4.816,50	10.190,06
RS	432270	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	3.475,90
RS	432280	Veranópolis	0	0,00	0,00	5.875,07
RS	432285	Vespasiano Correa	0	0,00	0,00	1.461,78
RS	432290	Viadutos	0	0,00	0,00	1.469,82
RS	432300	Viamão	9	456,30	8.669,70	65.903,69
RS	432310	Vicente Dutra	0	0,00	0,00	1.465,82
RS	432320	Victor Graeff	1	50,70	963,30	731,68
RS	432330	Vila Flores	0	0,00	0,00	1.492,33
RS	432335	Vila Lângaro	0	0,00	0,00	1.464,56
RS	432340	Vila Maria	1	50,70	963,30	740,20
RS	432345	Vila Nova do Sul	1	50,70	963,30	735,76
RS	432350	Vista Alegre	1	50,70	963,30	732,67
RS	432360	Vista Alegre do Prata	0	0,00	0,00	1.525,28
RS	432370	Vista Gaúcha	0	0,00	0,00	1.480,90
RS	432375	Vitória das Missões	0	0,00	0,00	1.460,52
RS	432377	Westfalia	1	50,70	963,30	752,44
RS	432380	Xangri-lá	0	0,00	0,00	3.768,87
		Total	1.319	66.873,30	1.270.592,70	2.855.057,48

ANEXO XXIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SC	420000	SES/SC	0	0,00	0,00	391.568,88
SC	420005	Abdon Batista	1	50,70	963,30	580,34
SC	420010	Abelardo Luz	3	152,10	2.889,90	2.275,49
SC	420020	Agrolândia	1	50,70	963,30	1.734,85
SC	420030	Agronômica	1	50,70	963,30	701,65
SC	420040	Água Doce	1	50,70	963,30	912,14
SC	420050	Águas de Chapecó	1	50,70	963,30	821,74
SC	420055	Águas Frias	1	50,70	963,30	574,22
SC	420060	Águas Mornas	0	0,00	0,00	2.020,60
SC	420070	Alfredo Wagner	1	50,70	963,30	1.576,50
SC	420075	Alto Bela Vista	0	0,00	0,00	1.123,43
SC	420080	Anchieta	3	152,10	2.889,90	786,93
SC	420090	Angelina	0	0,00	0,00	1.318,60
SC	420100	Anita Garibaldi	0	0,00	0,00	2.135,37
SC	420110	Anitápolis	1	50,70	963,30	601,17
SC	420120	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	1.708,27
SC	420125	Apiúna	0	0,00	0,00	2.688,21
SC	420127	Arabutã	1	50,70	963,30	632,96
SC	420130	Araquari	5	253,50	4.816,50	4.496,67
SC	420140	Araranguá	2	101,40	1.926,60	15.186,45
SC	420150	Armazém	2	101,40	1.926,60	1.086,30
SC	420160	Arroio Trinta	1	50,70	963,30	611,03
SC	420165	Arvoredo	1	50,70	963,30	571,57
SC	420170	Ascurra	2	101,40	1.926,60	1.004,32
SC	420180	Atalanta	1	50,70	963,30	599,58
SC	420190	Aurora	0	0,00	0,00	1.450,44
SC	420195	Balneário Arroio do Silva	0	0,00	0,00	3.147,72
SC	420200	Balneário Camboriú	31	1.571,70	29.862,30	17.246,67
SC	420205	Balneário Barra do Sul	3	152,10	2.889,90	1.315,42
SC	420207	Balneário Gaivota	2	101,40	1.926,60	1.327,66
SC	420208	Bandeirante	2	101,40	1.926,60	582,40
SC	420209	Barra Bonita	0	0,00	0,00	1.106,54
SC	420210	Barra Velha	5	253,50	4.816,50	3.542,08
SC	420213	Bela Vista do Toldo	1	50,70	963,30	803,76
SC	420215	Belmonte	2	101,40	1.926,60	590,37

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420220	Benedito Novo	1	50,70	963,30	1.950,07
SC	420230	Biguaçu	0	0,00	0,00	21.354,02
SC	420240	Blumenau	17	861,90	16.376,10	72.494,71
SC	420243	Bocaina do Sul	0	0,00	0,00	1.241,56
SC	420245	Bombinhas	4	202,80	3.853,20	2.374,43
SC	420250	Bom Jardim da Serra	0	0,00	0,00	1.326,39
SC	420253	Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.290,96
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	1	50,70	963,30	569,14
SC	420260	Bom Retiro	0	0,00	0,00	2.497,98
SC	420270	Botuverá	0	0,00	0,00	1.405,81
SC	420280	Braço do Norte	3	152,10	2.889,90	5.435,34
SC	420285	Braço do Trombudo	1	50,70	963,30	636,79
SC	420287	Brunópolis	0	0,00	0,00	1.159,73
SC	420290	Brusque	6	304,20	5.779,80	27.068,79
SC	420300	Caçador	3	152,10	2.889,90	16.827,46
SC	420310	Caibi	1	50,70	963,30	799,94
SC	420315	Calmon	0	0,00	0,00	1.208,56
SC	420320	Camboriú	5	253,50	4.816,50	15.259,90
SC	420325	Capão Alto	1	50,70	963,30	578,00
SC	420330	Campo Alegre	1	50,70	963,30	2.099,76
SC	420340	Campo Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.891,84
SC	420350	Campo Erê	2	101,40	1.926,60	1.175,81
SC	420360	Campos Novos	1	50,70	963,30	8.142,75
SC	420370	Canelinha	1	50,70	963,30	2.082,42
SC	420380	Canoinhas	3	152,10	2.889,90	10.982,86
SC	420390	Capinzal	3	152,10	2.889,90	2.871,81
SC	420395	Capivari de Baixo	1	50,70	963,30	5.232,69
SC	420400	Catanduvas	0	0,00	0,00	2.711,16
SC	420410	Caxambu do Sul	1	50,70	963,30	623,14
SC	420415	Celso Ramos	0	0,00	0,00	1.172,13
SC	420417	Cerro Negro	0	0,00	0,00	1.201,42
SC	420419	Chapadão do Lageado	1	50,70	963,30	613,54
SC	420420	Chapecó	86	4.360,20	82.843,80	27.193,07
SC	420425	Cocal do Sul	2	101,40	1.926,60	2.267,13
SC	420430	Concórdia	5	253,50	4.816,50	13.993,83
SC	420435	Cordilheira Alta	2	101,40	1.926,60	682,64
SC	420440	Coronel Freitas	2	101,40	1.926,60	1.309,68
SC	420445	Coronel Martins	1	50,70	963,30	589,25
SC	420450	Corupá	0	0,00	0,00	3.962,95
SC	420455	Correia Pinto	1	50,70	963,30	2.720,68
SC	420460	Criciúma	11	557,70	10.596,30	43.302,79
SC	420470	Cunha Porã	2	101,40	1.926,60	1.409,77
SC	420475	Cunhataí	0	0,00	0,00	1.145,70
SC	420480	Curitibanos	2	101,40	1.926,60	8.162,73
SC	420490	Descanso	1	50,70	963,30	1.232,76
SC	420500	Dionísio Cerqueira	4	202,80	3.853,20	1.969,88
SC	420510	Dona Emma	1	50,70	963,30	656,57
SC	420515	Doutor Pedrinho	1	50,70	963,30	665,11
SC	420517	Entre Rios	1	50,70	963,30	614,51
SC	420519	Ermo	1	50,70	963,30	567,64
SC	420520	Erval Velho	0	0,00	0,00	1.283,94
SC	420530	Faxinal dos Guedes	1	50,70	963,30	1.789,93
SC	420535	Flor do Sertão	1	50,70	963,30	552,45
SC	420540	Florianópolis	18	912,60	17.339,40	138.533,62
SC	420543	Formosa do Sul	1	50,70	963,30	578,71
SC	420545	Forquilhinha	1	50,70	963,30	5.663,64
SC	420550	Fraiburgo	1	50,70	963,30	8.283,25
SC	420555	Frei Rogério	1	50,70	963,30	568,97
SC	420560	Galvão	1	50,70	963,30	599,25
SC	420570	Garopaba	1	50,70	963,30	4.667,61
SC	420580	Garuva	2	101,40	1.926,60	2.530,54
SC	420590	Gaspar	5	253,50	4.816,50	12.368,46
SC	420600	Governador Celso Ramos	1	50,70	963,30	3.601,83
SC	420610	Grão Pará	0	0,00	0,00	1.666,93
SC	420620	Gravatal	1	50,70	963,30	1.942,17
SC	420630	Guabiruba	2	101,40	1.926,60	3.870,06
SC	420640	Guaraciaba	3	152,10	2.889,90	1.337,73
SC	420650	Guaramirim	3	152,10	2.889,90	8.042,46
SC	420660	Guarujá do Sul	2	101,40	1.926,60	667,78
SC	420665	Guatambú	2	101,40	1.926,60	643,93
SC	420670	Herval d'Oeste	2	101,40	1.926,60	3.796,36
SC	420675	Ibiam	0	0,00	0,00	1.128,36
SC	420680	Ibicaré	0	0,00	0,00	1.198,53
SC	420690	Ibirama	2	101,40	1.926,60	2.847,25
SC	420700	Içara	4	202,80	3.853,20	10.132,27
SC	420710	Ilhota	0	0,00	0,00	3.533,53
SC	420720	Imaruí	0	0,00	0,00	2.909,80
SC	420730	Imbituba	5	253,50	4.816,50	6.422,88
SC	420740	Imbuia	1	50,70	963,30	781,96
SC	420750	Indaial	5	253,50	4.816,50	12.140,23
SC	420757	Iomerê	0	0,00	0,00	1.221,55
SC	420760	Ipira	1	50,70	963,30	636,99
SC	420765	Iporã do Oeste	3	152,10	2.889,90	1.138,58
SC	420768	Ipuaçu	2	101,40	1.926,60	943,50
SC	420770	Ipumirim	0	0,00	0,00	1.928,05
SC	420775	Iraceminha	1	50,70	963,30	622,28
SC	420780	Irani	1	50,70	963,30	1.659,37
SC	420785	Irati	0	0,00	0,00	1.118,85
SC	420790	Irineópolis	1	50,70	963,30	1.875,61
SC	420800	Itá	2	101,40	1.926,60	818,55
SC	420810	Itaiópolis	0	0,00	0,00	5.484,03
SC	420820	Itajaí	87	4.410,90	83.807,10	27.108,41
SC	420830	Itapema	7	354,90	6.743,10	8.859,58
SC	420840	Itapiranga	4	202,80	3.853,20	2.127,08
SC	420845	Itapoá	3	152,10	2.889,90	2.467,76
SC	420850	Ituporanga	2	101,40	1.926,60	4.352,01
SC	420860	Jaborá	1	50,70	963,30	621,49
SC	420870	Jacinto Machado	0	0,00	0,00	2.722,63
SC	420880	Jaguaruna	2	101,40	1.926,60	3.052,78
SC	420890	Jaraguá do Sul	8	405,60	7.706,40	35.856,52
SC	420895	Jardinópolis	1	50,70	963,30	549,80
SC	420900	Joaçaba	3	152,10	2.889,90	4.660,14
SC	420910	Joinville	29	1.470,30	27.935,70	119.218,93
SC	420915	José Boiteux	1	50,70	963,30	655,90
SC	420917	Jupiá	1	50,70	963,30	566,72
SC	420920	Lacerdópolis	0	0,00	0,00	1.151,21
SC	420930	Lages	10	507,00	9.633,00	30.902,05
SC	420940	Laguna	4	202,80	3.853,20	7.701,10
SC	420945	Lajeado Grande	1	50,70	963,30	546,16
SC	420950	Laurentino	1	50,70	963,30	865,73
SC	420960	Lauro Muller	1	50,70	963,30	2.899,69
SC	420970	Lebon Régis	0	0,00	0,00	3.093,91
SC	420980	Leoberto Leal	0	0,00	0,00	1.190,26
SC	420985	Lindóia do Sul	0	0,00	0,00	1.280,00
SC	420990	Lontras	1	50,70	963,30	2.039,07
SC	421000	Luiz Alves	0	0,00	0,00	3.165,31
SC	421003	Luzerna	1	50,70	963,30	727,39
SC	421005	Macieira	1	50,70	963,30	557,05
SC	421010	Mafra	2	101,40	1.926,60	12.329,68
SC	421020	Major Gercino	1	50,70	963,30	618,13
SC	421030	Major Vieira	0	0,00	0,00	2.043,82
SC	421040	Maracajá	2	101,40	1.926,60	910,22
SC	421050	Maravilha	5	253,50	4.816,50	3.197,19
SC	421055	Marema	1	50,70	963,30	561,41
SC	421060	Massaranduba	1	50,70	963,30	3.232,72
SC	421070	Matos Costa	0	0,00	0,00	1.160,08
SC	421080	Meleiro	0	0,00	0,00	1.806,67
SC	421085	Mirim Doce	1	50,70	963,30	571,21
SC	421090	Modelo	0	0,00	0,00	1.272,78
SC	421100	Mondaí	3	152,10	2.889,90	1.465,74
SC	421105	Monte Carlo	2	101,40	1.926,60	1.247,59
SC	421110	Monte Castelo	0	0,00	0,00	2.161,89
SC	421120	Morro da Fumaça	0	0,00	0,00	4.470,66
SC	421125	Morro Grande	2	101,40	1.926,60	591,46
SC	421130	Navegantes	5	253,50	4.816,50	14.853,43
SC	421140	Nova Erechim	1	50,70	963,30	696,47
SC	421145	Nova Itaberaba	1	50,70	963,30	632,94
SC	421150	Nova Trento	0	0,00	0,00	3.595,24
SC	421160	Nova Veneza	0	0,00	0,00	3.783,43
SC	421165	Novo Horizonte	1	50,70	963,30	577,54
SC	421170	Orleans	2	101,40	1.926,60	3.867,76
SC	421175	Otacílio Costa	1	50,70	963,30	3.706,51
SC	421180	Ouro	0	0,00	0,00	1.896,18
SC	421185	Ouro Verde	1	50,70	963,30	570,45
SC	421187	Paial	1	50,70	963,30	549,45
SC	421189	Painel	0	0,00	0,00	1.151,59
SC	421190	Palhoça	0	0,00	0,00	52.913,75
SC	421200	Palma Sola	3	152,10	2.889,90	987,74
SC	421205	Palmeira	1	50,70	963,30	610,86
SC	421210	Palmitos	1	50,70	963,30	3.185,55
SC	421220	Papanduva	1	50,70	963,30	3.885,52
SC	421223	Paraíso	2	101,40	1.926,60	614,20
SC	421225	Passo de Torres	2	101,40	1.926,60	1.067,18
SC	421227	Passos Maia	0	0,00	0,00	1.255,22
SC	421230	Paulo Lopes	0	0,00	0,00	1.876,80
SC	421240	Pedras Grandes	1	50,70	963,30	622,09
SC	421250	Penha	5	253,50	4.816,50	4.381,67
SC	421260	Peritiba	0	0,00	0,00	1.172,11
SC	421265	Pescaria Brava	2	101,40	1.926,60	1.272,45
SC	421270	Petrolândia	1	50,70	963,30	782,85
SC	421280	Balneário Piçarras	2	101,40	1.926,60	3.653,82
SC	421290	Pinhalzinho	6	304,20	5.779,80	2.487,65
SC	421300	Pinheiro Preto	0	0,00	0,00	1.291,00
SC	421310	Piratuba	1	50,70	963,30	633,17
SC	421315	Planalto Alegre	0	0,00	0,00	1.222,74
SC	421320	Pomerode	2	101,40	1.926,60	6.318,57
SC	421330	Ponte Alta	0	0,00	0,00	1.287,48
SC	421335	Ponte Alta do Norte	0	0,00	0,00	1.225,49
SC	421340	Ponte Serrada	0	0,00	0,00	2.943,97
SC	421350	Porto Belo	0	0,00	0,00	5.174,97
SC	421360	Porto União	1	50,70	963,30	8.014,48
SC	421370	Pouso Redondo	1	50,70	963,30	3.360,73
SC	421380	Praia Grande	0	0,00	0,00	1.881,13
SC	421390	Presidente Castello Branco	2	101,40	1.926,60	548,79
SC	421400	Presidente Getúlio	2	101,40	1.926,60	2.407,38
SC	421410	Presidente Nereu	1	50,70	963,30	573,76
SC	421415	Princesa	1	50,70	963,30	606,21
SC	421420	Quilombo	2	101,40	1.926,60	1.307,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421430	Rancho Queimado	1	50,70	963,30	601,71
SC	421440	Rio das Antas	0	0,00	0,00	1.592,73
SC	421450	Rio do Campo	1	50,70	963,30	788,59
SC	421460	Rio do Oeste	1	50,70	963,30	951,53
SC	421470	Rio dos Cedros	1	50,70	963,30	1.951,60
SC	421480	Rio do Sul	5	253,50	4.816,50	12.826,44
SC	421490	Rio Fortuna	0	0,00	0,00	1.296,19
SC	421500	Rio Negrinho	1	50,70	963,30	9.754,09
SC	421505	Rio Rufino	1	50,70	963,30	581,60
SC	421507	Riqueza	1	50,70	963,30	640,48
SC	421510	Rodeio	2	101,40	1.926,60	1.464,72
SC	421520	Romelândia	1	50,70	963,30	700,49
SC	421530	Salete	1	50,70	963,30	983,37
SC	421535	Saltinho	1	50,70	963,30	616,31
SC	421540	Salto Veloso	1	50,70	963,30	667,54
SC	421545	Sangão	1	50,70	963,30	2.156,11
SC	421550	Santa Cecília	1	50,70	963,30	3.295,45
SC	421555	Santa Helena	1	50,70	963,30	568,32
SC	421560	Santa Rosa de Lima	0	0,00	0,00	1.154,33
SC	421565	Santa Rosa do Sul	0	0,00	0,00	2.130,78
SC	421567	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	1.301,86
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	2	101,40	1.926,60	581,02
SC	421569	Santiago do Sul	1	50,70	963,30	541,14
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	0	0,00	0,00	7.253,72
SC	421575	São Bernardino	1	50,70	963,30	576,94
SC	421580	São Bento do Sul	5	253,50	4.816,50	16.308,21
SC	421590	São Bonifácio	0	0,00	0,00	1.175,89
SC	421600	São Carlos	2	101,40	1.926,60	1.419,33
SC	421605	São Cristovão do Sul	2	101,40	1.926,60	696,66
SC	421610	São Domingos	3	152,10	2.889,90	1.215,08
SC	421620	São Francisco do Sul	5	253,50	4.816,50	8.112,25
SC	421625	São João do Oeste	1	50,70	963,30	804,40
SC	421630	São João Batista	1	50,70	963,30	7.978,27
SC	421635	São João do Itaperiú	1	50,70	963,30	636,72
SC	421640	São João do Sul	1	50,70	963,30	926,67
SC	421650	São Joaquim	1	50,70	963,30	5.831,43
SC	421660	São José	10	507,00	9.633,00	67.276,52
SC	421670	São José do Cedro	3	152,10	2.889,90	1.772,76
SC	421680	São José do Cerrito	0	0,00	0,00	2.321,52
SC	421690	São Lourenço do Oeste	5	253,50	4.816,50	3.021,50
SC	421700	São Ludgero	2	101,40	1.926,60	1.649,09
SC	421710	São Martinho	1	50,70	963,30	599,22
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	1	50,70	963,30	557,19
SC	421720	São Miguel do Oeste	18	912,60	17.339,40	5.073,61
SC	421725	São Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	898,65
SC	421730	Saudades	1	50,70	963,30	1.501,02
SC	421740	Schroeder	1	50,70	963,30	4.160,92
SC	421750	Seara	3	152,10	2.889,90	2.234,57
SC	421755	Serra Alta	1	50,70	963,30	602,25
SC	421760	Siderópolis	1	50,70	963,30	2.573,55
SC	421770	Sombrio	2	101,40	1.926,60	5.649,45
SC	421775	Sul Brasil	0	0,00	0,00	1.156,05
SC	421780	Taió	0	0,00	0,00	4.656,55
SC	421790	Tangará	0	0,00	0,00	2.238,13
SC	421795	Tigrinhos	1	50,70	963,30	552,21
SC	421800	Tijucas	5	253,50	4.816,50	4.708,70
SC	421810	Timbé do Sul	0	0,00	0,00	1.373,68
SC	421820	Timbó	3	152,10	2.889,90	8.024,35
SC	421825	Timbó Grande	0	0,00	0,00	1.980,58
SC	421830	Três Barras	2	101,40	1.926,60	2.955,63
SC	421835	Treviso	0	0,00	0,00	1.299,66
SC	421840	Treze de Maio	1	50,70	963,30	905,00
SC	421850	Treze Tílias	1	50,70	963,30	961,99
SC	421860	Trombudo Central	1	50,70	963,30	919,40
SC	421870	Tubarão	4	202,80	3.853,20	22.783,33
SC	421875	Tunápolis	0	0,00	0,00	1.278,35
SC	421880	Turvo	1	50,70	963,30	2.286,93
SC	421885	União do Oeste	1	50,70	963,30	581,59
SC	421890	Urubici	0	0,00	0,00	2.853,70
SC	421895	Urupema	0	0,00	0,00	1.156,67
SC	421900	Urussanga	2	101,40	1.926,60	3.473,53
SC	421910	Vargeão	0	0,00	0,00	1.222,55
SC	421915	Vargem	1	50,70	963,30	578,95
SC	421917	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	1.276,19
SC	421920	Vidal Ramos	1	50,70	963,30	813,07
SC	421930	Videira	2	101,40	1.926,60	11.350,23
SC	421935	Vitor Meireles	0	0,00	0,00	1.323,45
SC	421940	Witmarsum	1	50,70	963,30	647,92
SC	421950	Xanxerê	16	811,20	15.412,80	6.341,60
SC	421960	Xavantina	1	50,70	963,30	621,12
SC	421970	Xaxim	12	608,40	11.559,60	3.596,78
SC	421985	Zortéa	0	0,00	0,00	1.273,13
SC	422000	Balneário Rincão	1	50,70	963,30	2.199,46
Total			730	37.011,00	703.209,00	1.818.081,75

ANEXO XXV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SE	280000	SES/SE	0	0,00	0,00	283.940,61
SE	280010	Amparo de São Francisco	2	101,40	1.926,60	511,53
SE	280020	Aquidabã	7	354,90	6.743,10	4.612,18
SE	280030	Aracaju	261	13.232,70	251.421,30	158.165,74
SE	280040	Arauá	4	202,80	3.853,20	2.350,59
SE	280050	Areia Branca	5	253,50	4.816,50	3.930,05
SE	280060	Barra dos Coqueiros	0	0,00	0,00	12.587,82
SE	280067	Boquim	10	507,00	9.633,00	5.789,60
SE	280070	Brejo Grande	0	0,00	0,00	3.572,36
SE	280100	Campo do Brito	5	253,50	4.816,50	3.877,26
SE	280110	Canhoba	2	101,40	1.926,60	875,14
SE	280120	Canindé de São Francisco	8	405,60	7.706,40	6.274,24
SE	280130	Capela	6	304,20	5.779,80	8.754,15
SE	280140	Carira	8	405,60	7.706,40	4.652,30
SE	280150	Carmópolis	5	253,50	4.816,50	3.467,42
SE	280160	Cedro de São João	3	152,10	2.889,90	1.264,22
SE	280170	Cristinápolis	4	202,80	3.853,20	3.914,93
SE	280190	Cumbe	2	101,40	1.926,60	856,30
SE	280200	Divina Pastora	2	101,40	1.926,60	1.079,61
SE	280210	Estância	34	1.723,80	32.752,20	14.728,94
SE	280220	Feira Nova	1	50,70	963,30	1.445,20
SE	280230	Frei Paulo	5	253,50	4.816,50	3.268,32
SE	280240	Gararu	4	202,80	3.853,20	2.497,96
SE	280250	General Maynard	2	101,40	1.926,60	703,31
SE	280260	Gracho Cardoso	3	152,10	2.889,90	1.252,56
SE	280270	Ilha das Flores	3	152,10	2.889,90	1.838,95
SE	280280	Indiaroba	4	202,80	3.853,20	3.823,97
SE	280290	Itabaiana	40	2.028,00	38.532,00	20.236,70
SE	280300	Itabaianinha	12	608,40	11.559,60	8.916,09
SE	280310	Itabi	3	152,10	2.889,90	1.073,06
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	8	405,60	7.706,40	7.257,41
SE	280330	Japaratuba	5	253,50	4.816,50	3.969,85
SE	280340	Japoatã	2	101,40	1.926,60	3.735,98
SE	280350	Lagarto	14	709,80	13.486,20	30.643,81
SE	280360	Laranjeiras	12	608,40	11.559,60	6.325,04
SE	280370	Macambira	2	101,40	1.926,60	1.486,27
SE	280380	Malhada dos Bois	2	101,40	1.926,60	796,86
SE	280390	Malhador	2	101,40	1.926,60	3.510,58
SE	280400	Maruim	6	304,20	5.779,80	3.705,59
SE	280410	Moita Bonita	3	152,10	2.889,90	2.426,63
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	4	202,80	3.853,20	3.239,11
SE	280430	Muribeca	3	152,10	2.889,90	1.644,05
SE	280440	Neópolis	5	253,50	4.816,50	4.029,41
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.876,94
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	11	557,70	10.596,30	7.753,57
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	9	456,30	8.669,70	5.670,04
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	3	152,10	2.889,90	1.393,67
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	97	4.917,90	93.440,10	38.547,31
SE	280490	Pacatuba	0	0,00	0,00	6.125,51
SE	280500	Pedra Mole	0	0,00	0,00	1.383,43
SE	280510	Pedrinhas	4	202,80	3.853,20	2.049,36
SE	280520	Pinhão	3	152,10	2.889,90	1.391,91
SE	280530	Pirambu	2	101,40	1.926,60	2.025,91
SE	280540	Poço Redondo	5	253,50	4.816,50	9.900,38
SE	280550	Poço Verde	8	405,60	7.706,40	5.034,28
SE	280560	Porto da Folha	7	354,90	6.743,10	6.124,43
SE	280570	Propriá	13	659,10	12.522,90	6.339,75
SE	280580	Riachão do Dantas	0	0,00	0,00	8.506,85
SE	280590	Riachuelo	4	202,80	3.853,20	2.181,42
SE	280600	Ribeirópolis	8	405,60	7.706,40	3.952,01
SE	280610	Rosário do Catete	4	202,80	3.853,20	2.272,48
SE	280620	Salgado	0	0,00	0,00	8.567,15
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	4	202,80	3.853,20	3.106,56
SE	280640	Santana do São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.591,66
SE	280650	Santa Rosa de Lima	2	101,40	1.926,60	896,48
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	5	253,50	4.816,50	2.601,13
SE	280670	São Cristóvão	45	2.281,50	43.348,50	18.881,26
SE	280680	São Domingos	0	0,00	0,00	4.730,67
SE	280690	São Francisco	2	101,40	1.926,60	838,34
SE	280700	São Miguel do Aleixo	0	0,00	0,00	1.663,90
SE	280710	Simão Dias	2	101,40	1.926,60	15.384,79
SE	280720	Siriri	3	152,10	2.889,90	1.907,50
SE	280730	Telha	2	101,40	1.926,60	683,05
SE	280740	Tobias Barreto	18	912,60	17.339,40	11.077,86
SE	280750	Tomar do Geru	4	202,80	3.853,20	2.805,51
SE	280760	Umbaúba	7	354,90	6.743,10	5.358,92
Total			791	40.103,70	761.970,30	835.655,73

ANEXO XXVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SP	350000	SES/SP	0	0,00	0,00	2.719.578,18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350010	Adamantina	18	912,60	17.339,40	4.264,36
SP	350020	Adolfo	3	152,10	2.889,90	1.028,55
SP	350030	Aguaí	5	253,50	4.816,50	3.476,83
SP	350040	Águas da Prata	3	152,10	2.889,90	1.058,93
SP	350050	Águas de Lindóia	0	0,00	0,00	4.627,25
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	0	0,00	0,00	2.124,07
SP	350060	Águas de São Pedro	0	0,00	0,00	2.307,90
SP	350070	Agudos	18	912,60	17.339,40	3.611,17
SP	350075	Alambari	0	0,00	0,00	2.269,37
SP	350080	Alfredo Marcondes	2	101,40	1.926,60	1.054,58
SP	350090	Altair	1	50,70	963,30	1.166,26
SP	350100	Altinópolis	4	202,80	3.853,20	1.588,11
SP	350110	Alto Alegre	0	0,00	0,00	2.056,40
SP	350115	Alumínio	0	0,00	0,00	3.588,45
SP	350120	Álvares Florence	2	101,40	1.926,60	1.021,13
SP	350130	Álvares Machado	7	354,90	6.743,10	2.665,38
SP	350140	Álvaro de Carvalho	0	0,00	0,00	2.163,56
SP	350150	Alvinlândia	1	50,70	963,30	1.149,75
SP	350160	Americana	3	152,10	2.889,90	58.110,67
SP	350170	Américo Brasiliense	9	456,30	8.669,70	3.837,26
SP	350180	Américo de Campos	4	202,80	3.853,20	1.042,63
SP	350190	Amparo	6	304,20	5.779,80	12.018,45
SP	350200	Analândia	0	0,00	0,00	2.201,77
SP	350210	Andradina	24	1.216,80	23.119,20	7.977,82
SP	350220	Angatuba	4	202,80	3.853,20	2.412,08
SP	350230	Anhembi	0	0,00	0,00	2.227,41
SP	350240	Anhumas	2	101,40	1.926,60	1.069,96
SP	350250	Aparecida	13	659,10	12.522,90	4.534,88
SP	350260	Aparecida d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.020,79
SP	350270	Apiaí	5	253,50	4.816,50	2.495,99
SP	350275	Araçariguama	0	0,00	0,00	4.119,94
SP	350280	Araçatuba	107	5.424,90	103.073,10	26.701,86
SP	350290	Araçoiaba da Serra	6	304,20	5.779,80	3.181,80
SP	350300	Aramina	3	152,10	2.889,90	1.065,44
SP	350310	Arandu	0	0,00	0,00	2.076,97
SP	350315	Arapeí	2	101,40	1.926,60	1.026,67
SP	350320	Araraquara	95	4.816,50	91.513,50	30.096,25
SP	350330	Araras	38	1.926,60	36.605,40	14.543,47
SP	350335	Arco-Íris	0	0,00	0,00	2.037,03
SP	350340	Arealva	3	152,10	2.889,90	1.065,56
SP	350350	Areias	2	101,40	1.926,60	1.045,27
SP	350360	Areiópolis	0	0,00	0,00	2.175,12
SP	350370	Ariranha	0	0,00	0,00	2.170,39
SP	350380	Artur Nogueira	2	101,40	1.926,60	11.069,90
SP	350390	Arujá	6	304,20	5.779,80	16.764,02
SP	350395	Aspásia	2	101,40	1.926,60	1.028,86
SP	350400	Assis	40	2.028,00	38.532,00	13.423,01
SP	350410	Atibaia	10	507,00	9.633,00	26.800,98
SP	350420	Auriflama	0	0,00	0,00	3.577,46
SP	350430	Avaí	2	101,40	1.926,60	1.064,42
SP	350440	Avanhandava	2	101,40	1.926,60	1.710,02
SP	350450	Avaré	27	1.368,90	26.009,10	11.669,55
SP	350460	Bady Bassitt	7	354,90	6.743,10	1.716,65
SP	350470	Balbinos	2	101,40	1.926,60	1.276,89
SP	350480	Bálsamo	2	101,40	1.926,60	1.075,33
SP	350490	Bananal	3	152,10	2.889,90	1.358,38
SP	350500	Barão de Antonina	0	0,00	0,00	2.152,28
SP	350510	Barbosa	2	101,40	1.926,60	1.080,95
SP	350520	Bariri	5	253,50	4.816,50	3.388,11
SP	350530	Barra Bonita	11	557,70	10.596,30	4.541,38
SP	350535	Barra do Chapéu	1	50,70	963,30	1.167,89
SP	350540	Barra do Turvo	0	0,00	0,00	2.053,70
SP	350550	Barretos	72	3.650,40	69.357,60	14.809,66
SP	350560	Barrinha	10	507,00	9.633,00	3.125,60
SP	350570	Barueri	47	2.382,90	45.275,10	34.890,89
SP	350580	Bastos	9	456,30	8.669,70	2.122,36
SP	350590	Batatais	14	709,80	13.486,20	7.685,00
SP	350600	Bauru	121	6.134,70	116.559,30	55.555,39
SP	350610	Bebedouro	1	50,70	963,30	18.133,11
SP	350620	Bento de Abreu	2	101,40	1.926,60	1.076,55
SP	350630	Bernardino de Campos	3	152,10	2.889,90	1.094,71
SP	350635	Bertioga	15	760,50	14.449,50	7.412,13
SP	350640	Bilac	2	101,40	1.926,60	1.089,53
SP	350650	Birigui	47	2.382,90	45.275,10	15.740,25
SP	350660	Biritiba-Mirim	1	50,70	963,30	7.329,37
SP	350670	Boa Esperança do Sul	7	354,90	6.743,10	1.531,67
SP	350680	Bocaina	0	0,00	0,00	2.357,83
SP	350690	Bofete	0	0,00	0,00	2.256,22
SP	350700	Boituva	11	557,70	10.596,30	5.670,35
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	4	202,80	3.853,20	2.352,25
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	1	50,70	963,30	1.182,98
SP	350720	Borá	0	0,00	0,00	2.079,30
SP	350730	Boracéia	0	0,00	0,00	2.169,73
SP	350740	Borborema	6	304,20	5.779,80	1.546,20
SP	350745	Borebi	1	50,70	963,30	1.231,75
SP	350750	Botucatu	58	2.940,60	55.871,40	15.754,87
SP	350760	Bragança Paulista	0	0,00	0,00	42.819,18
SP	350770	Braúna	3	152,10	2.889,90	1.085,78
SP	350775	Brejo Alegre	1	50,70	963,30	1.188,19
SP	350780	Brodowski	11	557,70	10.596,30	2.359,01
SP	350790	Brotas	2	101,40	1.926,60	2.745,59
SP	350800	Buri	3	152,10	2.889,90	1.932,58
SP	350810	Buritama	9	456,30	8.669,70	1.918,05
SP	350820	Buritizal	0	0,00	0,00	2.144,48
SP	350830	Cabrália Paulista	0	0,00	0,00	2.049,97
SP	350840	Cabreúva	0	0,00	0,00	9.375,91
SP	350850	Caçapava	0	0,00	0,00	23.146,75
SP	350860	Cachoeira Paulista	13	659,10	12.522,90	4.096,63
SP	350870	Caconde	1	50,70	963,30	3.792,95
SP	350880	Cafelândia	9	456,30	8.669,70	1.769,59
SP	350890	Caiabu	1	50,70	963,30	1.104,96
SP	350900	Caieiras	0	0,00	0,00	25.619,83
SP	350910	Caiuá	1	50,70	963,30	1.241,07
SP	350920	Cajamar	0	0,00	0,00	19.281,06
SP	350925	Cajati	4	202,80	3.853,20	2.845,36
SP	350930	Cajobi	5	253,50	4.816,50	1.059,44
SP	350940	Cajuru	1	50,70	963,30	4.094,87
SP	350945	Campina do Monte Alegre	0	0,00	0,00	2.121,30
SP	350950	Campinas	113	5.729,10	108.852,90	212.606,03
SP	350960	Campo Limpo Paulista	5	253,50	4.816,50	11.343,66
SP	350970	Campos do Jordão	0	0,00	0,00	12.863,50
SP	350980	Campos Novos Paulista	1	50,70	963,30	1.169,91
SP	350990	Cananéia	0	0,00	0,00	3.152,25
SP	350995	Canas	2	101,40	1.926,60	1.105,06
SP	351000	Cândido Mota	0	0,00	0,00	6.711,07
SP	351010	Cândido Rodrigues	1	50,70	963,30	1.122,61
SP	351015	Canitar	2	101,40	1.926,60	1.115,67
SP	351020	Capão Bonito	15	760,50	14.449,50	4.652,02
SP	351030	Capela do Alto	7	354,90	6.743,10	1.958,82
SP	351040	Capivari	9	456,30	8.669,70	5.316,68
SP	351050	Caraguatatuba	7	354,90	6.743,10	23.718,58
SP	351060	Carapicuíba	5	253,50	4.816,50	98.626,60
SP	351070	Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.207,12
SP	351080	Casa Branca	7	354,90	6.743,10	3.931,28
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	0	0,00	0,00	2.044,63
SP	351100	Castilho	9	456,30	8.669,70	2.083,17
SP	351110	Catanduva	64	3.244,80	61.651,20	15.827,55
SP	351120	Catiguá	4	202,80	3.853,20	1.067,37
SP	351130	Cedral	4	202,80	3.853,20	1.098,71
SP	351140	Cerqueira César	0	0,00	0,00	3.817,77
SP	351150	Cerquilho	5	253,50	4.816,50	4.575,94
SP	351160	Cesário Lange	5	253,50	4.816,50	1.722,06
SP	351170	Charqueada	4	202,80	3.853,20	1.642,26
SP	351190	Clementina	0	0,00	0,00	2.256,42
SP	351200	Colina	9	456,30	8.669,70	1.891,90
SP	351210	Colômbia	1	50,70	963,30	1.111,35
SP	351220	Conchal	0	0,00	0,00	5.448,58
SP	351230	Conchas	0	0,00	0,00	3.454,10
SP	351240	Cordeirópolis	7	354,90	6.743,10	2.329,73
SP	351250	Coroados	1	50,70	963,30	1.231,77
SP	351260	Coronel Macedo	3	152,10	2.889,90	1.019,54
SP	351270	Corumbataí	0	0,00	0,00	2.085,92
SP	351280	Cosmópolis	14	709,80	13.486,20	8.635,75
SP	351290	Cosmorama	4	202,80	3.853,20	1.029,62
SP	351300	Cotia	3	152,10	2.889,90	59.123,22
SP	351310	Cravinhos	9	456,30	8.669,70	3.462,17
SP	351320	Cristais Paulista	3	152,10	2.889,90	1.088,23
SP	351330	Cruzália	2	101,40	1.926,60	1.016,19
SP	351340	Cruzeiro	27	1.368,90	26.009,10	10.215,50
SP	351350	Cubatão	0	0,00	0,00	53.394,36
SP	351360	Cunha	2	101,40	1.926,60	3.636,15
SP	351370	Descalvado	7	354,90	6.743,10	3.341,61
SP	351380	Diadema	22	1.115,40	21.192,60	87.801,56
SP	351385	Dirce Reis	2	101,40	1.926,60	1.050,62
SP	351390	Divinolândia	0	0,00	0,00	2.272,45
SP	351400	Dobrada	4	202,80	3.853,20	1.082,18
SP	351410	Dois Córregos	8	405,60	7.706,40	2.633,08
SP	351420	Dolcinópolis	1	50,70	963,30	1.094,17
SP	351430	Dourado	0	0,00	0,00	2.069,45
SP	351440	Dracena	29	1.470,30	27.935,70	6.041,42
SP	351450	Duartina	2	101,40	1.926,60	1.232,28
SP	351460	Dumont	0	0,00	0,00	2.248,66
SP	351470	Echaporã	0	0,00	0,00	2.047,10
SP	351480	Eldorado	0	0,00	0,00	3.859,00
SP	351490	Elias Fausto	2	101,40	1.926,60	1.703,06
SP	351492	Elisiário	1	50,70	963,30	1.245,94
SP	351495	Embaúba	2	101,40	1.926,60	1.029,40
SP	351500	Embu das Artes	9	456,30	8.669,70	60.986,88
SP	351510	Embu-Guaçu	3	152,10	2.889,90	14.917,19
SP	351512	Emilianópolis	2	101,40	1.926,60	1.051,64
SP	351515	Engenheiro Coelho	1	50,70	963,30	3.910,95
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	10	507,00	9.633,00	4.324,98
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	0	0,00	0,00	2.176,90
SP	351520	Estrela d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.032,31
SP	351530	Estrela do Norte	2	101,40	1.926,60	1.039,80
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	3	152,10	2.889,90	1.120,83
SP	351540	Fartura	3	152,10	2.889,90	1.569,41

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351550	Fernandópolis	27	1.368,90	26.009,10	7.846,36
SP	351560	Fernando Prestes	2	101,40	1.926,60	1.041,80
SP	351565	Fernão	1	50,70	963,30	1.173,14
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	4	202,80	3.853,20	45.409,87
SP	351580	Flora Rica	2	101,40	1.926,60	1.006,52
SP	351590	Floreal	2	101,40	1.926,60	1.024,24
SP	351600	Flórida Paulista	5	253,50	4.816,50	1.862,61
SP	351610	Florínia	0	0,00	0,00	2.041,65
SP	351620	Franca	36	1.825,20	34.678,80	55.892,18
SP	351630	Francisco Morato	0	0,00	0,00	44.759,52
SP	351640	Franco da Rocha	0	0,00	0,00	38.995,10
SP	351650	Gabriel Monteiro	1	50,70	963,30	1.099,52
SP	351660	Gália	0	0,00	0,00	2.039,22
SP	351670	Garça	11	557,70	10.596,30	4.573,41
SP	351680	Gastão Vidigal	2	101,40	1.926,60	1.092,88
SP	351685	Gavião Peixoto	2	101,40	1.926,60	1.061,60
SP	351690	General Salgado	5	253,50	4.816,50	1.165,43
SP	351700	Getulina	5	253,50	4.816,50	1.481,79
SP	351710	Glicério	2	101,40	1.926,60	1.046,66
SP	351720	Guaiçara	6	304,20	5.779,80	1.162,17
SP	351730	Guaimbê	1	50,70	963,30	1.138,93
SP	351740	Guaíra	14	709,80	13.486,20	4.077,13
SP	351750	Guapiaçu	9	456,30	8.669,70	2.020,71
SP	351760	Guapiara	0	0,00	0,00	3.550,26
SP	351770	Guará	5	253,50	4.816,50	2.159,49
SP	351780	Guaraçaí	4	202,80	3.853,20	1.140,30
SP	351790	Guaraci	4	202,80	3.853,20	1.080,52
SP	351800	Guarani d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.029,52
SP	351810	Guarantã	3	152,10	2.889,90	1.039,74
SP	351820	Guararapes	15	760,50	14.449,50	3.804,23
SP	351830	Guararema	0	0,00	0,00	7.558,42
SP	351840	Guaratinguetá	18	912,60	17.339,40	15.052,13
SP	351850	Guareí	3	152,10	2.889,90	2.288,94
SP	351860	Guariba	8	405,60	7.706,40	3.839,90
SP	351870	Guarujá	63	3.194,10	60.687,90	73.541,20
SP	351880	Guarulhos	0	0,00	0,00	351.893,64
SP	351885	Guatapará	1	50,70	963,30	1.175,58
SP	351890	Guzolândia	0	0,00	0,00	2.147,17
SP	351900	Herculândia	0	0,00	0,00	2.134,95
SP	351905	Holambra	0	0,00	0,00	3.503,00
SP	351907	Hortolândia	0	0,00	0,00	59.005,57
SP	351910	Iacanga	3	152,10	2.889,90	1.110,67
SP	351920	Iacri	4	202,80	3.853,20	1.025,92
SP	351925	Iaras	0	0,00	0,00	2.466,99
SP	351930	Ibaté	4	202,80	3.853,20	3.351,30
SP	351940	Ibirá	5	253,50	4.816,50	1.512,00
SP	351950	Ibirarema	2	101,40	1.926,60	1.095,93
SP	351960	Ibitinga	19	963,30	18.302,70	7.339,38
SP	351970	Ibiúna	6	304,20	5.779,80	13.611,70
SP	351980	Icém	1	50,70	963,30	1.180,74
SP	351990	Iepê	4	202,80	3.853,20	1.054,39
SP	352000	Igaraçu do Tietê	5	253,50	4.816,50	3.074,50
SP	352010	Igarapava	13	659,10	12.522,90	3.061,39
SP	352020	Igaratá	2	101,40	1.926,60	1.180,38
SP	352030	Iguape	0	0,00	0,00	7.661,00
SP	352040	Ilhabela	9	456,30	8.669,70	4.169,25
SP	352042	Ilha Comprida	4	202,80	3.853,20	1.332,00
SP	352044	Ilha Solteira	10	507,00	9.633,00	3.317,50
SP	352050	Indaiatuba	30	1.521,00	28.899,00	31.001,50
SP	352060	Indiana	2	101,40	1.926,60	1.029,53
SP	352070	Indiaporã	3	152,10	2.889,90	1.027,84
SP	352080	Inúbia Paulista	0	0,00	0,00	2.138,66
SP	352090	Ipaussu	0	0,00	0,00	2.891,67
SP	352100	Iperó	6	304,20	5.779,80	4.553,24
SP	352110	Ipeúna	0	0,00	0,00	2.289,31
SP	352115	Ipiguá	1	50,70	963,30	1.281,65
SP	352120	Iporanga	0	0,00	0,00	2.051,17
SP	352130	Ipuã	8	405,60	7.706,40	1.562,01
SP	352140	Iracemápolis	5	253,50	4.816,50	2.277,93
SP	352150	Irapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,07
SP	352160	Irapuru	3	152,10	2.889,90	1.075,68
SP	352170	Itaberá	5	253,50	4.816,50	1.777,97
SP	352180	Itaí	3	152,10	2.889,90	4.028,96
SP	352190	Itajobi	8	405,60	7.706,40	1.579,99
SP	352200	Itaju	1	50,70	963,30	1.255,39
SP	352210	Itanhaém	24	1.216,80	23.119,20	13.445,04
SP	352215	Itaóca	2	101,40	1.926,60	1.034,69
SP	352220	Itapecerica da Serra	0	0,00	0,00	44.583,45
SP	352230	Itapetininga	33	1.673,10	31.788,90	20.875,80
SP	352240	Itapeva	12	608,40	11.559,60	9.162,06
SP	352250	Itapevi	41	2.078,70	39.495,30	34.388,30
SP	352260	Itapira	9	456,30	8.669,70	7.230,56
SP	352265	Itapirapuã Paulista	1	50,70	963,30	1.169,14
SP	352270	Itápolis	17	861,90	16.376,10	4.383,83
SP	352280	Itaporanga	5	253,50	4.816,50	1.484,91
SP	352290	Itapuí	2	101,40	1.926,60	1.333,43
SP	352300	Itapura	2	101,40	1.926,60	1.082,51
SP	352310	Itaquaquecetuba	0	0,00	0,00	94.071,36
SP	352320	Itararé	0	0,00	0,00	9.865,88
SP	352330	Itariri	0	0,00	0,00	3.341,30
SP	352340	Itatiba	11	557,70	10.596,30	18.529,45
SP	352350	Itatinga	0	0,00	0,00	3.947,60
SP	352360	Itirapina	6	304,20	5.779,80	2.293,90
SP	352370	Itirapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,28
SP	352380	Itobi	3	152,10	2.889,90	1.038,89
SP	352390	Itu	30	1.521,00	28.899,00	21.269,63
SP	352400	Itupeva	3	152,10	2.889,90	8.278,67
SP	352410	Ituverava	18	912,60	17.339,40	4.197,58
SP	352420	Jaborandi	4	202,80	3.853,20	1.045,18
SP	352430	Jaboticabal	39	1.977,30	37.568,70	7.733,73
SP	352440	Jacareí	54	2.737,80	52.018,20	28.731,38
SP	352450	Jaci	3	152,10	2.889,90	1.142,27
SP	352460	Jacupiranga	0	0,00	0,00	3.505,41
SP	352470	Jaguariúna	0	0,00	0,00	13.551,00
SP	352480	Jales	18	912,60	17.339,40	6.150,53
SP	352490	Jambeiro	0	0,00	0,00	2.270,43
SP	352500	Jandira	33	1.673,10	31.788,90	19.216,17
SP	352510	Jardinópolis	19	963,30	18.302,70	4.201,02
SP	352520	Jarinu	4	202,80	3.853,20	2.794,54
SP	352530	Jaú	67	3.396,90	64.541,10	19.084,91
SP	352540	Jeriquara	1	50,70	963,30	1.092,71
SP	352550	Joanópolis	0	0,00	0,00	3.236,75
SP	352560	João Ramalho	2	101,40	1.926,60	1.064,57
SP	352570	José Bonifácio	16	811,20	15.412,80	3.562,26
SP	352580	Júlio Mesquita	1	50,70	963,30	1.154,37
SP	352585	Jumirim	2	101,40	1.926,60	1.120,46
SP	352590	Jundiaí	26	1.318,20	25.045,80	81.764,66
SP	352600	Junqueirópolis	6	304,20	5.779,80	2.654,37
SP	352610	Juquiá	0	0,00	0,00	3.825,60
SP	352620	Juquitiba	2	101,40	1.926,60	6.166,27
SP	352630	Lagoinha	1	50,70	963,30	1.095,57
SP	352640	Laranjal Paulista	6	304,20	5.779,80	2.730,90
SP	352650	Lavínia	4	202,80	3.853,20	1.454,93
SP	352660	Lavrinhas	0	0,00	0,00	2.141,35
SP	352670	Leme	11	557,70	10.596,30	9.907,60
SP	352680	Lençóis Paulista	11	557,70	10.596,30	6.737,89
SP	352690	Limeira	98	4.968,60	94.403,40	39.243,81
SP	352700	Lindóia	0	0,00	0,00	2.226,56
SP	352710	Lins	6	304,20	5.779,80	14.309,84
SP	352720	Lorena	26	1.318,20	25.045,80	10.997,50
SP	352725	Lourdes	1	50,70	963,30	1.151,27
SP	352730	Louveira	10	507,00	9.633,00	4.496,53
SP	352740	Lucélia	13	659,10	12.522,90	2.798,87
SP	352750	Lucianópolis	1	50,70	963,30	1.140,05
SP	352760	Luís Antônio	4	202,80	3.853,20	1.372,89
SP	352770	Luiziânia	1	50,70	963,30	1.226,39
SP	352780	Lupércio	1	50,70	963,30	1.128,64
SP	352790	Lutécia	1	50,70	963,30	1.086,56
SP	352800	Macatuba	8	405,60	7.706,40	1.675,45
SP	352810	Macaubal	4	202,80	3.853,20	1.049,45
SP	352820	Macedônia	2	101,40	1.926,60	1.029,04
SP	352830	Magda	2	101,40	1.926,60	1.024,94
SP	352840	Mairinque	0	0,00	0,00	9.119,37
SP	352850	Mairiporã	1	50,70	963,30	23.972,62
SP	352860	Manduri	0	0,00	0,00	2.134,70
SP	352870	Marabá Paulista	3	152,10	2.889,90	1.126,48
SP	352880	Maracaí	4	202,80	3.853,20	1.368,97
SP	352885	Marapoama	0	0,00	0,00	2.190,12
SP	352890	Mariápolis	0	0,00	0,00	2.082,01
SP	352900	Marília	59	2.991,30	56.834,70	32.100,01
SP	352910	Marinópolis	1	50,70	963,30	1.092,86
SP	352920	Martinópolis	9	456,30	8.669,70	3.406,87
SP	352930	Matão	32	1.622,40	30.825,60	9.710,72
SP	352940	Mauá	48	2.433,60	46.238,40	74.267,90
SP	352950	Mendonça	3	152,10	2.889,90	1.110,60
SP	352960	Meridiano	0	0,00	0,00	2.054,30
SP	352965	Mesópolis	2	101,40	1.926,60	1.029,26
SP	352970	Miguelópolis	0	0,00	0,00	4.413,46
SP	352980	Mineiros do Tietê	3	152,10	2.889,90	1.254,51
SP	352990	Miracatu	0	0,00	0,00	4.071,37
SP	353000	Mira Estrela	2	101,40	1.926,60	1.066,92
SP	353010	Mirandópolis	12	608,40	11.559,60	3.823,16
SP	353020	Mirante do Paranapanema	6	304,20	5.779,80	1.775,23
SP	353030	Mirassol	20	1.014,00	19.266,00	7.570,56
SP	353040	Mirassolândia	2	101,40	1.926,60	1.086,55
SP	353050	Mococa	17	861,90	16.376,10	8.997,97
SP	353060	Mogi das Cruzes	34	1.723,80	32.752,20	80.423,64
SP	353070	Mogi Guaçu	25	1.267,50	24.082,50	17.459,86
SP	353080	Mogi Mirim	21	1.064,70	20.229,30	12.045,94
SP	353090	Mombuca	0	0,00	0,00	2.108,77
SP	353100	Monções	2	101,40	1.926,60	1.048,97
SP	353110	Mongaguá	10	507,00	9.633,00	7.076,02
SP	353120	Monte Alegre do Sul	0	0,00	0,00	2.162,95
SP	353130	Monte Alto	1	50,70	963,30	8.824,25
SP	353140	Monte Aprazível	0	0,00	0,00	4.776,96
SP	353150	Monte Azul Paulista	10	507,00	9.633,00	2.131,93
SP	353160	Monte Castelo	2	101,40	1.926,60	1.032,02
SP	353170	Monteiro Lobato	0	0,00	0,00	2.167,73

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	353180	Monte Mor	7	354,90	6.743,10	7.566,90
SP	353190	Morro Agudo	15	760,50	14.449,50	3.154,88
SP	353200	Morungaba	0	0,00	0,00	3.308,00
SP	353205	Motuca	2	101,40	1.926,60	1.073,95
SP	353210	Murutinga do Sul	2	101,40	1.926,60	1.055,46
SP	353215	Nantes	2	101,40	1.926,60	1.099,13
SP	353220	Narandiba	2	101,40	1.926,60	1.085,79
SP	353230	Natividade da Serra	0	0,00	0,00	2.055,44
SP	353240	Nazaré Paulista	1	50,70	963,30	2.585,39
SP	353250	Neves Paulista	3	152,10	2.889,90	1.030,28
SP	353260	Nhandeara	5	253,50	4.816,50	1.121,78
SP	353270	Nipoã	3	152,10	2.889,90	1.128,08
SP	353280	Nova Aliança	4	202,80	3.853,20	1.110,87
SP	353282	Nova Campina	2	101,40	1.926,60	1.092,41
SP	353284	Nova Canaã Paulista	1	50,70	963,30	1.063,89
SP	353286	Nova Castilho	2	101,40	1.926,60	1.081,15
SP	353290	Nova Europa	5	253,50	4.816,50	1.120,19
SP	353300	Nova Granada	10	507,00	9.633,00	2.063,20
SP	353310	Nova Guataporanga	2	101,40	1.926,60	1.051,57
SP	353320	Nova Independência	2	101,40	1.926,60	1.163,04
SP	353325	Novais	3	152,10	2.889,90	1.151,70
SP	353330	Nova Luzitânia	0	0,00	0,00	2.229,55
SP	353340	Nova Odessa	7	354,90	6.743,10	7.813,65
SP	353350	Novo Horizonte	22	1.115,40	21.192,60	3.938,70
SP	353360	Nuporanga	4	202,80	3.853,20	1.064,84
SP	353370	Ocauçu	0	0,00	0,00	2.069,66
SP	353380	Óleo	2	101,40	1.926,60	1.019,43
SP	353390	Olímpia	29	1.470,30	27.935,70	6.159,40
SP	353400	Onda Verde	1	50,70	963,30	1.203,53
SP	353410	Oriente	0	0,00	0,00	2.108,12
SP	353420	Orindiúva	3	152,10	2.889,90	1.140,07
SP	353430	Orlândia	16	811,20	15.412,80	4.240,38
SP	353440	Osasco	0	0,00	0,00	182.031,93
SP	353450	Oscar Bressane	2	101,40	1.926,60	1.031,95
SP	353460	Osvaldo Cruz	0	0,00	0,00	8.531,59
SP	353470	Ourinhos	48	2.433,60	46.238,40	14.582,28
SP	353475	Ouroeste	5	253,50	4.816,50	1.134,33
SP	353480	Ouro Verde	4	202,80	3.853,20	1.068,49
SP	353490	Pacaembu	6	304,20	5.779,80	1.837,05
SP	353500	Palestina	5	253,50	4.816,50	1.228,07
SP	353510	Palmares Paulista	5	253,50	4.816,50	1.246,48
SP	353520	Palmeira d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.023,96
SP	353530	Palmital	8	405,60	7.706,40	2.173,36
SP	353540	Panorama	10	507,00	9.633,00	1.529,36
SP	353550	Paraguaçu Paulista	21	1.064,70	20.229,30	5.902,01
SP	353560	Paraibuna	0	0,00	0,00	4.551,50
SP	353570	Paraíso	0	0,00	0,00	2.134,02
SP	353580	Paranapanema	5	253,50	4.816,50	2.466,25
SP	353590	Paranapuã	3	152,10	2.889,90	1.054,12
SP	353600	Parapuã	3	152,10	2.889,90	1.188,95
SP	353610	Pardinho	0	0,00	0,00	2.191,90
SP	353620	Pariquera-Açu	1	50,70	963,30	2.862,69
SP	353625	Parisi	2	101,40	1.926,60	1.051,34
SP	353630	Patrocínio Paulista	3	152,10	2.889,90	1.405,20
SP	353640	Paulicéia	4	202,80	3.853,20	1.100,22
SP	353650	Paulínia	2	101,40	1.926,60	23.698,15
SP	353657	Paulistânia	1	50,70	963,30	1.106,40
SP	353660	Paulo de Faria	4	202,80	3.853,20	1.040,20
SP	353670	Pederneiras	9	456,30	8.669,70	4.475,58
SP	353680	Pedra Bela	0	0,00	0,00	2.093,69
SP	353690	Pedranópolis	2	101,40	1.926,60	1.024,88
SP	353700	Pedregulho	2	101,40	1.926,60	1.694,07
SP	353710	Pedreira	1	50,70	963,30	10.686,20
SP	353715	Pedrinhas Paulista	1	50,70	963,30	1.128,16
SP	353720	Pedro de Toledo	0	0,00	0,00	2.180,80
SP	353730	Penápolis	19	963,30	18.302,70	8.470,99
SP	353740	Pereira Barreto	17	861,90	16.376,10	3.223,75
SP	353750	Pereiras	0	0,00	0,00	2.201,56
SP	353760	Peruíbe	0	0,00	0,00	16.643,00
SP	353770	Piacatu	2	101,40	1.926,60	1.085,20
SP	353780	Piedade	3	152,10	2.889,90	7.898,95
SP	353790	Pilar do Sul	3	152,10	2.889,90	2.811,97
SP	353800	Pindamonhangaba	40	2.028,00	38.532,00	20.500,00
SP	353810	Pindorama	9	456,30	8.669,70	1.630,90
SP	353820	Pinhalzinho	0	0,00	0,00	2.891,08
SP	353830	Piquerobi	1	50,70	963,30	1.119,60
SP	353850	Piquete	0	0,00	0,00	3.569,50
SP	353860	Piracaia	3	152,10	2.889,90	2.642,87
SP	353870	Piracicaba	0	0,00	0,00	105.354,55
SP	353880	Piraju	6	304,20	5.779,80	3.723,75
SP	353890	Pirajuí	4	202,80	3.853,20	3.256,90
SP	353900	Pirangi	4	202,80	3.853,20	1.127,21
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	2.813,78
SP	353920	Pirapozinho	12	608,40	11.559,60	2.645,81
SP	353930	Pirassununga	5	253,50	4.816,50	10.281,70
SP	353940	Piratininga	4	202,80	3.853,20	1.305,72
SP	353950	Pitangueiras	13	659,10	12.522,90	3.807,88
SP	353960	Planalto	3	152,10	2.889,90	1.105,61
SP	353970	Platina	0	0,00	0,00	2.151,75
SP	353980	Poá	10	507,00	9.633,00	20.490,12
SP	353990	Poloni	3	152,10	2.889,90	1.081,25
SP	354000	Pompéia	7	354,90	6.743,10	2.122,25
SP	354010	Pongaí	0	0,00	0,00	2.051,02
SP	354020	Pontal	11	557,70	10.596,30	4.664,55
SP	354025	Pontalinda	1	50,70	963,30	1.211,90
SP	354030	Pontes Gestal	2	101,40	1.926,60	1.031,41
SP	354040	Populina	3	152,10	2.889,90	1.026,26
SP	354050	Porangaba	2	101,40	1.926,60	1.114,93
SP	354060	Porto Feliz	3	152,10	2.889,90	7.392,72
SP	354070	Porto Ferreira	19	963,30	18.302,70	5.663,47
SP	354075	Potim	4	202,80	3.853,20	3.046,53
SP	354080	Potirendaba	8	405,60	7.706,40	1.677,53
SP	354085	Pracinha	2	101,40	1.926,60	1.225,76
SP	354090	Pradópolis	2	101,40	1.926,60	2.091,11
SP	354100	Praia Grande	51	2.585,70	49.128,30	89.377,14
SP	354105	Pratânia	0	0,00	0,00	2.182,66
SP	354110	Presidente Alves	3	152,10	2.889,90	1.027,11
SP	354120	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.789,84
SP	354130	Presidente Epitácio	21	1.064,70	20.229,30	5.487,13
SP	354140	Presidente Prudente	73	3.701,10	70.320,90	29.379,09
SP	354150	Presidente Venceslau	18	912,60	17.339,40	5.157,20
SP	354160	Promissão	20	1.014,00	19.266,00	4.501,10
SP	354165	Quadra	2	101,40	1.926,60	1.106,77
SP	354170	Quatá	3	152,10	2.889,90	1.360,36
SP	354180	Queiroz	1	50,70	963,30	1.285,92
SP	354190	Queluz	4	202,80	3.853,20	1.618,63
SP	354200	Quintana	0	0,00	0,00	2.144,85
SP	354210	Rafard	0	0,00	0,00	2.093,16
SP	354220	Rancharia	12	608,40	11.559,60	3.143,69
SP	354230	Redenção da Serra	2	101,40	1.926,60	1.027,29
SP	354240	Regente Feijó	8	405,60	7.706,40	1.956,86
SP	354250	Reginópolis	3	152,10	2.889,90	1.179,23
SP	354260	Registro	16	811,20	15.412,80	5.525,44
SP	354270	Restinga	3	152,10	2.889,90	1.095,71
SP	354280	Ribeira	1	50,70	963,30	1.091,25
SP	354290	Ribeirão Bonito	0	0,00	0,00	2.575,75
SP	354300	Ribeirão Branco	1	50,70	963,30	2.579,91
SP	354310	Ribeirão Corrente	0	0,00	0,00	2.143,54
SP	354320	Ribeirão do Sul	1	50,70	963,30	1.097,97
SP	354323	Ribeirão dos Índios	1	50,70	963,30	1.097,19
SP	354325	Ribeirão Grande	0	0,00	0,00	2.072,70
SP	354330	Ribeirão Pires	4	202,80	3.853,20	27.928,82
SP	354340	Ribeirão Preto	290	14.703,00	279.357,00	88.983,55
SP	354350	Riversul	0	0,00	0,00	2.029,29
SP	354360	Rifaina	2	101,40	1.926,60	1.047,78
SP	354370	Rincão	5	253,50	4.816,50	1.059,75
SP	354380	Rinópolis	3	152,10	2.889,90	1.028,62
SP	354390	Rio Claro	50	2.535,00	48.165,00	26.468,32
SP	354400	Rio das Pedras	3	152,10	2.889,90	3.755,70
SP	354410	Rio Grande da Serra	0	0,00	0,00	12.887,25
SP	354420	Riolândia	2	101,40	1.926,60	1.576,22
SP	354425	Rosana	8	405,60	7.706,40	1.875,69
SP	354430	Roseira	1	50,70	963,30	1.664,70
SP	354440	Rubiácea	2	101,40	1.926,60	1.092,15
SP	354450	Rubinéia	2	101,40	1.926,60	1.069,65
SP	354460	Sabino	3	152,10	2.889,90	1.055,34
SP	354470	Sagres	1	50,70	963,30	1.096,13
SP	354480	Sales	3	152,10	2.889,90	1.099,89
SP	354490	Sales Oliveira	5	253,50	4.816,50	1.139,85
SP	354500	Salesópolis	0	0,00	0,00	4.408,86
SP	354510	Salmourão	4	202,80	3.853,20	1.069,86
SP	354515	Saltinho	0	0,00	0,00	2.212,13
SP	354520	Salto	15	760,50	14.449,50	14.598,25
SP	354530	Salto de Pirapora	9	456,30	8.669,70	4.347,21
SP	354540	Salto Grande	4	202,80	3.853,20	1.050,68
SP	354550	Sandovalina	2	101,40	1.926,60	1.100,74
SP	354560	Santa Adélia	0	0,00	0,00	3.002,32
SP	354570	Santa Albertina	3	152,10	2.889,90	1.044,39
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	26	1.318,20	25.045,80	27.915,38
SP	354600	Santa Branca	0	0,00	0,00	3.666,75
SP	354610	Santa Clara d'Oeste	1	50,70	963,30	1.096,34
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	1	50,70	963,30	1.201,15
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	1	50,70	963,30	1.171,24
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	0	0,00	0,00	6.551,60
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	0	0,00	0,00	9.386,24
SP	354650	Santa Ernestina	0	0,00	0,00	2.057,38
SP	354660	Santa Fé do Sul	21	1.064,70	20.229,30	3.975,25
SP	354670	Santa Gertrudes	5	253,50	4.816,50	2.510,29
SP	354680	Santa Isabel	3	152,10	2.889,90	11.720,41
SP	354690	Santa Lúcia	3	152,10	2.889,90	1.054,16
SP	354700	Santa Maria da Serra	0	0,00	0,00	2.179,54
SP	354710	Santa Mercedes	2	101,40	1.926,60	1.038,43
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	1	50,70	963,30	1.069,13
SP	354730	Santana de Parnaíba	39	1.977,30	37.568,70	17.200,26
SP	354740	Santa Rita d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.025,39
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	0	0,00	0,00	6.897,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	7	354,90	6.743,10	2.552,39
SP	354765	Santa Salete	1	50,70	963,30	1.143,69
SP	354770	Santo Anastácio	8	405,60	7.706,40	2.252,11
SP	354780	Santo André	1	50,70	963,30	185.592,78
SP	354790	Santo Antônio da Alegria	2	101,40	1.926,60	1.069,37
SP	354800	Santo Antônio de Posse	0	0,00	0,00	5.700,25
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	3	152,10	2.889,90	1.071,52
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	0	0,00	0,00	2.056,15
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.044,55
SP	354830	Santo Expedito	0	0,00	0,00	2.149,03
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	2	101,40	1.926,60	1.078,21
SP	354850	Santos	96	4.867,20	92.476,80	91.541,28
SP	354860	São Bento do Sapucaí	0	0,00	0,00	2.723,75
SP	354870	São Bernardo do Campo	0	0,00	0,00	215.823,15
SP	354880	São Caetano do Sul	8	405,60	7.706,40	33.924,68
SP	354890	São Carlos	55	2.788,50	52.981,50	26.830,17
SP	354900	São Francisco	2	101,40	1.926,60	1.029,11
SP	354910	São João da Boa Vista	17	861,90	16.376,10	10.350,66
SP	354920	São João das Duas Pontes	2	101,40	1.926,60	1.028,21
SP	354925	São João de Iracema	2	101,40	1.926,60	1.059,54
SP	354930	São João do Pau d'Alho	2	101,40	1.926,60	1.027,72
SP	354940	São Joaquim da Barra	22	1.115,40	21.192,60	4.986,01
SP	354950	São José da Bela Vista	3	152,10	2.889,90	1.050,73
SP	354960	São José do Barreiro	1	50,70	963,30	1.096,68
SP	354970	São José do Rio Pardo	9	456,30	8.669,70	5.359,37
SP	354980	São José do Rio Preto	36	1.825,20	34.678,80	85.441,05
SP	354990	São José dos Campos	102	5.171,40	98.256,60	91.711,48
SP	354995	São Lourenço da Serra	0	0,00	0,00	4.033,78
SP	355000	São Luís do Paraitinga	0	0,00	0,00	2.685,00
SP	355010	São Manuel	9	456,30	8.669,70	3.984,43
SP	355020	São Miguel Arcanjo	4	202,80	3.853,20	3.222,44
SP	355030	São Paulo	1.965	99.625,50	1.892.884,50	1.578.944,15
SP	355040	São Pedro	2	101,40	1.926,60	6.797,90
SP	355050	São Pedro do Turvo	1	50,70	963,30	1.141,32
SP	355060	São Roque	15	760,50	14.449,50	11.059,13
SP	355070	São Sebastião	41	2.078,70	39.495,30	10.692,25
SP	355080	São Sebastião da Grama	0	0,00	0,00	2.427,15
SP	355090	São Simão	4	202,80	3.853,20	1.567,80
SP	355100	São Vicente	0	0,00	0,00	133.105,05
SP	355110	Sarapuí	0	0,00	0,00	2.178,46
SP	355120	Sarutaiá	2	101,40	1.926,60	1.028,29
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	2	101,40	1.926,60	1.098,55
SP	355140	Serra Azul	4	202,80	3.853,20	1.801,05
SP	355150	Serrana	17	861,90	16.376,10	4.396,49
SP	355160	Serra Negra	3	152,10	2.889,90	4.295,60
SP	355170	Sertãozinho	45	2.281,50	43.348,50	13.632,70
SP	355180	Sete Barras	0	0,00	0,00	2.592,63
SP	355190	Severínia	3	152,10	2.889,90	1.749,02
SP	355200	Silveiras	1	50,70	963,30	1.164,11
SP	355210	Socorro	2	101,40	1.926,60	8.128,40
SP	355220	Sorocaba	147	7.452,90	141.605,10	86.058,18
SP	355230	Sud Mennucci	4	202,80	3.853,20	1.038,54
SP	355240	Sumaré	45	2.281,50	43.348,50	35.604,66
SP	355250	Suzano	22	1.115,40	21.192,60	54.649,64
SP	355255	Suzanápolis	2	101,40	1.926,60	1.104,52
SP	355260	Tabapuã	7	354,90	6.743,10	1.234,31
SP	355270	Tabatinga	7	354,90	6.743,10	1.615,62
SP	355280	Taboão da Serra	41	2.078,70	39.495,30	36.468,93
SP	355290	Taciba	3	152,10	2.889,90	1.069,79
SP	355300	Taguaí	3	152,10	2.889,90	1.283,79
SP	355310	Taiaçu	3	152,10	2.889,90	1.053,74
SP	355320	Taiúva	3	152,10	2.889,90	1.030,70
SP	355330	Tambaú	6	304,20	5.779,80	2.539,40
SP	355340	Tanabi	13	659,10	12.522,90	2.573,00
SP	355350	Tapiraí	1	50,70	963,30	1.086,39
SP	355360	Tapiratiba	3	152,10	2.889,90	1.281,83
SP	355365	Taquaral	2	101,40	1.926,60	1.035,20
SP	355370	Taquaritinga	19	963,30	18.302,70	5.861,21
SP	355380	Taquarituba	8	405,60	7.706,40	2.275,58
SP	355385	Taquarivaí	1	50,70	963,30	1.212,18
SP	355390	Tarabai	0	0,00	0,00	2.169,66
SP	355395	Tarumã	2	101,40	1.926,60	1.424,39
SP	355400	Tatuí	0	0,00	0,00	23.292,22
SP	355410	Taubaté	90	4.563,00	86.697,00	40.162,20
SP	355420	Tejupá	0	0,00	0,00	2.041,43
SP	355430	Teodoro Sampaio	9	456,30	8.669,70	2.253,75
SP	355440	Terra Roxa	5	253,50	4.816,50	1.070,54
SP	355450	Tietê	6	304,20	5.779,80	4.016,74
SP	355460	Timburi	0	0,00	0,00	2.056,94
SP	355465	Torre de Pedra	2	101,40	1.926,60	1.054,60
SP	355470	Torrinha	2	101,40	1.926,60	1.056,25
SP	355475	Trabiju	0	0,00	0,00	2.155,51
SP	355480	Tremembé	0	0,00	0,00	11.973,29
SP	355490	Três Fronteiras	2	101,40	1.926,60	1.054,68
SP	355495	Tuiuti	0	0,00	0,00	2.201,05
SP	355500	Tupã	30	1.521,00	28.899,00	8.219,75
SP	355510	Tupi Paulista	8	405,60	7.706,40	1.998,11
SP	355520	Turiúba	2	101,40	1.926,60	1.041,32
SP	355530	Turmalina	2	101,40	1.926,60	1.011,46
SP	355535	Ubarana	3	152,10	2.889,90	1.115,39
SP	355540	Ubatuba	29	1.470,30	27.935,70	11.039,13
SP	355550	Ubirajara	2	101,40	1.926,60	1.059,53
SP	355560	Uchoa	4	202,80	3.853,20	1.053,48
SP	355570	União Paulista	0	0,00	0,00	2.191,92
SP	355580	Urânia	5	253,50	4.816,50	1.035,07
SP	355590	Uru	2	101,40	1.926,60	1.019,54
SP	355600	Urupês	6	304,20	5.779,80	1.337,05
SP	355610	Valentim Gentil	6	304,20	5.779,80	1.253,33
SP	355620	Valinhos	0	0,00	0,00	31.006,00
SP	355630	Valparaíso	8	405,60	7.706,40	3.342,84
SP	355635	Vargem	0	0,00	0,00	2.234,87
SP	355640	Vargem Grande do Sul	4	202,80	3.853,20	4.432,50
SP	355645	Vargem Grande Paulista	0	0,00	0,00	13.131,91
SP	355650	Várzea Paulista	16	811,20	15.412,80	11.643,96
SP	355660	Vera Cruz	1	50,70	963,30	1.303,30
SP	355670	Vinhedo	13	659,10	12.522,90	9.391,13
SP	355680	Viradouro	8	405,60	7.706,40	1.950,50
SP	355690	Vista Alegre do Alto	0	0,00	0,00	2.312,70
SP	355695	Vitória Brasil	1	50,70	963,30	1.135,15
SP	355700	Votorantim	7	354,90	6.743,10	16.736,92
SP	355710	Votuporanga	58	2.940,60	55.871,40	10.396,32
SP	355715	Zacarias	1	50,70	963,30	1.238,87
SP	355720	Chavantes	3	152,10	2.889,90	1.222,69
SP	355730	Estiva Gerbi	2	101,40	1.926,60	1.083,64
Total			7.475	378.982,50	7.200.667,50	10.262.096,18

ANEXO XXVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
TO	170000	SES/TO	0	0,00	0,00	306.644,28
TO	170025	Abreulândia	2	101,40	1.926,60	1.061,52
TO	170030	Aguiarnópolis	3	152,10	2.889,90	2.046,64
TO	170035	Aliança do Tocantins	3	152,10	2.889,90	1.806,62
TO	170040	Almas	4	202,80	3.853,20	2.384,55
TO	170070	Alvorada	4	202,80	3.853,20	2.666,51
TO	170100	Ananás	5	253,50	4.816,50	3.161,62
TO	170105	Angico	2	101,40	1.926,60	1.144,59
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	1	50,70	963,30	2.094,44
TO	170130	Aragominas	2	101,40	1.926,60	2.638,53
TO	170190	Araguacema	3	152,10	2.889,90	2.219,02
TO	170200	Araguaçu	4	202,80	3.853,20	2.781,82
TO	170210	Araguaína	101	5.120,70	97.293,30	58.541,88
TO	170215	Araguanã	2	101,40	1.926,60	1.801,53
TO	170220	Araguatins	12	608,40	11.559,60	10.887,80
TO	170230	Arapoema	4	202,80	3.853,20	2.162,16
TO	170240	Arraias	5	253,50	4.816,50	3.491,96
TO	170255	Augustinópolis	8	405,60	7.706,40	5.666,58
TO	170270	Aurora do Tocantins	0	0,00	0,00	2.472,29
TO	170290	Axixá do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.112,92
TO	170300	Babaçulândia	4	202,80	3.853,20	3.397,79
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.171,22
TO	170307	Barra do Ouro	1	50,70	963,30	1.984,46
TO	170310	Barrolândia	2	101,40	1.926,60	1.794,19
TO	170320	Bernardo Sayão	0	0,00	0,00	2.933,91
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.532,92
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	1	50,70	963,30	1.145,03
TO	170370	Brejinho de Nazaré	3	152,10	2.889,90	1.752,77
TO	170380	Buriti do Tocantins	2	101,40	1.926,60	5.039,27
TO	170382	Cachoeirinha	0	0,00	0,00	2.100,59
TO	170384	Campos Lindos	3	152,10	2.889,90	3.293,45
TO	170386	Cariri do Tocantins	1	50,70	963,30	1.847,81
TO	170388	Carmolândia	2	101,40	1.926,60	1.081,25
TO	170389	Carrasco Bonito	2	101,40	1.926,60	1.331,03
TO	170390	Caseara	3	152,10	2.889,90	1.688,22
TO	170410	Centenário	2	101,40	1.926,60	1.090,98
TO	170460	Chapada de Areia	0	0,00	0,00	2.092,19
TO	170510	Chapada da Natividade	2	101,40	1.926,60	1.115,86
TO	170550	Colinas do Tocantins	17	861,90	16.376,10	10.802,98
TO	170555	Combinado	3	152,10	2.889,90	1.564,45
TO	170560	Conceição do Tocantins	1	50,70	963,30	1.790,79
TO	170600	Couto Magalhães	0	0,00	0,00	3.522,73
TO	170610	Cristalândia	4	202,80	3.853,20	2.345,87
TO	170625	Crixás do Tocantins	1	50,70	963,30	1.182,42
TO	170650	Darcinópolis	0	0,00	0,00	3.851,72
TO	170700	Dianópolis	10	507,00	9.633,00	6.800,75
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	0	0,00	0,00	4.334,54

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.305,43
TO	170730	Dueré	2	101,40	1.926,60	1.524,38
TO	170740	Esperantina	4	202,80	3.853,20	3.447,58
TO	170755	Fátima	3	152,10	2.889,90	1.276,03
TO	170765	Figueirópolis	3	152,10	2.889,90	1.730,09
TO	170770	Filadélfia	0	0,00	0,00	5.560,33
TO	170820	Formoso do Araguaia	6	304,20	5.779,80	5.956,96
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	2	101,40	1.926,60	1.056,42
TO	170830	Goianorte	1	50,70	963,30	2.344,77
TO	170900	Goiatins	4	202,80	3.853,20	4.422,12
TO	170930	Guaraí	15	760,50	14.449,50	7.930,09
TO	170950	Gurupi	3	152,10	2.889,90	49.948,20
TO	170980	Ipueiras	0	0,00	0,00	2.285,21
TO	171050	Itacajá	2	101,40	1.926,60	2.900,81
TO	171070	Itaguatins	3	152,10	2.889,90	1.929,74
TO	171090	Itapiratins	0	0,00	0,00	2.490,81
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.022,19
TO	171150	Jaú do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.261,79
TO	171180	Juarina	0	0,00	0,00	2.041,51
TO	171190	Lagoa da Confusão	4	202,80	3.853,20	5.254,14
TO	171195	Lagoa do Tocantins	0	0,00	0,00	2.744,02
TO	171200	Lajeado	2	101,40	1.926,60	1.247,14
TO	171215	Lavandeira	1	50,70	963,30	1.288,95
TO	171240	Lizarda	2	101,40	1.926,60	1.250,91
TO	171245	Luzinópolis	2	101,40	1.926,60	1.119,79
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.628,27
TO	171270	Mateiros	0	0,00	0,00	2.944,13
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.149,65
TO	171320	Miracema do Tocantins	9	456,30	8.669,70	9.376,23
TO	171330	Miranorte	6	304,20	5.779,80	4.205,56
TO	171360	Monte do Carmo	2	101,40	1.926,60	2.950,80
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.068,93
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	2	101,40	1.926,60	2.198,83
TO	171395	Muricilândia	2	101,40	1.926,60	1.172,44
TO	171420	Natividade	4	202,80	3.853,20	2.943,96
TO	171430	Nazaré	2	101,40	1.926,60	1.397,12
TO	171488	Nova Olinda	4	202,80	3.853,20	3.699,44
TO	171500	Nova Rosalândia	2	101,40	1.926,60	1.375,67
TO	171510	Novo Acordo	2	101,40	1.926,60	1.396,19
TO	171515	Novo Alegre	2	101,40	1.926,60	1.028,41
TO	171525	Novo Jardim	2	101,40	1.926,60	1.077,08
TO	171550	Oliveira de Fátima	1	50,70	963,30	1.153,00
TO	171570	Palmeirante	2	101,40	1.926,60	1.869,83
TO	171575	Palmeirópolis	4	202,80	3.853,20	2.406,96
TO	171610	Paraíso do Tocantins	27	1.368,90	26.009,10	15.538,34
TO	171620	Paranã	3	152,10	2.889,90	3.891,13
TO	171630	Pau D'Arco	2	101,40	1.926,60	1.559,67
TO	171650	Pedro Afonso	6	304,20	5.779,80	4.154,38
TO	171660	Peixe	0	0,00	0,00	7.215,79
TO	171665	Pequizeiro	3	152,10	2.889,90	1.741,22
TO	171670	Colméia	0	0,00	0,00	5.430,90
TO	171700	Pindorama do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.475,14
TO	171720	Piraquê	1	50,70	963,30	1.112,38
TO	171750	Pium	3	152,10	2.889,90	2.389,99
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	1.502,64
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.494,61
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.085,75
TO	171820	Porto Nacional	25	1.267,50	24.082,50	16.425,30
TO	171830	Praia Norte	3	152,10	2.889,90	2.650,03
TO	171840	Presidente Kennedy	3	152,10	2.889,90	1.236,22
TO	171845	Pugmil	2	101,40	1.926,60	1.091,88
TO	171850	Recursolândia	2	101,40	1.926,60	1.384,27
TO	171855	Riachinho	2	101,40	1.926,60	1.490,12
TO	171865	Rio da Conceição	2	101,40	1.926,60	1.148,83
TO	171870	Rio dos Bois	1	50,70	963,30	1.185,01
TO	171875	Rio Sono	0	0,00	0,00	4.161,65
TO	171880	Sampaio	2	101,40	1.926,60	1.491,97
TO	171884	Sandolândia	0	0,00	0,00	2.271,77
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	2	101,40	1.926,60	2.746,88
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	1	50,70	963,30	1.302,51
TO	171889	Santa Rita do Tocantins	1	50,70	963,30	1.196,14
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.558,24
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	0	0,00	0,00	2.185,68
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.029,47
TO	172010	São Bento do Tocantins	1	50,70	963,30	2.391,60
TO	172015	São Félix do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.073,82
TO	172020	São Miguel do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.707,21
TO	172025	São Salvador do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.050,41
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.534,34
TO	172049	São Valério	2	101,40	1.926,60	1.403,57
TO	172065	Silvanópolis	3	152,10	2.889,90	1.737,28
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.984,72
TO	172085	Sucupira	0	0,00	0,00	2.177,22
TO	172090	Taguatinga	7	354,90	6.743,10	5.149,10
TO	172093	Taipas do Tocantins	1	50,70	963,30	1.187,12
TO	172097	Talismã	2	101,40	1.926,60	1.109,17
TO	172100	Palmas	140	7.098,00	134.862,00	104.607,67
TO	172110	Tocantínia	0	0,00	0,00	4.984,17
TO	172120	Tocantinópolis	6	304,20	5.779,80	8.801,01
TO	172125	Tupirama	0	0,00	0,00	2.255,81
TO	172130	Tupiratins	0	0,00	0,00	2.331,52
TO	172208	Wanderlândia	2	101,40	1.926,60	5.323,78
TO	172210	Xambioá	6	304,20	5.779,80	3.721,74
Total			642	32.549,40	618.438,60	902.437,53
		Total Geral	55.626	2.820.238,20	53.584.525,80	73.449.377,88

PORTARIA Nº 3.152, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece recurso financeiro anual do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser disponibilizado pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, e redefine os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS referentes à Nefrologia e autorizados por meio de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais - APAC, sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a análise dos gastos com a Nefrologia, dos estados, Distrito Federal e municípios, com base na produção apresentada e registrada no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), no período de abril a junho de 2018; e

Considerando a necessidade de corrigir as defasagens existentes nos limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, por meio do encontro de contas entre o valor apresentado e o efetivamente gasto, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 19.360.942,92 (dezenove milhões, trezentos e sessenta mil novecentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos), do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, da ação detalhada Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º Ficam redefinidos os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, conforme Anexo, que serão disponibilizados por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Fundos Municipais de Saúde, após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2018.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	IBGE	ESTADO/MUNICÍPIO	LIMITE ANUAL (R$)
AC	120000	ACRE	9.901.253,76
AC Total			9.901.253,76
AL	270030	ARAPIRACA	12.972.701,88
AL	270430	MACEIO	27.926.692,80
AL	270630	PALMEIRA DOS INDIOS	4.284.546,12
AL	270860	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	3.053.637,48
AL Total			48.237.578,28
AM	130000	AMAZONAS	23.403.846,00
AM Total			23.403.846,00
AP	160000	AMAPA	8.028.467,28
AP Total			8.028.467,28
BA	290070	ALAGOINHAS	5.361.265,32
BA	290000	BAHIA	46.919.765,04
BA	290320	BARREIRAS	3.074.946,24
BA	290460	BRUMADO	7.113.325,80
BA	290570	CAMACARI	6.543.471,84
BA	291072	EUNAPOLIS	6.406.423,56
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	24.444.288,24
BA	291170	GUANAMBI	7.188.503,88
BA	291360	ILHEUS	7.099.920,84
BA	291480	ITABUNA	7.830.126,72
BA	291750	JACOBINA	3.981.194,88
BA	291800	JEQUIE	8.630.099,16
BA	291840	JUAZEIRO	9.898.519,20
BA	292400	PAULO AFONSO	8.182.600,68
BA	292740	SALVADOR	37.213.656,12
BA	292870	SANTO ANTONIO DE JESUS	6.279.434,52
BA	293010	SENHOR DO BONFIM	6.486.119,40
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	13.237.714,80
BA Total			215.891.376,24
CE	230190	BARBALHA	6.611.519,04
CE	230210	BATURITE	3.909.092,28
CE	230280	CANINDE	4.323.537,36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230350	CASCAVEL	7.170.911,16
CE	230370	CAUCAIA	10.163.689,80
CE	230410	CRATEUS	4.701.378,84
CE	230420	CRATO	8.362.870,20
CE	230428	EUSEBIO	6.791.281,32
CE	230440	FORTALEZA	51.746.603,88
CE	230550	IGUATU	4.692.639,36
CE	230640	ITAPIPOCA	4.119.138,48
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	5.577.567,36
CE	230765	MARACANAU	6.544.852,20
CE	231130	QUIXADA	3.251.030,52
CE	231180	RUSSAS	4.530.760,32
CE	231290	SOBRAL	10.906.482,96
CE Total			143.403.355,08
DF	530000	DISTRITO FEDERAL	37.812.959,52
DF Total			37.812.959,52
ES	320000	ESPIRITO SANTO	64.801.077,48
ES Total			64.801.077,48
GO	520110	ANAPOLIS	8.964.517,44
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	13.816.152,36
GO	520450	CALDAS NOVAS	2.529.578,28
GO	520510	CATALAO	4.032.833,88
GO	520540	CERES	4.049.933,52
GO	520800	FORMOSA	3.753.710,52
GO	520860	GOIANESIA	4.477.877,52
GO	520870	GOIANIA	44.646.781,20
GO	520000	GOIAS	5.781.098,64
GO	521020	IPORA	2.373.903,24
GO	521150	ITUMBIARA	2.409.108,00
GO	521190	JATAI	4.423.192,92
GO	521250	LUZIANIA	2.571.965,76
GO	521800	PORANGATU	4.598.344,56
GO	521880	RIO VERDE	6.924.704,40
GO	522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	1.776.208,44
GO	522185	VALPARAISO DE GOIAS	5.205.492,12
GO Total			122.335.402,80
MA	210330	CODO	4.469.152,20
MA	210530	IMPERATRIZ	12.375.393,12
MA	210000	MARANHAO	25.122.764,28
MA	210820	PEDREIRAS	3.708.230,40
MA	211130	SAO LUIS	28.249.018,80
MA	211220	TIMON	3.325.111,80
MA Total			77.249.670,60
MG	310160	ALFENAS	8.869.487,28
MG	310350	ARAGUARI	3.126.506,88
MG	310400	ARAXA	4.263.578,40
MG	310560	BARBACENA	5.227.781,04
MG	310620	BELO HORIZONTE	81.825.360,84
MG	310670	BETIM	12.968.883,24
MG	310740	BOM DESPACHO	4.090.694,76
MG	310860	BRASILIA DE MINAS	6.268.395,00
MG	311120	CAMPO BELO	4.767.156,48
MG	311340	CARATINGA	5.791.332,00
MG	311530	CATAGUASES	2.362.297,08
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	4.900.046,64
MG	311860	CONTAGEM	19.692.403,92
MG	312090	CURVELO	4.846.060,56
MG	312160	DIAMANTINA	3.646.207,68
MG	312230	DIVINOPOLIS	7.648.910,16
MG	312710	FRUTAL	2.056.340,64
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	13.442.891,04
MG	312870	GUAXUPE	3.546.965,64
MG	313130	IPATINGA	11.643.497,40
MG	313170	ITABIRA	5.949.949,68
MG	313240	ITAJUBA	5.355.206,88
MG	313380	ITAUNA	3.494.138,16
MG	313420	ITUIUTABA	4.543.600,68
MG	313510	JANAUBA	5.652.874,44
MG	313620	JOAO MONLEVADE	5.661.903,12
MG	313670	JUIZ DE FORA	15.717.083,28
MG	313820	LAVRAS	5.042.411,52
MG	313940	MANHUACU	6.700.323,72
MG	310000	MINAS GERAIS	45.089.172,48
MG	314330	MONTES CLAROS	10.030.077,36
MG	314710	PARA DE MINAS	2.473.366,20
MG	314700	PARACATU	1.577.978,88
MG	314800	PATOS DE MINAS	6.016.177,32
MG	314810	PATROCINIO	4.278.480,00
MG	315120	PIRAPORA	2.520.312,84
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2.955.303,00
MG	315210	PONTE NOVA	4.890.893,28
MG	315250	POUSO ALEGRE	5.812.960,32
MG	315700	SALINAS	3.087.605,64
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	5.123.952,96
MG	316370	SAO LOURENCO	5.171.265,00
MG	316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3.175.605,72
MG	316720	SETE LAGOAS	6.194.063,16
MG	316860	TEOFILO OTONI	9.241.230,72
MG	316930	TRES CORACOES	3.362.458,44
MG	317010	UBERABA	6.574.301,76
MG	317020	UBERLANDIA	16.348.079,28
MG	317040	UNAI	3.014.671,68
MG	317070	VARGINHA	5.402.423,76
MG	317130	VICOSA	3.637.225,08
MG Total			425.079.893,04
MS	500110	AQUIDAUANA	2.884.753,80
MS	500270	CAMPO GRANDE	23.882.486,40
MS	500320	CORUMBA	2.979.229,68
MS	500330	COXIM	1.432.699,68
MS	500370	DOURADOS	7.838.454,24
MS	500000	MATO GROSSO DO SUL	3.956.437,08
MS	500630	PARANAIBA	2.477.305,08
MS	500830	TRES LAGOAS	1.970.280,72
MS Total			47.421.646,68
MT	510180	BARRA DO GARCAS	3.488.491,68
MT	510340	CUIABA	18.406.238,52
MT	510000	MATO GROSSO	22.264.347,24
MT	510760	RONDONOPOLIS	8.412.976,92
MT Total			52.572.054,36
PA	150080	ANANINDEUA	11.325.132,12
PA	150140	BELEM	27.189.307,44
PA	150240	CASTANHAL	6.029.310,00
PA	150420	MARABA	6.561.304,08
PA	150000	PARA	19.328.373,60
PA	150680	SANTAREM	1.966.687,20
PA	150812	ULIANOPOLIS	5.356.618,92
PA Total			77.756.733,36
PB	250400	CAMPINA GRANDE	18.856.467,60
PB	250750	JOAO PESSOA	18.236.348,64
PB	250000	PARAIBA	4.346.851,32
PB	251620	SOUSA	3.444.938,28
PB Total			44.884.605,84
PE	260000	PERNAMBUCO	164.345.223,96
PE Total			164.345.223,96
PI	220220	CAMPO MAIOR	6.898.272,24
PI	220390	FLORIANO	10.222.913,04
PI	220770	PARNAIBA	6.114.361,08
PI	220000	PIAUI	1.188.095,16
PI	220800	PICOS	11.352.863,16
PI	221100	TERESINA	28.706.970,96
PI Total			64.483.475,64
PR	410140	APUCARANA	4.219.764,96
PR	410430	CAMPO MOURAO	4.563.638,64
PR	410550	CIANORTE	2.290.977,00
PR	410690	CURITIBA	31.795.257,60
PR	410830	FOZ DO IGUACU	8.570.437,80
PR	410840	FRANCISCO BELTRAO	2.853.966,12
PR	411370	LONDRINA	14.168.978,28
PR	411520	MARINGA	11.639.612,16
PR	410000	PARANA	79.751.839,20
PR	411850	PATO BRANCO	2.286.684,00
PR	412810	UMUARAMA	5.476.002,24
PR Total			167.617.158,00
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	4.558.687,68
RJ	330020	ARARUAMA	5.764.634,40
RJ	330030	BARRA DO PIRAI	6.400.525,92
RJ	330040	BARRA MANSA	2.002.598,64
RJ	330045	BELFORD ROXO	14.120.853,84
RJ	330070	CABO FRIO	5.381.841,84
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	11.149.719,00
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	15.908.472,00
RJ	330190	ITABORAI	6.628.651,44
RJ	330220	ITAPERUNA	6.003.851,40
RJ	330227	JAPERI	5.127.326,40
RJ	330240	MACAE	4.105.038,00
RJ	330250	MAGE	5.868.632,04
RJ	330320	NILOPOLIS	4.381.023,24
RJ	330330	NITEROI	9.807.387,84
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	5.086.942,08
RJ	330350	NOVA IGUACU	14.236.873,80
RJ	330390	PETROPOLIS	4.570.842,96
RJ	330414	QUEIMADOS	8.563.004,52
RJ	330420	RESENDE	2.426.659,68
RJ	330430	RIO BONITO	4.937.251,08
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	104.941.700,64
RJ	330470	SANTO ANTONIO DE PADUA	4.112.447,16
RJ	330490	SAO GONCALO	17.448.530,16
RJ	330510	SAO JOAO DE MERITI	12.369.347,52
RJ	330600	TRES RIOS	4.152.768,84
RJ	330610	VALENCA	3.712.251,24
RJ	330620	VASSOURAS	1.871.509,80
RJ	330630	VOLTA REDONDA	4.473.437,76
RJ Total			300.112.810,92
RN	240000	RIO GRANDE DO NORTE	54.300.534,24
RN Total			54.300.534,24
RO	110004	CACOAL	4.293.903,24
RO	110012	JI-PARANA	5.598.563,76
RO	110000	RONDONIA	16.710.532,92

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	110030	VILHENA	3.468.415,32
RO Total			30.071.415,24
RR	140000	RORAIMA	7.350.135,96
RR Total			7.350.135,96
RS	430210	BENTO GONCALVES	1.499.514,48
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	3.882.576,48
RS	430390	CAMPO BOM	2.895.246,36
RS	430460	CANOAS	4.535.127,72
RS	430470	CARAZINHO	1.848.864,24
RS	430510	CAXIAS DO SUL	5.795.810,40
RS	430770	ESTEIO	2.771.901,96
RS	430920	GRAVATAI	4.555.321,44
RS	431140	LAJEADO	3.086.805,96
RS	431330	NOVA PRATA	1.113.431,64
RS	431340	NOVO HAMBURGO	4.042.059,72
RS	431440	PELOTAS	11.071.318,44
RS	431490	PORTO ALEGRE	35.233.236,96
RS	430000	RIO GRANDE DO SUL	72.859.511,16
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	3.632.031,36
RS	431720	SANTA ROSA	2.542.150,68
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	1.573.913,28
RS	431800	SAO BORJA	1.601.898,72
RS	431870	SAO LEOPOLDO	3.279.517,56
RS	432240	URUGUAIANA	1.418.795,16
RS	432250	VACARIA	2.655.664,20
RS	432260	VENANCIO AIRES	2.054.732,52
RS Total			173.949.430,44
SC	420200	BALNEARIO CAMBORIU	4.261.904,52
SC	420240	BLUMENAU	4.609.752,60
SC	420290	BRUSQUE	2.496.758,40
SC	420420	CHAPECO	5.276.445,72
SC	420430	CONCORDIA	1.590.447,36
SC	420460	CRICIUMA	6.741.374,76
SC	420540	FLORIANOPOLIS	4.100.677,44
SC	420820	ITAJAI	4.502.719,08
SC	420890	JARAGUA DO SUL	2.519.564,64
SC	420910	JOINVILLE	14.156.712,84
SC	420930	LAGES	3.766.909,56
SC	421480	RIO DO SUL	4.505.349,84
SC	420000	SANTA CATARINA	28.621.154,40
SC	421580	SAO BENTO DO SUL	3.346.813,80
SC Total			90.496.584,96
SE	280030	ARACAJU	22.512.072,24
SE	280210	ESTANCIA	3.885.732,24
SE	280290	ITABAIANA	4.320.487,68
SE Total			30.718.292,16
SP	350010	ADAMANTINA	2.493.351,72
SP	350160	AMERICANA	2.538.905,76
SP	350190	AMPARO	3.060.225,36
SP	350320	ARARAQUARA	7.244.230,44
SP	350330	ARARAS	2.513.018,16
SP	350400	ASSIS	3.901.405,56
SP	350450	AVARE	3.598.420,92
SP	350550	BARRETOS	5.894.190,72
SP	350570	BARUERI	3.533.533,92
SP	350590	BATATAIS	3.490.462,68
SP	350950	CAMPINAS	7.713.713,28
SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	6.128.703,72
SP	351050	CARAGUATATUBA	5.367.996,60
SP	351340	CRUZEIRO	1.925.737,32
SP	351440	DRACENA	2.926.485,24
SP	351620	FRANCA	3.019.340,64
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	5.658.276,96
SP	351840	GUARATINGUETA	2.958.081,36
SP	351870	GUARUJA	4.415.064,84
SP	351880	GUARULHOS	20.784.331,32
SP	352050	INDAIATUBA	2.724.411,12
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	5.141.262,24
SP	352240	ITAPEVA	5.219.159,04
SP	352340	ITATIBA	2.880.004,92
SP	352410	ITUVERAVA	3.304.419,96
SP	352430	JABOTICABAL	3.521.548,20
SP	352440	JACAREI	4.551.496,68
SP	352530	JAU	4.201.056,72
SP	352670	LEME	1.983.017,64
SP	352690	LIMEIRA	3.749.039,28
SP	352900	MARILIA	8.085.512,16
SP	353080	MOGI MIRIM	5.483.873,88
SP	353470	OURINHOS	3.521.676,96
SP	353800	PINDAMONHANGABA	4.847.696,28
SP	353870	PIRACICABA	7.726.427,04
SP	354100	PRAIA GRANDE	6.114.400,68
SP	354340	RIBEIRAO PRETO	17.570.568,00
SP	354390	RIO CLARO	3.040.998,72
SP	354580	SANTA BARBARA D'OESTE	3.996.031,32
SP	354730	SANTANA DE PARNAIBA	5.206.959,12
SP	354780	SANTO ANDRE	5.602.336,80
SP	354850	SANTOS	5.047.266,84
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	10.593.582,72
SP	354890	SAO CARLOS	4.312.449,60
SP	354910	SAO JOAO DA BOA VIST	1.657.883,52
SP	354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	3.206.756,40
SP	354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	2.557.211,76
SP	350000	SAO PAULO	298.678.807,20
SP	355030	SAO PAULO	214.546.362,72
SP	355060	SAO ROQUE	4.761.235,56
SP	355100	SAO VICENTE	3.143.640,00
SP	355170	SERTAOZINHO	5.763.888,00
SP Total			761.906.457,60
TO	170000	TOCANTINS	13.866.414,48
TO Total			13.866.414,48
Total Geral			3.257.997.853,92

PORTARIA Nº 3.176, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DO RIO NEGRO	36000222635201800	26910006	180.000,00	180.000,00	10122201545250017
TO	COUTO MAGALHAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222636201800	26910006	180.000,00	180.000,00	10122201545250017
TO	JAU DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAU DO TOCANTINS	36000222594201800	26910006	134.000,00	134.000,00	10122201545250017
TO	PRAIA NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA NORTE - TO	36000222577201800	26910006	134.000,00	134.000,00	10122201545250017
TOTAL			4 PROPOSTAS			628.000,00	

PORTARIA Nº 3.177, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MT	CASTANHEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13995526000118010	28250005	29.995,00	29.995,00	10302201585350051
TOTAL			1 PROPOSTAS			29.995,00	

PORTARIA Nº 3.178, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	ATALAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11301685000118006	36840001	338.000,00	338.000,00	10301201585810027
AP	OIAPOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OIAPOQUE	12250723000118027	11350013	220.650,00	220.650,00	10301201585810016
MG	MARIA DA FE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11923567000118016	27650004	169.940,00	169.940,00	10301201585810031
MG	NANUQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NANUQUE/MG	11385745000118008	29940004	99.805,00	99.805,00	10301201585810031
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000118008	13100020	350.000,00	350.000,00	10301201585810033
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000118010	15040002	491.900,00	491.900,00	10301201585810033
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000118011	23970002	149.930,00	149.930,00	10301201585810033
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000118014	28810025	300.000,00	300.000,00	10301201585813365
RJ	VOLTA REDONDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS	39563911000118015	30390008	199.900,00	199.900,00	10301201585813365
SP	ARAPEI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07241356000118001	30890005	99.980,00	99.980,00	10301201585810035
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO LIMPO PAULISTA	14018974000118007	28130009	99.960,00	99.960,00	10301201585810035
SP	PINDAMONHANGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDAMONHANGABA	12399130000118004	25380004	99.960,00	99.960,00	10301201585810035
TOTAL			12 PROPOSTAS			2.620.025,00	

PORTARIA Nº 3.179, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	MANCIO LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANCIO LIMA	12158466000118006	13.500,00	0000	10301201585810001
AM	PARINTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11429713000118018	13.500,00	0000	10301201585810001
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000118017	13.500,00	0000	10301201585810001
BA	CORRENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11392190000118005	13.500,00	0000	10301201585810001
CE	ACARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACARAU	11278643000118001	13.500,00	0000	10301201585810001
CE	AMONTADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMONTADA	11872404000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
CE	FORTALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11621453000118011	13.500,00	0000	10301201585810001
ES	MIMOSO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10551277000118005	13.500,00	0000	10301201585810001
GO	FORMOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09105181000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
MA	ZE DOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ZE DOCA	10807724000118001	13.500,00	0000	10301201585810001
MG	ANTONIO PRADO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO PRADO DE MINAS	13421104000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
MG	BONITO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE BONITO DE MINAS	12729061000118003	13.500,00	0000	10301201585810001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	JUIZ DE FORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUIZ DE FORA	17783226000118014	13.500,00	0000	10301201585810001
MG	LAVRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	01417029000118002	13.500,00	0000	10301201585810001
MG	PARA DE MINAS	PARA DE MINAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02884794000118001	13.500,00	0000	10301201585810001
MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	11832765000118004	13.500,00	0000	10301201585810001
MT	BARRA DO GARCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO GARCAS	11930883000118007	13.500,00	0000	10301201585810001
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
MT	NOVO HORIZONTE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14170331000118001	13.500,00	0000	10301201585810001
PB	IGARACY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARACY	11463951000118001	13.500,00	0000	10301201585810001
PB	MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIRO	11214763000118004	13.500,00	0000	10301201585810001
PB	POMBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10602526000118002	13.500,00	0000	10301201585810001
PB	SANTO ANDRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANDRE	11411482000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
PB	SAO BENTO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE	02015756000118001	13.500,00	0000	10301201585810001
PE	RECIFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41090291000118023	13.500,00	0000	10301201585810001
PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ARRAIAL	11504416000118001	13.500,00	0000	10301201585810001
PR	TEIXEIRA SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09277522000118004	13.500,00	0000	10301201585810001
RJ	ITAOCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14999490000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
RN	MOSSORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965996000118008	13.500,00	0000	10301201585810001
RO	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIS	11079071000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
RO	CEREJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEREJEIRAS - RO	19181382000118006	13.500,00	0000	10301201585810001
RS	CAMPO BOM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO BOM	11310266000118004	13.500,00	0000	10301201585810001
RS	TAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11940346000118006	13.500,00	0000	10301201585810001
RS	VACARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VACARIA	11867771000118008	13.500,00	0000	10301201585810001
SC	BALNEARIO CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10459525000118006	13.500,00	0000	10301201585810001
SC	CORONEL FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CORONEL FREITAS	11300210000118002	13.500,00	0000	10301201585810001
SE	ARACAJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11718406000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
SP	CRUZALIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZALIA	12142677000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
SP	JOSE BONIFACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOSE BONIFACIO	13761577000118007	13.500,00	0000	10301201585810001
SP	PRESIDENTE EPITACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE EPITACIO	11966021000118013	13.500,00	0000	10301201585810001
SP	RIBEIRAO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO PRETO	12885763000118011	13.500,00	0000	10301201585810001
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13893669000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
SP	SANTA FE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13824549000118003	13.500,00	0000	10301201585810001
SP	SAO CAETANO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SUS	10434282000118008	13.500,00	0000	10301201585810001
TOTAL			44 PROPOSTAS	594.000,00		

PORTARIA Nº 3.180, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	JUNQUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000214144201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA	36000213883201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
AL	TAQUARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARANA	36000213950201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
AL	UNIAO DOS PALMARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DOS PALMARES	36000213905201800	81785125	3.000.000,00	3.000.000,00	10122201545250001
AM	BARREIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219385201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	36000221374201800	81785125	600.000,00	600.000,00	10122201545250001
AM	SANTO ANTONIO DO ICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000222135201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
CE	GRANJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GRANJA - CEARA	36000220032201800	81785125	1.128.372,00	1.128.372,00	10122201545250001
CE	MARANGUAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MARANGUAPE	36000220034201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
CE	MORADA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORADA NOVA	36000220033201800	81785125	1.500.000,00	1.500.000,00	10122201545250001
GO	ADELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS - ADELANDIA	36000211843201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	ARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212170201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	ARUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARUANA	36000211963201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212290201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	CAMPOS BELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPOS BELOS GO	36000212314201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	CAVALCANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAVALCANTE-GO	36000211861201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	CEZARINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211913201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	COLINAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211996201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	CORREGO DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211840201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	DAMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211978201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	FORMOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211937201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	GAMELEIRA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAMELEIRA DE GOIAS	36000212194201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	GUARAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211960201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	GUARANI DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211887201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	HEITORAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212538201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	ITAPIRAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRAPUA	36000211993201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
GO	ITAUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211931201800	81785125	91.000,00	91.000,00	10122201545250001
GO	JARAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JARAGUA	36000211924201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	LEOPOLDO DE BULHOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOPOLDO DE BULHOES	36000211992201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	MAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAMBAI - GO	36000211886201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	MAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAMBAI - GO	36000215673201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	MONTIVIDIU DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS MONTIVIDIU DO NORTE	36000212287201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	NOVA AMERICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212421201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	NOVA GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000212218201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	NOVA ROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ROMA	36000211888201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	PEROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211889201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	PETROLINA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212079201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	PIRES DO RIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PIRES DO RIO	36000211905201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	SANCLERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212296201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	SANTA FE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA FE DE GOIAS	36000211952201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211908201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	SANTA ROSA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ROSA DE GOIAS	36000211985201800	81785125	91.000,00	91.000,00	10122201545250001
GO	SAO JOAO DA PARAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA PARAUNA	36000211906201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	SILVANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SILVANIA	36000212229201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	SIMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIMOLANDIA - GO	36000211890201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	TROMBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211880201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	TURVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211948201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
GO	VIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL SAUDE DE VIANOPOLIS	36000211860201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
TOTAL			48 PROPOSTAS			12.760.372,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.181, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PAR-LAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PRO-GRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	ARACOIABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACOIABA	36000222275201800	500.000,00	81785125	500.000,00	10122201545250001	6425496	500.000,00
CE	GRANJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GRANJA - CEARA	36000220031201800	871.628,00	81785125	871.628,00	10122201545250001	6408311	871.628,00
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS LINDAS DE GOIAS	36000212995201800	40.000,00	81785125	40.000,00	10122201545250001	6485049	40.000,00
GO	INHUMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHUMAS	36000212226201800	400.000,00	81785125	400.000,00	10122201545250001	6486983	400.000,00
GO	ITAPIRAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRAPUA	36000211995201800	50.000,00	81785125	50.000,00	10122201545250001	6566960	50.000,00
GO	ITAPURANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPURANGA	36000211909201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	6545734	100.000,00
GO	PIRANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRANHAS	36000212013201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	6831982	100.000,00
GO	SANTA ROSA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ROSA DE GOIAS	36000211984201800	9.000,00	81785125	9.000,00	10122201545250001	6763294	9.000,00
GO	SAO JOAO D'ALIAN-CA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212223201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	6156355	100.000,00
GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SMA FMS	36000212356201800	100.000,00	81785125	100.000,00	10122201545250001	6500293	100.000,00
GO	SILVANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SILVANIA	36000208850201800	500.000,00	81785125	500.000,00	10122201545250001	7211155	500.000,00
MS	AMAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMAMBAI	36000219954201800	165.000,00	81785125	165.000,00	10122201545250001	6408516	165.000,00
MS	DEODAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DEODAPOLIS-MS	36000220024201800	70.412,00	81785125	70.412,00	10122201545250001	5499011	70.412,00
MS	TERENOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221934201800	150.000,00	81785125	150.000,00	10122201545250001	5628121	150.000,00
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	36000220028201800	3.129,00	81785125	3.129,00	10122201545250001	5541891	3.129,00
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	36000209926201800	4.000.000,00	81785125	4.000.000,00	10122201545250001	2311682	4.000.000,00
PA	ANAPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAPU	36000219577201800	861.854,00	81785125	861.854,00	10122201545250001	9531548	861.854,00
PA	REDENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219874201800	4.180.699,00	81785125	4.180.699,00	10122201545250001	7211848	4.180.699,00
PB	BREJO DO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO DO CRUZ	36000219318201800	1.000.000,00	81785125	1.000.000,00	10122201545250001	6429580	1.000.000,00
PB	DUAS ESTRADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUAS ESTRADAS	36000219315201800	46.000,00	81785125	46.000,00	10122201545250001	6417396	46.000,00
PB	PILAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PILAR	36000219271201800	16.000,00	81785125	16.000,00	10122201545250001	6381855	16.000,00
PR	CIANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000212044201800	49.431,00	81785125	49.431,00	10122201545250001	2735989	49.431,00
PR	FOZ DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221166201800	470.000,00	81785125	470.000,00	10122201545250001	6415903	470.000,00
PR	UMUARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA	36000214654201800	300.000,00	81785125	300.000,00	10122201545250001	3005011	300.000,00
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO RORAIMA	36000212206201800	5.000.000,00	81785125	5.000.000,00	10122201545250001	3573141	5.000.000,00
RS	CANELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210684201800	250.000,00	81785125	250.000,00	10122201545250001	3715450	250.000,00
SC	FLORIANOPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000222036201800	10.000.000,00	81785125	10.000.000,00	10122201545250001	2407418	10.000.000,00
SC	NAVEGANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES	36000222154201800	200.000,00	81785125	200.000,00	10122201545250001	2674327	200.000,00
SE	ITAPORANGA D'AJU-DA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210530201800	500.000,00	81785125	500.000,00	10122201545250001	6378625	500.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUN-DES	36000219974201800	4.000.000,00	81785125	4.000.000,00	10122201545250001	2077396	4.000.000,00
TOTAL			30 PROPOSTAS	34.033.153,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.182, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	ANAPURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221120201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO LAGO ACU	36000221155201800	81785125	700.000,00	700.000,00	10122201545250001
MA	GONCALVES DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221935201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MA	PARNARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221494201800	81785125	1.400.000,00	1.400.000,00	10122201545250001
MG	CARANDAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARANDAI	36000221555201800	81785125	540.000,00	540.000,00	10122201545250001
MG	PIRAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAPORA	36000221736201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221717201800	81785125	158.400,00	158.400,00	10122201545250001
MG	VEREDINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221814201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
MS	AMAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMAMBAI	36000219977201800	81785125	635.000,00	635.000,00	10122201545250001
MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	36000220475201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MS	CAARAPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAARAPO	36000220316201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MS	COXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXIM-MS	36000219994201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MS	DEODAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DEODAPOLIS-MS	36000220022201800	81785125	123.601,00	123.601,00	10122201545250001
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ALVORADA DO SUL	36000216669201800	81785125	600.000,00	600.000,00	10122201545250001
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ALVORADA DO SUL	36000220317201800	81785125	370.000,00	370.000,00	10122201545250001
MS	PARAISO DAS AGUAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO DAS AGUAS - MS	36000220336201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
MS	RIBAS DO RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBAS DO RIO PARDO	36000220255201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DO OESTE	36000220337201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
MS	SELVIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220315201800	81785125	101.004,00	101.004,00	10122201545250001
MS	TERENOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220016201800	81785125	350.000,00	350.000,00	10122201545250001
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	36000220023201800	81785125	460.000,00	460.000,00	10122201545250001
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	36000220025201800	81785125	1.090,00	1.090,00	10122201545250001
PA	ANAPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAPU	36000219579201800	81785125	1.214.611,00	1.214.611,00	10122201545250001
PB	AGUIAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221178201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	ALAGOA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOA NOVA	36000219254201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA	36000219255201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PB	ARACAGI	ARACAGI - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220897201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PB	AREIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AREIAL	36000219383201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	BARRA DE SANTA ROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219326201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	BREJO DOS SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO DOS SANTOS	36000220960201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	CAJAZEIRINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAJAZEIRINHAS	36000221158201800	81785125	208.114,00	208.114,00	10122201545250001
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	CUITE DE MAMANGUAPE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220961201800	81785125	400.000,00	400.000,00	10122201545250001
PB	CURRAL VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURRAL VELHO	36000219257201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PB	DUAS ESTRADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUAS ESTRADAS	36000219316201800	81785125	104.000,00	104.000,00	10122201545250001
PB	GADO BRAVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE GADO BRAVO	36000220035201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	IGARACY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARACY	36000219258201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	ITAPOROROCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221115201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
PB	JACARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACARAU	36000220962201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PB	JOCA CLAUDINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220894201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	JURIPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221161201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PB	LAGOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000219259201800	81785125	116.840,00	116.840,00	10122201545250001
PB	LAGOA SECA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220959201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
PB	LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221615201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	MOGEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOGEIRO	36000221396201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	MONTADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTADAS	36000219260201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PB	OURO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO VELHO	36000219261201800	81785125	1.900,00	1.900,00	10122201545250001
PB	PILAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PILAR	36000219272201800	81785125	484.000,00	484.000,00	10122201545250001
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIACHAO DO BACAMARTE - PB	36000219268201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	SANTA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ - PB	36000221179201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	SANTANA DOS GARROTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DOS GARROTES	36000221177201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219262201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PB	SAO JOAO DO TIGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220963201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRIUNFO	36000219325201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PB	VIEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIEIROPOLIS	36000219263201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
TOTAL			54 PROPOSTAS			18.568.560,00	

PORTARIA Nº 3.183, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PR	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210303201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
PR	CLEVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEVELANDIA	36000210310201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000210314201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PR	ENEAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210300201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIGAO ALTO DO IGUACU	36000210302201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	FERNANDES PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO	36000210307201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PR	HONORIO SERPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000221576201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PR	LINDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINDOESTE	36000210313201800	81785125	143.396,00	143.396,00	10122201545250001
PR	MANFRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANFRINOPOLIS	36000210345201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PR	MARILENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILENA	36000214650201800	81785125	261.000,00	261.000,00	10122201545250001
PR	MARIPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARIPA	36000210321201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PR	MEDIANEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MEDIANEIRA	36000210339201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PR	NOVA LARANJEIRAS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS	36000210682201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
PR	PAICANDU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAICANDU	36000211250201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PR	PORTO BARREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO BARREIRO	36000210323201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
PR	REALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REALEZA	36000210324201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000210361201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000211132201800	81785125	292.429,00	292.429,00	10122201545250001
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	36000210329201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	36000221574201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO OESTE	36000210333201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210331201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220516201800	81785125	101.000,00	101.000,00	10122201545250001
PR	SAO JORGE D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE D OESTE	36000210344201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
PR	TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICPO DE TURVO	36000210336201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
PR	VITORINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORINO	36000210335201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
RR	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	36000220954201800	81785125	2.302.206,00	2.302.206,00	10122201545250001
RR	AMAJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMAJARI	36000220955201800	81785125	888.517,00	888.517,00	10122201545250001
RR	CARACARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / MUNICIPIO DE CARACARAI	36000221122201800	81785125	1.271.202,00	1.271.202,00	10122201545250001
RR	CAROEBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CAROEBE	36000220956201800	81785125	1.123.370,00	1.123.370,00	10122201545250001
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	36000220958201800	81785125	1.443.000,00	1.443.000,00	10122201545250001
RR	RORAINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RORAINOPOLIS	36000221076201800	81785125	1.500.000,00	1.500.000,00	10122201545250001
RS	ARROIO DO SAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210535201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
RS	CHUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219535201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
RS	CORONEL PILAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL PILAR	36000210546201800	81785125	47.711,00	47.711,00	10122201545250001
RS	DOIS LAJEADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210575201800	81785125	46.629,00	46.629,00	10122201545250001
RS	ENCANTADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ENCANTADO - RS	36000210499201800	81785125	400.000,00	400.000,00	10122201545250001
RS	GARIBALDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARIBALDI	36000210569201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
RS	OSORIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211555201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211128201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
RS	SAO MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MARCOS - RS	36000210540201800	81785125	150.000,00	150.000,00	10122201545250001
RS	SAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000212189201800	81785125	1.600.000,00	1.600.000,00	10122201545250001
RS	TERRA DE AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE TERRA DE AREIA	36000210568201800	81785125	33.000,00	33.000,00	10122201545250001
SC	IPUMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	36000221835201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
SC	MASSARANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA	36000221915201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
SE	AREIA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210695201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
SE	ITABAIANINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210522201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
SE	TOBIAS BARRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOBIAS BARRETO	36000210523201800	81785125	300.000,00	300.000,00	10122201545250001
SP	AGUDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209912201800	81785125	140.000,00	140.000,00	10122201545250001
SP	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	36000210028201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	ARARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210018201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
SP	BENTO DE ABREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BENTO DE ABREU	36000210822201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	BORBOREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BORBOREMA	36000209952201800	81785125	90.000,00	90.000,00	10122201545250001
SP	BOREBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209985201800	81785125	90.000,00	90.000,00	10122201545250001
SP	CACHOEIRA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209919201800	81785125	70.000,00	70.000,00	10122201545250001
SP	GALIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALIA	36000210001201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	GAVIAO PEIXOTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAVIAO PEIXOTO	36000210040201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	GETULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210003201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	GUAIMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIMBE	36000210005201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	MIRA ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRA ESTRELA	36000209964201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	MONTE ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MONTE ALTO	36000209975201800	81785125	70.000,00	70.000,00	10122201545250001
SP	MONTE MOR	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE MONTE MOR	36000210080201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	MONTEIRO LOBATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210031201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	OUROESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OUROESTE	36000209976201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	PEDRA BELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA BELA	36000210157201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	PRADOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210015201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	PRESIDENTE ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE ALVES	36000209982201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	REGINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REGINOPOLIS	36000209933201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	RIBEIRAO DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO DOS INDIOS	36000209936201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
SP	RUBINEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUBINEIA	36000209944201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	SANTA RITA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209989201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DA PONTE PENSA	36000209968201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABATINGA	36000210196201800	81785125	50.000,00	50.000,00	10122201545250001
SP	TAQUARITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210032201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
SP	TREMEMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000209914201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
TOTAL			75 PROPOSTAS			19.663.460,00	

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2.413/GM/MS, de 9 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 158, de 16 de agosto de 2018, Seção 1, página 49,

Onde se lê:

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGSB/DAB/SAS/MS), dos dados extraídos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), relativos à produção informada pelos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), referente aos meses de outubro de 2017 a maio de 2018, resolve:

Leia-se:

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGSB/DAB/SAS/MS), dos dados extraídos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), relativos à produção informada pelos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), referente aos meses de outubro a dezembro de 2017, resolve:

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos I e II da Portaria nº 2.639 GM/MS, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 164, de 24 de agosto de 2018, Seção 1, página 68,
Onde se lê:

ANEXO I

UF	IBGE	ENTE FEDERADO/CNPJ	AÇÕES E SERVIÇOS	GESTÃO	VALOR MENSAL (R$)
BA	292740	SMS/Salvador	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal	20.000,00
MG	311860	SMS/Contagem	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal	3.000,00
PI	221100	SMS/Teresina	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal	10.000,00
PR	410690	SMS/Curitiba	RCBP	Municipal	6.000,00
SP	350600	SMS/Bauru	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal	3.000,00
SP	60.453.032/0001-74		VEH - HOSPITAL DE ENSINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP	Federal	5.000,00
SP	350000	SES/SP	VEH - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU	Estadual	5.000,00
SP	352530	SMS/Jaú	RCBP	Municipal	4.500,00
SP	355030	SMS/São Paulo	RCBP	Municipal	15.000,00
Total mensal:					71.500,00

Leia-se:

UF	IBGE	ENTE FEDERADO/CNPJ	AÇÕES E SERVIÇOS	GESTÃO	VALOR MENSAL (R$)
BA	292740	SMS/Salvador	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal	20.000,00
MG	311860	SMS/Contagem	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal	3.000,00
PI	221100	SMS/Teresina	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal	10.000,00
PR	410690	SMS/Curitiba	RCBP	Municipal	6.000,00
SP	350600	SMS/Bauru	VIGILÂNCIA SENTINELA DA INFLUENZA	Municipal	3.000,00
SP	350000	SES/SP	VEH - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU	Estadual	5.000,00
SP	350000	SES/SP	VEH - HOSPITAL DE ENSINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP	Estadual	5.000,00
SP	352530	SMS/Jaú	RCBP	Municipal	4.500,00
SP	355030	SMS/São Paulo	RCBP	Municipal	15.000,00
Total mensal:					71.500,00

Onde se lê:

ANEXO II

UF	IBGE	ENTE FEDERADO	GESTÃO	VALOR MENSAL (R$)	VALOR ANUAL (R$)
BA	292740	SMS/Salvador	Municipal	41.000,00	492.000,00
MG	311860	SMS/Contagem	Municipal	8.000,00	96.000,00
PI	221100	SMS/Teresina	Municipal	27.000,00	324.000,00
PR	410690	SMS/Curitiba	Municipal	62.000,00	744.000,00
SP	350600	SMS/Bauru	Municipal	3.000,00	36.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350000	SES/SP	Estadual	1.100.000,00	13.200.000,00
SP	352530	SMS/Jaú	Municipal	4.500,00	54.000,00
SP	355030	SMS/São Paulo	Estadual	146.000,00	1.752.000,00
TOTAL:				1.391.500,00	16.698.000,00

Leia-se:

UF	IBGE	ENTE FEDERADO	GESTÃO	VALOR MENSAL (R$)	VALOR ANUAL (R$)
BA	292740	SMS/Salvador	Municipal	41.000,00	492.000,00
MG	311860	SMS/Contagem	Municipal	8.000,00	96.000,00
PI	221100	SMS/Teresina	Municipal	27.000,00	324.000,00
PR	410690	SMS/Curitiba	Municipal	62.000,00	744.000,00
SP	350600	SMS/Bauru	Municipal	3.000,00	36.000,00
SP	350000	SES/SP	Estadual	1.105.000,00	13.260.000,00
SP	352530	SMS/Jaú	Municipal	4.500,00	54.000,00
SP	355030	SMS/São Paulo	Municipal	146.000,00	1.752.000,00
TOTAL:				1.396.500,00	16.758.000,00

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2.317/GM/MS, de 1º de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 157, de 15 de agosto de 2018, Seção 1, página 115,
Onde se lê:
"Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal, do Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde (CGSB/DAB/SAS/MS), dos dados extraídos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), relativos à produção informada pelos Centros de Especialidades Odontológicas, referente aos meses de junho de 2017 à abril de 2018, resolve:"
Leia-se:
"Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal, do Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde (CGSB/DAB/SAS/MS), dos dados extraídos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), relativos à produção informada pelos Centros de Especialidades Odontológicas, referente aos meses de junho à dezembro de 2017, resolve:"

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria n° 2.427/GM/MS, de 10 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 158 de 16 de agosto de 2018, Seção 1, página 58.
Onde se lê:

Estabelecimento - Município/UF....kl,...7	CNES	Habilitação	CNPJ
Hospital da Santa Casa de Misericórdia - Ribeirão Preto/SP	2084414	CACON com Serviço de Oncologia Pediátrica	55.989.784/0001-12

Leia-se:

Estabelecimento - Município/UF	CNES	Habilitação	CNPJ
Hospital da Santa Casa de Misericórdia - Ribeirão Preto/SP	2084414	CACON com Serviço de Oncologia Pediátrica	55.989.784/0001-14

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 567, DE 1° DE OUTUBRO DE 2018

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 44, VIII, aliado ao art. 53, III, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de revisão de monografia da 5ª edição da Farmacopeia Brasileira por meio da incorporação de correções e erratas.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=42072

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia - COFAR, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

WILLIAM DIB

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.909953/2016-88
Assunto: Proposta de revisão de monografias da 5ª edição da Farmacopeia Brasileira por meio da incorporação de correções e erratas
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 12.1- Compêndios da Farmacopeia Brasileira
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Diretor Relator: William Dib

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.188, DE 1° DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 20, realizada em 18 de setembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Eurofarma Laboratórios S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Processo: 25351.380804/2012-99
Expediente: 0240714/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 51/2018 - CRCOS/DIARE
Recorrente: Isoquímica Industrial LTDA ME
CNPJ: 00.467.702/0001-80
Processo: 25351.165481/2018-86
Expediente: 0504793/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 31/2018 - Corec/Cosan/GHCOS.
Recorrente: Isnar Coutinho & Filhos LTDA
CNPJ: 92.199.942/0001-69
Processo: 25351.410343/2016-90
Expediente: 537185/16-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatoria nos termos do Voto 79/2018 - Dimon/Anvisa.

ARESTO Nº 1.189, DE 1° DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 021, realizada em 25 de setembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: ALEMAFRA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA. - ME
CNPJ: 28.068.174/0001-05
Processo: 25351.135320/2018-68
Expediente: 0502527/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 283/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: EFICÁCIA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA. - EPP
CNPJ: 03.326.270/0004-28
Processo: 25351.099797/2018-72
Expediente: 0363298/18-9

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 246/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA EL SHADAI LTDA.
CNPJ: 29.796.014/0001-45
Processo: 25351.272849/2018-61
Expediente: 0764679/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 336/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: BIOLITEC BIOTECNOLOGIA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 09.144.608/0001-64
Processo: 25351.734517/2014-61
Expediente: 0159394/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 328/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: ELFEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 15.318.065/0001-57
Processo: 25351.120118/2018-31
Expediente: 383885/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 258/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: ELFEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 15.318.065/0001-57
Processo: 25351.120118/2018-31
Expediente: 383905/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 258/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: TESSER & PANTOJO LTDA. - ME
CNPJ: 47.253.984/0001-86
Processo: 25351.736782/2013-92
Expediente: 0555174/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 307/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: MELORA DO BRASIL PRODUTOS DERMATOLÓGICOS S/A
CNPJ: 03.755.215/0005-34
Processo: 25351.046866/2018-45
Expediente: 0593099/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 298/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: MELORA DO BRASIL PRODUTOS DERMATOLÓGICOS S/A
CNPJ: 03.755.215/0005-34
Processo: 25351.046870/2018-11
Expediente: 0592822/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 297/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: GALDERMA BRASIL LTDA.
CNPJ: 00.317.372/0006-50
Processo: 25741.218659/2018-13
Expediente: 0376438/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 324/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 02.223.342/0001-04
Processo: 25743.103783/2018-57
Expediente: 0291613/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 264/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: FULL COMEX TRADING S. A.
CNPJ: 05.776.678/0003-46
Processo: 25757.187075/2018-10
Expediente: 0397573-18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 285/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: FULL COMEX TRADING S. A.
CNPJ: 05.776.678/0003-46
Processo: 25757.187075/2018-10
Expediente: 0384628/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 286/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: FULL COMEX TRADING S. A.
CNPJ: 05.776.678/0003-46
Processo: 25757.187076/2018-56
Expediente: 0397574-18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 284/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CNPJ: 79.151.312/0001-56
Processo: 25351037745/2018-11
Expediente: 0597790/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso administrativo por intempestividade, acompanhando o Parecer de nº 6/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
CNPJ: 17.159.229/0001-76
Processo: 25351.595036/2017-66
Expediente: 0388230/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o voto da relatora que acata o Parecer nº 255/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: CLEIDE JARDIM DE QUEIROZ - ME
CNPJ: 20.102.278/0001-87
Processo: 25351.610682/2014-18
Expediente: 0591690/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 361/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: FARMA FRANK I DROGARIA LTDA. - ME
CNPJ: 28.433.158/0001-74
Processo: 25351.272861/2018-76
Expediente: 0593051/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 358/2018/Coare/Dimon.
Recorrente: DEVINTEX COSMÉTICOS LTDA.
CNPJ: 01.773.518/0001-20
Processo: 25351.404058/2016-03
Expediente: 0435373/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o Parecer nº 251/2018/Coare/Dimon.

ARESTO Nº 1.190, DE 1° DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 20, realizada em 18 de setembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: ROBERG ALIMENTOS E MEDICAMENTOS DA NATUREZA LTDA.
CNPJ: 68.344.878/0001-88
Processo: 25351.560646/2017-49
Expediente do recurso: 0521960/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 029/2018 - Corea.
Recorrente: NATURAL ERVAS PRODUTOS NATURAIS LTDA ME
CNPJ: 03.021.976/0001-39
Processo: 25351.127182/2018-43
Expediente: 0556305/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 028/2018 - Corea.
Recorrente: MAXINUTRI LAB. NUTRACÊUTICO EIRELI
CNPJ: 08.646.787/0001-75
Processo: 25351.135861/2017-14
Expediente: 589444/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 033/2018 - Corea.
Recorrente: Tate & Lyle Brasil S.A.
CNPJ: 42.361.873/0001-70
Processo: 25351. 681650/2015-92
Expediente: 0101799/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, com retorno à área técnica para reanálise, acompanhando a posição da relatoria nos termos do Voto nº 69/2018/Dimon/Anvisa.
Recorrente: Nutriscience World Nutrition Indústria de Alimentos Funcionais Ltda.
CNPJ: 05.764.019/0001-28
Processo: 25023.020106/2006-96
Expediente: 0585788/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 32/2018 - Corea/GGALI.
Recorrente: Nestle Brasil Ltda.
CNPJ: 60.409.075/0001-52
Processo: 25351.050020/2015-16
Expediente: 1260348/16-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 19/2018 - Corea.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO N° 238, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

WILLIAM DIB

ANEXO

Empresa: Programa nacional de controle de qualidade ltda.
CNPJ: 173.302.879/0001-08
Processo: 25351.165456/2018-01
Expediente: 0776279/18-8
Nome Comercial (Produto): Família Controle Interno Coagulograma
Data do Protocolo: 06/08/2018

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO N° 241, DE 1° DE OUTUBRO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BIOCLORO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME CNPJ/CPF: 00.002.263/0001-30
25351.655237/2014-40 - AIS:0969147/14-2 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Advertência

AUTUADO: CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 02.814.497/0001-07
25351.543406/2015-75 - AIS:0790459/15-2 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: LABORATÓRIO FARMACÊUTICO CARESSE LTDA ME CNPJ/CPF: 56.930.811/0001-46
25351.585917/2013-03 - AIS:0838615/13-3 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de Advertência

AUTUADO: ALMEIDA E SOUZA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP CNPJ/CPF: 11.286.613/0001-53
25351.722301/2014-45 - AIS:1063286/14-7 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: GFG COSMETICOS LTDA CNPJ/CPF: 55.572.044/0001-88
25351.528278/2015-53 - AIS:0768024/15-4 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: LUANA MICHELLE TEIXEIRA - ME CNPJ/CPF: 10.658.376/0001-41
25351.748077/2014-92 - AIS:1100840/14-7 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO

AUTUADO: AMWAY DO BRASIL LIMITADA CNPJ/CPF: 58.473.398/0001-63
25759.287139/2008-81 - AIS:362191/08-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PrescriÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: AMWAY DO BRASIL LIMITADA CNPJ/CPF: 58.473.398/0001-63
25759.287038/2008-19 - AIS:361962/08-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: AMWAY DO BRASIL LIMITADA CNPJ/CPF: 58.473.398/0001-63
25759.287234/2008-85 - AIS:362730/08-6 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

AUTUADO: FLEURY S/A CNPJ/CPF: 60.840.055/0001-31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25759.083062/2010-06 - AIS:109180/10-8 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: FLEURY S/A CNPJ/CPF: 60.840.055/0001-31
25759.083055/2010-65 - AIS:109169/10-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.579927/2010-31 - AIS:765016/10-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: TVV-TERMINAL DE VILA VELHA S/A CNPJ/CPF: 02.639.850/0001-60
25748.686228/2008-36 - AIS:882892/08-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: TVV-TERMINAL DE VILA VELHA S/A CNPJ/CPF: 02.639.850/0001-60
25748.604661/2008-61 - AIS:779886/08-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: TVV-TERMINAL DE VILA VELHA S/A CNPJ/CPF: 02.639.850/0001-60
25748.663939/2008-32 - AIS:855204/08-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: TVV-TERMINAL DE VILA VELHA S/A CNPJ/CPF: 02.639.850/0001-60
25748.805892/2008-79 - AIS:491858/08-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA CNPJ/CPF: 66.000.787/0001-08
25759.466141/2007-34 - AIS:594935/07-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA CNPJ/CPF: 66.000.787/0001-08
25759.225873/2007-76 - AIS:288024/07-5 - PA-Viracopos-SP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV CNPJ/CPF: 02.808.708/0017-66
25759.661079/2010-17 - AIS:873148/10-9 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV CNPJ/CPF: 02.808.708/0017-66
25759.661088/2010-16 - AIS:873168/10-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.574313/2010-59 - AIS:757313/10-8 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.579773/2010-01 - AIS:764789/10-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.604757/2010-13 - AIS:797932/10-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: LUXOR HOTEIS TURISMO S.A. CNPJ/CPF: 33.858.150/0001-90
25752.505556/2010-81 - AIS:663842/10-2 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: LUXOR HOTEIS TURISMO S.A. CNPJ/CPF: 33.858.150/0001-90
25752.504894/2010-27 - AIS:663071/10-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: LUXOR HOTEIS TURISMO S.A. CNPJ/CPF: 33.858.150/0001-90
25752.505641/2010-39 - AIS:663961/10-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: MICRO IMAGEM INFORMÁTICA LTDA CNPJ/CPF: 62.202.833/0001-92
25759.019455/2010-67 - AIS:025790/10-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: MICRO IMAGEM INFORMÁTICA LTDA CNPJ/CPF: 62.202.833/0001-92
25759.019377/2010-44 - AIS:025695/10-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: TERMINAL PRIVATIVO DE USO MISTO - TPS CNPJ/CPF: 27.251.974/0008-70
25748.613023/2008-31 - AIS:790867/08-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: TERMINAL PRIVATIVO DE USO MISTO - TPS CNPJ/CPF: 27.251.974/0008-70
25748.777563/2008-71 - AIS:996324/08-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: UNISCIENCE DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 53.994.497/0001-77
25759.180051/2010-30 - AIS:237622/10-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: UNISCIENCE DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 53.994.497/0001-77
25759.063082/2010-53 - AIS:084493/10-4 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA
AUTUADO: BRIESE SCHFFAHRTS GMBH & CO. KG
25757.168201/2014-64 - AIS:0228020/14-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
AUTUADO: ALMI MARINE MANAGEMENT SA
25767.010736/2014-51 - AIS:014819/14-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
AUTUADO: ROYAL CARIBBEAN INTERNATIONAL
25767.332804/2011-90 - AIS:463127/11-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 4.790, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/64432 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0149-42, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

190 (cento e noventa) Munições calibre .380

684 (seiscentas e oitenta e quatro) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.165, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/70205 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A., CNPJ nº 13.481.309/0195-35 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2006/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.170, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/74034 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EBS SUPERMERCADOS LTDA, CNPJ nº 07.751.593/0002-58 para atuar no Mato Grosso do Sul.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.323, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/60773 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BAZISUL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 10.478.512/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1935/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.485, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76854 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A., CNPJ nº 13.481.309/0257-72 para atuar no Rio de Janeiro.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.536, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76952 - DPF/NRI/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCUDEIRO CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.237.122/0001-57, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1800 (uma mil e oitocentas) Munições calibre 12

54160 (cinquenta e quatro mil e cento e sessenta) Espoletas calibre 38

8000 (oito mil) Gramas de pólvora

54160 (cinquenta e quatro mil e cento e sessenta) Projéteis calibre 38

5028 (cinco mil e vinte e oito) Espoletas calibre .380

5028 (cinco mil e vinte e oito) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.539, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78419 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ- AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA, CNPJ nº 33.495.870/0001-38 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.597, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/58287 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARMADA REAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.604.767/0002-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2074/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.621, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/77149 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BLOCKER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 20.246.874/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2069/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.623, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/77541 - DPF/UDI/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORÇA TAREFA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 14.808.563/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2099/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.634, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/82262 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CASTELO BORGES VIGILÂNCIA & SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 03.740.325/0001-07, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.679, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/76489 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO RESIDENCIAL ALPHAVILLE 9, CNPJ nº 57.387.144/0001-60 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.681, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78786 - DPF/PHB/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRASILI SEGURANCA DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 07.249.612/0003-23, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.690, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80976 - DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.576.552/0001-57, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Revólveres calibre 38

318 (trezentas e dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.693, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/81614 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

AUTORIZAR a empresa PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA LTDA, CNPJ Nº 04.808.914/0001-34, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA EIRELI

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.695, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/82521 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SACEL ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO AO TIRO PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 32.845.596/0001-17, sediada em Sergipe, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

648 (seiscentas e quarenta e oito) Munições calibre 12

86072 (oitenta e seis mil e setenta e duas) Espoletas calibre 38

2000 (dois mil) Estojos calibre 38

22570 (vinte e dois mil e quinhentos e setenta) Gramas de pólvora

86072 (oitenta e seis mil e setenta e dois) Projéteis calibre 38

1002 (uma mil e duas) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

1002 (um mil e dois) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.698, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/83644 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MISPA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.167.893/0001-06, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Ceará.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.700, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/83794 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa JRAIO SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 09.254.078/0001-07, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Regulamenta a Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 898, de 11 de setembro de 2018, que alterou a Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 887, de 15 de maio de 2018, para autorizar a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para a conclusão de empreendimentos financiados com recursos de transferências obrigatórias a que se refere a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, contratados até 30 de junho de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, e

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, combinado com o art. 20 da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, os arts. 18 e 19 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, o art. 31, inciso VIII, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, que aprovou o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 469, de 8 de março de 2005, na Resolução nº 476, de 31 de maio de 2005, alterada pela Resolução nº 647, de 14 de dezembro de 2010, na Resolução nº 848, de 17 de maio de 2017, na Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, na Resolução nº 887, de 15 de maio de 2018, e na Resolução nº 898, de 11 de setembro de 2018, todas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, resolve:

Art. 1º Alterar a Instrução Normativa nº 17, de 12 de julho de 2018, para regulamentar a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para conclusão de empreendimentos financiados com recursos de transferências obrigatórias a que se refere a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, contratados até 30 de junho de 2017, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Regulamentar a Resolução nº 887, de 15 de maio de 2018, e a Resolução nº 898, de 11 de setembro de 2018, ambas do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS), que autorizam a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para conclusão de empreendimentos financiados com recursos do FGTS e de transferências obrigatórias a que se refere a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, contratados até 30 de junho de 2017. (NR)

Art. 2º .....

V - empreendimento: objeto resultante de único processo de seleção do Ministério das Cidades, que pode ser composto por mais de um instrumento contratual, inclusive com fontes de recursos diversas, mas obrigatoriamente com ao menos um contrato de financiamento com recursos do FGTS ou de transferências obrigatórias a que se refere a Lei nº 11.578, de 2007; (NR)

.....

Art. 3º .....

I - prover solução para a conclusão de etapas de empreendimentos, que garantam sua funcionalidade, nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana, financiados com recursos do FGTS ou de transferências obrigatórias a que se refere a Lei nº 11.578, de 2007; e (NR)

.....

Art. 24. .....

Art. 24-A. No caso de operação de crédito suplementar para empreendimento com recursos exclusivos de transferências obrigatórias a que se refere a Lei nº 11.578, de 2007, a liberação da operação de crédito junto ao agente financeiro deverá acompanhar proporcionalmente, a partir da data de contratação, o desembolso pela União do restante do valor previsto no termo de compromisso."

Art. 2º Fica revogado o art. 18 da Instrução Normativa nº 17, de 2018.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 606, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o processo de contratação de operações, por meio das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos que foram selecionadas pelos processos regidos pelas Portarias nº 618, de 14 de dezembro de 2010, nº 355, de 29 de julho de 2011, e nº 408, de 2 de setembro de 2011, para a produção de habitações de interesse social nos imóveis oriundos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal; o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003; inciso I do art. 8º da Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993; os incisos I e III do art. 8º do Decreto nº 1.081, de 8 de março de 1994;

CONSIDERANDO o processo de seleção de entidades regido pelas Portarias nº 618, de 14 de dezembro de 2010, nº 355, de 29 de julho de 2011, e nº 408, de 02 de setembro de 2011, e os termos de compromisso firmados com as entidades selecionadas, cujos extratos foram publicados no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 2012 e 24 de abril de 2012; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80000.049037/2010-55, resolve:

Art. 1º As entidades relacionadas no Anexo que tenham interesse em atuar como entidades organizadoras de operações destinadas à produção de habitações de interesse social nos correspondentes imóveis oriundos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social que serão destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV-E), financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), deverão apresentar propostas à Caixa Econômica Federal em até 60 dias após a publicação desta Portaria, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) nome e endereço do empreendimento;
b) proponente (nome e CNPJ/CPF);
c) modalidade de financiamento (construção ou requalificação);
d) tomador do financiamento (pessoa física ou jurídica);
e) estimativa de número de unidades habitacionais - UH;
f) tipologia das edificações (casas térreas, sobrepostas, apartamentos);
g) regime construtivo proposto (autogestão ou cogestão); e
h) valores da operação, da contrapartida (quando houver) e do investimento, totais e por UH.

Parágrafo único. A caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, deverá disponibilizar modelo de formulário a ser utilizado na apresentação das propostas.

Art. 2º A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, deverá realizar o enquadramento da proposta apresentada mediante a verificação dos seguintes pré-requisitos:

I - Inexistência de empreendimentos com obras atrasadas ou paralisadas, contratados com a EO proponente, no âmbito dos programas com recursos aportados pelo Fundo de Desenvolvimento Social - FDS e contratados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, observados os seguintes conceitos:

a) obra paralisada aquela que não apresentar desembolso por período igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias; e
b) obra atrasada aquela que não apresentar desembolso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias.

II - Nível de Habilitação e área de abrangência de atuação da entidade proponente no ato da entrega da proposta.

Parágrafo único. O processo de enquadramento deverá ser finalizado em até 10 (dez) dias úteis após o prazo estabelecido para recepção das propostas, devendo ser encaminhada ao Ministério das Cidades a relação com as propostas enquadradas, para análise quanto à disponibilidade orçamentária, que deverá ser comunicada pela Secretaria Nacional de Habitação ao Agente Operador.

Art. 3º O prazo para contratação das propostas enquadradas é de até 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação do enquadramento, pelo Ministério das Cidades.

Art. 4º Uma vez cumpridos os requisitos desta Portaria, a contratação das unidades habitacionais deverá observar as definições da Resolução CCFDS nº 214, de 15 de dezembro de 2016, com alterações da Resolução nº 217, de 1º de novembro de 2017 e Resolução n° 219, de 29 de março de 2018, e os respectivos atos regulamentares.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO

RELAÇÃO DE ENTIDADES AUTORIZADAS A APRESENTAR PROPOSTAS PARA A PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NOS IMÓVEIS ORIUNDOS DO FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DESTINADOS AO AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

ENTIDADE		IMÓVEL ORIUNDO DO FRGPS		
NOME	CNPJ	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF
Associação Estrela Guia dos Movimentos por Moradia da Região Sudeste	07.168.936/0001-75	Rua Frederico Von Martius, Qd 9, Lote 48 - V. Monumento	São Paulo	SP
Associação de Movimentos de Moradia da Região Sudeste	05.500.290/0001-56	Rua Guinle, Qd 4, Lotes 4/ 6 - V. Monumento	São Paulo	SP
Unificação das Lutas de Cortiços - ULC	02.180.865/0001-02	Rua Vigário João Alvares, Qd 2, Lts. 10/ 11/ 11A/ 11B - V. Monumento	São Paulo	SP
Associação Estrela Guia dos Movimentos por Moradia da Região Sudeste	07.168.936/0001-75	Av. Jangadeiro, Qd 94, Lotes 2/ 4/ 6 - Cidade Dutra	São Paulo	SP
Associação Estrela Guia dos Movimentos por Moradia da Região Sudeste	07.168.936/0001-75	Rua Mariano Procópio, Qd 8, Lote 10 - V. Monumento	São Paulo	SP
Central Pró Moradia Suzanense - CEMOS	07.853.462/0001-09	Rua Milton Pereira Vidal, Qd 1, Lotes 32/ 33/ 35/ 19/ 20 - SESC	Suzano	SP

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA N° 623, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018 (*)

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.023678/2018-37, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa LUZIÂNIA PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 09.377.132/0001-01, localizada na Av. Assis Chateaubriand, S/N, Quadra 01, Lote 05, Loja 01, bairro Vila Águas Claras, Luziânia - GO, CEP 72.812-030, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

(*) Republicada por incorreção no original no DOU nº 186, de 26.09.2018, seção 1, pág. 65.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.305, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000495/2017-19. Interessado: ADX Energias Renováveis Ltda Objeto: Revoga a autorização outorgada à ADX Energias Renováveis Ltda. para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Geradora Solar Fotovoltaica - UFV Padre Cícero, localizada no município no Município de Lagoa D'Anta, Estado do Rio Grande do Norte, objeto da Resolução Autorizativa nº 5.869, de 07 de junho de 2016. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 7.306. Processos nº 48500.002116/2013-00. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 01, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031738-1.01, objeto da Portaria nº 390, de 1º de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.307. Processos nº 48500.002338/2013-14. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 02, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031740-3.01, objeto da Portaria nº 397, de 4 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.308. Processos nº 48500.001776/2013-65. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 03, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031741-1.01, objeto da Portaria nº 398, de 4 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.309. Processos nº 48500.002339/2013-69. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 05, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031737-3.01, objeto da Portaria nº 389, de 1º de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.310. Processos nº 48500.001851/2013-98. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 06, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031796-9.01, objeto da Portaria nº 415, de 12 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.311. Processos nº 48500.002122/2013-59. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 08, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031832-9.01, objeto da Portaria nº 551, de 10 de outubro de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 7.312. Processos nº 48500.002336/2013-25. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 09, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031743-8.01, objeto da Portaria nº 400, de 4 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.313. Processos nº 48500.001852/2013-32. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 10, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031742-0.01, objeto da Portaria nº 399, de 4 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.314. Processos nº 48500.002118/2013-91. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 11, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031744-6.01, objeto da Portaria nº 407, de 8 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.315. Processos nº 48500.002337/2013-70. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 13, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031752-7.01, objeto da Portaria nº 434, de 21 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.316. Processos nº 48500.002335/2013-81. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 15, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031754-3.01, objeto da Portaria nº 436, de 21 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.317. Processos nº 48500.001849/2013-19. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 16, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031755-1.01, objeto da Portaria nº 437, de 21 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.318. Processos nº 48500.002117/2013-46. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 17, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.033634-3.01, objeto da Portaria nº 328, de 2 de julho de 2015, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.319. Processos nº 48500.002340/2013-93. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 18, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.031756-0.01, objeto da Portaria nº 438, de 21 de agosto de 2014, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.320. Processos nº 48500.003183/2014-14. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 19, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.033635-1.01, objeto da Portaria nº 343, de 3 de agosto de 2015, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.321. Processos nº 48500.003184/2014-69. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 21, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.033636-0.01, objeto da Portaria nº 342, de 3 de agosto de 2015, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.322. Processos nº 48500.003189/2014-91. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 23, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.033637-8.01, objeto da Portaria nº 341, de 3 de agosto de 2015, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 7.323. Processos nº 48500.003179/2014-56. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da EOL Umburanas 25, cadastrada sob o CEG EOL.CV.BA.033639-4.01, objeto da Portaria nº 340, de 3 de agosto de 2015, localizada no município Sento Sé, estado da Bahia.

A íntegra destas Resoluções consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 7.324. Processo nº 48500.002338/2013-14. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A. a autorização da EOL Umburanas 02, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031740-3.01.

Nº 7.325. Processo nº 48500.001776/2013-65. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A. a autorização da EOL Umburanas 03, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031741-1.01.

Nº 7.326. Processo nº 48500.002339/2013-69. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. a autorização da EOL Umburanas 05, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031737-3.01.

Nº 7.327. Processo nº 48500.001851/2013-98. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A. a autorização da EOL Umburanas 06, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031796-9.01.

Nº 7.328. Processo nº 48500.002122/2013-59. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A. a autorização da EOL Umburanas 08, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031832-9.01.

Nº 7.329. Processo nº 48500.002336/2013-25. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 09, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031743-8.01.

Nº 7.330. Processo nº 48500.001852/2013-32. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 10, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031742-0.01.

Nº 7.331. Processo nº 48500.002118/2013-91. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 9 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 9 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 11, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031744-6.01.

Nº 7.332. Processo nº 48500.002337/2013-70. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 10 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 10 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 13, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031752-7.01.

Nº 7.333. Processo nº 48500.002335/2013-81. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 11 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 11 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 15, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031754-3.01.

Nº 7.334. Processo nº 48500.001849/2013-19. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 12 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 12 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 16, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031755-1.01.

Nº 7.335. Processo nº 48500.002117/2013-46. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 14 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 14 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 17, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.033634-3.01.

Nº 7.336. Processo nº 48500.002340/2013-93. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 13 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 13 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 18, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.031756-0.01.

Nº 7.337. Processo nº 48500.003183/2014-14. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 15 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 15 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 19, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.033635-1.01.

Nº 7.338. Processo nº 48500.003184/2014-69. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 16 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 16 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 21, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.033636-0.01.

Nº 7.339. Processo nº 48500.003189/2014-91. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 18 Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Umburanas 18 Ltda. a autorização da EOL Umburanas 23, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.033637-8.01.

Nº 7.340. Processo nº 48500.003179/2014-56. Interessado: Centrais Eólicas Bela Vista XV Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Centrais Eólicas Bela Vista XV Ltda. a autorização da EOL Umburanas 25, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.BA.033639-4.01.

A íntegra destas Resoluções consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.342, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005155/2009-74. Interessado: Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda. Objeto: Transfere para a empresa Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda. a autorização da UTE Costa Bioenergia, cadastrado sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.PR. 030627-4.01. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.345, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art, 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.001706/2006-34. Interessado: Foz do Chapecó Energia S.A. Objeto: declarar de utilidade pública as áreas necessárias à operação da UHE Foz do Chapecó, CEG UHE.PH.RS.028354-1.01, localizada nos municípios de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, e Alpestre, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRE PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.347, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004743/2018-81. Interessada: Furnas Centrais Elétricas S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública em favor da Interessada, para fins de desapropriação, a área de terra necessária à ampliação da Subestação Campos 20R - Pátio 138 kV. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.348, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004790/2018-25. Interessada: Rio Grande Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Caxias 8 138/69/13,8 kV - 153 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.349, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004637/2018-06. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Copec - Camaçari III - Oxiteno. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.187, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, com fundamento no art. 61 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007; de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004058/2015-11, decide: i) determinar o pagamento pela COPEL Distribuição S.A. dos encargos de uso do sistema de transmissão, referentes aos pontos de conexão Capivara - 138 kV e Salto Grande - 88 kV, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2016; ii) estabelecer o valor de R$ 370.345,52 (trezentos e setenta mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), a valor histórico, para o ponto de conexão Capivara 138 kV; iii) estabelecer o valor de R$ 3.829.534,60 (três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos), a valor histórico, para o ponto de conexão Salto Grande 88 kV; e iv) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a cobrança retroativa destes valores, atualizados pelo Índice de Atualização da Transmissão - IAT acumulados até o ciclo tarifário vigente, e em parcelas até o final do ciclo.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.188, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003080/2015-35, decide conhecer e, no mérito, dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT em face do Auto de Infração nº 094/2016-SFE no sentido de manter o Despacho nº 168, de 18 de janeiro de 2017, emitido pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade em juízo de reconsideração, que reduziu a penalidade de multa do valor total de R$ 255.308,30 (duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e oito reais e trinta centavos) para R$ 205.211,47 (duzentos e cinco mil duzentos e onze reais e quarenta e sete centavos), o qual deve ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO N° 2.189, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001985/2018-13, decide: (i) não conhecer o recurso administrativo interposto pela Cotesa Geradora de Energia - PCH Nova Trento Ltda em face do Auto de Infração nº 3/2018, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, devido a sua intempestividade; e (ii) manter a penalidade de multa aplicada em sede de juízo de reconsideração.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.042, de 11 de setembro de 2018, publicado no D.O. n. 180, de 18 de setembro de 2018, Seção 1, página 52, constante do Processo nº 48500.000573/2018-66, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Onde se lê:

"... Condomínio Edifcício Tutae Tazaki..."

Leia-se:

"... Condomínio Edifício Tutae Tazaki..."

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 7.282, de 11 de setembro de 2018, com resumo publicado no D.O. n. 182, de 20 de setembro de 2018, Seção 1, v. 155, página 45, constante do Processo nº 48500.003494/2018-15, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Onde se lê:

"Art. 1º. declarar de utilidade pública, ... nos municípios de Serra do Mel, Carnaúbas e Açu, estado do Rio Grande do Norte".

Leia-se:

"Art. 1º. declarar de utilidade pública, ... nos municípios de Serra do Mel, Carnaúbas dos Dantas e Açu, estado do Rio Grande do Norte".

RETIFICAÇÃO

Nas íntegras das RESOLUÇÕES HOMOLOGATÓRIAS Nºs 2.450 e 2.465, de 25 de setembro de 2018, juntadas ao Processo nº 48500.003696/2018-59 e disponíveis no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujos extratos foram publicados no D.O.U. de 28.09.2018, Seção 1, nº 188, p.108, no Art. 2ª, de cada resolução, onde se lê "... 31 de outubro de 2018", leia-se "... 31 de outubro de 2017".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.238, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Nº. Processo nº: 48500.001821/2014-62. Interessadas: Eólica Ibirapuitã S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A., Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Eólica Coxilha Seca S.A. Decisão: Conforme disposto na Resolução Normativa nº 722, de 31 de maio de 2016, art. 8º, não há valor a ser ressarcido aos agentes geradores proprietários da instalação de transmissão atualmente de uso exclusivo: LT 230kV Cerro Chato - Livramento 2, Módulo Geral 230kV da SE Cerro Chato e Módulo de Interligação de Barras em 230kV da SE Cerro Chato, em razão da licitação da LT 230kV Livramento 3 - Cerro Chato. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.252, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 48500.001039/2003-29. Interessado: PCH Dores de Guanhães S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 3 de outubro de 2018. Usina: PCH Dores de Guanhães. Unidade Geradora: UG01 com 7.000 kW. Localização: Município de Dores de Guanhães, Estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.226, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.003690/2018-81. Interessada: DME Energética S.A. Decisão: anuir previamente ao pleito da interessada para implementar as alterações propostas em seu Estatuto Social. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.203, de 26 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 188, de 28 de setembro de 2018, Seção 1, p. 109, constante do Processo nº 48500.000895/2018-13, alterar, no Anexo, o nome do Agente COOPERATIVA DE ENERGIA TREVISO - CERTREL., que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/:

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO N° 2.250, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 48500.003420/2018-71. Interessados: Companhia Energética do Maranhão - Cemar e Josiel de Jesus Barbosa Gomes. Decisão: dar provimento parcial à solicitação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

DESPACHO N° 2.251, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 48500.003514/2017-69. Interessados: Cemig Distribuição S.A. e Condomínio Green Garden Residence Park. Decisão: dar provimento à solicitação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 1.075, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.009512/2013-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada ao exercício da atividade de produção de etanol a USINA CENTRAL MATA SUL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA., CNPJ nº 31.059.324/0001-29, localizada na Fazenda Engenho Amaragi a Vapor, s/n, Zona Rural, Ribeirão - PE.

Art. 2º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.076, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.009512/2013-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da USINA CENTRAL MATA SUL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA., CNPJ nº 31.059.324/0001-29, com capacidade de produção de 200 m³/d de etanol hidratado e 140 m³/d de etanol anidro, localizada na Fazenda Engenho Amaragi a Vapor, s/n, Zona Rural, Ribeirão - PE, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Ficam revogados a Autorização ANP nº 853, de 26/11/2013, publicada no DOU de 27/11/2013, e o Despacho ANP nº 1.670/2015, publicado no DOU de 03/12/2015.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTEÚDO LOCAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.057, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O Superintendente de Conteúdo Local da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 211, de 06 de junho de 2018, e com base no Processo ANP nº 48610.010820/2018-95, resolve:

1.ACREDITAR a empresa NSG Consultoria LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº. 03.956.949/0001-58, para executar atividades de Certificação de Conteúdo Local, possuindo como Escopo de Acreditação os grupos descritos a seguir:

Acreditação nº ANP	017
Empresa Acreditada	NSG CONSULTORIA LTDA

Grupo	Escopo de Acreditação
1	Geologia e Geofisica
2	Construção de Poço
3	Sistema de Coleta de Produção e Escoamento
4	Unidade de Produção
5	Apoio Operacional

2.O objeto da presente autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

3.A Empresa Acreditada deverá demonstrar, a qualquer tempo, que atende aos requisitos técnicos específicos estabelecidos na Resolução ANP nº 25/2016, no Termo de Compromisso de Acreditação (TCA) e dos demais requisitos gerais exigidos para a Acreditação.

4.A Acreditação para o exercício da atividade de certificação nas áreas, objeto desta Autorização, entra em vigor na data de sua publicação, expirando com o prazo de validade da Acreditação da Empresa.

LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA BISPO

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho ANP nº 1.117, de 1º de outubro de 2018, publicado no DOU de 2 de outubro de 2018, Seção 1, pág. 73, no signatário, onde se lê: THELIO DA CUNHA BISAGGIO, leia-se: HELIO DA CUNHA BISAGGIO.

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.058, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.202734/2018-15, autoriza a empresa LUMAX INDUSTRIA E COMERCIO DE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓLEO LUBRIFICANTE EIRELI., CNPJ n.º 30.697.739/0001-65, a exercer a atividade de produção de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial, com a produção terceirizada tendo como empresa contratada LUBRIFICANTES FENIX LTDA, CNPJ 59.723.874/0001-10.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.059, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 314, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.203381/2018-62, autoriza a empresa FAROL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ n.º 30.484.960/0001-35, a exercer a atividade de importação de gasolinas automotivas.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.060, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta no processo n.º 48610.203069/2018-79, autoriza a filial da empresa REJAILE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ 00.209.895/0007-64, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.061, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 314, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA , CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de importação de gasolinas automotivas.

CESAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.062, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 312, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de importação de solventes.

CESAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.063, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 313, de 28 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de importação de diesel e biodiesel.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.064, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 03, de 19 de janeiro de 2005, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de importação de asfaltos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.065, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 315, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de exportação de biodiesel e derivados de petróleo.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.066, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 148, de 01 de outubro de 1998, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de importação de petróleo.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.067, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n° 85, de 04 de maio de 1999, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de importação de óleo combustível.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.068, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n° 204, de 29 de dezembro de 1998, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de importação de querosene de aviação(QAV).

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.069, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 32, de 23 de fevereiro de 2000, e o que consta no processo n.º 48610.203328/2018-61, autoriza a empresa PETRUS COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ 30.642.494/0001-79, a exercer a atividade de importação de nafta petroquímica.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.070, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.201354/2018-55, autoriza a empresa ZEMA DIESEL COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA., CNPJ n.º 06.088.295/0001-86, a construir a ampliação da instalação de Transportador Revendedor Retalhista - TRR na Rua Ziza Montandon, 130, São Francisco, Araxá, MG, CEP 38180-240. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -19:34:20,110, -46:57:15,730 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será ampliada em 30,00m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.071, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200286/2018-15, autoriza a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0027-66, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos localizada na Rua Alberto Artoni 455, Jardim Santana, Presidente Prudente/SP, 19.045-720 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:08:54,400; -51:23:16,800 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 4.402,96 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 333 de 30/06/2016.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.072, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.011161/2016-42, autoriza a empresa DISTRIBUIDORA PETROFOX TRANSPORTE E REVENDA RETALHISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ n.º 09.627.249/0001-04, a construir a instalação de Transportador Revendedor Retalhista na Rua Caminho dos Tropeiros nº 2551 - Rio Abaixinho - Araucária/PR, CEP: 83.702-970 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -25:36:57,600; -49:26:03,600 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será de 60,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.073, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.201707/2018-17, autoriza a empresa RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ n.º 33.453.598/0108-62, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos localizada na Rodovia Fernão Dias km 485,8 s/n.º, Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, Betim/MG, 32.669-195 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -19:57:23,800; -44:06:13,700 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 34.195,33 m³. Ficam revogadas a Autorização ANP n.º 15 de 12/01/2009, a Autorização ANP n.º 193 de 24/04/2009, a Autorização ANP n.º 541 de 19/06/2013 e a Autorização ANP n.º 115 de 10/03/2015.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.074, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.201707/2018-17, autoriza a empresa RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ n.º 33.453.598/0108-62, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis de aviação localizada na Rodovia Fernão Dias km 485,8 s/n.º, Distrito Industrial Paulo Camilo Sul, Betim/MG, 32.669-195 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -19:57:23,800; -44:06:13,700 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 3.750,57 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.118, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RJ0015428 para o exercício da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO DE GASOLINA DOIS DE DEZEMBRO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 34.266.965/0001-42, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.004193/2017-72.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.119, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº MS0185034 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO BARBOSÃO LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 01.667.797/0001-48, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011168/2017-45.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.120, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso VIII do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº MG0076142 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao MAN GNV LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 10.173.887/0002-54, pelas razões constantes no Processo Administrativo 48610.007361/2014-39.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.121, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº ES0204132 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO DE COMBUSTIVEIS CELSÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.841.097/0001-04, pelas razões constantes no Processo Administrativo 48610.015316/2016-10.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.122, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19/06/2009 e o que consta do processo n.º 48610.202734/2018-15, declara habilitada a empresa LUMAX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEO LUBRIFICANTE EIRELI., CNPJ n.º 30.697.739/0001-65, como produtor de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.123, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao AUTO POSTO PLANALTO LTDA, CNPJ nº 04.280.411/0001-39, conforme Processo nº 48610.002625/2014-68.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.124, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.011161/2016-42, declara habilitada a empresa DISTRIBUIDORA PETROFOX TRANSPORTE E REVENDA RETALHISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ n.º 09.627.249/0001-04, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP n.º 710, de 22 de agosto de 2018, publicada no D.O.U. n.º 163 em 23/08/2018, Seção 1, página n.º 64:

Onde se lê:

"(...) Autoriza a empresa SUNNEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS DE BRUNIMENTO, MEDICAÇÃO E ACESSÓRIOS LTDA, CNPJ n.º 17.198.100/0001-77, a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial."

Leia-se:

"(...) Autoriza a empresa SUNNEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS DE BRUNIMENTO, MEDIÇÃO E ACESSÓRIOS LTDA., CNPJ n.º 17.198.100/0001-77, a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial."

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 524ª REUNIÃO REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 2018

Aos nove dias do mês de agosto do ano dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sede da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, na sala 415-B, secretariado por mim, ALLAN ARRUDA DE CASTRO, Secretário-Geral. Presentes o Presidente, WILSON FERREIRA JÚNIOR, e os Conselheiros JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES, LUIZ HENRIQUE HAMANN, RAFAELO ABRITTA e GLEIDE ALMEIDA BRITO. Instalados os trabalhos, o Conselho passou aos assuntos da pauta, a saber: I - PONTOS EM DELIBERAÇÃO: ITEM 1. PROC. PSG-0331/2018 (APROVADO) - RELATOR: Conselheiro WILSON FERREIRA JÚNIOR - DELIBERAÇÃO Nº 0055/2018 - ASSUNTO: Eleição de Diretor-Presidente da Eletronorte para complementação do período remanescente do mandato relativo ao biênio 2017/2019. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, por proposição do seu Presidente, no uso de sua atribuição estatutária e considerando a Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada às nove horas e trinta minutos do dia 09 de agosto de 2018, bem como a exposição feita pelo relator, delibera: Eleger o Conselheiro LUIZ HENRIQUE HAMANN para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte para complementação do período remanescente do mandato relativo ao biênio 2017/2019, em substituição a VILMOS DA SILVA GRUNVALD. A qualificação do Diretor Presidente é a seguinte: LUIZ HENRIQUE HAMANN, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 1.108.279-3 - SSP/PR, e do CPF nº 302.332.599-53, residente e domiciliado à Rua Cerejeira, nº 858, Paraviana, CEP: 69.307-200 - Boa Vista - RR. Na sequência, o Conselho passou ao ITEM 2. PROC. PSG-0304/2018 (APROVADO) - RELATOR: Conselheiro LUIZ HENRIQUE HAMANN - DELIBERAÇÃO Nº 0056/2018 - ASSUNTO: Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Dação em Pagamento de ações em Sociedades de Propósito Específico - SPEs para quitação de dívidas da Eletronorte com a Eletrobras. Na sequência, o Conselho passou ao assunto II. APROVAÇÃO DE INDICAÇÕES. ITEM 1. PROC. PSG-0335/2018 (APROVADO) - RELATOR: Conselheiro LUIZ HENRIQUE HAMANN - DELIBERAÇÃO Nº 0057/2018 - ASSUNTO: Indicação de Diretor Técnico para a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME. Na sequência, o Conselho passou aos assuntos: III. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO. ITEM 1. PROC. PSG-0282/2018 ASSUNTO: Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL, firmado com a Boven Comercializadora de Energia Ltda.- CliqCCEE nº 1151930. ITEM 2. PROC. PSG-0285/2018 ASSUNTO: Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL, firmado com a Principal Comercializadora de Energia Ltda.- CliqCCEE nº 1151936. Em seguida, passou-se ao item IV - APRESENTAÇÕES: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da Ata, que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes. Brasília, 09 de agosto de 2018. (Ass.) WILSON FERREIRA JÚNIOR, LUIZ HENRIQUE HAMANN, RAFAELO ABRITTA, GLEIDE ALMEIDA BRITO e JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES. Eu, ALLAN ARRUDA DE CASTRO, na qualidade de Secretário-Geral da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que o presente texto é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 041 a 045 do "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" nº 14. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF: Registrada sob o nº 1103507, em 28.09.2018.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 171/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
871.785/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA-IRAMAIA/BA - Guia n° 108/2018-16.000t-Quartzito-Validade:05/12/2019
870.382/2014-SCORPION MINERAÇÃO LTDA-MACAÚBAS/BA - Guia n° 107/2018-16.000t-Quartzito-Validade:31/07/2020
871.067/2015-JOSE ORACIO PIRES ME-JACOBINA/BA - Guia n° 106/2018-50.000t-Areia- Validade:19/10/2019
871.100/2015-PEMIG PEDREIRAS MINAS GERAIS LTDA EPP-PINDOBAÇU/BA - Guia n° 104/2018-10.000t-Quartzito (revestimento)- Validade:15/01/2020
872.752/2015-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-BOQUIRA/BA - Guia n° 105/2018-16.000t-Quartzito-Validade:14/09/2019
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
871.341/2010-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA- Área de 101,10ha para 82,71ha-Xisto
871.785/2013-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA- Área de 852,64ha para 567,83ha-Quartzito
871.927/2013-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA- Área de 999,01ha para 224,24ha-Gnaisse e Quartzo
871.786/2014-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.- Área de 690,54ha para 416,68ha-Quartzito
870.171/2015-ASX TERRAPLENAGEM EIRELI- Área de 616,73ha para 43,93ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
870.240/2013-JANAINA CALAZANS DE ANDRADE-Água Mineral
870.777/2014-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-Argila
871.942/2014-GRAN MINAS EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA. EPP-Quartzito
872.121/2014-CAMPESTRE SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA EPP-Gabro
872.752/2015-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-Quartzito
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
872.725/2015-SERGIO RICARDO SILVA MARTINS-ALVARÁ N°6548/2016
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
872.577/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°3304/2013
870.517/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°7939/2013
871.542/2014-ACQUA D BONITO LTDA-ALVARÁ N°11682/2016
870.042/2016-TEREZA DIAS LACERDA-ALVARÁ N°7279/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
870.423/2011-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°7425/2015
874.412/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8555/2014
874.413/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8556/2014
874.423/2011-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-ALVARÁ N°8448/2015
874.551/2011-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-ALVARÁ N°9040/2015
874.556/2011-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-ALVARÁ N°9045/2015
874.560/2011-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-ALVARÁ N°9048/2015
874.562/2011-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-ALVARÁ N°9050/2015
870.764/2012-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-ALVARÁ N°8682/2015
870.766/2012-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-ALVARÁ N°8684/2015
870.768/2012-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-ALVARÁ N°8686/2015
870.771/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°8689/2015
872.116/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°9252/2015
872.117/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°9253/2015
872.118/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°9254/2015
872.120/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°9256/2015
872.125/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°9254/2015
872.196/2012-DANIELE CRISTINA DE PAULA-ALVARÁ N°9271/2015

872.265/2012-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-ALVARÁ N°9296/2015
872.574/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°9331/2015
872.578/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8694/2014
872.581/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8696/2014
872.600/2012-BELMONT MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°9332/2015
872.751/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8704/2014
872.760/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8711/2014
872.764/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8713/2014
872.857/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°10240/2015
872.862/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°10245/2015
870.479/2013-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°10367/2015
870.480/2013-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°10368/2015
870.889/2013-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°14555/2015
871.640/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8777/2014
871.831/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8794/2014
871.832/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8795/2014
872.581/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8812/2014
870.090/2015-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.-ALVARÁ N°13587/2015
870.136/2015-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°15312/2015
870.882/2015-OAKMONT MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°13792/2015
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
872.137/1996-HNK BR INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA- Fonte Senhor do Bonfim Marca "Schin" Embalagens de 300ml (com gás)- ALAGOINHAS/BA
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
870.459/2015-SIGNORE BLU MINERAÇÃO LTDA.-MACAÚBAS/BA - Guia n° 109/2018-16.000t-Quartzito-Validade:13/08/2020

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 135/2018/CE

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.521/2015-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°1486/2018
800.709/2015-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°1490/2018
Fase de Disponibilidade
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
800.062/2010-C. FERNANDO R. DA PAZ E CIA LTDA; SEGUNDO CLASSIFICADO: ITINGA MINERAÇÃO LTDA-Substância Aprovada:QUARTZITO
800.413/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A; SEGUNDO CLASSIFICADO: ITINGA MINERAÇÃO LTDA-Substância Aprovada:MINÉRIOS DE COBRE E OURO.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.328/2007-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°1466/2018
800.649/2010-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1448/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.328/2007-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°1491/2018
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.626/2012-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°1510/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
800.204/2016-MANOEL ALVES DE SOUSA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
801.192/2008-FERNANDA SALAZAR PRIMO DE MELO-Registro de Licença N° 964/2009 - Vencimento em 07/05/2022
801.193/2008-FERNANDA SALAZAR PRIMO DE MELO- Registro de Licença N° 965/2009 - Vencimento em 07/05/2022
800.498/2015-CONSTRUTORA LAYSA LTDA ME-Registro de Licença N° 110/2015 - Vencimento em 23/08/2020
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
800.186/2014-CARLIEZE CARREIRO DE MELO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
800.439/2017-PAULO ROMMEL NOGUEIRA LEITE ME
Não conhece requerimento protocolizado(1156)
800.614/2016-T C DE ALMEIDA ME
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
800.614/2016-T C DE ALMEIDA ME
800.315/2017-LUIZ HENRIQUE RODRIGUES RIBEIRO ME
800.462/2017-LIMA PASSOS ENGENHARIA EIRELE ME

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 123/2018/MS

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Construtora Industrial São Luiz s a - 860547/79 - Not.235/2018 - R$ 4.057,17, 860547/79 - Not.236/2018 - R$ 4.057,17, 860547/79 - Not.237/2018 - R$ 4.057,17, 860547/79 - Not.238/2018 - R$ 4.057,17
Extração de Areia Bergamo Ltda me - 868073/05 - Not.240/2018 - R$ 3.937,97
Jonas Barbosa Garcia & Cia Ltda Epp - 868214/07 - Not.241/2018 - R$ 3.613,72
M.l.bezerra Lemos & Cia Ltda - 868033/14 - Not.239/2018 - R$ 3.613,72
Maracaju Engenharia e Empreendimentos Ltda - 867199/91 - Not.242/2018 - R$ 4.025,92, 867199/91 - Not.243/2018 - R$ 4.025,92, 867199/91 - Not.244/2018 - R$ 4.025,92, 867199/91 - Not.245/2018 - R$ 4.025,92
v8 Extração de Areia Ltda - 868205/10 - Not.234/2018 - R$ 3.937,97

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 124/2018/MS

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Maracaju Engenharia e Empreendimentos Ltda - 867199/91 - Not.246/2018 - R$ 640,83

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 149/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.646/2018-JEANN SOUZA RIBEIRO
850.770/2018-CALCÁRIO TAPAJÓS LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.667/2013-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA
851.123/2013-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA
851.124/2013-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA
851.473/2013-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA
851.996/2013-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA
850.080/2018-ENGEMID CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.056/2018-CF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-OF. N°2.097/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.564/2018-GRACIANE SOARES DE ARAÚJO GONÇALVES-OF. N°2.095/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.681/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.-OF. N°2.094/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.682/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.-OF. N°2.094/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
851.722/2013-PHOSFAZ MINERAÇÃO S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
850.515/2014-COMERCIAL MARABÁ LTDA EPP-Alvará n°17.060/2015 - Cessionario:851.115/2017-ÁGUA DA FONTE INDÚSTRIA & COMÉRCIO LTDA EPP- CPF ou CNPJ 97.519.766/0001-19
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
850.976/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.- AI N°713/2018
Nega provimento a defesa apresentada(242)
850.514/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.
850.515/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
850.514/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-Alvará N°6.963/2012
850.515/2012-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.-Alvará N°6.964/2012
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.229/2011-MULTICOMM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.- Cessionário:VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A- CPF ou CNPJ 42.416.651/0001-07- Alvará n°6.284/2011
850.256/2018-MULTICOMM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.- Cessionário:VOTORANTIM METAIS ZINCO S/A- CPF ou CNPJ 42416.651/0001-07- Alvará n°4.300/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
851.047/2005-ANGRA METALS MINERAÇÃO LTDA.-TUCUMÃ/PA - Guia n° 003/2018-50.000 (Cinquenta Mil)toneladas-Minério de Ouro- Validade:10/10/2019
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
851.226/2011-PROMASA PRODUTOS DE MADEIRA DA AMAZÔNIA LTDA. -Alvará N°3.692/2016
850.978/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°4.314/2015
850.979/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°4.315/2015
850.980/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -Alvará N°4.355/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.251/2006-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.-ALVARÁ N°9.686/2010
850.158/2014-CARAJAS PESQUISA E MINERAÇÃO EIRELI EPP-ALVARÁ N°11.065/2015
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
851.704/2013-M. DE A.DELGADO LTDA EPP-AI N°712/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.110/2015-ANEZIO RIBEIRO DE SOUZA
850.487/2015-RUY BARBOSA DE MENDONÇA
851.065/2016-WILSON DE ALCÂNTARA FARIAS
850.055/2017-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.144/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DA AMAZONIA
850.101/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.103/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.104/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.106/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.664/2018-STANISLAW RODRIGUES DA SILVA
850.665/2018-STANISLAW RODRIGUES DA SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
650.002/1997-JOSÉ GARCIA GONCALVES LIMA-OF. N°3.350/2017 - Superintendência do DNPM/PA
650.003/1997-JOSÉ GARCIA GONCALVES LIMA-OF. N°3.350/2017 - Superintendência do DNPM/PA
650.004/1997-JOSÉ GARCIA GONCALVES LIMA-OF. N°3.350/2017 - Superintendência do DNPM/PA
650.005/1997-JOSÉ GARCIA GONCALVES LIMA-OF. N°3.350/2017 - Superintendência do DNPM/PA
650.006/1997-JOSÉ GARCIA GONCALVES LIMA-OF. N°3.350/2017 - Superintendência do DNPM/PA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
850.107/2015-DANIEL RODOVALHO DA SILVA-OF. N°1.118/2018 - DNPM/PA
Determina arquivamento definitivo do processo(565)
850.055/2017-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.310/2018-EDIRLEY PRADO MELO
850.739/2018-COOPERATIVA BRASILEIRA DE GARIMPEIROS COBRASA
850.777/2018-COOPERATIVA BRASILEIRA DE GARIMPEIROS COBRASA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.104/1971-IMERYS, RIO CAPIM CAULIM S A-OF. N°1.529/2018 - Superintendência do DNPM/PA

850.280/2005-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°1.419/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
850.078/2016-ANTONIO LUCAS SALU RAMOS-Cessionário:EMIVAL ALVES DE ALMEIDA- CNPJ 218.452.711-49- PLG n°21/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
850.699/2013-J C DA SILVA & CIA LTDA ME.-OF. N°2.079/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.298/2016-ARNALDO VIEIRA NOBRE-OF. N°2.080/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
851.060/2016-M ROCHA OLIVEIRA MINERAIS ME-Registro de Licença N° 03/2017 - Vencimento em 28/08/2020.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.765/2018-MARIA FRANCISCA DO SOCORRO DA SILVA MONTEIRO-Registro de Licença N° 56/2018 - Vencimento em 04/07/2019
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
851.025/2017-O. SILVA DOS SANTOS ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.620/2018-A C DE SOUSA COM E SERVIÇOS ME
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
850.410/2000-HM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 64/2018/PR

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
826.306/2018-MINA DE FERRO COMERCIO DE PEDRAS LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.275/2018-EVERTON FRANCISCO BALDISSERA-OF. N°416/2018/DGTM/DNPM/PR
826.288/2018-ARMINDO VISSOTO-OF. N°449/2018/DGTM/DNPM/PR
826.300/2018-ADRIANO MARTINS SERRANO-OF. N°448/2018/DGTM/DNPM/PR
826.317/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA QUEDAS DO IGUAÇÚ LTDA.-OF. N°445/2018/DGTM/DNPM/PR
826.326/2018-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°424/2018/DGTM/DNPM/PR
826.328/2018-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°426/2018/DGTM/DNPM/PR
826.334/2018-MINÉRIOS NACIONAL S.A.-OF. N°432/2018/DGTM/DNPM/PR
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.648/1998-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°999/2018
826.009/2011-O.B. PERES & CIA LTDA-OF. N°988/2018
826.074/2011-COMPANHIA CANAVIEIRA DE JACAREZINHO-OF. N°991/2018
826.543/2012-O.B. PERES & CIA LTDA-OF. N°988/2018
826.606/2012-O.B. PERES & CIA LTDA-OF. N°986/2018
826.083/2013-O.B. PERES & CIA LTDA-OF. N°988/2018
826.132/2013-JOÃO SEQUEIRA CARDOSO E OLIVEIRA-OF. N°994/2013
826.461/2013-O.B. PERES & CIA LTDA-OF. N°987/2018
826.927/2013-KARINA QUERNE DE CARVALHO PASSIG-OF. N°1001/2018
826.389/2015-O.B. PERES & CIA LTDA-OF. N°988/2018
826.390/2015-O.B. PERES & CIA LTDA-OF. N°988/2018
826.391/2015-O.B. PERES & CIA LTDA-OF. N°988/2018
826.035/2017-CHIMELLI & GHELLER LTDA-OF. N°1000/2018
Não conhece requerimento protocolizado(270)
826.650/2012-ADEMAR OSSAMU INAGAKI
826.661/2013-RODOLFO WEIBER
826.807/2016-MONTECAL INDÚSTRIA DE CAL LTDA.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.127/2011-RICARDO PALÚ- Cessionário:J.m.c. Palu Mineradora Eireli- CPF ou CNPJ 15.031.194/0001-60- Alvará n°5837/2011
826.258/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Cessionário:Areial do Vale Ltda- CPF ou CNPJ 81.244.253/0001-02- Alvará n°9460/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.073/2004-MILUMAJU MINERADORA LTDA.- Área de 298,34 para 49,96-Areia
826.455/2010-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA- Área de 596,48 para 46,02-Areia
826.420/2011-M.M.D TRANSPORTADORA LTDA.- Área de 92,11 para 46,17-Areia, Cascalho e Argila
826.660/2011-SOKOLOWSKI & CIA LTDA- Área de 13,45 para 2,10-Argila
826.596/2013-DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA- Área de 50 para 36,06-Argila
826.949/2013-AREAL DURAU LTDA.- Área de 67,77 para 48,36-Areia, Cascalho e Argila
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.607/2017-JOSÉ MARCOS MENI MINERAÇÃO ME - Alvará N°759/2018
826.617/2017-JOSÉ MARCOS MENI MINERAÇÃO ME - Alvará N°763/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.687/2011-SIDENEI RIBAS FERREIRA & CIA LTDA-Areia
826.209/2014-GUARACI SELMO BAPTISTA FERREIRA-Areia
826.210/2014-GUARACI SELMO BAPTISTA FERREIRA-Areia
826.212/2014-GUARACI SELMO BAPTISTA FERREIRA-Areia
826.246/2015-AREAL PRATA LTDA ME-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.517/2005-ANETE MARIA GRECA
826.363/2011-SSR MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.103/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°996/2018
826.104/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°996/2018
826.105/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°996/2018
826.106/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°996/2018
826.107/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°996/2018
826.659/1995-ANDREIS DISTRIBUIDORA DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI ME-OF. N°442/2018/DGTM/DNPM/PR
826.659/1995-ANDREIS DISTRIBUIDORA DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI ME-OF. N°441/2018/DGTM/DNPM/PR
826.665/1995-ANDREIS DISTRIBUIDORA DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI ME-OF. N°444/2018/DGTM/DNPM/PR
826.665/1995-ANDREIS DISTRIBUIDORA DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI ME-OF. N°443/2018/DGTM/DNPM/PR
826.153/1998-ALVES & BATEZATI LTDA-OF. N°420/2018/DGTM/DNPM/PR
826.708/2003-PARANÁ GRANITOS LTDA-OF. N°417/2018/DGTM/DNPM/PR
826.354/2006-RODOLFO WEIBER-OF. N°997/2018
826.007/2017-AREAL JOÃO DO VALLE LEMOS LTDA.-OF. N°414/2018/DGTM/DNPM/PR
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.184/2015-BOSCARDIN & CIA-PONTA GROSSA/PR - Guia n° 45/2018-50.000ton/ano-Diabásio- Validade:23/08/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.468/2007-POLICAL INDUSTRIAL DE CAL LTDA. EPP-OF. N°415/2018/DGTM/DNPM/PR
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
826.064/2003-HOTEL BOURBON DE FOZ DO IGUAÇU LTDA-OF. N°990/2018
Fase de Licenciamento
Autoriza transformação do regime do Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1285)
826.004/2013-DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
826.654/2014-AREAL WOSNIAK LTDA.(M.E.)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
826.220/2018-PEDREIRA CAMPINA GRANDE DO SUL LTDA.

FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES MARTINS
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 144/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.856/2013-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.040/2018-CHESTHER GOMES PEDRO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.274/2017-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2.067/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.564/2017-FLOR DE AÇAI INDUSTRIA E COMÉRCIO POLPAS DE FRUTAS LTDA-OF. N°2.065/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.180/2018-MAM GONTIJO-OF. N°2.058/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.202/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECÇÃO GEÓLOGICA LTDA.-OF. N°1.949/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.400/2018-PAIVA & AGRIPINO SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°2.024/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.412/2018-3 SCORPIUS GOLD MINERAÇÃO SA-OF. N°2.025/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.423/2018-ORION MINERAÇÃO E GEOLOGIA LTDA-OF. N°2.078/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.432/2018-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO-OF. N°2.068/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.543/2018-PAULO ANDRE C MOREIRA ME-OF. N°2.070/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.585/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.587/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.588/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.061/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.590/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.594/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.595/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.596/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.598/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.599/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.600/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.602/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA-OF. N°2.060/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.645/2018-JEANN SOUZA RIBEIRO-OF. N°2.057/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.696/2018-CONSTRUTORA SERRA AZUL LTDA EPP-OF. N°2.077/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.756/2018-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-OF. N°2.064/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Autorização de Pesquisa
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
851.975/2013-PHOSFAZ MINERAÇÃO S.A.-Alvará N°6.547/2015
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
850.569/2017-CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
850.913/2011-VALE S A -Alvará N°10.996/2015
852.073/2013-MAGR TERRAPLENAGEM LTDA ME - Alvará N°15.927/2015
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.570/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA
850.673/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA
850.674/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA
850.676/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA
850.712/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.724/2017-ANTONIO CARLOS DEODATO DA SILVA
850.725/2017-ANTONIO CARLOS DEODATO DA SILVA
850.726/2017-ANTONIO CARLOS DEODATO DA SILVA
850.727/2017-ANTONIO CARLOS DEODATO DA SILVA
850.728/2017-ANTONIO CARLOS DEODATO DA SILVA
850.729/2017-ANTONIO CARLOS DEODATO DA SILVA
850.730/2017-ANTONIO CARLOS DEODATO DA SILVA
850.733/2017-ANTONIO CARLOS DEODATO DA SILVA
850.746/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO AMAZONAS, PARÁ E RÔNDÔNIA
850.854/2017-WILSON DE ALCÂNTARA FARIAS
851.305/2017-RUILON DE OLIVEIRA PEREIRA
850.062/2018-ALCENIR PAES PEREIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.168/2018-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA SERRA DA BORDA-OF. N°1.890/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.169/2018-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA SERRA DA BORDA-OF. N°1.890/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.749/2018-W. O DA SILVA LOCAÇÕES LTDA ME
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
850.704/2017-MATHEUS TSUYOSHI PEREIRA UEOKA
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.463/2018-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE OURILANDIA E REGIAO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
850.046/2006-RIBEIRO, CORDEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A- Fonte: Nossa Senhora de Fátima e Santa Rita de Cássia, Marca: Estrela D'Alva e tipo de Embalagens: descartáveis de 200 ml e 300 ml.- SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.839/2007-NSA DA CONCEIÇÃO, PRODUÇÃO, SERVIÇOS, E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EIRELI EPP-OF. N°1.531/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
857.662/1995-VALE METAIS BÁSICOS S A-TUCUMÃ/PA - Guia n° 004/2020-4.000toneladas-Minério de Níquel- Validade:05/09/2020.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.323/2016-GILMAR SILVA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME-Registro de Licença N° 53/2018 - Vencimento em 19/03/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.524/2018-CERIL CERÂMICA ITAPUAN LTDA EPP-OF. N°2.075/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.043/2016-JOSÉ NOJOSA VIANA EPP- Registro de Licença N° 91/2016 - Vencimento em 15/02/2019
850.578/2016-TIJOTELHA INDUSTRIAL LTDA- Registro de Licença N° 70/2016 - Vencimento em 29/05/2021
850.344/2017-ANTÔNIO ROGÉRIO DO REGO FIGUEIREDO- Registro de Licença N° 26/2017 - Vencimento em 01/03/2019

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 120/2018/RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.209/2018-FABRICIANO LIMA NETO-OF. N°834/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/RN
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.026/2018-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS LTDA- Cessionário:NORDESTE MINERAÇÃO DE ROCHAS LTDA.- CPF ou CNPJ 27.102.380/0001-21- Alvará n°4141/2018
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.127/2016-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-AI N°172/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.350/1975-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°825/2018-SGTM/DNPM/RN
848.026/2002-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°820/2018-SGTM/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
848.026/2002-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°821/2018-SGTM/DNPM/RN
848.024/2011-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°817/2018-SGTM/DNPM/RN
848.025/2011-P J DE CARVALHO POLI-OF. N°816/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.025/1998-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.022/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.043/1998-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.022/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.182/2005-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.022/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.107/2007-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.022/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
840.265/1993-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.025/1998-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.043/1998-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.056/2004-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.126/2005-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.182/2005-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.107/2007-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
848.678/2011-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.026/2018-RN/FISC/SUP/DNPM/RN
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
848.063/2016-LINO BRITA LTDA ME-OF. N°829/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.246/2017-ASSOCIAÇÃO DOS CERAMISTAS DO SERIDÓ-OF. N°826/2018-SGTM/DNPM/RN
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1165)
848.229/2017-MATHEUS SEABRA ALVES-OF. N°1606/2017
848.230/2017-MATHEUS SEABRA ALVES-OF. N°1607/2017
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
848.088/2016-ADEMILDO DE SOUZA PIRES
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
848.018/2017-ACQUATRAT DO NORDESTE LTDA ME

ROGER GARIBALDI MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 122/2018/RN

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.186/2016-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-Registro de Licença N° 21/2018 - Vencimento em INDETERMINADO
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
848.382/2011-JUSSIER DA SILVA MONTEIRO- Registro de Licença N° 14/2012 - Vencimento em 23/04/2020

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 92/2018/RJ

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.193/2009-JOSE ARLEY LIMA COSTA-OF. N°Ofício Nº 1860/DNPM/RJ-DFAM
890.347/2012-PARAHY MINERADORA LTDA-OF. N°Ofício Nº 1861/DNPM/RJ-DFAM
890.454/2014-PEDREIRA VOLTA REDONDA LTDA-OF. N°Ofício nº 1.856/2018/DNPM/RJ-DFAM
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
890.454/2014-PEDREIRA VOLTA REDONDA LTDA
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
890.347/2012-PARAHY MINERADORA LTDA- Área de 49,83 ha para 45,50 ha-ÁGUA MINERAL
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
890.193/2009-JOSE ARLEY LIMA COSTA-ÁGUA MINERAL
890.937/2011-ONITAUÁ MINERADORA LTDA-ÁGUA MINERAL
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
890.095/2005-JOSÉ CARLOS DE SOUSA ROCHA - AI N°220/2018
890.466/2006-JOSÉ CARLOS MORAES - AI N°171/2018
890.092/2013-AUGUSTO DE CARVALHO ALVES - AI N°221/2018
890.637/2014-MINERADORA SERRA DA PALHA LTDA ME - AI N°217/2018
890.693/2014-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA - AI N°225/2018
890.847/2014-CAMPOS & CAMPOS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME - AI N°245/2018
890.853/2014-MINERAÇÃO UBATIBA LTDA - AI N°244/2018
890.869/2014-TERRAMAC PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP - AI N°216/2018
890.900/2014-AREAL PORTO DAS BARCAS LTDA - AI N°223/2018
890.988/2014-HÉLIO RICARDO DE OLIVEIRA MARQUES - AI N°249/2018
891.003/2014-AREAL BARROSO LTDA EPP - AI N°250/2018
890.002/2015-G. FONSECA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA ME - AI N°177/2018
890.004/2015-NEUZELI LOPES RIBEIRO PINTO - AI N°176/2018
890.010/2015-VALDINEIA GOMES DAS CHAGAS - AI N°181/2018
890.012/2015-COMETA POLIMENTOS DE MARMORES E GRANITOS - AI N°173/2018
890.016/2015-ADAIUDO VIEIRA DE BARROS - AI N°180/2018
890.018/2015-COMETA POLIMENTOS DE MARMORES E GRANITOS - AI N°172/2018
890.035/2015-FABIO LUIS MEDEIROS DE CAMPOS RIBEIRO - AI N°198/2018
890.044/2015-E.S PELOZO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EMPREITEIRA ME - AI N°199/2018
890.051/2015-OSVALDO FERREIRA COUTO JUNIOR - AI N°200/2018
890.110/2015-BRUNO ANTUNES E PAULA - AI N°194/2018
890.116/2015-MINERAÇÃO MOULIN EXPORT LTDA. - AI N°174/2018
890.124/2015-SEBASTIÃO MÁRCIO MAGALHÃES GRAÇA - AI N°185/2018
890.125/2015-PAULO ROBERTO DE FARIA JÚNIOR - AI N°184/2018
890.132/2015-PORTAL TRANSPORTE DE RESÍDUOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP - AI N°183/2018
890.134/2015-PORTAL TRANSPORTE DE RESÍDUOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP - AI N°178/2018
890.146/2015-LUIZ FERNANDO S. RIBEIRO ME - AI N°189/2018
890.178/2015-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA - AI N°202/2018
890.208/2015-R. W. PRODUTOS CERÂMICOS LTDA ME - AI N°187/2018
890.217/2015-CERÂMICA NOVA DUTRA LTDA - AI N°197/2018
890.419/2015-LINDOMAR SILVA DE MORAES - AI N°218/2018
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.540/1993-MINERADORA HERONDINA LTDA ME-Aprova os modelos de rótulos e embalagens de 20 Litros de água mineral, sem gás da Fonte Santa Clara, marcas Bio Vida e Ouro da Serra, da Fonte José Silvário GOnçalves, marcas Bio Vida e Ouro da Serra e, da Fonte Lenira, marca Premier, apresentados pela empresa Mineradora Herondina Ltda ME.-DUQUE DE CAXIAS/RJ
890.226/2002-HIDROVITA PARTICIPACOES LTDA-Aprova os modelo de rótulo e embalagens de 5 Litros de água mineral, sem gás, da Fonte Hidrovita Light da marca Hidrovita Premium, apresentado pela empresa Água Mineral Natural Serra de Flores Ltda, no município de Laje do Muriaé, estado do Rio de Janeiro- LAJE DO MURIAÉ/RJ
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
890.599/2003-EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIRO LTDA- AI N° 334/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.779/1935-EMPRESA HIDROMINERAL FLUMINENSE LTDA-ME-OF. N°Ofício nº 1918/2018/DNPM/RJ-DFAM
800.515/1976-ESAM EMPRESA SANTO ANTÔNIO DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°OFÍCIO Nº 1976/2018/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM/RJ
800.516/1976-ESAM EMPRESA SANTO ANTÔNIO DE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°OFÍCIO Nº 1976/2018/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM/RJ
890.117/1993-ALCAFLUOR ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°Ofício nº 1985/2018/DNPM/Rj-DFAM
890.116/1997-ESTÂNCIA HIDROMINERAL SOLEDADE LTDA ME-OF. N°Ofício nº 1921/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.140/2001-ACQUAPLAN MINERAÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA-OF. N°Ofício nº 1973/2018/DNPM/Rj-DFAM
890.599/2003-EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIRO LTDA-OF. N°Ofício nº 1928/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.363/2005-MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SANTA CRUZ DA SERRA LTDA-OF. N°Ofício nº 2003/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.023/2009-ITABIRA ÁGUA MINERAL NATURAL LTDA-OF. N°Ofício nº 1953/2018/DNPM/RJ-DFAM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
004.779/1935-EMPRESA HIDROMINERAL FLUMINENSE LTDA-ME-OF. N°Ofício nº 1916/2018/DNPM/RJ-DFAM
891.556/1994-EMPRESA HIDROMINERAL FLUMINENSE LTDA-ME-OF. N°Ofício nº 1916/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.394/1996-AGUAS MINERAIS VALE DAS AGUAS LTDA-OF. N°Ofício nº 1947/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.-OF. N°Ofício nº 1934/2018/DNPM/Rj-DFAM
890.294/2005-MEG MINERADORA ESTRELA GUIA DE RAPOSO LTDA-OF. N°Ofício nº 1935/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.295/2005-MEG MINERADORA ESTRELA GUIA DE RAPOSO LTDA-OF. N°Ofício nº 1935/2018/DNPM/RJ-DFAM
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
890.065/1992-AREAL SANTOBAIA DE SEROPEDICA LTDA EPP

WILLIANS CARVALHO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 145/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
815.418/2018-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
815.429/2018-EDEGAR LAZAREK
815.461/2018-CERÂMICA MARCHI LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.413/2018-ALEMÃO SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°2680/2018
815.438/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA MONDINI & SCHNAIDER LTDA-OF. N°2681/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.368/2018-CARLOS CESAR WONSIEWSKI- Alvará n°5606/2018 - Cessionario:815.508/2018-L. T. WONSIEWSKI E CIA LTDA- CPF ou CNPJ 04159720/0001-55
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.635/2015-BRANDINA CARDOZO KOZUCHOSVSKI-OF. N°2678/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.730/2014-ELIANE S A REVESTIMENTOS CERÂMICOS- Área de 837,55 ha para 108,99 ha-ARGILA
815.283/2015-ELIANE S A REVESTIMENTOS CERÂMICOS- Área de 690,13 ha para 221,07 ha-ARGILA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.079/2017-CELIO BRUNO APOLINARIO -Alvará N°2841/2017
815.384/2018-MENDES & SEBOLD SERVIÇOS LTDA ME -Alvará N°6542/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.692/2014-JAZIDA ECKERT LTDA-AREIA
Fase de Disponibilidade
declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
815.241/1993-Dentre as propostas habilitadas, DECLARO PRIORITÁRIA a proposta de Minérios Brasil Argilas Industriais Ltda ME, CNPJ 00.889.943/0001-17 com 24 pontos, para pesquisa de areia, argila e turfa pelo prazo de 2 (dois) anos .- Substância Aprovada:Areia, Argila e Turfa
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
815.241/1993-DECLARO NÃO CONHECIDAS as propostas de Cysy Mineração Ltda, CNPJ 75.300.491/0001-95, Emerson Demboski Polla, CPF 022.381.459-82, Elisandra Lessa de Souza, CPF 003.812.599-43, Solo Mineral Extração de Areia Ltda ME, CNPJ 14.203.956/0001-03, ICEPOL Indústria Cerâmica Polla EPP, CNPJ 07.842.730/0001-89 e São Pedro Extrações Ltda, CNPJ 14.623.667/0001-55.
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
815.241/1993-DECLARO DESCLASSIFICADAS as propostas de Cerâmica Majope Ltda EPP, CNPJ 05.125.498/0001-32 e Geo Castro Consultoria Ltda, CNPJ 04.489.216/0001-13 - EDITAL N° 14/2015 - Publicado DOU de 09/09/2015
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
815.241/1993- DECLARO HABILITADAS as propostas de Cerâmica Ouro Blanco Eireli EPP, CNPJ 03.310.965/0001-79, Geo Castro Consultoria Ltda, CNPJ 04.489.216/0001-13, CS Silva Ltda, CNPJ 02.108.321/0001-30, Cooperativa de Exploração Mineral da Bacia do Rio Urussanga, CNPJ 02.885.459/0001-45, Tecmicer Mineração Comércio e Transporte de Minérios Cerâmicos Ltda, CNPJ 03.207.155/0001-91, Minérios Brasil Argilas Industriais Ltda ME, CNPJ 00.889.943/0001-17, Cerâmica Majope Ltda EPP, CNPJ 05.125.498/0001-32 e San Marcos Revest Cerâmicos Ltda, CNPJ 03.952.525/0001-15.
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
815.241/1993- EDITAL DISPONIBILIDADE N°14/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: Minérios Brasil Argilas Industriais Ltda ME (24); Cooperativa de Exploração Mineral da Bacia do Rio Urussanga (22); San Marcos Revestimentos Cerâmicos Ltda (22); CS Silva Ltda (21); Tecmicer Mineração Comércio e Transporte de Minérios Cerâmicos Ltda (17); Cerâmica Ouro Blanco Eireli EPP (16).
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.456/2003-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA-OF. N°26/76/2018
815.457/2003-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA-OF. N°2676/2018
815.603/2007-NELZA PAULINO PLACIDO EIRELI ME-OF. N°2654/2018
815.576/2008-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°2662/2018
815.576/2008-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°2663/2018
815.576/2008-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°2664/2018
815.468/2018-CERÂMICA GUAREZI LTDA EPP-OF. N°2676/2018
815.469/2018-CERÂMICA GUAREZI LTDA EPP-OF. N°2676/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.778/2010-JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA. EPP-JAGUARUNA/SC - Guia n° 084/2018-50.000t-AREIA- Validade:25/09/2019
815.635/2011-BRIFORT COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA ME-GARUVA/SC, ITAPOÁ/SC - Guia n° 085/2018-50.000t-AREIA- Validade:24/09/2019
815.584/2013-FRANCIELE MANGILI TRAMONTIN EPP-BALNEÁRIO RINCÃO/SC - Guia n° 086/2018-37.500t-AREIA- Validade:01/06/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.364/2018-PATRICIA JACHOWICZ EPP-OF. N°2649/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1727)
815.462/2005-FRANCIELE MANGILI TRAMONTIN EPP-OF. N°2666/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
815.462/2005-FRANCIELE MANGILI TRAMONTIN EPP-OF. N°2666/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.032/1986-TECNARGILAS MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO LTDA-OF. N°2670/2018
Indefere requerimento de Guia de Utilização(1096)
815.426/2003-A. J. POTTER & CIA LTDA
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
816.134/1995-NITTMON CONFECÇÕES LTDA ME-OF. N°2647/2018
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.774/1994-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME- Registro de Licença N° 482/1996 - Vencimento em 31/08/2020
815.177/1998-J. H. MORO SERVIÇOS DE ATERRO EIRELI M.E.- Registro de Licença N° 828/2001 - Vencimento em 08/11/2018
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.303/2018-MUNICÍPIO DE CRICIÚMA- Registro de Extração N°098/2018 de 21/09/2018

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 112/2018/SP

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
821.478/2013-CARLOS LEANDRO CANELLA ME-OF. N°378/2018 Superintendência-SP/DNPM-DOU de 19/04/2018
820.759/2017-CHRISTIAN JONES FIORAMONTE-OF. N°401/2018 Superintendência-SP/DNPM-DOU de 27/04/2018
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
820.217/2017-IMOBILIÁRIA PARAMIRIM S.A.- DOU de 12/12/2017
820.416/2017-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.- DOU de 14/02/2018
Torna sem efeito o arquivamento do processo(163)
820.603/2017-ENIO JOSE LOPES MARTINS- DOU de 11/07/2018
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
820.527/1991-PEDREIRA SANTA ROSA LTDA- Registro de Licença N° 2.635/2001-Onde se lê: Registro de Licença 2.635/2005, leia-se: Registro de Licença 2.635/2001

VICENTE ROSOLIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 119/2018/SP

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
820.598/2017-JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II
820.654/2017-LUIZ FERNANDO MARTINS SCHNITZER
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
821.165/2013-ESCALADA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS EIRELI- Alvará n°10.775/2014 - Cessionario:820.862/2016-MARCOS DE SIQUEIRA SALOMÃO-CPF ou CNPJ 114.427.448-63
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.913/2016-MM COMERCIO DE MINERIOS LTDA ME-OF. N°809/2018-DTM/DNPM/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.435/2015-THIAGO PAGGIARO- Cessionário:AREIA DO VALE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- CPF ou CNPJ 61.236.386/0001-20- Alvará n°7.146/2018
820.297/2016-DAVID RODRIGO DA SILVA- Cessionário:F. V. RECHE FRANÇA ME- CPF ou CNPJ 02.025.676/0001-65- Alvará n°9.258/2016
820.535/2016-VILELA & SILVA LTDA ME- Cessionário:CAMILOTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- CPF ou CNPJ 01.115.701/0001-39- Alvará n°1.475/2018
820.536/2016-VILELA & SILVA LTDA ME- Cessionário:CAMILOTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- CPF ou CNPJ 01.115.701/0001-39- Alvará n°1.476/2018
820.537/2016-VILELA & SILVA LTDA ME- Cessionário:CAMILOTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- CPF ou CNPJ 01.115.701/0001-39- Alvará n°1.477/2018
820.646/2016-MARCOS CARVALHO- Cessionário:ARATINGA DESASSOREAMENTO E MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 28.767.228/0001-20- Alvará n°3.248/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.529/1986-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.-OF. N°441/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.529/1986-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.-OF. N°440/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.040/1986-MINERAÇÃO DOMINGAS DELL"ANTONIA TOSOLD S.A.-OF. N°446/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.040/1986-MINERAÇÃO DOMINGAS DELL"ANTONIA TOSOLD S.A.-OF. N°445/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.513/2000-FONTE LAÍS DE ÁGUA MINERAL LTDA. ME-OF. N°341/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.591/2003-MINERAÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTO SÃO JOAQUIM LTDA ME-OF. N°331/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.591/2003-MINERAÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTO SÃO JOAQUIM LTDA ME-OF. N°330/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.591/2003-MINERAÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTO SÃO JOAQUIM LTDA ME-OF. N°334/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.591/2003-MINERAÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTO SÃO JOAQUIM LTDA ME-OF. N°333/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.262/2005-CERÂMICA ROCHEDO LTDA-OF. N°464/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.046/2006-ESTÂNCIA VALINHOS LTDA. EPP-OF. N°452/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.797/2007-MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA-OF. N°455/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.797/2007-MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA-OF. N°457/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.797/2007-MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA-OF. N°456/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.839/2007-TAHITI COMÉRCIO DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°450/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.691/2010-MINERAÇÃO DIAMANTE LTDA-OF. N°430/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.002/2011-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°453/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.067/2011-MINERAÇÃO MANDU IND. COM. LTDA-OF. N°472/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.067/2011-MINERAÇÃO MANDU IND. COM. LTDA-OF. N°471/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.853/2012-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°462/18-SAP/DTM/DNPM/SP
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.496/1986-EMPRESA DE MINERAÇÃO HORII LTDA.-OF. N°448/18-SAP/DTM/DNPM/SP-180 (cento e oitenta) dias
821.040/1986-MINERAÇÃO DOMINGAS DELL"ANTONIA TOSOLD S.A.-OF. N°447/18-SAP/DTM/DNPM/SP-180 (cento e oitenta) dias
820.002/2011-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°454/18-SAP/DTM/DNPM/SP-180 (cento e oitenta) dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
820.529/1986-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.-OF. N°442/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.410/1995-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.-OF. N°459/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.591/2003-MINERAÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTO SÃO JOAQUIM LTDA ME-OF. N°332/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.262/2005-CERÂMICA ROCHEDO LTDA-OF. N°463/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.046/2006-ESTÂNCIA VALINHOS LTDA. EPP-OF. N°451/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.839/2007-TAHITI COMÉRCIO DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°449/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.080/2010-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP-OF. N°443/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.067/2011-MINERAÇÃO MANDU IND. COM. LTDA-OF. N°470/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.159/2012-JOSÉ ANTONIO GARCIA BENVENGA ME-OF. N°444/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.853/2012-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°461/18-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

820.817/2013-AIRTON CARLOS MATOS ITAPEVA ME-OF. N°810/2018-DTM/DNPM/SP

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

820.485/1982-AREIAS VIEIRA S.A- Registro de Licença N° 2.097/1998 - Vencimento em 13/12/2021

820.504/1982-AREIAS VIEIRA S.A- Registro de Licença N° 2.098/2021 - Vencimento em 13/12/2021

820.157/1983-AREIAS VIEIRA S.A- Registro de Licença N° 972/1986 - Vencimento em 13/12/2021

820.162/1983-AREIAS VIEIRA S.A- Registro de Licença N° 2.154/1999 - Vencimento em 13/12/2021

820.605/1999-HELIO PADILHA EIRELI- Registro de Licença N° 2.535/2000 - Vencimento em 26/07/2023

821.226/2001-OLARIA RAMALHEIRO LTDA. ME-Registro de Licença N° 2.786/2003 - Vencimento em 31/08/2023

820.307/2012-CERAMICA SÃO PEDRO LTDA. EPP-Registro de Licença N° 3.330/2014 - Vencimento em 28/07/2019

820.631/2013-CERRADO TIJOLOS DE ITARARÉ LTDA-Registro de Licença N° 3.428/2015 - Vencimento em 10/09/2023

Nega provimento ao pedido de reconsideração(747)

821.908/1998-UNIDOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA EPP

Autorizo o aditamento de substância mineral(770)

820.659/1988-EXTRAÇÃO DE AREIA CARREIRA LTDA - ME-cascalho - Registro de Licença N° 1.444, DOU de 1989

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

820.576/2015-CERÂMICA MODERNA LTDA EPP-Registro de Licença N° 3.677/2018 - Vencimento em 22/05/2020

820.685/2016-ECTA EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA-Registro de Licença N° 3.676/2018 - Vencimento em 19/09/2019

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

820.606/2011-DANIEL JOSÉ ROVARI ME-OF. N°466/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.606/2011-DANIEL JOSÉ ROVARI ME-OF. N°465/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.578/2017-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.-OF. N°821/2018-DTM/DNPM/SP

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

820.579/2017-RIO VERDE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA. ME

VICENTE ROSOLIA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2018/SE

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento a defesa apresentada(242)

878.097/2015-GEOBRAS SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA ME

Da provimento ao recurso interposto(245)

878.014/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ

878.144/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ

878.146/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

878.069/2016-PEDREIRA DINÂMICA-OF. N°263/2018

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

878.039/2018-JC SERVIÇOS INTEGRADOS DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-Cessionário:Companhia Siderúrgica Nacional- CPF ou CNPJ 33.042.730/0001-04- Alvará n°5000/2018

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

878.014/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-ALVARÁ N°2.182/2015

878.144/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-ALVARÁ N°16.044/2015

878.146/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-ALVARÁ N°16.045/2015

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

878.097/2015-GEOBRAS SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA ME - AI N°79/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa sobrestado(1029)

878.111/2008-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

605.626/1976-PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-OF. N°86/2018 (Mineradora São Judas Tadeus Ltda.Me), 87/2018 (Mineração Rio Verde Ltda)

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

878.064/2017-FRANCISCO RAMOS FEITOSA-Registro de Licença N° 161/2018 - Vencimento em 12/06/2019

878.029/2018-JVM TRANSPORTES LTDA ME-Registro de Licença N° 160/2018 - Vencimento em 26/02/2038

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

878.041/2018-GIVALDO BARRETO DO PRADO ME-OF. N°259/2018

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

878.123/2014-PEDREIRA M M EIRELI- Registro de Licença N° 73/2015 - Vencimento em 19/12/2018

Da provimento ao recurso interposto(754)

878.123/2014-PEDREIRA M M EIRELI

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 69/2018/SE

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)

878.111/2008-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-Publicado DOU de 29/05/2018

Fase de Concessão de Lavra

Torna sem efeito Auto de Infração(608)

801.046/1974-Itaguassu Agro Industrial SA- AI N°91/2014

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

878.011/2015-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA - Publicado DOU de 15/07/2011, Relação n° 62/2011, Seção 01, pág. 78- Onde se lê: "Area de 462,4 ha para 180,05 - Filito", leia-se: "Área de 462,40 ha para 168,88 ha- Filito".

Fase de Requerimento de Licenciamento

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)

878.034/2018-MM MINERAÇÃO LTDA- DOU de 14/08/2018

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 96/2018/TO

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

864.072/2018-DORIVAL CARVALHO PINTO-OF. N°643/2018 - DNPM/TO

864.074/2018-DORIVAL CARVALHO PINTO-OF. N°647/2018 - DNPM/TO

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

864.009/2011-MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. ME-OF. N°792/2018 - DNPM/TO

864.531/2011-MITO MINERAÇÃO TOCANTINS LTDA. ME-OF. N°790/2018 - DNPM/TO

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

864.345/2005-NATICAL NATIVIDADE CALCÁRIO LTDA-OF. N°396/2018 - DNPM/TO

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

864.039/2009-PHYSICAL EXTRAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°638/2018 - DNPM/TO

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

864.017/2008-ELIANE DE FATIMA MATOS CHAVES-NATIVIDADE/TO - Guia n° 13/2018-20.000TONELADAS-CALCARIO- Validade:11/07/2022

FABIANO PINEIRO MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.516, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal e considerando o disposto no art. 1º, §2º, da Portaria MP nº 17, de 7 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para autorizar, no âmbito do Instituto, as excepcionalidades pontuais quanto a contratações relativas à locação de veículos e de máquinas e equipamentos, desde que não ultrapassado o valor de alçada mensal de que trata o art. 4º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTARIA Nº 96, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no exercício das atribuições que lhe conferem a Portaria Casa Civil da Presidência da República n° 617, de 12 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 2º da Portaria nº 2.462, de 6 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Anular a retificação publicada no Diário Oficial da União nº 170, de 3 de setembro de 2018, Seção 1, página 91, relativa ao item 4.4.3 da Instrução Operacional SESAN/MDS nº 15, de 19 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2017, Seção 1, página 109.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LILIAN DOS SANTOS RAHAL

PORTARIA Nº 97 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no exercício das atribuições que lhe conferem a Portaria Casa Civil da Presidência da República n° 617, de 12 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 2º da Portaria nº 2.462, de 6 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Anular a retificação publicada no Diário Oficial da União nº 170, de 3 de setembro de 2018, Seção 1, página 91, relativa ao item 4.4.3 da Instrução Operacional SESAN/MDS nº 15, de 19 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2017, Seção 1, página 109.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LILIAN DOS SANTOS RAHAL

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama), no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 23, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017 e art. 130, inciso VI, do Anexo I, da Portaria Ibama nº 14, de 25 de junho de 2017, e;

Considerando o disposto na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no art. 7º do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e na Instrução Normativa Conjunta nº 11, de 30 de junho de 2015;

Considerando que o Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA), em reunião realizada no dia 12 de julho de 2018, reconheceu a ocorrência de emergência ambiental relativa ao controle de espécies vegetais exóticas invasoras, que afetam unidades de conservação, áreas de proteção permanente e reservas legais, doravante referidas nesta Instrução Normativa como áreas legalmente protegidas, e para cujo controle foi solicitada ao CTA autorização para uso emergencial de herbicidas pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, pelo Instituto Ambiental do Paraná, pelo Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental e pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA), e;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o que consta nos processos administrativos n° 02001.010800/2018-91, n° 02001.015927/2018-05, n° 02026.003149/2018-15 e n° 02001.018768/2018-92, resolve:

Art. 1º Acrescentar à lista do ANEXO da Instrução Normativa Ibama nº 3, de 15 de julho de 2016, as especificações técnicas complementares a serem observadas para fins de registro emergencial de produtos herbicidas destinados ao controle de espécies vegetais exóticas invasoras em áreas legalmente protegidas, na forma indicada no ANEXO desta Instrução Normativa.

Art. 2º Alterar o art. 3º da Instrução Normativa Ibama nº 3, de 15 de julho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A utilização de produto de que trata esta Instrução Normativa só poderá ocorrer mediante o atendimento integral dos seguintes pré-requisitos:

a) após a publicação pelo Ibama do ato de concessão do registro emergencial do produto;

b) prescrição técnica, através de receituário, realizada por profissional legalmente habilitado, para aquisição e uso do herbicida, conforme estabelecido pelos artigos 64 a 67 do Decreto n° 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e de acordo com a dose e modo de aplicação estabelecidos no rótulo e bula do produto; e,

c) após expressa autorização para uso do produto, emitida pelo órgão ambiental competente pelo controle e fiscalização da área na qual será realizada a aplicação do herbicida."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY ARAÚJO

ANEXO

INDICAÇÕES PARA CONTROLE QUÍMICO PARA ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS

Grupo	Gêneros	Ingrediente ativo	Concentração do ingrediente ativo na calda de aplicação/ Modo de aplicação	Dose da calda a ser aplicada	Frequência de aplicação
Árvores	Salix	Triclopir	Corte rente ao solo ou anelamento na base do tronco de indivíduos jovens e adultos, seguido de aplicação da calda de herbicida, a 2% de triclopir, dirigida ao toco ou à base do anel.	5 ml para indivíduos jovens e 10 ml para indivíduos adultos, por planta	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15- 30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Swietenia				
	Tetrapanax				
	Tithonia				
Arbustos	Cytisus		Corte na base do tronco, rente ao solo, seguido de aplicação da calda de herbicida, a 2% de triclopir, dirigida ao toco.	2-5ml por toco	Mortandade esperada é de 100% Aplicação única
	Dracaena				
Gramíneas	Arundo	Glifosato	Aspersão foliar da calda de herbicida, a 3% de glifosato, ou a 2% de diluição em se tratando de gramíneas mais delicadas.	1,5 - 4,5 litros/hectare	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Bambusa				
	Coix				
	Cortaderia				
	Cynodon				
	Cyperus				
	Echinochloa				
	Hyparrhenia				
	Megathyrsus				
	Pennisetum				
	Phyllostachys				
	Urochloa				
Herbáceas	Bidens		Aspersão foliar da calda de herbicida à base de glifosato, em diluição de 1%	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Catharanthus		Aspersão foliar da calda de herbicida à base de glifosato, em diluição de 1-2%	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Crocosmia		Aspersão foliar da calda de herbicida à base de glifosato, em diluição de 1-2%	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
	Sansevieria		Aspersão foliar com herbicida à base de glifosato em diluição de 1%	10-20ml por planta	Entre 6 meses e um ano, se necessário
Árvores	Acacia		Aspersão foliar em rebrotas, preferencialmente com 10-40cm de altura, com herbicida à base de glifosato em diluição de 2%, 5-20ml conforme volume de rebrotas.	5 ml para indivíduos jovens e 10-20 ml para indivíduos adultos, por planta	A mortandade esperada é superior a 95%; tratar eventuais rebrotas com 15- 30cm de altura por aspersão foliar com glifosato diluído a 2%
	Adenanthera				
	Albizia				
	Aleurites				
	Artocarpus				
	Azadirachta				
	Casuarina				
	Cinnamomum				
	Citrus				
	Clitoria				
	Cotoneaster				
	Eriobotrya				
	Eucalyptus				
	Ficus				
	Grevillea				
	Hovenia				
	Hura				
	Leucaena				
	Ligustrum				
	Mangifera				
	Melia				
	Mimosa				
	Mimusops				
	Morus				
	Murraya				
	Nicotiana				
	Pachira				
	Parkinsonia				
	Persea				
	Pittosporum				
	Prosopis				
	Psidium				
	Ricinus				
	Robinia				
	Rubus				
	Salix				
	Schefflera				
	Schizolobiu				
	Senna				

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 301, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Defesa; e do Desenvolvimento Social; de Encargos Financeiros da União; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 2.087.433.499,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", itens "1" e "3", da Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei n. 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Defesa; e do Desenvolvimento Social; de Encargos Financeiros da União; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 2.087.433.499,00 (dois bilhões, oitenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º O cancelamento de despesas primárias, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 4º da Lei n. 13.587, de 2018, está demonstrado no Anexo III.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLEISSON CARDOSO RUBIN

ANEXO

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							8.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							8.000.000
			F	1	1	90	0	100	8.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.688.700
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							15.688.700
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							15.688.700
			F	3	1	90	0	100	15.688.700
TOTAL - FISCAL									15.688.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.688.700

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.500.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							2.500.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							2.500.000
			F	1	1	90	0	100	1.500.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I — Crédito Suplementar

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6.644.433
		Atividades							
05 122	2108 2867	Ativos Militares das Forças Armadas							6.644.433
05 122	2108 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional							6.644.433
			F	1	1	90	0	100	6.644.433
TOTAL - FISCAL									6.644.433
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.644.433

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.413.855
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.413.855
28 846	0901 0022 0035	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado de São Paulo							1.413.855
			F	1	1	90	0	100	1.413.855
TOTAL - FISCAL									1.413.855
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.413.855

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							130.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							130.000.000
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							130.000.000
			S	3	1	90	0	100	130.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									130.000.000
TOTAL - GERAL									130.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.900.000.949
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							1.900.000.949
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							1.900.000.949
			S	3	1	90	0	100	1.746.402.452
			S	3	1	90	0	151	153.598.497

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL	0
TOTAL - SEGURIDADE	1.900.000.949
TOTAL - GERAL	1.900.000.949

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							20.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							20.000.000
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							20.000.000
			F	3	1	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							2.185.562
		Operações Especiais							
28 845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							2.185.562
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							2.185.562
			F	1	1	90	0	100	2.185.562
TOTAL - FISCAL									2.185.562
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.185.562

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							34.869.311
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							34.869.311
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							34.869.311
			F	1	1	90	0	100	1.549.006
			F	3	1	90	0	100	5.738.389
			F	5	1	90	0	100	27.581.916
TOTAL - FISCAL									34.869.311
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									34.869.311

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							35.267
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							35.267
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							35.267
			S	3	1	90	0	100	35.267
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									35.267
TOTAL - GERAL									35.267

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.937
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.937
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							15.937
			F	1	1	90	0	100	14.711
			F	3	1	90	0	100	1.226
TOTAL - FISCAL									15.937
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.937

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							361.770
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							361.770
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							361.770
			F	1	1	90	0	100	124.817
			F	3	1	90	0	100	236.953
TOTAL - FISCAL									361.770
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									361.770

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.357.955
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.357.955
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							4.357.955
			F	1	1	90	0	100	202.957
			F	3	1	90	0	100	4.154.998
TOTAL - FISCAL									4.357.955
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.357.955

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.222
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.222
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							15.222
			F	3	1	90	0	100	15.222
TOTAL - FISCAL									15.222
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.222

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							36.032

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							36.032
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							36.032
			F	1	1	90	0	100	36.032
TOTAL - FISCAL									36.032
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									36.032

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							28.445
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							28.445
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							28.445
			F	1	1	90	8	100	23.918
			F	3	1	90	8	100	4.527
TOTAL - FISCAL									28.445
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.445

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.469
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							11.469
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							11.469
			F	3	1	90	8	100	11.469
TOTAL - FISCAL									11.469
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.469

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.015.473
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.015.473
28 846	0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas							2.015.473
			F	1	1	90	8	100	1.935.513
			F	3	1	90	8	100	79.960
TOTAL - FISCAL									2.015.473
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.015.473

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							101.636
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							101.636
28 846	0901 0005 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia							101.636
			F	1	1	90	8	100	97.067
			F	3	1	90	8	100	4.569

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL	101.636
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	101.636

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							833.473
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							833.473
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							833.473
			F	1	1	90	8	100	646.528
			F	3	1	90	8	100	186.945
TOTAL - FISCAL									833.473
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									833.473

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							77.946
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							77.946
28 846	0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo							77.946
			F	1	1	90	8	100	74.468
			F	3	1	90	8	100	3.478
TOTAL - FISCAL									77.946
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.946

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							30.430
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							30.430
28 846	0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás							30.430
			F	1	1	90	8	100	30.430
TOTAL - FISCAL									30.430
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							28.667
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							28.667
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							28.667
			F	1	1	90	8	100	28.667
TOTAL - FISCAL									28.667
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.667

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.728
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.728
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							2.728
			F	1	1	90	8	100	2.728
TOTAL - FISCAL									2.728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.728

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							296.003
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							296.003
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							296.003
			F	1	1	90	8	100	258.917
			F	3	1	90	8	100	37.086
TOTAL - FISCAL									296.003
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									296.003

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							682.233
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							682.233
28 846	0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará							682.233
			F	1	1	90	8	100	95.561
			F	3	1	90	8	100	586.672
TOTAL - FISCAL									682.233
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									682.233

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.495.363
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.495.363
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							1.495.363
			F	1	1	90	8	100	1.374.836
			F	3	1	90	8	100	120.527
TOTAL - FISCAL									1.495.363
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.495.363

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							573.279
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							573.279
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							573.279
			F	1	1	90	8	100	159.986
			F	3	1	90	8	100	413.293
TOTAL - FISCAL									573.279
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									573.279

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.122.579
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.122.579
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							1.122.579
			F	1	1	90	8	100	936.735
			F	3	1	90	8	100	185.844
TOTAL - FISCAL									1.122.579
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.122.579

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							114.086
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							114.086
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							114.086
			F	1	1	90	8	100	96.391
			F	3	1	90	8	100	17.695
TOTAL - FISCAL									114.086
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									114.086

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.635.807
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.635.807
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							1.635.807
			F	1	1	90	8	100	604.325
			F	3	1	90	8	100	1.031.482
TOTAL - FISCAL									1.635.807
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.635.807

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							146.418
		Operações Especiais							

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							146.418
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							146.418
			F	1	1	90	8	100	113.431
			F	3	1	90	8	100	32.987
TOTAL - FISCAL									146.418
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									146.418

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							144.918
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							144.918
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							144.918
			F	1	1	90	8	100	114.192
			F	3	1	90	8	100	30.726
TOTAL - FISCAL									144.918
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									144.918

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.536.288
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.536.288
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							1.536.288
			F	1	1	90	8	100	1.489.360
			F	3	1	90	8	100	46.928
TOTAL - FISCAL									1.536.288
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.536.288

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							66.681
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							66.681
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							66.681
			F	1	1	90	8	100	62.534
			F	3	1	90	8	100	4.147
TOTAL - FISCAL									66.681
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									66.681

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							31.197
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							31.197
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							31.197
			F	1	1	90	8	100	30.900

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	1	90	8	100	297
TOTAL - FISCAL									31.197
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.197

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.199
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.199
28 846	0901 0005 0014	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Roraima							1.199
			F	1	1	90	8	100	1.199
TOTAL - FISCAL									1.199
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.199

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.177
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.177
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							5.177
			F	1	1	90	8	100	1.717
			F	3	1	90	8	100	3.460
TOTAL - FISCAL									5.177
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.177

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.196
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.196
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							9.196
			F	1	1	90	8	100	9.196
TOTAL - FISCAL									9.196
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.196

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.301
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.301
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							2.301
			F	1	1	90	8	100	2.301
TOTAL - FISCAL									2.301
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.301

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							20.907
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							20.907
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							20.907
			F	1	1	90	8	100	20.799
			F	3	1	90	8	100	108
TOTAL - FISCAL									20.907
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.907

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.604
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.604
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							1.604
			F	1	1	90	8	100	1.604
TOTAL - FISCAL									1.604
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.604

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							146.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							146.000
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							146.000
			F	1	1	90	8	100	95.975
			F	3	1	90	8	100	50.025
TOTAL - FISCAL									146.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									146.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							728
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							728
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							728
			F	1	1	90	8	100	591
			F	3	1	90	8	100	137
TOTAL - FISCAL									728
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									728

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							82.983
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							82.983
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							82.983
			F	1	1	90	8	100	76.858
			F	3	1	90	8	100	6.125
TOTAL - FISCAL									82.983
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									82.983

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							23.725
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							23.725
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							23.725
			F	1	1	90	8	100	23.692
			F	3	1	90	8	100	33
TOTAL - FISCAL									23.725
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.725

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							41.125
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							41.125
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							41.125
			F	1	1	90	8	100	24.644
			F	3	1	90	8	100	16.481
TOTAL - FISCAL									41.125
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.125

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							23.451
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							23.451
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							23.451
			F	1	1	90	8	100	22.472
			F	3	1	90	8	100	979
TOTAL - FISCAL									23.451
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.451

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.496
		Operações Especiais							

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.496
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							4.496
			F	1	1	90	8	100	3.028
			F	3	1	90	8	100	1.468
TOTAL - FISCAL									4.496
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.496

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							86.883
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							86.883
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							86.883
			F	1	1	90	8	100	84.763
			F	3	1	90	8	100	2.120
TOTAL - FISCAL									86.883
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									86.883

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							557
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							557
28 846	0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão							557
			F	1	1	90	8	100	557
TOTAL - FISCAL									557
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									557

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							521.429
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							521.429
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							521.429
			F	1	1	90	8	100	497.278
			F	3	1	90	8	100	24.151
TOTAL - FISCAL									521.429
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									521.429

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							23.536
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							23.536
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							23.536
			F	1	1	90	8	100	20.279
			F	3	1	90	8	100	3.257
TOTAL - FISCAL									23.536

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	23.536

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.122
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.122
28 846	0901 0005 0012	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Acre							9.122
			F	1	1	90	8	100	9.122
TOTAL - FISCAL									9.122
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.122

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							116.751
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							116.751
28 846	0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso							116.751
			F	1	1	90	8	100	91.187
			F	3	1	90	8	100	25.564
TOTAL - FISCAL									116.751
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									116.751

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							44.385
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							44.385
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							44.385
			F	1	1	90	8	100	44.385
TOTAL - FISCAL									44.385
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									44.385

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							301.764
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							301.764
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							301.764
			F	1	1	90	8	100	164.252
			F	3	1	90	8	100	137.512
TOTAL - FISCAL									301.764
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									301.764

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.943
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.943
28 846	0901 0005 0022	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Piauí							4.943
			F	1	1	90	8	100	4.943
TOTAL - FISCAL									4.943
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.943

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							155.406
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							155.406
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							155.406
			F	1	1	90	8	100	155.406
TOTAL - FISCAL									155.406
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									155.406

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							461.330
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							461.330
28 846	0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe							461.330
			F	1	1	90	8	100	451.978
			F	3	1	90	8	100	9.352
TOTAL - FISCAL									461.330
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									461.330

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							28.255
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							28.255
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							28.255
			F	1	1	90	8	100	28.255
TOTAL - FISCAL									28.255
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.255

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							109.591
		Operações Especiais							

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							109.591
28 846	0901 0005 0054	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso do Sul							109.591
			F	1	1	90	8	100	76.841
			F	3	1	90	8	100	32.750
TOTAL - FISCAL									109.591
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									109.591

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							32.559
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							32.559
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							32.559
			F	1	1	90	8	100	28.172
			F	3	1	90	8	100	4.387
TOTAL - FISCAL									32.559
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.559

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							10.932
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							10.932
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							10.932
			F	1	1	90	8	100	10.932
TOTAL - FISCAL									10.932
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.932

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.996
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.996
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							5.996
			F	1	1	90	8	100	1.525
			F	3	1	90	8	100	4.471
TOTAL - FISCAL									5.996
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.996

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.575
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.575
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							3.575
			F	1	1	90	8	100	3.516
			F	3	1	90	8	100	59
TOTAL - FISCAL									3.575

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	3.575

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							61.385
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							61.385
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							61.385
			S	1	1	90	8	100	38.885
			S	3	1	90	8	100	22.500
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									61.385
TOTAL - GERAL									61.385

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							132.203
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							132.203
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							132.203
			F	1	1	90	8	100	25.553
			F	3	1	90	8	100	106.650
TOTAL - FISCAL									132.203
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									132.203

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.417
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.417
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							3.417
			F	1	1	90	8	100	3.417
TOTAL - FISCAL									3.417
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.417

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							31.829
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							31.829
28 846	0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas							31.829
			F	1	1	90	8	100	29.112
			F	3	1	90	8	100	2.717
TOTAL - FISCAL									31.829
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.651
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.651
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							1.651
			F	1	1	90	8	100	1.651
TOTAL - FISCAL									1.651
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.651

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							58.475
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							58.475
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							58.475
			F	1	1	90	8	100	58.475
TOTAL - FISCAL									58.475
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									58.475

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							60.833
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							60.833
28 846	0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo							60.833
			F	1	1	90	8	100	58.854
			F	3	1	90	8	100	1.979
TOTAL - FISCAL									60.833
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.833

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							56.196
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							56.196
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							56.196
			F	1	1	90	8	100	37.114
			F	3	1	90	8	100	19.082
TOTAL - FISCAL									56.196
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.196

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.519
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.519
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							2.519
			F	1	1	90	8	100	2.519
TOTAL - FISCAL									2.519
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.519

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							14.068
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							14.068
28 846	0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará							14.068
			F	1	1	90	8	100	14.068
TOTAL - FISCAL									14.068
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.068

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.671
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.671
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							7.671
			F	1	1	90	8	100	7.671
TOTAL - FISCAL									7.671
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.671

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							25.201
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							25.201
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							25.201
			F	1	1	90	8	100	25.201
TOTAL - FISCAL									25.201
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.201

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							23.650
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							23.650
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							23.650
			F	1	1	90	8	100	23.465

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	1	90	8	100	185
TOTAL - FISCAL									23.650
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.650

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							104.316
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							104.316
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							104.316
			F	1	1	90	8	100	104.316
TOTAL - FISCAL									104.316
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									104.316

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.266
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.266
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							15.266
			F	1	1	90	8	100	14.661
			F	3	1	90	8	100	605
TOTAL - FISCAL									15.266
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.266

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.955
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.955
28 846	0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe							15.955
			F	1	1	90	8	100	15.955
TOTAL - FISCAL									15.955
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.955

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							685
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							685
28 846	0901 0005 0017	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Tocantins							685
			F	1	1	90	8	100	685
TOTAL - FISCAL									685
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									685

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.233
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.233
28 846	0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás							5.233
			F	1	1	90	8	100	5.233
TOTAL - FISCAL									5.233
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.233

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							90.787
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							90.787
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							90.787
			F	1	1	90	8	100	87.298
			F	3	1	90	8	100	3.489
TOTAL - FISCAL									90.787
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									90.787

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.490
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.490
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							3.490
			F	1	1	90	8	100	3.490
TOTAL - FISCAL									3.490
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.490

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.229
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.229
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							2.229
			F	1	1	90	8	100	2.229
TOTAL - FISCAL									2.229
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.229

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							12.627
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							12.627
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							12.627
			F	1	1	90	8	100	12.627
TOTAL - FISCAL									12.627
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.627

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							17.922
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							17.922
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							17.922
			F	1	1	90	8	100	12.439
			F	3	1	90	8	100	5.483
TOTAL - FISCAL									17.922
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.922

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							227.293
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							227.293
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							227.293
			F	1	1	90	8	100	205.506
			F	3	1	90	8	100	21.787
TOTAL - FISCAL									227.293
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									227.293

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							14.136
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							14.136
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							14.136
			F	1	1	90	0	100	12.952
			F	3	1	90	0	100	1.184
TOTAL - FISCAL									14.136
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.136

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.811.357
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.811.357

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0005 0010	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Norte	F	3	1	90	0	100	7.811.357
									7.811.357
TOTAL - FISCAL									7.811.357
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.811.357

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							380.601
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							380.601
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							380.601
			F	1	1	90	0	100	228.179
			F	3	1	90	0	100	152.422
TOTAL - FISCAL									380.601
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									380.601

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							48.237
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							48.237
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							48.237
			F	3	1	90	0	100	48.237
TOTAL - FISCAL									48.237
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.237

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							143.528
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							143.528
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							143.528
			S	1	1	90	6	100	7.601
			S	3	1	90	6	100	135.927
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									143.528
TOTAL - GERAL									143.528

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.119.864
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.119.864
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							1.119.864
			S	1	1	90	6	100	846.381
			S	3	1	90	6	100	273.483
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.119.864
TOTAL - GERAL									1.119.864

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							14.934
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							14.934
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							14.934
			S	1	1	90	6	100	10.459
			S	3	1	90	6	100	4.475
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.934
TOTAL - GERAL									14.934

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.027.611
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.027.611
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							1.027.611
			F	1	1	90	0	100	41.265
			F	3	1	90	0	100	665.199
			F	5	1	90	0	100	321.147
TOTAL - FISCAL									1.027.611
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.027.611

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							13.397
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							13.397
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							13.397
			F	1	1	90	0	100	13.397
TOTAL - FISCAL									13.397
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.397

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.818
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							8.818
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							8.818
			F	3	1	90	0	100	8.818
TOTAL - FISCAL									8.818
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.818

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							29.720
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							29.720
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							29.720
			F	1	1	90	0	100	26.403
			F	3	1	90	0	100	3.317
TOTAL - FISCAL									29.720
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.720

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.158
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							11.158
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							11.158
			F	1	1	90	0	100	6.019
			F	3	1	90	0	100	5.139
TOTAL - FISCAL									11.158
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.158

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.220.895
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.220.895
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							3.220.895
			F	1	1	90	0	100	307.342
			F	3	1	90	0	100	2.533.831
			F	5	1	90	0	100	379.722
TOTAL - FISCAL									3.220.895
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.220.895

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							45.246
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							45.246
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							45.246
			F	5	1	90	0	100	45.246
TOTAL - FISCAL									45.246
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.246

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.170.221
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.170.221
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							1.170.221

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	1	1	90	0	100	919.903
			F	3	1	90	0	100	250.318
TOTAL - FISCAL									1.170.221
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.170.221

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.241
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.241
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							5.241
			F	1	1	90	0	100	5.241
TOTAL - FISCAL									5.241
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.241

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6.644.433
		Atividades							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							6.644.433
05 122	2108 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							6.644.433
			F	1	1	90	0	100	6.644.433
TOTAL - FISCAL									6.644.433
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.644.433

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							59.791
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							59.791
28 846	0901 0005 6000	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Amazônia Legal							59.791
			F	1	1	90	0	100	59.791
TOTAL - FISCAL									59.791
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.791

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							430.166
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							430.166
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							430.166
			F	1	1	90	0	100	430.166
TOTAL - FISCAL									430.166
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									430.166

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							446.192
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							446.192
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							446.192
			F	1	1	90	0	100	334.949
			F	3	1	90	0	100	76.342
			F	5	1	90	0	100	34.901
TOTAL - FISCAL									446.192
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									446.192

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							21.025
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							21.025
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							21.025
			F	1	1	90	0	100	21.025
TOTAL - FISCAL									21.025
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.025

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							33.499.989
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							33.499.989
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							33.499.989
			S	1	1	90	0	100	22.938.424
			S	3	1	90	0	100	10.389.484
			S	5	1	90	0	100	172.081
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									33.499.989
TOTAL - GERAL									33.499.989

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.694.270
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.694.270
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							4.694.270
			S	3	1	90	0	100	4.694.270
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.694.270
TOTAL - GERAL									4.694.270

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							153.598.497
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							153.598.497
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							153.598.497
			S	3	1	90	0	151	153.598.497
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									153.598.497
TOTAL - GERAL									153.598.497

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							28.602.555
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							28.602.555
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							28.602.555
			F	1	1	90	0	100	11.913.855
			F	3	1	90	0	100	16.688.700
	0999	Reserva de Contingência							2.185.562
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							2.185.562
99 999	0999 0Z00 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional							2.185.562
			F	1	0	91	0	100	2.185.562
TOTAL - FISCAL									30.788.117
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.788.117

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.019.767.635
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							869.767.635
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							869.767.635
			F	1	1	90	0	100	84.805.634
			F	3	1	90	0	100	773.101.256
			F	5	1	90	0	100	11.860.745
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							150.000.000
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							150.000.000
			F	1	1	90	0	100	150.000.000
TOTAL - FISCAL									1.019.767.635
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.019.767.635

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar							374.197.000
		Operações Especiais							
20 608	2012 0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							374.197.000
20 608	2012 0281 0001	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							374.197.000
			F	3	1	90	0	100	374.197.000
	2077	Agropecuária Sustentável							394.300.000
		Operações Especiais							
20 605	2077 0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)							203.000.000
20 605	2077 0294 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							203.000.000
			F	3	1	90	0	100	203.000.000
20 605	2077 0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)							191.300.000
20 605	2077 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							191.300.000
			F	3	1	90	0	100	191.300.000
TOTAL - FISCAL									768.497.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									768.497.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 9.675, 1° DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no exercício das atribuições previstas no art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 9.636, de 1998, no art. 17, I, "c", c/c o art. 24, X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos elementos constantes do Processo Administrativo SEI nº 04972.003551/2018-26, resolve:

Art. 1º Autorizar a permuta dos bens abaixo relacionados com imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, com área de 133.825,00 m² e benfeitorias não averbadas, transcrito sob o nº 1.244, à fl. 134 do Livro nº 3/E, no 1º Registro de Imóveis da Comarca de São José, e avaliado em R$ 20.400.000,00.

ITEM	ENDEREÇO	ÁREA(M2)	RIP
01	Rodovia SC 437, Ex RFFSA corte de madeira - Bairro Aratingaúba - Imarui - SC	9.372.685,69	814100007.500-8 814100013.500-0 814100009.500-9 814100011.500-0
02	Rodovia SC 438, Km 69 - São Joaquim - SC	150.000,00	832500004.500-2
03	Rua Quinze de Novembro, 614, esquina com a Av. Joca Brandão, Centro, Itajai - SC	1.661,32	816100019.500-8
04	Rua Esteves Junior, 81, Centro, Florianópolis - SC	4.129,00	810500168.500-8

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

PORTARIA Nº 9.838, DE 1° DE OUTUBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e de acordo com os elementos que compõem o processo nº 04911.000868/2018-25, resolve:

Art.1º - Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de instalação de equipamentos de apoio à atividade extrativista de comunidade tradicional, por meio de Autorização de Uso Sustentável Coletiva, o imóvel da União classificado como acrescido de Marinha, caracterizado com Praia, localizado na Praia do Coqueiro, município de Luis Correia, Estado do Piauí, com área de 426,62 m², inscrito sob o RIP nº 1113.0100609-30.

Parágrafo único. A área acima mencionada está assim localizada e caracterizada: Coordenadas SIRGAS 2000 - Z24. P1=214220.40, 9678775,89; P2=214245.46, 9678775,33; P3=214245.55, 9678758.40; P4=214229.33, 9678758.88. ÁREA = 426,62 m².

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à implantação de abrigo-pesqueira para reparo de canoas, construção de apetrechos de pesca, que beneficiará aproximadamente 30 (trinta) famílias de pescadores artesanais.

Art. 3º - A SPU/PI dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 9.976, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 8º, §3º, da Instrução Normativa SPU n° 22, de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 01 de março de 2017, na Seção 1, páginas 94/113, e os elementos que integram o Processo SEI nº 04967.011674/2018-18 e Processo nº 62164.00445/2018-10, resolve:

Art. 1º Fica a Marinha do Brasil/Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear autorizado a praticar os procedimentos de aquisição por compra necessários à incorporação de imóveis ao patrimônio da União, com a finalidade de servir como moradias funcionais para os militares/servidores, 84 (oitenta e quatro) próprios nacionais residenciais do empreendimento imobiliário denominado RIO MARINA RESORT RESIDENCIAL, localizado no Município de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, que comporão as organizações militares que estão sendo construídos no Complexo Naval de Itaguaí.

§ 1º Caberá ao órgão autorizado, sem prejuízo de outros procedimentos decorrentes do processo de aquisição por compra arcar com as despesas decorrentes do levantamento e regularização do imóvel a ser adquirido, incluindo o pagamento do valor de compra na forma ajustada no respectivo contrato de aquisição, bem como publicar atos necessários, entre eles o extrato de homologação da avaliação.

Art. 2° O órgão autorizado já promoveu:

a execução do procedimento de inexigibilidade de licitação;

a avaliação dos imóveis, de acordo às normas técnicas aplicáveis e discriminando o valor do terreno e da área construída separadamente;

a publicação do extrato de inexigibilidade de licitação;

obtenção de aprovação da minuta do contrato de compra e venda junto ao órgão de assessoramento jurídico, aproveitando-se do modelo fornecido pela SPU;

verificação de que o vendedor é parte legalmente capaz ou está devidamente representado para a assinatura do contrato de compra e venda;

encaminhamento da minuta do contrato de compra e venda pelo órgão de assessoramento jurídico, acompanhada dos seguintes documentos: parecer jurídico de aprovação da minuta contratual; planta e memorial descritivo dos imóveis; certidão cartorial de inteiro teor da matrícula de cada um dos imóveis objeto do contrato; e outros dados e documentos necessários ao cadastro dos imóveis no sistema corporativo da SPU e ao registro do título aquisitivo perante o cartório de registro de imóveis competente.

Art. 3º Os atos e procedimentos tratados nesta Portaria poderão ser processados na forma eletrônica, conforme regulamento específico expedido pela SPU.

Art. 4º A presente autorização opera-se retroativamente à data de instauração do respectivo processo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS BARBOSA GOMES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 9.197, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, bem como os elementos que integram o Processo nº 04977.003660/2018-01, resolve:

Art. 1º Conceder autorização de obra à Prefeitura Municipal de Bertioga para realizar reforma de rampa para pequenas embarcações e de contenção em terreno marginal ao rio Itapanhaú, terreno de marinha.

Art. 2º A área está localizada aos fundos do paço municipal à Rua Luís Pereira de Campos, Vila Itapanhaú, município de Bertioga, Estado de São Paulo.

Art. 3º A presente autorização se dá em caráter precário e revogável a qualquer momento, não implicando na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON TUMA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESACHO DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0435/2018 de 27/09/2018, 0436/2018 de 27/09/2018, 0437/2018 de 28/096/2018, 0438/2018 de 28/09/2018, 0439/2018 de 01/10/2018 e 0440/2018 de 01/10/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039014078201875 Requerente: BANCO JOHN DEERE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RICARDO LEAL SANTANA Data Nascimento: 21/12/1962 Passaporte: G24836137 País: MÉXICO Mãe: YOLANDA SANTANA Pai: RICARDO LEAL; Processo: 47039014292201821 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALICE LORENA CIMINO Data Nascimento: 31/05/1989 Passaporte: X0915732 País: SUIÇA Mãe: MIRIAM AMBROGINA CIMINO Pai: ROCCO SANTO CIMINO; Processo: 47039014673201819 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BAEJUN LEE Data Nascimento: 05/12/1971 Passaporte: M32087108 País: CORÉIA DO SUL Mãe: SOON RE HWANG Pai: JAE OK LEE.

Residência Prévia - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039015403201817 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 4 Mês(es) Imigrante: SYLVIE JOSÉ MATHILDE DEBS Data Nascimento: 25/05/1955 Passaporte: 13CP00011 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039013896201851 Requerente: ARDENT SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEXANDER VAN DER VLIES Data Nascimento: 15/01/1971 Passaporte: NW39RKD76 País: HOLANDA; Processo: 47039013907201801 Requerente: ARDENT SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDRIES WILLEM HUISMAN Data Nascimento: 03/03/1981 Passaporte: NXF0384F5 País: HOLANDA; Processo: 47039013912201813 Requerente: ARDENT SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUIBERT OUWEHAND Data Nascimento: 27/12/1958 Passaporte: BTK25BDC1 País: HOLANDA; Processo: 47039013918201882 Requerente: ARDENT SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PIETER NAUTA Data Nascimento: 16/07/1955 Passaporte: BTC66FCR6 País: HOLANDA; Processo: 47039014311201810 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: JUN ZHU Data Nascimento: 31/03/1973 Passaporte: E31325014 País: CHINA Imigrante: MINGJUN WANG Data Nascimento: 23/02/1978 Passaporte: ED5233314 País: CHINA Imigrante: YAJUN YAO Data Nascimento: 06/04/1982 Passaporte: ED5233150 País: CHINA Imigrante: YIQIANG QIAO Data Nascimento: 08/04/1983 Passaporte: E797245194 País: CHINA Imigrante: ZHIYONG CHEN Data Nascimento: 15/01/1981 Passaporte: EC9666353 País: CHINA; Processo: 47039014308201804 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: HAIDONG JIA Data Nascimento: 04/12/1986 Passaporte: ED3553185 País: CHINA Imigrante: HONGJIN SONG Data Nascimento: 15/03/1959 Passaporte: G49908147 País: CHINA Imigrante: LEI CHEN Data Nascimento: 10/10/1994 Passaporte: ED5337909 País: CHINA Imigrante: PEILIN ZHANG Data Nascimento: 07/04/1959 Passaporte: E13142303 País: CHINA Imigrante: QISHENG ZHANG Data Nascimento: 15/07/1988 Passaporte: E35501654 País: CHINA Imigrante: WEI WANG Data Nascimento: 11/09/1995 Passaporte: EA4021405 País: CHINA; Processo: 47039014321201855 Requerente: CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HUI CAO Data Nascimento: 24/11/1956 Passaporte: ED6580956 País: CHINA Imigrante: JUN YANG Data Nascimento: 25/12/1988 Passaporte: ED7861600 País: CHINA Imigrante: XUAN LI Data Nascimento: 26/10/1990 Passaporte: E74897626 País: CHINA Imigrante: YU ZHOU Data Nascimento: 28/03/1990 Passaporte: ED8857765 País: CHINA; Processo: 47039014447201820 Requerente: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CARLOS EDUARDO HERNANDEZ SILVA Data Nascimento: 04/10/1978 Passaporte: F16817165 País: CHILE; Processo: 47039014552201869 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: DAILIN ZHANG Data Nascimento: 30/11/1993 Passaporte: EA6214392 País: CHINA; Processo: 47039014553201811 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: HAO DONG Data Nascimento: 12/07/1990 Passaporte: E92420824 País: CHINA; Processo: 47039014554201858 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: JINHUAN YANG Data Nascimento: 18/07/1995 Passaporte: ED0990531 País: CHINA; Processo: 47039014556201847 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: LING YUAN Data Nascimento: 30/03/1979 Passaporte: ED0082000 País: CHINA; Processo: 47039014557201891 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: QI PENG Data Nascimento: 18/10/1986 Passaporte: ED0091146 País: CHINA; Processo: 47039014559201881 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: TIANE WANG Data Nascimento: 20/10/1975 Passaporte: E15933211 País: CHINA; Processo: 47039014561201850 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: WENYUAN ZHANG Data Nascimento: 28/07/1991 Passaporte: E99840904 País: CHINA; Processo: 47039014562201802 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: YI SHENG Data Nascimento: 04/10/1978 Passaporte: G44403491 País: CHINA; Processo: 47039014563201849 Requerente: SENDI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: até 17/07/2019 Imigrante: ZHENG WEI Data Nascimento: 08/12/1987 Passaporte: ED2218198 País: CHINA; Processo: 47039014575201873 Requerente: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ERICK SALVADOR MOZZO BALANDRA Data Nascimento: 01/02/1982 Passaporte: G18456985 País: MÉXICO; Processo: 47039014578201815

Requerente: TOZZI LATAM DO BRASIL MONTAGENS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUCIANO MACCHINI Data Nascimento: 19/04/1958 Passaporte: YA4104044 País: ITÁLIA; Processo: 47039014594201808 Requerente: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEFFREY JAMES WALTERS Data Nascimento: 04/07/1982 Passaporte: 585259041 País: EUA; Processo: 47039014636201801 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ISRAEL RATIA MORENO Data Nascimento: 02/05/1981 Passaporte: AAI732436 País: ESPANHA; Processo: 47039014657201818 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANCISCO JAVIER SANCHEZ CARRASCO Data Nascimento: 07/07/1979 Passaporte: AAG774218 País: ESPANHA; Processo: 47039014690201848 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARIE HELENA SEHAMMAR Data Nascimento: 29/02/1976 Passaporte: 91637235 País: SUÉCIA; Processo: 47039014717201801 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RAJAGOPALAN PANDIKARAN VENKATASUBRAMANIAN Data Nascimento: 06/02/1963 Passaporte: Z3773067 País: ÍNDIA; Processo: 47039014723201850 Requerente: SIGMA MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JAMES DAVID SCHLOFFER Data Nascimento: 30/10/1978 Passaporte: N4783605 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039014732201841 Requerente: SPI - INTEGRACAO DE SISTEMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHARLES EDWARD WISE JR Data Nascimento: 27/05/1992 Passaporte: 556395199 País: EUA; Processo: 47039014791201819 Requerente: OFF SHORE REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SVERRE HILMAR OSVOLL Data Nascimento: 22/07/1975 Passaporte: 30101102 País: NORUEGA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039013496201845 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Brandon Lee Horsley Data Nascimento: 20/07/1986 Passaporte: 508048161 País: EUA; Processo: 47039014015201819 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Roger D Schanks Data Nascimento: 25/09/1952 Passaporte: 523364784 País: EUA; Processo: 47039014693201881 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: SHINYA KUMAWAKI Data Nascimento: 03/05/1981 Passaporte: TS1399446 País: JAPÃO; Processo: 47039014944201828 Requerente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ETSUSHI WATANABE Data Nascimento: 25/08/1978 Passaporte: TK7970108 País: JAPÃO; Processo: 47039014946201817 Requerente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FUMIAKI MOHRI Data Nascimento: 31/08/1971 Passaporte: TK6795585 País: JAPÃO; Processo: 47039014950201885 Requerente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HARUKI SAKO Data Nascimento: 09/11/1965 Passaporte: TH9057910 País: JAPÃO; Processo: 47039014956201852 Requerente: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: David Fabuel Ruiz Data Nascimento: 17/02/1976 Passaporte: PAH264673 País: ESPANHA; Processo: 47039014954201863 Requerente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YUTA KOYANAGI Data Nascimento: 16/06/1987 Passaporte: TR1146664 País: JAPÃO; Processo: 47039015324201814 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EMILIO POLETTI Data Nascimento: 12/11/1966 Passaporte: YA1892181 País: ITÁLIA; Processo: 47039015359201845 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WEIPING MO Data Nascimento: 18/01/1992 Passaporte: E88149630 País: CHINA Imigrante: ZHIZHONG LUO Data Nascimento: 16/05/1988 Passaporte: EB6407241 País: CHINA; Processo: 47039015416201896 Requerente: FABRICA SERV - FACILITIES, MANUTENCAO, LIMPEZA E INSTALACOES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIRSAD PENAVA Data Nascimento: 29/05/1977 Passaporte: B0043322 País: BÓSNIA HERZEGOVINA; Processo: 47039015434201878 Requerente: JOHNSON CONTROLS PS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERTO MARAÑON IGLESIAS Data Nascimento: 04/10/1973 Passaporte: PAE2066819 País: ESPANHA; Processo: 47039015455201893 Requerente: SAIBE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREA PATUMI Data Nascimento: 07/07/1970 Passaporte: YA7803955 País: ITÁLIA Imigrante: RICCARDO GAROFOLI Data Nascimento: 26/08/1973 Passaporte: YB2770268 País: ITÁLIA Imigrante: RICCARDO MARRI Data Nascimento: 18/04/1971 Passaporte: YB2770267 País: ITÁLIA; Processo: 47039015471201886 Requerente: MONDELEZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RONNIE ALEXANDER WANNER Data Nascimento: 01/02/1984 Passaporte: X2722697 País: SUIÇA; Processo: 47039015470201831 Requerente: SAIBE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUCA MELA Data Nascimento: 23/07/1973 Passaporte: YA3616979 País: ITÁLIA; Processo: 47039015474201810 Requerente: MONDELEZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RALPH FRIEDRICH Data Nascimento: 09/12/1971 Passaporte: C9HLKOGP8 País: ALEMANHA; Processo: 47039015477201853 Requerente: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHER JON TILLERY Data Nascimento: 12/12/1986 Passaporte: 531260503 País: EUA; Processo: 47039015475201864 Requerente: SAIBE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUIGI MALIZIA Data Nascimento: 29/11/1980 Passaporte: YA7973689 País: ITÁLIA; Processo: 47039015481201811 Requerente: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KENNY WAYNE ROBERTSON Data Nascimento: 09/12/1979 Passaporte: 531268958 País: EUA; Processo: 47039015482201866 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: MOTOKAZU TAKASE Data Nascimento: 09/05/1972 Passaporte: TR2844899 País: JAPÃO; Processo: 47039015486201844 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BHARGAV AVINASH VALEVATI Data Nascimento: 07/04/1991 Passaporte: L1627784 País: ÍNDIA; Processo: 47039015488201833 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: LORENZO BALLARINO Data Nascimento: 22/02/1980 Passaporte: YB0233319 País: ITÁLIA; Processo: 47039015489201888 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KING CHUNG YU Data Nascimento: 03/09/1983 Passaporte: C218PYXGP País: ALEMANHA; Processo: 47039015487201899 Requerente: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AADHAR GILHOTRA Data Nascimento: 12/08/1991 Passaporte: N9488652 País: ÍNDIA; Processo: 47039015490201811 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: MARIO CARBONARO Data Nascimento: 18/01/1962 Passaporte: YA5338909 País: ITÁLIA; Processo: 47039015493201846 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONGHOON JANG Data Nascimento: 17/09/1967 Passaporte: M57984269 País: COREIA; Processo: 47039015494201891 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RALF TUROWSKI Data Nascimento: 08/09/1965 Passaporte: C733F2GXL País: ALEMANHA; Processo: 47039015499201813 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DEVAN MONET DIABATE Data Nascimento: 23/08/1978 Passaporte: 554670461 País: EUA; Processo: 47039015503201843 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: DAVIDE MUSITELLI Data Nascimento: 17/11/1986 Passaporte: YA6576941 País: ITÁLIA; Processo: 47039015506201887 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: LORIS LAZZARONI Data Nascimento: 07/02/1995 Passaporte: YA8047367 País: ITÁLIA; Processo: 47039015507201821 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUILONG QIN Data Nascimento: 30/12/1987 Passaporte: E39870617 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039016043201871 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUANGCUN YANG Data Nascimento: 27/02/1983 Passaporte: E53743693 País: CHINA; Processo: 47039016159201818 Requerente: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jesper Randa-Boldt Data Nascimento: 17/02/1975 Passaporte: 207160712 País: DINAMARCA; Processo: 47039016158201865 Requerente: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ryan Soerensen Data Nascimento: 27/09/1967 Passaporte: 206669605 País: DINAMARCA; Processo: 47039016160201834 Requerente: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Steffen Jensen Data Nascimento: 11/09/1993 Passaporte: 206276222 País: DINAMARCA; Processo: 47039016161201889 Requerente: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Morten Lund Rasmussen Data Nascimento: 12/02/1976 Passaporte: 208857523 País: DINAMARCA; Processo: 47039016162201823 Requerente: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Morten Petersen Data Nascimento: 11/11/1984 Passaporte: 209749261 País: DINAMARCA; Processo: 47039016164201812 Requerente: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Lenni Jagd Moeller Data Nascimento: 21/02/1977 Passaporte: 207341714 País: DINAMARCA; Processo: 47039016163201878 Requerente: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Martin Birkedal Kastrup Data Nascimento: 14/09/1974 Passaporte: 206225077 País: DINAMARCA; Processo: 47039016166201810 Requerente: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Bekim Michael Jensen Data Nascimento: 22/01/1974 Passaporte: 207667143 País: DINAMARCA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039014567201827 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SREEDHAR YADAV NUKANABOYANA Data Nascimento: 11/07/1981 Passaporte: M8895773 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041005490201855 Requerente: LACHMANN AGENCIA MARITIMA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Aurore Marie Helene Dubois Data Nascimento: 06/12/1978 Passaporte: 14CC71557 País: FRANÇA Imigrante: Hasan Iben Boura Data Nascimento: 22/08/1976 Passaporte: EN788592 País: BÉLGICA Imigrante: Jean Christophe Awograd Data Nascimento: 24/05/1982 Passaporte: 16CT54135 País: FRANÇA Imigrante: Julie Jeannine Marcelle Magny Data Nascimento: 25/03/1991 Passaporte: 14AT13288 País: FRANÇA Imigrante: Lisa Charlotte Dan Data Nascimento: 26/06/1996 Passaporte: 18CE88630 País: FRANÇA Imigrante: Maxime Quentin Thibaut Ramel Data Nascimento: 05/09/1991 Passaporte: 13BB29308 País: FRANÇA Imigrante: Mohammed Jalal Eddine Chahed Data Nascimento: 10/02/1957 Passaporte: 15CP75291 País: FRANÇA Imigrante: Nicolas Michel Elie Pinon Data Nascimento: 11/08/1992 Passaporte: 16AA00062 País: FRANÇA Imigrante: Nina Michon Data Nascimento: 26/06/1995 Passaporte: 14DY85129 País: FRANÇA Imigrante: Raphaelle Josso Data Nascimento: 19/05/1992 Passaporte: 16CT52929 País: FRANÇA Imigrante: Virginie Mathilde Depale Data Nascimento: 13/12/1983 Passaporte: 10AY97308 País: FRANÇA; Processo: 47041005558201804 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ARTEM SHCHERBAKOV Data Nascimento: 22/02/1991 Passaporte: 732913249 País: RÚSSIA Imigrante: ARTUR SLIEPUSHKIN Data Nascimento: 04/09/1990 Passaporte: FF198946 País: UCRÂNIA Imigrante: DAVIDE RUDA Data Nascimento: 03/07/1982 Passaporte: YB2451092 País: ITÁLIA Imigrante: EMANUEL UBALDO GIANNECCHINI Data Nascimento: 30/08/1978 Passaporte: YA2849968 País: ITÁLIA Imigrante: GABRIELA VALERIA GALI Data Nascimento: 10/07/1974 Passaporte: AAC063004 País: ARGENTINA Imigrante: MARCELO EDUARDO MAYER Data Nascimento: 13/02/1962 Passaporte: AAB518016 País: ARGENTINA Imigrante: PABLO AUGUSTO TERRAF Data Nascimento: 27/05/1988 Passaporte: 33703761N País: ARGENTINA Imigrante: REGINA BAUZA Data Nascimento: 13/04/1992 Passaporte: AAA364917 País: ARGENTINA Imigrante: TOMAS AGUSTIN LUPO Data Nascimento: 22/12/1988 Passaporte: AAF778417 País: ARGENTINA Imigrante: YESICA BETINA FONTANA Data Nascimento: 10/03/1987 Passaporte: AAC736997 País: ARGENTINA; Processo: 47041005559201841 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AGOSTINO VISENTINI Data Nascimento: 01/07/1963 Passaporte: YA7694867 País: ITÁLIA Imigrante: ANNA MARIA MAMBRINI Data Nascimento: 28/03/1965 Passaporte: YA4277866 País: ITÁLIA Imigrante: FRANCESCO MANCO Data Nascimento: 04/06/1974 Passaporte: YA7787038 País: ITÁLIA Imigrante: RENATA SUCCU Data Nascimento: 27/07/1992 Passaporte: YA7355733 País: ITÁLIA Imigrante: RENATO ROBERTO CECCHINI Data Nascimento: 07/01/1956 Passaporte: YA6273974 País: ITÁLIA; Processo: 47041005639201804 Requerente: LACHMANN AGENCIA MARITIMA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Annalisa Chiarpenello Data Nascimento: 22/11/1993 Passaporte: AA5241266 País: ITÁLIA Imigrante: Federica Fata Data Nascimento: 16/10/1996 Passaporte: YB0587601 País: ITÁLIA Imigrante: Jose Luis Vasquez Henriquez Data Nascimento: 22/03/1983 Passaporte: ML0123773 País: REPÚBLICA DOMINICANA Imigrante: Julie Caroline Chambonnet Data Nascimento: 27/06/1990 Passaporte: 18DI89072 País: FRANÇA Imigrante: Pauline Janine Annie Courthial Data Nascimento: 27/08/1991 Passaporte: 16CF88457 País: FRANÇA Imigrante: ROBERTA MARIA DAMICO Data Nascimento: 25/10/1994 Passaporte: YA9043693 País: ITÁLIA Imigrante: Rodolph Pierre Andre Georges Mazer Data Nascimento: 24/10/1977 Passaporte: 12CZ15113 País: FRANÇA; Processo: 47041005655201899 Requerente: LACHMANN AGENCIA MARITIMA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mehdi Ali Lasri Data Nascimento: 26/12/1996 Passaporte: 18EK06567 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004813201893 Requerente: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALEXANDER ANTONY IDRIS KITCATT Data Nascimento: 07/11/1998 Passaporte: 549667822 País: INGLATERRA; Processo: 47041005138201810 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/01/2019 Imigrante: DALE CROCKETT Data Nascimento: 16/08/1959 Passaporte: 534611310 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: GEORGE PATRICK CUNNINGHAM Data Nascimento: 06/07/1987 Passaporte: 534351618 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005193201818 Requerente: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA Prazo: até 30/01/2020 Imigrante: FERDINAND BIENES CABANES Data Nascimento: 01/12/1974 Passaporte: P1562658A País: FILIPINAS; Processo: 47041005196201843 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DRAGOS COSMIN APOSTU Data Nascimento: 06/07/1973 Passaporte: 053380540 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005198201832 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GAURAV CHATRATH Data Nascimento: 20/01/1980 Passaporte: L9694172 País: ÍNDIA; Processo: 47041005201201818 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DARREN DERRICK DAVID GIBSON Data Nascimento: 02/05/1988 Passaporte: 111797135 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005202201862 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 18/10/2019 Imigrante: Pieter Jan Franse Data Nascimento: 14/12/1965 Passaporte: NN14P1D5 País: HOLANDA; Processo: 47041005203201815 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/06/2020 Imigrante: Achu Sukumarapillai Kumar Data Nascimento: 07/12/1992 Passaporte: J5109240 País: ÍNDIA Imigrante: Afthar Thaiparambil Abdul Nazar Data Nascimento: 19/01/1989 Passaporte: S2023279 País: ÍNDIA Imigrante: Arvind Kumar Data Nascimento: 09/06/1989 Passaporte: Z3890728 País: ÍNDIA Imigrante: Laurentiu Dagla Data Nascimento: 27/09/1976 Passaporte: 055431826 País: ROMÊNIA Imigrante: Munna Yadav Data Nascimento: 01/10/1982 Passaporte: K5328695 País: ÍNDIA Imigrante: Pawan Kumar Singh Data Nascimento: 18/07/1985 Passaporte: L6391241 País: ÍNDIA Imigrante: Roland Cuepo Lumba Data Nascimento: 25/10/1973 Passaporte: EC4562384 País: FILIPINAS; Processo: 47041005206201841 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 18/10/2019 Imigrante: PIOTR SOBCZAK Data Nascimento: 05/06/1976 Passaporte: EK0691929 País: POLÔNIA; Processo: 47041005210201817 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/05/2020 Imigrante: Athanasios Kazonis Data Nascimento: 21/06/1977 Passaporte: AM1223937 País: GRÉCIA Imigrante:

Eleftherios Vasilakis Data Nascimento: 14/07/1968 Passaporte: AN0389627 País: GRÉCIA Imigrante: Vaia Magoulioti Data Nascimento: 30/10/1995 Passaporte: AP2120811 País: GRÉCIA; Processo: 47041005212201806 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Dominic Navarro Villaruz Data Nascimento: 12/01/1993 Passaporte: EC5972426 País: FILIPINAS; Processo: 47041005219201810 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/08/2020 Imigrante: Bjoern Meinert Sundahl Data Nascimento: 26/04/1992 Passaporte: 204550268 País: DINAMARCA Imigrante: Caesar Gil Mendoza Inigo Data Nascimento: 01/09/1974 Passaporte: P0389449A País: FILIPINAS Imigrante: Desmar Hernandez Consigo Data Nascimento: 15/12/1992 Passaporte: P4595656A País: FILIPINAS Imigrante: Gary Marcelino Esguerra Data Nascimento: 10/02/1980 Passaporte: P7799462A País: FILIPINAS Imigrante: Johnner Barrido Gonzales Data Nascimento: 05/08/1983 Passaporte: P0460551A País: FILIPINAS Imigrante: Leotharius Cimafranca Montez Data Nascimento: 24/07/1979 Passaporte: P7740890A País: FILIPINAS Imigrante: Ronald Nerier Frayre Data Nascimento: 27/12/1977 Passaporte: EC4652307 País: FILIPINAS Imigrante: Sebastian-George Giuglea Data Nascimento: 17/11/1995 Passaporte: 052528671 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005223201888 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Imigrante: Rogelio Galano Amorio Data Nascimento: 06/05/1972 Passaporte: EC2809113 País: FILIPINAS; Processo: 47041005228201819 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 15/09/2019 Imigrante: SAMIP PANT Data Nascimento: 01/06/1983 Passaporte: 07712218 País: NEPAL; Processo: 47041005229201855 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 15/09/2019 Imigrante: ALBERTO GARZA Data Nascimento: 03/05/1976 Passaporte: 554243677 País: EUA Imigrante: BILLY BOB HARRELL Data Nascimento: 12/10/1971 Passaporte: 563239770 País: EUA Imigrante: DAVID EUGENE FENDLEY Data Nascimento: 15/07/1956 Passaporte: 591343816 País: EUA Imigrante: DAVID WAYNE MOONEY Data Nascimento: 02/10/1960 Passaporte: 588646504 País: EUA Imigrante: NICHOLAS BLAKE ERSLER Data Nascimento: 19/02/1988 Passaporte: 467060149 País: EUA; Processo: 47041005231201824 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 15/09/2019 Imigrante: AUSTIN THOMAS FEE Data Nascimento: 17/03/1986 Passaporte: 501059107 País: EUA Imigrante: HUBERT FRANK BAKER III Data Nascimento: 08/01/1978 Passaporte: 476260376 País: EUA Imigrante: IGOR DIMITRI JARAMILLO Data Nascimento: 19/08/1971 Passaporte: 529520470 País: EUA Imigrante: JAMES WARREN FRAZEE Data Nascimento: 03/08/1957 Passaporte: 591343810 País: EUA Imigrante: JOSE ANGEL IRACHETA RAMIREZ Data Nascimento: 14/06/1986 Passaporte: G28091274 País: MÉXICO Imigrante: ROBERTO GIL VIERA IZQUIERDO Data Nascimento: 08/12/1965 Passaporte: I847267 País: CUBA Imigrante: ROGER DAVID WEILER II Data Nascimento: 19/11/1972 Passaporte: 554253825 País: EUA Imigrante: SUDARSHAN ADHIKARI Data Nascimento: 23/09/1972 Passaporte: 08792216 País: NEPAL Imigrante: THOMAS ALLEN JONES III Data Nascimento: 12/04/1982 Passaporte: 488934943 País: EUA Imigrante: WILLIAM FORREST WALKER Data Nascimento: 28/06/1993 Passaporte: 493704925 País: EUA; Processo: 47041005238201846 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/03/2019 Imigrante: Gaurav Ramdas Sandbhor Data Nascimento: 24/07/1992 Passaporte: J7112333 País: ÍNDIA Imigrante: Mohd Aamir Khan Data Nascimento: 22/03/1994 Passaporte: P4804944 País: ÍNDIA; Processo: 47041005243201859 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/08/2020 Imigrante: Eugenio Galope Data Nascimento: 07/09/1977 Passaporte: P1240516A País: FILIPINAS Imigrante: Geronimo Cantos Silang Data Nascimento: 30/09/1969 Passaporte: P5128864A País: FILIPINAS Imigrante: Ildebrando Dela Calzada Casquejo Data Nascimento: 30/09/1965 Passaporte: P0456421A País: FILIPINAS Imigrante: Reny Bucayong Malicse Data Nascimento: 15/03/1977 Passaporte: EC5779844 País: FILIPINAS Imigrante: Rodjon De La Pena Acosta Data Nascimento: 17/10/1978 Passaporte: P0800437A País: FILIPINAS Imigrante: Tyler Kidpalos Celibio Data Nascimento: 09/03/1991 Passaporte: P5621087A País: FILIPINAS; Processo: 47041005240201815 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2020 Imigrante: Reche Pagaran Gementiza Data Nascimento: 25/11/1987 Passaporte: EC8482593 País: FILIPINAS Imigrante: Vladimir Kushnir Data Nascimento: 21/05/1972 Passaporte: 729204318 País: RÚSSIA; Processo: 47041005244201801 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2020 Imigrante: Edgar Ramirez Gutierrez Data Nascimento: 21/09/1981 Passaporte: EC5045324 País: FILIPINAS; Processo: 47041005245201848 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arnel Villaverde Del Rosário Data Nascimento: 29/10/1967 Passaporte: EC3095886 País: FILIPINAS; Processo: 47041005248201881 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/06/2020 Imigrante: Achu Sanker Bhuvanesewaran Nair Kasthuri Data Nascimento: 13/03/1990 Passaporte: R4630881 País: ÍNDIA Imigrante: Udayraj Damabhai Bangawala Data Nascimento: 15/11/1978 Passaporte: M3184070 País: ÍNDIA Imigrante: Veerendra Singh Panwar Data Nascimento: 01/06/1987 Passaporte: P7970844 País: ÍNDIA; Processo: 47041005249201826 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SIN-YUN YANG Data Nascimento: 18/10/1986 Passaporte: NUFH5P5P5 País: CHINA;

Processo: 47041005250201851 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Georgios Psaroudis Data Nascimento: 26/09/1967 Passaporte: AM2022633 País: GRÉCIA; Processo: 47041005252201840 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NICO VAN VLIET Data Nascimento: 20/06/1967 Passaporte: BC2033JD9 País: HOLANDA; Processo: 47041005253201894 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ODD JOHANNES JOHANSEN Data Nascimento: 09/04/1970 Passaporte: 30733169 País: NORUEGA; Processo: 47041005255201883 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Imigrante: Maksym Vorobets Data Nascimento: 16/11/1979 Passaporte: ER831249 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005257201872 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2019 Imigrante: Nilo Mercado Limbo Data Nascimento: 16/06/1972 Passaporte: P4055029A País: FILIPINAS; Processo: 47041005258201817 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2020 Imigrante: Cristian-Danut Surdu Data Nascimento: 15/06/1984 Passaporte: 054549755 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005260201896 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/07/2020 Imigrante: Andrzej Grzegorz Maczynski Data Nascimento: 18/12/1961 Passaporte: EN4680441 País: POLÔNIA; Processo: 47041005261201831 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/03/2019 Imigrante: Maksym Salkov Data Nascimento: 05/11/1983 Passaporte: FG016938 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005264201874 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Crispin Jr. Suela Pelaez Data Nascimento: 18/02/1962 Passaporte: EC5228587 País: FILIPINAS Imigrante: Noel Brufal London Data Nascimento: 28/09/1980 Passaporte: EC5152537 País: FILIPINAS; Processo: 47041005266201863 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 06/12/2019 Imigrante: ANDREW JOHN LITTLE Data Nascimento: 24/03/1958 Passaporte: 523672837 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: EDGARDO REYES CUNANAN Data Nascimento: 18/05/1971 Passaporte: EC2603850 País: FILIPINAS Imigrante: PATRICK CAMPOS MONTERUBIO Data Nascimento: 13/02/1964 Passaporte: P5985211A País: FILIPINAS Imigrante: RICARDO ROQUE SAMSON Data Nascimento: 20/07/1965 Passaporte: EC7716228 País: FILIPINAS Imigrante: WILLIAM BARSIGAN YOUNG Data Nascimento: 07/03/1977 Passaporte: EC1208504 País: FILIPINAS; Processo: 47041005265201819 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Soeren Lund Laybourn Data Nascimento: 21/05/1984 Passaporte: 207359319 País: DINAMARCA; Processo: 47041005268201852 Requerente: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: EDWIN RAZON PELINGON Data Nascimento: 15/04/1971 Passaporte: P4945679A País: FILIPINAS Imigrante: MELVIN VILLAMORA MELLIJOR Data Nascimento: 15/02/1976 Passaporte: EC3072665 País: FILIPINAS Imigrante: REY BITALAC CRISOSTOMO Data Nascimento: 26/01/1979 Passaporte: P3702670A País: FILIPINAS; Processo: 47041005269201805 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: ALEXANDER POPOV Data Nascimento: 18/09/1982 Passaporte: 722341814 País: RÚSSIA Imigrante: VITALII KHOREV Data Nascimento: 29/02/1984 Passaporte: 753279971 País: RÚSSIA; Processo: 47041005270201821 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DENYS KRYVOSHLYKOV Data Nascimento: 11/06/1976 Passaporte: EP588917 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005271201876 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/04/2019 Imigrante: GERMAN PATONG PASAY Data Nascimento: 06/12/1969 Passaporte: P7430895A País: FILIPINAS; Processo: 47041005272201811 Requerente: FAIRFIELD DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/03/2019 Imigrante: ANTONIO JR. DE LEYBA MALLARI Data Nascimento: 02/10/1976 Passaporte: P6751937A País: FILIPINAS; Processo: 47041005273201865 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: BERND PETER MAY Data Nascimento: 28/02/1964 Passaporte: C29KXJ3WH País: ALEMANHA; Processo: 47041005275201854 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/04/2020 Imigrante: Andrey Byzov Data Nascimento: 30/12/1979 Passaporte: 723275359 País: RÚSSIA Imigrante: Elemerito Talinio Viernes Data Nascimento: 29/09/1973 Passaporte: P8320209A País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039014838201844 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: PHILIPPE DIDIER BLANCHARD Data Nascimento: 23/05/1970 Passaporte: 16FV13788 País: FRANÇA; Processo: 47039014941201894 Requerente: PERFETTI VAN MELLE BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ILARI GAZTELUMENDI GUIMON Data Nascimento: 13/12/1968 Passaporte: PAH424753 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039014043201836 Requerente: BAYER S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RACHEL ANNE EAGLEHOUSE Data Nascimento: 16/03/1990 Passaporte: 573941439 País: EUA; Processo: 47039014372201887 Requerente: KANTAR WORLDPANEL BRASIL PESQUISA DE MERCADO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GEORGE RAYMOND MOORE Data Nascimento: 17/03/1993 Passaporte: 514686554 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039014428201801 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MIGUEL ESTEBAN CARRANCO JACOME Data Nascimento: 27/02/1987 Passaporte: 1718244708 País: EQUADOR.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039006335201803 Requerente: REMOTTI ATIVIDADES AGRICOLAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Sergio Cochet Data Nascimento: 20/03/1968 Passaporte: YA5185776 País: ITÁLIA Mãe: Anna Fanelli Pai: Gilbert Cochet; Processo: 47038000688201800 Requerente: PANIBRASIL MASSAS CONGELADAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Orlando Filipe de Oliveira Pedrosa Data Nascimento: 27/12/1977 Passaporte: C534035 País: PORTUGAL Mãe: Maria Rafaela Pedrosa da Silva Oliveira Pai: Jose Pereira de Oliveira Pedrosa; Processo: 47039013237201814 Requerente: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIAN SUN Data Nascimento: 10/07/1990 Passaporte: EA3424394 País: CHINA Mãe: QUANPING WANG Pai: YOULIN SUN; Processo: 47039013245201861 Requerente: CLAUDIA MARIA GOMES GUERREIRO DE CORREIA DE SA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOAO PEDRO DE MOURA MACARA Data Nascimento: 24/08/1963 Passaporte: C835581 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DE LURDES L PEREIRA DE MOURA MACARA Pai: MANUEL ANTONIO BAPTISTA MACARA; Processo: 47039013262201806 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BAOGUO XIE Data Nascimento: 05/08/1972 Passaporte: G46744080 País: CHINA Mãe: FEN HU Pai: ZHANTONG XIE; Processo: 47039013273201888 Requerente: INDUSTRIA MECANICA BORCHE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ELENE CEPEDA ARZUAGA Data Nascimento: 27/06/1984 Passaporte: PAA560186 País: ESPANHA Mãe: MARIA OLATZ ARZUAGA CAMPOZABAL Pai: JULIAN CEPEDA OLALLA; Processo: 47039013498201834 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GENGJIANG KANG Data Nascimento: 19/06/1978 Passaporte: EB1589214 País: CHINA Mãe: AIZHEN LI Pai: YUGUI KANG; Processo: 47039013499201889 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZHENPING LIU Data Nascimento: 22/02/1974 Passaporte: EB9361234 País: CHINA Mãe: YU E HUA Pai: RUICHEN LIU; Processo: 47039013670201850 Requerente: CALZEDONIA BRASIL COMERCIO DE MODA E ACESSORIOS LTDA Prazo: até 30/11/2020 Imigrante: EDOARDO FEZZI Data Nascimento: 06/08/1987 Passaporte: G21214715 País: ITÁLIA Mãe: MICHELA TRABUCCO Pai: GIANPIETRO FEZZI; Processo: 47039013713201805 Requerente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TIAGO ANTONIO CABANELAS MESQUITA Data Nascimento: 14/04/1984 Passaporte: N819151 País: PORTUGAL Mãe: ROSA MARIA BARROSO CABANELAS Pai: ANTONIO FRANCISCO DE MAGALHAES MESQUITA; Processo: 47039013716201831 Requerente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NICCOLO DARIO MORDASINI Data Nascimento: 12/06/1985 Passaporte: X0909129 País: SUIÇA Mãe: GISELA EMMA MORDASINI Pai: MARCO PETER MORDASINI; Processo: 47039013719201874 Requerente: KPMG ASSURANCE SERVICES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Koichi Omura Data Nascimento: 11/01/1979 Passaporte: TR6936192 País: JAPÃO Mãe: AKIKO OMURA Pai: AKIRA OMURA; Processo: 47039013771201821 Requerente: LICKS ADVOGADOS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MATHILDE GABRIELLE OLIVIA CLAIRE MARIE ANNE CHATIN Data Nascimento: 28/03/1990 Passaporte: 10AV57455 País: FRANÇA Mãe: BÉNÉDICTE ANDRÉE MARGUERITE ZITE ANNE STEMPFLÉ Pai: OLIVIER EMILE MARIE CHATIN; Processo: 47039013777201806 Requerente: HAYS RECRUTAMENTO E SELECAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KALI SOON GEORGE Data Nascimento: 09/01/1987 Passaporte: LL285591 País: NOVA ZELÂNDIA Mãe: SOON WAH GEORGE Pai: STUART FREDERICK SELWYN GEORGE; Processo: 47039013823201869 Requerente: RAFAEL PANE MICHELLETO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: OFIR EPHRAIM MORAD Data Nascimento: 15/09/1989 Passaporte: 22947910 País: ISRAEL Mãe: ARIELA MORAD Pai: YEHUDA MORAD; Processo: 47039013979201840 Requerente: EMPIRICUS RESEARCH PUBLICACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOAQUIN VEGA Data Nascimento: 25/10/1979 Passaporte: 561249070 País: EUA Mãe: Iris Socorro Otero Pai: Jose Joaquin Vega; Processo: 47039014071201853 Requerente: INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR - BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alexandra Viana Von Keszycki Data Nascimento: 14/09/1993 Passaporte: 469439710 País: EUA Mãe: Elizabeth Cordet Muller Pai: Mark Harald Von Keszycki; Processo: 47039014150201864 Requerente: PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STEPHANIE ANNE BADAME Data Nascimento: 20/01/1990 Passaporte: 530481309 País: EUA Mãe: KATHERINE ELIZABETH BADAME Pai: FRANCIS RICHARD BADAME; Processo: 47039014179201846 Requerente: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PRAPUL KUMAR GOUD MADHAGONI Data Nascimento: 08/06/1988 Passaporte: J8969485 País: ÍNDIA Mãe: MADHAGONI ANURADHA Pai: MADHAGONI ANAND GOUD; Processo: 47039014240201855 Requerente: BYD DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HAO YIN Data Nascimento: 03/01/1992 Passaporte: E40348770 País: CHINA Mãe: XIAOFANG XU Pai: GUOSHUN YIN; Processo: 47039014340201881 Requerente: ESSITY DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LUIS DIEGO JIMENEZ CASTRO Data Nascimento: 17/01/1972 Passaporte: 108180178 País: COSTA RICA Mãe: ELEONORA CASTRO LEIVA Pai: JORGE JIMENEZ CRESPO; Processo: 47039014361201805 Requerente: KELLOGG BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE LUIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CHAVEZ MARTINEZ Data Nascimento: 24/04/1977 Passaporte: G10811895 País: MÉXICO Mãe: MARIA RAQUEL MARTINEZ CARAPIA Pai: ANTONIO CHAVEZ REYES; Processo: 47039014573201884 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FENG MIN Data Nascimento: 29/08/1970 Passaporte: E31408994 País: CHINA Mãe: FAN YUMEI Pai: MIN FANLING; Processo: 47039014577201862 Requerente: XYPD DO BRASIL EMBALAGENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KUANG-HSING HUNG Data Nascimento: 16/10/1973 Passaporte: 302678695 País: CHINA Mãe: HUNG CHEN CHUN LAI Pai: HUNG CHEN MENG; Processo: 47039014583201810 Requerente: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANTONIO MIGUEL DE AZEVEDO ATAIDE RIBEIRO MENDES Data Nascimento: 04/07/1978 Passaporte: N730319 País: PORTUGAL Mãe: MARGARIDA MARIA DE AZEVEDO ATAIDE RIBEIRO MENDES Pai: ANTÓNIO JOSÉ RIBEIRO MENDES; Processo: 47039014706201812 Requerente: AXA CORPORATE SOLUTIONS BRASIL E AMERICA LATINA RESSEGUROS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEBASTIEN MARC ANDRE GUIDONI Data Nascimento: 18/05/1975 Passaporte: 11CL73787 País: FRANÇA Mãe: ANTOINETTE COLOMBANI Pai: JACQUES TOUSSAINT GUIDONI.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039016239201865 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE GOMES FERREIRA Data Nascimento: 01/02/1965 Passaporte: N753287 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DE LURDES FERREIRA Pai: LUCIO GOMES FERREIRA.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039014692201837 Requerente: VIBRACOUSTIC SOUTH AMERICA LTDA Prazo: até 03/11/2019 Imigrante: IBRAHIM KACMAZ Data Nascimento: 03/11/1975 Passaporte: C5POKKYOX País: ALEMANHA.

Residência - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039011315201846 Requerente: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIANRONG LI Data Nascimento: 07/12/1984 Passaporte: E41249662 País: CHINA; Processo: 47039011508201805 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HONGXIA WANG Data Nascimento: 17/10/1971 Passaporte: G42529157 País: CHINA; Processo: 47039013850201831 Requerente: CALSONIC KANSEI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: até 15/08/2019 Imigrante: MARCO ANTONIO LEDEZMA DIAZ Data Nascimento: 05/02/1977 Passaporte: G25070577 País: MÉXICO; Processo: 47039014383201867 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 11/09/2019 Imigrante: Jesus Angel Ramirez Suarez Data Nascimento: 02/02/1987 Passaporte: G16189199 País: MÉXICO; Processo: 47039014461201823 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROBERTO BOSSOLASCO Data Nascimento: 29/12/1960 Passaporte: YA4299652 País: ITÁLIA; Processo: 47039014471201869 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAURO MICHELE ANTONIO CASALE Data Nascimento: 05/08/1959 Passaporte: YB1834276 País: ITÁLIA; Processo: 47039014621201834 Requerente: PETRUSTECH OIL E GAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUKE JOHN HEMSLEY Data Nascimento: 05/01/1981 Passaporte: PA4935158 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039014694201826 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: até 26/09/2019 Imigrante: VINCENT CLAUDE PIERRE BARAUDOU Data Nascimento: 24/10/1986 Passaporte: 16FV04395 País: FRANÇA.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004692201880 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Lauro Barilla Macasocol Data Nascimento: 12/10/1970 Passaporte: P0009824A País: FILIPINAS; Processo: 47041004694201879 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nicolae-Alexandru Paros Data Nascimento: 12/06/1972 Passaporte: 052777782 País: ROMÊNIA; Processo: 47041004830201821 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Imigrante: Vikas Jaibhagwan Agarwal Data Nascimento: 19/08/1989 Passaporte: Z3481172 País: ÍNDIA; Processo: 47041004832201810 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Imigrante: Joydeb Halder Data Nascimento: 08/08/1966 Passaporte: J6826326 País: ÍNDIA; Processo: 47041004833201864 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Imigrante: Sandeep Kumar Data Nascimento: 14/08/1992 Passaporte: M2981521 País: ÍNDIA; Processo: 47041004836201806 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Imigrante: Vinod Kumar Chauhan Data Nascimento: 02/09/1977 Passaporte: M2075322 País: ÍNDIA; Processo: 47041004838201897 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Imigrante: Rajeshkumar Ramji Patel Data Nascimento: 10/12/1974 Passaporte: N2291926 País: ÍNDIA; Processo: 47041004844201844 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Imigrante: Harpreet Singh Dutt Data Nascimento: 09/09/1966 Passaporte: Z3605596 País: ÍNDIA; Processo: 47041004847201888 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Imigrante: Oleg Grekov Data Nascimento: 28/10/1970 Passaporte: 737211663 País: RÚSSIA; Processo: 47041004850201800 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Imigrante: Chandra Sekhar Guddati Data Nascimento: 18/08/1977 Passaporte: K2276533 País: ÍNDIA; Processo: 47041004853201835 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/08/2020 Imigrante: John Panaguiton Miranda Data Nascimento: 23/08/1963 Passaporte: EC1508549 País: FILIPINAS; Processo: 47041004852201891 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Imigrante: Anil Kumar Thakur Data Nascimento: 22/03/1983 Passaporte: Z2437618 País: ÍNDIA; Processo: 47041004855201824 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Imigrante: Anandkumar Pannalal Pal Data Nascimento: 05/08/1988 Passaporte: H9410527 País: ÍNDIA; Processo: 47041004869201848 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Imigrante: Kuttappa Kongettira Ponnapa Data Nascimento: 08/05/1989 Passaporte: K1701350 País: ÍNDIA; Processo: 47041004874201851 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/03/2019 Imigrante: Elroy Fernandes Data Nascimento: 02/11/1986 Passaporte: R5113672 País: ÍNDIA; Processo: 47041004880201816 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/03/2019 Imigrante: Rajesh Rajappan Syamala Devi Data Nascimento: 06/03/1987 Passaporte: H6732401 País: ÍNDIA; Processo: 47041004886201885 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/03/2019 Imigrante: Chandi Prasad Murli Dhar Tiwari Data Nascimento: 10/01/1972 Passaporte: M9415320 País: ÍNDIA; Processo: 47041004940201892 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Peter Jeremy Quinn Data Nascimento: 25/09/1954 Passaporte: 508099215 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041004941201837 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kannan Arukad Kunjappan Data Nascimento: 29/05/1975 Passaporte: Z1971152 País: ÍNDIA.

Residência - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039014030201867 Requerente: KAWASAKI MOTORES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KATSUICHIRO YONEZU Data Nascimento: 15/07/1968 Passaporte: TZ1208739 País: JAPÃO; Processo: 47039014145201851 Requerente: LACTALIS DO BRASIL - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE LATICINIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JOAQUIM MANUEL MARTINS Data Nascimento: 15/02/1973 Passaporte: 11AX59982 País: FRANÇA; Processo: 47039014423201871 Requerente: UCI HOLDING BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CARLA JOSÉ DA SILVA MONIZ Data Nascimento: 01/09/1979 Passaporte: C977432 País: PORTUGAL; Processo: 47039014704201823 Requerente: ITURRI COIMPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI'S LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AMADEO DOUTON RODRIGUEZ Data Nascimento: 16/05/1962 Passaporte: AAF279600 País: ESPANHA; Processo: 47039014757201844 Requerente: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: CHENGLIANG WU Data Nascimento: 15/09/1974 Passaporte: PE1614011 País: CHINA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039012115201819 Requerente: DEV SRIRAM SRIRANGANADANE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dev Sriram Sriranganadane Data Nascimento: 11/06/1982 Passaporte: 16CF42861 País: FRANÇA; Processo: 47039016076201811 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: GIOVANNI GRILLI DI CORTONA Data Nascimento: 27/04/1988 Passaporte: YA7524539 País: ITÁLIA.

Residência - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039015304201835 Requerente: CHEN COMERCIO DE VESTUARIOS E ACESSORIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SAIQIN DONG Data Nascimento: 29/06/1974 Passaporte: G34093577 País: CHINA; Processo: 47039015310201892 Requerente: STRONG DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ZHENRUI CHEN Data Nascimento: 03/07/1991 Passaporte: E28480887 País: CHINA; Processo: 47039015337201885 Requerente: SERRARIA IRUPI INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AMEDEO MAZZOCCO Data Nascimento: 08/09/1988 Passaporte: YA4071740 País: ITÁLIA.

Residência - RN 14 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041005236201857 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EFRAIN CRISTIAN YILLALOBOS Data Nascimento: 26/02/1998 Passaporte: 551841965 País: EUA; Processo: 47041005254201839 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: N.ATHANIEL VAUGHAN WILLIAMS Data Nascimento: 10/07/1998 Passaporte: 559143881 País: EUA; Processo: 47041005316201811 Instituição: MISSIONARIOS DO VERBO DIVINO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AROCKIA SAHAYA RAMESH DURAIRAJ Data Nascimento: 12/07/0986 Passaporte: N2265504 País: ÍNDIA; Processo: 47041005318201800 Instituição: MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASILIA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CRISTIAN EVANGELISTA Data Nascimento: 10/06/0078 Passaporte: YB0548928 País: ITÁLIA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47041004690201891 Requerente: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Zygmunt Jozef Milota Passaporte: EH1107114; Processo: 47041005463201882 Requerente: CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOAO PIAMARTA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: EVA MAZZOLENI Passaporte: YA1481449; Processo: 47039012179201810 Requerente: Yootae Kim Prazo: Indeterminado Imigrante: Yoontae Kim Passaporte: M0287304; Processo: 47038000691201815 Requerente: VILA GALE BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROGÉRIO DA LUZ AMARAL Passaporte: N185415; Processo: 47039012668201863 Requerente: CHRISTIANE PEREIRA DE AMORIM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NAVENDU YADAV Passaporte: Z4569152; Processo: 47039013048201841 Requerente: JERI EMPREENDIMENTOS TURISTICOS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JACEK MICHAEL WILSON Passaporte: A01553783; Processo: 47039013546201894 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KEVIN BERLING Passaporte: C2H0JH4YT; Processo: 47039015451201813 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID ALAN SMITH Passaporte: 501047608; Processo: 47039015515201878 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XIAOXIAO LI Passaporte: E97566568; Processo: 47039008107201860 Requerente: ALBUQUERQUE & VALENTIN HOTEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PANASHE NYAMUPANEMUNDA Passaporte: EN199643; Processo: 47039011812201844 Requerente: AMAZON AGROSCIENCES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE ALFONSO CASTRO ZEPEDA Passaporte: B00260230; Processo: 47039012102201831 Requerente: MINERACAO CORREGO NOVO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: José Aquilino Bonilla Lopez Passaporte: 086655675; Processo: 47039012618201886 Requerente: Alejo Martinez Sansigre Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALEJO MARTÍNEZ SANSIGRE Passaporte: XDB372103; Processo: 47039011894201827 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: até 15/08/2019 Imigrante: VASILE MIHALACHE Passaporte: 054356851; Processo: 47039011895201871 Requerente: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: até 15/08/2019 Imigrante: COSTEL SAVIN Passaporte: 14855118; Processo: 47041003771201873 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/07/2020 Imigrante: Allen Yabo Mozo Passaporte: EC5571911; Processo: 47041004424201868 Requerente: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Prazo: até 03/11/2018 Imigrante: JOÃO BAPTISTA DE JESUS FERNANDES Passaporte: P141746; Processo: 47041004639201889 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Dinesh Kumar Chauhan Passaporte: P5936141; Processo: 47041004644201891 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Jaykumar Rameshbhai Tandel Passaporte: L2999666; Processo: 47041004645201836 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Kuldeep Dinesh Yadav Passaporte: Z2127833; Processo: 47041004647201825 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2019 Imigrante: Oneill Jos Passaporte: H1354392; Processo: 47039007089201807 Requerente: DISCOBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CHUN WANG FAN Passaporte: KJ0275759; Processo: 47041003421201815 Requerente: CONGREGACAO DAS IRMAS FRANCISCANAS DE N S DAS VITORIAS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARY VELIYIL XAVIER Passaporte: J8144721; Processo: 47041004112201854 Requerente: KOICHI SASAKI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JINYO NONAKA Passaporte: TK8711679.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº 188 de 28/09/2018, Seção 1, p. 149, Processo: 47039.014031/2018-10, onde se lê: Empresa: JTB BARSIL PARTICIPAÇÕES LTDA, leia-se: Empresa: JTB BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Altera a Resolução Normativa nº 20, de 12 de dezembro de 2017.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º A Resolução Normativa nº 20, de 12 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

§ 3º Nos termos do art. 1º do Decreto nº 98.830, de 1990, sujeitam-se à autorização do MCTIC as atividades em laboratório ou de pós-doutorado, sem vínculo com a instituição no País ou sem bolsa de ensino ou de pesquisa outorgada por instituição brasileira.

....." (NR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 7º O prazo de residência do imigrante portador do visto temporário será de até 2 (dois) anos. " (NR)

"Art. 8º.....

I - declaração expedida pela instituição responsável pelo financiamento da bolsa, quando o pleiteante se enquadrar nas condições a que se referem os incisos I e II do art. 2º e o inciso II do art. 3º;

II - convite no nome do imigrante, no qual haja referência ao acordo internacional reconhecido pelo MRE, que ampara sua vinda ao país, bem como as condições de estada, a atividade a ser desenvolvida, o prazo pretendido e a declaração de que não será remunerado por fonte brasileira, quando o pleiteante se enquadrar nas condições, a que se refere o inciso III do art. 2º e o inciso III do art. 6º desta Resolução Normativa;

III - Portaria do MCTIC, quando o pleiteante se enquadrar nas condições a que se refere o § 2º do art. 2º; e

IV - acordo interinstitucional ou instrumento similar celebrado entre a instituição brasileira de ensino superior interessada e a instituição de ensino superior ou de pesquisa estrangeira, quando o pleiteante se enquadrar nas condições a que se refere o inciso I do art. 3º.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE - Substituta, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46205.008282/2016-63	209685514	Construtora Mendonça Aguiar Ltda.	CE
2	46225.003862/2014-64	205091873	Mavo Construções Ltda. - EPP	RR
3	46225.003863/2014-17	205091911	Mavo Construções Ltda. - EPP	RR
4	46226.004053/2016-21	210810513	Liberty Tower Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
5	46226.004054/2016-76	210810491	Liberty Tower Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
6	46226.004055/2016-11	210810505	Liberty Tower Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
7	46226.004286/2016-24	210932902	Liberty Tower Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
8	46226.004287/2016-79	210933038	Liberty Tower Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
9	46226.002046/2014-23	203629426	Município de Crixas do Tocantins	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46226.000224/2009-14	506.190.293	Zenaide Ribeiro de Sousa	TO

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.007543/2014-41	203699386	Sauipe S/A	BA
2	46205.015316/2015-95	208191313	Construtora Projec Eireli - ME	CE
3	46206.010730/2015-06	207137765	Radio - Radiodiagnostico Em Odontologia Ltda - EPP	DF
4	46206.138148/2014-14	25942247	Servico Social da Industria da Construcao Civil do Distrito Federal	DF
5	46207.010964/2014-54	205357792	R D J Engenharia Ltda	ES
6	46290.000134/2015-06	205837948	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento	GO
7	46290.000135/2015-42	205837867	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento	GO
8	46290.000137/2015-31	205837999	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento	GO
9	46290.000138/2015-86	205837875	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento	GO
10	46290.000140/2015-55	205837859	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento	GO
11	46243.003043/2014-07	204574480	Ciser Fixadores Automotivos S.A	MG
12	46243.003031/2014-74	204571162	Ciser Nedschroef Fixadores Automotivos S.A	MG
13	47747.003612/2016-60	209512881	Intercement Brasil S.A.	MG
14	47747.003614/2016-59	209512903	Intercement Brasil S.A.	MG
15	47747.003621/2016-51	209512971	Intercement Brasil S.A.	MG
16	46502.002591/2015-94	207851018	MVA Transportes Ltda	MG
17	46653.002427/2015-53	206427832	Agropecuária Maggi Ltda	MT
18	46653.002435/2015-08	206331142	Agropecuária Maggi Ltda	MT
19	46653.002437/2015-99	206331185	Agropecuária Maggi Ltda	MT
20	46653.001905/2014-27	203557557	Copacel Ind. e Comércio de Calcário e Cereais Ltda	MT
21	46653.001906/2014-71	203557506	Copacel Ind. e Comércio de Calcário e Cereais Ltda	MT
22	46653.001907/2014-16	203557450	Copacel Ind. e Comércio de Calcário e Cereais Ltda	MT
23	46653.001908/2014-61	203557531	Copacel Ind. e Comércio de Calcário e Cereais Ltda	MT
24	46653.001471/2014-65	203375319	Ovetril Óleos Vegetais Ltda.	MT
25	46653.007416/2015-60	208196854	Panificadora e Confeitaria Tia Luzia Ltda - EPP	MT
26	46653.007419/2015-01	208196889	Panificadora e Confeitaria Tia Luzia Ltda - EPP	MT
27	46306.001008/2014-63	203867777	Supercenter Supermercados Ltda - EPP	MT
28	46222.007807/2014-73	205320198	Companhia Docas do Para	PA
29	46222.006338/2015-56	206944268	Distribuidora Big Benn Ltda	PA
30	46222.007104/2015-26	206963017	Distribuidora Big Benn Ltda	PA
31	46222.013488/2015-16	208567291	Seral Otis Indústria Metalúrgica Ltda.	PA
32	46214.007775/2015-96	208562532	Rommel Eugênio Carvalho Areal Leão	PI
33	46228.003308/2013-76	201438127	M R Rios Pereira Construcoes Ltda - ME	RJ
34	46216.005734/2014-64	205437273	Amaggi Exportacao e Importacao Ltda	RO
35	46758.000275/2013-14	25275569	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
36	46216.002463/2015-76	206702060	Construtora Amperes Ltda	RO
37	46216.002464/2015-11	206702027	Construtora Amperes Ltda	RO
38	46216.004607/2015-29	207940711	Município de Ariquemes	RO
39	46617.000249/2008-33	18870091	Artecola Industrias Quimicas Ltda	RS
40	46304.000406/2014-82	202826139	Cia Industrial H. Carlos Schneider	SC
41	46301.000116/2016-21	207846049	NSfidex Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda	SC
42	46265.003555/2015-98	207946787	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SP
43	46219.004933/2015-14	206109865	Base e Recursos Humanos Ltda	SP
44	46265.004238/2015-99	208438629	Budel Transportes Ltda	SP
45	46257.004134/2014-01	204304083	NSfidex Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda	SP
46	46257.004135/2014-47	204304075	NSfidex Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda	SP
47	46257.004136/2014-91	204304059	NSfidex Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda	SP
48	46736.002426/2016-70	209546760	Panificadora 3 Irmaos Ltda - ME	SP
49	46219.004276/2016-88	209109203	Unit Care Servicos Medicos Ltda	SP
50	46219.004277/2016-22	209109416	Unit Care Servicos Medicos Ltda	SP
51	46395.000070/2012-14	24185809	Usiminas Mecânica S.A.	SP
52	46268.002350/2014-84	204188989	Usina Moema Acucar e Alcool Ltda	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.019391/2012-11	17906881	Global Service Vigilância e Segurança Ltda.	AM
2	46617.000894/2008-56	018870112	Artecola Indústrias Químicas Ltda.	RS
3	46226.004288/2016-13	210932988	Liberty Tower Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
4	46226.004289/2016-68	210932928	Liberty Tower Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
5	46226.002044/2014-34	203629396	Município de Crixas do Tocantins	TO
6	46226.002045/2014-89	203629400	Município de Crixas do Tocantins	TO
7	46226.002043/2014-90	203629388	Município de Crixas do Tocantins	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46259.006589/2013-51	200.130.498 - TAD nº 200.684.795	Fundimazza Indústria e Comércio de Microfundidos Ltda.	SP
2	46226.002047/2014-78	200.281.861 - TAD nº 201.238.691	Município de Crixas do Tocantins	TO
3	46226.021384/2013-83	200.184.041 - TAD nº 201.187.884	Município de Sítio Novo do Tocantins	TO

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.005257/2015-87	26485184	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	AL
2	46201.006935/2015-29	26488183	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	AL
3	46201.007742/2015-95	26488809	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	AL
4	46201.005484/2015-11	207468231	Flaviano Alves Lima - ME	AL
5	46201.004612/2014-10	204228042	G. Barbosa Comercial Ltda.	AL
6	46201.004613/2014-64	204228522	G. Barbosa Comercial Ltda.	AL
7	46201.001897/2015-18	206291507	Maria Zeneide Ferreira da Silva - ME	AL
8	46201.007135/2014-44	25089480	Propav Engenharia e Pavimentacao Ltda	AL
9	46201.005007/2015-47	26485109	Transportes Pavanello Ltda	AL
10	46201.000530/2015-87	26480026	Uni Compra Supermercados Ltda	AL
11	46201.007561/2014-88	205588484	Viva Ambiental e Serviços Ltda.	AL
12	46202.016896/2015-68	207344337	J Nasser Engenharia Ltda	AM
13	46202.017094/2012-22	21242607	J. Valmir de Souza - Comércio de Alimentos	AM
14	46202.015454/2015-02	207803722	Technicolor Brasil Midia e Entretenimento Ltda.	AM
15	46203.006064/2014-42	25433016	Pedro F França ME	AP
16	47904.013697/2014-72	204720061	Cdr - Clinica de Doencas Renais Ltda	BA
17	47904.001954/2013-42	200189336	Comercial de Tecidos Macedo Ltda - ME	BA
18	47904.001955/2013-97	200189328	Comercial de Tecidos Macedo Ltda - ME	BA
19	47904.004817/2013-60	200440896	Florisvaldo Ivo de Jesus Cairo - ME	BA
20	47904.017741/2013-32	201960702	M5 Industria e Comercio Ltda.	BA
21	47904.013810/2014-10	204541964	Mizu S/A	BA
22	46791.000305/2002-23	9460535	Valquiria Carvalho Lavigne	BA
23	47904.000926/2014-99	202716139	Vanessa Pereira de Souza	BA
24	46205.013665/2017-34	213245787	Luiz Fernando Carneiro Junior	CE
25	46205.013666/2017-89	213245990	Luiz Fernando Carneiro Junior	CE
26	46205.013667/2017-23	213247232	Luiz Fernando Carneiro Junior	CE
27	46205.013668/2017-78	213246953	Luiz Fernando Carneiro Junior	CE
28	46286.001275/2014-16	204827698	Lanchonete e Panificadora Vovo Barcelos Eireli - ME	DF
29	46286.001277/2014-13	204827701	Lanchonete e Panificadora Vovo Barcelos Eireli - ME	DF
30	46206.018612/2015-38	208098755	Ronivaldo Pereira Fragozo - ME	DF
31	46207.009442/2013-29	202046621	Agro Pecuaria Carvalho Britto Sociedade Anonima	ES
32	46207.006066/2014-00	204006406	Banco Santander (Brasil) S.A.	ES
33	46207.000217/2017-51	211122190	BRF S.A.	ES
34	46207.008168/2013-71	201771292	Comercial Scardua Ltda	ES
35	46207.010831/2012-16	20589646	Mineracao Nemer Ltda	ES
36	46207.011119/2014-04	205389449	RDJ - Engenharia Ltda	ES
37	46207.003701/2015-70	206777043	Vessa Veiculos Espirito Santo S.A	ES
38	46208.003570/2016-00	209282053	Associação Pestalozzi de Goiânia	GO
39	46208.012596/2014-79	204545307	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Alcool	GO
40	46208.000704/2016-22	208804919	Expresso São Luiz Ltda	GO
41	46208.000707/2016-66	208804978	Expresso São Luiz Ltda	GO
42	46208.008434/2015-17	207333971	Fibras Textil Indústria Textil Ltda	GO
43	46290.000438/2015-65	206327994	Gráfica e Editora Faberprint Limitada	GO
44	46290.000497/2015-33	25639412	Gráfica e Editora Faberprint Limitada	GO
45	46208.009663/2016-30	210517905	Tabor Vestuário E Complementos Ltda - EPP	GO
46	46240.001886/2015-71	206778368	Arcelormittal Bioflorestas Ltda	MG
47	46249.000963/2015-96	206426259	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
48	46249.001154/2015-00	206422105	Arcelormittal Brasil S.A.	MG
49	46234.000629/2015-00	206032897	Cooper-Standard Automotive Brasil Sealing Ltda	MG
50	46234.000631/2015-71	206033176	Cooper-Standard Automotive Brasil Sealing Ltda	MG
51	46249.001769/2012-85	24582034	La WN Empreendimentos e Construções Ltda	MG
52	46249.001770/2012-18	24582042	La WN Empreendimentos e Construções Ltda	MG
53	46249.001774/2012-98	24582026	La WN Empreendimentos e Construções Ltda	MG
54	46249.001775/2012-32	24582051	La WN Empreendimentos e Construções Ltda	MG
55	46249.001776/2012-87	24582018	La WN Empreendimentos e Construções Ltda	MG
56	46502.002222/2015-00	207841373	MVA Transportes Ltda	MG
57	46502.002223/2015-46	207841586	MVA Transportes Ltda	MG
58	46248.000821/2014-58	203527780	Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	MG
59	46248.000828/2014-70	203531043	Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.	MG
60	46243.001627/2016-00	209737247	Whargo Comercio e Reciclagens Ltda - EPP	MG
61	46300.000866/2017-93	211472417	FBS Construcao Civil e Pavimentacao S.A.	MS
62	46653.001394/2016-13	209265078	Bella Via Transportes Ltda	MT
63	46653.005514/2016-43	210739444	Betonflex-Artefatos de Concreto e Construções Eireli -	MT
64	46653.003719/2016-94	210174188	Bom Futuro Agrícola Ltda	MT
65	46653.002334/2017-91	212180649	C. C. da Costa Marques Gamballi - ME	MT
66	46653.005699/2014-24	205066011	Centro de Diversões Jacaré Ltda - ME	MT
67	46653.001478/2017-20	211804371	Cerâmica Santo André Ltda - ME	MT
68	46306.002060/2015-18	208507086	Cervejaria Petrópolis do Centro Oeste Ltda	MT
69	46306.000300/2017-10	211615161	Construtora e Imobiliária Farias - Eireli	MT
70	46653.004472/2016-23	210388811	Construtora TS-R Ltda	MT
71	46653.004476/2016-10	210414677	Construtora TS-R Ltda	MT
72	46653.004477/2016-56	210414502	Construtora TS-R Ltda	MT
73	46653.004822/2016-51	210484896	Construtora TS-R Ltda	MT
74	46653.008317/2015-03	208492534	Cuiabá Guincho Transportes Ltda - ME	MT
75	46653.005428/2016-31	210715626	D. B. L. Distribuidora Brasileira de Lentes Ltda	MT
76	46653.005429/2016-85	210715341	D. B. L. Distribuidora Brasileira de Lentes Ltda	MT
77	46653.005081/2016-26	210584173	Darcy Getúlio Ferrarin	MT
78	46653.003361/2016-08	210008865	Doce Moda Íntima Ltda - ME	MT
79	46653.001343/2017-64	211751111	Engeglobal Construções Ltda	MT
80	46653.000784/2017-49	211502324	J .A de Nobriga - ME	MT
81	46306.000968/2016-78	210961937	J. M. Nogueira de Queiroz - ME	MT
82	46653.001011/2017-80	211618411	Ki-Barato Serviços e Com. de Produtos e Cereais Ltda	MT
83	46653.000963/2017-86	211479926	L. M. Organização Hoteleira Ltda	MT
84	46653.001330/2017-95	211600113	Limagrain Brasil S/A.	MT
85	46653.004173/2016-99	210319976	Livraria Evangélica Assembléia de Deus Ltda	MT
86	46306.000766/2016-26	210495219	Lúcio da Silva Reis	MT
87	46653.005198/2016-18	210541555	Luís Carlos Prates dos Santos	MT
88	46653.005820/2016-80	210541563	Luís Carlos Prates dos Santos	MT
89	46653.005821/2016-24	210541571	Luís Carlos Prates dos Santos	MT
90	46653.005822/2016-79	210541580	Luís Carlos Prates dos Santos	MT
91	46653.005823/2016-13	210541598	Luís Carlos Prates dos Santos	MT
92	46653.005824/2016-68	210541610	Luís Carlos Prates dos Santos	MT
93	46653.004845/2016-66	210503271	Luma Terraplenagem e Construções Eireli - ME	MT
94	46653.004843/2016-77	210503327	Luma Terraplenagem e Construções Eireli - ME	MT
95	46653.005124/2015-92	22710825	Minerbrás Mineração Ltda	MT
96	46653.004842/2016-22	210500328	Oestetrac Assist. Técnica Autorizada e Repres. Ltda	MT
97	46653.005735/2015-31	207549681	Plena Construtora Ltda - ME	MT
98	46653.004070/2016-29	210248262	Rede Posto Amigos Ltda - ME	MT
99	46653.002571/2016-71	209661038	RLE Com. de Bombas Injetoras Ltda - ME	MT
100	46653.007288/2015-54	208195734	Skala Pálace Hotel Ltda	MT
101	46653.007290/2015-23	208196251	Skala Pálace Hotel Ltda	MT
102	46306.001284/2015-11	207085048	Sociedade Beneficente Sao Camilo	MT
103	46306.000759/2016-24	210487453	Soriano Piscinas Ltda - ME	MT
104	46306.000888/2016-12	210784938	Soriano Piscinas Ltda - ME	MT
105	46653.001765/2016-59	209333413	Teixeira & Holzmann Ltda	MT
106	46653.001766/2016-01	209333421	Teixeira & Holzmann Ltda	MT
107	46653.001767/2016-48	209333430	Teixeira & Holzmann Ltda	MT
108	46653.006709/2015-20	207912653	Tocantins Refrigerantes S/A.	MT
109	46222.007122/2016-99	210209933	Afonso Claudio Pinto Alves	PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

110	46222.007129/2016-19	210209879	Afonso Claudio Pinto Alves	PA
111	46222.007131/2016-80	210209909	Afonso Claudio Pinto Alves	PA
112	46222.007133/2016-79	210209852	Afonso Claudio Pinto Alves	PA
113	46222.007135/2016-68	210209828	Afonso Claudio Pinto Alves	PA
114	46222.012132/2014-84	205554474	Consórcio- Mac - Vilasa - Pavotec	PA
115	46222.006561/2015-01	206963645	Distribuidora Big Benn S.A	PA
116	46222.007091/2015-95	206943156	Distribuidora Big Benn S.A	PA
117	46222.009115/2014-60	204130484	F. C. C. Vieira - ME	PA
118	46222.003297/2016-27	209174463	Fortuna Transportes e Servicos Ltda	PA
119	46222.003953/2016-91	209521449	Hangar Cafe Comercio de Alimentos Ltda - ME	PA
120	46222.002606/2017-22	211282502	Jobel - Distribuidora de Bebidas Ltda - ME	PA
121	46222.004331/2016-81	209484241	Ruela & Marinho Ltda - EPP	PA
122	46222.005006/2016-35	209265850	Socic - Sociedade Comercial Irmas Claudino S/A	PA
123	46222.003691/2016-65	209392924	Telebox Ind. e Com. de Esquadrias de Aluminio Ltda-ME	PA
124	46222.005487/2015-06	207070318	Unirios Rodofluvial e Logística Ltda	PA
125	46222.005496/2015-99	207069972	Unirios Rodofluvial E Logística Ltda	PA
126	46085.001424/2015-94	207817791	Eletro Shopping Casa Amarela Ltda	PB
127	46224.003313/2015-81	207049921	Viacao Sao Jorge Ltda	PB
128	46224.003314/2015-25	207049947	Viacao Sao Jorge Ltda	PB
129	46213.024084/2015-67	208081101	Janga S A Industria e Comercio	PE
130	46297.001295/2016-20	210603798	Staff Assessoria Empresarial, Empreendimentos e Servico	PE
131	46214.002703/2015-52	206635028	Almaviva do Brasil Telemarketing e Informatica S/A	PI
132	47533.010646/2015-35	207200904	A. Angeloni & Cia. Ltda	PR
133	46212.020688/2016-25	210578769	Agricola Jandelle S/A	PR
134	46294.000752/2016-99	209371315	Arsel Sistemas de Climatizacao Eireli - ME	PR
135	46319.000512/2017-40	211563811	Boa Vista Papelaria e Embalagens Ltda	PR
136	46317.000348/2017-91	211450910	Cerealista Lotici Ltda	PR
137	46212.020537/2016-77	210561378	Gartran Logistica de Transporte Ltda	PR
138	46294.000768/2016-00	209390433	Irmaos Correa Acabamento na Construcao Civil Ltda - ME	PR
139	46212.025218/2016-58	210651326	Jardim Botanico Comercio de Roupas Ltda - ME	PR
140	46293.000464/2017-25	211228796	Lopes Aranda & Cia Ltda - EPP	PR
141	46212.020666/2016-65	210574283	Metropolitana Vigilancia Comercial e Industrial Ltda	PR
142	46212.008346/2016-37	209279389	Órgão Gestor de Mão de Obra de Paranaguá - OGMO	PR
143	46294.000974/2016-10	209673958	Plus Log Servicos Ltda - ME	PR
144	46294.001019/2016-91	209815272	Quantra Industria de Moveis Ltda	PR
145	46294.001020/2016-16	209815205	Quantra Industria de Moveis Ltda	PR
146	46212.021733/2016-69	210678470	Sykes do Brasil Servicos de Teleatendimento para Cliente	PR
147	46212.005774/2017-99	211555509	Transportadora Plimor Ltda	PR
148	46871.000373/2013-55	200144740	3J Food Service Ltda	RJ
149	46215.008321/2016-11	209612401	Arlindo Cabeleireiros Ltda - ME	RJ
150	46215.087571/2016-00	210529920	Atacadao S.A.	RJ
151	46215.004836/2015-53	206038593	Auto Viacao 1001 Ltda	RJ
152	46228.001387/2016-23	209380071	Barcelos & Cia Ltda	RJ
153	46215.032099/2015-89	208268570	Capemisa Seguradora de Vida e Previdencia S/A	RJ
154	46215.016562/2015-45	206974388	Celeste Maria de Salles Cunha - ME	RJ
155	46215.027987/2014-07	205393462	Ceramica Marlunil Ltda - ME	RJ
156	46871.000889/2011-38	22830243	Companhia Estadual de Aguas e Esgotos Cedae	RJ
157	46215.030617/2015-20	208117806	Cyrela RJZ Construtora e Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	RJ
158	46215.016752/2014-81	204117518	Haimenis Construtora Ltda - EPP	RJ
159	46215.008051/2016-31	209546778	JF Boutique Salon - Eireli	RJ
160	46215.025283/2015-72	207761426	Mastervig Express Central de Servicos Ltda	RJ
161	46670.001200/2015-82	206869720	Mayara Comercio de Generos Alimenticios Ltda	RJ
162	46215.020158/2015-76	207234868	Mcdonald S Comercio de Alimentos Ltda	RJ
163	46215.025082/2014-94	205014895	Riberar Comércio e Instalação de Ar Condicionado Ltda	RJ
164	46215.016769/2014-39	204205662	Sociedade Civil Conservatorio Brasileiro de Musica	RJ
165	46670.000575/2015-25	206322267	Staff Recursos Humanos Ltda	RJ
166	46215.021032/2015-19	207315205	Venbo Comercio de Alimentos Ltda	RJ
167	46217.004971/2015-89	207069921	Clinica Dr. Bezerra S/C - ME	RN
168	46291.000480/2014-95	203891473	Tres Coracoes Alimentos S.A.	RN
169	46216.005869/2015-19	208499814	Cidade Transportes Ltda	RO
170	46216.005265/2015-64	204663938	Ronav Rondonia Navegacao Ltda	RO
171	46216.006039/2015-09	208529683	Sorolac - Industria de Concentracao e Secagem Rolim de Moura Ltda.	RO
172	46225.003176/2013-11	201507382	Triângulo Esporte Ltda-ME	RR
173	46304.000411/2015-76	206012250	Aconorte Comercio de Ferro e Aco Ltda	SC
174	46303.001148/2015-42	207781788	Banco Santander (Brasil) S.A.	SC
175	47620.001114/2015-28	206787448	Flex Contact Center Atendimento a Clientes e Tecnologia	SC
176	47620.002406/2013-16	24406481	Fundação Univ Contestado Cacador	SC
177	46304.002803/2015-70	207973521	Mexichem Brasil Industria de Transformacao Plastica Ltda	SC
178	46304.000490/2015-15	25916971	Rac Confecções Ltda	SC
179	46301.000092/2014-48	202662942	Transportadora Maroni Ltda	SC
180	46301.000663/2015-25	206296312	Transportes Rossa Ltda - ME	SC
181	46301.001384/2016-60	209797401	Verona Moveis Ltda - EPP	SC
182	46304.000772/2013-51	25213245	Zum Restaurante e Bar Ltda EPP	SC
183	46304.000773/2013-03	25213253	Zum Restaurante e Bar Ltda EPP	SC
184	46257.003129/2016-34	209688246	Amplacon Impermeabilizacoes e Comercio Eireli	SP
185	46257.003130/2016-69	209688238	Amplacon Impermeabilizacoes e Comercio Eireli	SP
186	46219.007690/2016-49	209608200	Companhia do Metropolitano de Sao Paulo Metro	SP
187	46472.001782/2015-33	206410662	Contax S.A.	SP
188	46259.001596/2015-29	206150636	Cromotec Industria e Comercio Ltda	SP
189	46259.001597/2015-73	206150547	Cromotec Industria e Comercio Ltda	SP
190	46266.000893/2015-68	206038194	Editora FTD S A	SP
191	47999.002377/2016-47	209547278	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	SP
192	47999.002379/2016-36	209547154	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	SP
193	46474.003011/2016-41	210408545	Industria e Comercio de Chocolates Munik Ltda	SP
194	46266.001743/2016-52	209150335	Ipanema Comercial Exportadora e Importadora Ltda.	SP
195	46219.003583/2017-22	211438774	Lepe Industria e Comercio Ltda	SP
196	46219.003584/2017-77	211438529	Lepe Industria e Comercio Ltda	SP
197	46219.003585/2017-11	211438944	Lepe Industria e Comercio Ltda	SP
198	46219.003587/2017-19	211438693	Lepe Industria e Comercio Ltda	SP
199	46261.005811/2013-50	202144542	Maxmix Comercial Ltda	SP
200	46269.003020/2014-04	204531144	Muller Forjados Ltda	SP
201	46472.005903/2015-16	207845140	Plansevig - Planejamento, Seguranca e Vigilancia Ltda.	SP
202	46266.006393/2014-59	204804981	RCP Comercio de Alimentos Ltda	SP
203	46474.003086/2016-22	210488999	Samba Transportes Sustentaveis Ltda	SP
204	46269.003136/2015-16	207289930	Saratoga Engenharia e Transportes Ltda	SP
205	46219.025866/2008-34	15332951	Scor Servicos de Controle Organização e Registros Ltda	SP
206	46263.005189/2014-41	204982782	Valmir Rogerio de Carvalho Lava Rapido - ME	SP
207	46263.005190/2014-75	204982944	Valmir Rogerio de Carvalho Lava Rapido - ME	SP
208	46263.005191/2014-10	204982928	Valmir Rogerio de Carvalho Lava Rapido - ME	SP
209	46219.022958/2015-91	208521321	Zanettini Barossi S A Industria e Comercio	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46263.004916/2014-52	200.369.504	Valmir Rogério de Carvalho Lava Rápido - ME	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46203.002584/2015-67	206973047	Queiroz & Maciel Segurança e Vigilância Ltda. - EPP	AP
2	46203.004485/2015-10	207968314	Top Lyne Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Eireli	AP
3	46653.008402/2015-63	207846685	Alvani Manoel Laurindo	MT
4	46653.001936/2016-40	209426659	Autseg Automação e Segurança Ltda - ME	MT
5	46653.001937/2016-94	209426675	Autseg Automação e Segurança Ltda - ME	MT
6	46653.001650/2016-64	209342005	Genus-Editora,Gráfica e Comércio Ltda	MT
7	46653.001651/2016-17	209342056	Genus-Editora,Gráfica e Comércio Ltda	MT
8	46653.001653/2016-06	209342226	Genus-Editora,Gráfica e Comércio Ltda	MT
9	46212.012898/2016-40	209448393	CCD Transporte Coletivo S.A.	PR
10	46212.012742/2016-69	209621125	Empresa de Onibus Sao Braz Ltda	PR
11	46212.012744/2016-58	209621303	Empresa de Onibus São Braz Ltda.	PR
12	46228.002974/2014-78	204320828	CS Monteiro Borges Comércio de Roupas - ME	RJ

13	46228.002976/2014-67	204321093	CS Monteiro Borges Comércio de Roupas - ME	RJ
14	46228.002977/2014-10	204320682	CS Monteiro Borges Comércio de Roupas - ME	RJ
15	46218.007365/2016-96	209332689	Associacao Portuguesa de Beneficencia	RS
16	46221.008708/2013-38	25288083	H. Dantas Comércio e Navegação Ltda.	SE
17	46226.015799/2012-37	018450563	Sérgio Carlos Sandré	TO

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46203.002567/2015-20	206901038	Macapá Segurança Ltda. - EPP	AP
2	47904.015828/2013-75	201688271	Braz Caliman	BA
3	47904.001956/2013-31	200189301	Comercial de Tecidos Macedo Ltda. - ME	BA
4	47904.018019/2012-34	25467361	Construtora Haac Ltda.	BA
5	46207.004860/2015-91	207116938	E de J de Souza Eletrica - EPP	ES
6	46207.010729/2013-00	202293301	Instituto Ensinar Brasil	ES
7	46207.011170/2014-16	205361587	Micron Line Servicos de Informatica Ltda - EPP	ES
8	46208.002345/2014-86	202934373	Goiasforte Vigilância e Segurança Ltda.	GO
9	46208.002346/2014-21	202934349	Goiasforte Vigilância e Segurança Ltda.	GO
10	46208.008102/2016-13	210173483	Leman Comércio de Eletrônicos Ltda.- ME	GO
11	46249.001772/2012-07	24314901	Lawn Empreendimentos e Construções Ltda. ME	MG
12	46653.003715/2016-14	210174081	Bom Futuro Agrícola Ltda.	MT
13	46653.008321/2015-63	208492674	Cuiabá Guincho Transportes Ltda. - ME	MT
14	46222.011611/2013-01	201922231	Amanda Amante Ltda. - ME	PA
15	46222.011615/2013-81	201922240	Amanda Amante Ltda. - ME	PA
16	46222.006336/2015-67	206944560	Distribuidora Big Benn Ltda	PA
17	46766.000262/2016-99	208924892	Ekoar- Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental e Empresarial da Amazônia Eireli - EPP	RO
18	46766.000264/2016-88	208924850	Ekoar- Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental e Empresarial da Amazônia Eireli - EPP	RO
19	46766.000265/2016-22	208924876	Ekoar- Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental e Empresarial da Amazônia Eireli - EPP	RO
20	46254.001359/2015-16	206435355	Alispec Industria e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda.	SP
21	46260.001560/2015-14	206355408	Braz e Costa Produtos Biológicos Ltda. - EPP	SP
22	47999.001402/2013-22	200190041	Cone - Industria, Comercio e Manutencoes Ltda Epp	SP
23	46263.005425/2014-29	205066453	Convex Industria de Artefatos Plasticos Ltda - ME	SP
24	46263.005426/2014-73	205066437	Convex Industria de Artefatos Plasticos Ltda - ME	SP
25	46263.005428/2014-62	205066372	Convex Industria de Artefatos Plasticos Ltda - ME	SP
26	46259.001598/2015-18	206150482	Cromotec Indústria e Comércio Ltda.	SP
27	46259.006459/2013-19	201185377	Fundimazza Indústria e Comércio de Microfundidos Ltda.	SP
28	46259.006590/2013-86	201185431	Fundimazza Indústria e Comércio de Microfundidos Ltda.	SP
29	46226.002407/2015-12	206698275	Jalapao Hotel Ltda - ME	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.014765/1998-55	031034	TVS - Transporte de Valores e Segurança Ltda.	BA

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.000104/2014-16	202618986	STS Engenharia Ltda.	BA
2	47904.000105/2014-52	202618099	STS Engenharia Ltda.	BA
3	47904.000106/2014-05	20261812	STS Engenharia Ltda.	BA
4	47904.000107/2014-41	202618137	STS Engenharia Ltda.	BA
5	47904.000108/2014-96	202618153	STS Engenharia Ltda.	BA
6	47904.000109/2014-31	202618161	STS Engenharia Ltda.	BA
7	47904.000110/2014-65	202618170	STS Engenharia Ltda.	BA
8	47904.000111/2014-18	202618196	STS Engenharia Ltda.	BA

LAURA LEÃO OLIVEIRA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.020, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova Listagem de Medidas Adicionais de Segurança e Procedimentos Alternativos como parte integrante do Programa de Segurança de Operador Aéreo da American Airlines Inc.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC nº 108), Emenda 01, e no item 5.3.4 da Instrução Suplementar nº 108-001, Revisão B (IS nº 108-001B), e considerando o que consta do Processo nº 00058.000276/2018-60, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão nº 01 da Listagem de Medidas Adicionais de Segurança e Procedimentos Alternativos que, combinados com os Apêndices B, C, D e E da IS nº 108-001 B, formam o Programa de Segurança do Operador Aéreo - PSOA da American Airlines Inc., CNPJ nº 36.212.637/0001-99, operador estrangeiro que explora serviço de transporte aéreo público internacional de passageiros enquadrado como classe VI, nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 108 (RBAC nº 108), Emenda 01, e da Instrução Suplementar nº 108-001, Revisão B (IS nº 108- 001B).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 97/2018

Processo: 50300.011089/2018-61
Parte: NATANIEL DA SILVA JUNIOR
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de Recurso Administrativo interposto pelo servidor desta Agência NATANIEL DA SILVA JUNIOR, matrícula SIAPE nº 1542184, a respeito dos critérios de seleção do chamamento dos servidores que manifestaram interesse na participação do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Marítimo e Portuário.
Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 449ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 19/09/2018, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por extinguir o presente processo por perda superveniente de seu objeto, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999. Participaram da Reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor Francisval Mendes, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Natália Hallit Moyses, e a Secretária-Geral, Joelma Maria Costa Barbosa.

Brasília, 2 de outubro de 2018
MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FRANCISVAL MENDES
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 807, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 301, de 2 de outubro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.321770/2018-68, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de transferência de mercados da empresa EDSON AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA para a EXPRESSO ADAMANTINA LTDA.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Deliberação nº 698, de 11.09.18, publicada no DOU nº 177, Seção 1, de 13/9/2018, pág. 113, onde se lê: "... pelo prazo de 4 (três) anos..."; leia-se: "...pelo prazo de 4 (quatro) anos..."

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA REGULATÓRIA

PORTARIA Nº 7, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O Superintendente de Governança Regulatória da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no que consta do processo nº 50501.306107/2018-23 e considerando os termos da Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do Estatuto Social da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., nos termos em que foi apresentada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

YOSHIHIRO LIMA NEMOTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Público da União

ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 81, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, §1º, inciso III, da Lei n.º 13.473, de 08 de agosto de 2017 (LDO 2018), e a autorização constante no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "2", e inciso III, alínea "d", item "1" da Lei n.º 13.587, de 02 de janeiro de 2018 (LOA 2018), resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 13.587, de 02 de janeiro de 2018), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 216.866,00 (duzentos e dezesseis mil, oitocentos e sessenta e seis reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	TSEF	VALOR ND	PO	U
	0581	Defesa da Ordem Jurídica										189.942
		ATIVIDADES										
03 331	0581 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes										139.942
03 331	0581 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional										139.942
			F	3	1	90	0	100				139.942
03 062	0581 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar										50.000
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional										50.000
			F	4	2	90	0	100				50.000
TOTAL - FISCAL												189.942
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												189.942

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	TSEF	VALOR ND	PO	U
	0581	Defesa da Ordem Jurídica										26.924
		ATIVIDADES										
03 331	0581 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes										26.924
03 331	0581 212B 5664	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF										26.924
			F	3	1	90	0	100				26.924
TOTAL - FISCAL												26.924
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												26.924

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	TSEF	VALOR ND	PO	U
	0581	Defesa da Ordem Jurídica										189.942
		ATIVIDADES										
03 122	0581 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos										15.165
03 122	0581 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional										15.165
			F	3	2	90	0	100				15.165
03 062	0581 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar										174.777
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional										174.777
			F	3	2	90	0	100				174.777
TOTAL - FISCAL												189.942
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												189.942

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34105 - Escola Superior do Ministério Público da União

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	TSEF	VALOR ND	PO	U
	0581	Defesa da Ordem Jurídica										26.924
		ATIVIDADES										
03 122	0581 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos										26.924
03 122	0581 216H 5664	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Em Brasília - DF										26.924
			F	3	2	90	0	100				26.924
TOTAL - FISCAL												26.924
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												26.924

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 118, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Altera a designação de unidades da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Altera a designação da Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça e de unidades vinculadas:

I - Secretaria de Controle Interno para Secretaria de Auditoria;

II - Coordenadoria de Auditoria para Coordenadoria de Auditoria Interna;

III - Seção de Auditoria Interna para Seção de Auditoria de Atividades, Processos e Políticas;

IV - Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão para Coordenadoria de Auditoria Institucional;

V - Seção de Acompanhamento da Execução Contratual para Seção de Auditoria da Gestão e da Governança.

Art. 2º Os Anexos I e III da Portaria n. 105, de 14 de setembro de 2018, ficam alterados na forma desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Ministro DIAS TOFFOLI

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 499, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a instituição do Centro Nacional e dos Centros Locais de Inteligência da Justiça Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o item 4 dos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, consistente na "gestão de demandas repetitivas e grandes litigantes", visando reduzir o acúmulo de processos na Justiça Federal com especial atenção para os relativos à litígios multitudinários que, após identificados, comportam solução semelhante, com reversão ou prevenção de cultura excessiva da judicialização;

CONSIDERANDO a Resolução CNJ n. 235, de 13 de julho de 2016, objetivando a padronização e a publicidade de processos que ensejem a criação de precedentes vinculantes, bem como de feitos suspensos ou sobrestados;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 6º, 67, 68 e 69 do Código de Processo Civil - CPC e na Resolução CNJ n. 125, de 29 de novembro de 2010;

CONSIDERANDO a sensível problemática do ajuizamento de inúmeras demandas repetitivas contra entes públicos, caracterizando o perfil de litigiosidade predominante na Justiça Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção, pelo Judiciário, de metodologias de gestão de acervos processuais, possibilitando enfoque preventivo com a identificação da origem de conflitos a serem submetidos à Justiça Federal e o estabelecimento de rotinas para fortalecimento do sistema de precedentes instituído pelo Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. CJF-PPN-2018/00022, na sessão realizada em 24 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica referendada a criação do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal e dos Centros Locais de Inteligência, instituídos pela Portaria n. CJF-POR-2017/00369, de 19 de setembro de 2017, vinculados ao Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Compete ao Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal:

I - o monitoramento de demandas judiciais, visando:

a) prevenir o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa, a partir da identificação das possíveis causas geradoras do litígio, com a possível mediação e encaminhamento de eventual solução na seara administrativa;

b) acompanhar e monitorar o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa na Justiça Federal, a partir de relatórios elaborados pelos Centros Locais de Inteligência, com a finalidade de propor soluções para os conflitos e prevenir futuros litígios;

c) emitir notas técnicas referentes às demandas repetitivas ou de massa, notadamente para recomendar a uniformização de procedimentos administrativos e jurisdicionais e o aperfeiçoamento da legislação sobre a controvérsia;

d) informar aos Tribunais Regionais Federais e à Turma Nacional de Uniformização a possibilidade de adoção de mutirões de julgamentos de processos que versem sobre matéria idêntica, bem como propor soluções de natureza não jurisdicional em razão de conflitos repetitivos ou de massa;

e) propor medidas para o aperfeiçoamento procedimental das rotinas cartorárias dos Tribunais Regionais Federais no processamento de feitos que tenham recebido a mesma solução;

f) fomentar a implementação de medidas preventivas e de projetos de soluções alternativas de conflitos;

g) coordenar a instalação e supervisionar o funcionamento dos Centros Locais de Inteligência no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, bem como a comunicação entre eles e os Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos Tribunais Regionais Federais;

h) propor ou realizar estudos sobre as causas e consequências do excesso de litigiosidade na Justiça Federal;

i) organizar reuniões, propor encontros e seminários com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da Advocacia Pública e Privada, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com organizações da sociedade civil, universidades, estudiosos e outros que, de qualquer modo, possam contribuir para o debate e apresentação de propostas que visem ao aprimoramento da prestação jurisdicional na matéria relacionada às suas atribuições;

j) realizar audiências públicas visando obter subsídios para o estudo de temas sob apreciação.

II - o gerenciamento de precedentes, visando:

a) subsidiar a indicação de recurso especial ou extraordinário representativo de controvérsia, nos termos do art. 1.036, caput e § 1º, do CPC, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de dados do impacto numérico (quantidade de processos ajuizados e suspensos, assim como de pessoas abrangidas) e do impacto financeiro relacionado a processos em tramitação fundados em idêntica questão de direito;

b) subsidiar a afetação de recursos repetitivos e admissão de incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, com a apresentação de dados do impacto numérico (quantidade de processos ajuizados e suspensos e de pessoas abrangidas) e do impacto financeiro relacionado a processos em tramitação fundados em idêntica questão de direito;

c) subsidiar possível alteração de entendimento firmado em casos repetitivos (recursos repetitivos e IRDR) pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de fatos e dados que justifiquem a reavaliação do precedente;

d) indicar ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais situações fáticas ou jurídicas identificadas em processos em tramitação que possam estar dificultando a aplicação do entendimento firmado em casos repetitivos a processos correlatos;

e) subsidiar a admissão de Incidente de Assunção de Competência - IAC pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais, com a apresentação de fatos e dados que indiquem, em processos em tramitação, os requisitos do art. 947 do CPC;

f) propor a padronização, em todas as instâncias e graus de jurisdição, da gestão dos processos suspensos em razão da admissão de incidentes de demandas repetitivas ou afetação de processos ao regime de julgamento dos recursos repetitivos ou de recursos extraordinários com repercussão geral, nos termos da Resolução CNJ n. 235/2016.

Art. 3º O Centro Nacional de Inteligência é integrado por um Grupo Decisório e um Grupo Operacional, cabendo ao primeiro fixar as diretrizes de trabalho do Centro Nacional e deliberar pela aprovação ou rejeição das notas técnicas que lhe sejam encaminhadas pelo segundo.

Art. 4º Integram o Grupo Decisório:

I - o Ministro Diretor do Centro de Estudos Judiciários, que o preside;

II - um Ministro representante da Comissão Gestora de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça; e

III - os cinco Desembargadores Federais presidentes das Comissões Gestoras de Precedentes existentes em cada Tribunal Regional Federal.

Parágrafo único. O Grupo Decisório será assessorado pelo Juiz Coordenador do Grupo Operacional, com a assessoria do titular da Secretaria do Centro de Estudos Judiciários.

Art. 5º Integram o Grupo Operacional:

I - cinco Juízes Federais indicados por cada um dos Tribunais Regionais Federais entre aqueles com experiência em gestão de demandas repetitivas ou conciliação;

II - cinco Juízes Federais coordenadores do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes existente em cada um dos Tribunais Regionais Federais;

III - um Juiz Federal indicado pelo Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais;

IV - um Juiz Federal representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil;

V - um servidor responsável pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes de cada Tribunal Regional Federal; e

V - o assessor-chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º Caberá ao ministro diretor do Centro de Estudos Judiciários indicar o Juiz Coordenador do Grupo Operacional dentre os magistrados dele integrantes.

§ 2º O Grupo Operacional será assessorado pelo titular da Secretaria do Centro de Estudos Judiciários.

Art. 6º O Grupo Operacional realizará reuniões ordinárias presenciais com periodicidade bimestral na sede do Conselho da Justiça Federal, ou em outro local que venha a ser proposto pelos seus membros e definido por seu Presidente, devendo a respectiva pauta ser disponibilizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Ministro Presidente do Centro Nacional de Inteligência.

§ 2º Caberá ao Grupo Operacional realizar periodicamente a supervisão de aderência das notas técnicas aprovadas, a fim de subsidiar o Grupo Decisório e avaliar a necessidade de desenvolvimento de alguma estratégia complementar sobre o respectivo tema.

Art. 7º O Grupo Decisório poderá, mediante proposta do Grupo Operacional, regulamentar o funcionamento virtual das atividades do Centro Nacional e dos Centros Locais de Inteligência.

Art. 8 O Centro Nacional de Inteligência poderá sugerir ao Conselho da Justiça Federal e aos Tribunais Regionais Federais o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que permitam a melhor identificação de demandas judiciais repetitivas e de massa na Justiça Federal.

Art. 9º Para dotar o Centro Nacional de Inteligência dos meios necessários ao fiel desempenho de suas atribuições, poderão ser firmadas parcerias ou convênios com órgãos e entidades públicas e privadas.

Art. 10. Cada Seção Judiciária terá um Centro Local de Inteligência, com a estrutura adaptada às possibilidades de cada Região, preferencialmente integrada às Centrais de Conciliação.

Art. 11. Compete aos Centros Locais de Inteligência:

I - apresentar ao Centro Nacional, mediante iniciativa própria ou por solicitação de terceiros, fatos e dados inerentes a demandas judiciais repetitivas ou com grande repercussão social para subsidiar os trabalhos na atuação estratégica de gestão processual e de precedentes;

II - identificar e monitorar demandas judiciais repetitivas ou de massa, bem como os temas que apresentam maior número de controvérsias, por meio de estudos e levantamentos técnicos, inclusive dados estatísticos;

III - propor ou realizar estudos sobre as causas e consequências do excesso de litigiosidade, assim como da estimativa do custo econômico das demandas judiciais repetitivas identificadas no âmbito de competência jurisdicional da Seção Judiciária;

IV - convidar as partes e advogados, públicos ou privados, para reuniões definidoras de estratégias para rápida solução de litígios;

V - propor ao Centro Nacional medidas normativas e de gestão voltadas à modernização de rotinas processuais, organização, especialização e estruturação das unidades judiciárias atingidas pelo excesso de litigância, em integração com os Tribunais Regionais Federais e Tribunais Superiores;

VI - elaborar propostas e ações coordenadas com órgãos e instituições públicas visando ao combate da fragmentação na resolução dos conflitos;

VII - organizar reuniões e propor encontros e seminários com membros do Judiciário, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, da Advocacia Pública e Privada, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com organizações da sociedade civil, universidades, estudiosos e todos quanto que, de qualquer maneira, possam contribuir para o debate e apresentação de propostas que visem ao aprimoramento da prestação jurisdicional;

VIII - realizar audiências públicas;

IX - realizar periodicamente supervisão de aderência de suas notas técnicas.

Art. 12. A Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Estratégia e Governança do Conselho da Justiça Federal, respeitadas as disponibilidades técnicas e de pessoal, prestarão apoio ao Centro Nacional e aos Centros Locais, a partir de iniciativa do Grupo Decisório.

Art. 13. Os integrantes do Centro Nacional e dos Centros Locais poderão solicitar o apoio de especialistas de outras áreas para a análise dos dados e temas mapeados.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTAVIO DE NORONHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-ADM-2018/00454
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2018/00334, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE JUIZ FEDERAL DA 2ª REGIÃO PARA COMPOR, COMO MEMBRO EFETIVO, NO BIÊNIO 2018/2020, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a Portaria n. CJF-POR-2018/00334, de 4 de setembro de 2018."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-ADM-2018/00455
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2018/00333, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE JUIZ FEDERAL DA 4ª REGIÃO PARA COMPOR, COMO MEMBRO EFETIVO, NO BIÊNIO 2018/2020, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, referendou a Portaria n. CJF-POR-2018/00333, de 4 de setembro de 2018."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-EOF-2015/00171
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Presidente
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL E DOS PLANOS DE AÇÃO ANUAIS DOS CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A JUSTIÇA FEDERAL, O BANCO DO BRASIL E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - EXERCÍCIO 2018.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de alteração do Planejamento Plurianual e dos Planos de Ação Anuais dos contratos celebrados entre a Justiça Federal, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CF-PPP-2012/00131
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
REQUERENTE: Conselho da Justiça Federal
REQUERIDOS: Desembargadores Federais Nery da Costa Júnior e Gilberto Rodrigues Jordan
ADVOGADO DO PRIMEIRO REQUERIDO: Dr. Marcio Gesteira Palma (OAB/DF 21.878)
INTERESSADOS: Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Ministério Púbico Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS INSTAURADO PARA APURAR CONDUTAS DE MAGISTRADOS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, determinou o arquivamento do procedimento, nos termos do voto do relator. Declarou suspeição a Conselheira Therezinha Cazerta. Sustentou oralmente o advogado Marcio Gesteira Palma."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-PCO-2018/00013
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: RELATÓRIO DA INSPEÇÃO REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório de inspeção, com as recomendações propostas no voto do relator. Declarou-se impedido o Conselheiro André Fontes."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-PPN-2018/00011
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do Conselheiro Raul Araújo pela aprovação da proposta de resolução, pediu vista antecipada o Conselheiro Presidente. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-PPN-2018/00022
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO NACIONAL E DOS CENTROS LOCAIS DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-ADM-2018/00488
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADA: Corregedoria-Geral da Justiça Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO DAS SECRETARIAS VINCULADAS À CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL (SETEMBRO DE 2017 A SETEMBRO DE 2018).

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho tomou conhecimento do relatório."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-PPN-2018/00027
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE PROVIMENTO QUE VERSA SOBRE O CANCELAMENTO DE DEPÓSITO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPVs, NOS TERMOS DO ART. 2º DA LEI N. 13.463, DE 6 DE JULHO DE 2017, NOS CASOS EM QUE HÁ ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO PARA SUA LIBERAÇÃO.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após a proposta do relator pela edição de provimento, pediu vista antecipada o Conselheiro Presidente. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-ADM-2013/00121
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Conselheiro THOMPSON FLORES
PEDIDO DE VISTA: Conselheira ISABEL GALLOTTI
INTERESSADA: Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: EMBARGOS DE declaraÇÃO OPOSTOS PELA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL - AJUFE, EM FACE DA DECISÃO DO COLEGIADO, NA SESSÃO DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017, NO QUE CONCERNE À METODOLOGIA DE CÁLCULO REFERENTE AO PAGAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DA PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA - PAE.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por indicação da Conselheira Isabel Gallotti, decidiu adiar o julgamento da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-PPN-2016/00030
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATORA: Conselheira ISABEL GALLOTTI
INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO QUADRO PERMANENTE DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO EM CARGOS DE JUIZ DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E ALTERA A LEI N. 9.967, DE 10 DE MAIO DE 2000.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o anteprojeto de lei, nos termos do voto da relatora, e determinou a remessa do processo ao Superior Tribunal de Justiça, com fulcro no art. 8º, inciso I, alínea 'b', do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-ADM-2014/00219
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Conselheiro ANDRÉ FONTES
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: CONSULTAS ACERCA DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA E OS JUROS DE MORA REFERENTES A PAGAMENTOS EM ATRASO DE VALORES DO PRÓPRIO EXERCÍCIO OU DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por indicação do relator, decidiu adiar o julgamento da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-ADM-2016/00503
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATORA: Conselheira THEREZINHA CAZERTA
RECORRENTE: Juiz Federal Luiz Cláudio Flores da Cunha
RECORRIDO: Conselho da Justiça Federal
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO JUIZ FEDERAL LUIZ CLÁUDIO FLORES DA CUNHA CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO CJF, QUE NÃO ACOLHEU A DEFESA APRESENTADA PELO MAGISTRADO, EM RAZÃO DA NOTIFICAÇÃO PARA DEVOLUÇÃO DE PARCELAS DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NÃO DESCONTADAS DE DIÁRIAS PAGAS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, rejeitou a preliminar de nulidade da decisão e, no mérito, negou provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-ADM-2018/00362
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATORA: Conselheira THEREZINHA CAZERTA
INTERESSADOS: Tribunal Regional Federal da 5ª Região e Seções Judiciárias vinculadas
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA 5ª REGIÃO - EXERCÍCIO 2018.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou o Plano Anual de Aquisição de Veículos da 5ª Região referente ao exercício de 2018, nos termos do voto da relatora."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-PPN-2018/00010
PRESIDENTE DA SESSÃO: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Conselheiro RAUL ARAÚJO
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro THOMPSON FLORES
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2015/00340, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo no julgamento, após o voto do Conselheiro Thompson Flores acompanhando a parcial divergência inaugurada pelo Conselheiro Carlos Moreira Alves, pediu vista antecipada a Conselheira Isabel Gallotti. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, André Fontes, Therezinha Cazerta Manoel de Oliveira Erhardt e João Otávio de Noronha."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CJF-PRO-2015/00064
PRESIDENTE DA SESSÃO: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RELATOR: Conselheiro THOMPSON FLORES
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: DIRETRIZES ACERCA DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS REALIZADOS POR ENGENHEIROS, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS NA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, decidiu, nos termos do voto do relator, aplicar a Resolução n. 51, de 12/7/2013, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, até que seja emitida orientação uniforme acerca do tema."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº CF-ADM-2012/00334
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA RELATOR: Conselheiro RAUL ARAÚJO
PEDIDO DE VISTA: Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
LOCAL DA SESSÃO: Conselho da Justiça Federal
DATA DA SESSÃO: 24/9/2018
ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2014/00305, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRO E A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAIS E O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS A ADVOGADOS DATIVOS, EM CASOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por indicação do Conselheiro Manoel de Oliveira Erhardt, decidiu adiar o julgamento da matéria."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores, Manoel de Oliveira Erhardt (membros efetivos) e Antonio Carlos Ferreira (membro suplente).

Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Thereza de Assis Moura.

Presentes, também, o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes (Presidente da Ajufe), o Dr. Marcelo Lavocat Galvão (Representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto, e o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios (Representante do Ministério Público Federal).

JUIZ FEDERAL
CLEBERSON JOSÉ ROCHA
Secretário-Geral

MINISTRO JOÃO OTÁVIO
DE NORONHA
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 816, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

Transforma um cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade Administrativa - Contabilidade em um cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 21 do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, insculpido no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Resolução do TSE nº 22.581/07 e tendo em vista o Processo Administrativo Digital (PAD) nº 10714/2018, resolve:

Art. 1º Transformar um cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade Administrativa - Contabilidade, criado pela Lei nº 7094/83 e que se encontra vago, em um cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa.

Art. 2º A transformação determinada nesta Resolução não acarretará aumento de despesas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO LUIS SANSON CORAT
Juiz Membro
PAULO AFONSO DA MOTTA RIBEIRO
Juiz Membro
ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO
Juiz Membro
JEAN CARLO LEECK
Juiz Membro
LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO
Juiz Membro
ELOISA HELENA MACHADO
Procuradora Regional Eleitoral
Des. GILBERTO FERREIRA
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Des. LUIZ TARO OYAMA
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.105, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro automotivo, insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativa o título profissional de Engenheiro Mecânico e de Automóvel (código 131-03-00)

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando o art. 7º da Lei nº 5.194, de 1966, que se refere em termos genéricos às atividades profissionais do engenheiro e do engenheiro agrônomo;

Considerando o Parecer CNE/CES nº 1.362, de 12 de dezembro de 2001, e a Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia;

Considerando a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, instituída pela Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002;

Considerando o art. 1° da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, que estabelece normas para a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais no âmbito das profissões que, por força de legislação federal regulamentadora específica, forem fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea;

Considerando a necessidade de discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e as da Agronomia para fins de fiscalização de seu exercício profissional, resolve:

Art. 1º Discriminar as atividades e competências profissionais do engenheiro automotivo, inserir o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional, e inativar o título profissional de Engenheiro Mecânico e de Automóvel (código 131-03-00).

Art. 2º Compete ao engenheiro automotivo as atribuições previstas no art. 7° da Lei nº 5.194, de 1966, combinadas com as atividades 1 a 18 do art. 5º, §1º, da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, referentes a veículos automotivos.

Art. 3º O engenheiro automotivo poderá atuar também no desempenho das atribuições previstas no art. 7° da Lei 5.194, de 1966, combinadas com atividades 1 a 18 do art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1.073, de 2016, referentes a processos mecânicos, máquinas, instalações industriais e mecânicas, equipamentos mecânicos e eletromecânicos, equipamentos de ar condicionado, aplicados à indústria automotiva, em função estritamente do enfoque e do projeto pedagógico do curso, a critério da câmara especializada.

Art. 4º As competências do engenheiro automotivo são concedidas por esta resolução sem prejuízo dos direitos e prerrogativas conferidos ao engenheiro, ao engenheiro agrônomo, ao geólogo ou engenheiro geólogo, ao geógrafo e ao meteorologista por meio de leis ou normativos específicos.

Art. 5º As atividades e competências profissionais serão concedidas em conformidade com a formação acadêmica do egresso, possibilitadas outras que sejam acrescidas na forma disposta em resolução específica.

Art. 6º O engenheiro automotivo integrará o grupo ou categoria Engenharia, modalidade Mecânica e Metalúrgica.

Parágrafo único. O respectivo título profissional será inserido na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea conforme disposto no caput deste artigo e da seguinte forma:

I - título masculino: Engenheiro Automotivo;

II - título feminino: Engenheira Automotiva; e

III - título abreviado: Eng. Automot.

Art. 7º A partir da vigência desta resolução o egresso de curso cuja designação do título seja Engenheiro Mecânico e de Automóvel que solicitar registro receberá o título profissional de Engenheiro Automotivo.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL KRÜGER
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.106, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro aeroespacial e insere o título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

O CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea "f", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e

Considerando o art. 7º da Lei nº 5.194, de 1966, que se refere em termos genéricos às atividades profissionais do engenheiro e do engenheiro agrônomo;

Considerando o Parecer CNE/CES nº 1.362, de 12 de dezembro de 2001, e a Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia;

Considerando a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, instituída pela Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002;

Considerando o art. 1° da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, que estabelece normas para a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais no âmbito das profissões que, por força de legislação federal regulamentadora específica, forem fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea;

Considerando a necessidade de discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e as da Agronomia para fins de fiscalização de seu exercício profissional, resolve:

Art. 1º Discriminar as atividades e competências profissionais do engenheiro aeroespacial e inserir o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Art. 2º Compete ao engenheiro aeroespacial as atribuições previstas no art. 7° da Lei nº 5.194, de 1966, combinadas com as atividades 1 a 18 do art. 5º, §1º, da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, referentes a aeronaves e veículos aeroespaciais, seus sistemas e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

instalações industriais e mecânicas relacionadas ao campo de atuação; infraestrutura aeroespacial; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte aeroespacial.

Art. 3º As competências do engenheiro aeroespacial são concedidas por esta resolução sem prejuízo dos direitos e prerrogativas conferidos ao engenheiro, ao engenheiro agrônomo, ao geólogo ou engenheiro geólogo, ao geógrafo e ao meteorologista por meio de leis ou normativos específicos.

Art. 4º As atividades e competências profissionais serão concedidas em conformidade com a formação acadêmica do egresso, possibilitadas outras que sejam acrescidas na forma disposta em resolução específica.

Art. 5º O engenheiro aeroespacial integrará o grupo ou categoria Engenharia, modalidade Mecânica e Metalúrgica.

Parágrafo único. O respectivo título profissional será inserido na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea conforme disposto no caput deste artigo e da seguinte forma:

I - título masculino: Engenheiro Aeroespacial;

II - título feminino: Engenheira Aeroespacial; e

III - título abreviado: Eng. Aeroesp.

Art. 6° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL KRÜGER
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 660, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova o Regulamento Eleitoral para os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia e dá outras providências.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, alínea "r", da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências, com redação dada pela Lei Federal nº 9.120, de 26 de outubro de 1995;

CONSIDERANDO que a investidura das funções públicas para os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia e para os Conselheiros e Diretores dos Conselhos Regionais de Farmácia se dá pelo voto direto e secreto dos farmacêuticos regularmente inscritos em seus quadros;

CONSIDERANDO que a investidura das funções públicas para os Diretores do Conselho Federal de Farmácia se dá pelo voto direto e secreto dos Conselheiros Federais eleitos ao pleno exercício do respectivo mandato;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a unificação dos procedimentos eleitorais nos Conselhos de Farmácia, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento Eleitoral para os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, na forma dos anexos I, II, III e IV desta resolução, que dela são integrantes.

Art. 2º - Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 604/14 e seus anexos, publicada no Diário Oficial da União de 05/11/2014, Seção 1, páginas 114 a 117, e demais disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ANEXO I

REGULAMENTO ELEITORAL PARA OS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE FARMÁCIA

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este regulamento contém as normas destinadas à organização e aos atos de votar e ser votado, com a finalidade de regular a investidura das funções públicas de Conselheiros Federais, Conselheiros Regionais, Titulares e Suplentes, e os Diretores dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, na forma da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, com redação dada pela Lei Federal nº 9.120, de 26 de outubro de 1995, conforme os seus respectivos mandatos.

Parágrafo único - A eleição para o Conselho Federal e para os Conselhos Regionais far-se-á através do voto direto e secreto, por maioria simples, exigido o comparecimento da maioria absoluta dos inscritos.

Art. 2º - Qualquer farmacêutico regular, definitivamente inscrito e domiciliado na jurisdição em que concorre, sem débito vencido a partir da sua respectiva inscrição e no pleno gozo de suas prerrogativas legais, pode concorrer à investidura em função eletiva nos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, observados os termos desta resolução.

Art. 3º - O voto, de direito privativo dos farmacêuticos inscritos nos Conselhos Regionais de Farmácia, é secreto e obrigatório a todas as funções públicas de Conselheiros Regionais, Conselheiros Federais e Diretoria dos Conselhos Regionais de Farmácia.

Art. 4º - O direito de votar será exercido pelo farmacêutico que, na data de fechamento do cadastro, estiver inscrito junto ao seu respectivo Conselho Regional de Farmácia (CRF) e não estiver proibido ou suspenso de exercer a profissão.

Parágrafo único - O farmacêutico com inscrição secundária não terá direito a voto, nem a ser votado nos Conselhos de Farmácia.

Art. 5º - A eleição será exclusivamente por meio da rede mundial de computadores (Internet), observada a inviolabilidade, o sigilo e a adoção de mecanismos de segurança.

Art. 6º - O voto é obrigatório aos farmacêuticos inscritos nos respectivos Conselhos Regionais de Farmácia, salvo os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, os remidos, os declaradamente incapazes e os enfermos.

Art. 7º - O eleitor que deixar de votar deverá apresentar justificativa, através de formulário próprio, acompanhado de documentos comprobatórios, em até 60 (sessenta) dias corridos após o pleito perante o CRF no qual esteja inscrito.

§ 1º - Será disponibilizado no sítio eletrônico de votação, no referido prazo, formulário para preenchimento de justificativa de ausência de votação, com possibilidade de remessa de arquivo digitalizado no formato PDF (Portable Document Format), o qual será encaminhado à Comissão Eleitoral Regional (CER) para análise e deliberação.

§ 2º - Ao eleitor que faltar à obrigação de votar, sem justa causa ou impedimento, será aplicada multa no valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da anuidade da pessoa física em vigor do CRF.

§ 3º - Da notificação da aplicação de multa, caberá defesa no prazo de 3 (três) dias úteis ao Plenário do CRF, que julgará as razões apresentadas.

§ 4º - Da decisão do CRF, caberá recurso ao CFF no prazo de 3 (três) dias úteis, caso contrário, será formalizado o competente executivo fiscal para os fins do artigo 35 da Lei Federal nº 3.820/60.

§ 5º - O recurso de multa eleitoral deverá ser interposto no CRF mediante o pagamento dos custos de correios, sob pena de deserto e não envio ao CFF.

Art. 8º - O CRF emitirá aos que não votarem por motivo justificado, documento que os isente das sanções previstas.

Art. 9º - A duração dos mandatos para as funções públicas dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia é de 4 (quatro) anos para Conselheiros Federal e Regional, e de 2 (dois) anos para Diretoria dos Conselhos Federal e Regionais, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60, com nova redação dada pela Lei Federal nº 9.120/95.

Art. 10 - As eleições para os cargos previstos na Lei Federal nº 3.820/60, respeitada a Resolução/CFF nº 318/97, serão realizadas em todos os Conselhos Regionais de Farmácia do país, salvo motivo de força maior, submetido à autorização do CFF.

DA ELEGIBILIDADE DE CANDIDATOS

DOS REQUISITOS ESSENCIAIS

Art. 11 - São elegíveis os farmacêuticos regularmente inscritos, em pleno gozo de seus direitos profissionais, desde que satisfaçam os seguintes requisitos:

a) ser brasileiro;

b) estar com inscrição profissional principal e definitiva no quadro de farmacêuticos, aprovada pelo Plenário do respectivo CRF, até a data de encerramento do prazo de inscrição de candidatos;

c) não estar proibido ou suspenso de exercer a profissão;

d) estar quite com a Tesouraria do CRF, sem qualquer débito ou parcela vencida no ato da inscrição do candidato;

e) ter, no mínimo, 3 (três) anos de inscrição em qualquer CRF até o encerramento do prazo de inscrição;

f) apresentação de certidão da justiça estadual, federal, militar e eleitoral, essa última fornecida pelas zonas eleitorais, pelos Tribunais Regionais Eleitorais e pelo Tribunal Superior Eleitoral, onde não conste sentença condenatória transitada em julgado e proferida por órgão judicial colegiado, ainda que não transitada em julgado, consoante ao previsto na Lei Complementar nº 64/90 e na Lei Complementar nº 135/10;

g) apresentação de certidão da justiça estadual e federal onde não conste sentença condenatória por improbidade administrativa transitada em julgado ou acórdão proferido por órgão judicial colegiado, ainda que não transitado em julgado, consoante ao previsto na Lei Complementar nº 64/90 e na Lei Complementar nº 135/10;

h) apresentação de declaração própria, sob as penas da legislação vigente, atestando que não tem qualquer outra causa de inelegibilidade, nos termos desta resolução.

Parágrafo único - O candidato que deixar de apresentar qualquer uma das certidões listadas nas alíneas anteriores, será notificado oficialmente pela CER para complementá-las com a entrega da(s) certidão(ões) pendente(s) no prazo de até 3 (três) dias úteis.

Art. 12 - A comprovação dos requisitos exigidos no artigo anterior, à exceção das alíneas "f", "g" e "h", que deverão ser providenciadas pelo candidato, é de responsabilidade e obrigação do CRF do âmbito da jurisdição do candidato farmacêutico, devendo expedir certidão de ofício a respeito no momento da respectiva inscrição.

DOS IMPEDIMENTOS PARA CANDIDATURA

Art. 13 - São impedimentos a candidatura a Conselheiro Federal, Regional ou Diretoria:

a) estar exercendo cargo ou função remunerada em Conselho de Farmácia, ou qualquer prestação de serviços, ainda que terceirizados;

b) ter perdido o mandato conforme previsto nos Regimentos Internos do CFF e CRF por improbidade, persistindo o impedimento pelo período de 8 (oito) anos;

c) ter renunciado a mandato em Conselho, exceto na hipótese de escolha de mandatos simultâneos, persistindo o impedimento pelo período de 4 (quatro) anos, contado do término do mandato renunciado ou cassado;

d) ter sido condenado em processo criminal, ressalvado os reabilitados na forma da lei;

e) o militar que esteja enquadrado no artigo 4º da Lei Federal nº 6.681/79;

f) o farmacêutico com inscrição secundária ou provisória;

g) apresentar qualquer certidão positiva prevista no artigo anterior.

Parágrafo único - As certidões judiciais positivas referentes a ações que não sejam de matérias delineadas na LC nº 64/90 e na LC nº 135/10, não são causas impeditivas de candidatura.

DA ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES NOS CONSELHOS DE FARMÁCIA

DOS ÓRGÃOS ELEITORAIS

Art. 14 - Os órgãos deliberativos do Processo Eleitoral são:

I - O Conselho Federal de Farmácia (CFF);

II - A Comissão Eleitoral Regional (CER).

Art. 15 - O órgão com autoridade deliberativa e executiva para fins eleitorais perante o CRF é a CER, composta por 3 (três) farmacêuticos inscritos no respectivo CRF.

§ 1º - Caberá ao Plenário do CRF, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto no artigo 23, deliberar sobre os nomes dos membros da CER e o seu Presidente, que deverão ser homologados pelo Plenário do CFF, devendo-se promover a sua substituição pelo presidente do CFF no caso de veto, renúncia ou impedimento.

§ 2º - Não poderão participar da CER, os Conselheiros, Diretores, candidatos, empregados do CRF, os parentes ainda que por afinidade, até o segundo grau, bem como o cônjuge respectivo, de qualquer dos candidatos e, ainda, os prestadores de serviço ao CRF;

§ 3º Os membros das comissões eleitorais regionais, no desempenho das suas atividades, poderão ter as suas despesas custeadas pelo CRF conforme disposto na Resolução/CFF nº 598/14 ou outra norma que vier a substituí-la.

Art. 16 - Compete privativamente ao Presidente do CFF:

I - Promulgar o calendário e os editais das eleições das funções públicas dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia em todo o país;

II - Organizar as eleições no CFF;

III - Analisar e, se for o caso, encaminhar ao Plenário sobre os pedidos de providências da CER;

IV - Encaminhar ao Plenário a apuração do resultado geral, proclamação dos eleitos e expedição de diploma;

V - Analisar e decidir sobre os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pela CER em matéria eleitoral nos prazos devidos, formulados por candidato ou parte legitimamente interessada, levando o feito em Plenário na sessão subsequente à sua decisão, se houver tempo hábil e, caso contrário, poderá decidir excepcionalmente "ad referendum" do Plenário, a fim de evitar perecimento de direito e para manutenção do regular trâmite do processo eleitoral;

VI - Encaminhar ao Plenário os recursos interpostos das decisões deliberativas da CER relacionados aos procedimentos eleitorais afetos à sua jurisdição;

VII - Expedir as instruções necessárias à execução deste regulamento;

VIII - Responder sobre matéria eleitoral às consultas que lhe forem feitas pela CER;

IX - Tomar quaisquer outras providências que julgar convenientes à execução deste regulamento, inclusive mediante instruções normativas.

DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL NOS REGIONAIS

Art. 17 - Os atos de direção, coordenação e deliberação do processo eleitoral no CRF caberão a CER, mesmo que quaisquer dos Diretores e Conselheiros do órgão autárquico não sejam candidatos, a fim de preservar os princípios da moralidade e impessoalidade ou segregação.

Parágrafo único - Das decisões da CER cabe recurso ao Plenário do CFF, em todos os casos respeitados o devido processo legal e a ampla defesa, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da inequívoca ciência do ato, que poderá ser por publicação, correspondência registrada ou com aviso de recebimento, pessoalmente com assinatura de próprio punho do interessado ou seu procurador ou, ainda, por correspondência eletrônica (e-mail).

Art. 18 - Compete ao Presidente da CER:

I - Constituir as Seções Eleitorais, sendo pelo menos uma obrigatória a funcionar na sede do CRF;

II - Solicitar a Diretoria do CRF, quando necessário, suporte pessoal e estrutural para realização das suas atribuições;

III - Cumprir e fazer cumprir o regulamento eleitoral;

IV - Assinar o Edital das eleições no CRF.

Art. 19 - Compete a CER:

I - Publicar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, no sítio eletrônico do CRF, todos os atos e reuniões da CER, devidamente registradas em atas;

II - A partir do calendário de eleições promulgado pelo Presidente do CFF, organizar o calendário e o processo eleitoral no seu Estado;

III - A partir da publicação do edital de inscrição, a CER fornecerá um "check-list" de todos os documentos necessários a serem apresentados pelos pretensos candidatos, bem como deverá publicar no sítio eletrônico do CRF as orientações de como obter as certidões previstas no artigo 11, alíneas "f" e "g", com os respectivos locais ou endereços eletrônicos;

IV - Emitir decisão fundamentada sobre:

a) a aprovação ou não, bem como o cancelamento de registro dos candidatos a Conselheiros Regionais, Conselheiros Federais e Diretoria;

b) os impedimentos de candidatos a Conselheiro Regional e Federal, ou funções de Diretores;

c) as reclamações de farmacêuticos de sua área de jurisdição sobre matéria ou processo eleitoral.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - Promulgar, com os dados obtidos eletronicamente, os resultados finais das eleições de Conselheiros Regionais, Federais e Diretorias e expedir os respectivos diplomas, remetendo ao Presidente do CFF a cópia das atas de seus trabalhos;

VI - Responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, cabendo reapreciação da matéria ao Plenário do CFF e, excepcionalmente, dada a urgência do caso e se evitar o perecimento do direito, ao Presidente do CFF;

VII - Requisitar apoio administrativo e força policial, se necessária, ao cumprimento de suas decisões;

VIII - Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento, as determinações e instruções do Presidente ou do Plenário do CFF;

IX - Organizar o cadastro dos eleitores da jurisdição do CRF;

X - Conduzir o processo eleitoral no CRF e promover a divulgação da apuração, salvo motivo devidamente justificado, das eleições realizadas nas seções eleitorais sob a sua jurisdição;

XI - Receber e dar encaminhamento a todos os pedidos de impugnações;

XII - Analisar e dar parecer sobre a justificativa de ausência de voto no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da referida apresentação, encaminhando ao plenário do CRF para deliberação;

XIII - Ante a qualquer alteração no pleito eleitoral, comunicar aos candidatos por e-mail, além de publicar sítio eletrônico do CRF;

XIV - Expedir ata consignando a diplomação dos eleitos;

XV - Enviar por meio eletrônico (e-mail) aos farmacêuticos inscritos no CRF, uma única vez e com até 30 (trinta) dias de antecedência às eleições, a correspondência eleitoral dos candidatos e chapas que previamente solicitarem, contendo a proposta de trabalho com, no máximo, 800 (oitocentos) caracteres, além de inserção no portal do CRF, sendo vedado o fornecimento diretamente a qualquer interessado dos dados pessoais dos eleitores (e-mail, endereços e telefones) em decorrência do princípio da privacidade.

DAS ELEIÇÕES

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 20 - As eleições nos Conselhos Regionais de Farmácia realizar-se-ão na primeira quinzena de outubro, conforme edital respectivo, exclusivamente pela Internet no período ininterrupto de 48 horas (quarenta e oito), com início às 12 horas (doze horas ou meio-dia), horário local.

Art. 21 - Caberá ao Presidente do CFF a supervisão das eleições gerais e, a CER, a de conduzir e supervisionar os trabalhos da eleição específica de seu Estado até o seu encerramento, bem como a proclamação dos eleitos.

Art. 22 - Caberá ao Presidente do CFF expedir, na forma da presente resolução, edital com o calendário eleitoral para os cargos dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, bem como de Diretoria.

Art. 23 - Em obediência ao calendário eleitoral, após ato do Presidente do CFF, as eleições serão convocadas pelo Presidente da CER, em edital único assinado e publicado no Diário Oficial ou em jornal de grande circulação local, até o dia 20 (vinte) do mês de junho, indicando-se:

a) local e data das inscrições, as quais serão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com início no primeiro dia útil do mês de julho;

b) a data, o horário e o período das eleições, constando obrigatoriamente o endereço do sítio eletrônico e da seção eleitoral obrigatória e, se houver, das subseções eleitorais previamente informadas e autorizadas pelo CFF, nas quais será disponibilizado, durante o seu horário de funcionamento, um computador para votação com acesso à Internet, além das instruções necessárias ao exercício do voto eletrônico conforme definido nesta resolução;

c) todos os mandatos e funções públicas em disputa, a duração do respectivo mandato, bem como o número de vagas para Conselheiro Regional e Suplente;

d) requisitos a serem cumpridos pelos candidatos;

e) prazo para impugnação de candidatos, cujos nomes figurarão em ato administrativo a ser afixado oportunamente em lugar visível na sede do CRF, assinada pelo Presidente da CER;

f) número e data da resolução do CFF que deu origem ao edital;

g) o endereço da sede do CRF para que os interessados possam nela requerer inscrição;

h) assinatura do Presidente da CER.

Art. 24 - A eleição da Diretoria do CFF se dá pelo voto direto e secreto dos Conselheiros Federais eleitos ao pleno exercício do respectivo mandato e será realizada na 2ª quinzena de dezembro, observando-se no que couber, além da Lei Federal nº 3.820/60 com redação dada pela Lei Federal nº 9.120/95, os procedimentos previstos neste regulamento eleitoral e no Regimento Interno do CFF.

DOS ATOS DE GESTÃO

Art. 25 - Ao Presidente da CER, no uso de suas atribuições, compete:

I - Mandar afixar na sede do Conselho e Seccionais, o edital referente às eleições, bem como nas seções e subseções que forem autorizadas e, ainda, no sítio eletrônico do CRF;

II - Encerrado os prazos de inscrições e de saneamento por parte dos candidatos, inserir no sítio eletrônico do CRF e afixar o na sede do Conselho e Seccionais, em lugar visível ao público:

a) edital com os nomes dos candidatos a Conselheiros Regionais, as chapas à Diretoria do CRF e as chapas de Conselheiros Federais e respectivos Suplentes;

b) ato da CER que aprovou a inscrição dos candidatos e das chapas, após a concessão do prazo de 3 (três) dias úteis para que estes promovam o saneamento de eventuais pendências;

III - Solicitar ao Presidente do CRF o material e o equipamento necessários à eleição;

IV - Por ocasião das eleições, zelar para que sejam observados os atos e as formalidades necessárias à realização do pleito;

V - Promover prévia reunião entre os participantes do processo eleitoral, esclarecendo eventuais dúvidas suscitadas;

VI - Encaminhar a empresa responsável para que disponha, no sítio eletrônico da eleição, a lista com os nomes de farmacêuticos eleitores aptos a votar, podendo dispor tal procedimento sob a modalidade de consulta mediante pesquisa por nome;

VII - Após a apuração por parte da empresa responsável:

a) proclamar os resultados com os nomes dos candidatos e chapas eleitos e os respectivos mandatos, encaminhando a Secretaria do CRF e ao CFF para divulgação;

b) encaminhar ao Conselho Federal de Farmácia a segunda via do processo eleitoral, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados de seu encerramento, para a devida homologação do seu Plenário e publicação de acórdão respectivo em Diário Oficial da União;

c) analisar e decidir, com os demais membros da Comissão Eleitoral Regional, sobre as justificativas apresentadas pelos eleitores não votantes, consoante ao disposto no artigo 7º, § 1º, desta resolução.

DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 26 - Os farmacêuticos candidatos a Conselheiro Regional, a funções públicas de Diretoria e a Conselheiro Federal e Suplente, inscrever-se-ão mediante requerimento em 2 (duas) vias, dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral Regional, instruído com a comprovação dos requisitos do artigo 11 e observados os termos do artigo 13, ambos desta resolução.

§ 1º - Os candidatos à Diretoria, Conselheiro Federal e seu Suplente, deverão inscrever-se por chapa completa, discriminando nomes e cargos, sendo vedada a candidatura singular.

§ 2º - A Suplência do Conselheiro Federal é intrínseca ao mandato de Conselheiro Titular, tendo o mesmo período de mandato.

§ 3º - Não é permitida a candidatura simultânea ao CRF e ao CFF.

§ 4º - Não é permitido o registro de candidato para mais de um cargo, ressalvado quando a concorrência se referir a cargo de Diretoria e de conselheiro no CRF.

§ 5º - Os atuais Conselheiros e Diretores de CRF, no desempenho de seus mandatos, podem neles permanecer mesmo se concorrerem às eleições, não devendo intervir, sob qualquer forma, na condução do processo eleitoral, promovendo atos de ofício de sua competência regimental, atendendo e dando apoio logístico às requisições da Comissão Eleitoral Regional.

§ 6º - É facultado aos candidatos acompanharem o processo eleitoral, podendo pedir vistas e cópias de toda sua documentação, sendo vedada qualquer interferência nos trabalhos executivos ou deliberativos.

§ 7º - Excepcionalmente e até 5 (cinco) dias antes da eleição ou, ainda, no prazo técnico permitido pela empresa especializada que realizar a eleição pela Internet após anuência da empresa de auditoria, na hipótese de óbito, desistência justificada ou impedimento superveniente de um candidato membro de chapa, este poderá ser substituído por outro que atenda as condições eletivas.

Art. 27 - O Presidente da CER determinará a fixação de Edital constando os nomes dos postulantes aos cargos de que trata o artigo 1º do Anexo I desta resolução, em lugar visível na sede e nas seccionais do CRF, bem como no seu sítio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis após o encerramento do prazo para inscrição de candidatos.

§ 1º No referido Edital, o Presidente da CER também informará acerca de eventuais pendências de documentos, se houver, concedendo o prazo de 3 (três) dias úteis para que os postulantes promovam os saneamentos devidos, sob pena de preclusão e indeferimento, devendo a CER decidir em idêntico prazo.

§ 2º - Os postulantes também serão intimados por endereço eletrônico se apresentado quando da inscrição.

§ 3º - Qualquer farmacêutico poderá apresentar a impugnação, com fundamentação, contra o pedido de registro de candidato, que deverá ser feita nos seguintes moldes:

I - A partir da data de afixação do Edital ou após o saneamento citado no "caput", se houver, no prazo de 3 (três) dias úteis;

II - O Presidente da CER notificará imediatamente o impugnado para, querendo, apresentar defesa em 3 (três) dias úteis, contados da notificação;

III - Findo o prazo do inciso anterior, havendo ou não defesa do impugnado, a CER apresentará análise sobre o pedido de eventuais impugnações no prazo de 3 (três) dias úteis, mediante Edital final contendo o registro de candidaturas deferidas e indeferidas, a ser afixado em lugar visível na sede e nas seccionais do CRF, bem como no seu sítio eletrônico.

§ 4º - O Presidente da CER comunicará aos interessados sobre o referido ato, cabendo recurso ao CFF no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação.

§ 5º - Não será permitida a juntada de documentos pendentes em grau de recurso, ante a preclusão em razão da concessão de prazo após a inscrição de candidatos para o suprimento de defeito da instrução do pedido.

Art. 28 - A abertura das inscrições dos candidatos não deverá anteceder mais de 120 (cento e vinte) dias corridos da data das eleições, exceto por motivo imprevisível ou de força maior devidamente justificado.

Art. 29 - O requerimento de inscrição deve ser protocolado na sede do CRF, pelo candidato ou por terceiros desde que através de procuração com poderes específicos, pública ou privada com firma reconhecida, em 2 (duas) vias, sendo uma original e instruído pelo Presidente da CER ou seu substituto, da seguinte forma:

I - Ficha de inscrição específica padronizada pelo CFF conforme anexos, devendo o candidato, ou seu procurador com poderes específicos, assiná-la na presença do empregado do CRF designado pelo Presidente da CER;

II - Cópia da carteira ou da cédula de identidade profissional;

III - Documento assinado pelo candidato, em que o mesmo declare ter ciência acerca do cronograma eleitoral, além do recebimento do protocolo de inscrição;

IV - Foto atual, frontal, colorida, impressa ou digitalizada conforme configuração a ser definida pela empresa especializada que realizar a eleição pela Internet, constando nome completo e referência no verso ou no nome do arquivo do cargo e mandato pretendido;

V - Documentos previstos nas alíneas "f", "g" e "h" do artigo 11 e da certidão de ofício do artigo 12, ambos desta resolução;

VI - Constar nome completo e respectivo cargo e mandato pretendido.

§ 1º - A CER devolverá devidamente protocolada, uma das vias do requerimento de inscrição, bem como certidão/declaração de que os candidatos apresentaram toda a documentação necessária.

§ 2º - Na hipótese de emissão das certidões apenas ocorrer após o período de inscrição, esta poderá ser excepcionalmente deferida precariamente desde que acompanhada do respectivo pedido/protocolo solicitado dentro do referido prazo, ficando condicionada à oportuna apresentação das certidões negativas em período não superior a 30 (trinta) dias após o encerramento das inscrições.

Art. 30 - O prazo da entrada no Setor de Protocolo do CRF do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará às 18h00min local da data de encerramento das inscrições dos candidatos conforme determinado em Edital de Eleições.

Art. 31 - O CFF deverá adotar procedimentos necessários, a fim de que, preferencialmente até 30 (trinta) dias antes da data aprazada para a eleição, sejam julgados, inclusive em grau de recurso, todos os requerimentos de inscrição e registros de candidatos, ressalvados motivo de força maior ou impedimento legal.

Art. 32 - É assegurado a qualquer candidato comunicar a renúncia à sua candidatura em petição com firma reconhecida, dirigida ao Presidente da CER.

Parágrafo único - São nulos os votos atribuídos ao candidato que tenha renunciado, solicitado o cancelamento de seu pedido de registro, ou que tenha sua candidatura indeferida em última instância pelo CFF e não haja tempo hábil para retirada de seu nome da votação, observado o artigo 26, § 7º, desta resolução.

DO EXERCÍCIO DO VOTO

Art. 33 - O voto eletrônico na modalidade "on line" ou "web voto" pela Internet, de direito privativo dos farmacêuticos devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Farmácia, é obrigatório a todas as funções públicas de Conselheiros Regionais, Conselheiros Federais e Diretorias dos Conselhos Regionais de Farmácia.

Art. 34 - A eleição por meio eletrônico através da Internet, observada a inviolabilidade, o sigilo e a adoção de mecanismos de segurança, será implementada exclusivamente através de empresa especializada contratada mediante processo licitatório próprio pelo CFF, devendo-se promover todos os atos previstos neste regulamento, sendo defeso ao CRF a adoção de procedimentos distintos, sob pena de nulidade.

Art. 35 - Os custos para implementação do voto "on line" serão arcados proporcionalmente pelos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.

Art. 36 - A votação poderá ser realizada em computador ou aparelho com acesso seguro a Internet, durante o prazo ininterrupto de 48 (quarenta e oito) horas e serão computados os votos enviados eletronicamente pela Internet no referido período, iniciado a partir das 12h00min (doze horas ou meio-dia), horário local, na data fixada em Edital.

Art. 37 - O CRF disponibilizará na data da eleição aos farmacêuticos eleitores em sua sede e durante o seu horário de funcionamento, pelo menos um computador com acesso à Internet, constituindo-se em seção eleitoral obrigatória, devendo-se adotar idêntico procedimento nas seccionais porventura autorizadas.

Parágrafo único - No local destinado à votação, o computador terá acesso apenas ao sitio ou endereço eletrônico destinado à votação, permanecendo em recinto separado do público com uma cabina indevassável que permita o sigilo do voto, onde os farmacêuticos eleitores, na medida do comparecimento durante o horário de funcionamento da sede e da seccional previamente autorizada, possam promover seu voto de acordo com sua preferência.

DO SIGILO DO VOTO

Art. 38 - O sigilo do voto é assegurado mediante as seguintes providências a serem adotadas pelo CFF:

I - Contratação, mediante processo licitatório, de empresa especializada em tal procedimento ou modalidade;

II - Contratação, mediante processo licitatório, de empresa especializada em auditoria independente, sem qualquer vínculo com a empresa responsável pela realização das eleições;

III - Contratação, mediante processo licitatório, de empresa especializada de impressão gráfica, acabamento pré-postagem e logística, de acordo com as normas estabelecidas pela Empresa de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Correios e Telégrafos (ECT) para a postagem de correspondência a ser enviada com a senha provisória e as instruções eleitorais necessárias às eleições via Internet;

IV - Utilização Via Internet de endereço eletrônico específico que possibilite acesso aos procedimentos de votação que garantam o sigilo e a segurança dos votos, devendo, para tanto, dispor de certificado emitido por entidade ou autoridade competente, bem como ser vistoriado por auditoria terceirizada;

V - Encerrado o horário de votação, a empresa especializada disponibilizará relatório completo com os resultados apurados, no mesmo sítio eletrônico da votação, com impressão "PDF" (Portable Document Format), após o prazo técnico necessário, constando as seguintes informações:

a) dia e hora da abertura e encerramento dos trabalhos;

b) resultado geral da apuração, com o nome dos eleitos, número das respectivas inscrições profissionais e prazos de mandatos, total de farmacêuticos votantes, votos atribuídos a cada candidato, votos de cada chapa, votos em branco e votos nulos;

c) percentual de abstenção relativamente ao número de farmacêuticos eleitores.

VI - Uma via do resultado deverá ser impressa pelo Presidente da CER ou, no seu impedimento ou ausência, de qualquer dos membros da CER, e imediatamente afixada na sede do CRF, bem como uma será entregue ao CRF para instrução do processo.

DO VOTO

Art. 39 - O modelo de votação eletrônica deverá obedecer a seguinte sequência:

a) A relação dos candidatos à Conselheiro Regional, contendo o número e o nome do candidato, no qual o eleitor será orientado a assinalar quantos candidatos forem as vagas disponíveis para Conselheiro Regional efetivo;

b) As chapas completas da Diretoria, com número e nome da chapa, além dos nomes e funções de cada membro postulante, no qual o eleitor poderá assinalar apenas uma das chapas;

c) Relação das chapas dos candidatos a Conselheiro Federal e respectivo Suplente com número, nome e a função de cada membro postulante, no qual o eleitor poderá assinalar apenas uma das chapas;

d) para cada candidatura será disponibilizado espaço para inserção de foto conforme configuração a ser definida pela empresa especializada, de histórico e proposta resumida de cada candidato ou chapa de, no máximo, 800 (oitocentos) caracteres, para adequada visualização.

§ 1º. A ordem de disposição dos candidatos e chapas na página de votação dar-se á mediante sessão pública para realização de sorteio pela CER, em data, horário e local a ser definido e informado pela CER aos candidatos no momento da inscrição.

§ 2º. Cada página de votação deverá conter o nome do candidato ou da chapa e o número conforme a ordem no respectivo sorteio e função pretendida de todos os candidatos e chapas concorrentes ao respectivo cargo ou mandato.

§ 3º. É de responsabilidade exclusiva do CRF a atualização, o envio e a validação da base de dados dos eleitores e dos candidatos e chapas, conforme procedimento, formato e o prazo exigido pela empresa responsável pela realização da eleição pela Internet.

§ 4º. A data limite para envio dos dados pelo CRF será definida em instrução normativa ou ofício circular do Presidente do CFF, com base nas orientações da empresa responsável pela realização da eleição pela Internet.

Parágrafo único - Acaso o eleitor não assinale a quantidade total de vagas disponíveis de conselheiros regionais prevista na alínea "a", este procedimento não será considerado como voto em branco ou nulo.

Art. 40 - Cada farmacêutico receberá até 30 (trinta) dias pelos correios e até 48 (quarenta e oito) horas antecedentes ao pleito, por correspondência eletrônica (e-mail), uma senha provisória para votação pela Internet, sem conhecimento ou acesso das partes envolvidas na eleição, a qual deverá ser alterada previamente para uma definitiva, sendo vedado, uma vez digitado e confirmado o voto, alterá-lo.

Parágrafo único - Os dados dos farmacêuticos eleitores para a devida remessa de correspondência deverão ser enviados pelos Conselhos Regionais de Farmácia ao endereço eletrônico indicado pelo Conselho Federal de Farmácia, no prazo que permita o atendimento previsto no caput deste artigo.

Art. 41 - A votação pela Internet deverá obrigatoriamente observar os seguintes requisitos:

a) o sigilo do voto;

b) a impossibilidade que o eleitor vote mais de uma vez;

c) a imparcialidade e transparência do procedimento;

d) endereço exclusivo na Internet;

e) possibilidade de auditoria integral e independente do código-fonte;

f) assinatura digital do código-executável;

g) segurança através de mecanismos eficazes de criptografia de dados e canais de comunicação;

h) criação de "back-up" com assinatura digital antes e depois da eleição;

i) espelhamento do banco de dados;

j) garantia de, pelo menos, 5.000 transações por minuto;

k) hardenização do sistema operacional;

l) "firewall" com monitoramento durante o período de eleição;

m) centralização em Brasília/DF;

n) disponibilização de emissão de relatório prévio antes do início das eleições, declarando que não há votos computados no banco de dados referente aos eleitores (zerézima);

o) possibilidade técnica de manutenção da eleição aos cargos e funções que não forem objeto de eventual medida judicial liminar de suspensão ou de impugnação específica de candidatura, de forma a preservar a inviolabilidade, a segurança exigida e a realização da eleição aos demais cargos e funções mantidas incólumes na data aprazada.

Art. 42 - A partir das 12 horas (doze horas ou meio-dia) da data de encerramento da eleição, o Presidente da CER ou, na sua impossibilidade ou ausência, qualquer dos membros da Comissão Eleitoral, após a verificação e análise da empresa especializada de auditoria acerca da validade da votação, adotará as seguintes providências:

I. Mandará lavrar a ata da eleição, constando:

a) em anexo, a impressão do relatório emitido pelo sistema gerado pela empresa especializada com os dados eleitorais necessários, a ser enviado após o prazo técnico necessário;

b) os nomes dos fiscais e candidatos que hajam comparecido;

c) a causa, se houver, do retardamento para o começo da votação;

d) o motivo de alguns dos eleitores porventura presentes na sede tentarem, mas não votarem;

e) os protestos e as impugnações apresentados pelos fiscais, assim como as decisões sobre eles proferidas, tudo em seu inteiro teor;

f) a razão de interrupção da votação, se ocorrida, e o tempo de interrupção.

II. Assinará a ata com os demais membros da CER e, se houver, os fiscais que desejarem.

III. Entregará os documentos eleitorais ao CRF, sob recibo, com a indicação de hora, devendo os referidos documentos ser anexados no processo administrativo competente.

IV. Comunicará em ofício ou impresso próprio ao CRF e ao Presidente do CFF, a realização e o resultado da eleição.

Parágrafo único - O Presidente da CER ou, na sua impossibilidade ou ausência, qualquer dos membros da Comissão Eleitoral, poderá disponibilizar de imediato o resultado provisório da eleição, com expressa menção e ressalva de que não é definitivo, a depender da homologação por parte da empresa de auditoria.

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 43 - A empresa responsável pela elaboração de programação de todo o procedimento eleitoral deverá permitir acesso à possibilidade de auditagem que garanta o sigilo e a eficácia da eleição.

DA REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

Art. 44 - As funções eletivas serão ocupadas pelos candidatos ou chapas mais votados.

§ 1º - A chapa para Diretoria deverá ser inscrita completa, discriminando as funções de Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário-Geral, sendo imprescindível que todos os 4 (quatro) candidatos componentes da chapa, e não apenas parte deles, já tenham mandato ou condição prévia para que possam se eleger como Conselheiro Regional Efetivo cujo mandato abranja o de Diretor, de forma que todos os seus membros tenham a legitimidade da elegibilidade.

§ 2º - Não sendo eleita a chapa inscrita para Diretoria à razão de pelo menos metade mais um do número de Diretores, serão convocadas novas eleições, cabendo ao Presidente do CFF nomear Diretoria Provisória preferencialmente dentre os Conselheiros integrantes do CRF, com mandato precário de até 90 (noventa) dias, podendo ser renovado uma vez.

§ 3º - Em caso de empate entre as chapas de Diretoria, será escolhida a chapa em que o Presidente tiver inscrição profissional mais antiga, aplicando-se o mesmo critério para o desempate entre as Chapas de Conselheiros Federais e aos Conselheiros Regionais.

§ 4º- Serão proclamados Conselheiros Suplentes os candidatos que obterem votação imediatamente inferior à do Conselheiro Efetivo eleito até o limite das vagas a preencher dos respectivos mandatos.

Art. 45 - Na ocorrência de vaga de conselheiro, não havendo suplente para preenchê-la e o número de conselheiros em exercício não permitir o "quorum" mínimo exigido pelo Regimento Interno, far-se-á nova eleição, salvo se faltarem menos de 12 (doze) meses para findar o período de mandato.

Parágrafo único - Após a posse e em razão de eventual vacância, é vedado convocar os demais candidatos participantes do pleito que não lograram êxito em se eleger a uma das vagas disponíveis, seja como Titular ou Suplente, observado o disposto no artigo 63.

DOS ATOS DE GESTÃO ELEITORAIS

Art. 46 - Os candidatos e seus fiscais credenciados serão admitidos a fiscalizar a votação, formular impugnações, devendo evitar a adoção de medidas protelatórias e atos desrespeitosos aos participantes do processo eleitoral, sob pena de determinação de sua retirada dos recintos de votação e apuração, bem como naquele dos trabalhos realizados pela CER.

Art. 47 - É proibida propaganda eleitoral ou qualquer tipo de aliciamento de eleitor nas seções eleitorais e nas dependências internas do CRF.

Parágrafo único - Nas imediações das seções eleitorais será permitida a propaganda eleitoral desde que não seja coercitiva e tampouco impeça o livre trânsito de farmacêuticos eleitores, sob pena de convocação de força policial para manutenção da ordem e apuração de responsáveis.

Art. 48 - Ao Presidente da CER, bem como aos seus respectivos substitutos, cabem a polícia dos trabalhos eleitorais, podendo inclusive retirar do recinto ou da sede da seção ou subseção quem não guardar a ordem e compostura devidas e estiver praticando qualquer ato atentatório da liberdade eleitoral.

DOS RECURSOS

Art. 49 - Não será admitido recurso contra a votação se não ocorrida manifestação expressa imediatamente após a apuração dos votos através do levantamento eletrônico de dados e a respectiva divulgação do resultado, sob pena de preclusão.

Art. 50 - Caso a impugnação ou recurso eleitoral necessite de auditagem por empresa terceirizada além daquela contratada pelo CFF, o custo de tal procedimento será por conta do impugnante ou recorrente.

Art. 51 - Após expresso pedido de impugnação ou intenção de interposição de recurso, o interessado poderá apresentar suas razões no mesmo momento ou por petição devidamente fundamentada em até 3 (três) dias úteis, contados da data da manifestação após a realização da eleição, mediante protocolo no CRF dirigido ao Presidente da CER que apresentará suas contra-razões.

§ 1º. Os demais candidatos serão cientificados da interposição do recurso para, no prazo de 3 (três) dias úteis, oferecerem contra-razões.

§ 2º. Findo esse prazo, o recurso, que não terá efeito suspensivo, será encaminhado ao Plenário do CFF.

§ 3º. A execução de qualquer acórdão será imediata, através de comunicação por ofício, telegrama, correspondência eletrônica ou, em casos especiais, a critério do Presidente da CER.

§ 4º. Ao se realizar a diplomação, se ainda houver recurso pendente de decisão em outra instância, será consignado que os resultados poderão sofrer alterações decorrentes desse julgamento.

Art. 52 - O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos seguintes casos, observada a preclusão das fases e dos atos processuais:

I. inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato;

II. errônea interpretação das normas quanto à proclamação dos eleitos;

III. erro de direito ou de fato na apuração final;

IV. em manifesta contradição com a prova dos autos.

Art. 53 - Das decisões do Presidente da CER, ressalvados os despachos de mero expediente, caberá recurso ao CFF.

DAS NULIDADES

Art. 54 - É nula a votação, no todo ou na parte que lhe prejudicar:

I. quando não observados os requisitos essenciais previstos na forma desta resolução ou constituir ofensa a lei, em especial no tocante a identificação do eleitor, sigilo do voto, forma de apuração e datas e horários de realização;

II. quando efetuada mediante fraude ou coação.

Art. 55 - Se a nulidade argüida comprometer o processo eleitoral, o CFF marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o seu julgamento, nomeando Junta Diretiva até a posse dos novos eleitos.

DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 56 - O Presidente da CER determinará a organização do processo eleitoral em 2 (duas) vias, constituindo-se a primeira dos expedientes originais e a segunda de cópias autenticadas pelo CRF, destinadas ao CFF, com as folhas devidamente numeradas, para homologação do Plenário.

Art. 57 - São peças essenciais do processo eleitoral:

a) o Edital publicado no Diário Oficial e/ou em Jornal de grande circulação e de cópias das circulares expedidas;

b) os requerimentos de inscrição dos candidatos e seus anexos;

c) as atas dos trabalhos eleitorais;

d) o recurso interposto, se houver, que formará autos em apenso ao processo eleitoral.

Art. 58 - Quando não se fixar prazo, este será de 3 (três) dias úteis da publicação ou ciência inequívoca do ato ou decisão.

Art. 59 - Os prazos estabelecidos neste regulamento são contínuos, sendo computados excluindo o começo e incluindo o dia do vencimento, exceto quando se tratar de inscrição consoante previsto no artigo 23, alínea "a", desta resolução.

Parágrafo único - O prazo somente começa a correr do primeiro dia útil da notificação do candidato, com a certidão da respectiva juntada do aviso de recebimento ou ciência inequívoca aos autos eleitorais, inclusive por envio de correspondência eletrônica (e-mail).

Art. 60 - Quando a data limite de um prazo estabelecido neste regulamento for sábado, domingo, feriado ou em recesso do CRF, considerar-se-á o prazo automaticamente prorrogado ao primeiro dia útil seguinte.

Art. 61 - Os atos inerentes ao processo eleitoral realizar-se-ão nos prazos deste regulamento, bem como em caso de omissão de prazo, os órgãos executivos os determinarão no âmbito de suas competências, tendo em conta a complexidade do ato praticado, preservando a ampla defesa, sem prejuízo da configuração de eventual preclusão.

Art. 62 - São preclusivos os prazos para interposição de impugnação ou recurso.

Art. 63 - O ato de diplomação dos Conselheiros eleitos e dos membros da Diretoria conforme o respectivo mandato previsto em edital ocorrerá preferencialmente na primeira reunião plenária após a realização das eleições, não podendo ultrapassar o 1º (primeiro) dia útil do início do referido mandato, no qual se dará a posse.

§ 1º - A ausência sem justificativa do candidato eleito e regularmente convocado à Plenária de diplomação e, após ter-lhe sido dado 15 (quinze) dias úteis para justificar, importará sua renúncia à expectativa de direito ao cargo e este, em ato contínuo será declarado vago, devendo-se convocar, se houver, o próximo candidato colocado conforme constante em ata de eleição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º - A diplomação do candidato, após justificativa aceita, se dará na primeira reunião plenária posterior ou, ante a sua impossibilidade, mediante ato "ad referendum" que deverá ser oportunamente homologado pelo Plenário.

§ 3º - Idêntico procedimento será adotado ante a ausência da efetiva posse.

§ 4º - Na hipótese de eventual dificuldade de posse no âmbito do CRF, esta poderá ser promovida pelo CFF, por ato de seu Presidente ou substituto regimental.

Art. 64 - Os Conselhos Regionais de Farmácia deverão obrigatoriamente adotar os procedimentos necessários para atualização de cadastro de eleitores, no período de 1º de janeiro a 31 de maio do ano da eleição, no qual necessariamente devem constar os dados com nome completo, filiação, nº do CPF, nº de inscrição, endereço, e-mail e telefone celular dos farmacêuticos.

DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL NO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

Art. 65 - A eleição para a Diretoria do CFF observará o que dispuser no seu Regimento Interno.

Art. 66 - As eleições para Diretoria do CFF serão convocadas, em obediência ao calendário eleitoral, pelo Presidente do CFF, em edital a ser afixado na sede do órgão ou seu Plenário, indicando-se:

a) local e período das inscrições;

b) local, data e horário da realização da eleição;

c) requisitos a serem cumpridos pelos candidatos;

d) prazo para impugnação de candidatos, cujos nomes figurarão em Portaria a ser afixada em lugar visível na sede do CFF;

e) número e data da resolução do CFF que deu origem ao edital;

f) assinatura do Presidente do CFF.

Art. 67 - Os candidatos às funções de Diretores do CFF deverão registrar sua chapa completa mediante requerimento dirigido a Comissão Eleitoral regimentalmente nomeada previamente à realização do pleito, devendo ser composta por 3 (três) farmacêuticos que não sejam empregados do CFF, não façam parte do Plenário, bem como não sejam parentes ainda que por afinidade, até o segundo grau, bem como o cônjuge respectivo, de qualquer dos candidatos.

§ 1º - O requerimento de registro da candidatura em chapa será encaminhado pela Comissão Eleitoral ao Plenário do CFF para a sua devida homologação, decidindo-se na mesma oportunidade eventual pedido de impugnação.

§ 2º - Antes da eleição, a Comissão Eleitoral afixará na sede do CFF a lista das chapas concorrentes.

§ 3º - A Secretaria do CFF confeccionará as cédulas únicas, que serão rubricadas no verso por todos os membros da Comissão Eleitoral, com indicação dos nomes das chapas, dos respectivos integrantes e das funções a que concorrem como Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro, na ordem em que forem registradas.

§ 4º - A Comissão Eleitoral funcionará, em momentos distintos, como Mesas Receptora e Apuradora, devendo garantir o sigilo do voto.

§ 5º - O eleitor indicará seu voto assinalando a quadrícula ao lado da chapa escolhida.

§ 6º - Não pode o eleitor suprimir ou acrescentar nomes ou rasurar a cédula, sob pena de nulidade do voto.

§ 7º - Após o encerramento, a Mesa Apuradora procederá à contagem dos votos, proclamando o resultado e a eleição dos integrantes da chapa mais votada.

§ 8º - Todo o procedimento eleitoral para Diretoria do CFF deverá ocorrer em sessão plenária única.

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 68 - As candidaturas registradas poderão realizar campanha publicitária por meio de mídias eletrônicas via Internet e por material impresso, vedado o anonimato.

§ 1º - É permitido o impulsionamento de conteúdo de propaganda eleitoral na Internet.

§ 2º - Os debates serão admitidos desde que todas as chapas concorrentes sejam convidadas a participar, devendo ser transmitidos ao vivo via Internet.

§ 3º - A partir da publicação do edital de homologação das candidaturas, fica vedada a publicidade institucional visando a promoção pessoal dos agentes públicos.

§ 4º - É vedada qualquer manifestação ofensiva a candidato ou chapa, sendo passível de penalidade ética mediante solicitação do interessado.

DAS CONDUTAS VEDADAS DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL

AOS CANDIDATOS COM MANDATO EM CURSO

Art. 69 - São vedadas aos diretores e empregados do CFF e dos CRF´s as seguintes condutas:

I - Ceder ou usar, em benefício próprio ou de candidato ou chapa, bens móveis ou imóveis de propriedade ou em uso do CFF e dos CRF's;

II - Usar materiais ou serviços, custeados pelo CFF ou CRF, que excedam as prerrogativas consignadas nos seus regimentos e normas e neste regulamento eleitoral;

III - ceder empregado do CFF e do CRF, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato ou chapa, durante o horário de expediente normal, salvo se o empregado estiver licenciado sem remuneração;

IV - Fazer ou permitir uso promocional de bens, equipamentos e serviços, custeados ou subvencionados pelo CFF ou CRF, em favor de candidato ou chapa;

Parágrafo único - Os impedimentos contidos neste artigo não se aplicam à divulgação de atividades e programas de trabalho que envolvam manifestações públicas, congressos, seminários, cursos e palestras sobre assuntos relacionados diretamente às funções técnicas e administrativas do CFF e do CRF nos meios de divulgação próprios das entidades, sendo vedada a publicação de nome e imagem de candidatos em todos os casos.

ANEXO II

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE (O) _____

_____(Nome)_____, brasileiro(a), inscrito(a) no CRF/___, sob o nº ____, CPF nº _____, farmacêutico(a), e-mail _____, quite com a tesouraria do Conselho Regional de Farmácia do Estado de _____, bem como atendendo os demais requisitos impostos pelo Edital nº _____ de _____, publicado no DOE (jornal) de _____, vem requerer inscrição ao cargo de Conselheiro Regional do CRF/____, nos termos do Regulamento Eleitoral.

Nome:_____
Cargo:_____
Mandato:_____
Nestes termos,
Pede Deferimento.
Data _____

_____
(assinatura do candidato a Conselheiro Regional)

ANEXO III

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE (O) _____

_____(nomes dos candidatos)_____, brasileiros(as), farmacêuticos inscritos(as) no CRF/___, respectivamente sob o nº ____, nº _____, nº _____, nº ____, CPFs nº _____, _____, _____, _____, e-mails: _____, _____, _____, _____, abaixo assinados, residentes e domiciliados em _____, Estado de(o) _____ e em pleno gozo de seus direitos profissionais, requerem a V.S.ª que se digne inscrevê-los como candidatos à Diretoria, para mandato de _____ a _____, na chapa assim composta:

CHAPA Nº _____ (para uso do Presidente da CER)

NOME (se houver): _____

_____
Presidente

_____
Vice-Presidente

_____
Secretário(a) Geral

_____
Tesoureiro(a)
Nestes termos,
Pedem Deferimento.
Data _____

_____
(assinaturas dos candidatos a Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro)

ANEXO IV

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE (O) _____

_____(nomes dos candidatos)_____, brasileiros(as), farmacêuticos inscritos(as) no CRF/___, respectivamente sob o nº ____ e nº ____, CPFs nº _____, _____, _____, _____, e-mails: _____, _____, _____, _____, abaixo assinados, residentes e domiciliados em _____, Estado de(o) _____ e em pleno gozo de seus direitos profissionais, requerem a V.S.ª que se digne inscrevê-los como candidatos à chapa de Conselheiro Federal, para mandato de _____ a _____, assim composta:

CHAPA Nº _____ (para uso do Presidente da CER)

NOME (se houver) _____

_____
Conselheiro Federal Titular

_____
Conselheiro Federal Suplente
Nestes termos,
Pedem Deferimento.
Data _____

_____
(Assinatura do Candidato a Conselheiro Federal Efetivo)

_____
(Assinatura do Candidato a Conselheiro Federal Suplente)

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do CFF

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2007/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.144-044/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao 1º apelante a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e ao 2º apelante a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 35, 57 e 62 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 7º, 32 e 37 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de julho de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUÍS SOUZA CABEÇA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6944/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10700-600/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 18, 51, 58 e 72 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 118 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de julho de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; ANÁSTACIO KOTZIAS NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11319/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Processo nº 0658/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", por infração aos artigos 118 e 119 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 98 e 92 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração aos artigos 29 e 81 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de julho de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4273/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 0009/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pela recorrente/denunciante, mantendo a decisão da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que reformou a decisão Conselho de origem, qual seja, "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por unanimidade por infração ao artigo 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Donizetti Dimer Giamberardino Filho. Brasília, 24 de agosto de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3075/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Processo nº 023/2010). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.268/57, por unanimidade por infração aos artigos 14, 15 e 30 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 24 de agosto de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3222/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 119/10). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo recorrente, reformando a decisão da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, qual seja, "Cassação do Exercício Profissional", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por unanimidade por infração aos artigos 29, 42 e 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 14 e 17do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro José Hiran da Silva Gallo. Brasília, 23 de agosto de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0726/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 2086/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 18 (por unanimidade), 35 (por maioria), 40 (por unanimidade), 51 (por unanimidade), 58 (por unanimidade), 111 (por unanimidade), 112 (por unanimidade), 113 (por unanimidade) e 118 (por unanimidade) do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 1851/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.946-390/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO do apelante, descaracterizando infração aos artigos 80, 104, 131 e 132 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3262/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 046/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 110 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; HENRIQUE BATISTA E SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 4469/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11.110-320/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Presidente da Sessão; HENRIQUE BATISTA E SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 5463/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 0063/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Presidente da Sessão; ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 7019/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 0037/2014).Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial aos recursos interpostos pelos apelantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator ad hoc.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8446/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 0012/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator ad hoc. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MAGALHÃES MARQUES, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator ad hoc.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8862/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.834-278/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 39, 42, 44 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 11, 14, 21 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de agosto de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9130/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11362-572/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial aos recursos interpostos pelos apelantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 18, 51, 111, 112 e 113 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 75 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCÊS ROCHA, Presidente da Sessão; CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9520/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 002/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO da apelante, descaracterizando infração ao artigo 10 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Presidente da Sessão; NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 9689/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 2419/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 2º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10471/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11.010-220/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUÍS SOUZA CABEÇA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10472/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 0132/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; HERMANN ALEXANDRE VIVACQUA VON TIESENHAUSEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10850/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9960-404/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; CELSO MURAD, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10969/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Processo nº 13/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) JECÉ FREITAS BRANDÃO, Presidente da Sessão; SIDNEI FERREIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11063/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (Processo nº 08/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA, Relator.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11263/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.166-066/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º, 18 e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; SIDNEI FERREIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11266/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10323-223/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 14, 18, 51, 111, 112, 113 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; CLÁUDIO BALDUÍNO SOUTO FRANZEN, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11267/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11.133-343/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 18, 75, 112, 115 e 118 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11328/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 2203/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciantes e apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUÍS SOUZA CABEÇA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11446/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.437-337/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 65 e 82 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) SIDNEI FERREIRA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 11768/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11.904-400/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º, 21 e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração aos artigos 4º e 6º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ANASTÁCIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12056/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 12.014-510/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, agravando para "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por unanimidade, por infração aos artigos 1º, 6º e 14 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro revisor. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA, Presidente da Sessão; SIDNEI FERREIRA, Revisor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12146/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (Processo nº 4/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12151/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 004/2011). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 47, 76, 135 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 23, 47, 115 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração aos artigos 16 e 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12191/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 14/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MAGALHÃES MARQUES, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12254/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 2296/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo 1º apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, e conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo 2º apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, ambos por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12390/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.043-487/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 1º, 6º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12393/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.396-296/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO da apelante, descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12477/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10798-008/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; DALVÉLIO DE PAIVA MADRUGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12939/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.561-461/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 82 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; CELSO MURAD, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 12949/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Processo nº 24/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelado a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 80 e 92 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; ANASTACIO KOTZIAS NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13104/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.291-191/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13109/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 024/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de

votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 3º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13110/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.671-571/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração ao artigo 34 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13132/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Processo nº 10/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu o apelado, para lhe aplicar a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 66 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13144/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Processo nº 0457/2004). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a decisão do Conselho de origem, que decretou a EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO RECORRIDO em razão da ocorrência da prescrição, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) SIDNEI FERREIRA, Presidente da Sessão; CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13162/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (Processo nº 23/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) HERMANN ALEXANDRE VIVACQUA VON TIESENHAUSEN, Presidente da Sessão; JECÉ FREITAS BRANDÃO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13191/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (Processo nº 22/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por unanimidade, por infração aos artigos 14 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Alceu José Peixoto Pimentel. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL, Voto divergente/vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13244/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 10.697-597/12). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelas apelante/denunciante e apelante/denunciada, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou à apelante/denunciada a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 48, 56 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 24, 31 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) JECÉ FREITAS BRANDÃO, Presidente da Sessão; DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0005/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Processo nº 02/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu o apelado, para aplicar-lhe a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b", do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) CELSO MURAD, Presidente da Sessão; ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0007/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Processo nº 56/2012). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0012/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Processo nº 82/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0019/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11.795-291/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara Extraordinária do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 93 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 21 de agosto de 2018. (data do julgamento) JECÉ FREITAS BRANDÃO, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0023/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Processo nº 14/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) SALOMÃO RODRIGUES FILHO, Presidente da Sessão; JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0024/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 2208/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e descaracterizando infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MAGALHÃES MARQUES, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0026/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 2337/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MAGALHÃES MARQUES, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0028/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (Processo nº 025/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA, Presidente da Sessão; NEMÉSIO TOMASELLA DE OLIVEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0043/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 9.980-424/11). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, abrandando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 8º, 9º, 36 e 55 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), descaracterizando infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0054/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 11.340-550/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 18, 51, 58, 68, 73, 75, 111, 112, 114 e 118 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) SIDNEI FERREIRA, Presidente da Sessão; MARIA DAS GRAÇAS CREÃO SALGADO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0181/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 2425/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU os apelados, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) HENRIQUE BATISTA E SILVA, Presidente da Sessão; DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 0304/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Processo nº 021/2013). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, de ABSOLVIÇÃO do apelado, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MAGALHÃES MARQUES, Presidente da Sessão; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018100300193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 47/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 198.656/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 55/2018 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (Sindicância nº 100/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de agosto de 2018. ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

Brasília-DF, 28 de setembro de 2018.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

RESOLUÇÃO Nº 2.213, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

Institui as comendas a serem concedidas às personalidades médicas.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, e

CONSIDERANDO a necessidade de instituir um laurel destinado a distinguir personalidades médicas que tenham contribuído para o engrandecimento da medicina nos planos nacional e mundial;

CONSIDERANDO a possibilidade legal de criação de medalhas, prêmios e outras distinções honoríficas por entidades e instituições privadas;

CONSIDERANDO o trabalho dos profissionais que, ao longo dos anos, têm exercido a medicina com ética e profissionalismo nos planos nacional e mundial;

CONSIDERANDO que os médicos que dão nome às comendas ora criadas honraram e dignificaram a medicina em suas respectivas áreas, sendo reconhecidos e respeitados nacional e mundialmente;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária realizada em 23 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1° Instituir as comendas MOACYR SCLIAR DE MEDICINA, LITERATURA E ARTE, SÉRGIO AROUCA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA, ZILDA ARNS NEUMANN DE MEDICINA E RESPONSABILIDADE SOCIAL, MARIO RIGATTO DE MEDICINA E HUMANIDADES, FERNANDO FIGUEIRA DE MEDICINA E ENSINO MÉDICO, OSWALDO CRUZ DE MEDICINA E PESQUISA e CLEMENTINO FRAGA FILHO DE MEDICINA E ASSISTÊNCIA, a serem concedidas às personalidades médicas que tenham contribuído para o bom nome da medicina e das humanidades, honrando e dignificando a profissão.

Art. 2° As comendas serão concedidas em evento a ser promovido pelo CFM, agraciando médicos que se destacaram nas áreas referidas no artigo anterior.

Art. 3º As características das comendas, os critérios de escolha, bem como os procedimentos a serem adotados para a realização do evento serão estabelecidos por uma comissão eleita pelo plenário do Conselho Federal de Medicina (CFM) e constarão no Regimento Interno da referida comissão.

Art. 4º Os nomes dos escolhidos para receber as comendas serão aprovados em sessão plenária, 60 (sessenta) dias antes do evento.

Art. 5° Revoga-se a Resolução CFM nº 1.972/2011.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

CONSELHO PLENO

ACÓRDÃOS

REFERENDO DE RESOLUÇÃO N. 49.0000.2018.009360-1/COP. Origem: Conselho Seccional da OAB/Sergipe. Ofício GP n. 0341/2018. Assunto: Alteração do Regimento Interno da OAB/Sergipe. Resolução n. 03/2018. Composição. Conselheiros titulares e suplentes. Relator: Conselheiro Federal José Lúcio Glomb (PR). EMENTA N. 33/2018/COP. Resolução n. 03/2018, da Seccional da OAB de Sergipe. Resolução de Conselho Seccional que amplia o número de titulares e suplentes. Art. 106 do Regulamento Geral do EAOAB. Referendo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, decidem os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Delegação da OAB/Sergipe. Brasília, 02 de outubro de 2018. Claudio Lamachia, Presidente. José Lúcio Glomb, Relator. REFERENDO DE RESOLUÇÃO N. 49.0000.2018.009598-6/COP. Origem: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Norte. Ofício n. 290/2018-SG/OAB/RN. Assunto: Alteração do Regimento Interno da OAB/Rio Grande do Norte. Resolução n. 05/2018. Composição. Conselheiros titulares e suplentes. Relator: Conselheiro Federal Odilardo José Brito Marques (AC). EMENTA N. 34/2018/COP. Resolução n. 05/2018, da Seccional da OAB do Rio Grande do Norte. Resolução de Conselho Seccional que amplia o número de titulares e suplentes. Art. 106 do Regulamento Geral do EAOAB. Referendo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, decidem os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Delegação da OAB/Rio Grande do Norte. Brasília, 02 de outubro de 2018. Claudio Lamachia, Presidente. Odilardo José Brito Marques, Relator. REFERENDO DE RESOLUÇÃO N. 49.0000.2018.009638-2/COP. Origem: Conselho Seccional da OAB/Paraíba. Ofício n. 450/GP/2018. Assunto: Alteração do Regimento Interno da OAB/Paraíba. Resolução n. 05/2018. Composição. Conselheiros titulares e suplentes. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA N. 35/2018/COP. Resolução n. 05/2018, da Seccional da OAB/Paraíba. Resolução de Conselho Seccional que amplia o número de titulares e suplentes. Art. 106 do Regulamento Geral do EAOAB. Referendo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, decidem os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Impedida de votar a Delegação da OAB/Paraíba. Brasília, 02 de outubro de 2018. Claudio Lamachia, Presidente. Renato da Costa Figueira, Relator.

Brasília, 2 de outubro de 2018.
CLAUDIO LAMACHIA
Presidente

1ª CÂMARA

RETIFICAÇÃO

Na publicação da PRIMEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL veiculada no Diário Oficial da União - Seção 1 de 17 de setembro de 2018, p. 306, referente ao RECURSO N. 49.0000.2017.005704-7/PCA. Recte: Gladis Regina Morgental Soares (Adv.: Gustavo Morgental Soares OAB/RS 71228). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (RR). Onde se lê: " ... Ementa 075/2017/PCA..." leia-se: "... Ementa 075/2018/PCA ..."

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br